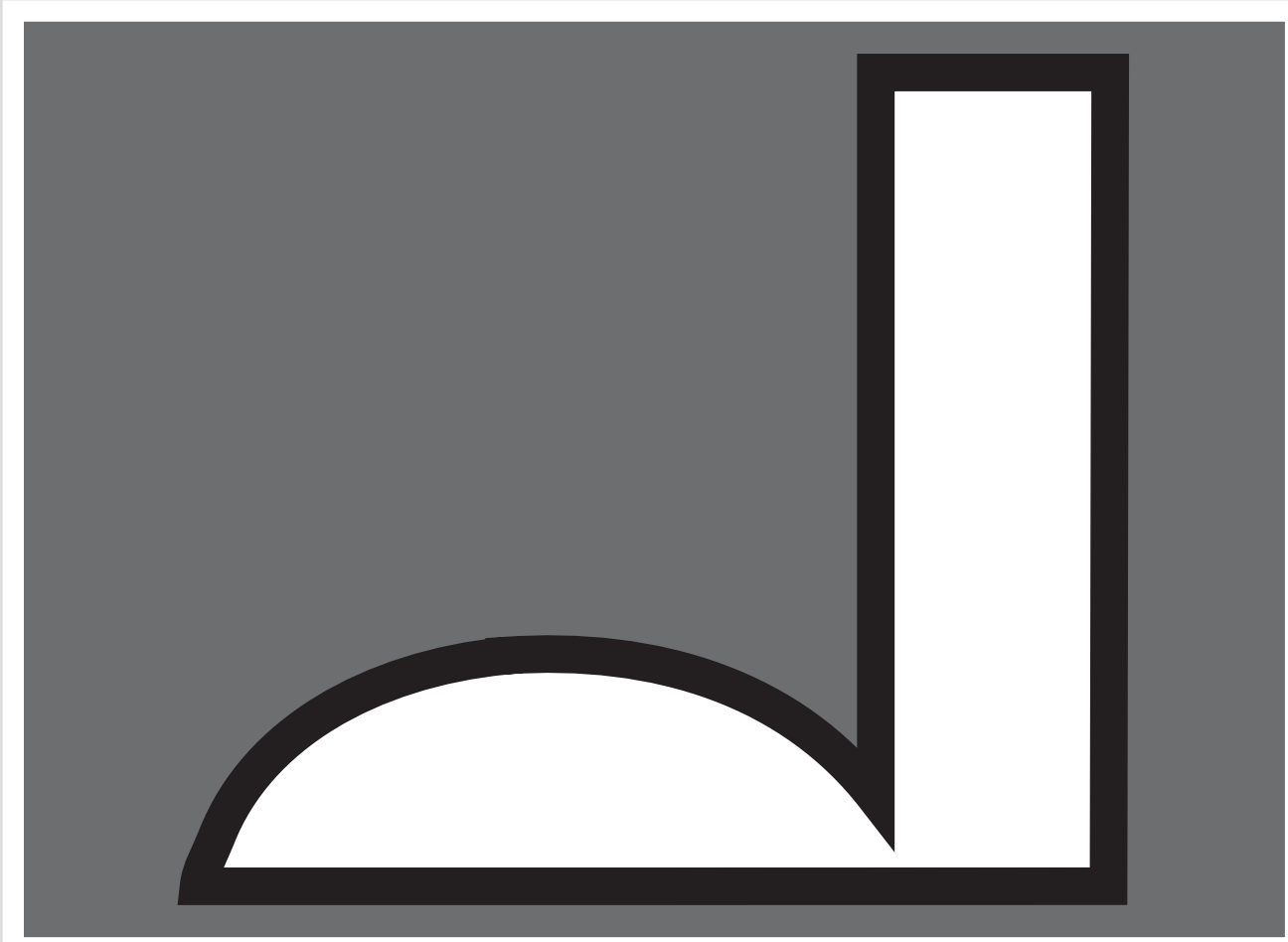
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. "A" AO Nº 31 – TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (66,69)
Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)
Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (85,88)
Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)
Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,67)
Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1
João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)
Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Inácio Arruda (90,101)
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (25,71,92)
Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,96)
Anibal Diniz (27,97)
Paulo Paim (98)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda (90,101)
Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)
Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)
Vice-Líderes
Wilder Morais (103)
Ataídes Oliveira (104)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,63)
Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,45,46,78)

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18,77)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2013 00005

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013 00017

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012 00025

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013 00048

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de março de 2013 00056

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013 00086

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de março de 2013 00098

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013 00102

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de março de 2013 00112

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 5ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012 00132

Ata da 6ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2012 00144

1.1.5.2 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da CRE) **(Publicada no item 1.1.7.1).**

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de março de 2012(Realizada em conjunto com a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da CRE) **(Publicada no item 1.1.7.1).**

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de março de 2012(Realizada em conjunto com a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da CRE) **(Publicada no item 1.1.7.1).**

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de abril de 2012(Realizada em conjunto com a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da CRE) **(Publicada no item 1.1.7.1).**

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2012(Realizada em conjunto com a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da CRE) **(Publicada no item 1.1.7.1).**

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2013 00161

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012 00172

1.1.7.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da 17ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2011 00192

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de março de 2012 00208

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de março de 2012..... 00225
Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de março de 2012..... 00241
Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de abril de 2012..... 00255
Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2012..... 00274
1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012..... 00288
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2013..... 00295
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2013..... 00304
1.1.9.1 – Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste
Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2012..... 00309
1.1.9.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia
Ata da 6ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2011 00312
1.1.9.3 – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016
Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2012..... 00326
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2012..... 00337
1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2012..... 00363
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2013..... 00389

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Cyro Miranda, José Agripino, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, e, ainda, do Senador Pedro Taques. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para o biênio 2013/2014. A Presidência comunica que os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Realizada a votação secreta, a Presidência convida as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin para atuarem como escrutinadoras. Após a apuração dos votos, é eleito o Senador Lindbergh Farias, Presidente, e o Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente, por vinte votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cyro Miranda, Pedro Taques, Delcídio do Amaral, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Vanessa Grazziotin, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Humberto Costa e José Agripino. Assumindo a Presidência e a Vice-Presidência, respectivamente, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com o objetivo de instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Lindbergh Farias; para Vice, Senador Sérgio Souza.

Antes de iniciarmos a votação, quero dar a palavra ao nosso grande Presidente permanente, Delcídio do Amaral. Tem ele o meu maior respeito e admiração pelo trabalho que desenvolveu na Presidência da CAE no biênio anterior, compatível com a sua competência, inteligência, integridade e capacidade de somar. De modo que foi uma honra muito grande participar de uma Comissão que teve V. Exª como Presidente. Eu tenho o privilégio de passar a palavra a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra como seguinte. V. Exª concedeu a palavra ao nosso sempre querido Presidente e eu posso falar depois. Mas eu posso falar antes também. V. Exª é que manda.

Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo pela instalação da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, que tem uma agenda, em 2013, da maior relevância, da maior importância, o que eu quero mesmo é cumprimentar o Senador Delcídio, que nos presidiu nos últimos dois anos, que nos liderou e nos coordenou, pelo espírito democrático, pela forma participativa e dinâmica com que conduziu os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, compartilhando com seus colegas, fazendo uma agenda ativa, uma agenda propositiva na direção de trazer para esta Comissão um protagonismo muito importante. Portanto, quero cumprimentá-lo. É meu o privilégio, minha a honra e minha a alegria por ter podido compartilhar, sob sua liderança, sob sua Presidência, ao longo desses últimos dois anos...

Espero que V. Exª continue firme aqui, com sua inteligência, com sua experiência, na Comissão de Assuntos Econômicos, não mais como nosso sempre Presidente, mas contribuindo aqui com sua experiência e com sua capacidade de mobilização, de articulação e de integração para que esta Comissão continue tendo o protagonismo necessário e adequado não apenas para o Senado, mas para a construção de uma agenda econômica para o nosso País.

Parabéns e sucesso para V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Dornelles.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na mesma linha do Senador Ricardo Ferraço, queria me dirigir ao nosso querido Senador Delcídio do Amaral, pela absoluta independência e comprometimento com os trabalhos desta Comissão tão importante, tão relevante, sobretudo pelas iniciativas que teve de trazer para debate as autoridades da área de energia elétrica, em que S. Exª é especialista, o Presidente do Banco Central, que veio várias vezes a esta Comissão, a Presidente da Petrobras, o Ministro de Minas e Energia em debates da maior envergadura, da maior relevância para os Senadores. Eu queria agradecer esta forma, digamos, não só cordial, mas, sobretudo, o compromisso com os interesses nacionais.

O Mato Grosso do Sul está de parabéns pelo Senador que o representa nesta Casa!

Eram essas as minhas palavras, Senador, a quem cumprimento e digo que estamos aqui para continuar trabalhando.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero também me aliar aos meus pares e agradecer ao Senador Delcídio do Amaral o aprendizado que foram para mim esses dois anos em que presidiu com muita maestria uma Comissão muito difícil, uma das mais importantes desta Casa. O seu equilíbrio, a sua posição sempre democrática, atendendo a todos, fez do senhor uma lição.

Como disse a Senadora Ana Amélia, as audiências foram da maior importância. E esta Comissão continua com o próximo presidente, tenho certeza. Será o Senador Lindbergh, que também o fará da mesma maneira.

Há temas importantíssimos a serem debatidos nesta Casa, de importância e relevância não só nacional, mas de repercussão, às vezes, internacional.

Então, quero deixar aqui o meu agradecimento pelo aprendizado, pela convivência. V. Exª passou a ter um grande admirador nesta Casa pela sua postura. Parabéns ao senhor! Parabéns ao Mato Grosso!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria agradecer...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, para me associar aos demais Senadores.

Eu não fiz parte da Comissão de Assuntos Econômicos na Sessão Legislativa passada, mas acompanhei os debates e, a partir deles, despertou em mim a vontade de participar da CAE neste ano. Então, esse despertar em mim veio muito do trabalho de V. Exª na Presidência desta Comissão e das conversas com o mestre e Ministro Dornelles.

Eu quero cumprimentá-lo e o povo do Mato Grosso do Sul, que para cá mandou um representante à altura da história dos nossos Estados.

Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria, Sr. Presidente, primeiro cumprimentar e agradecer ao nosso querido Senador Ferraço, agradecer à Senadora Ana Amélia, ao Senador Pedro Taques e ao Senador Gifford, o Senador Cyro Miranda. Agradeço aos Senadores e Senadoras por esses dois anos em que exercitamos a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Com pautas extensas, houve quórum em todas as reuniões, fossem elas deliberativas, ou audiências públicas, sabatinas.

Foi um trabalho intenso e preparatório do grande debate que, sem dúvida nenhuma, nós vamos agora promover e discutir, fruto das medidas provisórias, o projeto de resolução editado pelo Governo no final do ano passado e que trata da unificação do ICMS, um tema relevante para o meu Estado e para outros Estados brasileiros também. A questão da revalidação dos incentivos fiscais também é um tema de extrema relevância para todos os Estados brasileiros. Importante registrar também a discussão da maioria, por unanimidade ou não, do Confaz, um tema vital; a renegociação da dívida dos Estados; e o FPE.

Sem dúvida nenhuma, esse conjunto de ações foi o reflexo de um trabalho que foi preparado ao longo de muitos anos e que, efetivamente, redundou na edição da Medida Provisória nº 599 e na Resolução nº 1 do Senado Federal. Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos terá um papel preponderante, um papel de grande protagonista nesse processo.

Eu queria, então, agradecer os Senadores e as Senadoras; agradecer a equipe comandada pela Adriana, equipe competente que não mediu esforços,

ao longo desses últimos dois anos, em nos dar todo suporte orientativo, todo suporte administrativo necessário para bem conduzir os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos; agradeço ao Gonzaga também, o nosso "presidente" da Comissão, o nosso decano, homem competente e que muito nos ensinou nesse período que nós aqui passamos.

Ao mesmo tempo, desejo ao Senador Lindbergh Farias, meu grande amigo, honrado Senador do Estado do Rio de Janeiro, que tenha muito sucesso, que tenha muito êxito. Não tenho dúvida nenhuma de que o terá, até pela carreira brilhante, pela competência, pela determinação, pelo espírito público. Sem dúvida nenhuma, vai comandar a Comissão de Assuntos Econômicos olhando os interesses do País de forma republicana, de forma transparente, de forma democrática, porque essa é a história de V. Exª.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª, que sempre teve presença marcante na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu vou simplesmente apresentar aqui os números finais que foram compilados, como é praxe na Comissão de Assuntos Econômicos, considerando o ano de 2012, e aí devolvo a palavra para nosso Presidente para conduzir o processo de eleição do Senador Lindbergh Farias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, seria possível uma palavra rápida?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª poderia usar essa palavra posteriormente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Armando, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, cheguei há pouco, mas não poderia deixar de fazer um reconhecimento ao trabalho extraordinário do Senador Delcídio do Amaral na condução dos trabalhos desta Comissão. O Senador Delcídio sempre tem uma presença absolutamente equilibrada, lúcida, e isso tudo nos fez aqui, mais ainda, reconhecer sua presença nesta Casa e, mais do que isso, sua liderança no Senado da República.

Então, quero tributar a V. Exª esse reconhecimento e dizer que a sua passagem por esta Comissão foi, realmente, uma passagem marcante e tenho certeza de que, mesmo fora da Presidência, V. Exª continuará a prestar grandes serviços a esta Casa e a esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Francisco Dornelles, se me permite, também quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral pela maneira isenta como conduziu a Comissão, sempre proporcionando equidade de tratamento para com os Senadores de todos os partidos, considerando as proposições de cada um de nós, inclusive as minhas.

Desde o início destes dois anos de mandato do Senador Delcídio do Amaral, eu estive entre aqueles que propuseram debates, seminários e, inclusive, todos eles foram devidamente considerados e realizados com muito equilíbrio durante a Presidência do Senador Delcídio do Amaral. Quero agradecer por sua atenção para comigo e com todos nós.

Presidente Delcídio do Amaral, mostrei a V. Exª uma sugestão de requerimento. Gostaria que V. Exª e os demais Senadores o examinem para, possivelmente, entregá-lo ao novo Presidente, Senador Lindbergh Farias. Trata-se de uma proposta de debate ao longo do ano, com a presença de 50 economistas que aí estão listados. Essa lista resultou do trabalho da assessoria de inúmeros Senadores dos mais diversos partidos. Então, se, ao longo da reunião, pudermos todos assinar, daí a entregaremos ao novo Presidente, Senador Lindbergh Farias, para leitura na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Moka, a palavra é de V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rapidamente, Sr. Presidente, também me associo aos Senadores que me antecederam, mas quero fazer o reconhecimento do eficiente trabalho realizado aqui por esse ilustre sul-mato-grossense, mais especificamente um pantaneiro lá das barrancas do Rio Paraguai, da nossa querida Corumbá.

Senador Delcídio, V. Exª, sem dúvida alguma, contribuiu muito com esta Comissão, com todos os projetos e com os debates, que sempre aqui, com a lucidez e a altivez de V. Exª, foram enriquecidos.

Nossos parabéns, em nome da população sul-mato-grossense!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Flexa, a palavra é de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Presidente Delcídio, V. Exª é uma unanimidade. Todos nós aqui, seus pares, que tivemos V. Exª presidindo esta Comissão ao longo dos últimos dois anos, queremos parabenizá-lo pela competência, pela forma eficaz com que V. Exª conduziu a CAE nesse período e também pela forma democrática com que V. Exª exerceu a Presidência. Tenho certeza absoluta de que – daqui a pouco, V. Exª vai estar na galeria dos ex-Presidentes – o próximo Presidente, Senador, como V. Exª chama, "Lindoberg" – não é Lindbergh, V. Exª já o chama assim há muito

tempo, é uma questão de ligação partidária... O meu Partido não tem essa sintonia fina...

V. Exª recebe de todos nós os parabéns pelo seu mérito, pois é um companheiro dos mais competentes e influentes do Senado Federal.

Meus parabéns a V. Exª e a Mato Grosso do Sul, que V. Exª tão bem representa aqui no Senado Federal!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor... Eu lhe dou a palavra. Senador Maldaner com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Dornelles, é claro que Santa Catarina não poderia ficar alheia, neste momento em que se tem a honra de homenagear o Senador Delcídio. Eu sei que o Senador Luiz Henrique aqui não está, nem o Senador Paulo Bauer, mas nós três, catarinenses, homenageamos o Delcídio, porque, na verdade, ele é considerado catarinense também. Todos os catarinenses o homenageiam e o veneram; e não só porque frequenta muito e é radicado no nosso Estado. Então, ele é biestadual: do Mato Grosso do Sul e catarinense. Mas pelo que foi nesta Comissão, Delcídio, pela maneira diplomática de conduzir os trabalhos na Comissão de Assuntos Econômicos, nós queremos reverenciá-lo e homenagear o Mato Grosso do Sul e V. Exª.

Sem dúvida alguma, desejamos também ao Lindbergh sucesso nesta nova missão.

Era isso que queria dizer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Maldaner, muito obrigado pelas suas palavras muito bem colocadas, como sempre.

Eu queria dar a palavra à Senadora Vanessa e pedir o seguinte: que nós pudéssemos, em seguida, dar a palavra ao Senador Delcídio e, posteriormente, nós daríamos a palavra aos Senadores para falarem sobre o Delcídio e sobre o futuro Presidente que, acredito, será eleito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente. O Senador Delcídio tem que ouvir a todos. Todos estamos fazendo uma homenagem a ele. Sugiro que ele escute todos e depois fale.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ele já ouviu quase todos. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Dornelles.

Acho que este é um momento especial, Senador Dornelles, para todos nós, mas, em particular, para o Senador Delcídio. Alguém que passou dois anos conduzindo uma Comissão tão importante como esta, enfrentando problemas tão sensíveis aos nossos Estados, e o fez com tanta competência, merece, sem dúvida nenhuma, de todos nós, uma homenagem. E a forma de homenagear que nós temos é publicamente reconhecer esse trabalho, essa condição politicamente correta.

Eu quero, Senador Delcídio, ao tempo em que cumprimento V. Exª pela condução dos trabalhos aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, dizer que aqui eu não apenas debati. Eu aprendi muito com V. Exª que, desse jeito tranquilo, manso, sabe conduzir plenamente e sem qualquer problema político mais grave as questões, e consegue que coisas difíceis se transformem em muito mais fáceis. Então, eu o cumprimento pela condução do trabalho. Sei que V. Exª ainda tem uma grande estrada política à frente a percorrer. E eu quero estar sempre ao seu lado, compartilhando desses momentos importantes.

Muito obrigada, Senador Dornelles.

E parabéns, Senador Delcídio!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Benedito com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente e meu caro Senador Delcídio, a Comissão de Assuntos Econômicos teve uma movimentação patrocinada e promovida por V. Exª da maior importância para este País. Aqui foram discutidos os mais diversos projetos de interesse nacional. Para mim não é nenhuma surpresa, pela sua experiência, pela sua capacidade de trabalho, pela sua liderança com seus companheiros.

A Comissão teve, em todos os momentos, em todas as suas reuniões, quórum. Essa é uma demonstração inequívoca de que não só os assuntos que foram tratados aqui e que serão tratados mais à frente por outro, sob a Presidência do Lindbergh, mas pela maneira como V. Exª conduziu esta Comissão... Então, queria aqui, em nome do meu Estado, hipotecar a minha solidariedade e cumprimentar V. Exª.

E gostaria de fazer aqui, Presidente Dornelles, meu líder, Presidente do meu Partido, uma referência toda especial, mas essa é pessoal: se eu fosse eleitor do Mato Grosso do Sul, eu votaria em V. Exª para Governador daquele Estado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Deus te ouça!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Tenho certeza absoluta de que o seu dinamismo irá dar um impulso considerável àquele maravilhoso e prós-

pero Estado do Mato Grosso do Sul. Por isso, nobre Presidente, receba os meus cumprimentos.

V. Exª está ao lado do nosso Presidente, que tem muita força para produzir as coisas por lá. Um grande abraço e que Deus o proteja.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Benedito.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, numa linguagem bem própria da região do Presidente Delcídio, quem colhe planta.

V. Exª, ao longo desses dois anos, meu querido Senador, soube plantar elegância, cordialidade, solidariedade e lealdade com os seus companheiros na condução desta Comissão e está colhendo estes gestos transformados em emoções e palavras de todos quantos, como eu aqui, enaltecem o trabalho desenvolvido por V. Exª à frente de uma Comissão tão importante para o País quanto o é a Comissão de Assuntos Econômicos.

Tenho absoluta certeza de que o ato de V. Exª plantar e colher os frutos do seu trabalho será tão bem sequenciado, seguramente, pelo Senador Lindbergh daqui a pouco e por todos que compõem esta Comissão que têm o mesmo comprometimento com o Brasil. Parabéns, Senador! V. Exª dignifica o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria agradecer mais uma vez as palavras dos companheiros Senadores e Senadoras e dizer que eu estou muito feliz, porque, sem dúvida nenhuma, acho que nós fizemos um trabalho solidário em que todos os Senadores e Senadoras tiveram voz e vez. Portanto, fico muito contente com todas as palavras e agradeço de coração o carinho, a atenção. Quero continuar merecendo esse respeito e merecendo também essa avaliação positiva do meu trabalho aqui no Senado Federal.

Eu vou fazer um resumo rápido das atividades da CAE – isso é de praxe – relativo ao biênio 2011/2012, às 1ª e 2ª Sessões Legislativas da 54ª Legislatura.

Vamos à tela seguinte.

Foram realizadas 136 reuniões: 59 ordinárias; 48 extraordinárias; e 29 reuniões conjuntas.

Vamos lá.

Foram deliberados 515 processos: aprovados 397; conhecidos e arquivados 6; rejeitados 91; e prejudicados 21.

Projetos de Lei do Senado apreciados, 181; PLCs apreciados, 28. Portanto, houve a iniciativa preponderante do Senado Federal, dos Senadores e Senadoras.

É importante e também impressionante o número de empréstimos aprovados para Estados e Municípios: 59 mensagens do Senado Federal. Estão relacionados os Estados que receberam esses empréstimos aqui discutidos e aprovados. É importante registrar que, da União, foram 10 mensagens.

Vamos adiante.

Os montantes são simplesmente extraordinários. A soma dos valores dos empréstimos autorizados foi de US$17 bilhões, aproximadamente R$35,6 bilhões. Portanto, operações substanciais, atendendo vários Estados brasileiros.

É importante registrar também as sabatinas, pois a Comissão de Assuntos Econômicos sabatinou conselheiros do Cade; basicamente, o novo Cade foi todo sabatinado aqui. É importante fazer esse registro pela importância e pelo papel que o novo Cade desempenhará no nosso País.

Depois, sabatinamos diretores do Banco Central; o Presidente da Autoridade Olímpica e também diretores da CVM, entre eles o Presidente atual, que tomou posse há algumas semanas.

É importante registrar algumas matérias de 2011. Destaco algumas relevantes, houve outras importantes.

Primeiro, a questão das empresas aptas a ingressar no Simples Nacional, o famoso PLC nº 77; a autonomia financeira, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública, um grande avanço, o PLS nº 225; a criação do Sistema Único de Assistência Social, fundamental – a CAE teve um protagonismo muito forte na aprovação desse processo –; o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), PLC nº 134; o desconto no imposto de renda do empregador quando o empregado frequenta instituição de ensino, o PLS nº 254, e a definição de percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração, o PLS nº 112.

Em 2012, a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, o Funpresp, PLC nº 2, talvez um dos projetos mais importantes aprovados pelo Congresso, e nem tão prestigiado pela mídia, um projeto de futuro e um projeto fundamental para o Brasil; a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência, filiada ao Regime Geral da Previdência Social, o PLC nº 40; a disciplina da ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional, o PDS nº 71; as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais, tema sobre o qual tivemos aqui sessões históricas, através do Projeto de Resolução nº 72; alteração da Lei nº 9.613, tornando mais eficiente a persecução penal de crimes de lavagem de dinheiro, e a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e

administrativo das ZPEs, que serão um instrumento fundamental de geração de emprego, de qualificação de mão de obra e especialmente de desenvolvimento econômico e social nas regiões de fronteira. Eu, que sou um Senador de fronteira, sei o que as ZPEs podem representar não só para nosso Estado, mas também para os demais Estados brasileiros. A Senadora Ana Amélia acompanhou isso muito de perto.

Portanto, são projetos importantíssimos, que olham as questões econômicas, que olham as questões sociais e, acima de tudo, garantem um Brasil mais cidadão.

É importante registrar também que 452 matérias legislativas estão tramitando no âmbito da CAE. Ou seja, é uma Comissão em que o Senador Lindbergh terá muito trabalho. Só nesse resumo, são 452 matérias legislativas; com relatoria, 228; prontas para pauta, 103; aguardando distribuição, somente 19. Nós procuramos fazer com a assessoria um trabalho para limpar a área e, acima de tudo, liberar os processos para as relatorias e, consequentemente, para votação.

Outra coisa importante que é fundamental registrar: nós buscamos um equilíbrio na distribuição de matérias, considerando a proporcionalidade, portanto, o atual, aquilo que aconteceu e o de direito. Conseguimos distribuir as matérias por todos os blocos partidários e pelos Senadores e Senadoras de apoio ao Governo de maneira muito equilibrada, alguns até quase que com números muito semelhantes à proporcionalidade, e outros, até por circunstâncias, ultrapassando aquilo que seria de direito. Mas nós procuramos atender à proporcionalidade na distribuição de matérias. Isso é muito importante, porque demonstra a maneira democrática com que todos nós Senadores conduzimos a Comissão de Assuntos Econômicos.

É importante registrar também, dos requerimentos aprovados, o total de 126: atendidos, 60; parcialmente atendidos, 8; não atendidos, 54.

É importante registrar também, como foi dito aqui: as audiências públicas não só para o PLS 72, mas também sobre *royalties* de petróleo com Governadores de Estado, com o Ministro de Minas e Energia; a audiência sobre crise internacional e repercussões na economia brasileira; a audiência sobre a renovação das concessões; a audiência sobre a desindustrialização da economia brasileira; sobre o Plano Brasil Maior; sobre o ICMS; a presença do Ministro Guido Mantega permanente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, uma presença marcante e que foi muito importante para esclarecer uma série de questões da economia brasileira; audiências com o Presidente do Banco Central; o novo pacto federativo, com a presença de muitos secretários de Estado; os planos da Petrobras, com a Presidenta Graça Foster. É importante registrar também as audiências para instruir o PLC 103, o Plano Nacional de Educação.

Eu queria, mais uma vez, agradecer, em meu nome, aos Senadores e Senadoras, a toda a equipe, à imprensa, que acompanhou todos os nossos passos ao longo desses dois anos, pelas suas críticas, pelos seus *feedbacks* e por todas as matérias que foram geradas.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar também o meu Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, que foi um companheiro exemplar e com isso nós conseguimos conduzir com altivez, determinação e bons resultados a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer, meu caro Presidente, Senador Dornelles, pela oportunidade e dizer que sou soldado da Comissão de Assuntos Econômicos e espero continuar colaborando nos trabalhos de uma das Comissões mais importantes do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Foi registrado o objeto desta reunião...

Senador Delcídio, parabéns pelas suas palavras. Todos nós acompanhamos aqui o seu trabalho. As palavras de cada um dos vários Senadores refletem o pensamento de todo o Senado sobre a sua atuação na Presidência da CAE.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa para a Presidência e Vice: para Presidente, Senador Lindbergh Farias; para Vice, Senador Sérgio Souza.

Encontram-se sobre a mesa, à disposição dos Srs. Senadores, as cédulas devidamente rubricadas que deverão ser utilizadas após a chamada nominal.

Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa*.)

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.)

Senador José Pimentel. (*Pausa*.)

Senador Humberto Costa. (*Pausa*.)

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa*.)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa*.)

Senadora Vanessa Grazziotin. Senadora Vanessa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vai chamar os suplentes também?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por enquanto, eu vou na regra. Depois eu vou ver quantos falaram.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa*.)

Senador Sérgio Souza. (*Pausa*.)

Senador Jader Barbalho. (*Pausa*.)

Senador Lobão Filho. (*Pausa*.)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa*.)

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa*.)

Senador Luiz Henrique. (*Pausa*.)
Senador Valdir Raupp. (*Pausa*.)
Senadora Kátia Abreu. (*Pausa*.)
Senador Aloysio Nunes. (*Pausa*.)
Senador Cyro Miranda. (*Pausa*.)
Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)
Senador José Agripino. (*Pausa*.)
Senador Jayme Campos. (*Pausa*.)
Senador Armando Monteiro. (*Pausa*.)
Senador João Vicente. (*Pausa*.)
Senador Ivo Cassol (*Pausa*.)

Deixe-a conferir. Temos de respeitar a burocracia da Casa.

Vamos esperar um minuto. Estão votando os titulares.

Senador Casildo Maldaner. (*Pausa*.)
Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa*.)
Senadora Ana Amélia. (*Pausa*.)
Senador Benedito de Lira. (*Pausa*.)

Eu gostaria de convidar as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin para participarem da apuração. *(Pausa.)*

Agradeço às Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin pelo trabalho de escrutinação.

Encerrada a apuração, foi verificado o seguinte resultado: Senador Lindbergh, 20 votos; Senador Sérgio Souza, 20 votos. Eleitos por unanimidade.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, quero, primeiro, agradecer, eu e o Senador Sérgio Souza, a confiança de todos os senhores e senhoras.

Para mim, Senador Sérgio Souza, é uma honra especial que esta reunião tenha sido presidida pelo Senador Francisco Dornelles. Digo isso – e o Senador Francisco Dornelles sabe como é verdadeiro – pelo quanto admiro o Senador pela sua história, pela sua conduta como homem público deste País. É uma grande honra para mim que S. Exª tenha presidido esta eleição para a Presidência da CAE.

Também queria começar dizendo aos senhores que terei o exemplo do Senador Delcídio, que foi extremamente eficiente, com resultados no conteúdo, mas vou tentar me espelhar na forma com que o Senador Delcídio conduziu essas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos: a capacidade de conciliação, a leveza na condução dos trabalhos, a capacidade de diálogo, de escutar os diversos partidos, de respeitar a oposição, de distribuir relatorias de forma proporcional ao tamanho das bancadas.

Quero começar dizendo, Senador Delcídio, que vamos nos espelhar em sua atuação a partir de agora, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e tenho certeza de que o Senador Sergio Souza também, como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Parabéns! V. Exª foi um grande Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou aqui, rapidamente – não quero fazer um pronunciamento longo –, falar da agenda que temos pela frente e quero começar ressaltando um primeiro ponto que acho central: a repactuação federativa.

Uma das prioridades da CAE será a apreciação de matérias que tratem do federalismo fiscal brasileiro. Critérios de distribuição dos *royalties* de petróleo serão resolvidos na instância própria, que é o plenário do Congresso Nacional. Os demais temas passam por uma pronúncia formal da CAE.

Sem prejuízo de outros assuntos específicos, a CAE priorizará os seguintes assuntos: reforma do ICMS, repactuação da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Senhores, esta Comissão de Assuntos Econômicos tem Senadores com larga experiência, ex-governadores, que conhecem os problemas dos Estados brasileiros. Em relação à dívida, por exemplo, vários projetos saíram desta Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que é hora da boa política, de esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal jogar um papel em relação a esses temas que levam a um conflito federativo que não interessa a ninguém.

Vamos, de fato, priorizar essa pauta, a começar pela reforma do ICMS. Os quase 25 anos de vigência da Constituição Federal de 1988 deixaram uma certeza: a pluralidade de alíquotas e incerteza jurídica envolvendo os incentivos do ICMS dificultam a realização de investimentos e criam dificuldades para os empreendedores. A guerra fiscal prejudica a Federação. O Brasil precisa caminhar para uma tributação mais concentrada no destino, unificando a alíquota interestadual para simplificar o sistema de ICMS e aumentar a eficiência produtiva do País. Em paralelo, é preciso encontrar mecanismos que assegurem uma política de desenvolvimento regional mais coordenada e eficiente. A importância e relevância justificam a prioridade que a CAE conferirá à reforma do ICMS.

A Comissão estimulará as discussões e votação célere da Proposta de Resolução nº 1, de 2013, que trata da unificação das alíquotas do ICMS, assegurando-se, porém, um debate amplo, democrático, capaz de captar todas as complexidades que o regime jurídico do ICMS apresenta num país com as dimensões e especificidades do Brasil.

Quero anunciar aos senhores já que vou indicar como Relator desta Resolução nº 1, de 2013, em homenagem ao seu trabalho nesse tema aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral.

Após conversas com Líderes partidários e de Governo, com integrantes desta Comissão, será definida uma agenda de reuniões para instrução da matéria. Vamos trabalhar. Esse é o esforço que o Presidente vai fazer para aprovação da proposta de resolução na CAE, até 31 de março de 2013, permitindo que a votação do Plenário ocorra na primeira quinzena de abril.

Justifico por que esse esforço de tentar votar até o final de março. A votação da resolução nessa data é importante porque seu conteúdo vinculará o conteúdo da Medida Provisória nº 599, de 2012, que trata da compensação financeira de eventuais perdas de arrecadação decorrentes da unificação das alíquotas de ICMS, e cria o Fundo de Desenvolvimento Regional. O prazo final para tramitação dessa medida provisória é 16 de maio de 2013. Ainda que a MP nº 599, de 2012, não tramite na CAE, esta Comissão acompanhará as discussões da proposição na Comissão Mista do Congresso Nacional.

Repactuação das dívidas. A CAE tem competência regimental para opinar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013, que trata da repactuação da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Volto a ressaltar: vários Senadores apresentaram projetos sobre esse tema. Desde já, a CAE deverá acompanhar a tramitação dessa proposição até porque a concertação federativa passa pela consideração de todos os temas envolvidos no debate: ICMS, dívidas e Fundo de Participação dos Estados.

Critérios de distribuição do FPE.

O prazo para aprovação dos critérios de repartição do FPE já expirou. O STF vem seguidamente se manifestando sobre o tema. Não podemos mais adiar! O Presidente Renan Calheiros, ciente dessa urgência, marcou, pelo que o parabenizo, até porque a sociedade quer prazos e exige respostas, a sessão de votação da matéria, em plenário para o dia 19 de março. Por essa razão, a CAE irá propor trabalhar em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça – e aqui está presente o futuro Presidente daquele colegiado, Senador Vital do Rêgo – e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para apreciar a matéria com a máxima urgência, permitindo que os projetos estejam prontos a tempo de serem apreciados pelo Plenário do Senado Federal.

A nossa proposta – e vamos conversar a respeito com os Presidentes das Comissões – é tentar fazer uma instrução conjunta, para que a gente facilite, para que a gente ajude na construção de um consenso mínimo para levar esse projeto à pauta, como quer o Presidente do Senado Federal, no próximo dia 19.

Senhores, essa é uma agenda que vai tomar o nosso mês de março. Quando coloco prazo para votar, até o final do mês, a reforma do ICMS e quando o Presidente pauta o Fundo de Participação dos Estados, não tenho dúvida de que uma parte considerável das audiências públicas e dos debates nesta Comissão, no mês de março, serão em torno do Pacto Federativo.

Eu, sinceramente, penso que há a possibilidade de construção de um caminho, eu diria, o mais consensual possível.

Uma segunda agenda que eu queria submeter à apreciação dos senhores e que reputo da maior importância é a Agenda da Competitividade.

Aqui há projetos diferentes; há muita divergência sobre assuntos macroeconômicos, sobre para onde o País tem de caminhar em relação à economia e como fazê-lo; porém, há alguns consensos neste País, consensos que passam pela situação, pela oposição, por todos. Há consenso de que nós temos de melhorar a nossa competitividade, superar os gargalos que ainda existem e que dificultam o avanço da nossa produtividade, remover os excessos de burocracia, aumentar investimentos em infraestrutura, promover estímulos à inovação, aperfeiçoar mecanismos tributários.

Há condições; e o meu esforço aqui será uma tentativa de construir uma agenda legislativa em comum, da nossa Casa, da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, em meio a um cenário como este de crise econômica internacional.

Precisamos selecionar e apreciar, com alguma celeridade, propostas de alteração legislativas que promovam o crescimento do nosso País. A CAE deverá ouvir diferentes agentes econômicos, repercutir junto ao Governo, definir uma pauta que me permito chamar de “Agenda da Competitividade”.

O foco principal é o investimento, em especial na infraestrutura. Há um conjunto de problemas que restringe ou atrapalha a plena realização de empreendimentos no País. Precisamos destravar esses nós! Muitas vezes existem mudanças simples a serem feitas na legislação, mas que, por razões as mais diversas, vão sendo deixadas de lado.

A composição da CAE, com muitos membros que já ocuparam os maiores cargos na vida pública e na vida privada, oferece uma oportunidade especial para poder identificar e priorizar as possibilidades de alterações legislativas microeconômicas. Por exemplo: no financiamento, precisamos construir e aperfeiçoar sistemas de captação, crédito e de garantias que per-

mitam ao setor privado, via mercado acionário, de papéis, ou via sistema bancário, financiar cada vez mais projetos de investimento, de modo a diminuir a pressão sobre os bancos públicos.

Muitos dizem que sobram recursos, mas faltam caminhos mais simples e eficientes para fazer essa intermediação, dentro do setor privado, entre quem pode financiar e quem precisa investir. No financiamento, devemos, pois, construir novos instrumentos e aprimorar os existentes.

Na tributação, além da agenda imediata do ICMS, pautada pelo STF, há muito o que se fazer, para simplificar e enxugar o excessivo conjunto de normas e regulamentos, bem assim encontrar soluções para o acúmulo de créditos tributários. Especial atenção deve ser dada à inovação, ao desenvolvimento de tecnologias limpas e ao apoio da microempresa.

A CAE não deve apenas tomar a iniciativa, como também deve reavaliar o que já decidiu. Por exemplo, o Brasil vem implementando o Plano Brasil Maior, e a Comissão deveria acompanhar sua execução e trabalhar para aperfeiçoar os instrumentos legais necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Senhores, essa agenda da competitividade, de fato, pode ser uma agenda do Parlamento brasileiro, do Senado Federal. Tenho conversado com o Presidente do Senado Federal também, o Senador Renan Calheiros, que tem falado dessa pauta de reformas microeconômicas.

Acho, sinceramente, que aqui se passa pela escolha desses projetos que comporão essa cesta de produtos nessa agenda da competitividade. E sei que o desafio é construir uma pauta com certa unanimidade. Se assuntos que nos dividem muito entrarem nessa pauta, não vamos conseguir dar celeridade. Mas creio que seria um feito muito importante para esta Comissão e para o Senado Federal, no meio desse cenário de crise econômica, Senador José Agripino, a gente construir uma pauta própria, consensual, envolvendo situação e oposição, dentro desse esforço, que é de todos e que é do Brasil, de melhorar a competitividade do nosso País.

Encerro, falando do terceiro e último ponto, que é o foro de debates sobre questões econômicos. A CAE deve consolidar seu *status* de fórum privilegiado para o debate das grandes questões econômicas. As reuniões ordinárias realizadas às terças-feiras serão reservadas a reuniões deliberativas. E as audiências públicas serão realizadas na presença de autoridades ligadas à equipe econômica, do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda e de outros que o Plenário da Comissão entender necessário ouvir, como governadores.

Quero propor que, às segundas-feiras, às 18h30, a Comissão de Assuntos Econômicos promova audiências públicas para debater temas econômicos, incluídos pelos Senadores integrantes da Comissão, com convidados igualmente sugeridos pelos membros da CAE. A ideia é a de que haja um debate plural. É o que quero assegurar aos Senadores da oposição. O Senador Eduardo Suplicy conversou com o Senador Aloysio Nunes, com o Senador Armando Monteiro, com o Senador Delcídio e com vários Senadores. Há uma proposta, e quero receber várias propostas aqui. Mas acho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem de ser um espaço plural de debates sobre os rumos da nossa economia.

Concluo, senhores – não me quero alongar –, dizendo que o Parlamento brasileiro é a Casa da representação política. Em particular, o Senado é a Casa da Federação, e a ele cabe discutir as diferentes posições dos diferentes entes federados e das diferentes regiões sobre o futuro do País. Acolher, debater, negociar, tudo isso é parte do trabalho do parlamentar, permitindo o avanço da democracia e a construção de uma sociedade justa e plural. Mas, mais do que discutir, é preciso também decidir. Por isso, parabenizei a postura do Presidente do Senado Federal de marcar o dia 19. Por isso, aqui, também queremos marcar o prazo de final de março para a votação do ICMS.

O compromisso da CAE para os próximos dois anos deve atender essas demandas. Sem querer simplificar uma pauta tão complexa e extensa, temos a certeza de que a experiência acumulada pelos integrantes da Comissão criará as condições necessárias para avançarmos nos temas sensíveis que serão submetidos à apreciação da Comissão, especialmente no que tange à agenda federativa, à agenda da competitividade e da produtividade.

Quero frisar que o importante não é a Presidência da CAE para o biênio 2013/2014, que o importante é o que podemos fazer e o que faremos juntos. Integrantes da CAE, trabalharemos juntos, porque não falta o que fazer. Há espaço para esta Comissão fazer a grande política. E o desafio nosso começa agora, nesta discussão do pacto federativo.

Muito obrigado, senhores. Volto a agradecer aos senhores e às senhoras por essa eleição por unanimidade.

Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, o Senador Sérgio Souza. *(Palmas.)*

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Lindbergh.

Vai ser um ano de grandes desafios. E tenho certeza, pela postura de V. Exª aqui no Senado Federal, no Congresso Federal, em defesa dos grandes temas

nacionais, como, por exemplo, a economia brasileira, que agirá com maestria na administração e na condução dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todas as Srªs e Srs. Senadores pelo apoio para ocupar este cargo de Vice-Presidente da Comissão, que, na minha opinião, é uma das mais importantes do Senado Federal, porque, de fato, como aqui relatou nosso Presidente Lindbergh, passam por esta Comissão os grandes temas nacionais.

Parabenizo o Senador Delcídio pela presidência desta Comissão nos últimos dois anos – V. Exª, Senador Delcídio, me inspirou a buscar este cargo na Mesa porque sei da importância de debatermos esses temas –; o Senador Dornelles, aquele que mais cuida dos assuntos da economia e sempre está próximo de projetos que interessam ao Brasil e ao Estado do Rio de Janeiro nas questões econômicas; e meu colega de Partido, Lobão Filho, Vice-Presidente até então.

Senador Lindbergh, para corroborar um pouco com a sua fala, eu gostaria de fazer uma reflexão bem rápida sobre a importância do ano de 2013.

Eu acredito que o ano de 2013 será o ano da consolidação. Muito espera desta Comissão, do Senado Federal e do Congresso Nacional a sociedade. Há uma expectativa muito grande. Estamos saindo de uma crise europeia – da dos Estados Unidos, principalmente a de 2008, já não se fala muito – que causou impacto significativo no Brasil e trouxe estagnação a muitos meios da economia. Eu acho que o grande desafio é otimizarmos este País de tal forma a diminuirmos o custo Brasil. E no custo Brasil, Senador Delcídio, está tudo: a corrupção, tão combatida por todos nós e pela sociedade brasileira, a desburocratização, a otimização dos modais de transportes, a diminuição dos juros e bandeiras como a redução de impostos.

Por exemplo, o custo de um produto como este, um copo produzido em um país dos Tigres Asiáticos, é bem menor do que o de produzi-lo aqui no Brasil. E talvez não seja o custo do trabalho que está ali incluído ou até mesmo o dos impostos. Para chegar um produto à mesa do consumidor existe todo um trâmite, a exemplo, cito aqui, do agronegócio. Os fertilizantes chegam, na sua maioria, pelos portos brasileiros, em especial pelo Porto de Paranaguá, e o navio fica atracado 60 dias até conseguir descarregar. O Brasil paga, hoje, cerca de US$3 bilhões por ineficiência portuária. Quem paga essa conta toda? O cidadão brasileiro, o consumidor ou o produtor. No retorno, com a produção do Brasil, não é diferente, o navio, para carregar, espera o mesmo tempo. E a safra ou os produtos chegam ou saem do País no lombo de caminhões. Existe, sim, uma ineficiência nos modais de transportes. E não apenas nisso, na burocracia, principalmente.

Então, precisamos fazer com que este copo de água custe para o cidadão brasileiro menos do que custa para o cidadão estrangeiro; fazer com que venhamos a ter automóveis do mesmo padrão e preço que a Europa. Não tenho dúvida de que, na Europa, o custo de produção de um carro é maior que o custo de produção – no valor dos serviços – aqui no Brasil. Assim como nos Estados Unidos. Mas, ao final, o preço é quase a metade do que ocorre aqui. E tudo isso é custo Brasil.

Eu acho que o grande desafio, como as principais bandeiras colocadas pelo nosso Presidente Lindbergh, é buscarmos um Brasil mais barato e mais competitivo, porque, não tenho dúvida, o Brasil é muito novo. Nós temos apenas 25 anos pós-redemocratização, Constituição de 88, eleições diretas, estabilidade da economia, moeda forte, inclusão social, poder de compra, e agora nós temos que subir a cachoeira. Nós temos que subir o degrau do desenvolvimento, produzindo mais barato. E esse será o nosso grande desafio no ano de 2013. O papel desta Comissão é fundamental para nós chegarmos a um bom termo em favor do Congresso Nacional, mas especialmente em favor do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos vocês pela confiança que depositam em mim e no Lindbergh, para a condução desses trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy e, depois, Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª, Senador Lindbergh Farias, e o Senador Sérgio Souza pelo planejamento de atividades que nos colocam, um período de grande atividade por parte de todos nós.

E visando contribuir exatamente com os objetivos que V. Exª colocou e tendo em conta o trabalho das assessorias e dos próprios Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, eu próprio, V. Exª, Senador Lindbergh Farias, Senador Roberto Requião, nós estamos encaminhando um requerimento para ser examinado por todos os demais membros da Comissão – Senador Delcídio do Amaral já o examinou e o assinou –, para que, na próxima reunião, possa, segundo o Regimento, ser lido e considerado por todos.

Aqui está uma proposta de debate, justamente às segundas-feiras, com uma lista de 59 economistas dos mais conceituados em todo o Brasil. Claro que não é exaustiva essa lista. Tivemos o cuidado de listar economistas do mais largo espectro, sugeridos por esse conjunto de Senadores suprapartidariamente.

Então, encaminho-o a V. Exª e, se puder pedir à Secretaria da Comissão que encaminhe cópia do mesmo aos demais Senadores que queiram também assinar, agradeço, Sr. Presidente. Quem sabe até o original, para que todos possam assinar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido prontamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu encaminhei à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 1º de fevereiro, um requerimento para convidar a Presidente da Petrobras, Drª Maria da Graça Foster, a comparecer à CAE, com a brevidade possível, para falar sobre as questões pertinentes não só a vendas de ativos da companhia, especialmente na Argentina e em outros países, mas também um panorama geral da empresa com ações na Bolsa de Valores, porque os acionistas minoritários, de modo especial, precisam ter informações sobre a saúde financeira da Petrobras.

A Drª Graça já deu uma coletiva. Acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos seria um bom foro para que ela fizesse uma exposição e um debate com os Senadores a respeito da situação que está vivendo.

É um convite à Presidente da Petrobras.

A leitura deste requerimento, que já está na secretaria, poderia, na próxima reunião, já ser feita.

E outro requerimento, que também já está na secretaria, continuando um trabalho que foi feito no ano passado, de alta repercussão – e o Senador Sérgio Souza fez referência a ele –, que é a questão da competitividade do preço dos automóveis em nosso País. É um requerimento dando continuidade, porque alguns setores não estiveram na audiência pública, como, por exemplo, os revendedores de automóveis, um setor muito importante, que estará incluído nessa próxima audiência.

Recebi ontem a visita do futuro presidente da Anfavea, que, para a minha satisfação, diz que está disposto a vir à CAE para debater. Na audiência que nós fizemos, a Anfavea não compareceu e não mandou representante. Agora, teremos, a partir de abril, a disposição dela.

Gostaria apenas da aprovação, porque isso poderia agilizar o agendamento dessa audiência pública.

Então, agradeço a V. Exª pelas providências.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia, a Mesa acolhe o requerimento de V. Exª e também o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Esta reunião foi convocada para a instalação dos trabalhos, para a eleição de presidente e de vice. Então, nós vamos ler todos os requerimentos na próxima reunião, na terça-feira.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, ao Senador Humberto Costa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh e Senador Sérgio Souza, quero, primeiramente, parabenizá-los pela eleição por unanimidade e desejar boa sorte, porque competência V. Exªs têm para a condução da CAE neste biênio.

Quero dizer da satisfação de ter à Mesa o Senador Delcídio, o Senador Sérgio Souza e os dois Senadores do Rio de Janeiro. O Senador Francisco Dornelles é o professor de todos nós nessa matéria. Todos nós temos muito que aprender com V. Exª na área da economia do Brasil, V. Exª que já foi Ministro da Fazenda e que tem uma história de respeito de todos os brasileiros. Então, V. Exª vai poder também ajudar, como membro da CAE, o Senador do Estado do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, nesta missão que assume a partir de agora.

Tenho certeza, Senador Lindbergh, pelas suas palavras iniciais, que V. Exª vai dar continuidade ao trabalho realizado pelo Senador Delcídio ao longo desses dois anos, na forma democrática da gestão dos seus pares, membros da CAE.

V. Exª já colocou um plano inicial de trabalho para o mês de março. Quero parabenizá-lo pela reunião de debates que vamos poder fazer e de forma plural, para que não venham aqui só as pessoas do Governo para fazer ode à rainha de plantão, porque, lamentavelmente, o nosso País está caminhando para um futuro que não é bom. Pelo menos espero que eu esteja errado nessa visão.

Apesar de não ser um especialista na área, tenho lido bastante sobre a economia do Brasil, e a repercussão lá fora já é bem diferente da que era num passado próximo, no sentido, Senador Delcídio, Senador Francisco Dornelles, Senador Sérgio Souza, de que o nosso País, lamentavelmente, por questão de gestão, na área da economia, está buscando fazer mais do mesmo. E está provado que isso não tem solução.

Eu queria, já como sugestão, Senador Lindbergh, para essa reunião de debates sobre a economia do Brasil – farei isto através de requerimento –, convidar dois economista de renome nacional: o economista José Roberto Afonso, que estava aqui conosco até há pouco, e o economista Monsueto Almeida, cuja palestra assisti, há cerca de uma semana, e que me deixou muito preocupado o caminho que o Brasil está seguindo.

Quero sugerir a V. Exª que convide os dois economistas para que, com outros economistas, que também

serão sugeridos por outros Senadores, como acabou de dizer o Senador Suplicy, que vai indicar aproximadamente cinquenta economistas... Não me atrevo a tanto. Só quero fazer a sugestão de dois e pediria que eles fossem também incluídos, se é que já não estão.

O Senador Suplicy nos deu uma missão, a todos nós, na semana passada, quando ciceroneou a blogueira de Cuba. Eu tenho tido algumas divergências com o Senador porque ele dizia sempre que Cuba era uma democracia. Acho que agora ele se convenceu de que não é, porque foi preciso que ele interferisse para que a blogueira pudesse ser ouvida por todos os brasileiros, o que é um processo de transparência. Mas acho que V. Exª agora vai dar um conselho a Raul Castro, que já disse que é o último mandato que ele vai exercer, para que V. Exª possa auxiliá-lo na condução da democracia em Cuba.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa, apresente os requerimentos. São grandes nomes, e a Mesa os acolhe.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, eu queria aqui, inicialmente, registrar as minhas congratulações com V. Exª, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que a Comissão escolheu bem, como escolheu bem o nosso Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza. Tenho certeza de que ambos, à frente desta Comissão, darão consequência, continuidade ao trabalho muito benfeito que foi realizado tanto pelo Senador Delcídio quanto pelo Senador Lobão Filho. E eu, na condição de membro efetivo, quero aqui me solidarizar com todos e colocar-me à disposição para contribuir com esta Comissão.

Ouvi V. Exª dizer que transferiu para a próxima reunião a votação dos requerimentos que foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A leitura. Aqui está estabelecido que se lê em uma reunião e se vota em outra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Hoje vai ser feita a leitura dos que já estão aí?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A leitura será na próxima reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Registro junto a V. Exª e aos demais Senadores da Comissão que apresentei um requerimento para que seja convidado a participar de uma audiência nesta Comissão o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tratar da situação da economia brasileira, Hoje, como dizia e diz o ex-Presidente Lula, há muita gente dando palpite, os palpiteiros de ocasião, tanto para defender uma posição de que as coisas andam bem quanto de pregar o caos que estaria prestes a acontecer com a economia brasileira. E nada melhor do que o próprio Ministro da Fazenda para trazer a nós, aqui, a sua avaliação, o seu posicionamento. Ele poderá ser sabatinado, questionado por todos nós.

O objetivo desse convite é também tratarmos da Resolução nº 1, de 2013, que trata exatamente a unificação do ICMS.

Temos hoje um debate aberto em todo País, de certa forma, antecipando a campanha presidencial, que diz respeito à distribuição dos recursos que são arrecadados no Brasil, que diz respeito ao pacto Federativo, e é muito importante que a Comissão tenha a oportunidade de ouvir do Ministro da Fazenda como o Governo encara principalmente esta que é, sem duvida, uma das maiores medidas que o País pode tomar no sentido da unificação do ICMS, do fim da guerra fiscal. Com isso, poderemos, efetivamente, avançar.

Faço, então, esse registro. Estarei aqui na próxima semana para ouvir a leitura dos requerimentos e, na outra, para aprová-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente Lindbergh.

Eu gostaria de fazer aqui algumas referências. A primeira delas é o resultado da votação. Acho que a unanimidade fala por si só. Todos os membros da Comissão votaram em V. Exªs, Senador Lindbergh e Senador Sérgio Souza para a presidirem e copresidi-la. Isso é um aval que transfere uma carga de responsabilidade acrescentada, primeiramente porque sucede Delcídio do Amaral, que é uma figura singular nesta Casa, por sua simpatia, por sua obstinação, por sua capacidade de trabalho e pelo seu equilíbrio na condução das tarefas que para si avoca. Mas me agradou muito ouvir muito a palavra do Presidente eleito, Lindbergh, a disposição de dar, na Comissão de Assuntos Econômicos, absoluta prioridade á discussão de temas que levam à competitividade, que é, a meu ver, a palavra de ordem deste País. O Brasil ficou um país caro; já foi o país barato, para onde valia apenas vir do exterior para comprar. Hoje, não mais. Isso, em termos de perspectiva de futuro, é um desastre.

Não tenho nenhuma dúvida, Presidente Lindbergh, de que a Europa vai sair dessa crise, mais competitiva. Eles vão costurar as suas mazelas, vão sarjar os seus tumores, vão buscar, porque são maduros politicamente, são instruídos, são educados, preparados. Eles conhecem o caminho das pedras e sabem que

não sobreviverão se não se tornarem competitivos, se não cortarem na própria carne: a Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia, Itália, que está passando um momento dificílimo nesta hora, e todos os outros como a França, que é um problemão. Se não nos mirarmos no exemplo da Europa e dos Estados Unidos – não tenho nenhuma dúvida de que sairão mais competitivos do que entraram na crise de 2008 – do Japão, com a *tsunami, d*a Coreia, que investiu corretamente em educação, em padrão de qualidade, se não acordarmos em tempo, essa história de quarta economia daqui a 20 anos será uma piada, principalmente uma piada de péssimo gosto para nós.

Ocorre o seguinte: o Legislativo tem que ter a consciência de que o que aqui se discute precisa ser considerado, e é considerado, na medida da qualidade das ideias. O debate que aqui se estabelece é sempre bom.

Ao lado de V. Exª está um mestre de todos nós, o Dornelles, que não fala nada fora do esquadro. Do que o Dornelles fala não cai uma palavra no chão, assim como vários outros que têm opinião a dar e que têm, digamos, um debate a estabelecer no sentido de contribuir para o País.

Como V. Exª é do PT, tem grandes ligações com o Governo, eu acho que nós temos um bom interlocutor com o Poder Executivo para as ideias e os debates em torno da competitividade, do abaixamento da carga tributária, que perdemos uma oportunidade de fazer, da provisão de uma infraestrutura decente, da desburocratização do Estado, de uma série de elementos que vão produzir competitividade. Vamos aproveitar essa oportunidade.

E a sua juventude. Eu tenho certeza de que V. Exª se sente desafiado. Ser Presidente da CAE é uma função muito importante. No momento de transição do Brasil, aí é que ela é importante mesmo. Se V. Exª quer fazer do seu mandato como Presidente um instrumento de abertura de caminhos na busca da competitividade, eu acho que todos nós de Governo e de oposição temos a obrigação de ajudá-lo.

Essa é a minha palavra, a minha opinião e a minha profissão de fé com os meus augúrios de um bom mandato à frente da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino. Agradeço a gentileza de V. Exª.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta presente reunião e convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e oito minutos, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador **João Durval,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Pedro Simon, Eduardo Braga, Romero Jucá e Benedito de Lira e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Presente também o Senador Ruben Figueiró. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2013/2014. São eleitos por aclamação o Senador Waldemir Moka e a Senadora Vanessa Grazziotin, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assume a Presidência o Senador Waldemir Moka que após considerações concede a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita, e os Senadores João Durval, Jayme Campos, Paulo Paim, Humberto Costa, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Ruben Figueiró e Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador João Durval, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Durval,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (João Durval Bloco/PDT – BA) – Havendo numero regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2013/2014.

Convido o Senador Jayme Campos e o Senador Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta Comissão na Sessão Legislativa anterior, para tomarem assento à mesa dos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos e, posteriormente, ao Senador Casildo Maldaner, para as suas considerações.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador João Durval, Srªs e Srs. Senadores, hoje realizamos a eleição, quero crer que por aclamação, do novo Presidente desta Comissão. Assim, teremos a alegria e o contentamento de termos, como Presidente desta Comissão, o valoroso e competente Senador Waldemir Moka. Tenho certeza de que esta Comissão estará entregue em boas mãos.

Eu quero deixar muito claro aqui às Srªs e aos Srs. Senadores que deixo esta Comissão com a consciência do dever cumprido: a nobre missão de presidir uma Comissão tão importante para o nosso País, sobretudo, como conversava com o Senador Waldemir, por se tratar de uma comissão que mexe com a vida das pessoas.

Procuramos, dentro das nossas limitações, fazer um trabalho que, certamente, possibilitou que saíssemos de cabeça erguida pelo fato de que esta foi uma das comissões cujo desempenho foi dos melhores possíveis. É evidente que tudo isso foi possível graças à colaboração de cada Senador e de cada Senadora, que, permanentemente, estiveram vigilantes em relação ao bom andamento dos trabalhos e dos projetos que por aqui tramitaram.

Dessa maneira, Sr. Presidente, antes mesmo de fazer um balanço das nossas atividades, quero agradecer a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores, bem como a toda a nossa equipe de assessoramento da Comissão, aos assessores dos Srs. Senadores e à valorosa imprensa do nosso País, que compartilharam conosco dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

Entretanto, meu prezado amigo, Senador João Durval, eu tenho certeza de que esta Comissão, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, estará em boas mãos, sobretudo pelas suas qualificações e pelo seu trabalho, já como Parlamentar há muitos anos. E nós estaremos aqui, como membros desta Comissão, como já havia sido anteriormente, participando dos trabalhos desta Comissão, a fim de ajudá-lo a realizar um trabalho exemplar, um trabalho competente e, acima de tudo, um trabalho sem política partidária. Tenho a satisfação de dizer que o meu trabalho aqui tem sido reconhecido por todos os Srs. Senadores porque não fiz política partidária ou pessoal; fiz a política de aprovar os bons projetos em defesa dos interesses da sociedade brasileira, especialmente daqueles menos afortunados, daqueles que dependem, naturalmente, das instituições públicas deste País. É dessa forma que, quero crer, poderemos construir um País mais justo, com mais oportunidades e, sobretudo, um País com mais cidadania.

A Comissão de Assuntos Sociais, CAS, destaca-se entre as mais importantes Comissões desta Casa Legislativa por tratar de temas de extrema relevância para a sociedade brasileira, tais como saúde, trabalho e previdência social.

Ao longo do último biênio (2011/2012), que tive a honra de presidir, a CAS aprovou projetos importantes para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, entre os quais destacamos o projeto de iniciativa deste Colegiado para dar incentivos fiscais às instituições que cuidam das vítimas de câncer; programa de prevenção de erros de medicação; gratuidade da vacina contra o HPV no SUS; liberação do FGTS para tratamento de infertilidade; seguro-desemprego para trabalhadores domésticos; inclusão previdenciária para donas de casa de baixa renda; fundo de pensão do servidor público; aposentadoria especial para motoristas de táxi, para garis, para catadores de lixo e para garçons; isenção do Imposto de Renda para contribuintes com mais de 65 anos; inclusão de pessoa com deficiência no programa Brasil Sem Miséria; políticas de proteção às pessoas com autismo; utilização do FGTS para obras residenciais, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência. Além disso, diversas profissões aqui foram regulamentadas.

O profícuo trabalho realizado por esta Comissão é resultado do mais elevado nível cultural e intelectual deste Colegiado, que, com dedicação e com competência, sabatinou diretores e presidentes das Agências Nacionais de Vigilância Sanitária e de Saúde Suplementar, bem como debateu de forma democrática temas relevantes, como o consumo de drogas no Brasil e políticas para o trânsito seguro de motos.

É com grande satisfação que estamos transmitindo a Presidência dos trabalhos desta Comissão a V. Exª, Senador Waldemir Moka, cuja experiência médica e brilhante trajetória política em muito poderão corroborar os desafios que serão submetidos ao exame desta Comissão.

Na oportunidade, quero agradecer a Deus a missão com que foi distinguida a minha assessoria e, repito, aos funcionários desta Comissão, que, de forma eficiente, contribuíram muito para os resultados aqui alcançados.

Quero fazer um breve relato, meus caros Senadores e Senadoras.

Nesta Comissão, tenho o privilégio de dizer, Senadores Paulo Paim, Ana Amélia, Angela Portela e Humberto Costa e demais Senadores, 511 ofícios foram expedidos. Nesta Comissão, no biênio 2011/2012, houve 107 reuniões. Houve, nesse biênio, 68 reuniões deliberativas, 39 audiências públicas, oito subcomissões ativas, quatro sabatinas, dois seminários e videoconferências. Foram deliberados 276 projetos, foram reconhecidas 15 profissões. Foram feitas 142 reuniões. Com isso, o total foi de 511 ofícios expedidos.

Dessa maneira, acho que nosso trabalho aqui, sem falsa modéstia, foi um sucesso, graças, naturalmente, à participação de V. Exªs e à forma democrática com que o debate foi travado por parte de todos os Senadores e Senadoras.

Quero, por fim, compartilhar com meus Pares o sentimento de dever cumprido com nossos eleitores e com toda a Nação brasileira.

Agradeço a vocês. Espero que possamos continuar aqui juntos, fazendo um trabalho em prol do povo brasileiro.

Agradeço, particularmente, aos Senadores que, constantemente, permanentemente, estiveram aqui.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, de forma toda carinhosa e especial.

Aprendi muito, Senador Paulo. V. Exª, como eu sempre disse – e reitero aqui –, é um mestre nos assuntos de que tratamos nesta Comissão.

Agradeço à Senadora Ana Amélia, que é valorosa e grande Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, junto com o Senador Paulo Paim, que também contribuiu sobremaneira com os bons trabalhos realizados por esta Comissão.

Agradeço à Senadora Angela Portela, ao Senador Moka, ao Senador João Durval e aos muitos outros que aqui estiveram conosco, nesse biênio 2011/2012.

Agradecemos a V. Exªs.

Desejo sucesso ao novo Presidente!

A todos os senhores, o meu muito obrigado. De forma carinhosa e respeitosa, eu o faço nesta oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente João Durval.

Sr. Presidente João Durval, pela ordem, já que tenho a missão, na Comissão de Educação, de participar do comando dessa comissão temática, eu queria aproveitar as palavras do nosso Presidente, que será sempre reconhecido pela dedicação, empenho, compromisso, pela independência que teve, com equilíbrio na distribuição das matérias a todos os Parlamentares. Nunca, em nenhum momento, houve qualquer interesse partidário ou individual.

Ele, pessoalmente, também teve iniciativas muito relevantes. A uma delas V. Exª não se referiu. Tenho a honra de ser a Relatora da matéria que trata da receita médica, para que a receita emitida no seu Estado, em Cuiabá, valha em Porto Alegre ou no Distrito Federal. Hoje, especialmente, quando se trata dos medicamentos de uso contínuo, isso é um problema, Senador. E incluí não só as receitas médicas, mas também os receituários odontológicos, porque também o dentista, quando faz cirurgias, emite receitas.

Então, eu queria, ao mesmo tempo em que cumprimento V. Exª pelas outras iniciativas, lembrar dessa, porque essa tem um efeito imediato para todo consumidor brasileiro, especialmente os pacientes.

E queria dizer que foi uma honra muito grande, Senador Jayme Campos. O senhor teve aqui uma exemplar conduta – não é exagero –, bem como a sua equipe liderada pela Dulcídia, que é uma pessoa doce, encantadora; uma equipe que o ajudou muito, nós sabemos disso. E tenho certeza de que o Senador Waldemir Moka, como o senhor, tem o talento e a habilidade de conseguir unanimidade de apreço, de admiração e de respeito, pela forma como se comportam no Senado Federal, pela relação humana, pelo zelo que têm pelo cumprimento dos seus compromissos como Parlamentares. Sai o Mato Grosso e entra o Mato Grosso do Sul. E isso é até, digamos, uma simbologia nesse processo político.

Eu estou muito honrada de ter participado desta Comissão e quero, com o meu querido amigo Senador Waldemir Moka, que vai presidi-la substituindo o nosso querido Presidente Jayme Campos, continuar colaborando com o trabalho, para que a Comissão, da qual cada vez que evidencia a relevância, esteja valorizando a instituição do Parlamento e, em particular, do Senado Federal... E por isso, agradeço-lhe muito, Senador Jayme Campos.

Muito obrigada, Presidente João Durval.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Humberto Costa tinha pedido antes e, se quiser falar agora... (*Pausa.*)

Senador João Durval, Senador Jayme Campos, de forma muito rápida, com certeza, Senador Jayme Campos, se nós tivéssemos tempo aqui, ficaríamos uma hora, duas horas elogiando a sua conduta como Presidente desta Comissão.

Eu agradeço o carinho como agora mesmo se referiu ao meu trabalho e de todos os Senadores e Senadora desta Comissão. V. Exª foi um exemplo para

mim e para a Casa, pela forma – eu diria – até carinhosa como acolheu todos os Senadores e Senadoras, e atendendo inclusive o pedido de cada um.

Lembro-me de quantas vezes, Senador, que aqui, como foi dito, eu lhe pedi para relatar esse ou aquele projeto. Não houve uma vez em que V. Exª dissesse "não". E V. Exª me dizia: "Senador, você é o primeiro a me pedir esse projeto e estou lhe encaminhando." Ou seja, sem prejuízo de nenhum outro que o tivessem pedido antes, assim V. Exª agiria, pela sua conduta exemplar.

Eu quero só lembrar um último: de uma profissão que há mais de 100 anos se trabalhava, aqui na Casa, para regulamentá-la. Reuni-me com V. Exª e com os comerciários, federação, confederação, centrais de todo o Brasil. V. Exª disse: "Se depender de mim, os comerciários serão regulamentados este ano." V. Exª indicou os Relatores conforme pediu o movimento social e, ainda agora, neste ano, neste ano ainda, foi, com o trabalho de V. Exª e, naturalmente, aqui reconheço, com o trabalho do Presidente Sarney, do próprio atual Presidente Renan, Romero Jucá; dialogamos com todos, com o companheiro Pimentel, Wellington Dias, enfim, todos com que nós conversamos, e V. Exª indicou, no final do ano, o Relator da emenda que veio da Câmara. Rapidamente votamos e foi para o plenário. E por isso é lei; com certeza, a regulamentação da lei mais antiga do mundo.

Meus cumprimentos a V. Exª.

Eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos durante dois anos, mas eu diria que se tivesse de escolher o número 1, o número 1 foi V. Exª, em matéria de competência para presidir as comissões durante esse biênio.

Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Senador Humberto Costa, um minutinho.

Informo que até o momento não recebemos indicação de chapa para concorrer ao preenchimento do cargo de Vice-Presidente.

Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bom, eu vou aproveitar minha fala exatamente para também sugerir a composição dessa chapa, que acho que vai atender todos os Senadores.

A minha sugestão, se for aceita por ambos – nós teríamos o Senador Waldemir Moka como Presidente –, é que a Senadora Vanessa Grazziotin seja a Vice-Presidenta, se ela concordar.

Eu queria também fazer aqui uma referência. Eu participo de várias comissões, e, em todas as comissões, quando há esse momento da transferência da direção das comissões, a palavra é aberta aos Senadores, são feitos todos aqueles panegíricos e, por uma questão de economia de tempo, até o presente momento, nas mudanças que aconteceram nas comissões de que participei, eu preferi não usar da palavra e dizer que realmente tivemos uma boa condução no Senado. Mas, no caso da CAS, acho que é importante fazer o registro do posicionamento de V. Exª na condição de Presidente.

O trabalho que V. Exª desenvolveu é um exemplo para todas as comissões e para todos os Senadores. Se tivéssemos em todas as comissões a dedicação, a agilidade que V. Exª teve aqui, isso certamente ajudaria muito a mudar a imagem do Parlamento, muito embora o Senado tenha dado demonstrações de que consegue, no tempo político, compatível com o tempo administrativo, aprovar projetos, discutir propostas, contribuir com o debate político.

Quero também aqui reafirmar a forma isenta, imparcial com que V. Exª e o nosso Vice-Presidente, Senador Casildo, se houveram na condução desse debate. Nós, aqui, tivemos a oportunidade de discutir todos os assuntos sem qualquer tipo de restrição. V. Exªs se mostraram pessoas inteiramente abertas ao diálogo. Mesmo nos momentos mais críticos, quando tivemos aqui uma polarização importante, V. Exª teve a inteligência de construir saídas que pudessem atender todos.

Portanto, eu queria deixar este registro e dizer, inclusive, que vou conversar com o Presidente Renan, para instalarmos, na próxima semana, aquela comissão que trata do financiamento para a saúde. Acho que V. Exª pode desempenhar um papel muito relevante nesse debate, nessa discussão, para fazermos um trabalho articulado com a Comissão de Assuntos Sociais e debatermos essa questão tão importante, que é a necessidade de recursos para melhorar o Sistema Único de Saúde.

Por último, eu queria dizer da minha satisfação de ver a nossa Comissão presidida agora pelo Senador Waldemir Moka, que é uma pessoa também que tem todas essas qualidades positivas que listei da atuação de V. Exª. Eu tenho certeza de que será também um grande Presidente da nossa Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Obrigado, Senador Humberto.

Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin se aceita concorrer para o cargo de Vice-Presidente da Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu estou inscrita para falar a respeito do nosso Presidente, que encerra seus trabalhos hoje aqui – na Presidência, e não na Comissão.

Quero dizer que foi uma surpresa, Senador Humberto, a indicação. Está aqui o Senador Humberto e o Líder do Governo no Congresso também, o Senador Pimentel. Ambos participamos de um mesmo bloco. Quero dizer que recebo, com muita satisfação, a indicação e só a aceito porque o nosso Presidente é o Senador Moka, e o Senador Moka é um homem muito trabalhador. Então, sei que não vou ter nenhum trabalho nesta Comissão. Não vamos ter problema algum. O único problema é ele brigar muito comigo; o único problema é a gente debater muito, mais nada.

Eu quero agradecer a confiança do Bloco, mais uma vez, e dizer que disponibilizo, sim, o meu nome. Tenho um carinho profundo por esta Comissão, até pelos temas de que aqui tratamos, que são temas diretamente ligados ao povo, aos trabalhadores, às mulheres. E, estando ao lado do Presidente Moka, sem dúvida, sei da sua competência, da sua dedicação. Enfim, aceito, agradecendo aí aos nossos Líderes, inclusive ao Wellington, que não está presente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Informo ao Plenário que iremos proceder à votação para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente João Durval, Srªs e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer dois registros rápidos, mas tenho de fazê-los por uma questão de justiça. Primeiro, somar minha voz ao que já foi dito aqui sobre a gestão do Senador Jayme Campos e do Senador Casildo Maldaner, sem dúvida, uma gestão extremamente importante para o País.

O Senador Jayme Campos é um Senador de um partido que não é da base do Governo. Ele poderia, se tivesse uma visão curta, ser um presidente que criasse problemas, que dificultasse tramitações, mas ele fez exatamente o contrário. O Senador Jayme Campos e o Senador Casildo pautaram grandes temas. O Senador Paulo Paim levantou aqui alguns temas. Eu lembraria também a questão dos vigilantes, que nós votamos, e outros temas que votamos aqui, importantes para a sociedade brasileira, e, sem dúvida, Senador Jayme Campos, ficará marcada na história do Senado a gestão de V. Exª. Quero dizer inclusive que, em uma parte da gestão de V. Exª, fui Líder do Governo, e sempre recebi de V. Exª a maior atenção, o maior carinho, a maior determinação de buscar convergência, de buscar soluções. Eu quero dar este testemunho porque entendo fundamental, num momento de saída, que os reconhecimentos sejam feitos.

Então, quero desejar a V. Exª e ao Senador Casildo, em outras missões, em outros locais, a mesma vitória, a mesma ação, o mesmo resultado de trabalho feito aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Realmente, agradecer, em nome do povo de Roraima, que eu represento, e do Brasil, o trabalho de V. Exªs à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

E registrar, Sr. Presidente, com satisfação, que o PMDB indicou para a presidência da Comissão de Assuntos Sociais um quadro também da maior experiência, da maior grandeza, que é o Senador Waldemir Moka. O Senador Waldemir Moka, com apenas dois anos de mandato de Senador nesta Casa, já ocupou um espaço de negociação, de entendimento, de construção, extremamente relevante. Por isso, o Senador Waldemir Moka, testado já na Câmara dos Deputados em tantas missões, foi indicado pelo PMDB para compor esta Comissão, que é um dos cernes do Governo Federal. Quer dizer, o programa social do Brasil hoje, a ação social no Brasil hoje é um ponto fundamental da ação do Governo.

Portanto, esta Comissão é um dos tripés efetivamente da aprovação, do encaminhamento, da aprovação de leis e da cobrança e acompanhamento junto ao Governo dos programas sociais do Governo, que são efetivamente reconhecidos internacionalmente hoje. Quer dizer, tivemos aí uma série de ações, desde o governo do Presidente Lula até o Governo da Presidente Dilma, que mudaram a face da pobreza no Brasil, que implementaram programas vencedores, e a Comissão de Assuntos Sociais tem uma parcela importante nisso. E a indicação do Presidente Waldemir Moka, um médico, de um Estado em desenvolvimento, portanto conhecedor do interior, conhecedor das dificuldades da população, sem dúvida alguma, engrandece o PMDB e nos dá muita satisfação em votar nesta chapa.

Registro a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, uma companheira do Norte. Portanto, estarão na Comissão de Assuntos Sociais representados o Norte e o Centro-Oeste, duas regiões carentes, duas regiões que necessitam efetivamente de atendimento, de uma visão especial do Governo, e, portanto, nós do Norte podemos ficar tranquilos de que tanto a visão do Senador Moka como a visão da Senadora Vanessa Grazziotin buscarão o atendimento dos mais carentes.

Estou vendo aqui a urna, mas na Comissão de Constituição e Justiça nós votamos por aclamação a chapa do Senador Vital do Rêgo. Portanto, eu queria propor que aqui também votássemos por aclamação, por unanimidade. Foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, e, se foi votado lá, em homenagem

à qualidade da chapa, proponho que façamos a votação por aclamação e, tenho certeza, por unanimidade. Não haverá nenhum voto discordante. Essa já é uma forma de mostrar a nossa satisfação com a gestão que se concluiu brilhantemente e com a que começa, do Senador Moka e da Senadora Vanessa Grazziotin.

Eram essas as palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Tem palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador João Durval, quero compartilhar com os que me antecederam o cumprimento ao Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais nesses dois anos, e ao Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente, porque ambos conduziram extraordinariamente bem os trabalhos desta Comissão, inclusive com muita isenção, conforme todos aqui disseram.

Senador Jayme Campos, V. Exª foi comigo e com todos os membros da Comissão um exemplo de respeito e de imparcialidade para com tudo aquilo que desejávamos expressar ao longo dos trabalhos. E uma coisa é o Senador Jayme Campos quando traz aqui os problemas do Mato Grosso. Por acaso, hoje pela manhã, quando me dirigia para cá, ouvi o longo pronunciamento de V. Exª na Comissão de Infraestrutura, falando das questões relativas às estradas e chamando a atenção, assertiva e severamente, do Governo da Presidenta Dilma, para que dê maior atenção às estradas e aos aeroportos, inclusive ali próximo a Cuiabá, na cidade de Várzea Grande, de que V. Exª foi Prefeito, antes de ser Governador e Senador. E tenho a impressão de que, da mesma maneira que ouvi com muita atenção, no Palácio do Planalto devem ter ouvido. O próprio Ministro responsável pela infraestrutura deve estar atento às suas observações. Aqui, V. Exª teve, para com todos nós, inclusive nós do PT, a exemplo do que disseram os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, uma atitude a mais construtiva possível.

Desejo ao Presidente Waldemir Moka e à Vice-Presidenta Vanessa Grazziotin os meus cumprimentos e votos de que conduzam bem esta Comissão. E deixo a minha disposição de colaborar com ambos, Presidente Waldemir Moka e Senadora Vanessa Grazziotin.

Aproveito a oportunidade porque eis que chegou um assunto de grande relevância da área desta Comissão. Recebi a carta aberta de um antropólogo, Danilo Paiva Ramos, expondo a situação tão grave dos índios do Alto Rio Negro. Portanto, eu queria, Senadora Vanessa Grazziotin, pedir que lhe seja dada uma cópia. Vou pedir que a Secretaria dê aos Senadores uma cópia. Trata-se de um problema muito grave que está ocorrendo com a saúde dos indígenas do Alto Rio Negro. Também estou encaminhando ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assim como ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, para que sejam tomas providências urgentes, tendo em vista o que a Professora Sylvia Caiuby Novaes pediu, considerando o relatório encaminhado pelo doutorando e Antropólogo Danilo Paiva Ramos, que visitou essa região e encaminhou um apelo à mobilização em defesa da saúde indígena e à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Peço que seja registrado esse documento e que, inclusive, seja encaminhado ao Presidente Waldemir Moka e à nossa Senadora do Amazonas, para que ela possa ajudar nas providências a respeito.

Muito obrigado e meus cumprimentos, Presidente, Senador João Durval.

O SR. PRESIDENTE (João Durval Bloco/PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caros colegas, cabe-me aqui agradecer. Eu, como vice do nosso eminente Jayme Campos, nesses dois anos, vivia a expectativa. Nos momentos de impedimento, eu assumia – e vice é para isso. Procurei colaborar com nosso chefe e com os colegas, a quem agradeço neste momento. O vice tem essa função.

Nunca me esqueço de que, antes de chegar ao governo, quando eu era também vice, diziam para mim: "vice é como alça de xícara: vive sempre na expectativa, porque a xícara chega até a boca, mas a alça fica de fora." Portanto, vice é isso mesmo. Mas, de vez em quando, o Jayme, benevolamente, me permitia assumir porque precisava ausentar-se.

Neste momento, estando presente o nosso eminente Presidente Jayme e também o Senador Durval, que preside esta instalação, agradeço a todos. O Jayme tem sido um homem social, cordato, tem sido unanimidade nos assuntos sociais. Fiquei deveras pasmado pela maneira com que conduziu a Comissão. Ele conseguiu reunir os sentimentos dos mais diversos setores e conseguiu mobilizar esta Comissão. Como vice, eu me engrandeci com isso. Fiquei muito feliz por estar ao lado do Jayme, dos colegas da Comissão, dos senhores, a quem, repito, agradeço.

Sinto-me feliz por ver que o Mato Grosso continua forte, porque o Moka, quer queira, quer não, é filho do grande Mato Grosso, vem da mesma origem e continua envolvido com as questões sociais deste País. Sucesso, Moka!

E, talvez pelo destino das coisas, a vice é do Amazonas, mas de origem catarinense, que é a Vanessa. São as coincidências da vida, não é Paim? Fico, portanto, muito grato, desejo sucesso ao Moka, à Va-

nessa e a todos os colegas acerca dessas questões profundas, que é o aspecto social deste País.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Durval Bloco/PDT – BA) – Consulto o Plenário se todos os Srs. Senadores estão de acordo com a votação por aclamação, já feita aqui por dois Senadores. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval Bloco/PDT – BA) – Declaro eleitos, por aclamação, o Senador Waldemir Moka e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido-os para tomar assento à mesa dos trabalhos. (*Pausa*.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, João Durval, eu gostaria de parabenizar o nosso ex-Presidente, Jayme Campos, pelo trabalho realizado. S. Exª conduziu os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais de forma muito tranquila, diplomática, e deu agilidade a esta Comissão, votando inúmeros projetos de interesse da sociedade brasileira. São projetos que envolvem nossas crianças e adolescentes, as mulheres brasileiras vulnerabilizadas, as famílias, a saúde pública.

Portanto, parabenizo aqui o Senador Jayme Campos pelo belo trabalho, eficiente, ágil e democrático que V. Exª realizou à frente da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e, obviamente, dar as boas-vindas ao nosso novo Presidente, Senador Waldemir Moka, e à nossa Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, desejando a eles um profícuo trabalho.

Temos absoluta certeza de que, pelo perfil de cada um, pelo trabalho que já vêm realizando nas Comissões de que fazer parte como membros, V. Exªs darão continuidade a esse trabalho sério e comprometido que esta Comissão vem realizando em prol da sociedade brasileira.

Parabéns, Senadora Vanessa Grazziotin! Parabéns, nosso Presidente Waldemir Moka!

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Senador João Durval, eu quero me somar aos pronunciamentos dos colegas Senadores no tocante, primeiro, aos elogios que fazem à postura democrática, à postura gentil, à postura pró-ativa que sempre tivemos na pessoa do ex-Presidente Jayme Campos e na pessoa do seu vice, o Senador Casildo Maldaner.

Eu tenho absoluta certeza de que a esse trabalho será dada continuidade pelos recém-eleitos, Waldemir Moka, como Presidente, e Vanessa Grazziotin, como vice. Digo isso porque os conheço e conheço o seu empenho, a sua dedicação e o seu compromisso com as questões sociais.

Com o que o Senador Jayme Campos conseguiu, com a dinâmica que conseguiu imprimir a esta Comissão, votando matérias de extrema importância para o Brasil, fazendo realizar inúmeras audiências públicas para o debate de temas relevantes, esta foi uma comissão viva, atuante; foi uma comissão presente e, sobretudo, participativa. E tenho absoluta certeza de que, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, com o talento que tem, com a competência que tem, com a sensibilidade social que tem, não será diferente.

Desejo, do fundo do coração, muito sucesso e muito êxito ao Senador Waldemir Moka e à Senadora Vanessa Grazziotin, ao tempo em que deixo o meu abraço em reconhecimento ao brilhante e exitoso trabalho realizado pelos Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Concedo a palavra ao Presidente eleito, Senador Waldemir Moka, ao passo que lhe transmito a Presidência dos trabalhos deste Colegiado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Meu caro amigo João Durval, para mim é uma alegria que V. Exª tenha presidido esta reunião. Tenho um carinho muito grande por V. Exª.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras que, por aclamação, fizeram essa eleição. Mas, antes de qualquer coisa, tenho que agradecer a indicação do meu partido, do meu Líder, o Senador Eunício. Trata-se de uma indicação partidária.

Digo ainda do privilégio e da alegria de ter, ao meu lado, uma extraordinária mulher, que tem uma sensibilidade muito grande, oriunda das lutas estudantis, assim como eu, forjada no campo social, onde é necessária muita sensibilidade. Assim, fico muito feliz e muito honrado por compor este mandato que faremos, podem ter certeza V. Exªs, juntamente com a Senadora Vanessa e eu.

Até ela mesma diz: "de vez em quando a gente diverge", mas é porque nós temos, às vezes, pontos de vista diferentes; porém, nunca a ponto de um não respeitar a posição e as convicções do outro. Nós nascemos dentro do chamado "centralismo democrático" – não é Vanessa? Então, o perdedor no voto tem que adotar a postura majoritariamente definida. Esta é a minha vida política e a minha vivência democrática.

Eu quero fazer um registro muito especial... E, Vanessa, essa será uma missão difícil. Eu, assim como o Senador Humberto, participei de inúmeras comissões – e não digo isso de graça, é uma coisa muita sincera e muito honesta e leal da minha parte – e posso

afirmar que a condução do Senador Jayme Campos, juntamente com o Senador Casildo Maldaner, é um exemplo de como conduzir. É um Presidente que não polemiza, que encaminha, que não engaveta projetos, que os distribui da forma mais democrática, que não partidariza. Acho que é um exemplo de como se deve conduzir uma comissão permanente.

Então, quero mirar esse exemplo e me espelhar no seu exemplo. Acho muito difícil que a gente possa reproduzir dois anos de tanto sucesso, mas pode ter certeza V. Exª de que eu e a Senadora Vanessa vamos nos esmerar para que isso possa ocorrer.

Para encerrar a minha fala, quando saúdo o Senador Casildo Maldaner, do meu Partido, do nosso PMDB de Santa Catarina, quero dizer a V. Exªs que, como norma, olho a Comissão de Assuntos Sociais e, como médico, não terei a tendência de conduzi-la para o lado da saúde, meu caro Paulo Davim. Temos de ter a visão de que esta Comissão tem um espectro muito maior, abrangendo a área social, as relações trabalhistas, a questão previdenciária. Quer dizer, é preciso que quem sente nesta cadeira tenha exatamente a dimensão do que representa a Comissão de Assuntos Sociais. É fundamental que a gente tenha em mente isso.

Quero crer que o Senador Jayme Campos e o Senador Casildo Maldaner deram exemplo na condução desta Comissão, que tem um espectro tão amplo. Aqui, é preciso que você consiga ter sensibilidade, para que possamos tratar, no mínimo, com quatro Ministérios: o Ministério do Trabalho, o da Previdência, o da Ação Social e o Ministério da Saúde.

Então, nós nos vamos desdobrar aqui. Vamos fazer um cronograma, eu e a Vanessa, para que, na próxima reunião ordinária da quarta-feira, possamos submetê-lo a este Plenário, consultando-o.

Ouvi a fala do Senador Humberto e, realmente, vou me permitir fazer duas coisas que acho fundamentais. Ele disse que foi criada, no ano passado, uma comissão no plenário para que pudéssemos discutir as fontes de financiamento da saúde. Acho isso fundamental.

Eu queria já sugerir a V. Exª que, em homenagem ao grande trabalho que foi feito, a gente pudesse designar o Senador Jayme Campos como o coordenador, o presidente dessa ação, para que a gente pudesse retomar esse assunto. Essa questão é fundamental.

Os outros assuntos e as outras prioridades, nós vamos discuti-los e extraí-los do conjunto dos membros desta Comissão.

Muitíssimo obrigado pelo voto, pela confiança. Muito obrigado mesmo! Vou fazer o melhor possível para honrar o meu País, o meu Estado e o meu Partido. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Quero conceder a palavra à minha amiga e companheira de chapa, Vice-Presidente desta Comissão, a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Olha, o Vice-Presidente nunca fala depois do Presidente. Nem a Vice-Presidente fala! Então, só quero assinar embaixo de suas palavras.

Quero repetir aqui ao Senador Moka, a todos os meus companheiros Senadores e às minhas companheiras Senadoras meu agradecimento ao meu bloco parlamentar. E quero dizer que só o aceitei, de fato, porque o Presidente trabalha muito. Então, o Presidente não vai me dar nenhum trabalho.

Já que me passa a palavra, aproveito apenas para, mais uma vez, cumprimentar, de forma calorosa e reconhecida, tanto o nosso Presidente Jayme Campos, quanto o nosso Vice-Presidente, o Senador Casildo Maldaner, meu conterrâneo, não é, Senador? Eu sou uma das poucas pessoas que têm o privilégio de dizer que sou de duas unidades da Federação, de dois Estados: onde eu nasci e onde eu vivo há mais de... Não vou dizer quantos anos, porque aí fica meio chato.

Mas, enfim, quero cumprimentá-los e agradecer-lhes o apoio.

Não tenho dúvida nenhuma, Senador Moka, de que V. Exª conduzirá os trabalhos desta Comissão tão importante da mesma forma com que os conduziu o Senador Jayme Campos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto se algum Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou falar só por um minuto, Sr. Presidente, porque V. Exª, outros e eu temos de ir para a Comissão de Educação.

Mas eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exª. Sei que será uma grande gestão. Ressalto sua capacidade, como já foi dito aqui, ao longo desses dois anos. É um Parlamentar brilhante, como também o é a Senadora Vanessa Grazziotin. A Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, terá uma direção, eu diria, à altura de Jayme Campos e de Casildo Maldaner, um homem que está sempre à disposição de todos e que faz o bem não interessando a quem.

Casildo, antes eu falei bastante do Jayme, então, permita-me que eu lhe diga isto: para mim é uma alegria enorme ser seu companheiro. Nos debates, participamos aqui, no plenário, de temas polêmicos. V.

Exª sempre teve uma postura, eu diria, no campo da diplomacia, da elegância. E contribuindo sempre para a aprovação dos melhores projetos na Casa.

Casildo Maldaner, foi uma alegria ter sido dirigido também por V. Exª nesta Comissão.

Parabéns a todos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto se algum Senador ainda deseja…

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srª Vice-Presidente, eu não poderia deixar de manifestar, através de algumas palavras, a minha saudação a V. Exª, que assume tão importante comissão nesta Casa. Até porque a presença de V. Exª representa uma honra para o nosso Estado de Mato Grosso do Sul, como representou, há momentos atrás, a Presidência do Senador Jayme Campos para Mato Grosso uno, os dois.

Eu me sinto, portanto, muito orgulhoso em poder interpretar, neste instante, a manifestação unânime do nosso Estado, que reconhece em V. Exª uma pessoa que sempre se voltou aos problemas sociais, sobretudo aos da saúde. E assim V. Exª se ressaltou lá no nosso Estado.

Eu gostaria de cumprimentar também a Senadora Vanessa Grazziotin, pessoa simpaticíssima, que me estendeu a mão no primeiro instante que adentrei o plenário, e eu me senti fortalecido naquele momento. E tive até a aventura de subir à tribuna, graças àquela alavanca, àquele estímulo que ela me deu. Sou muito grato a V. Exª, Senadora.

Cumprimento os dois, portanto, em nome do meu Estado, Mato Grosso do Sul, e saúdo a todos, desejando que esta Comissão, realmente, corresponda às expectativas do Senado e, sobretudo, da Nação.

Meus cumprimentos aos senhores recém-eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ao agradecer ao meu conterrâneo, velho companheiro de jornada Ruben Figueiró, que foi Deputado Federal, Secretário de Estado, enfim, que é um homem que honra o nosso Estado e, sem dúvida nenhuma, um grande amigo, agradeço a todos os que compõem esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, em nome da nossa Vice-Presidente e em meu nome, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a condução do nosso Senador João Durval.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Magno Malta, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Eduardo Amorim e Marco Antônio Costa e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Luiz Henrique e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro e outros. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2012**. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria** *Ad Hoc*: Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Durante da leitura, o Relator *ad hoc*, Senador Eduardo Braga, altera o Relatório concluindo pela aprovação do Projeto. Aprovado o Requerimento nº 66, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA

para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2005.** Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 402, de 2005. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2010**. Terminativo. Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Roberto Requião e Pedro Taques, nos termos regimentais. **ITEM 6) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2001**. Não Terminativo. Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. **Autoria:** CPI – Futebol – 2000 (CPI). **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria** *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001. Votam vencidos os Senadores Flexa Ribeiro e José Agripino. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Pedro Taques. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2007.** Terminativo. Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2012**. Terminativo. Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar o rigor na repressão aos crimes de homicídio, em suas variadas formas, bem como estabelecer critério uniforme na decretação da prisão preventiva em relação à referida infração penal. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Senador Pedro Taques. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, de 2012**. Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo. **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Marco Antônio Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1, 3 e 4 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e à Emenda nº 2 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com uma subemenda que apresenta. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Roberto Requião. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CI/CCJ, 2-CI/CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, 3-CI/CCJ e 4-CI/CCJ. **EXTRAPAUTA: ITEM 12) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2011**. **Ementa do Projeto:** Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. **Autoria do Projeto:** Senador Roberto Requião. **Relatoria das Emendas:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável às Emendas de Plenário nºs 9, 11, 12 e 13, nos termos das Subemendas apresentas, favorável às Emendas nºs 15 e 16 e contrário às Emendas nºs 10, 14, 17 e 18. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira, nos termor regimentais. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2012. Não Terminativo.** Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CRE. Aprovado o Requerimento nº 67, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº1-CRE/CCJ. **ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 66, de 2012**. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 27, de 2012. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 67, de 2012**. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 104, de 2012. **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dezessete minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2012; ITEM 8) PRJETO DE LEI DO SENADO 390, DE 2011 e ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

– Não Terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para seu brevíssimo relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eunício Oliveira, Presidente.

A alteração que se pretende ao art. 52, com o acréscimo de um §2º à sua redação original, proposta pelo Senador Walter Pinheiro, é inteiramente justificável, tanto do ponto de vista da técnica legislativa quanto da constitucionalidade.

Preliminarmente, compete assentar que é atribuição da Comissão de Constituição e Justiça avaliar esse tipo de matéria.

No mérito, temos convicção da necessidade de sua aprovação, por conta da atribuição de efetividade à atuação do Senado Federal, no ponto, ao controle da atuação de agentes políticos do Poder Executivo, emprestando, com isso, eficiência ao modelo constitucionalizado.

A expressão estratégica das áreas de atuação de tais agentes, principalmente os integrantes de agências reguladoras, justifica plenamente o posicionamento favorável por parte desta relatoria. A oitiva anual permitirá ao Senado Federal o acompanhamento efetivo e consequencial da ação administrativa e institucional das autoridades submetidas ao seu aval como condição para a posse.

Voto.

Em face de todo o exposto, somos pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, nesta Comissão, na sessão de hoje.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O relatório do Senador Anibal Diniz passa a constituir o parecer favorável à proposta.

Item 2 da pauta.

O Senador Eduardo Braga já chegou? Está presidindo a CCT. Vejam se ele está a caminho. Enquanto isso, leio o item:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Hugo Leal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

O Senador Eduardo Braga, em um entendimento com o Senador Ricardo Ferraço, será o Relator *ad hoc* dessa matéria.

Convido o Senador Eduardo Braga para relatar o Item 2 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2012.

Senador Eduardo Braga, V. Exª estava presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia. Agora V. Exª chega. Na página 24 está o relatório que seria feito pelo Senador Ricardo Ferraço, que está em viagem fora do Brasil. Em acordo com V. Exª ficou determina-

do, e foi solicitado à Mesa e a esta Presidência, que V. Exª fosse nomeado Relator *ad hoc,* com relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Consulto V. Exª, porque, nesse relatório do Senador Ricardo Ferraço há um entendimento para a reformulação dessa matéria, desse relatório, o que, obviamente, será objeto de discussão no relatório da emenda ou da emenda substitutiva que será apresentada por V. Exª. Estou esticando um pouco a conversa para V. Exª respirar, pois sei que veio correndo a outra Comissão.

Tem a palavra o Senador Eduardo Braga, do querido Estado do Amazonas, que o Brasil se orgulha de ter tido por oito anos como Governador e agora como Senador, defendendo o povo daquela terra.

Senador Eduardo Braga, tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, agradeço a compreensão. Estou, na realidade, presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia. Transferi a Presidência para o Senador Walter Pinheiro para que pudesse estar aqui, apresentando esse relatório *ad hoc* e, ao mesmo tempo, com um relatório diferenciado do apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço.

Reconheço a dedicação e a participação do Senador Ricardo Ferraço nesta matéria, neste tema, ele que é um dos Senadores que têm dado atenção a essa questão da Lei Seca, bem como V. Exª, tendo em vista que o Estado do Ceará tem altos índices de acidentes e de vítimas fatais, em função da embriaguez e do uso de álcool ao volante pelos motoristas.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 27, de 2012, de autoria do Deputado Hugo Leal, que altera vários artigos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O projeto sob exame propõe as seguintes alterações no CTB: aumenta a penalidade de multa para a infração administrativa de dirigir sob influência de álcool e acresce a medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação. A multa também passa a ser aplicada em dobro em caso de reincidência (art. 165); estabelece que o serviço de recolhimento e manutenção de veículos ao depósito poderá ser executado por empresa contratada pelo Poder Público (art. 262); acrescenta a possibilidade de verificação da concentração de álcool por ar alveolar para a configuração da infração administrativa (art. 276); exemplifica outros meios de prova que podem ser usados para configurar a influência de álcool no condutor, como imagem e vídeo (art. 277); e possibilita o uso de outros meios de prova, além da verificação do nível de concentração de álcool no sangue ou no ar alveolar, para a caracterização do crime de condução de veículo embriagado (art. 306).

Até o momento, não foram apreciadas emendas nesta Comissão.

Análise.

O Direito Penal é matéria de competência privativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição Federal) e compete ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de sua competência (art. 48, *caput*, da Constituição Federal de 1988).

O projeto está de acordo com os princípios constitucionais. Não há ofensa a qualquer cláusula pétrea e tampouco existem equívocos de juridicidade da proposição.

Quanto ao mérito, o projeto trata de questão pungente na sociedade brasileira: o combate à condução de veículos sob o efeito de álcool.

Como bem frisou o Senador Ricardo Ferraço em relatório:

O País hoje vive um contexto de ampla produção e consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Além disso, são alarmantes os números de violência no trânsito. Segundo dados da Polícia Federal, no ano de 2011 tivemos 192.188 acidentes e 8.661 mortes. Desse total 7.551 acidentes e 345 mortos tiveram como causa a ingestão de álcool, o que corresponde a 3,93% e 2,98% desse total, respectivamente.

Portanto, creio que não há quem não concorde com o Senador Ricardo Ferraço quanto à necessidade de se dar a devida atenção a esse triste cenário em que vive o País.

Contudo, com a devida vênia ao primoroso trabalho feito pelo Senador no relatório apresentado a esta Comissão, manifesto-me pela aprovação do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, afastando qualquer alteração no projeto.

Tal como o próprio Senador Ricardo Ferraço frisou em seu relatório, as propostas de instituição chamada de "tolerância zero" têm sido sistematicamente rejeitadas, como aconteceu justamente com projeto de sua autoria, o PLS nº 48/2011, que foi arquivado na Câmara dos Deputados.

Então o que faremos diante desse impasse? Insistiremos numa posição polêmica, não consensual ou transformaremos logo em lei uma medida razoável, efetivando desde já mecanismos concretos para o combate aos acidentes de trânsito?

Não podemos desprezar os meses que estão por vir. Como é largamente sabido, o número de acidentes de trânsito devido ao consumo abusivo de álcool au-

menta significativamente, de forma quase exponencial, no final do ano e no período do carnaval.

Estamos diante de uma oportunidade de darmos um tratamento mais efetivo à questão e temos de aproveitá-la. Portanto o que deve ficar claro é que a redação que passa pelo crivo do Senado é a possível neste momento, que não podemos ignorar. Qualquer alteração no projeto aprovado pela Câmara importará a dilação no trâmite legislativo. Não podemos nos furtar a dar uma resposta rápida à sociedade, a qual virá com a aprovação nesta Casa da proposição tal como vinda da Câmara dos Deputados, para então seguir à sanção presidencial.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2012.

É este o nosso voto e parecer, Sr. Presidente, dizendo que nada impede que no próximo ano o Senador Ricardo Ferraço apresente, complementarmente à lei que será – não tenho dúvida – aprovada e encaminhada à sanção da Senhora Presidente, artigos que possam alterá-la e terá, obviamente, o apoio desta Casa e deste Senador, que neste momento se manifesta favoravelmente ao texto como aprovado pela Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O Senador Pedro Taques pede a palavra para discutir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu só tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, S. Exª o Relator... Aqui no art. 306 do projeto existe uma locução: "qualquer concentração de".

Considerando que essa previsão não se encontrava no PLS nº 48, de 2011, já aprovado aqui no Senado, no qual se baseia o Relator para as modificações propostas, por que essa locução?

Seria só esse esclarecimento, também dizendo que, como Relator do Projeto do Código Penal, esta é uma exceção, Sr. Presidente, da necessidade de aprovação deste projeto, porque ele também contém disposições administrativas. Daí ele não ter sido apensado ao projeto que está sendo analisado pela Comissão, que V. Exª preside.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, só para esclarecimento, o que o Senador Eduardo Braga faz aqui é encaminhar a aprovação do projeto que veio da Câmara na sua íntegra, sem nenhuma emenda, sem nenhuma alteração. Se fizermos aqui qualquer emenda ou alteração, como havia feito o Senador Ricardo Ferraço... Por isso o entendimento com o Senador Ricardo Ferraço e o compromisso para que, sem prejuízo de outro PLS que ele porventura deseje apresentar...

Por isso é que nós estamos preservando o PLC, tendo em vista o final de ano e o carnaval, que se aproxima. Precisamos ter um instrumento para evitar tantas mortes no trânsito, como acontece pelo Brasil inteiro, gerando, lamentavelmente, uma estatística negativa para essa área específica no meu querido Estado do Ceará.

Portanto este é o apelo da Mesa para que façamos a aprovação do Projeto de Lei que veio da Câmara, para que haja a sanção presidencial ainda antes do Natal. É esse o apelo que faço aos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer a pergunta do nosso eminente Senador Pedro Taques, efetivamente, o substitutivo apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço alterava e estabelecia "qualquer concentração".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O de V. Exª mantém...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mantenho o da Câmara, que fica com o seguinte texto:

Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.

§ 1º. As condutas no caput serão constatadas por:

I. concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora.

Portanto, ficaria com o texto da Câmara, que define claramente que não ficasse sob influência de qualquer concentração de álcool. V. Exª tem absoluta razão no comentário e seria absolutamente pertinente a pergunta de V. Exª.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu acredito que dessa forma se resolve o impasse.

Eu me recordava de uma descoberta de meus tempos de acadêmico: atletas que não bebiam e ingeriam, por exemplo, um jarro de um litro de suco de laranja, em função da fermentação do suco de laranja, passavam a ter uma presença significativa de álcool no sangue. Então, este termo "qualquer concentração" é realmente um absurdo, mas parece que está superado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Encerrada a discussão, a matéria entra em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Antes de passar ao próximo item da pauta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ....pede a palavra o Senador Magno Malta e, em seguida, V. Exª.

Senador Magno Malta tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu posso deixar o Senador Requião falar na minha frente, porque antiguidade é posto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está com a palavra. Em seguida, passo ao Senador Requião.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu o deixo falar, porque antiguidade é posto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu recebo essa deferência do Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele já está presidindo a Mesa. Final de ano é assim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ...como a deferência necessária de um menino para com um sujeito de idade mais avançada.

Senador Eunício, na penúltima reunião, avençamos que colocaríamos em votação hoje o meu projeto de direito de resposta, relatado pelo Senador Pedro Taques. Eu presido neste momento a Comissão, ou não presido neste momento, porque pedi apoio ao Senador Jayme Campos, a reunião mista da Comissão de Educação e de Assuntos Sociais sobre o ato médico.

Então, se V. Exª pudesse colocar esse projeto logo em votação, eu me desoneraria da obrigação da presença aqui e iria presidir a reunião do ato médico.

É o requerimento que faço a V. Exª, de que o próximo item seja do projeto do direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, logo que terminemos a pauta, obviamente entraremos na extrapauta, em que está o projeto de V. Exª para ser relatado. Peço vênia a V. Exª, mas vou dar sequência à pauta, pois há vários itens terminativos. Então, como...

(Fala do Sr. Senador Roberto Requião, retirada por determinação do Sr. Presidente Eunício Oliveira.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, me escute um minuto. Eu não concluí, Senador Roberto Requião.

(Fala do Sr. Senador Roberto Requião, retirada por determinação do Sr. Presidente Eunício Oliveira.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, V. Exª não me ouviu. Estou só dizendo que tenho mais um item da pauta e tenho outros itens que são terminativos. Tendo em vista que não tem número para projeto terminativo, na sequência, não tendo item nenhum, vou colocar os projetos extrapauta – são dois –, com que comprometi, e vou colocá-los...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Apague dos *Anais* o meu protesto. Fico satisfeito com a sua solução.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retire dos *Anais* as palavras do Senador Requião, porque não têm procedência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta e V. Exª em seguida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não. É só porque o Senador Requião vai sair, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele não vai sair; vai ficar esperando o projeto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele fez referência. Por mais que tenha retirado o protesto dele, agora quero fazer um protesto meu.

Ele disse que o projeto ficou engavetado. Eu, como Relator, não engavetei o projeto. Só se for a CCJ, mas também não acredito que a CCJ tenha engavetado o projeto. Aliás, o processo legislativo no Brasil dá conta de que o autor não pode ser relator, justamente para que nós não possamos ter o comprometimento psicológico do autor com a oportunidade e conveniência de o projeto ser colocado em votação.

Como Relator desse projeto, quero deixar expresso que não sou useiro nem vezeiro de engavetar projeto. E, mais uma vez, aqui usando uma metáfora futebolística, aquele que cobra o *corner* não pode cabecear na área. Por isso o autor não pode ser relator.

Então, com todo respeito a V. Exª, Senador Requião, e o respeito que V. Exª merece, eu não engavetei projeto e gostaria de que V. Exª, por gentileza, não me expressasse esse tipo de adjetivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não vamos fazer esse debate.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não é exatamente um debate. Eu só gostaria que a Mesa informasse ao meu amigo Senador Pedro Taques que o prazo regimental para o Relator relatar

um projeto é de 15 dias. Ele não estava engavetado, mas estava parado há um ano.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, nós temos...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o quando eu coloquei o projeto em votação, o Senador Requião não se encontrava aqui; estava a serviço do Senado fora do Brasil. Portanto eu aqui me encontrava e não sou engavetador de projeto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse projeto estava na pauta e foi retirado de pauta pelo próprio Senador Requião.

Então, o projeto volta à pauta no dia de hoje por um compromisso da Mesa, passando-o, inclusive, à frente. E há mais de mil projetos que não estão engavetados, mas em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Magno Malta, vou colocar a matéria em discussão.

V. Exª pediu a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É só para fazer um registro. Até me arrependi de ter dado o meu pela ordem para Requião. Esses dois meninos ficam brigando aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos lá, Senador Magno Malta. A palavra está com V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É só para fazer um registro, Sr. Presidente, a respeito do projeto que acabou de ser relatado pelo Senador Eduardo Braga.

O nosso grande drama não é cocaína nem maconha, apesar de serem um grande drama. Nem o *crack*. O nosso drama é bebida alcoólica mesmo. O drama do País é bebida alcoólica. E nós temos um comportamento absolutamente hipócrita neste País: todo mundo bebe, todo mundo se alcooliza e todo mundo quer uma resposta da classe política e da polícia para tomar conta dos drogados, que são usuários de drogas que estão na ilegalidade, quando na verdade nosso grande drama é bebida alcoólica neste País, que é glamourizada. Aliás estamos num momento de festas – e ontem se viu isso –, quando as pessoas vão para jantares e saem de madrugada alcoolizadas. Nós vivemos um drama com a bebida alcoólica neste País.

Então não dá para se fazer qualquer tipo de concessão para que um motorista bêbado tenha qualquer tipo de direito e quem por ele atingido foi não tenha direito a nada.

De maneira que eu quero fazer o meu registro, porque são 35 anos tirando drogado da rua. A minha instituição recupera 85% dos que por lá passam. Os 15% que nós perdemos são ligados a bebida alcoólica. Para cada 50 viciados em cocaína que eu recupero, só consigo recuperar um bêbado. Essa é a estatística de 35 anos de quem trabalha nesse viés em favor da sociedade.

Portanto faço o meu registro. Penso que não votamos o melhor dos mundos. Avançamos, mas precisamos avançar muito mais. Esta semana, uma família inteira foi atingida por um sujeito bêbado, de 22 anos, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Chegando de viagem uma família, o sujeito vai lá para dentro do aeroporto matar, completamente alcoolizado. Depois a lei diz que ele se porta como quiser e que não pode criar prova contra si. Se ele quiser fazer bafômetro, faz; se não quiser, não faz, é um problema dele. Agora, quem perdeu a vida porque ficou mutilado, tetraplégico, paraplégico que pague o preço e responda por alguém que tem direito. Mas realmente quem é atingido não tem direito a nada.

Avançamos. Não é o melhor dos mundos. Mas espero que um dia nós paremos de glamourizar a bebida alcoólica neste País e de debitar a nossa miséria toda na conta do *crack*, porque não é verdade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra para V. Exª.

Esta matéria já foi votada, nós temos 10 itens na pauta, meio-dia vai haver uma sessão do Congresso Nacional sobre a questão dos *royalties* e uma homenagem com medalhas para os Ministros que irão recebê-las, e esta Presidência tem que estar presente lá. Então faria um apelo aos Srs. Senadores para acelerarmos a votação.

Tem a palavra pela ordem...

Mas antes eu queria parabenizar o Deputado Hugo Leal, que está aqui no nosso plenário, que é o autor desse projeto na Câmara dos Deputados. Então parabéns a V. Exª. O projeto foi aprovado e vai agora à sanção presidencial.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, solicito urgência para que o projeto possa ir logo à votação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma solicitação da nossa Líder Lídice da Mata e eu consulto os Srs. Senadores sobre a urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se acham.*(Pausa)*

Aprovada a urgência, a matéria vai direto ao Plenário em regime de urgência.

Próximo item da pauta.

Item 3 da pauta, p. 46.

Senador Sérgio Petecão. O microfone está aberto, Senador.

ITEM 3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005

– Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005.
Observações: – *A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Requião.*

Senador Sérgio Petecão, página 46!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Eu sei qual é a página, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É que eu estava chamando V. Exª, que estava cabisbaixo, o que não é costume do povo do Acre.

V. Exª tem a palavra, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares*.

A proposição original, de autoria do Senador Marcelo Crivella, contém dois artigos: o primeiro determina que os aeroportos, bases aéreas e similares ficam obrigados a manter em local visível permanente homenagem a Alberto Santos Dumont, como o "Pai da Aviação", enquanto o segundo prevê prazo de cento e oitenta dias para a vigência da lei proposta.

Aprovada no Senado nos termos do substitutivo adotado por esta Comissão, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi igualmente aprovada com novo substitutivo, que agora se submete à apreciação da Casa iniciadora, nos termos do art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal. Os dois substitutivos divergem entre si apenas quanto à inclusão, ou não, das bases aéreas entre os locais alcançados pela obrigatoriedade da homenagem a Santos Dumont.

A única diferença entre os textos aprovados na Câmara e no Senado diz respeito à obrigatoriedade da homenagem nas bases aéreas e similares. Enquanto o Senado limitou a homenagem obrigatória aos aeroportos, a Câmara estendeu-a às instalações militares.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Petecão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, pede a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o homem pode mudar a lei, mas a lei não pode mudar o homem. Seria desnecessário um projeto para que nós possamos reverenciar um herói nacional, mas não existe nenhum óbice constitucional ou regimental à aprovação desse projeto, só dizendo que infeliz do país que precisa de uma lei para que os seus heróis sejam homenageados.

Contudo, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com as mesmas razões do Senador Pedro Taques, acrescento que voto favoravelmente porque os nossos aeroportos agora, Senador Pedro Taques, estão sendo internacionalizados. Empresas forâneas administrarão os aeroportos e são capazes de colocar as imagens dos irmãos Wright como fundadores da aviação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Sérgio Petecão, que passa a constituir o parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 402, de 2005.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Roberto Requião.

Próximo item da pauta:

ITEM 6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2001

– Não terminativo -

Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.

Autoria: Senado Federal.
Relatoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001.
Observações: *A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais.*

O Senador Vital do Rêgo está presidindo a Comissão.

Vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro, na p. 125.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Se V. Exª quiser pular esse item, em função de que o Relator não está presente, para ir para o Item 5, que tem quórum para a terminativa, eu posso relatar o Item 5, do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O item 5 é terminativo. Esse aqui é o último não terminativo.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª tem condição de fazer o relatório?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Farei a leitura do voto do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

Então tem a palavra V. Exª para a leitura do voto, como Relator *ad hoc*, já que o Senador Vital do Rêgo encontra-se presidindo outra Comissão e aqui não pode estar.

V. Exª tem a palavra.

O SR FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001, de autoria do Senado Federal e de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que tem por objetivo regulamentar a profissão de árbitro de futebol.

Ao justificar a sua iniciativa, os membros da referida Comissão Parlamentar de Inquérito argumentam que o projeto, com o reconhecimento da profissão de árbitro de futebol, cria uma identidade para este profissional, permitindo-se, doravante, exigir dele ética profissional e transparência de conduta em sua atividade, o que, por sua vez, lhe dá condições para desempenhar suas funções na sua amplitude de direitos.

Passo à análise, Sr. Presidente, antes dizendo que a matéria, uma vez examinada por esta Comissão, deverá seguir para a Comissão de Assuntos Sociais.

Até o momento, ao projeto não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, deliberar sobre a presente proposição em relação à sua juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade.

Sem nos determos mais demoradamente nos aspectos relativos ao mérito da proposta, que será analisado com maior profundidade e de modo mais abrangente pela Comissão de Assuntos Sociais, ressaltamos que a medida é meritória, eis que cria uma identidade do árbitro de futebol, dando-lhe condições para que possa exercer a sua profissão com amplitude de direitos, não permitindo a atividade a terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação adequada para o seu exercício.

Ademais, ao regulamentar o exercício dessa profissão, a proposta incorpora a tendência contemporânea do Direito do Trabalho, que é a de estender seu manto protetor a todas as profissões existentes, a fim de que fiquem devidamente especificados os direitos e deveres de seus exercentes.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001.

Esse é o voto do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, rendendo homenagens ao Senador Vital do Rêgo e ao Relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, eu queria fazer uma reflexão a respeito da necessidade da regulamentação de profissões.

A Constituição, no art. 5º, inciso XIII, nos traz a regra e a exceção. A regra não é a regulamentação

de profissões. Excepcionalmente, se essas profissões, trabalhos ou ofícios tratarem de saúde, de educação, de segurança, seria o caso de regulamentação na forma da lei.

Com todo o respeito aos árbitros de futebol, aqui não se me afigura como constitucional, não se me afigura como razoável nós fazermos essa regulamentação Ao lado disso, nós estamos aqui também a criar um novo tipo penal numa legislação que trata de regras sobre profissão; um tipo penal com pena de detenção:

> Art. 6º. Constituiu crime contra a organização do esporte realizar arbitragem de partida esportiva de forma fraudulenta.
> Pena: detenção de 6 meses a 2 anos e multa.

Parece-me, mais uma vez expressando respeito ao Senador Vital do Rêgo, uma legislação de emergência, o que se denomina também de inflação legislativa.

Sr. Presidente, vou votar contrariamente à aprovação deste Projeto, porque nós não podemos criar no Brasil uma pátria de profissões regulamentadas. Faz parte do direito fundamental de qualquer cidadão exercer qualquer profissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu também não concordo, da mesma forma que o Senador Pedro Taques. Nós estaríamos criando uma grande confusão. Todos nós sabemos quantos erros ocorrem numa arbitragem. Qual é a diferença entre o erro de um juiz, que é o normal, por exemplo, num jogo de futebol, e uma fraude? As interpretações seriam terríveis. Dessa forma me parece essa incriminação, a criação desse novo tipo penal, um absurdo completo e o meu voto será contrário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Faço este registro até por economia. E nós não podemos perder esse quórum qualificado aqui. Faço coro com o Senador Pedro Taques e com o Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu só votaria a favor desta proposta se fosse suprimido o art. 6º na sua totalidade, porque o Senador Pedro Taques, o Senador Requião e o Senador Magno Malta têm razão. Acho que o art. 6º é algo que conflita com o bom senso, Sr. Presidente.

Então, proponho que, se for para votar isso, se suprima o art. 6º inteiramente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, pediu a palavra o Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Não?

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Olha, a gente não pode forçar a barra no sentido de transformar o futebol, um esporte que é uma paixão nacional, numa ciência exata. Assim, a presença do juiz passaria a ser até descartada e tudo seria feito por câmeras, podendo-se, depois, voltar cada lance para se decidir o resultado de uma partida.

Eu acho o Projeto perfeitamente dispensável e também acompanho a reflexão dos Senadores Requião e Pedro Taques no sentido de votar contrariamente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lembramos aos Srs. Senadores que meio-dia vamos ter uma sessão do Congresso Nacional. Vamos dar velocidade às nossas discussões aqui, respeitando, obviamente, a opinião de cada um.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Só para registrar que eu reforço o coro dos que me antecederam, no sentido de também ser contra o Projeto, porque creio que seja temerária essa questão do art. 6º.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, eu vou colocar a matéria em votação.

Está encerrada a discussão.

Vou colocar a matéria em votação.

Em votação o relatório do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório tem o voto contrário do Senador Requião, do Senador Pedro Taques, do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Anibal Diniz, do Senador Eduardo Lopes, do Senador Suplicy, do Senador Magno Malta... Mais alguém?

Senador Pimentel, Senador Petecão e Senador Marco Costa também contrários.

Rejeitado o relatório.

Vou designar o Senador Pedro Taques como Relator do vencido.

V. Exª concorda com o relatório do vencido?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, rejeitado o relatório, a matéria vai agora...

Calma, rapaz, não acabou o ano ainda não. Calma.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Rejeitado o relatório do PLS nº 294, de 2001, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem pediu a palavra?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem. Quem pediu a palavra, por favor?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Exª.

V. Exª mencionou a pressa que a Comissão tem de apreciar as matérias que estão na pauta, tendo em vista a reunião do Congresso que vai apreciar o veto dos *royalties*, matéria que interessa ao Brasil inteiro. O Senador Alvaro Dias e eu subscrevemos um requerimento, que está entregue à Mesa, em que é solicitada a apreciação por esta Comissão de um requerimento de convite ao Sr. Marcos Valério, para que ele venha ao Senado explicar os termos do depoimento que teria prestado à Procuradoria Geral da República, divulgado com ampla repercussão pela imprensa nacional ontem e hoje e creio eu que por muitos dias pela frente.

É fundamental o esclarecimento dos fatos e a indagação ao Sr. Marcos Valério sobre se aquilo que a imprensa divulga foi dito por ele e se ele tem elementos que comprovem as afirmações. Como é fundamental ao Brasil conhecer a verdade em torno desses assuntos, eu acho que se impõe a apreciação deste requerimento.

O Senador Alvaro Dias está aqui nesta Comissão, eu estou aqui presente e consulto se V. Exª vai colocar em apreciação este requerimento na reunião de hoje pelas razões que acabo de expor.

É a indagação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Agripino, pelo respeito que tenho por V. Exª, sempre um Senador firme, equilibrado, há uma decisão da Mesa em que requerimento apresentado numa reunião não será votado nesta mesma reunião.

Então, peço vênia a V. Exª, porque, tendo em vista uma questão de ordem já decidida pela Mesa, nós não temos condições de colocar em votação esse requerimento no dia de hoje, mas ainda vamos ter mais duas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, quando eles poderão ser apreciados.

Peço escusa a V. Exª, mas estamos cumprindo uma determinação que já havia sido definida em um levantamento de questão feito aqui, se não me falha a memória, pelo Senador Pedro Taques.

Então, pedindo desculpas a V. Exª, nós vamos dar prosseguimento à pauta das matérias que estão sobre a mesa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu agradeço a V. Exª. Agora, fico satisfeito pelo fato de V. Exª dizer que, até o encerramento dos trabalhos este ano, a matéria vai ser apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Agripino.

Próximo item da pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2010
– Terminativo -

Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 30/08/2012, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria.
– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, pedindo a S. Exª que, se possível, faça brevidade do voto, para que a gente dê sequência à pauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, do Senador Marconi Perillo, que *cria regras para aplicação de concursos para a investidura em cargos públicos*

no âmbito da União, dos Estados, do Municípios e do Distrito Federal.

Vou direto para a análise.

Com amparo no art. 91, I, do Regimento Interno desta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, encontra-se nesta Comissão para colher decisão terminativa.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que "não há inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa em lei oriunda do Poder Legislativo que disponha sobre aspectos de concursos públicos sem interferir, diretamente, nos critérios objetivos para admissão e provimento de cargos públicos" (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 682.317, decisão de 14.02.2012, relator o Ministro Dias Toffoli).

Com base nesses dois precedentes do Supremo Tribunal Federal, assenta-se a constitucionalidade formal, no ponto, da proposição da qual ora nos ocupamos.

Tem amparo constitucional, assim, a iniciativa legislativa de projeto de lei sobre a matéria.

Na análise tópica da proposição, contudo, identificam-se várias situações de inconstitucionalidades e impropriedades a contaminar os termos em que foi formulada, a cuja análise agora procedemos.

O *caput* do art. 2º apresenta-se com duplo problema de técnica legislativa. O primeiro é a referência feita à "instituição capacitada" para a realização de concursos, completamente insuficiente para o reconhecimento da necessária capacitação, insuficiência essa não suprida pelo quanto se contém no respectivo parágrafo único.

É vaga de sentido, imprecisa e inócua a referência genérica à capacitação sem que a proposição indique com precisão os requisitos ou elementos qualificadores que a demonstram.

O art. 3º não se apresenta com boa técnica legislativa, pois, ao tocar a questão do edital, antecipa tema do qual tratará o art. 7º, quebrando a unidade normativa e a linearidade no regramento de questão posta à regulamentação.

O art. 4º é flagrantemente inconstitucional ao determinar a aplicação de decreto do Presidente da República a respeito de taxas de inscrição em concursos públicos realizados por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

É igualmente inconstitucional a previsão do § 3º do art. 8º ao estabelecer a competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para qualquer providência ou decisão relativa a concursos públicos estaduais, distritais ou municipais. O dispositivo é lesivo ao princípio federativo ao estabelecer competência de órgão executivo federal sobre as administrações públicas estaduais, distrital e municipais.

Fere os princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade a determinação proibitiva do § 1º do art. 8º ao pretender impedir a realização de novos concursos públicos no prazo de validade de concurso anterior, pois impossibilita a Administração Pública de, antevendo suas próprias necessidades, acautelar-se com novas seleções de forma a impedir a descontinuidade ou a perda de eficiência dos serviços administrativos.

É de discutível constitucionalidade a determinação contida no *caput* do art. 9º.

É insatisfatório o regramento oferecido às provas (arts. 10 a 21), pela ausência, por exemplo, de elementos objetivos à regulamentação das provas orais.

O regramento dos recursos deixa a desejar, principalmente por se furtar a indicar, de forma expressa, a possibilidade de discussão judicial de decisões das bancas em inúmeras situações assustadoramente desprovidas de qualquer fundamentação jurídica ou técnica, tangenciando a arbitrariedade.

Esse é o perfil da proposição, nos termos em que lavrada.

Situação que tal, a toda obviedade, seria conducente à rejeição nesta Comissão, com efeito terminativo, por inconstitucionalidade e má técnica legislativa.

Ocorre que essa solução extrema resolve o problema da proposição em si, mas não oferece resposta à urgente necessidade de regulamentação nacional dos concursos públicos, instrumentos constitucionalmente devotados à seleção de servidores públicos mais capacitados e à profissionalização da Administração Pública.

Há necessidade – óbvia, urgente, essencial – de se impor um regramento infraconstitucional efetivo a esse palpitante tema, reconduzindo a figura do concurso público aos patamares da moralidade administrativa, da constitucionalidade e da decência institucional.

Com essa percepção, optamos pela apresentação de substitutivo global ao Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, escoimando-o dos inúmeros vícios que apontamos e evoluindo – cremos – no tratamento normativo, para aprimorar a técnica legislativa e, principalmente, conferir densidade e eficácia aos ditames constitucionais federais acerca do concurso público.

Em suma, o texto do substitutivo que acostamos a esta proposição, ao apresentar uma normatização ampla e detalhada dos concursos públicos na Administração Federal, assegura a justa e isonômica seleção de candidatos para ingresso nos cargo e empregos públicos da União e de suas entidades administrativas.

Ao tomar essa decisão, louvamos a preocupação e os objetivos essenciais do autor da proposição e esperamos estar contribuindo para que estes últimos

venham a ser atendidos pela atividade legislativa deste Congresso Nacional.

Este é o resumo do relatório. A íntegra do relatório está aqui no material distribuído pela Comissão.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, nesta Comissão, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, o Senador Requião pede a palavra e, em seguida, o Senador Anibal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quarenta páginas tem esse processado. Confesso que não tive tempo de me inteirar em detalhes de todos os itens, de todos os artigos, mas um deles me causou espanto, na qualidade de ex-Prefeito da capital do Paraná e Governador por três vezes: a proibição de realizarmos um concurso público com reserva de vagas para serem utilizadas posteriormente.

A realização de um concurso público no Brasil hoje – por exemplo, para a Polícia Militar – demanda uma preparação que leva um ano. Se proibirmos a validade do concurso, que hoje permanece por dois anos, nós estaremos providenciando a paralisação definitiva da Administração Pública no que se refere à contratação de novos quadros.

Então, para um exame mais aprofundado do processo, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Vista concedida ao Senador Requião.

Próximo item da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, vista coletiva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida, a pedido do Senador Pedro Taques, deferido pela Mesa.

Próximo item da pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2007

– Terminativo –

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.

Autoria: Senador Tião Viana, hoje, Governador do Acre.

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do projeto.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle;*

– Votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam nesta Comissão porque teremos votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para a leitura do seu relatório. Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, uma questão de ordem, uma observação necessária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem? Qual artigo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Acabo de ser informado aqui pela assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é o artigo do Regimento? Questão de ordem?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual artigo do Regimento?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Qualquer um deles, V. Exª escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, com qualquer um deles eu não posso dar questão de ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, pela ordem, quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Acabo de receber uma informação de que devemos fazer o recadastramento das digitais para poder votar no Congresso. É rigorosamente impossível. Mas vamos fazer o recadastramento, abandonaremos a sua Comissão, e V. Exª não terá quórum mais. Ao mesmo tempo, estou aqui e devo estar presidindo a Comissão de Educação numa audiência pública. Então, isso tudo está impedindo o funcionamento do Congresso Nacional.

Qual é a sugestão que V. Exª me dá? Abandone a Comissão, desista do direito de resposta para fazer um recadastramento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, Senador Requião,

não foi esta Mesa nem esta Presidência que determinou o recadastramento, nem sei por que este recadastramento, uma vez que estamos todos cadastrados com senha no Senado Federal. Não sei qual motivação nem sei de quem vem essa orientação. Não é da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, que, inclusive, não concorda em fazer o recadastramento porque cadastrado já sou aqui, no Senado.

Então, tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro, pela ordem, em seguida, Senador Anibal Diniz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, é bem rápido e peço a gentileza do Senador Anibal Diniz, só para consultar V. Exª se o item 10 da pauta, o projeto que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei de Crimes Hediondos e o Código de Trânsito Brasileiro, do Presidente José Sarney, vai ser colocado em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em pauta. Quando chegarmos no momento oportuno, vou dar a posição da Mesa em relação a isso, então, vamos ouvir o Senador Anibal Diniz na questão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... enquanto temos quórum para votar essa matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos ao relatório simplificado dessa matéria de grande importância para o aperfeiçoamento da Lei das Licitações, a Lei 8.666.

A presente proposição de autoria do Senador Tião Viana propõe a alteração do art. 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a nossa Lei das Licitações, para introduzir como critério de desempate em licitações a condição de bens e serviços possuidores de certificação ambiental emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de meteorologia, normalização e qualidade industrial.

Esse critério inserido como inciso IV, do §2º, do artigo referido é veiculado pelo art. 1º do projeto em análise. O art. 2º da proposição tem por objetivo, pela alteração do art. 30 da Lei 8.666, fazer constar como documentação relativa à qualificação técnica a imposição de prova de atendimento de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme definidos no edital convocatório de acordo com o objeto da licitação, sempre que a obra, serviço ou produto licitado envolver potencial dano ambiental, seja por natureza ou pela localização das instalações necessárias à sua execução ou fornecimento.

Nesse mesmo art. 30 da Lei das Licitações é pretendida a inclusão de um novo §13 e a discriminação dos elementos qualificadores da comprovação de atendimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental. Essa comprovação impositiva pela necessidade de se dar densidade normativa à nova exigência vai lastrear-se em laudos técnicos ou certificações fornecidas por pessoas jurídicas habilitadas. O objetivo é a certificação da capacitação técnico-ambiental do licitante a partir de um conjunto de elementos qualificadores.

A justificação se assenta na necessidade de proporcionar estímulo necessário aos empresários do País, para que busquem cada vez mais a sustentabilidade ambiental no desempenho de suas atribuições.

Não há qualquer vício de iniciativa, por não se cuidar de matéria situada sob as reservas constitucionais de autoria de projetos de lei.

Não se divisa lesão aos princípios licitatórios, dado que a certificação ambiental é erigida como critério de desempate, e não qualificação, e porque a comprovação prévia de atendimento aos requisitos da sustentabilidade ambiental é obrigatória apenas quando o objeto da licitação envolver potencial dano ambiental.

No mérito, a proposição merece efusiva aprovação, por incorporar ao arcabouço normativo pátrio, em sede de processos licitatórios, elemento de estímulo empresarial na busca da certificação ambiental.

O Senado Federal não pode ignorar as demandas prementes e vitais pela conservação ambiental, e é altamente recomendável que busque, como dever público inerente à atividade do legislador consciente, encontrar instrumentos que permitam a disseminação da percepção dessa necessidade. A alteração pretendida na Lei de Licitações configura-se em poderoso instrumento de indução empresarial nesse sentido de fortalecimento da preservação ambiental.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana.

É como voto, Sr. Presidente: pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

Eu só quero dizer, Senador Requião, respondendo V. Exª, que hoje é dia 12. No dia 6, chegou um ofício à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, do Centro de Informática, dizendo que houve uma reformulação do sistema da Câmara dos Deputados e que era necessário o recadastramento de todos. Portanto, nós que queremos votar essa questão dos ***royalties*** de petróleo necessitamos realmente fazer essa recadastramento. Chegou dia 6, e hoje é dia 12.

Seis dias depois estamos recebendo para fazer esse recadastramento.

Portanto, é necessário refazermos o cadastro que temos aqui no Senado, que, talvez por esse motivo, se estende à Câmara dos Deputados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O cadastramento encerra ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o autor do projeto, que é muito bom. Aliás, essa é uma inovação de legislações alienígenas que tratam da necessidade de sustentabilidade.

Parabenizo o Relator e o ex-Senador e hoje Governador do Acre, Tião Viana, pelo mérito do projeto, que é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação nominal, Srs. Senadores.

Depois, vou pedir ao Senador Pimentel para presidir, a partir do próximo item da pauta, tendo em vista que eu vou lá fazer o meu cadastro, porque essa matéria é importante para o Nordeste, para o meu Ceará. E eu vou lá refazer o cadastro para votar a questão dos ***royalties***.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal Diniz é voto conhecido.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais algum Senador que não votou?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já completou aqui, Senadora Lídice da Mata.

Não, estão faltando a Senadora Ana Rita, o Senador Jorge Viana, Suplicy e Anibal. Anibal é Relator, voto conhecido.

Aprovado o relatório.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Ele é terminativo. Por isso vai direto para a Mesa.

O próximo item da pauta é o item 8, que é retirado de pauta, a pedido do Senador Benedito de Lira.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011

– Terminativo -

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.)

O item 9 também é retirado de pauta, a pedido do Senador Jorge Viana.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011

– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.

Autoria: Senador Sérgio Souza.
Relatoria: Senador Jorge Viana.
Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação e da Emenda nº 1-CMA.
Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;*
– Votação nominal.)

O item 10 é retirado de pauta, a pedido do Senador Pedro Taques.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2012

– Terminativo -

Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar o rigor na repressão aos crimes de homicídio, em suas variadas formas, bem como estabelecer critério uniforme na decretação da prisão preventiva em relação à referida infração penal.

Autoria: Senador José Sarney.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações: – *Votação nominal.)*

Tendo em vista que há uma discussão sobre o Código Penal, houve a solicitação de retirada de pauta do item 10.

Vamos passar ao item 11 da pauta. Na sequência, vamos à extrapauta.

Senador Marco Antônio, o próximo item trata de decisão terminativa.

Portanto, a votação será nominal, Srs. Senadores. Por gentileza, vamos proceder à votação nominal. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 346.

Peço ao Senador José Pimentel para presidir a reunião enquanto faço o meu cadastro. Na sequência, voltarei aqui. São 11h35, e não quero perder a oportunidade de ser recadastrado.

Senador José Pimentel, V. Exª poderia presidir a reunião e colocar em votação o próximo item da pauta, que é o item 11, que está à pág. 215.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Isso pode ser feito durante todo o dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas pode ser que a votação seja agora, ao meio-dia, na urgência, e quero estar presente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Isso pode ser feito na hora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode-se fazer na hora?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel disse que isso pode ser feito rapidamente, que isso pode ser feito na hora. Então, vou dar sequência à pauta, agradecendo a S. Exª pela informação. Então, vou continuar presidindo a Comissão.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2012

– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo.

Autoria: Senador Jorge Viana.
Relatoria: Senador Marco Antônio Costa.
Relatório: pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CI e 4-CI e com Subemenda à Emenda nº 2-CI.
Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;*
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marco Antônio Costa, para proferir o seu breve relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Marco Antonio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Obrigado, Senador Eunício.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vou fazer um rápido exame dessa questão, que, como disse o Senador, já foi aprovada e examinada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2012, do Senador Jorge Viana, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo."

Na justificativa, o Senador Jorge Viana apresenta principalmente as razões do vertiginoso crescimento da frota nacional de motocicletas e os níveis alarmantes a que chegaram os índices de acidentes envolvendo veículos dessa categoria**.**

Na análise, é dito que o Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2012, tem fundamento no art. 22, XI, da Constituição Federal, que estabelece que "compete privativamente à União legislar sobre [...] trânsito e transporte".

Não há, igualmente, nenhum reparo no tocante à juridicidade e à regimentalidade do Projeto, que vem vazado na melhor técnica legislativa.

Do ponto de vista do mérito, como se observou, a matéria foi objeto de debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que teve a oportunidade de se debruçar sobre o tema. Naquela ocasião, ficou registrada a importância da proposição, que caminha na direção de assegurar "o convívio harmonioso no trânsito, onde o respeito entre as diversas categorias de veículos (de maior porte com os de menor porte) deve ser alcançado, com incentivo a comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários, através de campanhas de trânsito educativas, de melhora na sinalização e do incremento da fiscalização, na busca incansável da segurança nas vias públicas".

Com relação às emendas apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, igualmente, reiteramos a sua importância para o aperfeiçoamento do Projeto.

Por fim, sugiro a apresentação de subemenda à Emenda nº 2 – CI. Essa Emenda apenas tem o sentido de reforçar as expressões "ultrapassagem" e "acesso a imóveis lindeiros", dando maior clareza à redação.

Assim, temos a certeza de que a aprovação da proposição em exame representará passo importante na direção da melhoria do trânsito em nossas cidades.

Passo ao voto.

Destarte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, com as Emendas nºs 1, 3 e 4, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e a Emenda nº 2 com a seguinte subemenda. A emenda, essa que falei, é apenas para dar maior clareza ao texto.

De forma, Sr. Presidente, que o nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Fixa uma velocidade mínima de 70 quilômetros e a máxima de 80. As estradas não obedecem a esses parâmetros. Existem reduções de velocidade bem maiores do que isso. E não conheço no planeta Terra um caminho especial para uma bicicleta nas estradas brasileiras. Eu acho que isso causaria uma confusão brutal, uma despesa simplesmente fantástica nas estradas de todo o País.

Eu não consegui entender a possibilidade de se viabilizar um projeto desse e me impressiona a quantificação dos valores necessários para um projeto que provavelmente não seria nem necessário na maior parte das estradas do Brasil.

O meu voto vai ser contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, expressando meus respeitos ao autor e ao Relator, eu também vou votar contra esse projeto, porque ele é inexequível para a sociedade brasileira. Vai resultar em gastos que não são necessários, e nós não temos condições de fazê-lo.

Também me associo aos argumentos trazidos por S. Exª o Senador Requião.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra o Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Eu gostaria de esclarecer ao Senador Requião e ao Senador Pedro Taques sobre a questão, primeiro, da velocidade.

Na Comissão de Infraestrutura, nós apresentamos uma emenda que não permite que essa redução da velocidade seja alcançada e, sim, que se obedeçam às velocidades já previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Sobre a questão da faixa exclusiva, Senadores, é bom esclarecer que, como o projeto estabelece, isso só aconteceria em vias de expresso tráfego e quando assim tecnicamente fosse viável. Portanto, não é uma

obrigatoriedade e, sim, a intenção é a de que naqueles ambientes, naquelas vias de grande tráfego, onde tecnicamente é possível se implantar uma faixa exclusiva, que se venha a fazê-la, mas sempre obediente às questões técnicas.

De tal sorte que, repito, esclareço aos Senadores, não há obrigatoriedade de implantação dessa faixa exclusiva, a não ser quando a boa técnica assim o exigir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação nominal. Portanto, preciso da presença dos Srs. Senadores.

Quem vota a favor, vota com o Relator.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, voto contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra o relatório.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra. O Senador, contra.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, V. Exª poderia tomar meu voto mais ao final? Estou me inteirando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu me lembro do nosso Senador Artur da Távola, que dizia, nas comissões e na tribuna do Senado, que quem anda de motocicleta deveria ser desobrigado do uso do capacete, que teria a cabeça tão dura de trafegar de motocicleta pelas nossas estradas e cidades que não seria um simples capacete que iria protegê-la.

Voto contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota contra o Relator.

Senador Alvaro Dias, como vota V. Exª?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra.

Todos votaram? (*Pausa.*)

Contabilizando aqui a votação.

Senador Romero Jucá, como vota V. Exª?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu voto a favor da tese, com o Relator, mas é claro que – não participei da discussão da matéria – com os ajustes necessários que o Poder municipal tem que fazer em cada caso, porque, na verdade, a ideia da faixa exclusiva de moto é uma ideia boa, mas tem que ser adaptada a cada realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM, 9 Senadores e 5 votos NÃO.

O projeto foi aprovado e consulto aos Srs. Senadores se concordam em repetirmos a votação do projeto para as emendas, os mesmos votos dados na votação anterior.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e as emendas.

A matéria será encaminha à Secretaria-Geral da Mesa, para providências cabíveis.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Aquele projeto que o Senador Ferraço relatou já tem pedido de urgência para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O de que o autor é o Senador Eduardo Braga?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pedido de urgência da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo.

Foi votado já?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi votado. A urgência já foi aprovada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria vai ser encaminhada ao Plenário assim que terminarmos aqui.

Há uma solicitação de dois itens extrapauta na sequência.

ITEM EXTRAPAUTA

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011

Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autoria: Senador Roberto Requião.
Relator: Senador Pedro Taques
Relatório: – pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 9, 11, 12 e 13, nos termos das subemendas que apresenta;
– pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 15 e 16, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 14, 17 e 18.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para proferir o relatório sobre as emendas.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011, de autoria de S. Exª, o Senador Roberto Requião, que me honra aqui do lado, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

O projeto é dotado de 13 artigos, sendo o art. 1º indicativo do objeto da lei e do seu âmbito de aplicação.

O art. 2º assegura o direito de resposta ou retificação proporcional ao agravo ao ofendido em matéria divulgada em veículo de comunicação social cujo conteúdo atente contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica, independentemente do meio de veiculação utilizado. É feita a exceção no caso de meros comentários realizados por usuários de Internet, nas páginas eletrônicas de veículos de comunicação social.

Ainda segundo este mesmo artigo, a retração ou retificação espontânea impedirá o exercício de direito de resposta, embora não prejudique a ação de reparação por dano moral.

O art. 3º, Sr. Presidente, estipula o prazo decadencial de 60 dias para o exercício do direito de resposta ou retificação a ser exercido mediante correspondência com aviso de recebimento.

A titularidade para o exercício deste direito...

Só um minuto, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Sr. Presidente. Peço escusas, mas tenho que ler o relatório das emendas que foram apresentadas em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Das emendas que foram apresentadas em plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, eu vou ser mais econômico, que é mais curto ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O parecer é sobre as emendas?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só sobre as emendas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vêm ao exame, Sr. Presidente, o projeto do Senador Requião, as emendas oferecidas em plenário, perante a Mesa, ao projeto de autoria do Senador Requião.

Registro, inicialmente, que esta Comissão de Constituição e Justiça havia apreciado, em caráter terminativo, em sua 6ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14 de março de 2012, o relatório por mim apresentado ao PLS 141, de 2011, em que me manifestava por sua aprovação, com oito emendas de Relator e com o acolhimento de algumas sugestões formuladas pelos Senadores ao longo da discussão da matéria na citada reunião. O relatório aprovado pela maioria da Comissão passou a constituir, nos termos do art. 132, do Regimento Interno, parecer da CCJ.

Em 21 de março de 2012, foi lido em plenário o Parecer nº 197, de 2012, da CCJ, favorável, com as Emendas nº 1, da CCJ, a 8, também deste Colegia-

do. Nessa data, também foi comunicado ao Plenário o recebimento do Ofício 27, de 2012, da Presidência da CCJ, que informava a aprovação, em caráter terminativo, do PLS com as emendas mencionadas e aberto o prazo de 5 dias úteis para a interposição de recurso para que a matéria fosse apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§3º a 5º do Regimento Interno.

Em 30 de março de 2012, a Presidência do Senado comunicou ao Plenário o recebimento do Recurso nº 7, de 2012, interposto no prazo regimental, com o objetivo de submeter a matéria à apreciação do Plenário do Senado.

Em 11 de abril de 2012, a Presidência comunicou ao Plenário a apresentação, nos termos do art. 235, inciso II, alínea "c" do Regimento desta Casa, de dez emendas de Plenário, que passo a detalhar em seguida.

A Emenda nº 9, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, propõe a supressão do §3º do art. 2º do PLS 141, de 2011, com o objetivo de assegurar a manutenção do direito de resposta do ofendido, ainda que tenha havido retratação ou reparação espontânea pelo próprio meio de comunicação.

A Emenda nº 10, de autoria de S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe a alteração do *caput* e do §1º do art. 2º do PLS 141, de 2011, com o objetivo de assegurar, nos termos constitucionais, o exercício do direito de resposta nos limites da proporcionalidade e da razoabilidade, considerada a liberdade de imprensa e o livre acesso às informações pela sociedade. Nesse sentido, a matéria somente dará ensejo ao direito de resposta se tiver veiculado um fato inverídico ou errôneo.

A emenda propõe, ainda, alterar a redação do §2º do art. 2º do PLS 141, de 2011, com o intuito de excluir do rol de matérias sujeitas ao direito de resposta as críticas inspiradas pelo interesse público e a exposição de doutrina ou ideia, ainda que alguém se sinta ofendido por tais manifestações.

A Emenda nº 11, de autoria de S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues, propõe a inclusão de §4º ao art. 2º do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de prever o instituto do direito de resposta difuso, quando a ofensa ou as informações errôneas forem dirigidas a segmentos difusos da sociedade, sem que haja pessoa física ou jurídica identificada ou identificável.

A Emenda nº 12, de autoria do Senador Aloysio Nunes, propõe a substituição da expressão "primeira", contida no *caput* do art. 3º do PLS, pela expressão "última". Tal alteração tem como objetivo assegurar que o termo inicial do prazo decadencial para apresentação do pedido do direito de resposta seja a última e não a primeira publicação, no caso de matérias repetidas.

A Emenda nº 13, de autoria do Senador Aloysio Nunes, propõe a alteração dos incisos I a III do art. 4º do PLS 141, de 2011, com o objetivo de estabelecer parâmetros para o exercício do direito de resposta em mídias diversas (escrita, televisiva ou radiofônica), de modo a preservar a simetria com a ofensa proferida e não com a matéria e, assim, ajustá-la aos preceitos estatuídos no inciso V do art. 5º da Constituição.

A Emenda nº 14, também de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe a alteração do art. 6º do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de aprimorar a sistemática da defesa do veículo de comunicação social na ação judicial que pleiteia o direito de resposta.

A Emenda nº 15, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe a alteração do *caput* do art. 7º do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de ajustar o texto do projeto aos ditames do Código de Processo Civil no que concerne aos requisitos necessários à concessão de antecipação de tutela. Prevê, assim, a análise, e não o conhecimento, do pedido pelo juiz e determina a necessidade de existência de prova inequívoca capaz de convencê-lo da verossimilhança da alegação, conjugada com o receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A Emenda nº 16, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe a alteração do §1º do art. 7º do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de determinar que a regra geral, no caso de a ofensa ter sido divulgada em veículo de circulação periódica, é a publicação da resposta ou retificação na edição subsequente à da ofensa. Excepcionalmente, será possível a divulgação da resposta em edição extraordinária.

A Emenda nº 17, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe a alteração do art. 10 do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de submeter a sistemática recursal do direito de resposta àquela prevista no Código de Processo Civil, inclusive no que concerne à possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso, a fim de preservar o princípio constitucional da presunção da inocência, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, a Emenda nº 18, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, propõe a alteração do art. 11 do PLS nº 141, de 2011, com o objetivo de excluir expressamente do conceito de ônus de sucumbência, nas ações temerárias, os custos com a divulgação, publicação ou transmissão da resposta ou retificação, caso a decisão judicial favorável ao autor seja reformada em definitivo. Alega o autor da emenda que os custos, por exemplo, de uma reposta veiculada em mídia televisa são proibitivos e que tal circunstância pode significar, na prática, um cerceamento do acesso à Justiça.

Análise.

Passo, imediatamente, à análise individualizada e conclusiva das emendas, conforme determina o §5º do art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há, nas dez emendas de Plenário apresentadas ao PLS nº 141, de 2011, óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Todas possuem compatibilidade vertical com o texto constitucional e com o ordenamento jurídico infraconstitucional. Respeitam as balizas regimentais e são consentâneas com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Passo a tecer algumas considerações relativas ao mérito das propostas.

Tem razão o autor da Emenda nº 9 ao asseverar que o direito de resposta é direito fundamental, constitucionalmente assegurado e que não pode ser elidido pelo fato de ter havido a retratação ou retificação espontânea pelo veículo de comunicação social. Somente o ofendido terá condição de responder, de forma plena e proporcional, ao agravo sofrido. A Constituição Federal não estabelece qualquer condicionamento ao exercício desse direito.

No entanto, a solução proposta – supressão do §3º do art. 2º – não parece a mais adequada, já que as circunstâncias tratadas no dispositivo devem estar expressamente previstas na lei, para eliminar quaisquer dúvidas que surjam em sua aplicação. Proponho, então, a apresentação de subemenda para adequar a redação do dispositivo.

A intenção de restringir as hipóteses de exercício do direito de resposta aos casos em que haja na matéria a veiculação de fatos inverídicos ou errôneos, contida na redação proposta ao caput do art. 2º e ao seu §1º pela Emenda nº 10, não condiz com a amplitude conferida ao instituto pela Constituição de 1988. Em meu relatório, convertido posteriormente no Parecer nº 197, de 2012, desta Comissão de Constituição e Justiça, ficou consignado que:

No direito brasileiro, a expressão contida no inciso V do art. 5º da CF/88 nos permite a ideia de um direito expressivo, que não se resume em sanear incorreções pontuais na matéria ofensiva. Pelo contrário, caso fosse essa a intenção do constituinte, a garantia fundamental não seria denominada "direito de resposta", mas sim "direito de retificação", mais adequado a uma interpretação restritiva que sirva apenas para correções de imprecisões nas publicações, como ocorre no direito alemão e como foi debatido naquela ocasião.

Exatamente pelo fato de a Constituição de 1988 ter adotado o modelo francês, mais abrangente, que admite, inclusive, a contestação de acusações, opiniões e juízos de valor, é que me oponho, também, à redação proposta ao §2º do art. 2º do projeto pela Emenda nº 10, emenda de Plenário, que almeja excluir do âmbito de abrangência da nova lei a "crítica inspirada pelo interesse público ou a exposição de doutrina ou ideia".

Por tais motivos, Sr. Presidente, posiciono-me pela rejeição da Emenda nº 10.

A Emenda nº 11, de Plenário, preenche importante lacuna do PLS nº 141, de 2011, com a redação que lhe foi conferida por este Colegiado, já que não há previsão expressa do direito de resposta a segmentos difusos da sociedade atingidos por ofensas ou informações errôneas difundidas por veículos de comunicação social.

Importante registrar, Sr. Presidente, ainda, que o §4º proposto pela Emenda em tela define quais as entidades legitimadas a pleitear o direito de resposta, dispõe sobre a divisão do tempo ou espaço disponível para publicação da resposta, assim como delimita os efeitos de sua concessão, de modo a impedir que as empresas de comunicação sejam oneradas indevidamente. Posiciono-me, assim, pela aprovação da Emenda nº 11, Sr. Presidente.

Proponho, contudo, que seja inserida, na forma de subemenda, a expressão – abro aspas –"legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano". Isso, Sr. Presidente, para que nós não criemos aqui uma verdadeira indústria de associações, previsão essa que já existe também na Lei de Ação Civil Pública. Assim, esta expressão "legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano", no *caput* do §4º da Emenda nº 11, pretende incluir o art. 2º do PLS, logo após a expressão "sindical". A subemenda proposta objetiva qualificar melhor as entidades legitimadas a pleitear o direito de resposta, adotando como paradigma requisitos referentes ao mandado de segurança coletivo, previstos na Lei nº 12.016, de 2009, que também está na Lei de Ação Civil Pública. Isso para que nós possamos criar, Sr. Presidente, Srs. Relatores, uma salvaguarda para que pessoas jurídicas, associações não sejam criadas com esse único objetivo.

Ainda no que se refere a essa Emenda, observo que os seus incisos I e II listam ou enumeram regras que detalham os aspectos processuais da defesa do direito de resposta difuso. De fato, a Lei Complementar nº 95, de 1998, determina, em seu art. 11, inciso III, alínea "d", que cabe ao texto legal promover as enumerações por meio dos incisos. Em se tratando de uma enumeração, faz-se necessário indicar claramente que se está a fazê-la. Assim, a subemenda deve também inserir uma indicação clara de que se trata de enumeração, por meio de acréscimos da expressão, observadas ainda as seguintes normas ao final do *caput* do parágrafo retromencionado.

A alteração proposta pela Emenda nº 12 justifica-se, segundo seu autor, pela constatação de que se a ofensividade se renova a cada publicação, o direito de resposta também deve ser renovado.

Destaco que a redação original do Projeto de Lei do Senado nº 141, de autoria do Senador Requião, continha a redação ora proposta e que, pela Emenda nº 1 aqui deste Colegiado, de minha autoria como Relator, foi alterada, ainda no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça.

Atento aos argumentos dos nobres Senadores, revejo parcialmente o posicionamento anteriormente adotado de modo a especificar que cada inserção da matéria ofensiva propiciará um direito de resposta, ressalvando a situação em que a matéria ofensiva for divulgada, publicada ou transmitida de maneira continuada e sem interrupção, caso em que o prazo decadencial de 60 dias contar-se-á da data do início da ofensa.

Manifesto-me, então, pela aprovação parcial, Sr. Presidente, da Emenda nº 12, na forma da subemenda que apresento.

A essência da alteração proposta pela Emenda nº 13 é assegurar que a resposta observe, em cada mídia específica detalhada pelos incisos do art. 4º do PLS nº 141, de 2011, o critério da proporcionalidade ao agravo e não à matéria como um todo, consoante o disposto no inciso V do art. 5º da Constituição Federal.

Assim, se toda a matéria for ofensiva ou errônea, terá o ofendido o direito de resposta proporcional ao dano, que, no caso, terá a dimensão (mídia escrita ou internet) ou a duração (mídia televisa ou radiofônica) da matéria.

Entretanto, se apenas uma parte da matéria veiculada for ofensiva ou errônea, o direito de resposta será, por óbvio, proporcional a essa parte e não à matéria como um todo. Penso que a redação proposta coaduna-se com o texto constitucional, não traz nenhuma limitação ao direito do ofendido, ao tempo em que assegura parâmetros mais justos aos veículos de comunicação quanto ao ônus a ser suportado.

Manifesto-me, assim, pela aprovação da Emenda nº 13, acrescentando, apenas, que a reparação ao agravo deve considerar todo o contexto da matéria que gerou o agravo.

A Emenda nº 14 pretende unificar o prazo (três dias) e a forma (contestação) de manifestação do veículo de comunicação social, sob o argumento de racionalizar sua defesa processual e, nesse sentido, propõe alterar a redação do art. 6º do PLS nº 141, de 2011.

Pela redação atual do art. 6º, a manifestação do veículo de comunicação social nos autos do processo judicial que almeja o exercício do direito de resposta é desmembrada em duas: a primeira, em 24 horas, nos termos do inciso I do art. 6º, em que deve justificar o porquê de não ter divulgado, publicado ou transmitido o pedido de direito de resposta que lhe fora diretamente formulado pelo ofendido, nos termos do art. 3º do falado PLS.

Esse prazo inicial de 24 horas, Sr. Presidente, facultado ao veículo de comunicação social é idêntico ao que o juiz dispõe, nos termos do *caput* do art. 7º, para decidir se concede, liminarmente, o direito de resposta a ser exercido em prazo não superior a dez dias.

Lembre-se que o tempo da resposta é elemento nuclear do rito especial disciplinado por este Projeto de Lei, em razão da natureza dos direitos tutelados.

Na verdade, o inciso I do art. 6º do projeto traz a oportunidade de o suposto ofensor se manifestar liminarmente nos autos, antes da decisão judicial.

A segunda manifestação do veículo de comunicação social deve ser exercida, em três dias, conforme o disposto no inciso II do art. 6º, para que o veículo de comunicação oficial ofereça sua contestação quanto à apreciação definitiva do pedido.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a redação atual do art. 6º do PLS nº 141, de 2011, confere lógica interna ao texto normativo ao ser cotejada com a prescrição do art. 7º do Projeto, razão pela qual rejeito a Emenda nº 14.

Acolho as alterações propostas pela Emenda nº 15 que aperfeiçoam tecnicamente o texto e o tornam compatível com o art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, que há quase duas décadas consolidou o entendimento quanto aos requisitos necessários para a concessão liminar e antecipada da tutela, que, de resto, é seguido de forma pacífica pela doutrina e jurisprudência pátria. A Emenda nº 15 deve, pois, ser aprovada.

A Emenda nº 16 aprimora a redação do §1º do art. 7º e, portanto, deve ser aprovada. Com as alterações promovidas, resta esclarecido que a regra geral, no caso de a ofensa ter sido divulgada em veículo de circulação periódica, é que a resposta ou retificação seja publicada na edição seguinte à da ofensa.

Pela alteração proposta, será possível, excepcionalmente, a divulgação da resposta em edição extraordinária, de acordo com as circunstâncias do caso concreto a serem sopesadas pelo juiz, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A Emenda nº 17, Sr. Presidente, pretende alterar o art. 10 do Projeto 141 para resgatar a possibilidade de concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos das decisões proferidas nos processos submetidos ao rito especial ora estabelecido.

Registro que a redação original do art. 10 do PLS nº 141, de 2011, de autoria do nobre Senador Roberto

Requião, inadmitia o efeito suspensivo aos recursos no âmbito do rito especial criado. Tinha presente S. Exª, o Senador Requião, a relevância da celeridade da resposta de modo a que o exercício do direito constitucionalmente assegurado não fosse esvaziado.

A redação resultante dos debates havidos neste Colegiado mitiga essa vedação absoluta, ao tempo em que fixa condições especiais para que o efeito suspensivo possa ser concedido.

Penso que a redação atual do art. 10 seja bastante razoável e sopese o direito à celeridade e à contemporaneidade da resposta com o princípio do devido processo legal, Sr. Presidente. Nesse sentido, posiciono-me pela rejeição da Emenda nº 17.

O objetivo central da Emenda nº 18, consoante se depreende de sua justificativa, é fazer com que, nas ações temerárias, as despesas referentes à publicação do direito de resposta não sejam tratadas como ônus de sucumbência, no caso de a decisão que a deferira liminarmente ser revertida. Por isso, propõe nova redação ao art. 11 do projeto.

O autor da emenda, o Senador Randolfe Rodrigues, justifica a proposição com os altos custos de uma publicação na televisão, nos rádios e na mídia escrita. Sustenta ser bastante provável que o dispositivo, mantida a redação atual, aprovada por esta Comissão, acabe por inibir o acesso ao Judiciário por parte daqueles que se sentirem ofendidos.

É bastante razoável a preocupação do autor da Emenda. Lembro, contudo, que a sugestão formulada por S. Exª, na discussão da matéria no âmbito desta Comissão, e por mim acolhida como relator, de ser inserida a expressão "em caso de ação temerária" no *caput* do art. 11 do PLS nº 141, de 2011, de certa forma já produz os efeitos que almeja com a emenda proposta.

É que somente nos casos em que a provocação do Poder Judiciário seja considerada temerária, o autor, derrotado, terá que arcar com as custas processuais e com os ônus da sucumbência, incluídos, aí, os custos com a divulgação, publicação ou transmissão da resposta ou retificação anteriormente deferida.

Creio que a fórmula alcançada no texto final aprovado pela CCJ, que contou com a participação decisiva do autor dessa emenda de Plenário, Senador Randolfe Rodrigues, é capaz de fazer frente à problemática levantada, sem descurar da preocupação de serem limitadas as iniciativas levianas e temerárias, o que cabe a uma legislação coibir.

Nesse sentido, posiciono-me pela rejeição da Emenda nº 18.

Feito, Sr. Presidente, a análise de cada uma das emendas, gostaria de dizer que, durante o prazo em que o projeto ficou sob minha relatoria, ouvi várias instituições – fiz inclusive um debate, via rede mundial de computadores, a respeito desse projeto – para que tenhamos uma legislação dialógica, participativa com o cidadão.

Passo ao voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação das Emendas de Plenário nº 9, 11, 12 e 13, nos termos das Subemendas apresentadas a seguir; pela aprovação das Emendas de Plenário 15 e 16; e pela rejeição das Emendas de Plenário nº 10, 14, 17 e 18. E aqui apresento a redação das subemendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Aloysio Nunes Ferreira pede a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador Aloysio. *(Pausa.)*

Também vista? *(Pausa.)*

Pronto. A matéria tem vista regimental. Está retirada de pauta por vista ao Senador Flexa Ribeiro.

Vou fazer o último item da pauta.

ITEM EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2012

– Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAP), no corpo de oficiais da ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável ao Projeto, com Emenda nº 1 da CRE.
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senador José Pimentel tem a palavra.

Temos até 12h30 para fazer o recadastramento.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 104, de 2012, do Poder Executivo pretende obter autorização Congresso Nacional, para criar, no corpo de oficiais da ativa do Comando da Aeronáutica, o Quadro de Oficiais de Apoio.

Análise.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência

da União para legislar sobre a matéria (art. 22, inciso I), a iniciativa (art. 61), e do Congresso Nacional, para apreciá-la (art. 48).

Voto.

A proposta original, encaminhada pelo Poder Executivo, com emenda aprovada na Comissão de Relações Exteriores, obedece aos requisitos formais, sem afrontar o texto da Constituição Federal. De igual modo, no que se refere à juridicidade, está em conformidade com o direito, com a legalidade e com a licitude, concomitantemente, com a boa técnica legislativa apresentada.

Qualquer alteração em seu texto que vise a estender benefícios a outros segmentos, além de desviar do objeto do projeto original, inevitavelmente, não pode ser acatado, seja por vício de iniciativa, seja por inadequação financeira. Assim, creio que esse Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, é o instrumento jurídico adequado para autorizar o Poder Executivo a complementar o efetivo dos oficiais da Aeronáutica, dentro das especialidades de apoio às suas competências, tarefas e missão constitucional, com maior efetividade, a partir da criação desse novo quadro de oficiais de carreira.

Fundamentadas as considerações aqui descritas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, e da Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores.

Sr. Presidente, esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel, pela brevidade.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 – CRE/CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores, antes de encerrar, eu quero pedir aos senhores – a aprovação da leitura da ata, no início, eu não fiz – para submeter a ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Requeiro urgência dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário a urgência. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira contestar a urgência solicitada pelo Senador José Pimentel, aprovada a urgência.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, mais uma vez, agradeço a audiência de todos e do Brasil.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Romero Jucá, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes de Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Henrique, Gim e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Pedro Simon) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Assunto/Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2013/2014. **Observações:** Por entendimento da Mesa e aprovação dos membros da Comissão é dispensada a Eleição por votação nominal para que seja feita por aclamação. **Resultado:** Foram eleitos, por aclamação, o Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e Aníbal Diniz (PT/AC) como Presidente e Vice-Presidente da CCJ, respectivamente, para o biênio 2013/2014, apresentados como chapa única. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente

Reunião às onze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VITAL DO RÊGO,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da votação da ata.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada.

Convido os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do último biênio, para comporem a Mesa.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos de eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o próximo biênio.

Até agora foi registrada a seguinte chapa: Presidente, Senador Vital do Rêgo; Vice-Presidente, Senador Anibal Diniz.

Nós vamos querer ouvir uma exposição do Presidente, nosso Líder? Eu só pergunto se ele fala agora ou fala depois da votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então, com a palavra, o nosso Líder, por enquanto Presidente da Comissão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Senador Pedro Simon, que preside esta reunião, meus companheiros Senadores e Senadoras, assessores que durante esses dois anos nos deram suporte e trabalharam conosco nesta Comissão, meus companheiros de Comissão, de que tive a honra de ser Presidente durante esses dois anos, Srªs e Srs. Senadores, particularmente, mais uma vez, membros da Comissão de Constituição e Justiça, que me deram a oportunidade de, nesses dois anos, conduzir os trabalhos desta Comissão, permitam-me alguns minutos, pois não deixaria de dizer, com todas as forças da minha emoção, o quanto estou feliz e agradecido por essa oportunidade singular de engrandecimento político e pessoal propiciado pelo trabalho republicano, cívico, democrático e produtivo que desenvolvemos juntos nesses dois anos.

Deixo este honroso cargo hoje com a certeza de haver combatido o bom combate, numa luta suprapartidária, ao lado de Senadores e de Senadoras que escrevem política, uma palavra hoje tão estigmatizada, com letras maiúsculas nesta Comissão.

Afirmo, sem receios, que foi com esmero e dinamismo que realizamos, nesses dois anos, 116 reuniões, 16 audiências públicas e votamos 672 proposições, sempre com o objetivo de irmos não só ao encontro das legítimas expectativas da sociedade brasileira, mas também de representarmos os verdadeiros mandatários dos cargos que aqui exercemos, suas excelências os eleitores brasileiros, e, no meu caso, os eleitores do meu querido Ceará.

Esta Comissão realizou todas essas 116 reuniões e 16 audiências com a presença sempre constante dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras. Não deixamos de realizar aqui nenhuma reunião deliberativa por falta de quórum nesses dois anos em que tive a honra de presidir esta Comissão.

Portanto, a minha palavra será sempre de agradecimento a todos os senhores que compuseram junto comigo este Colegiado que deu ao Brasil o dinamismo que espero continuar dando, agora apenas como membro desta Comissão e como escolhido Líder nacional do meu Partido aqui no Senado e tendo a honra inclusive de ser Líder do Bloco da Maioria, composta por tantos companheiros, e aqui cito especificamente o companheiro Francisco Dornelles, que faz parte do Bloco da Maioria e divide comigo as tarefas, daqui para frente, de gerir, de harmonizar esse conjunto de Senadores que representam quase 40% do Senado da República.

E queria dizer mais, que entre tantas matérias importantes, várias se destacam por seu impacto direto e positivo na vida do povo brasileiro: o trabalho e o emprego; a educação, a arte e a cultura; a ciência, a tecnologia e a inovação; as prioridades da saúde; a proteção social à família, à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso; o desenvolvimento regional e a maior segurança nas estradas; a modernização das condições produtivas no campo; o meio ambiente e a biodiversidade; os direitos do consumidor; a reforma política. Praticamente nada ficou fora das preocupações desta Comissão nos últimos dois anos.

No segundo semestre, por iniciativa do Presidente Sarney, a CCJ também recebeu a missão de discutir a reforma do Código Penal brasileiro numa Comissão especial presidida por mim e relatada pelo Senador Pedro Taques, trabalho que continuaremos em 2013, com o objetivo de enfrentar a escalada da inseguran-

ça e da violência no País, dando uma contribuição ao novo Código Penal, que, se Deus quiser, entregaremos à sociedade brasileira, da lavra do Senador Pedro Taques, com a participação dos demais membros, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira e tantos outros companheiros desta Comissão tão importante.

Pela quantidade, mas sobretudo pela qualidade dessa produção, quero agradecer a cada Senadora, a cada Senador, titular, suplente ou que apenas aqui compareceu para apresentar comentários e sugestões, a paciência, a cooperação, o interesse, a assiduidade, a pontualidade e a dedicação a um trabalho coletivo voltado ao progresso do nosso País e ao bem-estar do nosso povo.

Também não posso deixar de agradecer aos servidores, às assessorias. Quantas vezes eu toquei esta campainha pedindo silêncio! Nesta despedida peço desculpas a todos os senhores e senhoras, mas isso era necessário muitas vezes para que a gente pudesse fazer o debate altivo e ouvido por toda população brasileira e por todos que aqui compareciam.

Também quero agradecer ao Ednaldo, que, nos momentos cruciais, me deu suporte com a marcação tanto da Constituição quanto do Regimento. Como eu disse aos senhores, no dia em que cheguei aqui, por não ser jurista, tive de aprender muito nesta Comissão. E aprendi muito com os servidores desta Casa e desta Comissão.

Assim, também quero agradecer aos jornalistas que cobrem todos os dias esta Comissão, com muita assiduidade e com muita preocupação com as matérias que aqui tramitam. Aos veículos independentes que ajudaram a sociedade a compreender o nosso trabalho também o nosso agradecimento. Às redes sociais e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que nós chegássemos no dia de hoje com a consciência do dever cumprido a minha gratidão e o meu agradecimento.

Novamente quero dizer muitíssimo obrigado a todos os senhores, muitíssimo obrigado a todas as senhoras, muitíssimo obrigado ao Brasil, que nos acompanha pela Internet, pela Rádio Senado, pela TV Senado e por todos os outros meios de comunicação, inclusive pelas nossas redes sociais. Novamente muitíssimo obrigado pela honra de presidir os trabalhos da CCJ no biênio 2011/2012.

Meu companheiro Vital do Rêgo, que tive a honra de indicar, como Líder, para harmonizar e presidir esses trabalhos – diferentemente de mim, o Vital do Rêgo, além de médico é um advogado reconhecido pelo povo da Paraíba e honra aquele que foi um dos grandes homens da República, seu pai, Vital do Rêgo, com quem tive a honra de conviver ainda na casa de Paes de Andrade, quando fazia apenas política partidária, mas não tinha mandado eletivo –, que Deus o ilumine e o proteja! Tenha paciência, escute, como procuramos fazer, e harmonize os trabalhos desta Comissão para que, ao chegar ao final do seu biênio de mandato, você possa levantar a cabeça e dizer, como estou dizendo hoje, "muito obrigado".

Levanto-me desta mesa agora com a certeza do dever cumprido com o Brasil, com o Ceará e com o compromisso que assumi como Senador da República.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Nós temos uma chapa: Vital do Rêgo e Anibal Diniz. Fazemos a chamada nominal ou a aprovamos por aclamação?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queira pedir a V. Exª, antes de fazer o procedimento da eleição, para dar o meu testemunho da competência, seriedade, espírito democrático com que o Senador Eunício Oliveira conduziu os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça. A sua Presidência vai ser um marco na história desta Comissão. Eu tenho que cumprimentar V. Exª pelo sucesso e pelo êxito do seu trabalho na Presidência.

E quero manifestar também a minha maior satisfação em ver, em verificar que o seu sucessor será o Senador Vital do Rêgo, grande amigo desta Casa, por quem nós temos o maior respeito. Estou certo de que vai ter o mesmo êxito e a mesma competência que V. Exª na condução da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Dornelles.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra o Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A votação por aclamação é claro que simplifica o processo, mas me retirará o privilégio e o direito de votar, pela primeira vez, em Vital do Rêgo Filho. E estou aqui para isto: para trazer a palavra de apoio, de confiança, de solidariedade, de reconhecimento público ao Senador Vital Filho, que tem feito um mandato extraordinário, fruto da sua competência, ocupando funções de extremo destaque, realizando relatorias de

temas da mais alta relevância para o Brasil. O Senador Vital é um orgulho para todos nós da Paraíba e muito particularmente da nossa Campina.

Se a escolha da Comissão for pela eleição por aclamação, estarei aclamando também o meu conterrâneo e companheiro de Bancada, Vital, deixando consignado o meu protesto por esta Comissão me retirar o direito de conceder-lhe, pela primeira vez, o voto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Diante da afirmativa feita pelo Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – ... eu determino: a votação será nominal.

V. Exª tem razão, mas não se esqueça de, depois de ser nominal, aplaudir, porque o voto é secreto, e, lá na Paraíba, eles querem ver o seu voto mesmo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar S. Exª, o Senador Eunício, pelo cumprimento desse biênio e asseverar que V. Exª aqui tratou todos os temas com a imparcialidade devida como Presidente de uma Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero louvar o seu trabalho durante esses dois anos e dizer que a Comissão de Constituição e Justiça ganhou com a Presidência de V. Exª.

Quero cumprimentar o Senador Vital do Rêgo pela assunção ao cargo de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e dizer que com ele trabalhei na Comissão Parlamentar de Inquérito e o Senador Vital do Rêgo ali se portou como Presidente, muitas vezes dizendo "não". Dizer "sim" é muito fácil, mas ele disse "não" algumas vezes a vários pedidos que nós fizemos, e isso mostra que ele exercerá esta Presidência com a responsabilidade que lhe vem a calhar. Como dizem os juristas, calha à fiveleta.

Muito bem.

No tocante à votação, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Isso significa dizer que ele vai continuar dizendo "não" a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu só queria dar notícia à Comissão de que eu apresentei um projeto de resolução recentemente, neste ano, para que fosse alterado o Regimento Interno desta Casa no tocante à votação para a Presidência do Senado e para a Presidência das Comissões.

O Regimento Interno desta Casa é inconstitucional, ao meu juízo, neste particular. A votação para a Presidência do Senado e para a Presidência das Comissões tem que ser aberta. Neste Colegiado, que tem a obrigação de velar pela Constituição, de fazer o controle preventivo de constitucionalidade, a votação deveria ser aberta para que cada Senador pudesse expor o seu voto conforme determina a Constituição. A Constituição trata excepcionalmente dos casos em que a votação tem que ser secreta e não fala em Presidência de Comissão. Isso está no Regimento Interno, o que não é compatível, não é adequado à Constituição.

Nós poderíamos fazer, dando o exemplo, a votação aberta por aclamação de S. Exª o Senador Vital do Rêgo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente. Sr. Presidente. Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Antes de dar a palavra a V. Exª, eu pergunto ao Senador: e daí? Suspendemos a votação?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Suspendemos a votação?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para quê?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Porque V. Exª defende que ela seja aberta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu defendo que ela seja aberta. Por aclamação. É possível. A Constituição não estabelece a proibição de que seja secreta votação de presidente de comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Senador da Paraíba já protestou por ser aberta por aclamação e exigiu que fosse secreta.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, não. Eu não exigi. Não, eu não exigi. Talvez quem exija seja o Regimento, mas, se a Casa – e estou chegando agora – decidir pela votação por aclamação ou me delegar poderes para que, em nome de todos, eu declare o voto no Senador Vital, eu o faço. Mas a Presidência é quem decide.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente Pedro Simon. Peço a palavra pela ordem. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Antes, há o José Agripino e o Inácio Arruda. Depois, V. Exª e, depois, o Líder.

José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, duas palavras rápidas.

Uma é dirigida ao Senador Eunício Oliveira, que se despede da Comissão de Constituição e Justiça, em que fez, em minha opinião, um trabalho de brilho, porque ele é enérgico, na hora em que precisa ser enérgico, e afável, na hora em que ele acha que deve ser afável. Ele consegue combinar as duas coisas. Ele foi um bom amigo na Comissão de Constituição e Justiça e produziu bastante. É uma Comissão conflituosa, para onde convergem as matérias mais importantes que tramitam nesta Casa. Eu já fui Presidente desta Comissão e sei como é complicado presidir a CCJ. E ele saiu-se galhardamente. Características de líder ele tem e as exerceu na plenitude quando na Presidência da CCJ. Ao Senador Eunício o reconhecimento do seu colega e do meu Partido pelo brilho com que se houve na CCJ.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – V. Exª vai ser sucedido por outro Senador competente – competente ao ponto de ter o voto aberto de seu maior adversário político na província, que é o Senador Cássio Cunha Lima. Manifestação mais clara de reconhecimento de valor que essa é impossível.

A indicação que o PMDB faz para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Há alguns que dizem – eu não concordo – que ele vota dessa maneira porque prefere que o Senador fique aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, em Brasília, o ano inteiro, e vá o menos possível à Paraíba.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – A grandeza do Senador Cássio Cunha Lima não chega a esse ponto, Senador Pedro Simon. Ele prefere o embate de igual para igual, mas sabe reconhecer os valores.

De modo que eu quero aqui, de público, manifestar o meu apreço pela indicação que o PMDB faz do Senador Vital do Rêgo e dizer a S. Exª que nós esperamos que V. Exª siga o exemplo do que o Senador Eunício fez na CCJ, em seu nome e em nome do seu partido. É a nossa profissão de fé e a nossa confiança em V. Exª e em seu Vice, o Senador Anibal.

Com essa manifestação, quero deixar claro o nosso agrado – o meu e o do meu Partido – pela sua indicação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Agripino.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro, quero destacar a passagem do nosso colega Senador Eunício Oliveira pela Presidência da Comissão. Eu tenho essa impressão e faço minhas as palavras dos nossos Senadores Pedro Taques, Agripino Maia, Dornelles. O Senador mesmo afirmou que chegou aqui sem ser jurista, mas demonstrou que a função é nitidamente política. Ao examinar a Constituição e o Regimento, auxiliado, como disse, pelos nossos colegas funcionários da Casa, ele se saiu de forma extraordinária. Com a atitude de nunca perder a ternura, soube conduzir com firmeza os trabalhos, sempre com muita polêmica. Polêmicas, às vezes, são coisas que, aparentemente, poderiam ser resolvidas regimentalmente, mas exigiam a postura política, o jogo parlamentar, o conhecimento da Casa, o conhecimento dos colegas, a afeição necessária para conduzir e levar a bom termo os trabalhos da Comissão, com temas muitos difíceis. Tratamos de temas duros aqui na Comissão e houve embates duros. E não foram embates só entre posições daqueles que apoiavam o Governo e daqueles que são Oposição, mas dentro da Base do Governo ou dentro da Oposição.

Acho que o Senador Eunício Oliveira se portou como um juiz que agiu com correção, com justeza. Acho que é preciso registrar essa passagem brilhante, Senador Eunício Oliveira, pela Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Estamos aqui desde o começo desta Comissão e assistimos ao seu desempenho muito positivo para nós do Senado e para o Brasil. Como cearense, evidentemente, ficamos orgulhosos de termos tido V. Exª conduzindo os trabalhos.

O PCdoB segue a orientação do nosso colega do PSDB de Campina Grande no voto ao nosso colega Vital do Rêgo, que agrega ainda um valor extraordinário, não sei se fruto das lições de Cássio Cunha Lima, pai, que agrega aqui o verso, a arte popular. Ronaldo Cunha Lima, pai do nosso Cássio Cunha Lima, traz para cá também o verso, agrega a poesia aos embates duros que temos na Comissão de Constituição e Justiça. Então, acho que ele vai agregar esse valor extraordinário da arte popular a uma Comissão tão erudita como é a Comissão de Constituição e Justiça. Imagina-se que teremos uma sucessão na Comissão de Constituição e Justiça que não trará nenhum problema de solução de continuidade. Acho que vamos estar muito bem servidos no nosso País com a Comissão de Constituição e Justiça sendo conduzida pelo nosso Senador Vital do Rêgo.

Portanto, vamos seguir a orientação do Senador Cássio Cunha Lima, meu caro Vital. Um abraço.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio, pelas palavras carinhosas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Cássio Cunha Lima falou pela Paraíba, falou por Campina Grande e falou também pela Bancada do PSDB, para aclamar o novo Presidente da Comissão, o Presidente Vital do Rêgo. Qualquer que seja a decisão de V. Exª, de voto aberto ou de voto por aclamação – eu sou pela aclamação –, quero me somar às palavras do Senador Cássio Cunha Lima, reconhecendo os extraordinários talentos do Senador Vital do Rêgo, dos quais ele já deu mostra nesta legislatura, só esperando que ele não tenha oportunidade de usar, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, sua qualificação de médico.

Eu aclamaria também o nosso Presidente que está saindo, o Presidente Eunício Oliveira, em nome da nossa Bancada. Presidente Eunício, V. Exª não é jurista, mas é um político de primeira ordem. Mostrou aqui na Comissão suas qualidades, espírito democrático, senso de oportunidade, espírito público para escolher na organização da pauta as matérias mais relevantes para os destinos de nosso País e, ao mesmo tempo, atendeu de uma maneira absolutamente equânime as postulações de todas as bancadas aqui representadas, independentemente de nosso alinhamento no Governo ou na Oposição. V. Exª realmente sai da Presidência desta Comissão deixando a lembrança do trabalho que aqui realizou.

Quero também saudar o candidato à Vice-Presidência, nosso Senador Anibal Diniz, um companheiro extraordinariamente amável, competente, dedicado ao trabalho parlamentar e do qual me tornei amigo ao longo desses dois anos de convivência.

Obrigado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio, pelas palavras carinhosas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, cerca de 30 Senadores lotam aqui a Comissão de Justiça, por isso todos desejamos falar, mas, por respeito, quero ser breve e cumprimentar o Senador Eunício Oliveira pela maneira como conduziu tão brilhantemente, com uma disciplina de extrema assertividade, sempre respeitoso e tratando a todos os Senadores, inclusive a mim, e sou testemunha disso, de todos os partidos, com equidade, com grande respeito.

Agradeço a forma como agiu para com todos e também a forma como, por exemplo, constituiu a Subcomissão de Reforma do Código Penal, cujos trabalhos estão andamento, que terão enorme importância para um dos temas que V. Exª há pouco mencionou, a preocupação com a violência que acontece não só no meu Estado, mas em diversos Estados brasileiros. Então, cumprimento-o, assim como também quero expressar o meu voto aberto no Senador Vital do Rêgo e no Senador Anibal Diniz, desejando que consigam realizar também um excelente trabalho.

Cumprimento também o Vice-Presidente da Comissão, junto com o Senador Eunício Oliveira, o Senador José Pimentel, que sempre agiu em grande harmonia com S. Exª. Parabéns ao Senador Eunício Oliveira e aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu acho que está manifestada a unanimidade. Se o ilustre companheiro da Paraíba insistir na votação nominal, eu farei a votação nominal. Se ele concorda, fica aqui claro, na Ata, que estou falando em nome de toda a Mesa. Todo mundo viu que V. Exª votou no seu companheiro de Estado para Presidente. Todos somos testemunhas.

Está em votação a Presidência e a Vice-Presidência da chapa. (*Pausa.*)

Está aclamado, aprovado por unanimidade.

Declaro eleitos os Senadores Vital do Rêgo e Anibal Diniz. (*Palmas.*)

Convido os colegas para virem ocupar os seus lugares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Convido o Senador Anibal Diniz para fazer parte da Mesa Diretora desses trabalhos na condição de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Peço que permaneça na Mesa, como garantia do brilho desta reunião, principalmente na condição de um dos mais experientes homens públicos deste País, reserva de dignidade e apreço do Parlamento nacional, o Senador Pedro Simon. Peço que V. Exª continue na Mesa, nos honrando.

O Senador Pedro Simon, pela condição regimental, vai também presidir outra Comissão que vai se instalar daqui a poucos instantes, na Casa.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, funcionários da Casa, profissionais de imprensa, senhores convidados, membros de diversos Poderes da República, que as minhas palavras iniciais sejam de agradecimento a V. Exªs. A cada instante, neste início de caminhar no Senado Federal, somos surpreendidos, meu Líder Eunício Oliveira, por gestos de apreço, de elegância, de solidariedade, de afeto e de expectativas, que se consolidam com manifestações escritas ou, agora, com a aclamação deste Parlamentar que, na companhia do Senador Anibal Diniz, terá a função de presidir esta Comissão.

Tenho de me manifestar aos senhores, à minha Paraíba, minha amada Paraíba, em especial ao Senador Cássio Cunha Lima, que iniciou uma condição especia-

líssima, a de adversário, mas amigo deste Parlamentar no Estado, comungando com as mesmas responsabilidades federativas que temos em defesa da Paraíba, e que faz, não a este Parlamentar, talvez recebendo as mensagens próprias do seu coração, do coração de Ronaldo Cunha Lima, uma moção de apoio. Em seu nome, Cássio, quero agradecer penhoradamente a todos os Srs. Parlamentares que manifestaram, em nome dos seus partidos, a indicação ao nosso nome, ao meu nome, ao nome do Senador Anibal Diniz.

Quero agradecer a Deus a oportunidade que, através de V. Exªs, estou recebendo de presidir, ao lado do Senador Anibal, esta importante Comissão.

Desejo eternizar este momento, lembrando a figura de dois homens públicos do meu Estado: Vital do Rêgo e Pedro Gondim, políticos consagrados, mas juristas em suas essências, advogados, defensores da liberdade, detentores de mandatos, vitimados no mesmo dia pelo AI-5, em janeiro de 1969, como tantos jovens homens públicos daquela geração.

Assumir a CCJ neste momento é, sem dúvida, um novo desafio. Território que conheço como membro efetivo que sou, sei o tamanho da responsabilidade e da expectativa de todos nós, Senador Pimentel, de que os próximos dois anos de trabalho sejam eficazes, harmoniosos e de avanços para o País.

Gostaria de agradecer imensamente ao meu Partido, na pessoa do nosso Líder, Senador Eunício Oliveira, a honra dessa indicação – o Senador Eunício se eleva em importância, Senador Lobão Filho –, a coincidência de poder sucedê-lo, depois de um notável trabalho à frente desta Comissão. Parabéns, Senador Eunício!

Vejo que essa responsabilidade ganha contornos não dimensionados por mim, pelos gestos que recebi das Srªs e dos Srs. Senadores, todos dizendo: "Quero que V. Exª mantenha conosco os mesmos compromissos que assumiu Eunício Oliveira nesta Comissão".

Lembro a V. Exªs um fato importante, que aumenta ainda mais as nossas responsabilidades: neste ano, estaremos celebrando o jubileu de prata da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, como a Constituição Cidadã. Desde então, o Brasil começou a mudar, e precisamos cumprir o nosso papel, que entendo ser fundamental nesta Comissão de Constituição e Justiça: a rigorosa análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das proposições a ela submetidas.

Esta Comissão é a barreira contra qualquer tentativa de deformação do nosso ordenamento jurídico e, para tanto, conto com V. Exªs na dinâmica do funcionamento dos nossos trabalhos, convocando especialistas, em audiências públicas que haveremos de fazer em dia específico da semana, para instruir matérias e nos ajudar a enfrentar os grandes temas sobre os quais haveremos de nos debruçar nos próximos meses, entre eles, a atualização do ordenamento legal do País. Somente como exemplo desse grandioso trabalho, cito o nosso Código Penal, que data de 1940 e muitos dos seus dispositivos já perderam a eficácia, gerando a impunidade e a injustiça.

Por outro lado, neste momento, quero declarar meu entusiasmo com o trabalho que vem sendo realizado pela Comissão Especial da Reforma do Código Penal, criada pelo Presidente Sarney e pelo Presidente Eunício Oliveira, que tem a relatoria do Senador Pedro Taques e, certamente, com o nosso apoio, mobilizará todo o País.

Além dessas, existem dezenas de outras importantes matérias, de autoria de membros do Parlamento nacional de todos os partidos, que haveremos de pautar, temas relevantes, como a PEC dos recursos, do Senador Ferraço, que tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira; a PEC 34, que dispõe sobre a criação da carreira de médico; a do Senador Zezé Perrella, que modifica o rito da apreciação de vetos presidenciais; algumas pinçadas em centenas de outras iniciativas parlamentares que trarei à apreciação de V. Exªs. Há centenas de outras importantes iniciativas que, neste momento, aguardam apreciação da Comissão.

Outro assunto esperado com bastante ansiedade por toda a população é o chamado marco civil da Internet, cujo projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidente Dilma Rousseff em 2011 e está prestes a ser votado pela Câmara dos Deputados.

Ninguém duvida da importância da Internet nos dias de hoje. Contudo, ainda não dispomos de um texto de lei específico para o ambiente cibernético que garanta os direitos fundamentais e promova o desenvolvimento econômico e cultural, e o pleno exercício da cidadania. Vivemos um vácuo legislativo nessa questão, mas, senhoras e senhores, tão importante quanto tratar desses temas é realizar o trabalho de modo absolutamente transparente, estreitando os canais de participação permanente com a sociedade.

Não hesitaremos em discutir, de forma clara, temas que possam ser conflitantes interpoderes, sempre tendo como bússola o mandamento constitucional. Queremos ser protagonistas dos debates de relevância nacional.

Srªs e Srs. Senadores, uma das mais importantes tarefas da CCJ é a apreciação das indicações dos Ministros dos Tribunais Superiores: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União, além do Procurador-Geral da República e dos membros do

Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Examinaremos essas indicações com critério, ampliando, cada vez mais, a oportunidade do debate com o sabatinado, para que o País, através dos seus representantes, possa conhecer as questões que envolvam essas instituições, bem como a competência dos indicados para importantes cargos da República.

O Senado Federal e a CCJ, em particular, não podem se converter em simples homologadores das indicações oriundas do Executivo ou do Judiciário.

Pretendo também propor à Mesa do Senado e trazer à apreciação de V. Exªs, meu Líder Eduardo Braga, a alteração no Regimento Interno da Casa, pensamento do Senador Eunício Oliveira, com o objetivo de prever audiências públicas regulares com o Ministro da Justiça, para garantir a política nacional de segurança pública, à semelhança do que já acontece na Comissão de Assuntos Econômicos em relação ao Presidente do Banco Central. A grave situação da segurança pública no País impõe que o assunto seja debatido neste plenário com pautas permanentes e temáticas.

Consultarei também V. Exªs para despertar uma questão que nas últimas décadas tem dormido aqui no Congresso Nacional, Senador Romero Jucá: a regulamentação dos dispositivos constitucionais não aplicáveis. Estaremos, com o imprescindível apoio da Mesa do Senado, criando um fórum de direito constitucional para avaliar os avanços e as necessidades legislativas infraconstitucionais, pois entendo que é fundamental. Muitas vezes, o cidadão deixa de ser assistido em seu direito porque simplesmente a norma constitucional ainda não foi regulamentada. Poderemos criar uma subcomissão para elaborar projetos de lei necessários à regulamentação desses dispositivos. É uma sugestão que deixo à avaliação de V. Exªs os dispositivos constitucionais não autoaplicáveis que estão sujeitos à regulamentação.

Direitos sociais, Senadora Ana Rita; garantias do mandato parlamentar, Senador Agripino; valorização da magistratura, Senador Sérgio Souza; do Ministério Público, Senador Valadares; das demais carreiras de Estado, meu Presidente Valdir Raupp, são temas ou serão temas pautados, com certeza, Srªs e Srs. Senadores.

Para encerrar, esta Presidência terá como uma das principais diretrizes a prioridade dos projetos de autoria de Parlamentares. Quero novamente, meu querido Senador Armando Monteiro, deixar como um compromisso, repito, a prioridade na apreciação dos projetos de autoria dos Srs. Parlamentares, muitas vezes injustamente preteridos, meu Presidente Valdir Raupp.

Estamos iniciando um novo ano legislativo. Desta vez, divorciado do calendário eleitoral, Senador Eduardo, que tanto nos sufoca. Espero em Deus, Deputada Nilda Gondim, que me dá a emoção de assistir a esta reunião, que possamos aproveitá-lo muito bem a serviço de um País que precisa tanto de todos nós.

Tenho aprendido a cada dia nesta Casa, aonde cheguei com humildade e esperança. Aqui sem dúvida se encontram os políticos mais experientes do País, Senador Francisco Dornelles.

Nestes próximos dois anos de convivência, Srªs e Srs. Senadores, Senador Sérgio Souza, podem ter absoluta certeza, o diálogo, a cooperação, o entendimento e o trabalho farão parte do meu cotidiano à frente desta Comissão.

Agradeço a confiança de todos. Vamos ao trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o, Senador Vital do Rêgo.

Quero falar sobre um dos temas principais colocados por V. Exª: a questão da segurança nacional, que preocupa hoje diversos Estados. Sei que apenas na próxima reunião serão lidos os requerimentos, mas quero adiantar que já protocolei junto à Mesa um requerimento, de maneira consistente com as suas preocupações, no sentido de podermos convidar o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, assim como os Secretários da Segurança, José Mariano Beltrame, do Estado do Rio de Janeiro; Fernando Grelha Vieira, do Estado de São Paulo; e César Augusto Grubba, de Santa Catarina, para um diálogo sobre como prevenir, diminuir a insegurança que hoje preocupa a tantos Estados, tendo em conta essa preocupação, inclusive a de Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner, que assinou comigo este requerimento. É possível que outros Senadores queiram adicionar alguns nomes. Mas quero registrar aqui já... Sei que, regimentalmente, este requerimento será lido na primeira reunião ordinária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª a compreensão. Trataremos, na forma regimental, da importante matéria de V. Exª.

Com a palavra, meu Líder, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente, Vital do Rêgo, primeiramente quero cumprimentar V. Exª. É com enorme satisfação

que o faço em nome da Liderança do Governo, porque tenho convicção não apenas do trabalho que V. Exª, juntamente com o Senador Anibal Diniz, haverão de desempenhar aqui na Comissão de Constituição e Justiça, trazendo, cada vez mais, avanços ao nosso Senado da República naquela que é, sem dúvida alguma, a Comissão mais importante desta Casa.

Quero aqui também cumprimentar e parabenizar, pelo desempenho e pelo brilhantismo com que agiu na condição de Presidente desta Comissão, o hoje eminente Líder da Bancada da Maioria, da Bancada do PMDB, o Senador Eunício Oliveira.

Gostaria, Sr. Presidente, de justificar minha ausência durante a votação. Eu teria imenso prazer em poder participar da aclamação em torno da eleição de V. Exª, mas eu estava reunido com a Srª Presidenta da República que, inclusive, pediu que trouxesse, em seu nome, suas congratulações e seus cumprimentos a V. Exª por mais esta importante missão nesta Casa.

No mais, desejo a V. Exª e ao Senador Anibal, juntamente com todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, um profícuo trabalho com o desempenho cada vez mais destacado.

Aproveito, Sr. Presidente, para cumprimentar, não a Deputada, mas a senhora sua mãe, porque poucas vezes uma mãe é brindada com o presente de poder ver, testemunhar a ascensão de seu filho tão de perto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, eu quero aqui, com certeza, abraçar a senhora sua mãe, não a Deputada, mas a senhora sua mãe que testemunha um dos momentos mais emocionantes da carreira política de V. Exª. Meu abraço fraterno e meus sinceros votos de muito sucesso a V. Exª e ao Senador Anibal Diniz nesta importante condução da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Eduardo Braga, em meu nome, em nome da Deputada Nilda Gondim e em nome de meus familiares, por esse gesto de carinho e apreço, essencialmente pela palavra do Líder, encorajando-me na execução desta missão.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando V. Exªs para a próxima reunião ordinária.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 06 de março de 2013, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e cinco minutos, do dia seis de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes de Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Amorim e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Pedro Simon e Cássio Cunha Lima. Usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, de 2011.** Não Terminativo. Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. TRAMITA EM CONJUNTO com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2012.** Não Terminativo. Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. TRAMITA EM CONJUNTO com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2012.** Não Terminativo. Cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira e outros. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Favorável à PEC nº 86, de 2011, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela prejudicialidade das PEC's nºs 46 e 61, de 2012. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 86, de 2011, nos termos da Emenda. nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) e pela prejudicialidade das PEC's nºs 46 e 61, de 2012. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes

Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2007.** Não Terminativo. Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre equipamentos obrigatórios dos veículos. **Autoria:** Deputado Carlos Eduardo Cadoca. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010**. Não Terminativo. Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. TRAMITA EM CONJUNTO com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009.** Não Terminativo. Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4) OFICIO "S" Nº 8, de 2011.** Terminativo. Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer. **ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador José Pimentel, nos termos Regimentais. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2011**. Terminativo. Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do Art. 282 do RISF. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2006**. Terminativo. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2006. Terminativo.** Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Pedro Taques nos termos do artigo 128 do RISF. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. Votam vencidos os Senadores Sérgio Petecão, Francisco Dornelles, Luiz Henrique e Magno Malta. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 2007.** Terminativo. Acrescenta equipamento obrigatório ao rol estabelecido pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. ("Código de Trânsito Brasileiro"). **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. TRAMITA EM CONJUNTO com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2007.** Terminativo. Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para introduzir limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos que especifica. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. TRAMITA EM CONJUNTO com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 645, de 2007.** Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar a concentração de álcool no sangue admitida para o condutor de veículo automotor. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 96, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nºs 97 e 645, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2009.** Terminativo. Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:**

Concedida vista aos Senadores Francisco Dornelles, José Pimentel e Eduardo Lopes, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 1, de 2013**. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir as origens da criminalidade em nosso país, as formas adotadas pelo Poder Público para prevenir e diminuir a violência, bem como para proteger a incolumidade da população, como, por exemplo, a interação entre órgãos de diferentes níveis d epoder, e os melhores caminhos a serem percorridos pelo Estado no sentido de minimizar a incidência de delitos contra a pessoa, com os seguintes convidados: José Eduardo Martins Cardozo, Ministro da Justiça; José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança do Estado de São Paulo; e César Augusto Grubba, Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, de 2013**. Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo em conjunto pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, dos Projetos de Lei do Senado nº 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 – Complementares, que tramitam em conjunto e estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Requer ainda a realização de audiência pública em conjunto pelas mencionadas Comissões para instrução dos referidos projetos de lei, com a presença do Senhor CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda no CONFAZ e Secretário da Fazenda do Estado do Maranhão. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2010; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2003; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011 E ITEM 15) PROJETO D ELEI DO SENADO Nº 105, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que instalou esta Comissão.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para ciência, o recebimento dos seguintes documentos:

– Ofício nº 2.851, de 2012, da Secretaria-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, remetendo o Requerimento nº 3.870, de 2012, para sugerir ao Congresso Nacional a proposição e a aprovação de matéria para que se reconheçam os consórcios intermunicipais como pessoas jurídicas autônomas em relação aos municípios que os integram, em especial aqueles convênios destinados ao repasse de recursos.

Expediente conferido.

Enviado Ofício nº 3, de 2013, desta Presidência, de 5 de março de 2013, comunicando que, nesta presente ocasião, tornaria ciente o Plenário da CCJ sobre o conteúdo da sugestão para que, havendo interesse de algum dos Srs. Senadores, acolha esta iniciativa.

– Ofício nº 289, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal, remetendo a Indicação nº 7.600, de 2012, de autoria do Deputado Distrital Chico Leite, no sentido de formular Proposta de Emenda à Constituição para alterar o art. 37, inciso IV, da Constituição Federal, para determinar que à Administração Pública seja vedada a realização de novo concurso enquanto não nomeados todos os aprovados no concurso válido.

Expediente conferido.

Enviado Ofício nº 4/13, desta Presidência, em 5 de março de 2013, informando que a matéria em questão já é objeto da PEC nº 48, de 2004, em trâmite no Senado Federal.

Correspondência do Deputado Estadual Campos Machado, da Assembleia Legislativa de São Paulo, contendo sugestão para que o Congresso Nacional delibere sobre a necessidade de pronunciamento da Casa respectiva sobre a perda de mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal transitada em julgado.

Expediente conferido.

Enviado Ofício nº 5/13, desta Presidência, informando que a matéria em questão já é objeto da PEC nº 60, de 2012, em trâmite no Senado Federal.

Essas são as comunicações.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens nºs 1 a 15.

Também há uma comunicação de criação, por parte do Congresso Nacional. Do Senador Sérgio Souza, que compõe honrosamente esta Comissão, e do Deputado Amauri Teixeira, propondo, Senador Presidente Eunício Oliveira, a criação de uma Frente Parlamentar Mista de criação dos Tribunais Regionais Federais das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, do Congresso Nacional, nos termos:

Sr. Presidente, na qualidade de coordenadores da Frente Parlamentar de criação dos Tribunais Regionais Federais, vimos, pelo presente, convidar V. Exª a participar de ato público a ser realizado no dia 12 de março do corrente ano, às 11 horas, no plenário da Comissão, com objetivo de defender a criação dos Tribunais Regionais Federais das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.

Destacamos que a criação dos referidos tribunais será de extrema importância para a concretização dos princípios constitucionais de acesso à Justiça e celeridade processual, descongestionando as cortes judiciais existentes e possibilitando uma reposta efetiva aos apelos da população.

Nesse contexto, cumpre-nos salientar que a participação e o engajamento de V. Exª e desta Comissão nessa empreitada são fundamentais para o êxito desta missão, que trará enormes benefícios não apenas aos Estados abrangidos nesta criação, mas também nas regiões limítrofes.

Esse é o expediente que esta Comissão recebe e informa a V. Exªs.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, de 2011
– Não Terminativo –

Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, de 2012
– Não Terminativo –

Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2012
– Não Terminativo –

Cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.
Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros.
Relatoria: Senador Jorge Viana.
Relatório: Favorável à PEC nº 86, de 2011, nos termos do substitutivo que apresenta; e pela prejudicialidade das PECs nºs 46 e 61, de 2012.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu vou, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes, Senador Walter Pinheiro. Permita, Senador Jorge Viana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria fazer uma questão de ordem, Senador Jorge Viana, em relação a essa questão; ou uma ponderação aos nobres pares.

É óbvio que V. Exª relata um projeto. Nós havíamos, inclusive, conversado sobre essa matéria, ainda no ano passado, quando aprovamos, em plenário, a PEC que tratava da questão do tribunal em Minas Gerais. Eu queria chamar atenção, Senador Vital, para não ficarmos muito nessa – e eu conversei muito sobre isto com o Senador Aloysio Nunes, no ano passado – seara de achar que é aqui, ali, acolá.

Há uma PEC tramitando na Câmara dos Deputados em que, por motivo inclusive do exagero ou até do desejo imediato, o que é natural de todos nós, inseriu-se, Senador Aloysio, de imediato, que o Judiciário deveria instalar quatro tribunais no País, ou seja, determinava-se o prazo para a instalação de quatro tribunais: em Minas Gerais; no meu Estado, a Bahia; no Paraná; e, se não me falha a memória, no norte do País, no Amazonas.

Pois bem. V. Exª, que é um homem do ramo, de saber jurídico, sabe que não há condição operacional para uma instalação imediata como essa, tampouco condições orçamentárias e financeiras para uma empreitada dessa natureza e com esse corte.

Na época, nós...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E tampouco o Congresso tem compe-

tência para legislar sobre isso através de emenda à Constituição.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto. Era a isso que eu iria chegar.

Nós, que recentemente cobramos do Judiciário algumas coisas em relação a decisões aqui dentro, estamos dizendo ao Judiciário como ele vai fazer, em que tempo ele vai fazer e o que ele deve fazer.

Então, acho que esse é o desejo de todos nós.

É óbvio que eu quero, se formos tratar disso – farinha pouca, meu pirão primeiro –, privilegiar a minha Bahia. Na época em que Getúlio Vargas presidiu o Brasil, ele estava no Rio de Janeiro, mas dizia: "O Rio de Janeiro é legal; o Brasil é sensacional; o Rio Grande do Sul idem; mas o meu São Borja primeiro".

Nós queremos isso, mas queremos fazê-lo de maneira a viabilizar essa reestruturação do Judiciário e, ao mesmo tempo, contribuir para que o Judiciário possa promover essa reestruturação em condições corretas, adequadas, orçamentariamente ajustadas e com a devida competência.

Então, eu queria chamar a atenção para essa questão a fim de resolvê-la.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos respeitar a posição de V. Exªs, mas, antes da discussão da matéria, devemos ouvir a palavra do Relator. Permitam V. Exªs.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª dispõe do tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu considero muito a posição do colega e nobre Senador Walter Pinheiro. Tenho conversado também com o Ministro Aloysio Nunes, nosso colega Senador, sobre esse tema, mas acho que a situação é tão grave, Sr. Presidente, que é um pouco mais do que desejo.

Existe hoje uma realidade insustentável nos Tribunais Regionais Federais. Insustentável!

Quando fui Governador, caro Senador Walter Pinheiro, nós fizemos um esforço enorme no sentido de criar condição para uma melhor presença da Justiça Federal na 1ª Região, por exemplo, que é o caso mais gritante que existe no País. Há situações em que a distância entre a 1ª Instância e o Tribunal de Recursos é de 4 mil quilômetros. Nós somos um País continental.

Não tenho dúvida dos questionamentos levantados do ponto de vista da constitucionalidade, que certamente serão objeto do debate, mas o meu relatório se prende, inclusive, no fato de que esta Comissão já apreciou a criação de dois tribunais: um no Paraná e outro em Minas Gerais – o de Minas Gerais foi inclusive aprovado no plenário.

Então, eu faço ao meu relatório... V. Exª já bem colocou o histórico da tramitação dessas PECs, e eu vou direto para a análise, porque acho importante fazermos aqui o debate. Já obtivemos antecipadamente a posição do nobre Senador Walter Pinheiro e, em conversa, do próprio Senador Aloysio Nunes.

A matéria da qual se ocupam as proposições que temos em exame não é nova no Judiciário, no Senado Federal ou no Congresso Nacional. Não ocorrem vícios de constitucionalidade formal ou material a contaminar as proposições em análise, tendo em vista que esta Comissão já deliberou sobre essa matéria.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer que na análise que fiz, na busca de mergulhar no problema que estamos vivendo hoje, nós encontramos uma situação em que, no Senado Federal, é importante recuperar recentes decisões desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania favoráveis à criação em termos bastante semelhantes a da proposição em análise de um Tribunal Regional Federal em Minas Gerais e outra no Estado do Paraná. Inclusive a PEC nº 65, de 2011, que cria o Tribunal Federal de Minas, foi aprovada no Plenário desta Casa, uma proposição liderada pelo Senador Aécio Neves. E me auxilia aqui o Senador Aloysio Nunes: o autor é o Senador Clésio Andrade.

Na Câmara, como bem colocou o Senador Aloysio Nunes, inclusive até bem pouco tempo atrás pressionados pelo próprio STJ, também temos a tramitação de matérias que vão ao mesmo sentido. Eu só queria pôr uma análise, porque acho que o que vou falar aqui nos ajuda a dar a dimensão que este problema precisa ter. Obviamente, nós temos aqui no Parlamento, na Casa das Leis, na Casa da Federação e cabe a nós aqui encontramos a melhor solução para o problema. Mas eu queria gastar um pouquinho de tempo que tenho, não muito, para colocar o problema: a criação dos tribunais no Brasil.

O primeiro deles dá conta de que, em 30 de março de 1989, quando instalados os cinco Tribunais Regionais Federais, que hoje cobrem toda a área do território nacional, sediados em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, tramitavam nessas Cortes de Justiça 96 mil processos. Em 2011, alcançamos 1,2 milhão de processos tramitando nas mesmas Cortes de Justiça. Vejam bem: saímos de 96 mil para 1,2 milhão, quando da criação, em 1989, até 2011.

Nesse período, o número de magistrados passou de 74 para 139, nem chegou a dobrar. Então, vejam bem: o número de processos aumentou 1.000% e o número de magistrados não chegou a dobrar.

Some-se a isso, a instalação de 230 novas Varas Judiciárias, em primeiro grau, que significam mais 460 novos juízes federais. Então, os tribunais recursais não dobraram o número de desembargadores.

É de se ressaltar quanto a isso que, em 1989, havia 2,4 juízes federais para cada desembargador. Vou repetir: 2,4 juízes federais para cada desembargador federal. Ou seja, eram 177 juízes para 74 desembargadores. Em 2014, serão 14 juízes para cada desembargador; ou 1.954 juízes para 139 desembargadores.

Desses tribunais, eu queria só chamar a atenção, o mais problemático é o da 1ª Região. Não é uma questão de defender o interesse do Acre; é de lutar por um Brasil mais justo, um Brasil onde o cidadão brasileiro tenha acesso à Justiça. No caso do Acre, no caso de Roraima, no caso do Amazonas, do Pará, do Amapá, de Rondônia, a situação é gravíssima. Vejam: no da 1ª Região, sediado em Brasília, temos 13 Estados e o Distrito Federal – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, ainda Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia e Tocantins. É impraticável! Isso não é sinônimo de justiça, pode ser sinônimo de injustiça. Isso não é sinônimo de direito, mas da ausência dele.

Nesse TRF da 1ª Região, há desembargadores federais, com mais de 20 mil processos – um desembargador com 20 mil processos. É impraticável o acesso à justiça em condições como essa! Estou me referindo exclusivamente à 1ª Região.

Em 2011, pendiam de julgamento no TRF da 1ª Região 210 mil processos. Então, ou nós tomamos uma atitude, ou adotamos alguma medida como Casa que fez a Constituição e faz as leis, ou estaremos sendo coniventes com essa falta de acesso à essência da cidadania que é a justiça. É uma situação insustentável.

Já concluindo, queria dizer que manter essa situação inalterada vai levar o volume de processos paralisados na justiça de 2º Grau a ser resolvido aproximadamente – só os que nós temos – em 26 anos.

Eu queria também a atenção dos colegas. Já falei ainda há pouco. Tem situação onde o 1º Grau está a 4 mil km de distância do 2º Grau. Então, Sr. Presidente, por fim cabe observar que no presente caso, em que ambas as proposições merecem aprovação, deve ser acatada a PEC nº86, de 2011, por força do art.260 inciso II alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, que concede providência ao projeto mais antigo sobre o mais recente quando originário da mesma Casa. Dessa maneira, cabe aprovar um substitutivo à PEC 86, de 2011, que incorpore dispositivo da PEC 46, de 2012.

O meu voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, somos pela prejudicialidade da Proposta de Emenda Constitucional nºs 46 e 61, de 2002, e pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº86, de 2011, na forma do substitutivo que deste parecer é parte.

Leio o substitutivo que apresento à CCJ.

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011.

Cria Tribunais Regionais Federais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal é acrescido do seguinte § 11:

> Art. 27. .....
> .....
> § 11. São criados:
> I – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e sede na cidade de Manaus;
> II – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins e sede na cidade de Belém;
> III – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe e sede na cidade de Salvador;
> IV – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza. (NR)

Art. 2º O Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 180 dias a contar da data da publicação desta Emenda Constitucional, encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento dos Tribunais Regionais Federais referidos, bem como sobre as alterações deles decorrentes na organização do Judiciário Federal de segundo grau.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o meu parecer e a apresentação do substitutivo, que propõe que num prazo de 180 dias o Superior Tribunal de Justiça encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a organização do funcionamento dos tribunais regionais federais referidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cumprimento V. Exª pelo relatório e coloco em discussão a matéria.

São Senadores inscritos: Eunício Oliveira, Aloysio Nunes e Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, pelo tempo regimental.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores; Presidente Vital do Rêgo, essa matéria é uma matéria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – *(Fazendo soar a campainha)* Peço silêncio e atenção dos senhores, por favor.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria é extremamente importante e não é uma matéria nova nesta Comissão de Constituição e Justiça, de que eu tive a honra de ser Presidente e fui sucedido por V. Exª, no que tange ao sentimento de aproximação da justiça brasileira do cidadão. E aquele cidadão mais simples e mais pobre que precisa ter acesso fácil à Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é evidente o esgotamento físico da Justiça Federal de segundo grau e pelo menos desde 2002 isso vem preocupando a nós, membros do Congresso Nacional, e obviamente aos membros do Poder Judiciário, que buscam implementar, com a urgência necessária, soluções que permitam a efetividade dos princípios constitucionais do acesso à Justiça e da celeridade.

Sr. Presidente, V. Exª é um homem do Nordeste. V. Exª sabe do sofrimento de um pobre do Nordeste brasileiro, da dificuldade que ele tem de acessar a Justiça. Imagine um cidadão lá da minha Lavras da Mangabeira, interior do Estado do Ceará. Se ele quiser recorrer ao segundo grau de instância terá que pegar um ônibus, ir para Fortaleza, de Fortaleza pegar outro ônibus, ir para Recife, ficar alojado num hotel e levar um advogado a tiracolo. Isso é distanciamento da cidadania.

Esta PEC apresentada, Sr. Presidente, de nº 61, deixa bem clara a situação da Justiça no Brasil em relação à proximidade com o pobre. O Ministério Público está representado em todos os Estados brasileiros, fazendo o seu papel, que é importante. Mas, por outro lado, à Justiça de segunda instância pobre não tem acesso, porque não tem condição para isso.

Para V. Exª ter uma ideia, as regiões Norte e Nordeste do Brasil, toda a região Norte e Nordeste do Brasil está submetida atualmente a apenas duas cortes: os Tribunais Regionais Federais da 1ª Região, que é sediada aqui em Brasília, e da 5ª Região, sediado em Recife.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a criação de novos tribunais federais para aproximar a Justiça do cidadão comum é necessária e precisa ser enfrentada por esta Casa. Nós não estamos impondo a outro poder absolutamente nada.

Eu acabava de discutir com meu companheiro, o Líder Walter Pinheiro, no sentido de que nós não devemos dar prazo para a Justiça cumprir esse papel, mas é preciso que nós, que temos a responsabilidade de representação dos Estados brasileiros – os Senadores exercem essa representação dos Estados brasileiros – tenhamos esse cuidado.

V. Exª imagine o que é um cidadão sair lá do Acre, de Roraima, de Rondônia ou do Amazonas para vir a Brasília fazer um recurso de segunda instância!

Esse pobre não vai vir, Sr. Presidente, esse pobre não vai vir, Srs. Senadores, esse pobre não vai ter acesso à Justiça. E nós temos a obrigação, neste País que tirou 36 milhões de brasileiros da miséria absoluta, fazendo com que eles se sentissem verdadeiros brasileiros, de entregar à Justiça brasileira a oportunidade de dar acesso ao cidadão comum, à cidadã comum, ao pobre do Nordeste brasileiro, ao pobre lá da Região Norte do Brasil, para que ele possa ter pelo menos a esperança de chegar com facilidade, com o seu meio de locomoção, a um tribunal de segunda instância.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos nossos companheiros, sem intromissão em nenhum outro poder, apenas alertando este Poder com a oportunidade que ele já tem pronta. Se quiser fazer, a oportunidade está dada pelo Senado da República.

Por isso peço a V. Exª que dê o trâmite mais rápido possível a esta matéria que, compreendo eu, é extremamente importante para a cidadania e para que a Justiça possa chegar à porta de cada cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Peço a V. Exªs um minuto antes de dar continuidade aos nossos trabalhos para me dirigir aos queridos e competentes assessores que executam importante trabalho no assessoramento dos nossos Senadores. Ocorre que os próprios Senadores e Senadoras da Casa estão reclamando do excesso de ruído, do barulho mesmo, dificultando que a dinâmica dos nossos trabalhos seja executada com a natural tranquilidade. Peço a V. Sªs que executem o seu trabalho com o necessário silêncio, por favor.

Com a palavra, pelo tempo regimental, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, esclarecer aos meus Colegas que essa posição que vou tomar, e que já tomei, nessa matéria é uma posição pessoal, minha. Não falo aqui como Líder, mesmo porque um dos autores de Proposta de Emenda Constitucional que está sendo analisada agora é um ilustre membro da minha Bancada. É uma posição puramente pessoal, mas que considero fundada de uma maneira muito sólida na Constituição da República.

Veja, o Senador Jorge Viana, meu queridíssimo amigo, asseverou, com toda a razão, que cabe à Casa que faz as leis, que é o Congresso Nacional, tomar medidas legislativas para atender e resolver os problemas que afligem o povo brasileiro; trazer soluções para esses problemas.

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que as leis não são elaboradas assim ao acaso. Existem normas jurídicas que disciplinam a elaboração das leis. Essas normas estão na Constituição da República, estão na Lei Complementar que trata da elaboração das leis de uma maneira geral, essas normas jurídicas estão no Regimento Interno. E se essas normas são afrontadas, infringidas, o resultado não é válido. A lei aprovada, ou a emenda constitucional, no caso, não é válida, não vale nada, não serve para nada. Por quê? Porque é nula! Nula porque terá sido elaborada e aprovada em confronto direto, em contraste, em desobediência à regra constitucional que rege a elaboração das leis. No caso em tela, em matéria de iniciativa da proposição de normas jurídicas.

A iniciativa para criar tribunais inferiores da Justiça Federal, pelo art. 96 inciso II, é de competência privativa do Superior Tribunal de Justiça. Privativa! Privativa quer dizer que priva os outros Poderes dessa iniciativa. É própria, exclusiva, não pode ser usurpada por outro Poder. Essa é a Constituição.

Imagine V. Exª se a Presidente da República quisesse mandar para o Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional criando mais uma comissão nesta Casa? Simplesmente o Presidente daria a ela o destino que ela merece, que é a gaveta.

Agora, veja V. Exª, essa regra que vale para a elaboração das leis, vale também para a elaboração de normas constitucionais. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é absolutamente tranquila em relação a essa matéria, pois o Supremo, em inúmeras vezes, considerou inconstitucionais emendas das Constituições Estaduais que afrontavam a regra de iniciativa.

Essa regra é incontornável, não adianta dar um jeito, ela tem que ser respeitada. E não pode ser desrespeitada, ainda que por emenda constitucional, porque o princípio da separação entre os Poderes, da independência e da harmonia entre os Poderes é uma cláusula pétrea da Constituição. É uma cláusula pétrea da Constituição! Criação de tribunais inferiores só poderia ser feita pelo constituinte originário, como, aliás, aconteceu. O constituinte derivado não pode, porque essa é uma cláusula pétrea.

Essas emendas constitucional sequer poderiam tramitar nesta Casa, Sr. Presidente, porque nós estamos invadindo de uma maneira afrontosa a competência de um outro Poder.

Procurou-se suavizar, em propostas de emendas anteriores, essa invasão, autorizando o STJ a mandar projetos de lei criando tribunais. Aí, sinceramente, seria rebaixar. Eu à época me insurgi contra isso, porque não creio que seja função do Congresso Nacional fazer apelo a outro Poder, através de emenda à Constituição. Um Poder que se preza não faz isso.

Agora é pior, dá-se o prazo de 180 dias. E se o STJ não mandar esses projetos de lei, o que acontece? Não acontece nada. Sabe por que não acontece nada? Porque ninguém toma conhecimento dessas emendas constitucionais aprovadas irregularmente. Nem o juiz, nem os advogados, nem os promotores, muito menos os jurisdicionados, que estão muito mais interessados em ter acesso ao primeiro grau da Justiça Federal, onde se interpõem os recursos, não no tribunal regional.

Então, Sr. Presidente, a situação descrita pelos meus colegas que me antecederam no uso da palavra é realmente grave, carência grave na estruturação da Justiça Federal. Mas, para situações graves é preciso remédios eficazes e o remédio que se propõe aqui não é um remédio eficaz. Desculpem-me, nós estamos adentrando no terreno da irrisão.

O que eu proponho, Sr. Presidente, é uma iniciativa política, com p maiúsculo, irmos incorporados numa delegação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal conversar com o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que tem, entre as suas inúmeras atribuições, uma das mais importantes, que é elaborar a política judiciária para o nosso País, verificar onde estão as carências, onde é preciso criar órgãos novos, onde é preciso suprir com o pessoal, quais são as carências orçamentárias, irmos todos nós incorporados conversar com o Presidente Joaquim Barbosa, levar esses argumentos expressos com tanta eloquência, argumentos que retratam uma situação absolutamente real, argumentos levantados aqui pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Eunício Oliveira, para que o Presidente tome providências; e nos expormos, no âmbito das nossas competências, a trabalhar na elaboração do Orçamento para que o Poder Judiciário disponha efetivamente de recursos para atender ao reclamo da expansão das suas atividades no País. Essa é uma providência eficaz.

Aprovar essa PEC, meu querido amigo Senador Jorge Viana, ninguém vai tomar conhecimento disso, nem o contínuo do STJ vai tomar conhecimento disso. Simplesmente, teremos aprovada uma emenda, porque o outro Senador aprovou a sua, outro Senador aprovou a sua, o Senador de acolá aprovou a sua, daqui a pouco vamos propor emenda à Constituição para criar varas da Justiça Federal nos Municípios onde temos

base eleitoral. Vou propor a criação em Guapiaçu, mais uma vara em Rio Preto, mais uma em Ribeirão Preto, assim por diante, por emenda à Constituição.

Então, Sr. Presidente, meu apelo é colocarmos esse problema na trilha da busca de soluções eficazes, a partir da correta, judiciosa utilização do prestígio político do Senado Federal, que não pode ser desperdiçado na aprovação de iniciativas tão evidentemente inconstitucionais como essa.

Desculpe-me, meu querido amigo, Senador Jorge Viana, a veemência. V. Exª sabe o carinho e a admiração que tenho por V. Exª, mas é o meu jeito de ser. É até uma forma de demonstração de respeito a V. Exª me colocar por inteiro no debate.

Então, reiterando que respeito imensamente as razões de mérito que levaram os meus colegas a apresentar essas emendas constitucionais, reiterando que se trata de uma posição individual, coloco-me contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Regimentalmente, o Relator tem o direito de se manifestar em qualquer momento da apreciação do relatório.

Com a palavra o Senador Jorge Viana. Está inscrito o Senador Pedro Taques. Antes, o Senador Sérgio Souza vai falar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Rapidamente, primeiro quero agradecer, porque sei que o Senador Aloysio Nunes tem estudado esse tema, tem procurado se dedicar a ele, não só para contestar as iniciativas que temos adotado, mas no sentido até, como fez agora, de buscar algum caminho que resolva o problema. E quando ele reconhece a gravidade da situação que a Justiça Federal de segundo grau vive hoje eu me associo a ele, porque até, como governador, já fiz várias iniciativas também políticas, mas a cada 2 anos muda o presidente da Corte, o que era prioridade para um não é para outro.

Eu só queria fazer aqui um rápido reparo, porque é importante esse debate dos colegas de que a situação é absolutamente insustentável, e como o mandato dos presidentes das Cortes é de só 2 anos, não dá tempo; quando ele prioriza no primeiro ano, a matéria começa a ser apreciada no segundo; ele sai da presidência e volta tudo à estaca zero.

A situação real – e aí eu faço um reparo, uma observação, com todo respeito, no debate do querido Senador Aloysio Nunes – é que não foi um Senador que aprovou o Tribunal de Minas Gerais aqui, só o Senador Aécio. Aliás; era uma proposição, como ele mesmo lembrou, do Senador Clésio. Foi a Comissão de Constituição e Justiça que aprovou, com o voto contra do Senador Aloysio e do Senador Pedro Taques.

Não foi um Senador que aprovou a criação ou a proposição de criação do Tribunal de Minas Gerais no Plenário. Foi o Plenário do Senado que aprovou. E eu digo, como há um debate sobre a constitucionalidade desta matéria e me parece que não há consenso sobre a constitucionalidade – sou daqueles que sigo a Constituição sempre – que o constituinte originário também não é Deus para acertar em tudo, há equívocos a serem corrigidos, implementações a serem feitas. Aliás, uma das iniciativas que a nova Mesa Diretora está assumindo é de tentar a regulamentação. Esperamos contar com Senadores como Pedro Taques, com quem inclusive já conversei, e Aloysio Nunes, para a regulamentação de artigos da própria Constituição que até hoje ainda não foram regulamentados, que prejudicam o nosso País e o cumprimento da própria Constituição.

Mas, eu queria aqui colocar que a minha relatoria vem no sentido de elevar a preocupação com uma situação que é absolutamente insustentável. Estamos... cidadãos brasileiros estão sem acesso à Justiça no arranjo que temos dos tribunais federais regionais. A minha proposição se baseia na jurisprudência desta Comissão e do Plenário da Casa.

Modestamente, não tenho uma formação jurídica, mas, olhando o que esta Casa deliberou e o que esta Comissão deliberou, foi com base nisso que apresentei meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O assunto é importante e merece todos os esclarecimentos por parte do Relator; tem vertentes de absoluta pertinência constitucional e por isso esta presidência haverá de oferecer ampla liberdade à Relatoria para as manifestações e os esclarecimentos cabíveis à matéria.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O Senador Ataídes se inscreve neste momento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que eu tenho ouvido de todos os Srs. Parlamentares, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, é questão de mérito, todos são favoráveis, inclusive do Senador Aloysio, quando ele fala, o Senador Pedro Taques, quando ele argumenta. Então todos nós concordamos que temos a necessidade de instalar mais tribunais regionais federais no Brasil. Isso não se discute mais.

A discussão é porque aqui é uma Comissão de Constituição e Justiça onde se analisa a constitucionalidade das proposições que tramitam dentro do Senado Federal; e é neste ponto, Sr. Presidente, que eu quero focar a minha fala.

Primeiro, dizer que essa questão da criação de tribunais regionais federais através de emendas à Constituição não vem de hoje, ela vem desde 2001, pelo

menos, quando aqui tramitou uma proposta de emenda constitucional que chegou à Câmara dos Deputados em 2002, lá chamada a famosa PEC 544, que, através de grandes debates, até hoje está na pauta ou prevista para entrar na pauta – está na Mesa da Câmara. Nunca entrou em pauta, por uma série de razões políticas, ou técnicas que sejam.

Foi criada há mais ou menos um ano, um ano e meio, uma frente parlamentar mista do Congresso Nacional para tratar deste assunto, ou seja, da criação dos tribunais regionais federais. Inclusive, sou um dos coordenadores dessa frente. Aproveitando, convido todos os Srs. Parlamentares para, no próximo dia 12, na semana que vem, no plenário da CCJ da Câmara dos Deputados, um ato público pró-criação dos tribunais regionais federais no Brasil.

Em 1988, a Constituição, ou melhor, o Constituinte transformou o Tribunal Federal de Recursos em Superior Tribunal de Justiça e descentralizou, ou seja, criou a justiça de segundo grau federal, mediante a criação dos tribunais regionais federais. Foram criados, naquele momento, quatro tribunais regionais federais. Parece-me que, depois, veio o Tribunal da 5ª Região do Nordeste, com sede na cidade de Recife. Onde foram criados os tribunais regionais federais? Foram criados no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República. Então, não estamos alterando a Constituição.

Qual é a intenção com essa proposta de emenda à Constituição ou das outras que tramitaram aqui no Senado Federal ou, já algumas delas, na Câmara dos Deputados? A proposta é a alteração do Ato das Disposições Transitórias, que originalmente prevê a criação dos cinco tribunais regionais federais, para a criação de 10 tribunais, agora para 11 ou 12, porque temos Propostas de Emendas à Constituição criando oito tribunais regionais federais no Brasil.

O mérito, repito, seria a necessidade, a morosidade, a ineficiência dos tribunais regionais federais em dar a resposta de que a sociedade precisa. Precisamos saber a quantidade de processos e qual a origem desses processos que tramitam hoje nos tribunais regionais federais: 80% são de natureza previdenciária. É para atender ao cidadão brasileiro diretamente, aquele que mais precisa, que depende da sua aposentadoria, já que tanto trabalhou e contribuiu para almejar esse ganho ao final da sua carreira laboral, ao final até mesmo da sua vida. Então, é essa a função também dos tribunais regionais federais.

Quero defender, Sr. Presidente, abrindo aqui um contraponto colocado pelo Senador Aloysio – não tenho dúvida de que o Senador Pedro Taques tem uma posição, que já ouvimos aqui na Comissão, semelhante à do Senador Aloysio –, a posição do Relator, Senador Jorge Viana, de que podemos, sim, criá-los por um ato do Poder Legislativo através de uma emenda à Constituição, que altera o Ato das Disposições Transitórias. Estamos ampliando aquilo que nós mesmos Congressistas – os Constituintes – fizemos na Constituição. Estamos ampliando o número de tribunais.

Por fim, digo a todos os Srs. e as Srªs Senadoras que estive recentemente em audiência com o Ministro Félix Fischer. Levei essa preocupação ao Ministro, e ele assumiu comigo e com o Congresso Nacional a preocupação de nos dar solução, Sr. Presidente, o mais rapidamente possível. O Ministro Félix Fischer formou uma comissão técnica do STJ para que faça um diagnóstico de todos os processos nos tribunais, da morosidade com que tramitam e da necessidade dos tribunais. Na sequência, vai discutir isso com o Pleno do STJ e, talvez, encaminhar ao Poder Legislativo uma solução paliativa, que é um projeto de lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Mas, enquanto isso não acontece, nós, Parlamentares que representamos, no Senado Federal, as nossas unidades federativas, e, na Câmara dos Deputados, os cidadãos dos seus Estados, cidadãos que cobram uma resposta para que tenhamos uma Justiça mais ágil, uma Justiça de 2º grau mais ágil, não podemos deixar isso à margem ou esperarmos o STJ fazer isso.

A ideia do STJ – ou o Poder Judiciário – não é criar, neste primeiro momento, novos tribunais, e sim 120 cargos de desembargador – é esse o anteprojeto do STJ – para os tribunais já existentes. Vai resolver o problema do Norte, vai resolver o problema de São Paulo ou o problema da 1ª Região? Não vai. O custo, o impacto orçamentário financeiro será menor do que criar 4, 5 ou 6 TRFs? Não será. Nós estamos criando esses TRFs com 15 cargos de desembargadores. Então, com 120 dá para criarmos, pelo menos, oito novos tribunais pelo Brasil e nós traremos a Justiça para mais perto do cidadão brasileiro.

Então, sou favorável à criação dos tribunais regionais federais. Inclusive, sou autor de uma das PECs, a PEC 42/2012, que está na Mesa do Senado Federal para a quinta e última discussão. Já conversamos com a Mesa. Deve acontecer, ainda no mês de março a votação desta PEC 42.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, só para deixar muito bem claro, em minha opinião, como membro titular desta Comissão de Constituição e Justiça, nós não estamos afrontando a Constituição. Muito pelo contrário, nós estamos indo de acordo com a Constituição, especialmente por estarmos mudando o dispositivo do Ato das Disposições Transitórias, que foi criado, inclusive, pelo legislador, pelo Poder Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, existe uma passagem de Aristóteles em que ele diz mais ou menos o seguinte: eu gosto muito de Platão, mas gosto mais da verdade.

Eu gosto muito do Senador Sérgio, do Senador Jorge, mas eu gosto mais da Constituição, Sr. Presidente. A Constituição é expressa, no art. 96, que a criação de tribunais deve ser de iniciativa do Poder Judiciário.

Esta proposta de emenda à Constituição – e agora falando no juridiquês – *data venia*, é uma inconstitucionalidade chapada. O que é uma inconstitucionalidade chapada? Ela é inconstitucional no seu sentido formal, orgânico. Ela nasceu morta, com todo respeito. Já foram aprovadas propostas de emenda à Constituição. A minha opinião parlamentar, Sr. Presidente, é que esta proposta ofende a cláusula pétrea do art. 2º da Constituição, c/c art. 60, §4º.

Uma pergunta se faz necessária neste momento. Nós aqui, no Congresso, podemos tudo, Sr. Presidente? Qual é o nosso limite? Se nós vivêssemos num Estado teocrata, o limite seria Deus. Se nós vivêssemos numa ditadura militar, o limite seriam as Forças Armadas. Se nós vivêssemos numa ditadura partidária, o limite seria um partido político. O nosso limite é a Constituição da República. Nós não podemos fazer tudo, notadamente na Comissão de Constituição e Justiça, que tem a obrigação constitucional (art. 58 da Constituição, §1º) de velar pela Constituição.

Qual é, ao meu juízo, respeitando a posição contrária de V. Exªs, a inconstitucionalidade desta proposta de emenda? São duas. A Constituição estabelece a chamada iniciativa privativa. A iniciativa privativa é o que se denomina de capacidade de legiferar, competência legislativa, proposição. Isso aí, Sr. Presidente, não pode ser ofendido.

Seria possível ao Supremo Tribunal Federal, por exemplo, apresentar um projeto de lei para mudar o Regimento Interno do Senado da República? Isso seria inconstitucional.

Seria possível ao STJ apresentar uma proposta de emenda à Constituição para transferir o Senado de Brasília para qualquer outro Município? Isso seria inconstitucional, ofende o que há de mais importante na Constituição, que é divisão orgânica entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Isso existe não em homenagem aos Senadores. Isso existe em homenagem ao cidadão, para evitar o que se denomina de hipertrofia, superforça do Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Essa é uma cláusula pétrea que não pode sofrer modificações.

Seria possível, por exemplo, Sr. Presidente, nós criarmos no Brasil a pena de morte? Isso seria inconstitucional. A Constituição traz limites.

Com o mérito da proposta da emenda, eu quero dizer aos senhores, concordo inteiramente, precisamos da criação de outros tribunais regionais federais. Como Procurador da República, oficiei em 12 Estados da Federação.

A dificuldade de um cidadão lá de Senador Guiomard, no Estado do Acre, para manejar um recurso no Tribunal Regional Federal é muito grande; a dificuldade de um cidadão lá do Jari, no Amapá, para manejar um mandado de segurança para defender o seu direito líquido e certo no TRF da 1ª Região... Ele precisa pegar avião, tem o deslocamento. Ah, existe o protocolo integrado, mas ele precisa ser visto pelo juiz. A dificuldade do cidadão do Paraná para manejar um recurso em Porto Alegre existe também, assim como no Ceará, no meu Estado de Mato Grosso, em todos os Estados. Agora, isso não é justificativa para nós rasgarmos a Constituição.

Inconstitucionalidade orgânica ou formal. Não é possível proposta de emenda à Constituição para se criarem tribunais. Esse é o primeiro ponto, com todo o respeito.

Segundo ponto, não cabe ao Poder Legislativo ofertar prazo para o Poder Judiciário. Ofertar prazo para a criação, para que ele apresente propostas? Proposta de emenda à Constituição meramente autorizativa? Isso não está no art. 59 da Constituição.

Com todo o respeito ao Senador Sérgio, ao Senador Jorge, ao Senador Eunício, àquelas propostas de emendas que já foram aprovadas, isso seria mais ou menos o seguinte: cada Senador quer um tribunal para chamar de seu. Eu quero um tribunal no meu Estado, daqui a pouco quero uma vara especializada no Município.

Não é o caso. Não estou aqui dizendo e quero ressaltar: não é o caso. Quero mais uma vez ressaltar para que não paire qualquer sorte de dúvida. Não é o caso, mas daqui a pouco cada um de nós vai criar um tribunal para chamar de seu. Em Campina Grande, nós vamos criar um tribunal regional federal de Campina Grande.

Há duas inconstitucionalidades.

Expressando meu respeito aos Senadores, nós devemos obediência à Constituição.

A sugestão do Senador Aloysio Nunes...

A CCJ, Sr. Presidente, tem a obrigação, sim, de fazer essa colmatação política, esse acerto político.

Vamos comparecer ao Presidente do STJ e dizer que ele apresente.

É a mesma situação, Senador Walter Pinheiro, da Loman, Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Há quase 25 anos o Supremo Tribunal Federal está discutindo a Loman, e não apresenta o projeto da Loman. Nós não podemos apresentar projeto da Loman, nós não temos competência legislativa para isso. E o Supremo está demorando, e joga a culpa na omissão do Congresso Nacional. Então nós temos que cobrar do Supremo Tribunal Federal, como devemos cobrar do STJ, que apresente os projetos de lei devidos.

É inconstitucional. Vou votar contrariamente, Sr. Presidente, porque nós devemos respeito à Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu tinha feito até uma intervenção antes, por conta do que já havíamos conversado com o nobre Relator Jorge Viana.

Aonde residiam as ponderações acerca dessas competências de cada poder nesse aspecto? Primeiro era esse fato de o Congresso aprovar uma medida para a criação de tribunais, impondo ao Judiciário a implementação, o prazo, dizendo quando e em que hora. Essa foi uma das correções.

Inclusive quando, Senador Aécio, nós apreciamos essa matéria no plenário, acerca de Minas Gerais, dizíamos o seguinte: é importante aprovar isso como se fosse exatamente esse caminho que propõem agora o Senador Aloysio e o Senador Taques, no sentido da conversa com o Tribunal. Nós não estamos querendo impor ao Tribunal. Por isso a chamada limpeza dessa posição autoritária do Congresso ao determinar o que o Judiciário deve fazer é exatamente na consequência daquele caminho que nos levou a aprovar em plenário não um indicativo, mas pelo menos um caminho de diálogo com o Judiciário e, ao mesmo tempo, eu diria que nós criamos um caminho para que, aí sim, essa é a nossa tarefa, aportássemos as condições na peça orçamentária para que esse desejo do Judiciário possa ser estabelecido e ir ao encontro do desejo, efetivamente, da população em ter, de forma mais capilarizada, a presença dos tribunais.

Então, Senador Taques, acho que esse é o mecanismo sobre o qual é possível a gente dialogar, não extrapolando as nossas funções, não invadindo as atribuições do Judiciário, nem muito menos colidindo com a Constituição.

Por isso acho que é importante esse ajuste que o Senador Jorge Viana fez na medida em que retira a imposição para a instalação, mas abre, efetivamente, o que o Senador Eunício – se eu entendi errado, S. Exª pode me corrigir – chamou de uma espécie de indicativo. Quer dizer, nós estamos chamando o Judiciário para dizer: Olha, venha ao encontro desse nosso desejo, preservando a sua prerrogativa no envio da matéria a esta Casa, e nós aportaremos depois as condições na LDO, no Orçamento, ou até no PPA – isso agora somente em 2016 –, quando teremos a oportunidade de rediscutir.

Até porque, Senador Sérgio Souza, no PPA que está em curso, essa figura que vos fala... inclusive com o apoio de V. Exª e outros Senadores, inclusive o nosso Senador Vital, que era o Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Aécio, aportamos ao PPA as condições para a implementação dos tribunais em diálogo com o Judiciário.

Não fizemos isso de modo próprio, Senador Taques. Foi a parcela que cabia ao Judiciário no PPA, Senador Aécio. Nós absorvemos as sugestões e colocamos no texto do PPA as condições para que até 2015 o Judiciário brasileiro pudesse enviar ao Congresso, lastreado agora enquanto programa no Plano Plurianual, a medida para ampliação da atuação do Judiciário de um modo geral, tanto nos tribunais quanto na Justiça Federal; a instalação em algumas cidades, que é o que ocorre. Até porque os Deputados e Senadores, Senador Eunício, todo ano, na peça orçamentária, colocam recursos para a instalação de varas federais em diversas cidades brasileiras. Portanto, sem nenhuma invasão, mas inclusive atendendo ao pleito do Judiciário. E isso fazendo – e aí eu não vou numa linguagem do Judiciário, vou numa linguagem que é mais da minha área – o chamado casamento de impedância, quando você elimina as divergências.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, acho que o Senador Jorge Viana faz essa correção, que é importante...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E eu concordo com V. Exª. Como autor, eu concordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...para que a gente encaminhe desse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como último orador inscrito para a discussão, o Senador Ataídes. Antes, reiterando a preocupação do Senador Walter Pinheiro, Relator da peça orçamentária no PPA há dois anos passados. V. Exª já anteviu com muita propriedade essa situação que eu diria vexatória no espaço geográfico nacional, em segunda instância, o que estamos vivendo na Justiça Federal. Na condição de Presidente à época da Comissão Mista

de Orçamento, quero reiterar a preocupação que V. Exª tinha, andando pelo Brasil e vivenciando esses fatos.

Senador Ataídes com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, acabo de retornar a esta Casa e vim hoje a esta Comissão meramente para ouvir os nossos pares. Mas, de repente, deparei-me com essa Emenda 86 e não pude deixar de dar uma palavra.

Data venia aos nossos companheiros aqui, que pensam diferente, a nossa Carta Maior, no art. 96, já citado por alguns companheiros, no inciso II-C, não deixa dúvida alguma de que é inconstitucional esta emenda.

A Letra C, Presidente, é muito clara quando diz que a criação ou extinção dos tribunais inferiores cabe exclusivamente ao nosso Supremo Tribunal Federal.

Então, eu não poderia, mesmo não conhecendo a matéria, deixar de dar essa palavra porque a nossa Carta Maior, que nós devemos respeitar, e esta é uma Casa de lei, não pode pensar diferente, nós temos que obedecer à nossa Constituição. Eu sou plenamente a favor da criação de novos tribunais, principalmente no Norte do País, no nosso Tocantins, onde é o meu Estado. Sei da necessidade. Porém, eu acredito que o expediente melhor não é através desta emenda.

Acredito, Presidente, que seria de bom alvitre um expediente e até mesmo a visita ao nosso Supremo Tribunal Federal. Acredito que o nosso Supremo Tribunal Federal é sensível a essa causa e, com certeza, nós poderemos ter melhor resultado do que essa forma que estamos agindo.

São somente essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos a voto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço a atenção dos senhores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tinha pedido e V. Exª tem precedência...

O SR.s EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem precedência regimental na condição de Relator e reabro, por deferência a V. Exª, mas, principalmente, obediente ao Regimento da Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, pedindo aos colegas, dizer que, atendendo solicitações das mais diferentes regiões do nosso País, de colegas desta Comissão, incorporei na minha proposta de substitutivo essas solicitações dos colegas.

Queria dizer também que a intervenção do Senador Walter Pinheiro, que tratou inclusive daquilo que tem sido feito no sentido de garantir os recursos necessários, também é um aliado para que se resolva essa situação insustentável em nosso País, e aí, sem nenhuma intenção de polemizar, porque acho que o que ouvi aqui dos Senadores, especificamente dos que estudam a nossa Constituição e que têm autoridade para tal, queria só fazer um breve comentário final, sem querer polemizar, de que o constituinte originário colocou, e era bom que falássemos um pouco das Disposições Transitórias da Constituição – só peço, é rápido; apenas um minuto –, e no art. 27, §6º, está escrito assim – isso aí é o constituinte originário; são disposições transitórias –: "Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais, a serem instalados no prazo de seis meses..." – o prazo a que me peguei, para que o STJ encaminhe uma proposição de arranjo para o funcionamento, foi inspirado nesse §6º, seis meses – "a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição e sede que lhes fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica".

Estou só me inspirando nisso. Vamos votar, Senador Eunício, mas é importante que os colegas que vão votar também possam ouvir pelo menos um argumento que se contraponha aos outros. E é isso que estou tentando fazer. Aqui está-se prendendo a número de processos. Sabem quantos processos havia no Brasil naquela época? Noventa mil. Sabem quantos têm hoje? Um milhão e duzentos mil processos. Sabem quantos mil quilômetros uma pessoa que quer recorrer à Justiça, que mora no interior do Acre e tem que vir? São 4 mil quilômetros para chegar a Brasília, para tentar encontrar justiça.

Isso está na Constituição e é buscando inspiração na Constituição que temos que levar esse debate, resolver esse problema do cidadão brasileiro que não tem acesso à Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, contra os votos, que quero nominar, do Senador Armando Monteiro, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Ataídes.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, com a sugestão do Senador Walter Pinheiro incorporada ao relatório, favorável à PEC nº 86, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, substitutivo, e pela prejudicialidade das PECs 46 e 61, de 2012.

As matérias vão a plenário.

Item 2 da pauta. Solicitada retirada pelo nobre Senador Luiz Henrique, que está relatando outra matéria em Comissão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 74, de 2007
– Não Terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre equipamentos obrigatórios dos veículos.
Autoria: Deputado Carlos Eduardo Cadoca
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Contrário ao Projeto.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada do item 12, por gentileza. Por conta de compromisso, não posso estar na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 623, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação e da Emenda nº 1-CMA.
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
– Votação nominal.)

Item 7. Solicitada retirada de pauta pelo Senador Rollemberg, que está em tratamento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 74, de 2010
– Terminativo -

Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 30/08/2012, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria.
– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.
– Em 12/12/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Roberto Requião e Pedro Taques, nos termos regimentais.
– Votação nominal.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, item 3 da pauta como está?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 10, solicitada retirada de pauta pelo Senador Rollemberg também, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 195, de 2006
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
– Votação nominal.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, sobre item 3.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quem é que me solicitou?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Aqui, Sr. Presidente, José Agripino.

Sr. Presidente, o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O item 3 é o próximo item da pauta. O Senador José Agripino é o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu gostaria de fazer consideração a V. Exª. Estou com o relatório pronto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Tenho o entendimento dessa matéria, ela tem dois autores, é matéria correlata da iniciativa dos Senadores Raimundo Colombo e Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Ela objetiva permitir que boleto bancário de compromisso vencido possa ser pago em outro banco que não o banco original.

Eu consultei a consultoria legislativa do Senado e fiz um estudo profundo. Cheguei à conclusão de que o benefício da comodidade é menor do que o ônus que se vai impor em matéria de juros, de bloqueios da concessão de crédito, pela facilitação proposta pelos Senadores Raimundo Colombo e Valadares.

O meu relatório conclui pela negativa à proposição de S. Exªs. Mas o Senador Antonio Carlos Valadares me telefonou desejoso de fazer um entendimento de texto, de modo a viabilizar o objetivo tanto de Raimundo Colombo como de Valadares.

Tenho toda boa vontade em fazer esse encontro de opiniões e, por essa razão, solicito a V. Exª que se retire de pauta até que eu possa fazer um entendimento com o Senador Valadares, na busca de um entendimento que facilite realmente o comprador e não que a facilitação da comodidade crie uma dificuldade na aquisição.

É o que solicito e esclareço à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A iniciativa dos autores é exatamente essa que foi compreendida por V. Exª em boa hora. Por isso, V. Exª, com a sensibilidade de sempre, pede a retirada. Está deferido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010
– Não Terminativo -

Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, de 2009
– Não Terminativo -

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos.
Observações:
– A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 4.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de pedir a retirada do item 13, do qual sou o Relator, para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferido, Senador Eduardo, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 96, de 2007
– Terminativo -

Acrescenta equipamento obrigatório ao rol estabelecido pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. ("Código de Trânsito Brasileiro").
Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, de 2007
– Terminativo -

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para introduzir limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos que especifica.
Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 645, de 2007
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar a concentração de álcool no sangue admitida para o condutor de veículo automotor.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 96, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nºs 97 e 645, de 2007.

Observações:

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.)

Item 4 da pauta.

ITEM 4
OFICIO "S" Nº 8, de 2011
– Terminativo -

Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir a leitura do seu relatório.

Senador Aloysio com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma competência que o Senado tem e estava um pouco preguiçoso em exercer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em desuso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É. E a partir da gestão, creio, do Senador Eunício Oliveira, nós começamos a exercer essa competência, que é suspender a execução em todo território nacional de lei declarada inconstitucional em processo incidental, no incidente de constitucionalidade. Dá-se o efeito *erga omnes* para todo território nacional e é uma forma prática de excluir do mundo jurídico uma lei que o Supremo considerou inconstitucional numa ação individual, de modo a evitar ações repetitivas com o mesmo fundamento.

Creio que V. Exª, ao enunciar a ementa, já esclareceu perfeitamente do que se trata, de declaração da inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto Lei nº 2.052, de 1983, que não foi recepcionado pela nova Constituição. De modo que cabe ao Senado Federal, mediante resolução, suspender a execução dessa norma jurídica, devendo essa resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do parecer.

A votação é nominal.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Obrigatoriamente, a votação é nominal.

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza. (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É o relator, voto conhecido.

Senador Randolfe Rodrigues, por favor, como vota V. Exª?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aprovado à unanimidade.

Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do parecer.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para providências cabíveis.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Exª, já em entendimento com o autor do Projeto, Senador Pedro Taques, solicitaria de V. Exª que retirasse de pauta o item 15 e pudesse reintroduzi-lo na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

Próximo item da pauta é o item 5.

O Senador Pedro Simon, relator da matéria, solicita a retirada de pauta. S. Exª está cumprindo outra agenda na Casa.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, de 2011
– Terminativo -

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 05/10/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou relatório favorável a aprovação da matéria;

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.

Na ausência do Senador Relator Benedito de Lira, indico *ad hoc* o Senador Sérgio Souza, para proferir o parecer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 390, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tem por objetivo acrescentar art. 1.211-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo de Civil – CPC), a fim de atribuir prioridade à tramitação de processos relacionados à guarda ou adoção de menor órfão, abandonado ou abrigado.

Consoante se depreende da justificação do projeto, busca-se "conceder (...) aos processos de guarda e adoção absoluta prioridade processual, para que não pereça o direito dos nossos jovens na vazão do tempo, em agravamento da lesão de vulnerabilidade social pela demora da prestação jurisdicional".

O PLS nº 390, de 2011, foi distribuído inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo sido ali designado seu relator o Senador Eduardo Amorim, cujo parecer, irrestritamente favorável à proposição, foi aprovado de modo unânime. Subsequentemente, veio a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual cabe decisão terminativa.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea 'd', do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 390, de 2011, tendo em vista que *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*);

iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i)* possui o atributo da generalidade; *ii)* é consentâneo com os princípios gerais do Direito; *iii)* se afigura dotado de potencial coercitividade; *iv)* a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e *v)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Particularmente quanto ao aspecto da inovação do ordenamento jurídico, no entanto, cabem algumas observações, que guardam relação com o exame do próprio mérito deste projeto de lei.

A Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, ao alterar o art. 152 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e acrescer-lhe um art. 195-C, assegurou, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesse diploma legal – o que inclui a adoção –, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

Não obstante, o PLS nº 390, de 2011, é, no mérito, digno de elogio, pois nada mais pretende que corroborar, no âmbito processual, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente – em especial no que se refere ao direito à convivência familiar –, originalmente instituído no art. 227 da Carta Magna. Essa confirmação pretendida por meio do PLS nº 390, de 2011, revela-se sobremodo oportuna pelo fato de que o legislador pátrio, de modo admiravelmente metódico, tem optado por arrolar precisamente no Código de Processo Civil (CPC) as categorias de jurisdicionados contemplados pela prioridade processual. Isso decerto se presta a facilitar o manejo da lei pelos operadores do direito em geral.

Entendemos, porém, que haverá um retrocesso caso se privilegiem apenas os procedimentos judiciais atinentes à guarda ou adoção em detrimento dos demais igualmente relativos às crianças e adolescentes, todos previstos no ECA e para os quais, consoante visto, a Lei nº 12.010, de 2009, garantiu prioridade indistinta. Por tal motivo, tentamos, mediante sugestão de novo texto, adequar as intenções da proponente à legislação em vigor.

Quanto à técnica legislativa, há uma pequena ressalva a fazer ao modo como se pretende incorporar a matéria à legislação pátria, inserindo-se um art. 1.211-D no CPC, o que nos parece indevido. Considerando que o...

Considerando que o estabelecimento de todas as regras para a obtenção da almejada prioridade é consignado anteriormente, nos arts. 1.211-B e 1.211-C, e que, por sua vez, a indicação dos grupos de pessoas contemplados pela prioridade processual é feita no art. 1.211-A, cremos que, como consectário lógico, a regra ora ventilada deve figurar neste último dispositivo.

Cumpre observar que a remissão aos dispositivos do ECA feita ao fim do inciso III ora cogitado, mediante substitutivo, para o art. 1.211-A do CPC tem por objetivo atender à parte final do inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*.

Por fim, registre-se que nos parece igualmente oportuno acrescer uma alínea "e" ao parágrafo único do art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual, repercutindo o teor do art. 227 da Constituição Federal, especifica, em sede de lei, em que consiste a prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva, conforme conta da pauta distribuída às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente a este projeto, mas em tese nós não precisaríamos de uma lei para dizer o que já está dito na Constituição, art. 227, de forma expressa. O art. 227 da Constituição Federal determina que há de se dar prioridade à criança e ao adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o chamado ECA, no seu art. 195, já faz isso: regulamenta a Constituição. E este projeto vem trazer o conteúdo processual ao que já está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora, em tese, seja despiciendo, vou votar favoravelmente ao projeto.

E mais um detalhe, Sr. Presidente: nós estamos criando tantas exceções de prioridades na análises de processos que, daqui a pouco, as exceções se tornarão a regra. Prioridade é o primeiro, mas nós temos prioridades para réus presos, para mandados de segurança, para matéria eleitoral, já existe a prioridade constitucional para a criança e o adolescente, que deve ser mantida, e agora dentro desse espaço estamos criando outra prioridade. E aí vamos criar prioridade para a adoção de crianças de dez a doze anos; e, aí, de dez a doze anos, vindo de determinado Estado. Nós

estamos criando tantas prioridades que a exceção vai se transformar em regra.

De todo modo, quero louvar a apresentação do projeto, parabenizar o Relator, e concordo inteiramente com as modificações que S. Exª propõe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação nominal o Substitutivo.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa*.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Ana Rita? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Taques? Voto conhecido, com o Relator.

Como vota o Senador Aníbal Diniz? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? (*Pausa*.)

Com o Relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Sérgio Souza? Voto conhecido como Relator *ad hoc*.

Como vota o Senador Francisco Dornelles? (*Pausa.*)

Como vota o Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Aécio Neves? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Randolfe?

O SR, RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu voto "não", pelas razões expostas pelo Senador Pedro Taques. Embora tenha ele votado "sim", suas razões me levaram a votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Aloysio acompanhou a orientação e não o voto do Senador Pedro Taques.

Pela maioria, contra o voto do Senador Aloysio, o substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, também peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma questão me preocupa: nós estamos avançando com a Ordem do Dia, estamos já com a Presidência de V. Exª, e há assuntos da época em que o Senador Eunício presidia a Comissão que estão ainda pendentes, como, por exemplo, a votação do indicado Luiz Moreira para o Conselho Nacional do Ministério Público. Está pendente a arguição, mediante requerimento aprovado por esta Comissão, dos Procuradores da República Hélio Telho e Matheus Baraldi Magnani, que foram referidos na sabatina como pessoas que teriam informações importantes a prestar sobre o Sr. Luiz Moreira. Essas audiências não aconteceram, e o assunto está sobrestado.

Eu gostaria de saber de V. Exª quando está marcada a audiência do Dr. Hélio Telho e do Dr. Matheus Baraldi Magnani, para que a gente possa cumprir a formalidade já votada por esta Comissão, aprovada por esta Comissão mediante requerimento de audiên-

cia que aqui foi apresentado. Inclusive, há, no próprio plenário, um requerimento do Senador Pedro Simon no mesmo sentido, para que esses dois Procuradores sejam ouvidos, para que a Comissão de Constituição e Justiça possa formar sua opinião e seu juízo sobre a indicação do Sr. Luiz Moreira, para que, daqui, cumpridas todas as etapas, a indicação de S. Exª possa chegar ao plenário com o trâmite regimental cumprido.

É a questão que coloco para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou me informar com a Secretaria e, oportunamente, informarei a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço-lhe se V. Exª puder informar se haverá leitura dos requerimentos entregues...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim, senhor. Inclusive, o de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ainda hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O item 9 da pauta trata do Projeto de Lei nº 28, e foi solicitada pelo Senador Gim Argello a sua retirada de pauta.

Vamos ao item 11.

O item 10 foi retirado de pauta. Vamos ao item 11, que está à pág. 185.

Senador Sérgio Petecão, peço a V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É o item 11, que está à pág. 185.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 199, DE 2006
– Terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

O Senador Luiz Henrique está cumprindo outra missão na Casa. O Relator *ad hoc* será o Senador Sérgio Petecão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com respeito a esse item 11, a Senadora Ana Rita apresentou ontem, em plenário, um requerimento para que esse projeto fosse apreciado pela Comissão de Direitos Humanos, em virtude de se tratar de questão relativa a porte de armas, o que seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por deliberação da Comissão, permita-me, Senador Suplicy, ouvir a manifestação do Senador Petecão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Petecão está com a palavra.

A votação é nominal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Passo a ler o relatório.

RELATÓRIO

Retorna a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 199, de 2006, que acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, vou ser bem sucinto e vou direto ao voto.

VOTO

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, de que trata o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 6º.....

XI – os peritos criminais, os peritos de medicina legal e os papiloscopistas integrantes de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

.....

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e XI deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e XI.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente. Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estão inscritos o Senador Humberto Costa, o Senador Aloysio, que identifiquei pela voz, não o vi,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... e Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de me posicionar contrário a esse projeto por várias razões.

Primeiro, porque votamos, no ano passado, depois de ampla discussão, o projeto de lei que eu originalmente apresentei e que estendia o porte de arma apenas aos agentes penitenciários e que depois foi bastante ampliado nesta Comissão, incorporando outras categorias que o Congresso entendeu que seriam não merecedoras, mas que teriam a necessidade de ter o direito ao porte de arma. Esse projeto foi aprovado e a Presidenta Dilma vetou várias partes dele. Então, do ponto de vista procedimental, seria muito mais lógico nós insistirmos na votação do veto, derrubá-lo e garantir aquele projeto que já foi suficientemente discutido.

Segundo, porque eu acho que, apesar de no meu projeto, originalmente, lá atrás, eu ter colocado apenas agentes penitenciários, com relação a outras categorias que foram colocadas eu acho que caberia a discussão se de fato deveriam ou não ter o direito ao porte de arma por se submeterem o risco, que não é risco permanente, mas é risco eventual. Mas, no caso dos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal, sinceramente, não vejo por que essa iniciativa prosperar.

Por essa razão, quero manifestar o meu posicionamento e o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu, com o devido respeito ao autor da proposição e ao parecerista, titular e suplente, vou votar contra o projeto. Eu considero uma temeridade nós abrirmos, a cada dia, mais uma exceção às restrições impostas pelo Estatuto do Desarmamento. O Estatuto do Desarmamento começa muito rigoroso e depois começam a abrir exceções para tais e tais categorias profissionais. Com isso, o porte de arma de fogo vai proliferando num País que já ostenta um índice absolutamente escandaloso de homicídios.

De modo que, por essa razão, Sr. Presidente, vou votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Da mesma forma, como os Senadores e Aloysio Nunes, eu estou de acordo que o Estatuto do Desarmamento poderia ter sido até mais rigoroso na limitação de porte de armas. Eu também voto contrariamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu considero uma temeridade nós estendermos tanto o porte de arma. Num dia desses, foi aprovada aqui a extensão do porte de arma para agentes penitenciários. Agora, para integrantes da carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

Bem, a princípio, uma série de categorias profissionais vai começar a entender que tem que ter porte de arma. Nós vamos criar uma exagerada corrida armamentista aqui. Não acho esse um bom tom, um bom encaminhamento para a sociedade que imaginamos deve ser construída sob valores pacíficos.

Arma, no meu entender, Sr. Presidente, deve ser de uso privativo das forças de segurança do Estado e das Forças Armadas. Portanto, Sr. Presidente, por achar, por entender que já estamos passando um pouco do tom na extensão do que pode parecer para uma determinada categoria profissional um direito, mas que para a sociedade vai representar concretamente ampliação de pessoas andando armadas, e quanto mais nós ampliarmos porte de arma para categorias profissionais, mais armas nós vamos ter na praça, mais armas nós vamos ter no mercado, isso, a meu ver, ao invés de proteger, Sr. Presidente, vulnerabiliza a sociedade.

Diante disso, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, meu voto também é contrário e quero justificá-lo.

Esses senhores agentes sempre estão acompanhados de um policial, quer seja civil ou militar. E eu não vejo por que os mesmos portarem armas. Portanto, eu sou contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ressaltando a importância dessa categoria, que desenvolve trabalho, em regra, acompanhada de policiais, em acidente de trânsito, auditoria forense, balística forense, documentos e cópias, engenharia, gostaria de argumentar que a concessão de porte de arma a esta importante categoria importaria na necessidade de concessão para oficial de Justiça, o que já foi rejeitado aqui através do PLC nº 3, de 2010, conhecido como Projeto de Lei do juiz sem rosto. Nós já rejeitamos. Estaríamos aí cometendo uma outra inconstitucionalidade, tratando quem se encontra na mesma situação de forma diferenciada.

Então, vou votar contrário a este projeto, mas ressaltando o significado valor do trabalho desenvolvido pelos peritos criminais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

Continua em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, ao tempo em que enalteço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador, só um minuto, só para um esclarecimento.

O Senador Luiz Henrique estava cumprindo missão de comissão especial no Palácio do Planalto. S. Exª foi informado por esta Presidência e já, de comum acordo, aceitou a indicação do relator *ad hoc* do projeto ora em discussão.

Com a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em que pese a importância e a relevância da carreira dos peritos em criminalística, eu quero crer que várias outras categorias mereciam, se fosse o caso, a proteção de uma lei para porte de arma, por exemplo, os carteiros, que percorrem bairros dos centros urbanos mais tranquilos até os mais violentos. Já houve agente dos Correios que me procurou, devido às ameaças que ele teria recebido quando de suas andanças pelos bairros periféricos, em alguns lugares de alta violência, de alta periculosidade, de modo que, com todo o respeito aos peritos, eu votarei contra, porque o Estatuto do Desarmamento foi uma conquista, sem dúvida alguma, do povo brasileiro. Esse instrumento, esse diploma legal, sem dúvida alguma, contribuiu para a redução substancial da violência, da criminalidade em todo o nosso País.

Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu quero consultar o Senador Luiz Henrique, Relator da matéria, se tem alguma afirmação a fazer, se tem algum tipo de consideração.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas mantendo o parecer e submetendo à esmagadora maioria, que é contrária ao projeto. Manterei o meu voto por coerência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, informando que...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas entendendo que, como é uma voz quase uníssona da Comissão, a iniciativa efetivamente não terá guarida nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerradas as discussões, em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Trata-se de matéria terminativa. A votação é nominal. Quem vota com o Relator vota "sim", quem vota contrário vota "não".

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ana Rita. Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Luiz Henrique, voto conhecido, "sim".

Francisco Dornelles. Com o Relator, Senador Luiz Henrique, sim.

Sérgio Petecão, voto conhecido, por ter sido Relator *ad hoc.*

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não.

Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com todo o carinho e amizade pelos Senadores Luiz Henrique e Petecão, eu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ataídes. Não está presente.

Aloysio Nunes Ferreira. Não.

Como está o placar?

Rejeitado o projeto.

Designo o Senador Pedro Taques para relatar o vencido, nos termos do art. 128, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 14 da pauta. Senador Luiz Henrique, V. Exª também é Relator desse item.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Já chegou no 14?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 358, de 2009
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto moralizador de iniciativa do Senador Inácio Arruda. A proposição sob exame pretende impedir a participação de quem tem exercido mandato eletivo, ou seja parente até o terceiro grau desse ou de quem atualmente o exerça nas concessionárias de serviço público.

É um projeto que se autoexplica e o meu parecer é pela aprovação, com a emenda ao inciso XVIII, estabelecendo exigência de declaração de parte da concessionária de que não tem como dirigente, administrador ou representante que na circunscrição eleitoral do poder concedente exerceu ou exerce mandato eletivo, ou seja deste parente até o terceiro grau.

Salvo melhor juízo, é o parecer pela aprovação da feliz iniciativa do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão matéria.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. Vista concedida ao Senador Dornelles.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço vista também, Sr. Presidente. Vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva, vista concedida de forma coletiva, com o voto já antecipado de S. Exª o Senador Randolfe.

Item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 41, DE 2011
– Não Terminativo -

Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto de Resolução nº 41 e está na p. 93.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria, preliminarmente, para ressaltar a impessoalidade do autor Cyro Miranda, desse projeto de resolução, ressaltar o fato da data da apresentação. A apresentação desse projeto de resolução se deu no ano passado quando ele não sabia que ia ser presidente de uma das comissões permanentes da Casa, uma das mais importantes, que é a Comissão de Educação. Mas, seguramente, como membro atuante do Senado e presente no trabalho de todas as comissões, S. Exª experimenta o incômodo da superposição de horários, que torna nossa vida absurdamente infernal e contribui para a queda da produtividade e da qualidade do nosso trabalho.

Eu vou direto à análise para dizer que a situação atual é insustentável e tem inviabilizado a coordenação das agendas dos Senadores que não têm condições objetivas de comparecer às diversas reuniões de comissões e subcomissões. Assim, a solução dada pelo ilustre autor do Projeto de Resolução nº 41, de 2011, antes de ser eleito Presidente da Comissão de Educação, nos parece totalmente adequado. Efetivamente, sem impedir funcionamento dos demais colegiados, é necessário priorizar as reuniões ordinárias das comissões permanentes. Aliás, seria bom também evitar levar ao plenário, diretamente, inúmeras proposições sem ouvir as comissões permanentes. Seria bom.

Trata-se de assegurar o bom andamento do processo legislativo e garantir a agilidade da tramitação das matérias mediante ampliação da norma prevista no parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno, que determina que, em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia.

Temos a certeza de que a aprovação do presente projeto representará providência importante para aprimorar o bom funcionamento desta Casa. Opinamos pela constitucionalidade e juridicidade e votamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Está aberta a lista de inscrições.

Como primeiro orador inscrito, Senador José Pimentel. A seguir, o Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, e o Senador autor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Cyro Miranda ao trazer para debate uma matéria que efetivamente traz um problema gravíssimo no Senado Federal, que é o funcionamento das comissões permanentes.

Aqui eu tenho dúvida se o problema maior não é a quantidade de comissões permanentes *versus* a quantidade de Senadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade; também. É também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós temos 11 comissões para 81 Senadores.

Ao lado disso, nós temos uma determinação do Supremo Tribunal Federal que obriga a instalação das comissões mistas das medidas provisórias. Neste momento, nós temos 23 comissões mistas em funcionamento. E a Resolução do Senado Federal nº 1 e do Congresso Nacional determina que elas tenham, no mínimo, 14 membros titulares, Senadores, e 14 membros suplentes, e igual número na Câmara.

Ora, nós temos hoje mais de cem Senadores distribuídos nas comissões mistas. E é por isso que as bancadas terminam colocando mais de um Senador para cada comissão mista, porque não há mais Senadores.

É, tem mais de cem. Se você multiplicar 14 por... Aliás, 28 por 23, vai dar um número aí, porque são 14 titulares e 14 suplentes.

A proposta é meritória e, se nós aprovarmos que não podem funcionar as comissões mistas quando houver uma comissão permanente em funcionamento...Toda terça, quarta e quinta, há comissões permanentes funcionando na parte da manhã e na parte da tarde. Hoje mesmo, na Medida Provisória nº 601, nós tivemos de fazer a reunião pela manhã, porque na parte da tarde não havia nem mais plenário para poder a MP nº 601 funcionar.

Então, é um problema mais grave. Acredito que nós deveríamos pedir vista – a proposta é meritória –, para que nós pudéssemos fazer um debate.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Há um projeto de alteração do Regimento, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu considero o projeto da maior importância para acabar com essa impossível ubiquidade aqui dos trabalhos das comissões – comissões mistas, subcomissões, etc –, que estabelece

uma alternatividade: uma semana seria reservada só para os trabalhos de comissão e outra semana seria reservada só para os trabalhos de plenário.

Se nós estabelecermos essa alternatividade, nós acabamos com essa coincidência de horário nas comissões e podemos dar às comissões um debate mais eficiente, mais profícuo e podemos fazer, inclusive das sabatinas, reuniões efetivamente de exame dos indicados.

Então, quero aproveitar aqui para enfatizar a importância dessa iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Portanto, Sr. Presidente, a matéria é meritória e identifica um problema grave de funcionamento do Congresso Nacional. Mas ela, sendo aprovada da maneira que está, só nos restariam as segundas e sextas-feiras para tratar das comissões mistas das medidas provisórias, das comissões parlamentares de inquérito, e de tantos outros temas.

Por isso, meu amigo, meu nobre Senador Cyro Miranda, quero votar contigo – devo chamá-lo assim, porque chamar de senhor fica tão longe, não é?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Está certo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas eu queria fazer essa reflexão mais aprofundada, para vermos como adequamos essas questões.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, como autor, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tenho de dar a palavra, se V. Exª me permitir, ao Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, o Senador José Pimentel tem razão quando quer ampliar o debate, mas creio ser oportuno aprovarmos hoje, já que à Comissão de Constituição e Justiça compete decidir a constitucionalidade.

A matéria é relevante, é urgente, é muito importante para a instituição e é constitucional. Podemos aprová-la aqui e discutirmos o mérito na Comissão de Reforma do Regimento.

Nessa Comissão de Reforma do Regimento é que podemos ampliar o debate, como quer o Senador José Pimentel, e recolher as sugestões inteligentes que, por certo, ocorrerão.

É preciso valorizar as comissões, isso é primacial, inclusive invertendo o que está ocorrendo: nós estamos saltando sobre as comissões, para chegar mais rapidamente ao plenário. É o caso do projeto que se encontra em plenário sobre a criação do Ministério de Micro e Pequenas Empresas. Nós devemos fazer o percurso inverso: valorizar as comissões e estabelecer um número maior de proposições que possam ser deliberadas terminativamente nas comissões, sem ir ao plenário. As comissões são, sem dúvida, os mecanismos mais eficientes para a análise técnica dos projetos, para a análise da juridicidade e da constitucionalidade e também para a análise de mérito, muito mais do que o plenário do Senado Federal.

Portanto, somos favoráveis ao projeto do Senador Cyro Miranda, que vem em boa hora. Somos favoráveis à sua aprovação no dia de hoje, porque tratamos aqui da constitucionalidade. E, certamente, na próxima Comissão de Reforma do Regimento, um debate maior será feito, para encontrarmos soluções adequadas.

Creio que as segundas-feiras e as sextas-feiras devem ser utilizadas de forma mais eficiente. As audiências públicas deveriam ficar restritas às segundas-feiras e às sextas-feiras, que são dias úteis, que são dias de trabalho e que, certamente, podem ser dias bem-aproveitados no Senado Federal, como são bem-aproveitados por qualquer trabalhador no País.

Portanto, nosso voto é favorável à proposta do Senador Cyro Miranda. Faço um apelo para que, se possível, não se peça vista do projeto, para isso caminhar mais rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Informo a V. Exªs que a decisão sobre essa propositura será remetida à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno, que há de ser instalada ainda nesta semana, por decisão da Mesa.

Há ainda uma lista de oradores: Senador Taques; Senador Cyro Miranda, autor da proposta; Senador Humberto Costa; Senador Sérgio Souza.

Parece-me que o Senador Pimentel pediu vista da matéria. Ou V. Exª permite a discussão?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos fazer a discussão. Ao término, peço vista da matéria, Sr. Presidente, porque quero trazer essa fundamentação por escrito quanto à preocupação com as medidas provisórias, até como forma de subsidiar este debate nas matérias seguintes. Vamos fazer a discussão!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos fazer a discussão!

O Senador Pedro Taques está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, esta é uma questão que nos atormenta a todos: o número de comissões.

Quero, inicialmente, concordar com o Senador Alvaro, no sentido de que devemos favorecer os debates nas comissões. Aliás, a Constituição faz isso no art. 58, dando oportunidade para que as comissões, de acordo com o Regimento Interno, possam aprovar matérias de forma terminativa. E o art. 91 do Regimento Interno do

Senado estabelece isso. Só que nós o utilizamos muito pouco, porque os debates estruturais, os debates estruturantes para a República Federativa do Brasil vão ao plenário. Assim, as comissões ficariam com maior força terminativa. Isso já existe no Regimento Interno do Senado, como todos nós sabemos.

Agora, esse número de comissões nunca será razoável, tendo em conta o número de temas a serem debatidos. Mas também não é razoável que nós não possamos fazer como dia útil a segunda-feira e trabalhar aqui até quinta-feira. É razoável que nós tenhamos de voltar para as bases nas sextas-feiras, para dar expediente no Estado, no interior, não só na capital. O ideal seria, Sr. Presidente, que houvesse debates com sessões ordinárias também na segunda-feira, não só na terça-feira. Fazemos uma semana chamada TQQ. A semana TQQ é famosa: terça-feira, quarta-feira e quinta-feira em Brasília. Essa semana TQQ poderia se transformar numa semana com início na segunda-feira, com as sessões nas comissões, indo até quinta-feira, no final da tarde, para que, na sexta-feira, pudéssemos, como é razoável, visitar as bases.

Votarei favoravelmente ao projeto com uma sugestão, Sr. Presidente. O parágrafo único fala que a Mesa é que vai fazer o cronograma das reuniões. A Mesa não teria essa atribuição. Isso vai burocratizar. Imagine que há um infindável número de comissões e que há as subcomissões permanentes e temporárias. Vamos jogar tudo para a Mesa, para ela fazer essa marcação dos horários?

Com respeito ao Senador Cyro, penso que esse parágrafo pode trazer problemas outros que não temos ainda.

O SR WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, pela ordem. Estou com a lista de inscritos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Apenas... Desculpe, se há relação de inscritos,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Existe uma relação de inscritos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – PB) – Eu aguardo a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, quero agradecer ao Senador Aloysio Nunes pelo relatório. Quando cheguei a esta Casa, notei que essa é uma preocupação de todos. Hoje, passamos pelo constrangimento de realizarmos audiências públicas e não estar presente um Senador, nem o requerente. Não porque ele não queira, mas porque, às vezes, está relatando, está em outra comissão. Então, isso tem que ser disciplinado. Concordo com o Senador Pedro Taques. Talvez não seja a melhor maneira a Mesa, mas nós temos que encontrar uma solução.

Em relação às medidas provisórias, existem duas alternativas: diminuir as medidas ou acabar com as comissões temáticas. Porque há uma avalanche dessas comissões. No início, eram 10; hoje, são 27. Nós devemos diminuir esse número. Nós temos a tarde toda.

Agora, o problema aqui no Senado é outro. Nós trabalhamos dois dias nessas comissões: nas terças e nas quartas. Na quinta-feira já não se consegue quórum. Não se consegue quórum às quartas. Nas segundas-feiras à tarde também não tem ninguém. Então, vai ser impossível, se nós tivermos esse tipo de foco. Ou ampliamos... Não podemos continuar convivendo com esse... Nós nos encontramos no corredor, Senador, correndo para cá e para lá e, o que é mais grave, ao entrarmos em uma reunião como esta, alguém pergunta: "Como vota o Senador fulano de tal?". Ele olha para os colegas e pergunta: "O que eu faço?". "Vota 'sim'" ou "Vota 'não'". Ora, nós estamos fugindo à nossa responsabilidade. Isso não pode acontecer.

Outra coisa: as comissões começam tarde. Não há comissão começando às 8 horas da manhã. As comissões começam às 10 horas da manhã – na realidade, às 11 horas. Nas terças-feiras, ocorre um problema crônico: três comissões importantes, sendo que a primeira começa às 10 horas – e não começa às 10 horas, começa às 11 horas. A maioria que está nesta Comissão pertence às outras duas. Então, não há quórum. Estão se avolumando todos os nossos projetos.

Isso eu fiz em 2011, como disse o Senador Aloysio, nem sonhava em ter alguma comissão, certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Quanto ao pedido de vistas, se for para trazer benefícios maiores na próxima reunião, concordo plenamente. Eu acho que nós temos que, com urgência, mas com muita urgência, Senadores, tomar uma atitude. Porque constrangimento está havendo em todas as reuniões. Aí está posta a Mesa, a discussão está provocada, e temos que encontrar, ainda este mês, uma saída. Do contrário, vamos viver, mais um semestre, dando esbarrão e, o que é pior, sem qualidade nas votações e com constrangimentos nas audiências públicas.

Era o que eu queria colocar.

Obrigado, Sr. Presidente pela palavra que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feitos os esclarecimentos pelo autor, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. F*ora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza; depois, Senador Moka.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, todos nós Senadores sabemos da dificuldade que temos de estar em todas as comissões. É muito claro isso. E quando há uma CPI então! V. Exª, Senador Vital, que foi Presidente de uma CPI, passou por isso. E parece que outras CPIs vêm por aí.

Existem temas importantes. Este é um ano de consolidação dos trabalhos, porque é um ano em que haverá poucos feriados e não haverá eleição. É um ano importantíssimo.

E sabemos também das dificuldades criadas pelas comissões mistas, que começaram no ano passado, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que, conforme surgem as dificuldades, nós temos que nos amoldar ao nosso rito, ao nosso Regimento, para que possamos dar conta. Quando a Constituição de 1988 criou algumas prerrogativas, havia aqui no Senado muito menos comissões. Não havia comissões mistas, não havia subcomissões e nem comissões temporárias e permanentes do Congresso Nacional, como a Comissão de Mudanças Climáticas, que normalmente também está vazia.

Este é um tema que nós temos que debater sim, Senador Cyro Miranda, mas eu acho que precisamos nos aprofundar, porque também não podemos inviabilizar a análise, nessas comissões mistas e comissões temporárias, nas audiências públicas, com baixo quórum. É lógico que é a vontade de cada um dos Senadores que vai prevalecer, de estar presente nessas comissões, mas nós sabemos a dificuldade que temos – e vamos ser realistas – de, numa segunda-feira, de manhã, às 8h da manhã, fazer esses debates. Nós sabemos disso. E nós queremos, de certa forma, debater todos os temas com profundidade.

Então, eu acho que, com a posição colocada aqui pelo Senador Pimentel de, nesse pedido de vista, trazer uma solução, apontar uma solução, vamos caminhar para evoluir e otimizar os nossos trabalhos aqui no Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, rapidamente, para dar uma sugestão ao pedido de vista do Senador Pimentel: daqui para antes de devolver, que ele ouça, numa reunião, os presidentes de comissões. Porque eu acho que, se nós reunirmos os presidentes das comissões, nós vamos ver, vamos ter uma radiografia de onde está acontecendo e, talvez, acertar horários de funcionamento dessas comissões, para que a gente não sobrecarregue... Na prática é isto: várias comissões funcionando ao mesmo tempo.

Então, eu acho que reunir presidentes de comissões pode ser o encaminhamento correto para trazer horários compatíveis com a maioria dos Srs. Senadores. Só nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Vista concedida ao Senador Pimentel, depois dessa exaustiva discussão de matéria tão importante dentro da atualidade do Congresso Nacional.

Vamos aos requerimentos.

Requerimento do Senador Suplicy.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir as origens da criminalidade em nosso País, as formas adotadas pelo Poder Público para prevenir e diminuir a violência, bem como para proteger a incolumidade da população, como, por exemplo, a interação entre órgãos de diferentes níveis de poder e os melhores caminhos a serem percorridos pelo Estado no sentido de minimizar a incidência de delitos contra a pessoa, com os seguintes convidados: José Eduardo Martins Cardozo, Ministro da Justiça; José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Está em discussão o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª, brevemente?

Sr. Presidente, tem havido uma preocupação crescente com o grau de violência que, infelizmente, tem acontecido em algumas das principais regiões do Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Santa Catarina.

Ainda há cerca de um mês, eu fiz uma visita ao Secretário de Segurança José Mariano Beltrame, que me levou para visitar as unidades de policiamento e de pacificação. Ali eu estive com ele, passei um dia observando e caminhando pelo Morro da Mangueira e vi que há diversas iniciativas muito positivas com vistas à diminuição da criminalidade.

O Secretário de São Paulo, Fernando Grella Vieira, por seu turno, tem também adotado algumas medidas importantes, assim como o Secretário César Augusto Grubba, de Santa Catarina, Estado que, nos últimos 40 dias, esteve submetido a uma situação de

grande tensão e preocupação com graves incidentes decorrentes de iniciativa de pessoas que se encontravam no sistema penitenciário. Por outro lado, o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, tem procurado realizar um entrosamento muito positivo com a Secretaria de Segurança de diversos Estados brasileiros e, em especial, dos três mencionados.

É claro que seria interessante ouvirmos todos, mas, aí, ficaria um excesso de pessoas. Contudo, acredito que, com a presença do Ministro da Justiça e dos três Secretários – do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina –, poderíamos ter um diálogo altamente proveitoso para pensarmos em como, de fato, poderemos prevenir e diminuir a criminalidade violenta por meio dos mais diversos instrumentos e iniciativas, que, em grande parte, já estão sendo tomadas.

Este é o propósito, Sr. Presidente, da audiência aqui proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O art. 310, no seu parágrafo único, estabelece que o encaminhamento da votação do requerimento se fará pelo signatário – já o fez o Senador Eduardo Suplicy – e por um representante de cada partido ou bloco partidário.

Indico o Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também o Senador Casildo Maldaner assina esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu convido os demais Líderes ou representantes dos partidos presentes, se estiverem de acordo, a aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k., Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Pedro Taques fala em nome do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR, PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pelo epíteto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Indico, pois, V. Exª.

O SR, PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero concordar com o Senador Eduardo Suplicy sobre a necessidade desse debate, mas ouso sugerir, se assim o Presidente e os Senadores concordarem, que isso seja feito no âmbito da Subcomissão de Segurança. Aliás, esse debate nós já o promovemos, com essas mesmas pessoas, no ano passado, a saber: o Ministro da Justiça, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Sr. José Mariano Beltrame, e o colégio de Secretários de Segurança do Brasil.

Concordo inteiramente, Sr. Presidente, mas ouso sugerir que, se fosse possível, o referido debate se desse na Subcomissão de Segurança, que, aliás, está a demandar a designar de um novo Presidente, regimentalmente, como isso é feito, para que nós possamos marcar as audiências respectivas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Determino à Secretaria providências para a designação da nova diretoria da Subcomissão de Segurança Pública.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu deixaria como sugestão para presidir os trabalhos daquele colegiado, pela importância que tem aquela matéria, o nome do Presidente da CCJ, o nosso Senador Vital do Rêgo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu acredito que o colegiado maior da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faremos em conjunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... seria um fórum muito adequado, inclusive por conta da presença do Ministro da Justiça. Eu acho que...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... os Senadores interessados, certamente, gostariam muito de ouvi-lo, e V. Exª poderia presidir essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faremos em conjunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, penso que seria adequado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faremos em conjunto.

Em votação o requerimento de autoria dos Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento desta Presidência.

Na forma regimental, instalação de reunião conjunta, já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Desenvolvimento Regional – e, agora, o submeto à Comissão de Constituição e Justiça –, para tramitação conjunta do projeto que define normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações do Fundo de Participação dos Estados e Distrito federal.

A Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e esta Comissão

estão marcando audiência conjunta a ser realizar na próxima quarta-feira, dia 13.

O Senador Antonio Carlos Valadares é o Presidente recém-empossado da Comissão de Desenvolvimento Regional, onde já foi aprovado esse requerimento, bem como na Comissão do Senador Lindbergh Farias; e, agora, submeto à deliberação dos Srs. Senadores membros da CCJ

Essa reunião se realizaria na quarta-feira, dia 13, às 11h30, aqui nesta sala. Nós faríamos uma Ordem do Dia mais curta para, às 11h30, com a presença do Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda, Sr. Cláudio José Trinchão Santos, e do Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão, realizarmos essa reunião conjunta.

Em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, a título de sugestão, esse debate é da maior importância e, segundo me parece, já está incluso no convite o Conselho Nacional de Política Fazendária. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, já estando incluso esse Conselho, eu me sinto contemplado. Mas eu acharia de bom tom estender o convite para os governos estaduais, para os governadores estaduais, e/ou para os seus respectivos secretários de fazenda, não necessariamente para participarem como expositores, mas para acompanharem esse debate. Considero esse debate o mais importante da Federação neste momento. Como já há, inclusive, uma previsão de apreciação por parte do Plenário do Senado, esse debate será o momento mais importante que teremos para tratar desse tema. Portanto, sugiro que a Comissão estenda o convite para os governadores estaduais, para os governadores dos Estados federados e do Distrito Federal, e/ou para seus respectivos secretários de fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós vamos aceitar a sugestão de V. Exª, incluindo-a no requerimento, colocando como observação que está correndo, de forma paralela, também a questão da unificação do ICMS.

A agenda da Comissão de Assuntos Econômicos já prevê a convocação de governadores. Uma pauta na Comissão de Assuntos Econômicos – o Senador José Pimentel pode nos socorrer com uma observação também a esse respeito – já prevê a convocação desses governantes. O que poderíamos fazer, Senador Randolfe, seria comunicar aos governantes que vai haver essa sessão e disponibilizar também nessa sessão falas que possam manifestar a palavra desses governos. Não vejo dificuldade em fazer essa comunicação aos senhores governadores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A CAE, colégio que trata da Medida Provisória nº 599, esse fórum já aprovou um conjunto de audiências públicas que começam no dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exato.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E há um calendário que vai até o final de março, em que serão ouvidos tanto técnicos, como secretários estaduais, governadores e um conjunto de atores sociais, para tratar do Fundo de Investimento Regional, da unificação do ICMS interestadual e também da renegociação das dívidas do pacto federativo. São três iniciativas: a chamada Resolução nº 1, de 2013, a Medida Provisória nº 599 e um projeto de lei complementar que está na Câmara Federal. Então, esse fórum foi aprovado ontem. E também sou favorável ao que o senhor está apresentando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

Este requerimento do Senador Ferraço será lido hoje e deliberado na próxima sessão:

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, a realização de audiência pública desta Comissão para discutir as Propostas de Emenda à Constituição nºs 53, de 2007, e 56, de 2009, objetivando instruir a conclusão do relatório.

Considerando que as proposições dispõem sobre patrimônios imóveis, denominados terrenos de marinha, recomendo sejam convidadas as seguintes autoridades: Srª Ministra Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cassandra Maroni Nunes, titular da Secretaria do Patrimônio da União; José Carlos Machado, engenheiro e Vice-Prefeito de Aracaju; Carlos Fernando Mazzoco, Procurador do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Obéde Pereira de Lima, doutor em Engenharia e professor da Universidade Federal do Rio Grande; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

E vem a justificativa do Senador Ferraço, a qual coloco à disposição dos senhores.

Quero aproveitar o ensejo desta segunda reunião da Comissão de Constituição e Justiça para formalmente anunciar aos senhores membros a proposta de realização de um fórum e seminário nacional sobre a Constituição Cidadã, de 1988, para comemorar o seu jubileu, ou seja, os 25 anos de sua promulgação.

Convido, nesta oportunidade, todos os colegas interessados a fazerem propostas sobre os temas e convidados a eles vinculados, para que os mesmos possam ser tempestivamente convidados para as suas exposições. Este é o momento oportuno para uma reflexão sobre a construção democrática do Brasil. Informo que, brevemente, apresentarei uma proposta deste seminário, cuja realização contará com o apoio da Presidência da Casa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, existe uma situação da sessão legislativa passada que precisa ser resolvida, e eu estou em dúvida a respeito dela. Portanto, quero o esclarecimento, se possível, da Mesa, a respeito da tramitação. Eu me fundamento no art. 403 do Regimento Interno, se V. Exª assim entender.

A aprovação do nome do Conselheiro... A recondução do Sr. Luiz Moreira. Nós estamos, desde o ano passado, discutindo a recondução desse cidadão. Precisamos decidir isso. Para que possamos decidir isso, foi aprovada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, salvo engano, mas eu me recordo disso, a oitiva de dois procuradores da República. Depois de ouvidos esses dois procuradores da República, poderíamos aprovar o nome desse cidadão, que precisa ter o seu nome aprovado ou não, não pode ficar adormecido em berço esplêndido. Até quando, Sr. Presidente? Lá no plenário do Senado da República.

Eu gostaria de indagar a V. Exª quando será marcada a data para que possamos ouvir esses procuradores da República. Parece-me que não se apresenta como razoável que possamos votar lá no plenário do Senado o nome desse cidadão, desse Professor, Dr. Luiz Moreira, sem que possamos instruir o que foi aqui debatido. Instruir de que maneira? O seu nome já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, houve um recurso, ao Plenário do Senado, assinado pelo Senador Pedro Simon, por mim e por outros Senadores, para que pudéssemos ouvir esses procuradores. Depois, o tema veio a debate aqui na CCJ novamente, e nós decidimos que esses procuradores deveriam ser ouvidos. Como podemos deixar esse cidadão aguardando tanto tempo? Nós precisamos ouvir.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª que fosse marcada a data para que esses procuradores sejam ouvidos e para que nós possamos aprovar ou rejeitar o nome do Professor Dr. Luiz Moreira no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, eu já informei ao Senador José Agripino, V. Exª não estava presente, que eu tomarei ciência, já que é a segunda sessão ordinária, de todo o processado. A condução dessa sessão foi sob a presidência do Senador Eunício Oliveira. Na próxima sessão, eu me manifestarei a respeito da matéria.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, só para esclarecer, em adendo ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O requerimento a que o Senador Pedro Taques se refere foi assinado pelos Senadores Pedro Simon, Pedro Taques, Aloysio Nunes, por mim próprio e acho que Alvaro Dias. Pede o sobrestamento da votação do Dr. Luiz Moreira até que o requerimento aprovado aqui na CCJ, de oitiva dos procuradores da República, aconteça, para que o voto do Plenário seja consciente.

Esse requerimento de sobrestamento, que esteve na CCJ com parecer favorável do Senador Mozarildo Cavalcanti, foi apresentado no plenário e, do plenário, veio à CCJ. Na CCJ, teve um relator, Mozarildo Cavalcanti, que apresentou relatório favorável. Não chegou a ser votado. Isso é o que nós estamos demandando. Porque o sobrestamento pode ser resolvido com a deliberação de V. Exª de marcar a data para a oitiva dos dois procuradores. A votação do Sr. Luiz Moreira poderia ocorrer tão logo o depoimento dos dois procuradores acontecesse, porque a CCJ já teria cumprido aquilo que ela votou e deliberou, que foi a aprovação da oitiva dos dois procuradores para instruir o voto dos Senadores no plenário em relação à indicação do Sr. Luiz Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Informação importante de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite, Sr. Presidente? Se o Senador Randolfe...

Nós não podemos aprovar ou rejeitar o nome desse cidadão em plenário sem que a CCJ possa ouvir esses dois membros do Ministério Público Federal. A questão é esta: nós não podemos aprovar ou rejeitar sem a instrução que nós debatemos. E a instrução se

concretiza, se materializa na vinda desses dois membros do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência se manifestará na forma do que já foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, aproveitando também a carona desse assunto, na verdade, quero tratar, pela ordem que solicitei a V. Exª, sobre outro tema. Mas, aproveitando a carona deste assunto, eu quero só reiterar o fato de que nós aprovamos, aqui nesta Comissão, a necessidade de ouvir esses procuradores. Portanto, a não ser que se revogue a decisão desta Comissão, é pertinente, é premente, é urgente, é necessário ter este pré-requisito para haver qualquer tipo de apreciação por parte do Plenário do Senado.

O outro tema, Sr. Presidente, diz respeito ao que V. Exª apresentou agora. V. Exª fez a leitura, Sr. Presidente, de uma proposta de requerimento de uma audiência pública sobre a proposta de emenda à Constituição que trata das áreas de marinha.

Eu pergunto a V. Exª se nós não poderíamos já apreciar essa proposta de audiência pública, ainda agora, nesta reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É norma desta Comissão que os requerimentos que chegam à pauta sejam lidos numa reunião e apreciados na seguinte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. É porque eu não tinha informação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu me comprometo com o querido companheiro, pelo interesse que V. Exª tem na matéria, como eu também tenho, e o Senador Ferraço, que foi o autor – afinal de contas, nós temos uma costa em que, em qualquer parte deste território, nós temos problemas, quase os mesmos, com esses terrenos de marinha –, de, na próxima reunião, dar prioridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É, de fato, uma situação nacional.

Perfeitamente. Obrigado pelo esclarecimento. Eu não tinha conhecimento de que agora era a primeira leitura da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É a primeira leitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião ordinária da próxima quarta-feira.

Tenham todos um bom dia.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 27 de Fevereiro de 2013.

INSTALAÇÃO

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a **Presidência Eventual do Senhor Senador Pedro Simon** e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após a aprovação da chapa única, os Senhores Senadores Paulo Paim, Anibal Diniz e Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2013/2014. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Pedro Simon, propõe ao Plenário que a eleição da chapa única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Pedro Simon, proclama eleitos e empossados os Senhores Senadores **Cyro Miranda** e **Ana Amélia** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Aécio Neves (não membro), Flexa Ribeiro (não membro), Ataídes Oliveira (não membro), Magno Malta, José Agripino, Alvaro Dias, Paulo Paim, Waldemir Moka (não membro), Benedito de Lira, Armando Monteiro, Ângela Portela e José Pimentel (não membro). A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador Pedro Simon, passa a palavra ao Senhor Presidente eleito, Senador Cyro Miranda. Após o discurso, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a palavra Senhora Vice-Presidente eleita, Senadora Ana Amélia. Prosseguindo, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Havendo número regimental, está aberta a reunião que tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Até agora foi registrada a seguinte chapa:

Presidência: Senador Cyro Miranda; Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia.

Aqui estão as cédulas rubricadas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu falo em nome da Bancada do PSDB para reiterar a indicação do nome do Senador Cyro Miranda para presidir essa Comissão de Educação. Quero registrar, com muita alegria, que a Senadora Ana Amélia foi indicada por seu partido e tem total endosso de nossa Bancada para ser a Vice-Presidente da Comissão de Educação.

Os colegas sabem que houve, na Bancada do PSDB, um debate sobre a Comissão que deveríamos escolher, a Comissão que nos cabia pela ordem estabelecida pela proporcionalidade. Ficamos entre a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Educação. E, finalmente, Sr. Presidente, depois de uma reunião ocorrida na semana passada, optamos pela Comissão de Educação.

Por entendermos que por mais que a Comissão de Infraestrutura seja importante e o é; por mais que as carências da infraestrutura seja um nó górdio que precisa ser desatado para que o Brasil possa desenvolver e alcançar o nível de desenvolvimento que todos nós almejamos, a educação é a infraestrutura das infraestruturas. É a infraestrutura da cidadania, é a infraestrutura das oportunidades, é a infraestrutura da democracia real. É o terreno onde nossa bancada precisa bancar sua bandeira, mesmo porque a melhora da educação, em todos os níveis par ao povo brasileiro, é a prioridade número um para a grande maioria dos nossos concidadãos. É terreno onde nosso Partido já teve, já é credor da admiração de todos aqueles que acompanham a evolução do sistema educação brasileiro pela gestão extremamente exitosa de nosso saudoso Ministro Paulo Renato à frente da Pasta da Educação. Além do que nós temos episódios da maior importância como Copa do Mundo, como Olimpíadas pela frente, com a necessidade de uma participação forte de nossa Comissão de Educação no acompanhamento dessas obras, na fiscalização daquilo que está ocorrendo.

Temos a discussão do novo marco jurídico da cultura com a proposta de atualização da Lei Rouanet. Tudo isso levou nossa Comissão, especialmente ao ouvir a argumentação do Líder Alvaro Dias, a escolher a Comissão de Educação. E apontamos o nome do Senador Cyro Miranda, que todos nós conhecemos e admiramos por sua admiração ao trabalho, por sua retidão, por seu espírito público e, sobretudo, tendo ele manifestado um desejo intenso de exercer, na plenitude, todas as competências e atribuições que essa Comissão tem e liderar o conjunto dessa Comissão para atender seus objetivos.

Para cumprir essa tarefa, ele tem qualidades de sobra e, mais ainda: terá a seu lado essa figura extraordinária, essa companheira encantadora, dinâmica, presente, querida por todos, de uma extraordinária capacidade de formulação, de intervenção nos assuntos importantes, que é a Senadora Ana Amélia.

Mas o que eu proponho, Sr. Presidente, é que nós possamos aclamar essa dupla para dirigir a Comissão de Educação do Senado, a dupla Cyro Miranda e Ana Amélia.

Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O PCdoB segue a orientação de Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu espero que o PCdoB siga a orientação do Senador Aloysio em todos os pontos, não só nesse.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tenho uma velha trajetória, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone*.) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª solicitou antes de mim. V. Exª tem a palavra, Senador Randolfe. Obrigado pela gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria reiterar, Sr. Presidente, a proposta do Senador Aloysio e destacar a qualidade, não só pelo princípio da proporcionalidade a ser respeitado, mas, em especial, pela qualidade das pessoas públicas, do homem e da mulher pública que estão sendo indicados para essa importante função desta Comissão. Na verdade, não só a Comissão, mas a agenda do tema deveria e necessitaria ter um espaço privilegiado na agenda nacional.

Não tem, e é óbvio que não tem porque nós ainda padecemos em um País em que 9% da população são analfabetos, que não universalizou o ensino médio e em que o acesso à universidade ainda é privilégio.

Então, está claro que ainda não têm o espaço devido na agenda nacional os temas – eu não digo somente o tema – desta Comissão.

Lembremos que esta Comissão é de Educação, Cultura e Desporto.

Cultura é sempre vista como acessório das políticas governamentais. Um Estado nacional e um povo que não se identificam na sua cultura, que é o espelho de uma sociedade, é o espelho de um povo, estão fadados a não ter futuro, a não se reconhecerem.

Além do mais, são temas desta Comissão desporto, Copa do Mundo. Temos dois grandes eventos, nos próximos anos – Copa do Mundo e Olimpíadas –, que serão sediados no nosso País, com todas as controvérsias que os envolvem.

Temos, além disso... Eu quero ressaltar um debate fundamental para o Brasil e para os próximos anos: eu creio que, nos últimos 16 anos, nós tivemos conquistas importantes na área da economia, mas, ao contrário da máxima fisiocrata – a máxima fisiocrata é economia estúpida –, não é sempre, somente, a economia. Aliás, o grande problema do Brasil é que nós temos conquistas na área econômica e nós não temos conquistas nas áreas de educação, saúde e cultura.

Desses três temas, dois estão nesta Comissão: educação e cultura. Por isso, reveste-se de fundamental importância o trabalho desta Comissão, em especial pela apreciação do Plano Nacional de Educação, e pelo que nós vamos debater nesse Plano Nacional de Educação, porque, nele, nós vamos traçar a lógica. O País tem de ficar cada vez mais rico para investir em educação. A lógica é inversa. Nós temos de investir em educação para conquistarmos mais riquezas, para nós estarmos à altura do posto, que aqui recebemos, de quinta economia. Nós não podemos ser a quinta economia do Planeta e perto de a octogésima educação do Planeta.

A tarefa desta Comissão está em ótimas mãos.

Eu queria cumprimentar e parabenizar o PSDB pela escolha do Senado Cyro Miranda, pela qualidade do Senador. Eu quero reiterar, aqui, que acho que nem precisa de votação. A aclamação resolverá.

Para a indicação do PP, há concordância, também, de todos quanto ao nome da Senadora Ana Amélia, uma das pessoas que mais – nós convivemos com ela no Senado, nessa legislatura – orgulha e mais honra o Senado da República.

Então, eu tenho absoluta certeza de que esta Comissão, pela importância e pela agenda que tem, pelas necessidades que tem o País, vai ser muito bem dirigida por essa dupla de pessoas públicas, que honram o Senado da República.

Então, quero concordar com o meu querido Senador Aloysio e sugerir o encaminhamento por aclamação dessa dupla.

Vamos iniciar o trabalho, porque, nesta Comissão, não tenho dúvida, temos muito trabalho a fazer.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma palavra bastante breve.

Eu gostaria de chamar a atenção para o momento, que não é acompanhado, talvez, da forma que deveria ser pela sociedade brasileira e até mesmo pela classe política, que é exatamente o momento da definição dos espaços que os partidos políticos vão ocupar no início de cada sessão legislativa.

Este é o momento em que partidos fazem opções e opções não só por nomes, em especial, opções por causas. O PSDB, sob a competente liderança do Senador Aloysio, sucedendo o já competente Líder Alvaro Dias, opta por uma causa. Num país de tantas fragilidades como o Brasil, seria difícil apontar apenas uma prioridade, mas a grande verdade é que todas elas secundam a questão da educação. Nós só transformaremos, efetivamente, este Brasil no Brasil da propaganda oficial, no Brasil do ufanismo oficial no momento em que, efetivamente, investirmos em qualidade da educação.

O Senador Aloysio aqui lembrou a passagem do PSDB, com o saudoso ex-Ministro Paulo Renato, que nos legou a universalização do acesso à educação. Infelizmente, nesses últimos anos, essa universalização não veio acompanhada, Senador Cyro, da qualificação, da melhoria do nível da educação no Brasil. Ao contrário. Mesmo, repito, o ufanismo da propagando oficial não esconde o vergonhoso lugar que o Brasil ocupa comparado com a comunidade internacional. Recentemente, o Pisa demonstra uma vergonhosa e constrangedora posição na linha de fundo, nas últimas colocações, quando se busca avaliar a qualidade da educação entre vários países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Portanto, essa é uma tarefa hercúlea, uma tarefa que, de alguma forma, se sobrepõe à disputa política, aos embates partidários.

Eu quero aqui cumprimentar, em primeiro lugar, a maioria da Bancada do PSDB que, dentre outras várias opções, opta por comandar a Comissão de Educação, em especial ao Senador Cyro Miranda, que se dedica, já há muito, a esse tema e conseguiu construir, dentro da Bancada, um consenso em torno do seu nome, pelo seu trabalho, pela sua operosidade, pela sua seriedade, mas, sobretudo, pelo conhecimento profundo que tem da matéria. E, repetindo o que já foi dito também pelo Senador Randolfe, não poderia encontrar melhor

companhia para esse desafio, Senador Cyro, que a da Senadora Ana Amélia, por todos nós respeitada e admirada também pela sua dedicação, sobretudo às causas sociais, pela independência das suas posições, pela firmeza e conteúdo com que enfrenta cada um dos debates aos quais é chamada. Portanto, o PSDB, que já estava muito seguro de poder assumir esta Comissão com o Senador Cyro, se sente, neste instante, ainda mais entusiasmado ou mais motivado, porque terá a acompanhar o Senador Cyro a figura extraordinária da Senadora Ana Amélia.

Assim, seja na discussão do Plano Nacional de Educação, seja na discussão de diversas outras questões afetas à cultura e ao esporte, o PSDB sinaliza, de forma muito clara, que, não apenas na retórica, mas na sua ação política, a educação é, de todas, a sua maior prioridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Pedro Simon, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, é uma honra e uma alegria ser presidido por V. Exª, Senador Pedro Simon. É o nosso decano, não só pelo tempo de mandato, mas pela competência e pelo respeito que V. Exª tem de todos nós, seus pares, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Principalmente, porque dura pouco tempo: 1h30 e terminou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Exª abrilhanta a Comissão por esta passagem na presidência.

Eu quero aqui parabenizar a gestão anterior da Comissão, com o Senador Requião.

Eu quero aqui dizer, como já foi dito pelo nosso Líder, Senador Aloysio, e pelo nosso Presidente, Senador Aécio Neves, e pelos demais membros da Bancada, que foi uma opção do PSDB a escolha da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. O PSDB demonstra, com isso, como bem disse o nosso Presidente Aécio Neves, que o PSDB não luta por casos, mas por causas. A causa da educação é que é importante para o nosso País.

A escolha do Senador Cyro Miranda para assumir a Presidência desta Comissão foi uma escolha unânime da Bancada do PSDB, que reconhece no Senador Cyro Miranda a sua competência, a sua seriedade, a sua determinação, o seu dinamismo em fazer uma ação em prol do nosso País, na área de educação.

É uma bandeira que, lá atrás, nos governos Fernando Henrique, foi empunhada pelo PSDB e que avançou bastante. Temos aqui de relembrar a aprovação do Fundef – naquela altura, lamentavelmente, não aceito pelo partido que está no Governo de hoje, que o ampliou para o Fundeb, o qual teve a aprovação de todos nós.

Quer dizer, é com ações nesse sentido, como bem disse o Senador Aécio, que chegamos à universalização. Temos de lutar agora – e tenho certeza de que o Senado Federal fará isso, com a contribuição da Comissão de Educação – pela qualidade do ensino.

E não poderia ser... Quero aqui festejar, Senador Cyro Miranda: qualquer membro do Senado que fosse seu parceiro na Comissão de Educação estaria muito bem colocado. Mas a Senadora Ana Amélia foi a escolhida para acompanhar V. Exª, na Vice-Presidência da Comissão, e não poderia haver melhor escolha. É uma Senadora respeitada por todos nós. Ela é determinada, combativa, está presente em todos os debates, em todas as sessões, e vai ajudá-lo.

Vai ajudá-lo e a todos nós, Senadora Ana Amélia.

Quero lamentar, Senador Pedro Simon, não fazer parte como membro da Comissão de Educação. Eu tive atribuições do nosso Líder, Aloysio Nunes Ferreira, para estar em outras comissões e não pude estar aqui, com o Senador Cyro, com a Senadora Ana Amélia e com os Senadores membros da Comissão. Mas nem por isso deixarei de participar dos debates. Estarei aqui como soldado – soldado do Partido, soldado da Comissão e soldado do Brasil.

Eu disse, há pouco, na Comissão de Infraestrutura... "Ah, é oposição". Não, não sou oposição. Sou a favor do Brasil. O que for a favor do Brasil todo o PSDB vai votar em conjunto, de forma coesa. Agora, quando é questão partidária, midiática, aí sim a gente tem de fazer alguns contrapontos.

Quero parabenizar o Senador Cyro, a Senadora Ana Amélia e desejar que Deus abençoe ambos, para que a Comissão de Educação possa, efetivamente, Senador Cyro, Senadora Ana Amélia, contribuir, para que o Brasil tenha na educação um ponto de apoio para dar um crescimento na qualidade da sua sociedade.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agora, Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Senador Cyro, eu não poderia deixar... Como tocantinense, sinto-me um goiano e, como goiano, sinto-me um tocantinense.

No início desta legislatura, V. Exª chegou a esta Casa como suplente de um grande político hoje, em nosso País, que é o nosso Governador Marconi Perillo.

Vindo da iniciativa privada como eu, sabendo das dificuldades que nós temos – na época, não políticos –, quero parabenizá-lo por esse brilhante trabalho, Senador Cyro, que V. Exª desenvolveu nesses dois anos. A prova disso é que hoje o Partido aclamou o seu nome à Presidência desta tão importante Comissão de Educação.

É sabido por nós todos que a educação é a base de uma nação e que ela é um dos grandes gargalos do crescimento do nosso País.

Mas, Senador Cyro, vejo que V. Exª é um privilegiado. É um privilegiado, primeiro por ter sido escolhido para assumir esta Comissão; segundo, por ter como Vice essa brilhante Senadora, que também chegou ao Senado em 2011. Com uma Vice dessa categoria, Senador Cyro, dá para fazer um grande trabalho, não tenho dúvida disso.

Por fim, V. Exª como suplente honra todos os suplentes desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, a mim me honra muito participar desta Comissão. Vou me esforçar, até porque terei outras atribuições neste semestre. Acho que a Comissão que estuda a reforma do Código Penal há de consumir muito tempo e é preciso mesmo que se dedique tempo para não se fazer algo, um mostrengo ou alguma coisa pior do que já existe no Código Penal Brasileiro.

Penso que esta Comissão estará em boas mãos com o Senador Cyro e com a nossa querida Senadora Ana Amélia. E certamente vai propor o que há de mais importante no combate e na saída desse submundo da violência que vivemos hoje no Brasil.

Não são programas editados pelo Governo Federal. Programa de Combate ao Crack. Lamento. Mas não leva a lugar nenhum. Governos estaduais... Pode haver até boa intenção para dar uma resposta, mas o *crack* não é o último dos mundos. O problema do Brasil é bebida alcoólica, não é *crack*. Não vai se fazer um programa para cocaína, um programa para maconha, só se fala em *crack*. Hoje, os paraplégicos, os tetraplégicos, os órfãos do Brasil, as viúvas do Brasil em sua grande maioria não são advindas do *crack*, mas da bebida alcoólica. E esta Comissão pode fazer esse enfrentamento como um todo, porque a nossa saída... E falo aqui do alto da experiência de quem está há 35 anos tirando drogados das ruas e de quem tem uma instituição respeitada sem qualquer participação do Governo.

E não vou precisar. E quero dizer que isso pode ser um modelo, porque temos uma geração no Brasil que já morreu confinada nas drogas. Mas ainda há outra que parte pode ser salva. Entidade de recuperação é uma UTI, aonde não se sabe se o sujeito que vai para lá se salva ou não. Mas há uma geração que pode ser plenamente salva pela via da informação.

A informação forma. A falta de informação produz a deformidade. E a deformidade da sociedade brasileira é a falta de informação, Senador Aloyzio, Senadora Ana Amélia.

Só esta Comissão poderá propor a reedição da 6368, que foi plenamente extinguida. A 6368 mandava instituir tudo sobre drogas nas escolas do Brasil. Isso há pouco mais de 40 anos. Se isso tivesse sido feito há 40 anos, hoje uma geração dos últimos 35 anos que já são pais de família, quem sabe alguns já tenham morrido ou estão hoje nos presídios ou cometendo barbaridades nas ruas, não teriam entrado no submundo das drogas.

O que propunha a 6368? Senador Pedro Simon, o que estou falando aqui falei ao Presidente Lula. Aliás, a ele eu dei por escrito. E Falei à Presidente Dilma, e usei estes termos com ela: Presidente, pode ser o grande golaço do seu mandato. Institua estudos sobre drogas no Brasil. Porque falar em um programa para erradicar o *crack* no Brasil é jogar conversa fora. Temos que falar de vício.

Essa medida pode ser reeditada, e só a Comissão de Educação pode ajudar o Brasil. A 6368 dizia: institua estudos sobre drogas nas escolas do Brasil. Ou seja, estudar sua historicidade, os seus malefícios morais, físicos, psicológicos, sociológicos e familiares. Ora, se um sujeito em uma rodovia, numa estrada qualquer e vê uma placa dizendo que a 100 metros há uma ponte que caiu. A chance de o sujeito que sabe ler cair nesse abismo é zero. Ele sabe ler, recebeu uma informação. Mas a chance do analfabeto de cair é também de 100%, porque ele não sabe ler. E esse é o abismo do submundo das drogas, as pessoas não receberem informação.

Ora, hoje, nos hospitais, há milhões de pessoas com câncer de laringe, de traqueia, na mucosa da boca, provocada pelo cigarro, porque lá atrás, há 40 ou 50 anos, não lhe disseram dos malefícios e do poder cancerígeno do cigarro, do tabaco. E essas pessoas hoje lamentam pela informação que não receberam.

Então, só uma Comissão de Educação poderá ajudar o Brasil e poderá propor colocar nas escolas do Brasil estudo sobre drogas. Só uma Comissão de Educação que tem uma Subcomissão de Desporto,

porque a grande saída deste País é o esporte, o País tem vocação para pisar no topo, para ficar no primeiro lugar no pódio em qualquer esporte. Instituir a abertura da escola pública no Brasil nos finais de semana, para a prática de esporte. Um Brasil hoje que tem do futebol de areia ao futebol de campo, ao vôlei, ao basquete e, nas artes marciais, os olhos do mundo estão voltados para nós. Pode-se colocar nas comunidades de risco, lá dentro, jiu-jítsu, muay thai, boxe. E há professores sobrando para arrefecer a violência neste País. Só uma Comissão de Educação pode fazer isso.

Chamo atenção do Senador Cyro e da nossa queria Vice-Presidente, que integrou uma Subcomissão de Estudo de Droga nesta Casa, porque esta Comissão pode propor essa saída, de uma forma contundente. Está aqui a Senadora Ana Rita, que é do meu Estado. Há 35 anos tiro drogado da rua. É a minha vida, é o ar que eu respiro. E sei exatamente do que estou falando. É a atividade que exerço. Não sou mantenedor de uma instituição. Eu exerço essa atividade, é o que eu vivo, é o que eu faço. Tenho um centro de treinamento dentro de minha instituição de drogados, Senador Pedro Simon, que tem cinco atletas no UFC americano saídos das ruas, debaixo das pontes, drogados, fumando *crack*. Ora, tem saída! Tem saída!

Mas é preciso ter humildade para ouvir as pessoas, ouvir coisas que deram certo neste País e que são a saída. É uma falácia um país que glamoriza a bebida alcoólica falar que vai resolver o problema fazendo um programa para o *crack*, que colocou não sei quantos milhões na saúde, porque agora a saúde vai comprar leito...Comprar leito para colocar viciado em *crack*? Mamãe, me acuda! De onde veio isso? E depois que acabar o soro dele, vai colocá-lo onde? Onde? Isso é uma brincadeira de mau gosto!

A nossa saída é a prevenção. E é por isso que aposto tanto a minha vinda para esta Comissão, porque ela pode propor medidas preventivas para este País. É possível que não vejamos o resultado imediato. O Governo poderá ter resultado em médio prazo chamando as instituições. V. Exª é católico, é franciscano e sabe que as instituições religiosas abnegadas, com verdadeiro procedimento sacerdotal, tirando os drogados da rua e colocando-os dentro de casa, de cômodos, de apartamentos, de casas alugadas, de sítios, até mesmo nos fundos da igreja, são o motivo para não ter apodrecido ainda totalmente. São essas instituições, que não custam nada, que não precisam contratar ninguém. É preciso colocar a Anvisa no seu devido lugar, porque a Anvisa não pode escrever uma regra dizendo que quem tirar quatro, cinco drogados da rua tem de ter uma cozinha industrial em casa, tem de ter beliche de ouro, ou não terá condições e terá de mandar o drogado de volta para a rua e fechar a porta. Todas essas piadas poderão ser resolvidas por esta Comissão.

Por isso estou feliz de estar aqui, Senador Cyro, e poder colaborar. Acho que essas propostas para o Governo marcam um momento novo na vida do País e, sem dúvida alguma, determinam um novo marco na vida da Comissão de Educação. Se V. Exª e a Senadora Ana Amélia encerrarem este biênio com a aprovação da instituição de estudos sobre drogas nas escolas do Brasil, V. Exªs entrarão para a história como participantes do momento mais importante no combate à violência neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente, até porque a hora está avançada, mas eu não poderia deixar de fazer uma manifestação em torno da eleição do Senador Cyro Miranda e da Senadora Ana Amélia, que reputo a dupla do barulho, da melhor qualidade.

Senador Cyro, conheço V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu não entendi...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Dupla do barulho, ruidosa, efetiva, marca gol, são atuantes...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Senadora Ana Amélia é da turma do barulho?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não, é uma dupla do barulho, é uma dupla do barulho, ela constitui uma dupla do barulho.

Senador Cyro Miranda, eu conheço V. Exª há bastante tempo e sei que V. Exª é um executivo de mão cheia, e é disso de que nós precisamos aqui.

Nós vivemos num país que se ufana de ser, dependendo do câmbio, a oitava, a sétima, a sexta, a nona ou a décima economia do mundo, só que há um detalhe que nos envergonha, que é a distribuição de renda, o desnível social que existe em nosso País, e a base da questão do desnivelamento social é a educação.

V. Exª vai presidir uma comissão que eu reputo da maior importância. Eu, quando fui reeleito Senador pela quarta vez, fiz, na minha campanha eleitoral, uma profissão de fé: fazer do meu mandato um instrumento em favor da juventude e da educação. E tenho feito isso, lá no meu Estado tenho feito isso – acabei de entregar, agora, 147 ônibus escolares para combater a evasão escolar na área rural. Acabei de uma vez por todas, ou quase acabei, com essa história de estudante filho de agricultor ir para a escola em caminhonete, em cabine, ou em carroceria de caminhão, exposto à poeira e ao sol – depois de uma semana ou um mês,

a criança termina largando a escola e voltando para o cabo da enxada, pelo desconforto.

Eu acho que a educação de terceiro grau é importante, a de segundo grau também, a profissionalizante é muito importante, mas eu acho que nós temos de nos debruçar é sobre a educação fundamental, onde se começa a aprender a ler e a escrever, que é onde está o maior problema do Brasil, a educação fundamental.

Eu queria aqui fazer um pedido a V. Exª. Na discussão dos diversos assuntos que esta Comissão vai levar a efeito, dê a devida prioridade à discussão dos assuntos voltados para a educação fundamental, para o primeiro grau, para o ensino fundamental no campo, nas cidades, nos arrabaldes, porque é aí onde mora o nosso maior problema. Sei que V. Exª, que é um Senador aplicado, dedicado, bom executivo, vai tirar de letra essa Presidência – e com o apoio da Senadora Ana Amélia, que é uma craque, vai ficar ainda mais fácil!

Com estas palavras, eu quero manifestar a minha absoluta confiança no exercício da Presidência para cuja ocupação V. Exª vai lograr êxito daqui a dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Senadora Ana Amélia vai falar? Não vai?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só depois de eleita.

Eu aproveito, Presidente, para avalizar tudo o que disseram até agora, por economia processual. Os meus cumprimentos a Ana Amélia e a Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Há uma proposta de que a votação seja por aclamação. Se nós considerarmos que houve unanimidade nas manifestações e terminamos de fazer o mesmo na Comissão de Constituição de Justiça...

Então, por aclamação, está em votação o Senador Cyro Miranda para Presidente e a Senadora Ana Amélia para Vice-Presidente. *(Palmas.)*

Eu convido os dois a assumirem seus lugares.

Pergunto aos membros da Mesa se eu posso levar este negócio para casa, para mostrar que eu tive uma vez, ainda que eventual...

(O Senador Cyro Miranda assume a presidência.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, permita-me, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com muito prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei que quebra o protocolo, mas, como eu saí e a escolha foi por aclamação, eu quero participar da aclamação. Por isso, eu quero fazer isto aqui *(bate palmas),* é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o meu voto!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª abrilhanta muito mais ainda essa escolha.

Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero agradecer as palavras carinhosas de Aloysio, Randolfe, Aécio, Flexa, Ataídes, José Agripino, Senador Malta, e, por último, também, meu querido amigo.

Presidente Pedro Simon, obrigado pelas condições de trabalho, obrigado pela deferência da aclamação.

O Senado Federal, por intermédio de cada uma das comissões, tem-se transformado num foro permanente de debates dos grandes temas da Nação.

Sob a Presidência do nobre Senador Roberto Requião e a Vice-Presidência do Senador Paulo Bauer, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou audiências públicas sobre diversos temas, com a contribuição de todos os membros. Entre essas audiências, destacam-se nove cujo objetivo foi antecipar o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Merece destaque, também, o ciclo de sete audiências sobre o Financiamento da Educação Básica. Como resultado, será publicada, no mês de março, uma edição da revista *Em Discussão* dedicada ao tema.

Entre outros temas debatidos, merecem relevo a educação especial e o Novo Acordo Ortográfico, por exemplo, além da apreciação de dezenas de proposições de fundamental importância para os destinos do Brasil.

Ao assumir a Presidência da Comissão de Educação quero parabenizá-los pelo trabalho realizado e dizer que desejamos seguir no mesmo rumo.

Ser Presidente da CE é motivo de grande orgulho, mas, com certeza, uma tarefa de extrema responsabilidade, diante dos desafios que se impõem ao Brasil nos campos da educação, do esporte e da cultura.

A CE deverá apreciar, em caráter terminativo, o Plano Nacional de Educação, lei de fundamental importância para o Brasil.

Todos nós sabemos que não há como pensar no desenvolvimento sustentável do País sem uma educação de qualidade, capaz de preparar as gerações para a sociedade do conhecimento.

A educação de qualidade tem um efeito multiplicador ilimitado. Um povo educado e preparado para exercer o espírito crítico, com certeza, terá mais condições de escolher os representantes políticos em todos os níveis da Federação, bem como de influenciar os rumos dos governos federal, estadual e municipal.

Exatamente por essa dimensão alcançada pelo ensino e pela formação de nossos jovens e adultos

que me sinto honrado em presidir uma das mais importantes comissões do Senado Federal.

Um país para ter prosperidade precisa educar para o exercício da cidadania, e isso é, sem dúvida, uma das tarefas primordiais do Estado, que precisa ser acompanhada de perto pelo Senado Federal.

É nesse sentido, também, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte deve fazer um acompanhamento especial quanto à destinação dos recursos oriundos do pré-sal.

Há consenso entre o Governo e a ampla maioria do Congresso Nacional que esses recursos deverão ser destinados à melhoria da educação. A CE, portanto, deve estar atenta para garantir essa prioridade, que precisa ser vista como uma questão de Estado.

Quando falamos em educação, falamos necessariamente, também, em cultura e esporte. Esse trinômio é a base para garantir a formação integral dos alunos.

No campo do esporte, caberá à CE a tarefa de acompanhar as ações voltadas à organização da Copa do Mundo em 2014 e aos preparativos das Olimpíadas de 2016. O Brasil investe vultosa soma de recursos para realizá-las, e a CE tem o dever de contribuir para um debate que transcende os preparativos e os eventos.

As obras para a Copa e as Olimpíadas precisam ser transformadas num legado útil para a formação de nossos jovens e adultos, sobretudo no sentido de fomentarmos as categorias de base, tão carentes ainda de instalações adequadas para atingirem os níveis de competitividade desejados no cenário mundial.

Garantir que a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 alcancem esse objetivo maior é um desafio. Nem todos os países que realizaram eventos dessa natureza foram capazes de traçar um plano para utilizar as instalações em favor do desenvolvimento das novas gerações do esporte.

Em relação à cultura, esse bem comum que nos entrelaça e une na diversidade de nosso povo e de nossa gente, teremos a apreciação da Nova Lei Rouanet, agora denominada "Pró-Cultura". Serão definidas e reguladas as formas de financiamento para a cultura no setor tanto público quanto privado, este por intermédio da renúncia fiscal.

Entendo que a arte e a cultura ainda constituem no Brasil um domínio carente de maior proteção do Estado e de difusão, sobretudo a cultura regional, muitas vezes ausente nas grandes mídias.

Como Presidente da CE, desejo ser, sobretudo, um mediador, capaz de ajudar a Comissão e todos os pares a confluírem para o bom senso, construído por debates em favor da legitimidade de cada opinião e dos interesses maiores do Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, a presidência de uma Comissão é uma tarefa que se exerce, de forma democrática e coletiva, com apoio de todos os Senadores, num esforço de cumprirmos uma agenda positiva e pró-ativa.

Quero agradecer a cada um dos membros desta Comissão, que nos elegeram, e ao meu Partido, o PSDB, pela confiança depositada para uma tarefa de tamanha envergadura. É um presente poder saber que poderei contar com Vice-Presidente da estatura da Senadora Ana Amélia – parceira, companheira, atualmente em favor das causas e dos interesses do Brasil.

Não tenho certeza se terão o melhor presidente de comissão, mas tenho a certeza de que terão a melhor vice-presidente dessas comissões. *(Palmas.)*

Tenho certeza de que contarei também com o valoroso trabalho que tem sido realizado pela equipe da Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em especial o servidor Júlio Linhares, que capitaneia essa equipe tão valorosa, pelo empenho e dedicação.

Muito obrigado a todos, desejando que tenhamos sucesso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com muito prazer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para registrar e oferecer as congratulações do nosso Partido, PCdoB, a essa dupla que já se dedicou intensamente à nossa Comissão, em debates, muitas vezes também, difíceis.

Todos estes temas foram aqui abordados: a questão da formação superior, do ensino médio, técnico, profissionalizante, a expansão desse ensino, a questão do ensino fundamental, o dilema que vivemos ainda com a ausência da educação infantil na maioria esmagadora dos nossos Estados. Quer dizer, as creches que precisam ser ampliadas, creches-escola, com formação de qualidade, alfabetização na idade certa.

O Governo acabou de anunciar um programa de erradicação da miséria, digamos assim, no nosso País, e nós podemos, com busca ativa, saber onde estão os miseráveis, onde estão os mais pobres, que estão fora dos cadastros. E onde estão os analfabetos, os analfabetos adultos, jovens analfabetos. Onde eles estão?

Temos de propor a busca ativa também na área da educação. É um esforço grandioso que tenho a convicção de que tanto V. Exª como a Senadora Ana Amélia têm condição de propor ao Governo: agir em duplo sentido. Nós podemos fazer a fiscalização, podemos fazer a crítica e podemos dar a nossa contribuição, que é muito importante para destravar determinadas

ações que são do Brasil. Quer dizer, é o Governo, mas é o Brasil.

O Plano Nacional de Educação tem como comissão principal, a mais importante, de mérito no Senado, a Comissão de Educação. Claro, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos, passa na Comissão de Constituição e Justiça, mas esta é a Comissão de mérito principal, a mais importante. Então, penso que temos de nos debruçar de imediato sobre a matéria. Não devemos esperar que ela chegue aqui da Comissão de Constituição e Justiça , da Comissão de Assuntos Econômicos. Já devemos começar um amplo, grande e profundo debate com as instituições ligadas à questão, principalmente a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e congregar a essas duas instituições as confederações de trabalhadores, que estão ávidas para discutir o plano, que já vem sendo discutido pelo Governo intensamente. Temos de agregar esses setores tão importantes da vida social do nosso País, que são os trabalhadores da área de educação e os estudantes brasileiros, a nossa juventude. Acho que temos de abraçá-la, ele que vai substituir a nossa Mesa anos adiante, mas temos de tratar bem dela agora, para que ela possa cumprir o seus desígnio de conduzir o Brasil para ser uma economia permanentemente em crescimento, e dando satisfação ao nosso povo, para a gente não ficar brigando por definir de quem é o PIB maior – se é o nosso, se é o de outro país, etc. Precisamos ter qualidade de vida para o nosso povo, e a base dela é a formação, é a preparação.

Por isso, quero dar os meus parabéns a V. Exª, Senador Cyro Miranda; nossa Senadora Ana Amélia, e essa passagem fulminante, mas brilhantes, do Senador Pedro Simon pela presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Realmente, esses pontos relevantes serão levados em consideração de imediato. Gostaria de passar a palavra para a nossa Vice-Presidente desta Comissão, que nos orgulha muito por ter como companheira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, meu querido amigo, Presidente Cyro Miranda, e Senador Pedro Simon, que orgulha a Bancada do nosso Estado no Senado Federal, ao lado do Senador Paulo Paim.

Eu queria agradecer a todos os Senadores e Senadores, já nominados pelo Senador Cyro Miranda, pelas referências. O desafio que temos é muito grande. Queria registrar também o trabalho feito pelo Senador Roberto Requião no comando desta Casa. Serão estilos diferentes, mas igualmente comprometidos (o Presidente e eu) em realizar o máximo possível. Não faremos mais, não por falta de empenho, talvez por falta de capacidade, mas empenho de nossa parte haverá.

Essa Comissão – e eu queria agradecer ao Senador Inácio Arruda por mostrar a relevância que nós temos –, as prerrogativas da Comissão Temática de Educação Cultura e Esporte devem prevalecer. Podemos aceitar exceções? Sim, ao transferir diretamente ao plenário matérias relevantes. Mas a Comissão precisa ter sua prerrogativa preservada. Não tenho dúvida de que o Senador Cyro Miranda terá o compromisso de resgatar esses valores e essa importância.

Nós tivemos, na legislatura passada, temas relevantes. Fui Relatora da Lei Geral da Copa e tivemos um trabalho bastante relevante aqui graças à competência e dedicação da Assessoria Técnica, liderada por Júlio Linhares. Também pudemos aqui fazer um trabalho que talvez os Srs. Senadores e Srªs Senadoras não tenham, digamos, quantificado a origem do trabalho feito nessa Comissão, casualmente capitaneado pelo Senador Cyro e por mim, como também com o apoio da Senadora Lídice da Mata, relativamente à questão do Acordo Ortográfico Brasileiro. Foi um trabalho que sensibilizou o Governo – felizmente. Um decreto da Presidente prorrogou a vigência desse Acordo que tinha muitas implicações.

Na relação político-diplomática com Portugal, cujo acordo só vai vigorar em 2015, ter um gesto de boa vontade com um País mergulhado em uma crise europeia, era necessário que o Brasil também fizesse isso. Os demais países de língua portuguesa, da mesma forma, ou não tinham aprovado em seus respectivos Congressos ou ainda estavam em dúvida a respeito disso. Nada melhor do que dilatar o tempo para examinar, com mais cuidado, um tema que é de interesse de todos os países de língua portuguesa. Então, eu queria fazer esse registro para dar uma demonstração do empenho que tem o Senador Cyro Miranda nesses aspectos.

Por fim, o Senador Magno Malta fez uma referência com relação às drogas. Talvez, haja falta de comunicação. Nosso querido Líder do Governo, Senador José Pimentel, poderá fazer isso. Eu tive a oportunidade, com muita honra, de receber a visita da Drª Paulina Duarte, titular do Senad – Departamento de Combate às Drogas do Ministério da Justiça – que me deu uma informação alvissareira nesse aspecto mencionado pelo Senador: 42 mil professores estão sendo treinados, neste momento, para fazer um trabalho de inserção do tema "Prevenção às Drogas" nas escolas públicas do País.

Esse trabalho tem uma relevância muito grande e conta com a habilidade e o talento de Maurício de Sousa na elaboração do material didático de manuseio

das crianças, dos professores, em primeiro lugar, e também dos pais. Não há como combater um problema dessa natureza e dessa gravidade sem o envolvimento de toda sociedade. Não é só uma missão desta Comissão ou do Governo Estadual ou Municipal, mas de toda sociedade com os Governos que devem ser os estimuladores.

A iniciativa de levar para a escola a orientação me parece muito relevante, porque a prevenção e a informação são fundamentais nesse processo. Eu queria agradecer a todos os Srs. Senadores pela confiança. Quero dizer a vocês também que, particularmente, esse gesto de aclamação aqui para mim hoje tem um significado muito especial. Além dos 30 dias da tragédia que abalou Rio Grande, em Santa Maria, hoje também faz dois anos que eu perdi o marido que eu amei muito durante 40 anos. Muito obrigada! (Palmas.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não... Senador Moka, Presidente da Comissão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rapidamente, Senador...

Eu faço parte da Comissão e não pude votar em função de que estava também sendo eleito o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais junto com a Senadora Wanessa Grazziotin. Mas eu quero dizer, de público, que eu acho que a indicação de V. Exª e dessa extraordinária Senadora Ana Amélia, eu tenho certeza... E queria já desejar, ao tempo em que me congratulo com V. Exªs para dizer que é importante que a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, sobretudo nesta questão, por exemplo, relacionada a drogas – só para citar um exemplo – que a gente possa estabelecer uma relação e uma sintonia muito fina, no sentido de cuidarmos juntos. Na maioria das vezes, essas questões sociais são precedidas de cuidados educacionais de gente que milita na área de educação.

Então, eu saúdo e desejo sucesso ao Senador Cyro e à nossa querida Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Também o parabenizo pela presidência da Comissão de Assuntos Sociais, que hoje, presidida por V. Exª, terá, com certeza, um êxito muito grande.

Pelo mesmo motivo, Senador Moka, não pude estar presente, porque coincidiram os nossos horários. Também pertenço à sua Comissão.

Certamente, eu e Ana Amélia estaremos em parceria com a sua Comissão, porque uma é continuidade da outra.

Muito obrigado.

Com prazer, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, antes de encerrar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Cyro Miranda, minha querida Senadora Ana Amélia, eu a cumprimento duplamente. Primeiro, por exercer o belo mandato de Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, por ser uma companheira do meu partido. Essa é uma alegria muito grande para nós.

Cumprimento o eminente Senador Pedro Simon, uma das referências do Senado Federal e da política deste País.

Quero cumprimentar, Cyro, V. Exª por essa oportunidade que a atividade política proporciona aos homens públicos.

Você tem sido uma referência no que diz respeito ao Parlamento nacional. Convivo com V. Exª mais de perto e senti, tenho sentido a sua preocupação com essa área da educação.

Quando Presidente, ou quando Relator do Orçamento da União de 2012, de 2011 para 2012, V. Exª fez um trabalho da melhor qualidade como Relator na educação, na Comissão de Orçamento.

É muito importante para todos nós, porque tenho certeza absoluta de que, ao lado dessa guerreira, mulher, Ana Amélia, vocês farão, com todos nós da Comissão, um bom trabalho para ajudar a educação do meu País.

Nós temos uma dificuldade enorme, e eu gostaria de fazer ver, aqui, que toda a minha carreira acadêmica eu fiz na escola pública.

Daquela época para cá, houve uma espécie de, não sei, desestímulo ou mudanças de regras. O fato é que a educação pública do meu País não tem tido a relevância que tinha na época em que fui estudante do curso primário, do ginásio, do curso de segundo grau científico e técnico, e, depois, universitário.

Então, precisamos, na verdade, fazer um trabalho para ver se a gente tem condições de ajudar a melhorar a qualidade da educação pública no País, até porque quem pode paga a educação na escola privada e quem não pode – a grande maioria dos brasileiros – utiliza a escola pública para uma qualidade de vida melhor no futuro.

Ninguém chega a lugar algum sem que seja através da educação.

Isso tem sido o tema fundamental do mundo.

Estive, recentemente, lendo algumas informações no que diz respeito à Coreia do Sul.

Que coisa fantástica, Ana Amélia! Que maravilha um país daquele tamanho ser, hoje, uma potência

mundial! Por quê? Porque, lá, se investiu, realmente, na educação dos jovens e na qualidade do ensino.

Isto é o que precisamos fazer: mais investimentos na educação e, consequentemente, trabalhar pela qualidade da educação, para que a gente possa ter um País desenvolvido. Sem isso, continuaremos a ser exatamente aquilo que somos hoje.

A minha Região, que é a Nordeste, tem sido um depósito de analfabetos, de pessoas sem a mínima condição.

Estamos, agora, sendo castigados por uma seca nunca vista na história desses últimos cem anos. É uma coisa arrasadora.

O Nordeste vai continuar lutando, bravamente, para ter um espaço reservado no cenário político, econômico e social deste País. Agora, precisamos fazer um grande trabalho. Tenho certeza de que, sob o comando de V. Exª e ao lado desta extraordinária Senadora e mulher que é Ana Amélia, nós iremos fazer um bom trabalho aqui.

Eu quero me colocar à disposição, como membro desta Comissão, para que possamos, juntos, se Deus quiser, alcançar os objetivos que é a qualidade da educação do meu País, para que todos nós possamos nos orgulhar do que somos e do que poderemos ser, no futuro.

Parabéns e que Deus os ilumine para fazermos esse trabalho em benefício da população que precisa da educação pública no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Parabenizo-o também pela comissão que vai presidir, a Comissão da Agricultura, uma das grandes e importantes comissões na nossa Casa. Espero que sobre sempre um tempo para a sua colaboração, que é imprescindível, nesta Comissão.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria me congratular com o Senador Cyro e com a Senadora Ana Amélia e dizer que V. Exª fez muito bem, quando, de alguma maneira, teve de fazer esta escolha, ao escolher a Comissão de Educação. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a educação tem de ter centralidade absoluta na agenda do País.

E a educação dialoga com dois desafios da sociedade brasileira, algo que nos aponta para superar passivos que nós acumulamos na nossa história recente, traduzidos nesse déficit de qualidade da educação, mas que, ao mesmo tempo, nos liga à nova agenda, que é a agenda que nos coloca o desafio de desenvolver competências novas, para que o nosso País possa ser o país que nós desejamos.

Lembro a V. Exª, que é um homem do setor privado, a importância também da educação para o trabalho, da educação e da qualificação profissionais. Temos hoje um programa de grande amplitude, que tenho certeza de que vai representar uma importante contribuição, para qualificarmos a mão de obra do País, que é o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Creio que esta Comissão terá também de fazer uma avaliação desses programas, para que possamos, eventualmente, corrigir rumos, ajudar na correção de rumos e, sobretudo, buscar a eficiência desses programas.

Quero me congratular com V. Exª. Tenho certeza de que vai se desempenhar muito bem no cumprimento dessa missão. Essa sua tarefa será sobremaneira suave, na medida em que terá a seu lado uma das mais competentes Senadoras do Congresso Nacional, que é a Senadora Ana Amélia, que tem sido diligente e onipresente, eu diria, e que vai, eu tenho certeza, dar mais uma grande contribuição a esta Casa, ao seu lado, na Comissão de Educação.

Sucesso e felicidades a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pelas suas palavras carinhosas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor continua sendo indispensável nesta Comissão, até para, juntos, desenvolvermos esse trabalho junto às empresas, em que V. Exª milita há muitos e muitos anos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente Cyro, Senadora Ana Amélia, eu não pretendia me pronunciar, até avalizei o pronunciamento dos colegas, mas me ocorreu agora a lembrança de um nome histórico, cuja foto está ali. Trata-se de João Calmon, que espero que seja a inspiração de V. Exª e do Senador Ana Amélia na condução dos trabalhos desta Comissão. Uma figura emblemática que passou por esta Casa, um militante da educação, um professor, um defensor da educação em tempo integral, dedicação exclusiva. Tenho certeza de que V. Exª seguirá os seus passos, presidindo esta Comissão com muito entusiasmo, porque creio ser um momento crucial para a vida do País e esta Comissão tem de alcançar o patamar que dela se exige.

É uma comissão essencial. Ela tem de adentrar as portas das nossas universidades, ela tem de conviver com os nossos estudantes em todas as esferas do ensino no País. Ela tem de buscar essa energia

jovem para produzir aqui as mudanças na legislação que o País exige, para que possamos alcançar níveis de desenvolvimento que ainda não alcançamos. Por exemplo, em dois anos, 2008 e 2009, nós tivemos uma evasão escolar nas universidades brasileiras de cerca de 900 mil estudantes universitários – deixaram as universidades! Isso significa, segundo os especialistas, um prejuízo de R$9 bilhões para o País.

Eu creio que essas questões não estão sendo devidamente consideradas pelo Poder Público, por isso a importância desta Comissão.

Os meus cumprimentos a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Estamos certamente muito bem liderados e nos colocamos todos à disposição, para que a Comissão de Educação possa, realmente, produzir a favor do Brasil, num ano em que se vai debater o Plano Nacional da Educação, o marco regulatório da cultura; em que vamos debater questões ligadas à Copa do Mundo, à Olimpíada; em que vamos debater aqui questões ligadas ao aproveitamento de recursos do petróleo, dos *royalties* do petróleo – e do pré-sal, eventualmente – para a educação.

Enfim, são questões essenciais, que passarão por esta Comissão, sob a liderança de V. Exªs.

Os nossos cumprimentos e votos de sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, V. Exª que é um entusiasta do esporte e nosso sempre líder. Conto sempre com sua presença e colaboração também, nesta Comissão.

Com muito prazer, concedo a palavra à queridíssima Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

Queria aqui, também, parabenizar V. Exª pela Presidência desta Comissão e a Senadora Ana Amélia pela Vice-Presidência. Temos absoluta confiança em que os dois irão realizar um trabalho muito importante, à altura da importância desta Comissão de Educação, no momento em que o País discute o Plano Nacional de Educação; em que se definem metas claras, estratégias, para melhorar a qualidade da educação em nosso País e para ampliar a oferta da educação infantil para as nossas crianças, bem como o ensino médio, tecnológico e profissionalizante; em que o Governo brasileiro está fazendo alto investimento, visando à melhoria da qualidade do ensino técnico e também à melhoria da qualificação da mão de obra para o trabalho, à expansão das vagas nas universidades, com o programa criado, o Reuni, que ampliou as vagas em todos os cursos superiores em nosso País... Há a definição dos *royalties* do petróleo em 100% para a educação, que é uma defesa do Governo Federal, do Governo da Presidenta Dilma. Enfim, há muitos assuntos de extrema relevância para a educação em nosso País para serem discutidos aqui, nesta Comissão.

E queria dizer-lhe da nossa confiança em que os dois certamente vão realizar um belo trabalho, pelo perfil, pela postura que têm adotado nas comissões de que fazem parte e que acompanhamos. São dois Senadores atuantes, participativos e de grande comprometimento com o trabalho que realizam aqui, no Senado Federal.

Então, queria parabenizar, mais uma vez, a nossa amiga Senadora Ana Amélia – é muito bom ver as mulheres ocupando espaços de poder – e o nosso amigo Senador Cyro Miranda. Desejo-lhes um belo trabalho. Contem sempre com o nosso apoio aqui, nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela, V. Exª que sempre teve um olhar para a educação – desde há muito, pelo que conheço da sua história.

Tenho certeza de que esta é uma Comissão privilegiada. Com esse time de Senadores e Senadoras, nós vamos alcançar o nosso intuito e chegar bem perto do ideal.

Senador José Pimentel, Líder do Congresso e amigo, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Cyro, Senadora Ana Amélia, quero, primeiro, abraçá-los e parabenizá-los pela eleição e dizer que o que depender do Governo e deste Líder para ajudar nos trabalhos, nas audiências públicas, nos eventos que porventura entenderem necessários... Quero ficar à disposição dessa Mesa diretora dos trabalhos, para ajudar.

E queria desde já registrar que, entre as várias tarefas que esta Comissão terá, eu diria que uma das mais importantes é o Plano Nacional de Educação.

Nós pretendemos, por todo o mês de março, concluir os trabalhos a ele referentes na Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, como todos nós sabemos, a matéria vai à CCJ e, no mérito, vem para esta Comissão. Ali são 20 metas que estamos discutindo para os próximos dez anos. É uma verdadeira revolução na educação brasileira, em especial, no setor público.

Da criança de um dia até o seu pós-doutorado estamos tratando ali, com um olhar todo diferenciado, tendo clareza que a grande pobreza no Brasil hoje está nas crianças. O Brasil, ao se tornar a 6ª potência econômica do planeta, e ao criar um conjunto de políticas públicas para aqueles que estão acima de 60 anos de idade, resolvemos a questão da pobreza, seja com a

LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social, seja com a questão previdenciária, ou com outros mecanismos de políticas públicas. No entanto, o grande bolsão de miséria no Brasil está entre as crianças até 17 anos de idade e o seu pico é exatamente aos 9 anos de idade. Isso tem a ver com a questão da falta de responsabilidade da paternidade, ou seja, a menina ganha sua criança, mas o menino não assume a sua parcela; a família termina isolando essa menina e a consequência é esse grande bolsão de miséria.

Com o Programa Brasil Carinhoso estamos enfrentando esse problema, mas temos clareza de que somente com mais creches, escolas do ensino infantil de 4 e 5 anos de idade é que nós efetivamente vamos dar uma resposta mais concreta sobre isso.

Temos convicção também de que o Brasil de ter uma mão de obra mais qualificada, por isso esse esforço nas escolas técnicas federais. Hoje, com a ampliação dos institutos federais, estamos fechando 2012 com 420 institutos instalados, mas precisamos chegar a 600 institutos até 2015, conforme o planejamento do MEC, do Governo Federal e também dos Governos estaduais.

Temos clareza que o Brasil está hoje no pleno emprego; portanto, ampliação de vagas novas não será no ritmo dos anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, porque chegamos a um patamar em que a procura do emprego é bem menor do que o que tínhamos até então e a oferta já está sendo superior. No entanto, a falta da qualificação da mão de obra é o nosso grande problema. E aí o Pronatec, os institutos e a parte profissionalizante é decisiva. E sei do papel desta Comissão, do seu compromisso, particularmente da Senadora Ana Amélia e do Senador Cyro Miranda, que vão ter um olhar todo especial.

E nós que queremos ter uma presença muito forte no cenário internacional, precisamos ampliar a quantidade de jovens com a graduação, com universidade e também com os seus desdobramentos. E é por isso que o Programa Ciência sem Fronteiras e esse esforço para que, em 2030, 40% da população brasileira tenha graduação ou esteja cursando. Essas são as metas do Plano Nacional de Educação e, para isso, precisamos vincular 10% do PIB ao longo dos próximos 10 anos.

Por isso, eu venho aqui abraçá-los e dizer que, no que depender deste Líder, estarei à disposição para ajudar nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Sem dúvida esse apoio que V. Exª nos oferece é de fundamental importância. O senhor será o agente entre esta Comissão e o Governo para agilizar todas essas propostas que V. Exª mencionou.

Quero, em meu nome e em nome da Senadora Ana Amélia, agradecer não apenas a presença, mas o carinho e a confiança de todas as Srªs e Srs. Senadores e convoco para a próxima terça-feira, dia 5 de março, às 11h, reunião deliberativa ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

E declaro, com a graça de Deus e a benção, encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 2013.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Luiz Henrique e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Paulo Bauer, João Vicente Claudino e Magno Malta. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites de dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos". O relator designado é o Senador José Agripino e o parecer favorável é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos sele-

tivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino superior; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a realização de atividades curriculares nas instituições de educação básica e de educação superior; e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar aspectos referentes ao repouso do empregado". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 13)**. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 1/13-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, que requerem "... na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer separadamente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, com vistas a exporem as diretrizes e as prioridades das suas respectivas pastas para o ano. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011 e Requerimentos, de autoria do Senador João Capiberibe**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Apenas uma informação. Os senhores estão recebendo e vão receber em todas as nossas reuniões um informativo da CE. Esse primeiro foi apenas da eleição, mas nós vamos fazer um resumo e também uma compilação das principais atividades e dos artigos que saírem nos diversos periódicos sobre a educação, para que a gente tenha isso condensado e fique mais fácil para as Srªs e os Srs. Senadores interpretarem inclusive as discussões futuras.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 160, de 2012
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites de dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador José Agripino

Passo a palavra ao Senador Relator José Agripino, que vai relatar o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012, do Senador Fernando Collor, que altera os limites de dedução do Imposto de Renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos constantes na Lei nº 11.438, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. É a Lei de Incentivo ao Esporte.

Para tanto, em seu art. 1º, o Projeto propõe a alteração dos incisos I e II do § 1º do art. 1º da Lei de Incentivo ao Esporte, aumentando o limite para 4% do imposto devido relativamente à pessoa jurídica, manten-

do em 6% o limite para pessoa física, mas sem juntá-la no cômputo com as demais doações incentivadas.

Por fim, o art. 2º contém a cláusula de vigência: "A Lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação".

Na justificativa do Projeto, o autor lembra os megaeventos esportivos que se avizinham e a necessidade de aumento dos investimentos no esporte nacional.

Após a apreciação da Comissão de Educação, a matéria irá à análise da Comissão de Assuntos Econômicos, onde caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição, razão pela qual deixo de relatar emendas apresentadas. Eu é que apresento uma emenda.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete à CE opinar sobre as proposições que versem a respeito de normas gerais sobre desportos, entre outros assuntos.

Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 160, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Desta Comissão espera-se a análise sobre o mérito da proposição, que julgamos extremamente louvável, pois visa a trazer mais incentivos ao esporte brasileiro, sempre carente de recursos, não somente agora, em véspera de megaeventos que nosso País sediará, mas sempre, devido à importância do esporte como mantenedor de saúde, integrador das pessoas e promotor de novas oportunidades a muitos brasileiros.

Também acreditamos que o aumento do limite das deduções proposto criará mais incentivos para que mais empresas e pessoas físicas ajudem a promover as diversas modalidades esportivas.

Com relação à técnica legislativa, percebemos erro de redação na alteração ao inciso II, que corrigiremos por meio de emenda.

Ademais, não observamos óbice de natureza constitucional ou jurídica.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012, com a seguinte emenda:

Emenda de Redação ao PLS nº 160.

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, com a alteração proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º...

§ 1º....

II – relativamente à pessoa jurídica, a 6% do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual. Essa é a correção que apresentamos e submetemos à deliberação desta Comissão.

É o nosso voto e a nossa contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Agripino, só uma dúvida: relativamente à pessoa jurídica ou física?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Física. Pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor leu "jurídica".

Perfeito.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador José Agripino permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

Parabéns, Senador José Agripino, pelo relatório e pela sucinta explicação.

Nós estamos aguardando ainda, para o item 5... Ótimo. Senador Valadares, como sempre, onipresente. Muito obrigado pela presença, Senador Valadares.

Passamos, então, ao Projeto de Lei do Senado nº 316.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, de 2011
– Não Terminativo -

Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino superior; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a realização de atividades curriculares nas instituições de educação básica e de educação superior; e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar aspectos referentes ao repouso do empregado.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2– Na reunião do dia 20/11/12, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Cyro Miranda, nosso Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª, já que estamos articulando algumas emendas, com a participação do Governo Federal, a esse projeto, visando ajustá-lo a uma situação de consenso e de compreensão entre os membros desta Comissão. Sendo assim, eu pediria a V. Exª que o retirasse de pauta, a fim de que possamos, através desses entendimentos, consensuar a aprovação desse projeto. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª será atendido. Está retirado de pauta, portanto, o item 5. Assim que houver um entendimento, eu gostaria que o senhor reapresentasse esse projeto para, então, ser lido. Muito obrigado, Senador.

Há outros do Senador Valadares? Não.

Eu queria submeter a inclusão de um requerimento extrapauta, se os Srs. Senadores estiverem de acordo.

REQUERIMENTO Nº 001/2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer separadamente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, com vistas a exporem as diretrizes e as prioridades das suas respectivas pastas para o ano.

Subscrevem o Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente.

E explico o porquê: para que comecemos os nossos trabalhos sabendo das atividades e do planejamento dessas pastas.

Deixo em discussão. (*Pausa.*)

Como não, coloco em votação, então, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Benedito de Lira, nós temos o PNE, que é um dos fatos importantíssimos nesta Comissão. Então, nós pretendemos promover audiências públicas para que vamos formando, rapidamente, um conceito. Nós vamos ter de entregar o PNE até o final de maio, no máximo. Então, nós temos muito trabalho. E vou contar muito com a colaboração de todos os senhores.

Muito obrigado pela presença, querido Senador Ataídes Oliveira.

Nós estamos só aguardando o Senador que vai fazer também ainda o seu relato de um item não terminativo.

O Senador Benedito de Lira tem um projeto terminativo, que já foi lido, não é isso, Senador?

Anuncio a chegada da Senadora Ana Amélia.

O projeto do Senador Benedito de Lira é o item 6.

Senador, nós vamos só aguardar o quórum qualificado, porque o item 6 já foi lido.

Então, como acabou a CAE, tenho impressão de que vamos ter condição de entrar nos terminativos. Não acabou, não?

A Senadora Ana Amélia tem...

Senadora Ana Amélia, nós aprovamos o relatório também subscrito por V. Exª em que estamos convidando os Ministros das três Pastas em separado – Educação, Cultura e Esporte – para discutirmos com eles seus planejamentos. Principalmente em relação à educação, vamos ter um trabalho árduo junto ao PNE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria cumprimentá-lo, Senador Cyro Miranda, e os demais Senadores que apresentaram o requerimento, porque estamos dando uma formatação do conjunto dos temas relevantes que são foco de debate desta Comissão temática: educação, cultura e esporte.

Então, é bem-vindo, porque, com isso, poderemos nortear a pauta, inclusive dos temas prioritários para essa agenda de 2013, embora reconheça também que o fato de haver sido antecipado um processo sucessório presidencial, de alguma maneira, pode contaminar os debates, inclusive políticos, que realizaremos não só na Comissão de Educação, mas em outras comissões. Então, isso vai perturbar um pouco o ambiente, mas acredito que, seguramente, a presença desses Ministros poderá dar uma boa contribuição à definição de prioridades nesta nossa Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Nós já estamos entrando em contato com as assessorias do Ministério para marcarmos o mais breve possível. De preferência, começaremos com o Ministro da Educação. Eu tenho certeza de que o Ministro Aloizio Mercadante é um grande colaborador desta Casa, principalmente desta Comissão. Conversei com ele no passado, e ele tem um carinho muito especial pela nossa Comissão e quer colaborar muito conosco.

Então, eu acho que, como colocou, a possibilidade de encaminharmos os trabalhos parte daí.

Quero agradecer a presença do ilustre amigo, Senador João Alberto.

Não há relatores presentes.

Nós vamos realizar uma reunião com os Presidentes de comissão para nos alinharmos em relação aos horários das diversas comissões, porque, quando uma comissão começa atrasada, como começou hoje a Comissão de Assuntos Econômicos, com 40 minutos de atraso, ela causa um efeito nas comissões subsequentes, e os nossos trabalhos e os de outras comissões podem ficar prejudicados nos assuntos terminativos, principalmente. Assim, a pauta vai-se acumulando. Então, vamos fazer uma reunião a esse respeito para que seja disciplinado o horário dessas comissões, porque, numa comissão bem planejada, começando no horário, uma hora, uma hora e meia é mais do que suficiente para realizarmos os trabalhos, a não ser nos dias em que há temas extremamente polêmicos.

O senhor pediu a palavra, Senador João?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu estou plenamente de acordo com V. Exª, porque, na mesma hora em que se está aqui, há outras comissões também.

Nós precisamos encontrar uma maneira de haver uma ordem do dia para que possamos realmente limpar a pauta e não deixar acumular os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pela colaboração. É assim que nós entendemos.

Senador Ataídes, V. Exª quer fazer alguma colocação?

Há uma correria, uma sobreposição de pautas e os assuntos são importantes em todas as comissões. Por exemplo: nós não entendemos por que uma comissão, hoje nós não temos nenhuma comissão começando às nove horas da manhã. Então, se começasse às nove horas da manhã, nós teríamos uma comissão começando às dez e meia ou às onze; quer dizer, daria tempo de todos os Senadores que estão envolvidos em mais de uma comissão participar. Senão a pauta vai acumulando; nós vamos, inclusive, em detrimento de problemas alheios a nossa vontade, acumulando e, no fim, não vamos concluir o trabalho a que nós nos propomos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Senador Cyro, essa proposta de reunião dos presidentes das comissões é uma questão *sine qua non*. Porque, senão, ocorre o que está ocorrendo não só aqui, mas em todas. Então, é importante, Presidente, que haja realmente esse acordo e essa coadunação entre esses horários. Isso é muito importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pela colaboração.

Como nós não temos quórum para os projetos terminativos e nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco para a próxima terça-feira, às onze horas, neste plenário, a reunião ordinária.

Muito obrigado.

Com a benção de Deus, encerramos.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS.

Às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **JOSÉ AGRIPINO**, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM, BLAIRO MAGGI, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, FLEXA RIBEIRO, GIM** e **FERNANDO COLLOR.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA** e **RANDOLFE RODRIGUES.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Utilizam da palavra os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, FERNANDO COLLOR, PEDRO TAQUES, ALFREDO NASCIMENTO** (não membro) e **GIM**. Por aclamação, são eleitos para o biênio 2013/2014 como Presidente da Comissão o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI,** e para Vice-Presidente da Comissão o Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**. Antes de transferir a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador **BLAIRO MAGGI**, o Senhor Presidente em exercício, Senador **JOSÉ AGRIPINO**, passa a palavra ao Vice-Presidente eleito, Senador **EDUARDO AMORIM**. Após, usam da palavra os Senhores Senadores **ATAÍDES OLIVEIRA, IVO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN** e **FLEXA RIBEI-**

RO, e o Senhor Deputado Federal **VALTENIR PEREIRA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e catorze minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 27/02/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. DEM – RN) – Há número regimental.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que tem como finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2013/2014.

Foi registrada até o presente momento uma única chapa. Para Presidente, o Senador Blairo Maggi; e para Vice-Presidente, o Senador Eduardo Amorim.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores as cédulas de votação, que já rubriquei, que deverão ser utilizadas para a votação e depositadas na urna.

Será chamada nominal, obedecidas as composições partidárias. Ainda não temos o quórum mínimo de nove Senadores, mas resolvi abrir a reunião para ouvir a manifestação eventual de qualquer Senador que queira falar sobre o processo eleitoral e sobre a própria Comissão. De modo que a palavra está franqueada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento V. Exª, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero fazer um registro da ausência de nosso Presidente, o Senador Rodrigo Rollemberg, que está de licença médica e muito gostaria de estar presente hoje nesta reunião, uma vez que findou seu mandato. Ele fez, de certa maneira, um pleito para que deixássemos esta eleição para outra oportunidade, para que ele pudesse estar presente. Mas como já estamos no mês de fevereiro, as comissões estão um pouco atrasadas, estão atrasando o serviço, então me manifestei para seguirmos adiante com esta eleição. Posteriormente, no dia em que o Senador Rodrigo Rollemberg voltar ao Senado, poderemos fazer uma espécie de transmissão oficial da Comissão para que o Senador Rodrigo Rollemberg também possa se despedir, já que findou seu mandato.

Também gostaria de dizer aos colegas que fui indicado pelo meu Partido, pelo Presidente Alfredo Nascimento e pelo Líder do Bloco, Senador Gim Argello, para disputar a Presidência desta Comissão junto com o Senador Amorim, como Vice-Presidente. Então, quero agradecer ao meu Partido, ao meu Bloco, através da Liderança do Senador Gim, por essa indicação e pela confiança de estar adiante desta Comissão.

Sei que muitos não compreendem, não entendem a presença do Senador Blairo Maggi à frente desta Comissão, por toda a história, por tudo que se diz, por tudo que se escreveu, por tudo que se falou nos últimos anos da minha pessoa ou do período em que estive à frente do governo do Estado do Mato Grosso como governador por oito anos, dos trabalhos realizados e dos trabalhos feitos para conservação do meio ambiente e dos números que temos no Estado do Mato Grosso, no período em que fui governador. Os números falam por si só.

Eu não teria que ficar justificando, mas gostaria de tranquilizar os colegas, aqueles que não me conhecem tão bem quanto outros, pois terão em mim e no Senador Amorim, na Presidência desta Comissão, pessoas com toda a tranquilidade, com toda a cautela, para que possamos fazer o melhor trabalho e dar oportunidade a todos os colegas desta Comissão, aqueles que fazem parte como membro oficial ou como suplentes, de discutir, de trazer os problemas, para fazermos aqui uma discussão limpa, às claras, sem nenhum tipo de restrição ou qualquer outro óbice dentro desta Comissão.

Como disse, as minhas atividades como governador do Estado do Mato Grosso me credenciam para que eu possa estar aqui de cabeça levantada e tranquilo para presidir esta Comissão e também realizar as minhas atividades. Fiz questão de distribuir um pouco do conhecimento aos colegas Senadores. Ontem, pedi para entregar em cada gabinete um relatório das atividades privadas que tenho como empresário. A minha família controla uma empresa com várias atividades. Todas as atividades do grupo André Maggi respeitam a legislação atual e, mais, isso é feito por convicção, não porque a lei manda, mas por convicção. Sei que todo patrimônio de um agricultor, de um pecuarista é a terra e, se ele não cuidar bem da terra, se ele não cuidar bem do meio ambiente em que vive, não terá futuro.

Portanto, nesta Comissão, muitos podem achar que este não é o lugar para mim, mas quero dizer, com toda a tranquilidade, que conheço bem, sei o que os ambientalistas querem, sei o que os setores produti-

vos querem e desejam. E o Senador Blairo Maggi e o Senador Amorim serão duas pessoas que juntamente com os Senadores que fazem parte desta Comissão saberão levar ao bom termo a discussão correta, tranquila e democrática, para que possamos cumprir com nosso papel aqui.

É claro que esta Comissão não discute só meio ambiente, mas também defesa do consumidor e fiscalização. Esta é uma Comissão diferente das outras, pode ter atuações diretas dentro do Executivo – na fiscalização, no caso de matérias importantes –, não precisa passar pelo Plenário para estar autorizada a pedir esclarecimentos ou pedir outras coisas, isso pode ser feito diretamente, desta Comissão para o Executivo. Então, é uma Comissão importante, de muita responsabilidade, e nós saberemos conduzir isso com toda a tranquilidade.

Então, para encerrar, eu gostaria de dizer aos meus colegas Senadores e Senadoras que sei do desafio que tenho pela frente, mas também que já trilhei, já sei, já fiz e sei como fazer as coisas acontecerem daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Eu desejo cumprimentar o Senador Blairo Maggi, que, na verdade, tem perfil apropriado, mais do que apropriado, para exercer a Presidência desta Comissão – é a praia de S. Exª em função de anos e anos de tradição familiar.

Eu li uma espécie de manifesto do grupo André Maggi sobre sustentabilidade. Ele fala por si só, tem todos os méritos, todas as credenciais em matéria de respeito ao meio ambiente para exercer com isenção e com responsabilidade a Presidência desta Comissão, que é uma Comissão da maior importância – meio ambiente é sinônimo de futuro sustentado.

De modo que quero cumprimentar o Partido da República, na pessoa de seu Presidente, o Senador Alfredo Nascimento, pela indicação que fez dentro da proporcionalidade para a ocupação das presidências e vice-presidências das comissões permanentes. O PR indica uma pessoa à altura e uma pessoa com o perfil adequado para, repito, com isenção, com equilíbrio e com conhecimento de causa, exercer a Presidência e conduzir os trabalhos desta Comissão em nome do interesse do País. De modo que eu quero, com estas palavras, cumprimentar desde já V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Exmº Sr. Presidente desta reunião, meu caríssimo amigo Senador José Agripino, meu querido amigo e Líder Gim Argello, do PTB e do Bloco União e Força, companheiros e amigos Senadores e Senadoras, eu gostaria de dar uma rápida palavra sobre a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e a acertada indicação do Senador Blairo Maggi e do Senador Eduardo Amorim para conduzirem, na condição de Presidente e Vice-Presidente, os trabalhos desta Comissão, que associa meio ambiente, fiscalização e controle, nos próximos dois anos.

Falo especificamente em relação à questão ambiental por ser uma pessoa conhecida como engajada no processo de defesa do meio ambiente, por ter realizado aqui a Eco-92, até hoje considerada pelas Nações Unidas a maior e mais exitosa conferência já realizada – e patrocinada por aquela instituição – e por ter sido o autor do requerimento que foi aprovado pelo Senado da República e recebido pelo Presidente Lula, que, por sua vez, o encaminhou ao Secretário Geral Ban Ki-moon, para que a Rio+20 pudesse ser realizada aqui, no Rio de Janeiro, o que de fato aconteceu e com grande sucesso. Sendo assim, quero dizer que o Senador Blairo Maggi, diferentemente do que alguns acham, pensam, dizem ou consomem com base naquilo que é produzido pelos esgotos da mídia, é uma pessoa absolutamente atenta à questão ambiental, não somente em suas atividades empresariais, mas intrinsecamente, como uma pessoa, um ser humano e um participante da vida de nosso Planeta.

O Senador Blairo Maggi – não sei se ele aqui disse isso – é o único produtor de soja do Brasil que pode apresentar um certificado de uma empresa alemã especializada em apurar a sustentabilidade da produção agrícola, de que a produção do Senador Blairo Maggi, do momento em que a soja é plantada até o momento em que a soja é embarcada nos navios – foi calculado o CO2 emanado dos caminhões que levam a soja até o porto, o consumo de óleo e de pneu que é realizado nesse trajeto –, tem 0% de dano ao meio ambiente. Ou seja, é absolutamente sustentável a produção de soja do Senador Blairo Maggi. E isso, sendo ele o maior produtor de soja do mundo, é um ganho excepcional para o Brasil, poder falar alto e bom som, nos fóruns internacionais, que aqui no Brasil nós temos um produtor agrícola que sabe como manusear corretamente o meio ambiente associado à sua atividade fim, que é a atividade agrícola de produção de soja.

Então, em relação à questão ambiental, eu acredito – acredito não, tenho certeza – que a Comissão está muito bem entregue. E nós ambientalistas podemos nos sentir seguros de que essa condução que dará à Comissão o Senador Blairo Maggi será uma condução absolutamente de acordo com as nossas melhores expectativas.

Ao seu lado, ele tem, na condição de Vice-Presidente da Comissão, o Senador Eduardo Amorim,

um grande e querido amigo, Senador por Sergipe, um médico, um homem que salva vidas e, ao mesmo tempo, uma pessoa que tem a percuciência de estar muito atenta na fiscalização dos atos do Governo. E isso dá também a nós a tranquilidade de que, tanto na questão ambiental quanto na questão de fiscalização e controle, aplicado como é, inteligente como é, preparado como é, o Senador Eduardo Amorim faz o complemento absolutamente perfeito com o Senador Blairo Maggi na condução dos trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Por isso, com a permissão de V. Exªs, eu gostaria apenas de cumprimentar o Senador Blairo Maggi, o Senador Eduardo Amorim, o Presidente do PR e Líder do PR no Senado, o nosso Senador e ex-Ministro Alfredo Nascimento, pela feliz escolha do seu nome. Também o Senador e Líder do Bloco, Gim Argello, que também referenda e ratifica o nome dos dois Senadores para dirigir esta Comissão nos próximos dois anos. E cumprimentar V. Exª, Senador José Agripino, pela condução dos trabalhos nesta reunião que irá sufragar os nomes dos nossos dois Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim como Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Eu agradeço ao Senador e ex-Presidente Fernando Collor.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, inicialmente, saudar o trabalho que foi elaborado nesses dois anos por S. Exª o Senador Rodrigo Rollemberg, que não se encontra nesta data aqui, uma vez que está na sua casa com problema de saúde. Nós todos sabemos disso. Quero parabenizá-lo ao vivo pela TV Senado – eu espero que esteja sendo transmitido –, porque ele pegou um período muito difícil, discussões muito fortes nesta Comissão. Só nos cabe citar um exemplo: a do debate sobre o Código Florestal, o projeto do Código Florestal. O Senador Rodrigo Rollemberg, junto com os membros desta Comissão, foi protagonista desse debate. Assim, quero parabenizar o Senador Rodrigo por esse período e todos os servidores da Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero desejar a S. Exª o Senador Maggi sucesso nesta empreitada e dizer que esta Comissão não é só de meio ambiente, como nós todos sabemos. Esta Comissão é também de defesa do consumidor. E este ano nós teremos debates importantes aqui.

Existe uma comissão especial que vai debater temas de relevo para as relações do cidadão consumidor com a iniciativa privada. E esta Comissão será protagonista também desse tema.

Esta Comissão, como bem ressaltou S. Exª o Senador Maggi, é de fiscalização e controle. Nós estamos em anos que antecedem eventos internacionais em que bilhões de reais estão sendo gastos pela União, pelos Estados, com a Copa do Mundo e as Olimpíadas. E esta Comissão de Fiscalização e Controle tem esse papel. Conheço o trabalho de S. Exª o Senador Maggi como Governador do Estado de Mato Grosso, conheço o material do qual a empresa de sua família ganhou esse prêmio citado aqui pelo Senador Collor; visitei uma das fazendas do Senador Maggi junto com a Comissão de Meio Ambiente, na época do debate do Código Florestal.

Portanto, desejo a V. Exª, Senador Maggi, todo sucesso nesse período. Penso que não estarei nesta Comissão em razão de questão partidária; devo ficar em duas outras comissões; mas fiz questão de vir aqui dizer a V. Exª que desejo muito sucesso.

Nós sabíamos que a Presidência da Comissão é a que conduz os trabalhos. Não pode existir primeiro entre aqueles que são iguais, como nós todos, Senadores. E o Senador Maggi, tendo a seu lado o Senador Eduardo Amorim, vejo que terão condições de conduzir os trabalhos não em benefício do setor A ou B, mas benefício da sociedade brasileira, compromisso que aliás nós todos firmamos por ocasião de nossa posse aqui no dia 1º de fevereiro de 2011.

Assim, sucesso ao Senador Maggi e ao Senador Eduardo Amorim!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Pela ordem de inscrição, Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Parece mecânico, mas é digital, basta um simples toque para que a coisa funcione.

Quero cumprimentar o Senador José Agripino, meu conterrâneo e amigo, que preside esta Comissão, e o meu Líder do Bloco União e Força, Senador Gim Argello. Quero cumprimentar os companheiros Senadores aqui presentes.

Sr. Presidente, eu quero fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam, com a permissão devida, naturalmente, do Senador Collor, Pedro Taques e V. Exª. Nós somos sete Senadores e os sete Senadores do Partido da República escolheram o Senador Blairo Maggi para presidir esta Comissão em função do direito que tinha a esta Comissão e em função do perfil do Senador Blairo e pela sua história ligada ao meio ambiente. Além disso, o Bloco de 14 Senadores

também escolheu, por unanimidade, o Senador Blairo, com a vênia e a permissão do Senador Collor, naturalmente, para presidir esta Comissão, em função de toda a sua história ligada à terra, ligada à sustentabilidade, e ao meio ambiente.

E gostaria de fazer um registro apenas para que as pessoas conheçam mais profundamente a história do Senador Blairo Maggi.

Eu conheci o Senador Blairo Maggi no início da década de 90, quando eu era o então Vice-Governador do Amazonas e Secretário de Fazenda do Estado e fui conhecer o Senador Maggi e o Grupo Amaggi – ainda não era o maior exportador de soja do País nem do mundo –, ele iniciava e eu tive a oportunidade de conhecer o seu velho e querido pai, André Maggi, o iniciante, o precursor desse projeto de plantação de soja preocupado com sustentabilidade.

E fui visitar o Mato Grosso, acompanhado do Senador Blairo e de seu pai; conheci a sede da fazenda, bem no começo. E ele teve a visão, Senador Collor, ele enxergou um caminho para se transformar no maior produtor e exportador de soja do mundo. O velho André Maggi percebeu que, em função das dificuldades de infraestrutura que existiam em Mato Grosso, ele teria que buscar um transporte mais barato, mais ecológico, mais preocupado com o meio ambiente, para ganhar competitividade do mercado externo. E criou um projeto de exportação de soja, através da calha do Rio Madeira, construindo em conjunto com o Governo do Estado, no qual eu era Secretário de Fazenda e Vice-Governador, uma parceria – não se falava nisso ainda, mas foi uma das primeiras da história do País, uma parceria público-privada –, e nós do Governo fomos tão criticados por essa parceria público-privada, ideia do seu André, que fez essa parceria público-privada com o Governo do Estado. Nós entramos com participação minoritária e eles conduziram o transporte de soja, barateando, ao final, o custo da soja em cerca de 30% na venda no exterior, em função do tipo de transporte utilizado, porque eles utilizavam balsas pelo Rio Madeira, paravam em Itacoatiara, faziam o transbordo da soja e chegavam ao Atlântico, alcançando o resto do mundo e ao final tendo uma soja 30% mais barata do que era oferecida por qualquer produtor brasileiro, fazendo com que essa empresa se transformasse em uma das maiores do mundo.

Então, a minha homenagem, hoje, ao seu velho pai, André Maggi, que vislumbrou, enxergou a possibilidade de se transformar em um empreendedor de sucesso preocupado sempre com o meio ambiente. Eu lembro que quando fiz visita à fazenda, bem no começo, uma casa ainda de madeira, confortável, é verdade, ele me mostrava o cuidado que tinha com a produção de energia. Depois eu visitei o Blairo e nem reconheci, porque a coisa cresceu e melhorou tanto que eles se transformaram num dos maiores exportadores de soja do mundo.

Eu quero fazer, na indicação, como Presidente do Partido da República que faço, e em nome do meu Partido, uma homenagem não só ao Blairo, mas quero fazer o reconhecimento em homenagem ao seu velho pai, o Sr. André Maggi. Parabéns!

Eu sei que nós estamos entregando esta Comissão do Senado Federal a pessoas que saberão conduzi-la, porque teremos na Vice-Presidência – e no impedimento do Blairo – o Senador Eduardo Amorim, que eu conheço bem há algum tempo, desde a época em que era Ministro. Nós temos uma relação muito próxima com Sergipe e sei da sua capacidade, do seu humanismo, da sua boa vontade, da sua boa relação com as pessoas; esta Comissão certamente estará muito bem servida e dará ao País respostas para o meio ambiente de que o País precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Senador Alfredo Nascimento.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Presidente José Agripino.

Registro, também, que chegou há pouco nesta Comissão o Prefeito de Salvador, Deputado ACM Neto, que é muito bem-vindo. Eu gostaria de dizer a todos vocês da minha satisfação, do meu orgulho de ter indicado um Senador da grandeza, da capacidade, do dinamismo, da experiência do Senador Blairo Maggi para ser o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Da mesma forma, o nobre Senador Eduardo Amorim. O que foi dito sobre os dois ainda é pouco, porque são Senadores capazes, trabalhadores e que realmente representam os seus Estados.

Nós temos aqui a figura de Blairo Maggi, com dois mandatos à frente do Governo do Mato Grosso, onde demonstrou toda sua capacidade. Ele veio eleito como Senador e todo o Estado pede seu retorno como Governador. É o mesmo caso do Senador Eduardo Amorim, por Sergipe. Aquele Estado também o conclama para que seja Governador ali.

Então, nós estamos dando o que o Bloco tem de melhor. Eu tenho muito orgulho dessas duas indicações – quero dizer isso –, porque irão substituir aqui um Senador que era de Brasília, o Senador Rodrigo Rollemberg, que fez um grande papel nesta Comissão e desenvolveu um grande trabalho à frente desta Comissão, merecendo também ser lembrado.

Eu tenho certeza de que o senhor vai dar continuidade, porque se o destino do nosso País é ser o celeiro do mundo, o melhor exemplo é o senhor, Blairo Maggi; o melhor exemplo é o que a sua família faz no Mato Grosso.

O que é feio, ruim de ver, com o que todos deveriam estar preocupados foi com a fotografia que saiu esta semana do transporte da soja feito para o Porto de Paranaguá; a frota de caminhões demora uma semana para chegar ali e mais uma semana para descarregar. É uma falta de infraestrutura!

Esse casamento do Meio Ambiente com Defesa do Consumidor e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, Presidente Collor, que o senhor tão bem comandou, foi à frente dela e mostrou para o País o que todo mundo conhece: a sua capacidade. O seu dinamismo à frente daquela Comissão de Serviços de Infraestrutura casada com a Comissão de Fiscalização e Controle, Direito do Consumidor e Meio Ambiente, eu tenho certeza de que dará uma contribuição gigantesca para este País em nível de trabalho prestado.

Alfredo Nascimento colocou muito bem. A experiência que o Blairo tem à frente de desenvolvimento e meio ambiente, a demonstração... Imaginem vocês brasileiros que nos ouvem agora, tira-se a soja, um volume gigantesco, em barcaças, fazendo isso pela hidrovia. Acho que é o que mais funciona neste País. É o que mais funciona. Tira-se por hidrovia a soja, há muitos anos para o Estado do Amazonas. Lá se faz todo um transbordo para os navios, que vêm buscar entre o rio para depois chegar ao mar e, posteriormente, exportá-la. Quer dizer, é um trabalho maravilhoso!

É bom que o País todo saiba o que está acontecendo, porque essa é a forma de nós sermos realmente o celeiro do mundo, mundo que vem crescendo no consumo de alimentos a 5% ao ano, enquanto a produção mundial não chega a 3%. Existem partes do mundo que estão passando fome. É verdade isto: há continentes com muita dificuldade. Como vai ser atendido isso? Onde há condições de aumentar a produção agrícola neste País olhando-se, como o faz o Senador Blairo Maggi e sua família, para a sustentabilidade, para o meio ambiente?

Então, Presidente, dizendo essas palavras, peço que o Sr. Presidente José Agripino, dentro da sua experiência e, por favor, como foi feito e orientado aqui pelo Vice-Presidente da CCJ, Senador Anibal Diniz, que me fez uma sugestão que achei muito boa, possa fazer a eleição como foi feita na CCJ e na Comissão de Educação por aclamação se assim o senhor entender conduzir essa votação. Para Presidente, o Senador Blairo Maggi e Vice-Presidente, o nobre Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Nós temos quórum na Comissão. Estão presentes os membros titulares Anibal Diniz e Ana Rita e Pedro Taques, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Ataídes Oliveira, José Agripino, Eduardo Amorim, Blairo Maggi. São 9 Senadores de um conjunto de 17. Temos, portanto, maioria e quórum para deliberação. Estão todos os 9 presentes. Se V. Exªs deliberarem pela votação por aclamação, estou plenamente de acordo, até porque isso já foi feito agora pela manhã em duas comissões as quais eu compareci. Senão, inicia-se de imediato, se estiverem de acordo, o processo de votação nominal, já que temos 9 Senadores e colheremos os votos em seguir.

De minha parte, a votação por aclamação está *o.k.*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Por aclamação, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – A resposta veio com as palmas à votação que submeto da chapa Blairo Maggi e Eduardo Amorim. Estão eleitos por aclamação. (*Palmas.*)

Consulto se o Senador Eduardo Amorim deseja ainda fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Serei muito breve, Sr. Presidente. Apenas para agradecer ao meu Partido, o PSC, para agradecer ao meu Bloco, liderado pelo Senador Gim, ao PTB, ao PR e ao PPL pela confiança. Para mim, é mais um grande desafio em minha vida, mas vou complementar aquilo que for necessário com o Presidente e amigo Senador Blairo Maggi. Nossa formação inicial, como médico e anestesista, é buscar sempre o equilíbrio, mesmo que diante de qualquer adversidade. Então, é um tão grande desafio!

Agradeço a confiança dos colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Eu gostaria de convidar o Senador Blairo Maggi e o Senador Eduardo Amorim para assumir a Presidência e a Vice-Presidência e continuarem a reunião, concedendo a palavra aos Senadores inscritos: pela ordem, Senador Ataídes e Senador Ivo Cassol.

Quero, portanto, cumprimentar o Senador Blairo Maggi e o Senador Eduardo Amorim pela eleição por aclamação e passar a S. Exªs a Presidência e Vice-Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço o voto de cada uma e de cada um dos Senadores que elegeram a chapa Blairo Maggi/Eduardo Amorim para conduzir a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor pelos próximos

dois anos. Então, agradeço a cada um e a cada uma das Senadoras aqui presentes.

Dando sequência à nossa reunião, não antes sem deixar de agradecer ao Senador Agripino pela condução dos trabalhos desde o início até agora, agradecendo ao Senador, quero passar a palavra a dois inscritos ainda que estão previstos para falar: Senador Ataídes e, depois, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Senador Blairo, agora digníssimo Presidente desta tão conceituada Comissão.

Senador Blairo, depois dessa biografia descrita pelos nossos ilustres Senadores Pedro Taques, Alfredo Nascimento e Collor de Mello, não nos resta muita coisa a dizer a seu respeito.

Diante de tudo o que ouvimos aqui, posso afirmar que é um privilégio enorme para mim poder participar desta tão conceituada Comissão. Esta Comissão não é só de meio ambiente, mas de defesa do consumidor e fiscalização e controle. Não tenho dúvida, Presidente, que V. Exª, juntamente com o Vice Eduardo, fará uma grande gestão. Tenho conhecimento de que, com a sua experiência, V. Exª, nesta Casa e nesta Comissão, fará com certeza uma bela gestão.

Desejo a V. Exª, Presidente, e ao Vice muito sucesso nesta caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Seja bem-vindo a esta Comissão. O senhor será membro titular aqui nesta Comissão. Tenho certeza de que V. Exª vai contribuir muito nas discussões. São temas importantes que passam por aqui, que dizem respeito a milhares e milhares pessoas neste País.

Então, seja bem-vindo também. Muito obrigado pelas suas palavras.

Passo a palavra, então, ao Senador Ivo Cassol, Senador de Rondônia e ex-Governador daquele Estado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Senador Blairo Maggi, agora nosso Presidente desta tão importante Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, ao mesmo tempo, além de parabenizá-lo pelos trabalhos que temos agora à frente, sob o comando da Presidência do Senador Blairo Maggi e também do Eduardo Amorim, Vice-Presidente desta Comissão tão importante aqui do Senado, só quero fortalecer, Senador Blairo, nosso Presidente, que nada mais importante do que quem conhece os dois lados, o daquele que sabe produzir e o daquele que sabe preservar.

O senhor foi Governador do Estado de Mato Grosso por dois mandatos, revolucionou aquele Estado, que é um Estado pujante, um Estado rico, e, ao mesmo tempo, teve humildade de criar mecanismos, como o MT Legal, para poder desenvolver a preservação ambiental e contribuir com o Código Florestal, em todo o trabalho. Muitas vezes veem um empreendedor como se fosse uma pessoa que pensasse só em produzir, mas, também, ao mesmo tempo, temos preocupação de preservar.

Quero aqui parabenizá-lo pela nova tarefa que tem pela frente e, ao mesmo tempo, dizer para aqueles que acham que o setor ambiental tem que viver isolado do setor produtivo que é o contrário. Neste País em que vivemos, neste mundo globalizado em que vivemos, o mundo inteiro precisa de alimento e o mundo inteiro precisa preservar. Não queremos o exemplo de alguns países que derrubaram e desmataram tudo. Queremos o nosso exemplo, que buscamos aqui no Código Florestal. Trabalhamos aqui nesta Comissão e conseguimos encontrar um meio termo que pôde satisfazer os dois lados.

Tenha certeza absoluta de que, nesse trabalho, doravante, essa dupla que tem esse compromisso pode contar com este nobre Senador, humilde e simples, para poder ajudar em todo trabalho que for possível. Tanto isso é verdade que, ontem, Senador Blairo Maggi, fiz um pronunciamento na tribuna da Casa.

Fui Governador do Estado de Rondônia. Muitas vezes, apanhei dos ambientalistas, apanhei do Ministro do Meio Ambiente, da Ministra, na época, como se fosse o Estado de Rondônia que proporcionasse o desmatamento e a retirada ilegal de madeira da área indígena. Ontem, denunciei, no Senado Federal, Senador Eduardo Amorim, e na Corregedoria do Ministério Público Federal, e não tomaram providência, um documento interno do Ministério da Justiça, da Funai, que foi mandado de Cacoal para Porto Velho, em que houve um acordo com o Procurador Federal Reginaldo Trindade para extração ilegal de madeira de área indígena. Sabem quem apanhava no Estado da imprensa nacional e de todo mundo? Era o Senador Ivo Cassol, porque era Governador, como se ele tivesse proporcionando isso.

E quando a gente denuncia, em vez de tomarem as medidas dentro do próprio Ministério Público para coibir essa situação, foi feito o contrário. E, ao mesmo tempo, o que eu busco é justiça. Por que eu busco justiça? Se qualquer político autorizar retirar madeira de área indígena, aqui o Flexa Ribeiro ou qualquer cidadão ou qualquer pessoa que autoriza retirar madeira de área de preservação, isso é um crime.

Então, não é diferente para o Procurador Federal que autorizou tirar madeira de área indígena. E, hoje, por incrível que pareça, essas mesmas pessoas ou colegas de trabalho entraram com ação de improbidade

contra o Senador Ivo Cassol, mas é um crime contra o Ivo Cassol porque dizem que eu produzi documento contra esse Procurador. Eu quero dizer que não produzi nada; esses documentos chegaram as minhas mãos e eu tenho uma fita gravada pelo Almir Suruí e eu gostaria, Senador Blairo Maggi, já como Presidente, de apresentar um requerimento e gostaria que os assessores desta Comissão verificassem. É um documento em que peço para ser ouvido o Almir Suruí sobre a extração ilegal de madeira que vem acontecendo até hoje dentro da área indígena. E vem sendo feito vista grossa pelo Ministério Público Federal do meu Estado.

Então, gostaria que esse requerimento, que já foi aprovado, seja colocado em pauta para que a gente pudesse apurar e que todo mundo está abaixo da lei, tanto eu, como Senador, como o Procurador do Estado que fez esse acordo ilegal, que prejudicou o Estado de Rondônia. A partir do momento em que saem essas madeiras, Senador Blairo Maggi, ela entra no comércio e vai produzir um sistema falso, vai produzir notas falsas, vai produzir TPFs falsas, vai produzir um sistema falso do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente no Estado de Rondônia. Isso aconteceu.

E infelizmente ainda quem paga o pato sou eu.

Então, eu gostaria que o Dr. Gurgel... eu pedi ontem. Estou encaminhando a documentação para o meu Líder no Senado, Dornelles, para que também tome providências. E também encaminhar ao Presidente da Casa para que tome providências, para que não fique dentro do corporativismo, não fique dentro do sistema sem que sejam apurados os fatos.

Eu só quero justiça, independentemente de a quem doer.

Então, quero aqui, Blairo Maggi, parabenizá-lo pela nova meta, pelo novo compromisso, pela nova tarefa que o senhor tem pela frente. Com certeza, nós vamos dar continuidade a esse trabalho importante para o Brasil, uma vez que queremos preservar, mas também queremos produzir sem andar de lado a lado, mas andando junto, como todo mundo espera.

Um abraço. Obrigado e sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, a Secretária já me informou de que há dois requerimentos aqui aprovados de V. Exª e nós vamos tomar as providências devidas para que possamos convidar ou convocar a pessoa que V. Exª deseja ouvir.

Vamos tomar as providências que V. Exª pediu.

Também quero registrar aqui a presença do Deputado Valtenir Pereira, de Mato Grosso, que está aqui prestigiando a posse do correligionário do Estado de Mato Grosso. Seja bem-vindo!

Com a palavra... Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª permite, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu vou inscrever V. Exª, pois o Senador Flexa está inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Primeiro as senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Vanessa com a palavra, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Serei muito breve, Senador Flexa.

Primeiro, para dizer que considerem o meu voto, mesmo eu sendo suplente desta Comissão, Presidente Blairo. Porque foi por aclamação, então, eu estou nessa aclamação. Claro! Não podia deixar de vir aqui para cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Senador Eduardo Amorim e tenho certeza absoluta que o trabalho da Comissão seguirá num ritmo importante, num ritmo bom que foi imprimido pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Não o vejo aqui; certamente deve estar viajando. Ah, está doente? Pior. Mas logo vai ficar bom e estará entre nós.

E desejar a V. Exª, Senador Blairo, que tenha muito sucesso diante desta Comissão.

Eu fui questionada algumas vezes sobre como alguém que é o maior plantador de soja do Brasil pode ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Eu tenho certeza de que nós vamos ver o Presidente que esta Comissão terá. Porque o grande desafio do Brasil é exatamente este: como preservar o meio ambiente produzindo, num país de 8,5 milhões km².

Eu aqui sou suplente, Senador, mas estarei na Comissão de Mudanças Climáticas e quero, desde já, propor a V. Exª e ao Senador Amorim que façamos uma parceria para desenvolver algumas atividades importantes, tratando sempre o meio ambiente sob a ótica e o ponto de vista da sustentabilidade. Então, cumprimento ambos, desejando sucesso no trabalho. E que possam seguir.

Não é simples, porque não é somente meio ambiente, aqui se cuida de fiscalização. Então, de vez em quando, há requerimento que aparece aqui e todo mundo se mobiliza para esta Comissão. Mas a capacidade e a experiência de ambos farão com que esta Comissão siga da melhor forma possível e com muita competência, o que é comum a ambos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senadora. É um prazer tê-la aqui na Comissão.

Precisa ver, Senador Amorim, como o mundo é pequeno! Eu e a Senadora Vanessa frequentávamos a mesma turma do colégio, em Curitiba. Eu era ami-

go das amigas, das primas, dos primos dela. E com o passar do tempo, nós fomos nos encontrar, depois, no Amazonas, eu como empresário e ela como Deputada. E hoje estamos aqui juntos, no Senado Federal. Quer dizer, o mundo, realmente, é muito pequeno, redondo e não tem canto para gente se esconder.

Então, quero passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi; Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; Srª Senadora, eu vim até aqui, primeiro, para parabenizá-los e também participar da aclamação que os elegeu para a direção da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado neste próximo biênio.

O documento de que V. Exª deu conhecimento a todos nós por si só já fala, Senador Eduardo Amorim, da vida do Senador Blairo Maggi. Eu acho da maior importância, Senador, que V. Exª, como empresário bem-sucedido em nosso País, no seu Estado, possa assumir esta Comissão, porque muito se fala em preservar e eu tenho dito que deveríamos falar sempre em preservar associado ao desenvolvimento, tentando convergir para o cidadão, a fim de que se dê melhor qualidade de vida a todos os brasileiros.

Então, é preciso que se conjugue esse binômio desenvolver preservando e preservar desenvolvendo. Os dois devem ser parceiros nessa luta. E eu não tenho dúvida de que o Senador Blairo Maggi, como Presidente, e o Senador Eduardo Amorim, como Vice-Presidente, caminharão continuando o trabalho que muito bem foi feito pelo Senador Rollemberg, que presidiu esta Comissão no biênio passado.

Eu quero aqui, como amazônida, Senador Blairo Maggi... A nossa região é cantada em prosa e verso. E dependendo do momento, da emoção do momento, ela é tida como inferno verde ou como almoxarifado do mundo, ou seja, gira em 180 graus a visão que se tem da Amazônia. E é preciso que V. Exª, também como amazônida, possa, agora, mostrar para o mundo que todos nós queremos, sim, conservar, porque preservar é uma palavra que leva à manutenção do *status quo* e isso não deve ser feito. Então, muito mais do que preservar é conservar, porque essa é a herança que iremos deixar para os nossos descendentes, principalmente nós, que ali moramos.

A visão do que deve ser feito para a Amazônia ou pela Amazônia deve ser nossa, porque lá habitamos, e não com interferências fora da região e do nosso País. Acho que temos a responsabilidade de zelar pela conservação da Amazônia porque é uma riqueza da humanidade; é uma riqueza global de que nós somos os guardiões. Só que é necessário que se entenda de uma vez por todas que os brasileiros que ali habitam – e já são em torno de 25 milhões de almas – têm também o direito a uma qualidade de vida eu não digo igual àquela dos países desenvolvidos, mas cujo direito seja pelo menos o de ter condição de saneamento e habitação que lhes proporcionem qualidade humana.

V. Exª conhece como ninguém – bem assim todos nós – como vivem aqueles brasileiros nos rincões mais distantes da Amazônia, os quais acompanham o nosso trabalho no Parlamento através da área de comunicação do Senado, a TV, a Rádio, por antena parabólica. Quando se vai ao interior do interior do meu Estado, se vê lá um brasileiro que comenta as ações do Parlamento; está atento aos trabalhos de todos nós. Então, Senador Blairo Maggi, eu quero parabenizar V. Exª, o Senador Eduardo Amorim, desejando que Deus abençoe a ambos na gestão desta Comissão nesses próximos dois anos. Tenho certeza de que competência, determinação e seriedade sobram a ambos para a administração da Comissão.

Quero já pedir a V. Exª o apoio ao requerimento que estarei encaminhando à Comissão, no sentido de que nós possamos dar continuidade à Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte. Ainda há pouco, na Comissão de Infraestrutura, de que V. Exª também participa, eu fiz um convite aos membros daquela Comissão e ao Presidente, Senador Fernando Collor, para participar da próxima visita que faremos – e vou encaminhar o requerimento a V. Exª para que nós possamos, através da Subcomissão, ir ao canteiro de obras de Belo Monte agora dia dias 21 e 22 próximos, de março. Sairíamos daqui dia 21, uma quinta, pernoitaríamos lá e voltaríamos na sexta-feira a Brasília. Portanto, quero também convidá-lo como membro e Presidente da Comissão, bem como o Senador Eduardo Amorim e todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, e não só aqueles que participam da Subcomissão, mas que possamos estender esse convite a todos os membros da Comissão de Infraestrutura.

Essa é a maior obra do PAC do Brasil e ela tem interferências não só na questão nacional, como também na questão estadual, em especial na execução das condicionantes. Eu não tenho dúvida, e tenho dito isso, várias vezes repetido isto, Senador Blairo Maggi, que a barragem, que a usina vai funcionar. Não tenho dúvida disso. É uma determinação, uma necessidade para o País que ela comece a gerar a partir de 2015 e até 2016. Mas as condicionantes que deveriam ter sido feitas antecipadamente à implantação do projeto lamentavelmente não o foram, o que traz uma dificuldade para aqueles que já estavam nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu e, em especial, porque há uma migração enorme. Hoje as obras estão com con-

tingente em torno de 30 mil homens trabalhando, mais de 25 mil homens. Isso gera uma demanda de serviço que o Estado tem que atender e não tem capacidade para fazê-lo. Então, essas condicionantes deveriam ter sido feitas antecipadamente, e não o foram, portanto, nós temos que cobrar que elas sejam feitas agora, e elas estão muito atrasadas. Lamentavelmente, as obras da barragem estão avançando e as obras das condicionantes não. Nós vemos ver isso com essa visita que faremos agora em março. Eu encaminharei o requerimento para a aprovação da Comissão e da Presidência da Comissão de Meio Ambiente.

Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa. Eu estarei presente com toda a certeza nessa visita.

Tenho tido preocupação com respeito a essas grandes obras do Governo. Sei que elas são importante, inadiáveis, aliás, já estamos atrasados em muitas delas, mas, de fato, V. Exª tem toda a razão. O passivo que fica é muito grande; não é só a questão ambiental, mas o passivo social dessas obras é imenso. Eu creio e trabalho na direção de que deveríamos resolver todos os problemas antes para depois implantarmos as obras, e não fazermos as obras e depois deixarmos os problemas para que os prefeitos e governadores tomem conta de uma coisa que não tem mais solução. Tem sido assim nessa obra de Belo Monte, lá em Rondônia também. Nas duas grandes usinas, nós temos um problema parecido que devemos discutir nesta Comissão. V. Exª conte comigo como Presidente da Comissão para dar continuidade e fazer tudo o que for necessário para que a gente possa trazer ao Executivo, ao Governo, as empresas responsáveis por essas obras para que elas não deixem as condicionantes para trás. Não deveriam deixá-las.

Tenho um exemplo dentro da minha casa. No Estado de Mato Grosso, foi feita a Usina de Manso, já tem 15 anos que a usina funciona e até hoje os moradores da região têm que fazer piquete, greves, trancar a estrada para que Furnas, que é responsável por ela, dê um mínimo de atenção para resolver os problemas que foram acordados lá atrás, foram ajustados lá atrás e que não chegaram ao seu final. Então, V. Exª tem toda a razão A Comissão estará a sua disposição para que a gente possa ajudar a resolver esses problemas.

Passo a palavra ao Deputado Federal do Estado de Mato Grosso Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB – MT) – É um prazer imenso estar aqui.

Quero parabenizar o Senador Blairo Maggi e também o Senador Eduardo Amorim por este importante espaço que é a Presidência da Comissão de Meio Ambiente e a Vice-Presidência, respectivamente.

Quero aqui registrar a importância do Senador Blairo Maggi na Presidência desta importante Comissão, ainda mais V. Exª sendo do Estado de Mato Grosso, que tem liderado a produção no Brasil, tem ajudado o Brasil na balança comercial de forma muito positiva com a sua produção. Aqui, nesta Comissão, temas importantes são enfrentados. Nada melhor, nesta oportunidade, do que ter o Senador Blairo Maggi, com a sua experiência de empresário, com a sua experiência de produtor, à frente desta Comissão. Vivemos um enfrentamento na questão ambiental, mas sabemos que, com tecnologia, com estudo – é o caso da Embrapa, que é uma grande parceira –, o Brasil vai continuar na dianteira da produção mundial de alimentos.

Então, quero parabenizar e aproveitar aqui para um assunto importante que foi suscitado pelo Senador Flexa Ribeiro, que é a questão das usinas.

O Senador Blairo Maggi, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, vai nos ajudar em um grande problema que estamos enfrentando na nossa Casa, que é o complexo de usinas do Rio Teles Pires. Colíder, Paranaíta, Alta Floresta, são 11 Municípios que enfrentam esse grande problema.

O fluxo migratório de pessoas que vão em busca de novas oportunidades causa um transtorno para as cidades, para os Municípios, que têm a sua capacidade instalada de escola, creche, posto de saúde, moradia, transporte para atender mal e mal o que se tem hoje na cidade. Quando chega esse fluxo migratório, esses Municípios não têm condição de atender a demanda. Como o Senador Blairo Maggi colocou, primeiro deveriam resolver essas questões, preparar as cidades para receber esse fluxo migratório – problema de violência, aumenta a violência – para depois fazerem as usinas. Não, primeiro começam a fazer as usinas e deixam os transtornos sociais para trás, como aconteceu em Manso, onde constantemente a gente enfrenta problemas graves.

Nesta semana, na semana que vem, independentemente de audiência – pedi audiência, mas já definimos... Criamos uma associação desses Municípios do Teles Pires, os 11 Municípios. Liguei no Planejamento e deixei com o Celso Knijnik: se vocês arrumarem uma agenda para nós com dia e horário definido, ótimo, vamos; se não arrumarem essa agenda, já está agendado por nós que, na quarta-feira, dia 6 de março, estaremos aqui no Planejamento, os 11 Municípios, para discutir essa questão.

Não podemos ficar com esse abacaxi no colo. O Governo Federal, a Presidenta Dilma tem que ajudar a descascar esse pepino que está lá nos Municípios.

Agradeço a oportunidade, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Deputado Valtenir Pereira.

Consulto se o Senador Eduardo Amorim quer... *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Convoco, então, para terça-feira, às 11h30, a nossa reunião ordinária para que a gente possa dar início aos trabalhos. Espero que o nosso ex-Presidente Rodrigo Rollemberg possa estar presente para que a gente faça as homenagens devidas na despedida do cargo. Infelizmente, por estar doente, ele não pôde estar presente conosco hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 12 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 06.

Às onze e quarenta e dois minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP, KÁTIA ABREU, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM, BLAIRO MAGGI, CRISTOVAM BUARQUE, SÉRGIO SOUZA, JOÃO ALBERTO SOUZA, ANA AMÉLIA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, GARIBALDI ALVES, IVO CASSOL e RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, faz os seguintes **COMUNICADOS**: Aviso nº 28/2013/GM-MME, que encaminha a Nota Informativa nº 05/2013/DPE/SPE-MME do Departamento de Planejamento Estratégico do Ministério de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 960/2012 (RMA nº 94/2012, na origem), de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Trata de esclarecimentos sobre matéria publicada no jornal o Estado de São Paulo com o título "32 parques eólicos estão parados à espera de transmissão de energia". Ofício SGP nº 6380/2012, que comunica a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo de moção apresentada pelo Deputado José Bittencourt que apela pela elaboração, apresentação e aprovação de uma propositura legislativa que proíba o uso de animais em propagandas, peças publicitárias ou filmes que lhes provoquem desconforto e estresse. Ofício nº 1524/2012 – PRBA/1ºOF/CIV/LBN, que encaminha representação formulada pela Sra. Theodora Sampaio Reis de Oliveira, por meio da qual é sugerida a obrigatoriedade de publicação de código de ética médica em clínicas e hospitais, estatutos de servidores públicos em órgãos públicos, entre outros, pois trariam melhora nos serviços prestados aos cidadãos, que poderiam fiscalizar e acompanhar o cumprimento das normas aplicáveis a cada órgão ou estabelecimento. Correspondência de autoria do Sr. José Renato Marques com pedido de encaminhamento de modificações na legislação ambiental para que a responsabilidade de terceiros causadores de danos ambientais seja aferida; não apenas a responsabilidade do proprietário da terra em que ocorre o delito ambiental. Ofício nº 373/2012/MP, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 870/2012 (RMA nº 85/2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg). Aviso nº 226/2012/MME, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 705/2012 (RMA nº 60/2012, na origem, de autoria do Senador Pedro Taques). Aviso nº 1110/SE-C.CIVIL/PR, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 871/2012 (RMA nº 86/2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg). O Aviso informa que o órgão competente para tratar da matéria objeto do Requerimento de Informação é o Ministério da Integração Nacional. Ofício nº 810/MCTI, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 873/2012 (RMA nº 88/2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg). **LEITURA DE AVISOS, EM CONFORMIDADE AO ATO N° 02, DE 2009 DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, APROVADO EM 08/12/2009.** A presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos e ofícios encaminhados a esta comissão, relacionados a atividades de fiscalização e controle. Os documentos e suas respectivas propostas de encaminhamento constam da pauta cheia da reunião. Os seguintes Avisos ficarão à disposição dos Senhores Senadores pelo período de sete dias na

secretaria da comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados: Aviso nº 1641-TCU, de 5 de dezembro de 2012. Cuida de acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal do segundo quadrimestre de 2012 relativos aos seguintes órgãos: Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados e outros. Enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato nº 02/2009-CMA. Aviso nº 163-TCU, de 28 de fevereiro de 2013. Trata do relatório de monitoramento com o objetivo de examinar os procedimentos adotados pelos órgãos auditados quanto ao cumprimento das determinações e recomendações constantes do acórdão nº 3.137/2011-TCU-PLENÁRIO, referente a renúncia fiscal instituída pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI. Matéria constante do AMA nº 5/2012, que teve como relator o Senador Pedro Taques. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso nº 175-TCU, de 28 de fevereiro de 2013. Encaminha relatório de atividades do TCU referente ao 4º trimestre do exercício de 2012. Enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Conforme Análise Prévia, os seguintes Avisos serão distribuídos para relatoria: AVS nº 85/2012. Encaminha o Aviso nº 1555-TCU, de 21 de novembro de 2012. Cuida de relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. AVS nº 86/2012. Encaminha o Aviso nº 153-SESES-TCU-1ª CÂMARA, de 4 de dezembro de 2012. Cuida de embargos de declaração opostos pelo BACEN contra acórdão do TCU. Enquadrado no inciso II do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. AVS nº 6/2013. Encaminha o Aviso nº 47-TCU, de 6 de fevereiro de 2013. Cuida de representação formulada pela Secretaria da Macroavaliação Governamental – SEMAG acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos de que trata o inciso III do art. 159 da Constituição de 1988. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso nº 33-TCU, de 30 de janeiro de 2013. Cuida de tomada de contas especial decorrente da conversão do relatório de auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados por equipe do TCU em Furnas Centrais Elétricas S.A., com o objetivo de subsidiar os trabalhos da CPMI dos Correios, da CPMI do Mensalão e da CPI dos Bingos, do Senado Federal. Enquadrado no inciso VII do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso nº 59-TCU, de 6 de fevereiro de 2013. Cuida de acompanhamento das ações adotadas pela ANATEL para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (GECOPA), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações. Enquadrado no inciso VII do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso nº 66-TCU, de 6 de fevereiro de 2013. Cuida de relatório de levantamento de auditoria realizado pela SECOB HIDRO nas obras de adaptação do armazém para terminal marítimo de passageiros no porto de Salvador/BA – empreendimento que se insere na matriz de responsabilidades da Copa do Mundo de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso nº 91-TCU, de 20 de fevereiro de 2013. Cuida de solicitação do Congresso Nacional formulada pela CMA, com vistas à realização de auditoria operacional na execução dos contratos de concessão de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o emprego industrial da substância sulfidrato de sódio, tendo por convidados: 1. Ministério do Meio Ambiente; 2. Ministério da Saúde; 3. Ministério do Trabalho e Emprego; 4. Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); e 5. Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (AICSul)". Autoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Não Lido. **ITEM 2) REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, que "Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V da Constituição Federal, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvido nesta Comissão de Fiscalização e Controle o senhor Marcos Valério Fernandes Souza, a respeito de suas declarações à Procuradoria Geral da República relativas ao Banco do Brasil". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Não Lido. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 20, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 563/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento instaurado com o objetivo de dar continuidade à fiscalização das atividades de gerenciamento das ações relativas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 no âmbito do Ministério do Esporte, no exercício de 2011. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte. Re-

sultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Esporte (RMA nº 2/2013). **ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º Bimestre de 2012". Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2003 – Não Terminativo**, que "Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná". Autoria: Deputado Luciano Pizzatto. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2006 – Não Terminativo**, que "Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em

pagamento o imóvel que especifica". Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CCJ e três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2007 – Não Terminativo**, que "Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto aos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde "Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pela Autora. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)". Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Lido o relatório, adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2011 – Terminativo**, que "Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes". Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório. Adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, de 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório. Adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, de 2012 – Terminativo**, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos". Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 1, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, parágrafo 2º da CF, informações do Ministério da Justiça sobre a realização e em que fase se encontram os estudos para a ampliação da Terra Indígena Enawenê Nawê, no Estado de Mato Grosso, inclusive com a indicação em mapa da extensão territorial, abrangendo os municípios de Juína, Sapezal e Brasnorte. Autoria: Senador Blairo Maggi e outros. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 05/03/2013

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Senador Luiz Henrique, tenho vários comunicados a fazer, mas V. Exª me pediu que pudesse relatar o seu projeto. Parece-me que ele é terminativo, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ele é terminativo. Nós não temos quórum para deliberar, mas, se V. Exª quiser, pode ler que abrimos a discussão e o deixamos em aberto para, na próxima reunião ou mais à frente, quando tivermos o quórum para discussão, darmos prosseguimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, eu já fiz uma sugestão, no sentido de que seja acatada, Presidente, a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti que altera o rito de trabalho do Senado Federal, reservando uma semana inteira para os trabalhos de comissões e a outra para trabalhos de plenário, o que nos permitiria não manter essa coincidência de comissões funcionando ao mesmo tempo.

Veja V. Exª que nós temos aqui quase nenhum quórum, porque, neste instante, se realiza reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, era muito importante que ocupássemos manhãs e tardes em trabalhos de comissões, para que nós pudéssemos ter efetivamente uma participação igualitária, em termos de quórum de todas as comissões.

Então, se V. Exª concordar com a inversão de pauta, eu passaria a ler o meu parecer. E vou fazê-lo de forma sucinta, até porque o avulso do parecer e do projeto já foi distribuído às Srªs e aos Srs. Senadores e trata-se de matéria já aprovada unanimemente na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu a relatei também.

Vou fazer então a leitura sucinta.

Trata-se de Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador e hoje Ministro Marcelo Crivella, que visa alterar a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2011, para incluir a obrigatoriedade de adoção da tensão bivolt nos equipamentos elétricos e eletrônicos de uso doméstico, comercializados no Brasil.

O projeto é, em princípio, uma louvável iniciativa. No entanto, há uma diversidade de opção por redes de 110 e de 220 volts em diferentes regiões do País. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), os fabricantes montadores de equipamentos eletrônicos dependem de componentes fabricados por outras empresas, alguns deles importados. Assim, a obrigação criada pelo projeto de lei imporia uma alteração forçada em toda a cadeia de fornecimento, na contramão dos processos consolidados atualmente no Brasil e no mundo, o que inevitavelmente implicaria prejuízo à competitividade da indústria nacional.

Assim, em razão desses e de outros argumentos que estão estabelecidos no parecer, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 582 e ratifico que este mesmo parecer foi aprovado, unanimemente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Então, coloco em discussão a matéria, que fica adiada até que tenhamos outros Senadores para fazer a discussão e, após, vamos encerrá-la e votar.

Agradeço a V. Exª...

(É a seguinte a matéria adiada:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 582, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela rejeição.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ...e aproveito, Luiz Henrique, para submeter à deliberação do Plenário a inclusão de um Requerimento extrapauta de minha autoria que versa o seguinte:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 1, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, parágrafo 2º da CF, informações do Ministério da Justiça sobre a realização e em que fase se encontram os estudos para a ampliação da Terra Indígena Enawenê Nawê, no Estado de Mato Grosso, inclusive com a indicação em mapa da extensão territorial, abrangendo os municípios de Juína, Sapezal e Brasnorte.
Autoria: Senador Blairo Maggi e outros

Aqueles que aprovam a inclusão do Requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu gostaria, então, de colocar em votação este Requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveitando, então, vou fazer a leitura dos comunicados neste momento.

Comunicados da Presidência

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Aviso nº 28, de 2013, GM, que encaminha a Nota Informativa nºs 5/2013, do Departamento de Planejamento Estratégico do Ministério de Minas e Energia, em respostas ao Requerimento nº 960/2012, na origem, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata de esclarecimento sobre matéria publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "Trinta e dois parques eólicos estão parados à espera de transmissão de energia".

– Ofício da SGP nº 6.380, de 2012, que comunica a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo de moção apresentada pelo Deputado José Bittencourt, que apela pela elaboração, apresentação e aprovação de uma propositura legislativa que proíba o uso de animais em propagandas, peças publicitárias ou informes que lhes provoquem desconforto e estresse.

– Ofício nº 1.524, de 2012, que encaminha a representação da formulação pela Srª Teodora Sampaio dos Reis Oliveira, por meio da qual é sugerida a obrigatoriedade de publicação de código de ética médica em clínicas, hospitais, estatutos de servidores públicos e órgãos públicos, entre outros, pois trariam melhora nos serviços prestados aos cidadãos, que poderiam fiscalizar e acompanhar o cumprimento das normas aplicáveis a cada órgão ou estabelecimento.

– Correspondência de autoria do Sr. José Renato Marques, com pedido de encaminhamento de modificações na legislação ambiental, para que a responsabilidade de terceiros acusadores e causadores de danos ambientais seja aferida, não apenas na responsabilidade do proprietário da terra em que ocorre o delito ambiental.

– Ofício nº 373, de 2012, do MP, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 870, de 2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

– Aviso nº 226, de 2012, Ministério do Meio Ambiente, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 705, de 2012, na origem, de autoria do Senador Pedro Taques.

– Aviso nº 1.110 da Casa Civil, que encaminha respostas ao Requerimento de Informação nº 871, de 2012

– Aviso nº 1110/SE-CCIVIL/PR, que encaminha resposta ao requerimento de informação nº 871/2012 (RMA nº 86/2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg). O aviso informa que o órgão competente para tratar da matéria objeto do requerimento de informação é o Ministério da Integração Nacional.

– Ofício nº 810/MCTI, que encaminha resposta ao requerimento de informação nº 873/2012 (RMA nº 88/2012, na origem, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg).

Leitura de avisos, em conformidade ao ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

– Aviso nº 1641-TCU, de 5 de dezembro de 2012, que cuida de acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal do segundo quadrimestre de 2012 relativos aos seguintes órgãos: presidência da república, Senado Federal, Câmara dos Deputados e outros. Enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 163-TCU, de 28 de fevereiro de 2013, que trata do relatório de monitoramento com o objetivo de examinar os procedimentos adotados pelos órgãos auditados quanto ao cumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 3.137/2011-TCU-plenário, referente a renúncia fiscal instituída pelo regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura – REIDI. Matéria constante do AMA nº 5/2012, que teve como Relator o Senador Pedro Taques. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 175-TCU, de 28 de fevereiro de 2013, que encaminha relatório de atividades do TCU referente ao 4º trimestre do exercício de 2012. Enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Os avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores pelo período de sete dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados.

– Aviso nº 85/2012, que encaminha o Aviso nº 1555-TCU, de 21 de novembro de 2012, que cuida de relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 86/2012, que encaminha o Aviso nº 153-SESES-TCU-1ª câmara, de 4 de dezembro de 2012, que cuida de embargos de declaração opostos pelo Bacen contra acórdão do TCU. Enquadrado no inciso II do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 33-TCU, de 30 de janeiro de 2013, que cuida de tomada de contas especial decorrente da conversão do relatório de auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados por equipe do TCU em Furnas Centrais Elétricas S.A., com o objetivo de subsidiar os trabalhos da CPMI dos Correios, da CPMI do mensalão e da CPI dos bingos, do Senado Federal. Enquadrado no inciso VII do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 59-TCU, de 6 de fevereiro de 2013, que cuida de acompanhamento das ações adotadas pela Anatel para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Gecopa), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações. Enquadrado no inciso VII do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso nº 6/2013, encaminho o Aviso nº 47 do TCU, de 6 de fevereiro de 2013, que cuida de representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental, acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos de que trata o inciso III do art. 159 da Constituição Federal de 1988, enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato nº 2/2009, da CMA.

– Aviso nº 66, do Tribunal de Contas, de 6 de fevereiro de 2013, cuida de relatório e levantamento de auditoria realizado pela SecobHidro nas obras de adaptação do armazém para terminal marítimo de passageiros do Porto de Salvador, na Bahia, empreendimento que se insere na matriz de responsabilidades da Copa do Mundo de 2014, enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato nº 2/2009 da CMA.

– Aviso nº 91 do TCU, de 20 de fevereiro de 2013, cuida de solicitação do Congresso Nacional, formulada pela CMA, com vistas à realização de auditoria operacional na execução dos contratos de comissão dos serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários, enquadrados no inciso V do art. 2º do Ato nº 2/2009, da CMA.

Conforme análise prévia, esses avisos serão distribuídos para relatoria.

Eu não tenho nenhum relator de projeto neste momento. Gostaria de convidar o Senador Rodrigo Rollemberg para que viesse até a Mesa, para que possa, aqui, falar um pouco da sua gestão, dos últimos dois anos, porque na nossa eleição e na nossa posse o Senador Rodrigo Rollemberg estava doente, adoentado, e não pôde estar presente. Eu gostaria de abrir aqui, então, a exceção para que o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg possa fazer uso da palavra e falar um pouco sobre a sua gestão.

E, obviamente, Senador Rodrigo, eu quero aproveitar, enquanto o senhor vai chegando aqui, para lhe agradecer pelos dois anos, pela forma como conduziu a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. Foram dois anos de muito trabalho. Passaram por aqui matérias importantes nesse período. Destaco aqui o novo Código Florestal, que foi amplamente discutido no Brasil inteiro, passou por várias comissões, mas aqui na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle o Senador Rodrigo Rollemberg teve um trabalho bastante grande e um desempenho tão grande quanto o trabalho. Não deixou que as discussões descambassem para discussões que não eram de interesse aqui, onde alguns interesses políticos estavam presentes. Então, o Senador Rodrigo Rollemberg teve muita competência, paciência, e conduziu, e nós concluímos aqui também... o Senador Luiz Henrique foi Relator na Comissão de Agricultura. Os dois trabalharam muito próximos, praticamente em todas as audiências, e as coisas foram no conjunto dessas comissões.

Então, Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero passar a palavra a V. Exª, mas antes dizer o seguinte: ontem eu estava lá na Fazenda Tanguro, aonde V. Exª foi comigo e eu liguei para a sua secretária porque, nesses dias atrás o Senador Rodrigo Rollemberg disse que acabou a botina que ele trouxe lá da fazenda. Eu falei: vou levar uma botina para o Senador Rodrigo Rollemberg.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está usando, ainda, não é? Então, eu liguei para a Secretária. Demorou uma meia hora e me deram o seu número: 39. Era bem o número que não tinha na fazenda, Senador. Então, eu vou ficar devendo para V. Exª e, em outra oportunidade que for lá, vou trazer uma botina nova para V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas o meu número verdadeiro é 40.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ah, então ainda bem que não veio.

Senador Ataídes, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, eu gostaria só de obter uma informação. Esta nobre Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle... Eu pergunto a V. Exª se esta Comissão é competente para declinar a respeito de solicitação de informação sobre as confederações hoje componentes do Sistema S. Se esta Comissão tem competência para aprovar um requerimento de informação junto à nossa suprema corte de fiscalização, o TCU, sobre essas informações. Temos competência para tal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – De requerimento, só Ministros e aqueles que são subordinados à Presidência da República. Não podemos pedir informações aos demais órgãos.

Audiências públicas é possível, mas pedido de informação, não. Não é competência da Comissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, quero, em primeiro lugar, agradecer as suas palavras elogiosas a minha pessoa, a sua gentileza e a oportunidade de falar aos membros desta Comissão.

Já tive oportunidade, no fim do ano passado, de fazer um breve registro dos trabalhos desta Comissão. Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu Partido a honraria que me concedeu, no meu primeiro ano de mandato, estreando no Senado como Senador, a oportunidade de presidir uma comissão tão importante como a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É claro que o meu trabalho foi facilitado pelo imenso espírito público presente nos membros desta Comissão, Senadores experientes, ex-governadores, ex-ministros, enfim, que, com espírito público, tornaram muito mais fácil o trabalho desta Comissão.

Não posso deixar de agradecer a todos os membros da Comissão, todos os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão e, de forma muito especial, a todo o corpo funcional, a todos os servidores da Comissão de Meio Ambiente, e o faço em nome da secretária desta Comissão, servidora Leany, os quais, com imenso espírito público de todos, estiveram sempre prontos e disponíveis para o trabalho.

Foram realmente dois anos de muito trabalho, tivemos a discussão de dois temas da maior relevância para o futuro do País e da humanidade; o Código Florestal, tema extremamente complexo, que chegou ao Senado Federal num clima de muita animosidade, de muita disputa e que o Senado buscou construir e conseguimos construir um ambiente de equilíbrio, um ambiente de diálogo, onde as quatro comissões por onde tramitou o projeto realizaram audiências públicas conjuntas, ouvimos diversos segmentos da sociedade, a comunidade científica e elaboramos um projeto, que não era perfeito, mas que foi reconhecido posteriormente como um Código Florestal equilibrado. Após as mudanças que foram feitas na Câmara, quando o projeto retornou para Câmara e com as mudanças feitas na Câmara houve um entendimento quase que generalizado, até por alguns que criticaram no processo o Código Florestal produzido no Senado de que o Senado efetivamente tinha produzido um texto equilibrado.

Também tivemos um papel importante nos debates que antecederam a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e aqui mais uma vez quero agradecer a colaboração de todos os servidores. Ao longo desses dois anos de gestão tivemos 115 reuniões convocadas e realizadas, tivemos 453 matérias apreciadas, entre projetos de lei, requerimentos, propostas de fiscalização e controle, avisos e emendas e tivemos 52 projetos de lei aprovados, como o projeto de reforma do Código Florestal; o que determina que os valores dos tributos indiretos que incidem sobre bens e serviços constarão nas notas ou cupons fiscais; o que determina medição individualizada do consumo hídrico das edificações condominiais; o que define obrigatoriedade de auditorias periódicas do Tribunal de Contas da União sobre as agências reguladoras; o que proíbe a exigência de cheque caução ou similar por prestador de serviços de saúde; o que cria o Fundo Nacional de Aterro Sanitário; o que eleva as multas para quem comete crimes ambientais; e o que institui a Política Nacional de apoio aos agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, entre outros.

Nós tivemos um trabalho também bastante intenso nas subcomissões desta Comissão, inclusive na Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa, presidida por V. Exª, e implantamos o Portal Copa Transparente, que se transformou numa referência de acompanhamento dos gastos públicos, caminhando no sentido de dar maior transparência ao gasto público, entendendo que a melhor forma de utilizar o recurso público é colocando luzes sobre ele, sobre a sua utilização, para garantir a utilização adequada.

Também realizamos alguns eventos, como o seminário internacional "Diálogos sobre o Protocolo de Nagoya"; o colóquio internacional sobre a Carta da Terra; o lançamento do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente; o colóquio sobre o Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental; além da exposição do Dia do Meio Ambiente; a exposição Cerrado Vivo; Mostra de Cinema Ambiental; o seminário internacional "Água e Transdisciplinaridade"; além do colóquio "A Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção".

Portanto, sinto-me muito honrado de ter sido Presidente desta Comissão. Para mim, foi uma experiência extremamente enriquecedora. Agradeço a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão pelo espírito solidário, pelo espírito de colaboração.

E, mais uma vez, agradeço a todos os funcionários desta Comissão pelo trabalho, pela amizade e pelo espírito de cooperação que se instalou, nesta Comissão, desde o primeiro dia.

E agradeço a V. Exª, Senador Blairo Maggi, pelo reconhecimento, pela amizade que construímos nesta Comissão, pela oportunidade de conhecer opiniões diferentes e, com isso, tentar construir uma posição que demonstrasse o equilíbrio entre as diversas opiniões. Desejo a V. Exª que tenha uma gestão bastante produtiva nesta Comissão.

Nós temos um grande desafio na agenda ambiental, que é a implementação do Código Florestal Brasileiro. Temos que acompanhar também os resultados da Rio+20, para que eles não se percam e que possamos continuar pressionando para a construção de novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável, além, é claro, das atividades desta Comissão relativas ao controle e fiscalização dos atos do Governo, especialmente em relação às obras da Copa e das Olimpíadas, e de toda a agenda relativa à defesa do consumidor.

Mas tenho certeza de que V. Exª, com a experiência que tem de ex-governador, de membro atuante desta Comissão nos últimos dois anos, tem todas as condições para realizar um bom trabalho à frente da Comissão de Meio Ambiente. De minha parte, conte comigo, com minha assiduidade, com minha presença permanente nesta Comissão, buscando dar a minha contribuição para apreciação e aprovação dos projetos de interesse nacional.

Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de mais nada, já fiz aqui na última sessão, mas eu queria muito cumprimentar o Senador Rodrigo pela sua brilhante condução da CMA.

Nós tivemos a responsabilidade, com o Senador Luiz Henrique, com os vários colegas, com o próprio Senador Blairo, de trazer para cá a solução de um dos mais polêmicos temas do nosso País, que seguem sendo um desafio, como o regramento sobre o acesso aos recursos naturais e o uso do solo no Brasil.

Não fosse a maneira aberta ao diálogo do Senador Rodrigo Rollemberg e o respeito que carrega na sua trajetória política, certamente, nós não teríamos feito o trabalho que conseguimos fazer a duras penas – é verdade. Então, eu queria cumprimentar V. Exª. Eu aprendi a respeitá-lo mais ainda na convivência, nesses dois anos, tendo V. Exª presidindo a CMA. Então, falo e sei que o conjunto dos colegas tem o mesmo pensamento.

Eu queria, ao mesmo tempo, desculpando-me com o Senador Blairo – eu liguei para ele, não pude estar aqui, estava numa viagem no Rio de Janeiro, acompanhando o Presidente Lula, num evento oficial, representando o Senado –, desejar ao Senador Blairo também uma boa condução.

Sei que há um trabalho muito dedicado do Senador Rodrigo, mas, certamente, o ex-governador, empresário e muito conhecedor também dos problemas que são tratados aqui, o Senador Blairo, certamente nos ajudará a fazer uma agenda inovadora aqui na Comissão; e, sendo titular da Comissão, espero dar minha contribuição nos próximos anos. Agora na função de 1º Vice-Presidente do Senado, também quero me somar aos esforços dos colegas, cumprimentando também o Senador Amorim, Vice-Presidente da nossa Comissão, e, mais uma vez, agradecer ao Rodrigo, desejando um bom trabalho ao Senador Blairo, que, na época do Código, também dialogou conosco, levou-nos a suas propriedades para vermos – eu pude ver de perto o trabalho feito na busca de sustentabilidade das propriedades –, todos fomos lá.

Acho que o desafio desta Comissão neste ano é enorme, seguimos tendo um desafio muito grande vinculado aos consumidores do nosso País, há situações muito graves, a Fiscalização e Controle, como é o nome dela, e a causa ambiental. Se o Código Florestal foi uma matéria das mais importantes que apreciamos nos últimos dois anos, acho que a agenda pós-Código tem igual importância. Se nós não implementarmos esse Código, se o CAR não virar uma realidade imediatamente, se os Estados e Municípios e a própria

União Federal não se envolverem na implementação dessa lei, ela pode correr o risco de virar mais uma lei que não saiu do papel, e isso esta Comissão não pode permitir.

Acho que nós temos que, inclusive, Senador Blairo, fazer um calendário – e eu queria deixar a primeira sugestão, porque é a primeira sessão de que participo sob a presidência de V. Exª: que procuremos estabelecer um calendário de acompanhamento da implementação do novo Código Florestal, porque é a implementação dele que vai resgatar o tamanho do ganho que o Brasil terá com a sua implementação.

Nós mantivemos a lei com a rigidez que havia antes e estendemos a mão para uma aproximação dos agricultores com o meio ambiente, mas acho que esta Comissão terá como tarefa chamar as autoridades do Governo Federal, pedir contas de como está andando a implementação do novo Código, as estaduais, as municipais, e também o setor produtivo, para que a gente possa levar adiante essa lei que elaboramos com tanto sacrifício e que teve, na figura do Senador Luiz Henrique, o grande mestre da condução. Ele, como ex-governador, prefeito, Senador e Parlamentar que sempre ocupou na Câmara e aqui no Senado. Eu tirei lições e espero seguir tirando aqui na Comissão.

Mais uma vez, Senador Rodrigo, muito obrigado pela maneira correta e exemplar com que V. Exª conduziu esta Comissão nesses dois anos, e sei que será fonte de inspiração para o Senador Blairo que assume a condução desta Comissão tão importante do Senado agora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Antes de passar a palavra para o Senador Rodrigo novamente, vou ouvir o Senador Luiz Henrique. Por favor, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª sabe, Sr. Presidente, eu exerci cinco mandatos na Câmara Federal e, ao longo daquele período, eu acompanhei à distância a construção da carreira brilhante que o Senador Rodrigo Rollemberg fez aqui em Brasília, uma carreira feita com voto de opinião, uma extraordinária carreira feita com voto de opinião.

O Senador Rodrigo Rollemberg amealhou um grande capital, mas um grande capital ao longo da sua vida pública, um capital de credibilidade, um capital de confiança e de apoio popular. Esse capital se fez transparecer aqui, ao longo dos últimos dois anos, na condução da Comissão de Meio Ambiente.

O Senador Jorge já enfatizou a importância da sua participação na condução dos trabalhos nesta Comissão, mas também intervindo com propostas, com emendas, com uma agenda de debate que mobilizou o País todo em função da apreciação do Código Florestal.

Eu quero, portanto, cumprimentar V. Exª, dizer da minha admiração por V. Exª, e cumprimentar, também, o novel Presidente da nossa Comissão, Senador Blairo Maggi, que deu também uma contribuição extraordinária para que esse Código estabelecesse o equilíbrio entre as diversas correntes de pensamento do nosso País.

E quero fazer uma sugestão, uma proposição. Tramita no Senado Federal pedido de declaração de inconstitucionalidade do Código. Que nós, sob o comando do nosso Presidente, fôssemos em comissão manter contato no Senado Federal com o Presidente e com o Relator dessa matéria.

É a proposição que faço para que nós possamos, Senador Jorge Viana – V. Exª que foi tão fundamental na elaboração desse texto tão equilibrado – esclarecer a mais alta Corte do País da absoluta preocupação que tivemos, todos nós, em aprovar um texto submisso à Carta Magna do nosso País.

É a sugestão que eu deixo para que nós não tenhamos inviabilizado o trabalho que realizamos por uma decisão do Poder Judiciário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Nós vamos avaliar e discutir com os membros da Comissão a possibilidade de irmos, então, ao Supremo Tribunal Federal para falar sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar e também cumprimentar o ex-Presidente dessa Comissão, colega que tem o DNA sergipano como eu, Senador Rodrigo Rollemberg. Saiba, Rodrigo, que você será uma referência para todos nós na condução da Comissão. O senhor é a sensação do dever cumprido, e bem cumprido. Então, agradeço aí pelo seu trabalho, todos nós brasileiros.

Então, uma boa referência aí para os próximos anos. Estamos aqui à disposição. E o senhor que continuará, com certeza, nos ajudando aqui na boa condução dessa Comissão. Mais uma vez, parabéns, e tenha certeza de que o dever foi cumprido, bem cumprido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, nosso Vice-Presidente nessa Comissão.

Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, na mesma linha, eu quero fazer novamente as referências que fiz ao Senador Rodrigo Rollemberg e que foram permanentes ao longo de toda a sua gestão à frente da CMA. Quero dizer a ele que, como disse aqui o Senador Jorge Viana, ele marca, marcou o seu

mandato por uma gestão que honra a todos os seus pares, Senador Rollemberg. S. Exª falou em capital; V. Exª amealhou um capital na Capital do nosso País, e isso dá a V. Exª um futuro que todos nós já estamos... apesar de não termos uma bola de cristal como a do Ministro Mantega, porque a dele é meio ofuscada, porque ele diz que vai ter o PIB de 5% e aí o PIB dá de 0,9%, então, a bola nossa que não seja igual à do Ministro Mantega, porque ela prevê o futuro de grandes alegrias para os nossos brasileiros do Distrito Federal.

Quero parabenizá-lo, porque, como já o fiz, tenho certeza que o Senador Blairo vai dar continuidade à gestão de V. Exª à frente da CMA, para que a gente possa... Essa é uma das comissões de maior importância do Senado Federal, e está em boas mãos com o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa, pelas palavras.

Vamos tentar dar conta do recado aqui. Não é fácil substituir um Pelé, mas vamos lá, vamos em frente.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, demais Senadores e Senadoras, eu faço minhas as palavras de todos os Senadores que me antecederam em relação ao reconhecimento ao trabalho, à dedicação e à eficiência e à forma de conduzir do nosso Senador Rodrigo Rollemberg na condição de Presidente desta Comissão. Aliás, nenhuma novidade, porque ele tem essa forma como prática de vida, sempre atencioso, responsável e compromissado com a questão pública, e, no caso desta Comissão, com a relevância que tem este tema nas nossas vidas e, consequentemente, com a responsabilidade.

Mas gostaria de dar o testemunho também de ter tido o prazer de ser membro desta Comissão, como também de ser seu companheiro na Globe International, que é uma entidade internacional com representação aqui no Brasil, onde, além do Senador Rodrigo Rollemberg, há outros Senadores e Deputados que fazem parte, e o Senador foi fundamental para nos ajudar na condução nesse período da Globe, nos representando em vários eventos internacionais, nacionais, na organização da 1ª Conferência Mundial dos Parlamentares, que antecedeu a Rio+20, no Rio de Janeiro, a ponto de ser credenciado como o mais novo futuro vice-presidente internacional da Globe. Então é um testemunho claro de reconhecimento ao seu trabalho, à sua dedicação, à responsabilidade e ao seu compromisso com a vida pública.

O que nos deixa feliz é que, ao saber que V. Ex está deixando o cargo de Presidente, sem dúvida nenhuma, está passando essa responsabilidade a alguém que tem, com certeza, as mesmas práticas, os mesmos compromissos e a competência, para que nos deixe com a tranquilidade para que, nos próximos dois anos, tenhamos também a condução do nível que V. Exª aqui exerceu, com o nosso Presidente Blairo Maggi, bem como com o Vice-Presidente Eduardo.

Então, essa é a nossa tranquilidade e o nosso reconhecimento. Mais uma vez parabenizo o ex e o atual.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Passo a palavra, então, ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, mais uma vez quero agradecer as palavras generosas e carinhosas suas, do Senador Luiz Henrique, do Senador Jorge Viana, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Cícero Lucena, do Senador Eduardo Amorim; Senadores com quem tive a honra de conviver e construir relações de amizade e de admiração.

Fico lisonjeado com esse reconhecimento. Sei que parte dele é em função da amizade construída nesse período. Mas quero registrar que procurei dar o melhor de mim ao longo desses anos.

Sabia que nós teríamos agendas difíceis, extremamente complexas, como o Código Florestal. Quero registrar que eu temi quando me sentei pela primeira vez nessa cadeira e vi a qualidade dos Senadores que faziam parte desta Comissão que eu presidiria, mas logo percebi que a importância desses Senadores no cenário político nacional seria uma contribuição para favorecer e facilitar o nosso trabalho. E foi o que de fato aconteceu.

Eu quero desejar que Deus ilumine V. Exª, Senador Blairo Maggi, o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente desta Comissão, como disse ele, quase um conterrâneo. Continuo com parte do meu coração em Sergipe. Mas tenho certeza de que, pela experiência que V. Exª adquiriu como governador de Estado e a própria evolução em função de toda essa interação com o movimento ambientalista, mudança de concepção que o próprio setor produtivo adquiriu no Brasil nos últimos anos. Nós precisamos romper com o paradoxo de achar que o Brasil não pode aumentar a sua produção agrícola e pecuária sem preservar o meio ambiente. Pelo contrário, eu acho que os desafios,os novos paradigmas que se colocam para o desenvolvimento da humanidade, exatamente, apontam no sentido de que é absolutamente imprescindível, indispensável, aliar a ampliação da produtividade, ampliar a produção de alimentos com a preservação da biodiversidade, com a preservação dos nossos rios, das nossas águas. E é esse o grande desafio que está colocado para esta Comissão.

Neste sentido eu compartilho da preocupação do Senador Jorge Viana, do Senador Luiz Henrique de que nós temos um grande desafio pela frente – esta Comissão na sua vertente vinculada ao meio ambiente e vinculada à fiscalização e controle –: de cobrar, de acompanhar e de influir na implementação do nosso Código Florestal, do Cadastro de Ambiental Rural, do Programa de Regularização Ambiental, para que nós levemos efetivamente segurança jurídica e tranquilidade ao meio rural brasileiro e que possamos ter um ambiente no campo que concilie produção agrícola com preservação ambiental.

Mais uma vez desejo muito sucesso a V. Exª, Senador Blairo Maggi, Senador Eduardo Amorim, colocando-me a inteiramente à disposição como membro desta Comissão para contribuir naquilo que estiver ao meu alcance para o interesse nacional.

Muito obrigado e boa sorte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi . Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, mais uma vez, esta Comissão agradece o seu empenho, o seu trabalho e a dedicação que fez durante os últimos dois anos para que esta Comissão pudesse andar de acordo.

Eu quero aqui concordar 100% com as observações que foram feitas com respeito ao acompanhamento desse Código da implementação, porque se antes nós vivíamos uma época de incertezas com respeito aos caminhos que os setores produtivos do Brasil iam trilhar, porque nos tínhamos pendências jurídicas, interpretações muito diferente da legislação também. Juízes davam uma condição aqui outros negavam por lá e assim as coisas iam andando.

Com o advento do novo Código, nós colocamos tudo às claras, discutimos aqui e achamos que todos estariam entendo do que nós queríamos colocar na legislação. Agora, já há nova ação do Supremo Tribunal Federal e isso faz com que muitos pensem em adiar a sua adesão ao Código porque não sabem se ele continuará assim ou não.

Então, é importante as colocações que foram feitas aqui e nós devemos nos preocupar com isso e, o mais rápido possível, dirimir essas dúvidas para que os setores produtivos possam fazer a adesão.

Eu percebo pelo meu Estado, Senador Rodrigo Rollemberg, o Estado do Mato Grosso, onde essas questões que estão sendo colocadas na Justiça não têm muita interferência, os produtores estão em uma velocidade bastante grande procurando se regularizar, porque todos querem trabalhar de forma correta e de forma transparente.

Então, mais uma vez muito obrigado e vamos a nossa pauta.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2012
– Não Terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º bimestre de 2012.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, parecer da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre a Mensagem nº 85, de 2012, do Congresso Nacional nº 413/2012, na origem, que encaminha, em cumprimento ao §4º do art. 67, da Lei nº 12. 465, de 121 de agosto de 2011, o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 4º bimestre de 2012.

Como V. Exª expôs, eu sou o Relator e o autor é o Poder Executivo.

Relatório, Sr. Presidente.

Como é uma rotina de trabalho, e é papel preponderante desta Comissão, vou fazer uma resumida apresentação.

Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no anexo de metas fiscais da LDO 2012, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, nos termos do §4º do art. 67 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, um relatório de avaliação de receitas e despesas da União referente ao quarto bimestre de 2012, contendo análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas primárias para o exercício, concluindo que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na terceira avaliação bimestral de 2012 podem ser mantidos.

Esse é o relatório, e aí temos os parâmetros macroeconômicos, a análise das receitas primárias, e eu passo então para o resultado da avaliação referente ao quarto bimestre de 2012.

Como o resultado da reestimativa de receita primária líquida para o exercício de 2012 apresenta um acréscimo de R$361 milhões, e as despesas primárias de execução obrigatória apresentam igual acréscimo, de R$361 milhões, o Poder Executivo concluiu, no relatório de avaliação de receitas e despesas da União referente ao quarto bimestre de 2012, conforme tabela 4, que é parte deste documento, que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na

terceira avaliação bimestral de 2012 podem ser mantidos. Aqui temos a tabela.

E passo para o voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 85, de 2012, Congresso Nacional, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo e determine o seu arquivamento.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Então, em discussão, o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Nós vamos ao Item...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª, ou consultar o Plenário, a possibilidade de inversão de pauta, para que nós pudéssemos apreciar o Item 10. É o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, de minha autoria, que tem como relator o Senador Ivo Cassol. É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senador Ivo Cassol não se encontra presente para relatar o projeto, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª poderia designar um...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nós já ligamos para ele, ele deve chegar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...*ad hoc*. Para que o projeto possa caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa, estou aqui com o "auxílio dos universitários", já que estou começando agora. É o seguinte: para colocar um relator *ad hoc*, ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que haver três sessões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ... é depois de três sessões. Então eu pediria para ao senhor paciência...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, pedir ao Senador Ivo...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – e vamos achar o Senador Ivo, para que ele venha para cá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... para que ele venha até aqui ou que na próxima terça-feira ele esteja conosco também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Perfeitamente, muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos então ao:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 612, de 2007
– Não Terminativo -

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação com uma emenda.
Observação: A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Educação.

Com a palavra, o Relator Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como o relatório já foi distribuído em outra oportunidade e aqui também, eu vou direto à análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-A, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio-ambiente e à conservação da natureza.

Relativamente ao mérito, o Projeto de Lei em exame cumpre dupla função consoante o autor. Do ponto de vista de reciclagem e da proteção ambiental, aumenta o mercado consumidor para uma matéria-prima ecologicamente correta. Do ponto de vista da educação para o consumo e da educação ambiental, o projeto coloca alunos em fase de formação de referências e padrões culturais e de consumo em contato com material proveniente das práticas ambientais e de consumo corretos.

Devemos observar que diversos países, em especial os europeus, adotaram normas que determinam a aquisição pelo Poder Público de bens e serviços ambientalmente sustentáveis, as chamadas compras verdes.

A argumentação para a adoção de tais medidas é que o poder de compra do Estado estabelece um mercado seguro para tais produtos e serviços verdes, o que acarreta a formação de uma economia de escala que diminui os custos de produção e facilita a inserção na produção nacional.

Deve-se salientar que o Poder Público e a coletividade, conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal, têm a obrigação de preservar e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras. O projeto, portanto, agencia diretamente tal preceito constitucional.

O Estado, por meio do seu poder de compra, promove um mercado consumidor para produtos reciclados.

Ao mesmo tempo, a população em idade escolar é educada com relação aos aspectos do consumo ambientalmente sustentável.

Entretanto, as medidas preconizadas no PLS nº 612, de 2007, merecem ser adequadas em relação ao tempo disponível para a sua implementação. Em vez de se indicar o período de sua implementação ao longo dos anos determinados nos incisos I a III do art. 1º, convém a utilização de um período de tempo, definido em anos, após a publicação da lei.

Também é necessário tomar medidas para garantir o uso de papel de origem nacional e assegurar a qualidade de papel utilizado na impressão dos livros didáticos, pelo uso do material não reciclado e pelo uso do material reciclado do tipo pré-consumo.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007, a redação a seguir:

> *Art. 1º O papel utilizado nos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), do Ministério da Educação deverá conter fibras:*
>
> I – não recicladas, de origem nacional, com certificação florestal outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos internacionalmente e no Brasil, com a proporção de, no máximo, 80%;
>
> II – de origem nacional, com 20%, no mínimo, de fibras originárias de material reciclado dos tipos pré-consumo e pós-consumo, nas seguintes proporções:
>
> a) no mínimo um vinte avos de fibras oriundas de material reciclado do tipo pós-consumo, nos livros adquiridos após um ano e até dois anos da publicação desta Lei;
>
> b) no mínimo três vinte avos de fibras oriundas de material reciclado do tipo pós-consumo, nos livros adquiridos no terceiro ano da publicação desta Lei;
>
> c) no mínimo um quarto de fibras oriundas de material reciclado do tipo pós-consumo, nos livros adquiridos a partir do quarto ano da publicação desta Lei.

Essa seria a emenda e esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Senador Cícero Lucena.

Eu coloco em discussão.

O Senador Jorge quer discutir a matéria?

Então, em discussão a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria, porque eu gostaria, com todo respeito inclusive à emenda do Senador Cícero Lucena, de pedir vista dessa matéria e explico.

Esse projeto tem origem no Senador Casagrande, que foi o primeiro engenheiro florestal que trabalhou aqui, no Senado, e hoje é governador.

Acho que o Senador Cícero tomou o cuidado e tenta suprir alguns problemas que o projeto de origem tem. Então, eu queria cumprimentar V. Exª.

O meu pedido de vista, para que eu possa pôr também um pouco da minha contribuição, é no sentido de que esse papel usado nos livros didáticos no Brasil é todo subsidiado.

Há uma importação enorme desse papel. Há, inclusive, suspeita forte de que há desvio na aplicação desse papel importado, que ele vem desonerado do ponto de vista fiscal.

E há outro agravante. No senso comum, todos acham que, usando papel reciclado, você está fazendo um bem ao meio ambiente. É verdade, mas há custo e algumas implicações na reciclagem, já que, para se produzir papel, deve haver árvores, e, normalmente, quando você planta árvores, você tem também um processo que é sustentável, do ponto de vista ambiental. Mas o mais grave que eu vejo é que não podemos ter a simples conclusão de que "Olha, o material reciclado é melhor do que outro." Depende. Se você tem uma plantação sustentável para ter a produção de papel, como o nosso País está trabalhando para ter, é uma situação.

Mas eu o considero da maior importância – e ele é meritório – por conta da simbologia e do cuidado que nós devemos ter. E aqui é a comissão adequada, porque ou o mundo encontra um novo padrão de produção e de consumo ou então nós não vamos a lugar nenhum. E o que implica esse novo padrão de produção e consumo? É termos um consumo responsável: reciclar o

material, reutilizar o material. É claro que ainda tem um custo elevado, Senador Cícero, mas tende a diminuir cada vez mais esse custo de reciclagem.

Peço vistas com respeito, registrando aqui os avanços que o Senador Cícero fez com sua emenda, pois eu gostaria de poder apreciá-lo um pouco mais, inclusive no sentido deste aspecto que estou colocando, o da desoneração que você tem para o papel que chega ao Brasil hoje e o da facilitação, porque esse vai ser o ponto proibitivo para a reciclagem, quer dizer, aquilo que é uma vantagem, e principalmente porque estamos trabalhando com educação, com alunos... E o processo de ter materiais recicláveis – e aqui o Senado trabalha já; em alguns dos seus materiais, nós já usamos –, eu acho muito importante que ele seja na educação, inclusive, na confecção de livros.

Mas eu queria, pedindo a compreensão do Senador Cícero e assumindo o compromisso de o quanto antes trazê-la de volta, Sr. Presidente, pedir vistas dessa matéria, para que eu possa também apreciá-la, já, o quanto antes, inclusive combinando com o Senador Cícero de trazê-la de volta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, eu gostaria de solicitar vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Perfeitamente. Nós vamos, então, conforme o Regimento, conceder vistas por cinco dias. Então, na próxima reunião, V. Exª deve trazer o relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PE) – Eu agradeço os Senadores que pediram vista, no sentido de que o nosso papel aqui, a nossa disposição é aperfeiçoar os projetos, as boas iniciativas; aprimorá-las e adequá-las à realidade e, consequentemente, termos não apenas um projeto aprovado, mas um projeto que atenda os seus objetivos. Então, fico muito feliz com o pedido de vista e tenho certeza de que as contribuições que virão serão para aprimorar esse projeto, como V. Exª bem disse, do primeiro engenheiro florestal desta Casa, que é o hoje Governador Casagrande.

Mas eu tive exatamente essa preocupação, só a título de informação. O que ocorre, Presidente? No projeto original, o percentual do papel reciclado era um percentual bem maior. Qual o problema? Das informações que nós colhemos, a própria indústria de papel não teria condição. Nós não temos o volume necessário desse papel. Tivemos a preocupação exatamente de escalonar no tempo, vamos dizer assim, a proporção do produto reciclado; tivemos a preocupação também, Senador, de não permitir que esse papel reciclado seja importado, para que não possamos estar ajudando os outros países não cuidando do nosso.

Tivemos a preocupação também de colocar o pré-consumo e o pós-consumo, porque na indústria gráfica há um pré-consumo muito elevado. São as aparas que sobram na indústria gráfica, nos cortes da impressão das folhas. Tivemos exatamente essa preocupação.

Houve também a preocupação com a questão da tributação, que não é apenas sobre o papel. Esta Comissão tem de abraçar isso, e estamos nessa linha da redução da desoneração dos tributos de produtos reciclados, porque, além de ser uma bitributação da matéria-prima reaproveitada, é um desestímulo. Há uma sobrecarga no preço do material reciclado, muitas vezes em comparação à matéria-prima virgem.

Então, é fundamental que essa discussão possa acontecer.

E agradeço, com a consciência e a confiança de que virá a contribuição para aprimorar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Então, o Item 6 está sob vistas dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, até a próxima reunião nossa, na terça-feira.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 353, de 2011
– Terminativo -

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

– Matéria apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1-CI (substitutivo).

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, como o relatório já é de conhecimento de todos os membros da CMA, vou direto à análise, Sr. Presidente.

Segundo o autor da proposição original, os gastos com combustíveis corresponde a uma parcela significativa do orçamento familiar, sendo importante, portanto, que os consumidores contem com informações precisas e atualizadas sobre os preços mais favoráveis.

Atualmente, a ANP já informa na sua página eletrônica os preços de combustíveis praticados em todo o País, informação esta proveniente de pesquisas de preços semanal denominada Levantamento de Preços e Margem de Comercialização de Combustíveis, LPMCC. Implementada em agosto de 2000, o LPMCC abrange os seguintes combustíveis: gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel não aditivado, gás natural veicular e gás liquefeito de petróleo.

A pesquisa é feita, hoje, em 555 localidades, o que corresponde, aproximadamente a 10% dos Municípios brasileiros em conformidade com a metodologia estabelecida pela Portaria da Agência Nacional de Petróleo nº 202, de 15 de agosto de 2000.

A pesquisa é realizada com a visita pessoal a cada agente econômico, postos de venda, determinado na amostra. Dentre os inconvenientes desses procedimentos estão o custo de contratação de empresa para realizar pesquisa em todo o território nacional e a limitada efetividade dos resultados, na medida em que são obtidos a partir de amostragem estatística.

Nesse sentido, o Projeto de Lei originalmente apresentado, ao exigir que cada estabelecimento revendedor varejista informe, mediante sistema disponibilizado pela ANP na Internet, o preço atualizado dos combustíveis vendido traz, potencialmente, um ganho importante de eficiência no exercício das funções da Agência. Isso porque a fiscalização não mais se dará mediante o uso direto de estatística, mas da informação efetiva.

A estatística poderá ser usada tão somente para apoiar a fiscalização de postos de combustíveis e comprovar a veracidade das informações prestadas. Essa atividade em escala menor do que é hoje praticada para se estimar preço significa provável redução de custos para a ANP.

Nesse sentido, o objetivo do projeto de lei é excelente e está perfeitamente alinhado com as competências da Agência Nacional de Petróleo, que inclui a proteção dos interesses do consumidor.

Ocorre que os custos e os desafios de implantação não são pequenos. A ANP precisará de tempo e recurso orçamentário para desenvolver um sistema de recepção e divulgação da informação prestada pelos milhares de postos revendedores existentes em todo o território nacional.

A Agência estima em nota técnica sobre a matéria que tal desenvolvimento levará, no mínimo, 4 meses, caso sejam usados os ? atuais, o que causará impacto em outras atividades por ela executadas ou, pelo menos, 14 meses, se houver contratação específica de pessoal.

O custo de implantação do novo procedimento será expressivo, mas sua operação tende a implicar custo inferior ao atualmente pago à empresa que faz a pesquisa de preço, considerando a esperada redução de despesa com transporte e deslocamento.

A Agência Nacional de Petróleo considera que, não obstante os desafios operacionais, a proposta é conveniente e oportuna para o cumprimento de suas atribuições legais. Chama a atenção a posição da Agência exposta em nota técnica sobre o PLS nº 353, de 2011, dirigida ao Ministério de Minas e Energia de que são requisitos para implementação da nova sistemática com prazo compatível com o detalhamento a ser feito e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros adicionais.

Diante desses argumentos, a Comissão de Infraestrutura aprovou o substitutivo apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço, Relatoria *ad hoc* do Senador Sérgio Souza, que teve como principal mérito flexibilizar a implantação da nova sistemática, conferindo à ANP mais tempo para o desenvolvimento técnico dos procedimentos necessários e para o planejamento orçamentário e financeiro.

De qualquer forma, parece conveniente estabelecer um prazo máximo para que a ANP implemente a nova sistemática trazida pelo Substitutivo do PLS aqui analisado. Assim, a relatoria entende ser necessária a inclusão de dispositivo que fixe esse prazo em 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do respectivo PLS. Esse prazo deve ser suficiente para que a Agência adote as medidas necessárias ao cumprimento da lei.

Voto.

Embora consideremos oportuno o texto da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), recomendamos a fixação de prazo para implantação da sistemática prevista. Portanto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2011, nos termos da subemenda a seguir apresentada:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 353 (SUBSTITUTIVO), DE 2011

O Congresso Nacional decreta:

Altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços atualizados na página eletrô-

nica da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural ombustíveis (ANP).

Art. 1º. Dê-se ao parágrafo único do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a seguinte redação, e acrescente-se o seguinte inciso III:

> "Art 8º .....
> Parágrafo único. No exercício das atribuições de que trata este artigo, com ênfase na garantia do abastecimento nacional de combustíveis e na defesa dos interesses dos consumidores, desde que em bases econômicas sustentáveis, a ANP poderá exigir dos agentes regulados, conforme disposto em regulamento:
> .....
> III – a informação, por meio da página eletrônica da ANP, sobre o preço atualizado e efetivamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado, líquido ou gasoso derivado de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis renováveis, automotivos, cabendo à ANP as providências cabíveis para viabilizar a sistemática proposta neste inciso." (NR)

Art. 2º. A ANP tem o prazo de 12 meses, a contar da vigência desta, para adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa, pelo seu relatório.

Em discussão o item 17.

Nós não temos quórum suficiente para aprovação, já que é um terminativo. Então, nós vamos deixar em aberto. Na próxima reunião, quando tivermos quorum, nós seguimos com a discussão e faremos a aprovação.

Eu vou passar ao Item 5, que não é terminativo. *(Pausa.)*

Corrigindo, Senador Cícero Lucena, o item 18.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Um minutinho Senador Sergio.

Eu gostaria de deixar aqui para os nossos colegas como eu vou proceder nessa questão de nós fazermos os encaminhamentos aqui na Mesa.

Com a pauta normal, na abertura dos trabalhos, aqueles que estiverem presentes, na sequência do número um, dois, três para frente, farão suas leituras, discussões e aprovação. Não estando presente o relator, eu vou passando para os itens seguintes. Quando o relator chegar à reunião, vai ficar na linha, na sequência, na espera até que nós esgotemos todos aqueles que estejam presentes. Em resumo, é o seguinte: nós vamos privilegiar aqueles que estão presentes. Mesmo que o item seja numericamente inferior, vai se fazer a leitura conforme a chegada do relator aqui na nossa Comissão.

Então, eu gostaria de passar aqui ao Senador Cícero Lucena para que ele possa ler o seu parecer.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – O senhor vai anunciar qual Presidente? *(Pausa.)*

O que V. Exª é o autor?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Perfeitamente!

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 488, de 2011
– Terminativo -

Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
– Matéria apreciada pela CCT, com parecer pela rejeição do projeto.

Então, com a palavra o Relator, Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de registrar e reconhecer a iniciativa de V. Exª nesse projeto sobre um tema de tão alta importância e que foi bastante debatido nesta Casa nos últimos anos, até com aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Vou direto à análise, Sr. Presidente, que já estava devidamente distribuído, não sem antes parabenizar o Senador Flexa pela contribuição ambiental que está dando também, de estar acompanhando os trabalhos das comissões num *tablet,* com isso economizando a impressão das folhas.

Quero parabenizar o 1º Secretário por estar procedendo devidamente dentro dessa questão ambiental.

Após o exame do parecer aprovado pela CCT, e por concordar com os argumentos apresentados pelo relator da matéria naquela Comissão, tomamos a liberdade de reproduzir na íntegra os termos da análise realizada.

O autor da proposição em comento conclui corretamente que se generaliza o consumo de eletroeletrônicos e, como o ciclo de vida desses equipamentos é cada vez mais curto, o acúmulo de produtos inservíveis ou obsoletos é inevitável e tende a crescer (...). Argumenta ele que, também no Brasil, a questão do descarte ambientalmente adequado do chamado lixo

eletroeletrônico é complexa e cada vez mais preocupante.

Apoiado nesses pressupostos, o Senador Blairo Maggi apresenta projeto de lei que institui a responsabilidade pós-consumo do setor empresarial de eletroeletrônicos mediante a obrigatoriedade da implantação de sistema de logística reversa para os produtos inservíveis descartados pelos consumidores.

No entanto, ao examinar o PLS nº 488, de 2011, identificamos, de imediato, que a matéria já está normatizada na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A Lei da PNRS regulamenta de forma bastante ampla e adequada o gerenciamento dos resíduos sólidos em todas as suas formas, inclusive no tocante ao descarte e à disposição final ambientalmente adequada de eletroeletrônicos inservíveis, mediante os seguintes princípios:

– princípio da responsabilidade compartilhada, que atinge os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos; e

– princípio da logística reversa, que se caracteriza por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu próprio ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada.

Nesse contexto, o tratamento a ser dispensado especificamente aos eletroeletrônicos descartados está regulado pelo art. 33 da Lei da PNRS, como veremos a seguir.

Por força do caput e do inciso VI do citado art. 33, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes são obrigados, de pronto, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno do produto após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Para assegurar a implementação e a operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes poderão, entre outras medidas, implantar procedimentos de compra de produtos inservíveis e disponibilizar postos de entrega de resíduos (art. 33, § 3º).

Consoante os §§ 4º, 5º e 6º do mesmo art. 33, os consumidores deverão efetuar a devolução dos produtos objeto de logística reversa aos comerciantes ou distribuidores, os quais, por sua vez, são obrigados a retorná-los aos fabricantes ou importadores, responsáveis finais pela destinação e disposição ambientalmente adequada dos resíduos pós-consumo.

O titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, poderá se encarregar de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa desde que as ações do poder público sejam devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes (art. 33, §7º).

Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis para o órgão municipal competente informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade (art. 33, §8º).

Observa-se, portanto, uma vez mais, que o PLS nº 488, de 2011, visa a regulamentar matéria já expressamente disciplinada pelo art. 33, *caput,* inciso VI e §§ 3º a 8º da Lei nº 12.305, de 2011 – consoante o princípio da responsabilidade compartilhada e mediante a implantação obrigatória de sistema de logística reversa para os eletroeletrônicos inservíveis.

Sr. Presidente, pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2011, sem deixar de reconhecer o mérito da iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Vou deixar, então, adiada a discussão para a próxima reunião, quando tivermos quórum para votar esta matéria, que é terminativa.

Vou, então, passar para o item 5, de que o nosso Senador Cristovam Buarque é o Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quebrando um pouco a mecânica como funcionamos aqui, quero ir direto ao final, onde, no lugar da constitucionalidade e legalidade, eu dou o espírito que justifica esse projeto que vem da Câmara, para criar o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.

De acordo com a justificação que acompanha o projeto, as Ilhas dos Currais – caracterizadas por costões de rochas e pedras que afloram do mar – pertencem à União, são desabitadas de pessoas e ali vivem mais de oito mil aves, além de ter um entorno que abriga variada fauna aquática. Por ser um dos mais importantes pontos de nidificação do sul do Brasil e do Atlântico Sul, as ilhas são excelentes locais para a pesquisa científica. Por consequência, do ponto de vista ambiental, a proposta para transformar a área mencionada em Parna (Parque Nacional) é, sem dúvida, muito bem vinda, uma vez que a criação dessa unidade permitirá aliar a preservação de um recurso

de fauna ímpar também às práticas de mergulho e de visitação, desde que restritas a determinadas áreas, sob o controle de um incremento do turismo ecológico na região.

As áreas marinhas protegidas constituem bancos genéticos de extremo valor, servem como berçários e são primordiais para a recuperação populacional dos recursos marinhos ameaçados. Daí a importância de mais um parque nacional, especialmente este das Ilhas dos Currais.

Não obstante a extensa costa brasileira e a importância da biodiversidade do ecossistema associado – e aqui o Senador Jorge Viana é um dos que mais entendem e se dedica a isso –, poucas áreas marinhas têm recebido garantias adequadas de proteção. A título de exemplo, no plano federal, na categoria definida como Parna (Parque Nacional), podemos citar – e isso é surpreendente e entristecedor – apenas o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia, e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

Daí a importância desse Projeto de Lei 7.032, de 2002, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que propõe transformar a área cujos limites estão descritos no art. 1º da iniciativa do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, localizado no Estado do Paraná.

Como a proposição já havia sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante a última legislatura, a matéria é submetida, nesta oportunidade, à apreciação desta Comissão.

Não foram apresentadas emendas.

A minha análise é simples.

No âmbito das comissões temáticas, compete à CMA opinar, de acordo com os respectivos artigos.

Conforme o art. 225, §1º, III, da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cabe ao poder público definir, em todas as unidades da federação, os espaços territoriais, incluindo as águas jurisdicionais, com o objetivo de conservação, espaço determinado sob o regime especial de proteção, o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

À luz da lei que cria esses sistemas, parques nacionais constituem unidades de conservação da natureza e proteção integral, criados tanto para preservar áreas com atributos ecológicos relevantes quanto para possibilitar a pesquisa científica e a consecução de objetivo específico de recreação e educação habitacional.

Concluindo, Sr. Presidente, ainda com base na lei do SNUC, as exigências para instituir esse parecer foram atendidas através de requerimento de informações ao Ministério do Meio Ambiente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003, do Deputado Luciano Pizatto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Coloco em discussão o item 5, Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003, não terminativo, que cria o Parque Nacional Marinho da Ilha dos Currais, no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Luciano Pizatto, com relatoria do eminente Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

(É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 60, de 2003
– Não Terminativo -

Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.
Autoria: Deputado Luciano Pizzatto
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação.)

Passo agora ao item 3 da pauta, cujo Relator é o eminente Senador Sérgio Souza:

ITEM 3
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 20, de 2012
– Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 563/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento instaurado com o objetivo de dar continuidade à fiscalização das atividades de gerenciamento das ações relativas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 no âmbito do Ministério do Esporte, no exercício de 2011.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza, pelo Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA (AMA) nº 20, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU) (nº 250-Seses-TCU-Plenário, de 14 de março de 2012, na origem), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da administração pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais.

Análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento do relatório e voto contidos no Acórdão nº 563/2012-TCU-Plenário daquela Corte de Contas, relativo a levantamento constante da Tomada de Contas (TC) 005.439/2011-6.

No voto, há algumas recomendações e determinações de extrema relevância, que passo a relatar:

9.1. determinar ao Ministério do Esporte, com base no art. 45, caput, da Lei 8.443/92, que:

9.1.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência, atualize a matriz de responsabilidades, a fim de que o documento passe a discriminar todas as intervenções essenciais para a realização da Copa do Mundo de 2014, tanto aquelas de exclusiva responsabilidade da União, quanto aquelas que envolvam compromissos de outros entes federados ou entidades privadas, fazendo constar as respectivas indicações dos órgãos/entidades responsáveis e valores;

9.1.2. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência, apresente o cronograma com descrição das etapas, prazos e metas para a publicação do segundo ciclo da matriz de responsabilidades em cada uma das áreas de ação de planejamento, a exemplo de hotelaria, segurança e telecomunicações;

9.2. reiterar ao Ministério do Esporte, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, determinação contida no item 9.1.1.2 do Acórdão 2.998/2009-Plenário, quanto ao encaminhamento bimestral a este Tribunal da relação das licitações, dispensas e inexigibilidades, bem como dos contratos, convênios ou instrumentos congêneres realizados ou em andamento no âmbito dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, indicando objeto, valor, beneficiário, e cidade-sede contemplada, se for o caso, alertando que novo descumprimento desta decisão, como também da constante do item 9.1 supra, pode redundar na apenação dos responsáveis, nos termos do art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/92;

9.3. alertar o Ministério do Esporte quanto ao atraso na elaboração de cada um dos ciclos estratégicos da matriz de responsabilidades para os jogos, o que pode comprometer a viabilização de ações tempestivas e essenciais ao início e bom andamento do Mundial de 2014;

9.4. diligenciar ao Ministério do Esporte, com base no art. 157 do Regimento Interno do Tribunal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, apresente termo de referência, edital de licitação ou documentos correspondentes à dispensa ou inexigibilidade de licitação, termo de contrato, pareceres técnicos e jurídicos, atestos, pagamentos, e outros documentos que considerar relevantes relativos às duas contratações da empresa HWC Empreendimentos Ltda, no exercício de 2011, nos valores de R$ 338.982.42 e R$ 242.563,75, bem como ao Contrato 14/2011, referente à Campanha "Jogando Junto";

9.5. dar ciência ao Ministério do Esporte que permanecem válidas as determinações constantes dos itens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 1.512/2011-Plenário;

9.6. determinar à 6ª Secex que, em autos específicos, dê continuidade ao acompanhamento das atividades de gerenciamento das ações relativas à Copa do Mundo de 2014 no âmbito do Ministério do Esporte, relativo ao exercício de 2012, onde, dentre outros exames que entender necessários, a unidade deverá:

9.6.1. avaliar a eficácia dos instrumentos utilizados pelo Ministério do Esporte para confrontação da fidedignidade dos dados informados pelos Estados quanto ao percentual de execução dos empreendimentos, bem como da data prevista para a conclusão de cada ação disposta na matriz de responsabilidades;

9.6.2. verificar o adequado cumprimento das determinações emanadas no item 9.1 e reiteradas no item 9.2 deste acórdão, autorizando-se, desde já, as audiências necessárias em face de eventual descumprimento da decisão, a serem empreendidas no processo de acompanhamento referente ao exercício de 2012;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

9.7.1. ao Ministério do Esporte e à Casa Civil da Presidência da República;

9.7.2. ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9.7.3. à Controladoria-Geral da União;

9.7.4. ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal;

9.8. apensar os presentes autos ao processo a ser constituído, em cumprimento ao item 9.6 desta deliberação.

O voto, Sr. Presidente.

À luz do exposto, opinamos pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério do Esporte para que comunique a esta Comissão, que tem a função primordial de fiscalização, se as determinações recomendadas, constantes do Aviso nº 20, de 2012, do Tribunal de Contas da União, foram cumpridas.

São nesse sentido o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, quero aqui parabenizar o Senador Sérgio Souza pelo relatório. Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós apreciamos um projeto de resolução de autoria do Senador Jucá que tratava exatamente nessa linha, Senador Sérgio Souza, de manter a excepcionalidade das obras do PAC da Copa, que, lamentavelmente, como todos os brasileiros sabiam que iria acontecer, não vão ficar prontas para a Copa. Eu não sei qual a consequência disso na questão, em especial, da mobilidade. Então, essas obras que estão em andamento e que não ficarão concluídas para a Copa, pelo projeto de resolução do Senador Romero Jucá, pretende-se manter a excepcionalidade e as condições especiais para essas obras, mesmo não tendo atingido a sua finalidade.

O projeto foi lido e relatado pelo Senador Dornelles e iniciada a discussão. V. Exª estava lá na CAE também, Senador Blairo Maggi, foi pedida vista coletiva, para ser apreciado na próxima semana. Aqui o TCU, que desempenha um papel importante como órgão assessor do Congresso Nacional, e esta Comissão de Fiscalização e Controle tem, nesses relatórios, a oportunidade de verificar realmente o que acontece na realidade com esses projetos e com essas obras, aqui, no caso, para a Copa do Mundo, mas de uma amplitude bem maior.

Quero, então, parabenizar, declarando meu voto favorável, o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Alguém mais para discutir? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministério de Estado do Esporte.

Não havendo mais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ...mais matérias, passo, pela ordem, então, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, eu queria solicitar a V. Exª que autorizasse a Secretaria da Comissão a convocar uma reunião da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Implantação da Usina de Belo Monte, para a próxima quinta-feira, às 9 horas, se houver condição de plenário, para que nós possamos proceder à eleição dos novos Presidente e Vice-Presidente, já que, por ser a mesma sessão legislativa, eu, regimentalmente, não posso continuar à frente da comissão.

Então, eu pediria que fosse pautada essa reunião da Subcomissão, até porque vou, nessa ocasião, colocar à apreciação dos membros uma ida ao canteiro de implantação de Belo Monte. Inicialmente, eu tinha, na reunião passada, falado de 21 e 22, mas, em entendimento com os membros e com o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, o Senador Fernando Collor, que, atendendo convite nosso, irá acompanhar a Subcomissão – e acho que é da maior importância, inclusive estendi também o convite aos membros da Comissão de Infraestutura para que possam ir *in loco* tomar conhecimento dessa que é a maior obra do PAC em andamento no nosso País –, vamos mudar a data. Quero propor isto na reunião de quinta-feira: em vez de nos dias 21 e 22, para os dias 4 e 5 de abril, após a Semana Santa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Nós vamos, então, convocar a reunião para quinta-feira, às 9 horas, para que a gente possa fazer a eleição do novo Presidente dessa Subcomissão.

Antes de encerrar, as demais matérias que nós lemos: os PLS 612, de 2007; 353, de 2011; 488, de 2011 e 582, de 2011, que foram lidas e que são matérias terminativas, estão suspensas, adiadas, e nós vamos, na próxima reunião, se tivermos quórum, colocar em votação. As demais matérias da pauta estão adiadas para a próxima reunião.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião da CMA.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8h, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quatorze minutos do dia oito de agosto de dois mil e doze, na Sala nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, ANIBAL DINIZ, SÉRGIO SOUZA e ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Deixa de comparecer a Senhora Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** justificou a ausência por meio do Memo GSCB nº 08-0192/2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa à apreciação da pauta, destinada a discutir o programa "CULTIVANDO ÁGUA BOA", o qual desenvolve iniciativas de sustentabilidade socioambiental em 29 municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, sobretudo na bacia hidrográfica do rio Paraná. Comparecem os seguintes convidados: Nelton Miguel Friedrich, Diretor de Coordenação Ambiental – Itaipu Binacional – ITAIPU; e Norman de Paula Arruda Filho, Presidente – Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getulio Vargas – ISAE/FGV. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador Sérgio Souza. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza,** Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 08/08/2012

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião tem por finalidade a realização da audiência pública para discutir o Programa Cultivando Água Boa, que desenvolve iniciativas de sustentabilidade socioambiental em 29 municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sobretudo na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, em cumprimento ao plano de trabalho de 2011, desta Comissão.

Já se encontram à mesa Nelton Miguel Friedrich, Diretor de Coordenação Ambiental da Itaipu Binacional e Norman de Paula Arruda Filho, Presidente do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getulio Vargas. Convidamos para esta reunião a Sra. Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que, devido aos seus afazeres como Ministra, não pode comparecer na manhã de hoje, e nos mandou uma carta, desejando-nos sucesso, que passo a ler:

Brasília, agosto de 2012.

Prezado Senador Sérgio Souza,

Ao tempo em que cumprimento V. Exa., quero informá-lo de minha impossibilidade de participar da audiência pública da Subcomissão Permanente da Água, do Senado Federal, destinada a apresentação do Programa Cultivando Água Boa – Itaipu Binacional, que se realizará dia 09 de agosto do corrente ano. Porém, não poderia deixar de me manifestar sobre essa oportuna iniciativa, pois o debate, a conscientização e a participação de órgãos governamentais, entre outras entidades, são fundamentais para que se combatam os problemas socioambientais que estão relacionados com a água e seus usos múltiplos.

Saúdo, por seu intermédio, todos os membros da Itaipu Binacional pela iniciativa, assim como desejo que o evento atinha todos os objetivos para os quais forma organizados.

Vamos ter um formato bem simples. Dr. Nelton, pelo que entendi V. Sa. vai expor tecnicamente o Programa e, depois, o Dr. Norman fará uma colocação dos resultados desse Programa.

Então, vamos desenhar um tempo de 20 minutos para cada um dos senhores, para a devida apresentação.

Passo a palavra ao Dr. Nelton Miguel Friedrich, Diretor de Coordenação Ambiental da Itaipu Binacional.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Ao cumprimentar todos os participantes, especialmente saúdo o nosso ilustre Senador Sérgio Souza e o homenageio não só como conterrâneo, mas principalmente pelo seu papel no Senado da República como uma das pessoas

mais significativas que temos na alta corte parlamentar do nosso País. Falo corte porque precisamos interpretar o significado que tem o significado que tem esta Casa na vida nacional. Quero, principalmente, dizer da importância desta Subcomissão Permanente da Água e, a todos que estão participando, quero dizer que a presença, entre nós, do Presidente do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getulio Vargas –Paraná, é importante porque exatamente a Fundação, através de um instituto e de uma equipe extraordinária, elaborou um minucioso estudo – portanto, um olhar de fora – sobre toda a construção, concepção, modelo de gestão do Programa Cultivando Água Boa.

Antes de iniciar a apresentação e, depois, o complemento com essa análise de tão importante organismo como é a Fundação Getúlio Vargas e seu Instituto, vamos entregar ao nosso ilustre Senador, portanto ao Senado da República, a edição especial que foi elaborada com base nessa pesquisa muito importante realizada por mais de um ano. O nosso ilustre participante, Dr. Norman, fará a entrega dessa edição especial.

DR. NORMAM DE PAULA ARRUDA FILHO – Passo as mãos de V. Exa. a publicação do estudo de caso. Espero que possa servir a esta Comissão, como subsídio, como forma de contribuição de um estudo feito, justamente sobre a importância desse estudo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado. Vamos encaminhar um exemplar à Biblioteca do Senado. Este exemplar Estudo de Caso do Programa Cultivando Água Boa, da Fundação Getúlio Vargas em parceria com a ISAE, vamos remeter a cada um dos Srs. Senadores para que tenham um conhecimento desse importante programa que o cidadão brasileiro vai conhecer hoje através dos meios de comunicação, TV Senado e da Rádio Senado.

Devolvo a palavra ao Dr. Nelton Friedrich. Muito obrigado.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Bom, o Programa Cultivando Água Boa, na verdade, até está no gerúndio intencionalmente porque tem esse significado porque quando começamos o Programa, em 2003, cultivando, e estamos em 2012 continuando a cultivar. Portanto, o Cultivando Água Boa desejamos que continue por décadas e décadas. O que mais precisamos hoje no que diz respeito à questão socioambiental é de ética do cuidado. E isso é um reaprendizado que temos que desenvolver o sentido de cuidar. Por isso, o Programa Cultivando Água Boa tem essa premissa de trabalhar responsabilidade compartilhada.

Eu gostaria de que se pudesse ir passando para nos situarmos. Conectamos todas as questões ligadas à sustentabilidade desde a confecção do Programa.

Próximo.

O que significa em uma hora emitirmos quatro milhões de toneladas de CO_2 na atmosfera. E aí vai. Quer dizer, o significado das mudanças climáticas, conectando com a realidade, por exemplo, microrregional. Por quê? Porque nós vivemos nosso dia a dia contribuindo para aumentar ou até diminuir as causas geradoras das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo até, das injustiças sociais.

Próximo.

A ideia principal que nos motivou é de que pudéssemos ir à causa geradora desses impactos ambientais, mas, ao mesmo tempo, tendo uma linha especial nos econômica e socialmente mais fragilizados. Portanto, além de recuperar passivos ambientais, de construir padrões de produção e consumo mais sustentáveis, também tivemos um olhar muito forte no que diz respeito às comunidades indígenas, pescadores, catadores de lixo, de reciclados, enfim, junto com pequenos produtores, agricultura familiar e evidentemente também trabalhando a juventude principalmente de famílias muito pobres como o Programa Jovem Jardineiro de Aprendizagem.

A Itaipu teve em 2013 valorizando as ações que já desenvolvia historicamente a empresa. Mas, por ser uma empresa pública, estatal, binacional, na verdade, permitiu que pudéssemos fazer um planejamento estratégico situacional, olhando Itaipu 40 anos à frente e analisando como ela poderia ser muito mais um agente de desenvolvimento da área que ela influencia e de que sofre influência. Por isso, houve uma grande mudança na missão da empresa. Quer dizer, ela mantém a matriz fundamental, que é gerar energia elétrica de qualidade, mas incluiu a responsabilidade social e ambiental para impulsionar o desenvolvimento econômico turístico e tecnológico sustentável no Brasil e no Paraguai, o que mostra que a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental estão na missão da Itaipu binacional desde 2003.

Próximo.

E aí ê evidente que, resumidamente, além da geração de hidroeletricidade, que é praticamente 20% de toda a energia que o Brasil consome, Itaipu implantou o Parque Tecnológico de Itaipu.

Próximo.

Implantou um capo de pesquisa de carros elétricos, chegando até o carro elétrico do catador, ao mesmo tempo a plataforma Itaipu de Energias Renováveis, o Centro de Informática Unesco. Cedeu uma área significativa de 40 hectares para a Universidade de Integração da América Latina, que já está funcionando, fez a ampliação do complexo turístico de Itaipu e da região e, ao mesmo tempo, o Centro de Saberes

e Cuidados da Bacia do Prata, e completou todo esse encaminhamento com o Cultivando Água Boa.

Próximo.

O Cultivando Água Boa tem esse significado de ir para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III a partir de 2003; não ficou só com os Municípios atingidos quando houve o alagamento com o reservatório de Itaipu.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode ir tocando, por favor, até por causa do nosso horário.

Isso é para podermos situar aqui que a opção pela bacia hidrográfica é exatamente no sentido de compreender que a natureza tem, como sua unidade de planejamento, a bacia hidrográfica. E, se nós ficássemos trabalhando só o reservatório, nos Municípios lindeiros nós evidentemente não atingiríamos a causa de muitos dos problemas, que estão exatamente lá nas nascentes.

Só para se ter um exemplo bem concreto, a Plataforma Itaipu de Energias Renováveis tem, como um dos pilares, a geração de energia a partir dos dejetos animais, já que aquela região tem uma das maiores produções de suínos, aves e leite do Estado do Paraná – e são pequenos produtores.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Então, hoje, por exemplo, nós já temos um condomínio cooperativo de agroenergia na agricultura familiar, que é composto por 39 pequenos produtores de leite e de suínos, em que os dejetos dos seus animais estão gerando toda a energia que eles necessitam, sendo que o excedente a Companhia de Energia do Estado do Paraná está comprando. E, ainda, com isso, "purifica-se" esses dejetos e se obtém um extraordinário biofertilizante. É uma verdadeira libertação do pequeno, que sai de um grande passivo para uma situação de ativo, inclusive gerando ganhos econômicos.

Em outras palavras, esse condomínio cooperativo, portanto, coordenado pelo Cícero Bley, da Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, ligado diretamente ao nosso ilustre Diretor-Geral, Dr. Nelson José Samek, tem essa característica de ser algo replicável em qualquer lugar do País.

E, aí, o Cultivando Água Boa, que está em mandala não é por acaso. Está tudo interconectado. E essa é, talvez, a grande e extraordinária inovação que temos que ter na gestão, ainda mais quando estamos tratando de interesses difusos.

Como tudo está interconectado na vida, no Planeta, é na interdependência, na interconexão, que a gente compreende que as mudanças climáticas estão conectadas com o que nós fazemos todos os dias, evidentemente. Mas, ao mesmo tempo, como é que podemos atuar?

E a educação ambiental é imprescindível, tanto a formal como a não formal e a difusa, mas toda a questão da biodiversidade, toda a questão de se trabalhar os passivos ambientais, de enfrentar a questão da própria agricultura familiar, da agricultura orgânica, com os pescadores, com os catadores, com as comunidades indígenas, enfim, com a juventude, e sempre fazendo uma avaliação anual. Portanto, nós aplicamos o planejar, o executar, o monitorar e o fazer as avaliações e ações corretivas anualmente, sem nos preocuparmos com a avaliação do PDCA.

Portanto, uma abordagem sistêmica, mas o grande elemento que fermenta e facilita o Cultivando Água Boa está na participação comunitária.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

E, aí, eu queria deixar a todos, para que possam estar nos acompanhando, a importância de um trabalho de qualquer empresa, seja ela pública ou privada, desse papel novo, onde é preciso que todos os atores compreendam a responsabilidade compartilhada. Nenhum governo só resolverá o problema socioambiental.

Mas como é que nós podemos consorciar governos, empresas públicas e privadas, a sociedade, ONGs, entidades ,organizações, universidade, centros de pesquisa, o cidadão e a cidadã? Eu diria que nós não precisamos muito, hoje, de novos e grandes documentos planetários; nós precisamos colocar em prática o que já existe. É nesse sentido que nós aterrissamos nesses 29 Municípios, inclusive com a governança inovadora, quer dizer, vendo como é que se envolve a comunidade.

E, aqui, rapidamente, está, quem sabe, um dos elementos fundamentais que resultam no trabalho do Cultivando Água Boa nos 29 Municípios. Em cada um dos Municípios, nós trabalhamos microbacia por microbacia, dentro da concepção da bacia hidrográfica como território de gestão. Então, nessa territorialidade da microbacia, em cada uma delas, são feitas reuniões de sensibilização, sem o acusar. Aliás, o que mais existe é acusação; é apontar culpados. Como é que a gente soma esforços, divide responsabilidades, articula atores para resolver problemas? Talvez seja este um dos maiores e mais importantes trabalhos que uma organização pode fazer: articular, compartilhar, somar esforços. Não se trata só de colocar dinheiro.

Aliás, esse é outro dado concreto. Nós passamos na Itaipu binacional com o Cultivando Água Boa na Bacia do Paraná III e, a cada real que a gente coloca, tem que ter mais dois reais. Isso significa que nós não temos grandes alterações do orçamento que nós estamos aplicando desde o início. O importante é saber como é que se multiplica isso, envolvendo todos os atores sem um processo de acusação. Por isso, é

preciso sensibilizar muito; é preciso que a gente possa motivar os atores locais de todos os segmentos.

E, ao tempo, em cada Município, há um comitê gestor do Programa Cultivando Água Boa. Então, como temos 29 Municípios, existem 29 comitês gestores. No total, são 1.230 representantes dos segmentos sociais que compõem essa arquitetura de fazer a co-estão do programa. Ao mesmo tempo, nós realizamos, em cada microbacia, as oficinas do futuro; É, em grande parte, a aplicação do método Paulo Freyre, que é de envolver na problematização toda a comunidade, mas, ao mesmo tempo, para se libertar de algumas amarras e dependências, construindo, com um grau de autonomia, o seu futuro. Ao mesmo tempo, tudo em parceria.

É feito um grande pacto das águas. È, aí, que se assinam os convênios e se faz a avaliação anual.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Para se ter uma ideia, nos 29 comitês gestores, nós temos todos os segmentos representados. E uma ideia muito positiva que acabou acontecendo é que, hoje, os nossos comitês gestores estão institucionalizados. Leis municipais foram aprovadas, por unanimidade, ou seja, nenhum vereador votou contra, de nenhuma das 29 Câmaras de Vereadores, transformando o comitê gestor em lei municipal – Comitê Gestor Cultivando Água Boa.

E, aqui, um dado muito significativo. Acredito que isso é replicável em qualquer lugar do Brasil e de outros países. É que, em cada microbacia, nós fazemos o muro das lamentações. São as chamadas oficinas do futuro. Em vez de chegar com o prato feito, com a proposta pronta e acabada, vamos envolver a comunidade para que, com corações e mentes, possamos construir um plano de trabalho, ou seja, o que nós vamos fazer a partir da problematização vivida por aquelas comunidades daquela microbacia.

No muro das lamentações, na verdade, nós não falamos, mas estimulamos e a comunidade abre o coração e todos os lamentos são anotados. Quando se esgotam os lamentos, entra na reunião, por exemplo – e é uma coisa simbólica e significativa –, uma árvore impressa em um *banner.* E por quê? Porque é hora de sonhar, não só lamentar. É a árvore da esperança. Até porque a gente brinca dizendo que, muitas vezes, entre nós, de cada dez notícias, onze são pessimistas. Então, nós temos que construir, cada vez mais, caminhos de solução, de otimismo, de envolvimento, de esperança. E cada sonho que é apresentado é discutido. Só o que é aprovado pelo voto vai para a árvore da esperança. Quando se esgotam os sonhos e as esperanças, entra outro *banner* que mostra o caminho adiante, inspirado na Carta da Terra, que é quando você está elaborando um plano de trabalho.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Nós estamos chamando esse plano de trabalho de a "Agenda 21 do Pedaço". É a agenda 21 lá de onde eles vivem, daquela microbacia.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

E, aí, é feito um grande pacto das águas. E esse pacto das águas tem desde a mística da água, a mística do fogo, a mística da terra, a mística da paz, para a gente resgatar também os valores. Por exemplo, da água, a questão da essencialidade, mas, ao mesmo tempo, a sua sacralidade.

E evidente que, aí, você tem um pouco a ideia de quanto é que nós temos de participação comunitária. São milhares e milhares de pessoas que já participaram do pacto das águas, que é quando toda a comunidade assina aquilo que vamos fazer juntos. E aí há um despertar muito grande, porque as comunidades compreendem que muitas questões dependem delas.

Isso, para se ter uma ideia, ilustre Senador e demais participantes desta audiência, é que as próprias comunidades acabaram tomando as rédeas de tudo isso. Tanto é verdade que uma das coisas que as comunidades passaram a dizer, as mulheres em especial, era: "Olha, aqui, quando acontece coisa boa, tem um bolo, tem uma torta". Isso tem um simbolismo muito forte, porque o último momento do pacto das águas é o de partilhar, quando cada um pega um pedaço.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode tocar o próximo.

Vejam que criação se acabou tendo com essa torta de dois metros, em que cada um pega o seu pedaço. Então, tem um simbolismo muito forte, de sempre se vincular a questão do território com a questão cultural, com a questão, inclusive, das sensibilidades; enfim, com todos os componentes que temos numa construção não só de cidadania mas, ao, mesmo tempo, de envolvimento, de pertencimento, de protagonismo.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

E, aí, a educação ambiental permeando todas as ações – todas as ações! Todas as ações têm que ter educação formal, não formal e difusa. E, aí, ilustre Presidente, Senador Sérgio Souza, nós estamos hoje com 19 mil protagonistas em educação ambiental. Funcionários da Itaipu binacional, que atuam na educação ambiental formal, não formal e difusa, são cinco pessoas. E cada Município também tem um comitê gestor que nós chamamos de "Coletivo Educador", só na área de educação. Então, é uma rede extraordinária!

Não há tempo, mas para se detalhar, como é que se chega a 19 mil? Um exemplo está nas pessoas que aprendem participando, que é um curso que é feito. No processo formativo ele não termina o curso. Mas a etapa que os cursistas concluem, eles não têm

que fazer nem monografia. Para receber o certificado eles têm que formar comunidades de aprendizagem.

Então, hoje, nós temos 119 comunidade de aprendizagem na região toda.

Próximo.

E aí a cultura da água. Vamos tocando direto. Toda a questão do reuso da água, com cisternas, para criar a cultura da água, o monitoramento participativo; a comunidade mesmo faz o monitoramento da água, porque ela muda toda a subcultura de que jogar ao jogar no rio, o rio leva embora o que não presta, o que não serve, o lixo. Ao contrário, o que você faz com a água para a água e na água. Ao mesmo, formação de gestores de bacia hidrográfica.

Pode trocar. O próximo.

Vamos direto, agora, aos resultados.

Aí nós temos o mapa da parte brasileira da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná Parte III, um milhão de habitantes, 29 Municípios, repito, no extremo oeste do Paraná. Esta região hoje está contemplada – pode tocar o próximo – com esses resultados. Nós alcançamos, para vocês terem uma idéia mais abaixo, 706 quilômetros de cascalhamento; passamos de 600 quilômetros de estradas readequadas; terraceamentos, plantio direto.

Pode tocar. As imagens falam mais do que as palavras.

Vejam a conservação de solo antes – próximo – e depois.

Próximo.

A adequação de estradas antes e depois. Cascalhamento. Olha uma estrada. O antes e o depois, eu preciso mostrar um pouco o que significa isso.

Uma estrada rural como essa, senador, no Brasil inteiro muitas das estradas elas são erosivas, elas são receptoras da água da chuva com o solo, com o adubo, com o fertilizante. Está se perdendo uma das maiores riquezas que qualquer país tem, que é o seu solo, e a qualidade do solo que nós temos no Brasil. Portanto, uma estrada como essa passa quatro anos praticamente sem necessidade de manutenção porque ela está no mesmo nível da lavoura, não é receptora da água da chuva, não é erosiva portanto. Ao mesmo tempo ela tem os dissipadores de energia, retém muito mais a água da chuva, melhora o lençol freático, matem mais a umidade no solo e respeita mais a natureza, ela tem aclividade e declividade; não é rompedor e rompendo com o microssistema.

Vou acelerar.

Aí, outro exemplo concreto. Para que o abastecedor comunitário? Para não utilizar os equipamentos e ir buscar água lá diretamente no rio. Esse abastecedor tem, na verdade, a gestão da própria comunidade. Outro são os distribuidores de dejetos, já que a região tem muita produção. Antes era assim a distribuição. Hoje, está tudo ajustado com os distribuidores de dejetos.

Próximo, por favor.

Agora, a drenagem. Como é que se fazia antes e como está hoje.

Próximo.

Aí, um detalhe muito significativo. Nós temos que fazer do Brasil, que é um país já expressivamente presente na questão do plantio direto. O plantio direto na palha seja, quem sabe, algo nobre da agricultura, porque além dele ter componente, hoje, no Programa ABC, do governo brasileiro, ele tem um resultado extraordinário em todos os componentes. Mas só que nós temos que retomar a qualidade do plantio direto, porque também o plantio direto foi afrouxando um pouco. Nós voltamos a ter em muitos lugares que já tinham o plantio direto a erosão laminar.

Próximo.

E aí o exemplo concreto, hoje, de que nós já estamos com a federação e com universidades tendo a certificação.

Agora, vou tomar a liberdade para pedir uma atenção também especial do que significa, junto com todas essas ações no que diz respeito a passivos ambientais, de a gente compreender o que significa a mata ciliar que nós conseguimos construir. Um detalhe importante para quem não conhece bem a região. Noventa por cento das propriedades têm menos de 50 hectares. Nós temos 11 Municípios em que a média de propriedade é de 15 a 20 hectares. No entanto, nós estamos completando 1.230 quilômetros com cerca, com mata ciliar, nessa região de pequena propriedade, sem nenhuma briga contra o programa. O que significa isso? É muito mais o processo e o convencimento do que isso significa.

Aqui, um exemplo bem concreto. Nessa pequena propriedade a pecuária ia até o rio, porque lá atrás todos foram estimulados com financiamento, inclusive público, de destocar, de desmatar até o rio. E agora é preciso que a gente compreenda o que significa reflorestar, o que significa recuperar a mata ciliar para proteger os olhos d'água, assim como nós temos os cílios para proteger os nossos olhos, daí vem a "mata ciliar".

Próximo.

Aí se tem uma idéia de algumas propriedades que já estavam até revolvendo o solo para plantar, ou aonde a pecuária ia até o rio. Agora, a cerca a 25 metros, 30 metros sem uma briga.

Próximo.

Aí se tem uma idéia bem clara de pecuárias que iam até o rio.

Próximo.

E aí um exemplo aqui, à esquerda, de uma das primeiras microbacias recuperadas. Voltaram 55 espécies da flora e fauna. E aí uma coisa que se agrega, que acho fundamental aqui no Senador a gente compreender. A mata ciliar, junto com a faixa de proteção que Itaipu plantou, 23 milhões de árvores somente no lado brasileiro, permitiu que nós voltássemos a ter abelhas. E as abelhas voltando, voltou a apicultura. Hoje, nós temos uma cooperativa que não existia; ela está com mais de 25 subprodutos, inclusive, desde cremes, xampus de mel, inclusive estimulando a produção do mel indígena da jataí. Por quê? Porque é um mel altamente medicinal. Então, hoje voltamos a ter uma cooperativa de apicultores e a região voltou a ser um pólo produtor de mel. Por quê? Porque voltou a ter mata ciliar; voltou a ter habitat para a abelha. E aí, o nosso Senador que é paranaense conhece na palma da mão tudo isso, para dar um toque máximo. Se nós pegássemos em linha reta e colocássemos a mata ciliar e a cerca já feita, nós sairíamos de Foz do Iguaçu e iríamos até Paranaguá e voltaríamos até praticamente a Laranjeiras do Sul, 1.230 quilômetros de cerca para mata ciliar recomposta. Repito, sem nenhuma briga contra o programa; não há nenhuma ação administrativa contrária, ou ação em juízo.

Próximo.

Aí, vou completar agora porque o tempo já está se esgotando. Em cada propriedade é feito um diagnóstico e um plano de controle ambiental. Para isso nós envolvemos todas as universidades que têm curso de Agronomia ou Zootecnia Gene-Ambiental, com acadêmicos do último ano, que vão a cada propriedade fazer o diagnóstico e o PCA. E ao mesmo tempo isso permitiu incubar. Hoje, nós temos mais de dez microempresas de ex-acadêmicos que são empreendedores de projetos ambientais. E toda a ação tem a participação. Por exemplo: o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Agricultura Orgânica tem um comitê gestor desse programa; tem 60 entidades envolvidas.

Próximo.

E aí estão os resultados na assistência técnica, no apoio a associativismo, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, qualificação, certificação, comercialização e *marketing*.

Pode tocar, por gentileza.

Para resumir, essa proposta de desenvolvimento rural sustentável e agricultura orgânica, hoje estamos com 21 Municípios em que 53% da merenda escolar já é orgânica. Porque nós temos no Brasil uma ferramenta que raramente se encontra em outros países, que é a compra direta e é um estímulo para a segurança alimentar enfrentar a questão da fome – a fome zero –; de ter, portanto, essa compra direta do pequeno produtor e ainda sendo para a merenda escolar pagar pouco mais do que se pratica na praça, em sendo, por exemplo, orgânica. Isso fez com que nós tivéssemos uma coisa fundamental: nós fazemos a cada dois anos um concurso com as merendeiras, que são as que manipulam a alimentação nas escolas, por exemplo, municipais. Então, hoje, elas passam por concursos – 970 merendeiras participaram do último concurso –, e elas são autoras de livros de receitas saudáveis. Porque até para você enfrentar problemas de saúde, de um alimento saudável, até de crianças, é preciso você ter uma atenção muito especial ao hábito alimentar e a qualidade do alimento, que seja saudável para uma vida saudável e sustentável.

Próximo.

Aí o exemplo do último livro de receitas saudáveis das merendeiras. Isso dá uma participação muito grande de toda a comunidade.

Pode tocar o próximo, por favor.

Nós vamos para os arranjos produtivos. Hoje, nós já temos mais de 30 arranjos produtivos que surgiram na esteira desse trabalho todo. Eu não diria do Programa Cultivando Água Boa em si. Mas, em função disso, nós estamos hoje, só na área dos orgânicos, com mais de 11 agroindústrias.

Próximo.

Aqui, as cooperativas que foram surgindo, cooperativa de agricultura familiar; agroecológica; cooperativa, por exemplo, de plantas medicinais; cooperativa de produtores de mel, e outras cooperativas que o tempo não permite destacar.

Próximo, por gentileza.

Plantas medicinais, nós já somos hoje um pólo de plantas medicinais fitoterápicas, aromáticas, condimentares e de matéria prima para indústria de cosméticos. Isso não existia; isso tem há praticamente dez anos todo esse programa. Em trinta e cinco postos de saúde, o médico já receita o fitoterápico. O Ministério da Saúde, inclusive, agora na Rio+20, no seu *stand*, nos convocou para ter um mini arranjo produtivo de plantas medicinais. Porque é um caminho extraordinário para o país. Em qualquer pequena área se produz plantas medicinais e isso é também um elemento muito grande, até da nossa soberania nacional e do problema nosso da dependência que ainda temos dos fármacos, pois 75% são importados para a produção de medicamentos aqui no Brasil.

Próximo, por favor.

E aí, chegamos ao ponto de ter uma unidade de extrato seco. E aí, agora, só dando os títulos, outro programa que complementa todo esse trabalho na área de segmentos mais fragilizados, temos hoje um grande programa Coleta Solidária.

Próximo.

Mais de 824 famílias. Já estamos com 200 carrinhos elétricos, e um detalhe muito significativo, esse dos reciclados, é que essas famílias construíram realmente hoje já uma dignidade do seu trabalho. Elas não são tratadas como muitas vezes eram nas suas vidas: "Nós também somos lixos". Na verdade, isso é muito significativo no que diz respeito a resgatar, e o Brasil é um dos primeiros países a terem também, e aí é preciso resgatar o trabalho do governo Lula e, na continuidade, da Presidente Dilma, do significado com todos esses segmentos sociais economicamente fragilizados.

Outro programa interessante. Nós temos três comunidades indígenas que são os saberes que aí estão também, e nós não só valorizamos como hoje estamos, em média, com seis filhos por família; temos comunidades indígenas que produziram 200 toneladas de mandioca orgânica no ano passado, todos com as suas casas de reza, com seus centros de artesanato, com seus centros de segurança alimentar, com seus centros culturais. E gravaram inclusive um DVD só com seus cantos, suas rezas, suas danças. É muito significativo você ver quanto é possível trabalhar e fazer respeitando ser guarani, o ser indígena.

Próximo.

Para isso, a gente pode ver pelas próprias imagens, inclusive os índios produzindo peixe em tanque-rede.

Com os pescadores, tem uma coisa fantástica – precisamos redescobrir no Brasil: o reservatório de Itaipu, pelo estudo que nós fizemos e licenciamento ambiental que temos, licenciamento ambiental – esse trabalho levou um ano e seis meses. Hoje nós sabemos, no reservatório de Itaipu, metro a metro, onde dá para colocar tanque-rede para produzir peixe, não só extrair com rede, e onde não dá e por que não. São quatro mil páginas esse trabalho todo. Conclusão: hoje, o reservatório de Itaipu pode produzir 14 mil toneladas de peixe/ano, Senador. Sabe quanto os pescadores tiram com rede, os 826 pescadores? Mil toneladas. Para produzir 14 mil toneladas, você utilizará apenas 0,30% da lâmina d'água do reservatório. O nosso diretor-geral, Jorge Miguel Samek, escreveu até um artigo sobre a reforma aquática que temos que fazer no Brasil. Por quê? O potencial que temos para produzir peixe, não só pescar, extrair, e com um manejo adequado. Isso tudo tem que ter estudo de sustentabilidade, para não entrarmos, por exemplo, num processo, quem sabe, de contaminação e desagregação do próprio *habitat,* da ictiofauna etc. etc.

Próximo.

Aí é um exemplo do trabalho do que significa o tanque-rede.

Próximo.

E evidente que, na diretoria anterior, foi feito na Itaipu algo fantástico, que agora estamos só cuidando e aprimorando, que é a conexão da parte inferior com a parte superior da barragem do reservatório, isto é, um canal de imigração de peixes.

Próximo.

O sucesso é tão grande que poderíamos dizer que hoje estamos com 160 espécies no canal, 40 são eminentemente migratórios. Aqui dá para se ter uma ideia: no período da migração, a quantidade de peixe que está subindo para fazer, portanto, a procriação, a desova, então.

Outro dado, para terminar então, Itaipu fez algo fantástico desde o seu surgimento. Sempre teve uma preocupação socioambiental, a Itaipu binacional. Por exemplo, ela mantém e conserva 43.031 hectares de reservas e refúgios.

Próximo.

Próximo.

E aí plantou essa área toda. Então, são 104.340 hectares de reservas, refúgios e reflorestamentos. Isso tem um dado que é importante que é o de nós podermos ter o Senado da República como nosso grande aliado, porque nós estamos fazendo a conexão entre o Parque Nacional de Iguaçu, onde tem as cataratas do Iguaçu, com essa faixa de proteção, essa mata ciliar que Itaipu tem hoje, de 1.340 quilômetros, em média 214 metros de largura, que vai de Foz do Iguaçu a Guaíra. Portanto, se nós conectarmos o maciço do Parque Nacional do Iguaçu, que é nessa foto é emblemática – pode dar mais um toque –, mostra o maciço verde do Parque, 186 mil hectares; e aí conectando onde começa um braço do reservatório, onde tem essa mata ciliar de 23 milhões de árvores plantados no lado brasileiro, mais 23 milhões de árvores plantados no lado paraguaio, fazemos uma conexão de biodiversidade como raramente se vê no Planeta. Isso nós começamos a colocar, essas cercas, e fazer esse reflorestamento na parte seca do corredor – aí está um exemplo do corredor. Se estamos conectando com mata ciliar os pequenos rios, se estamos conectando os pequenos rios, além de conectar o Parque Nacional com a faixa de proteção de Itaipu, indo até Ilha Grande, e depois pode seguir-se até São Paulo ou descer até o Rio Grande do Sul, conectando com o Morro do Diabo, embaixo com Turvo, nós teremos um grande corredor de biodiversidade alimentado pelos minicorredores da mata ciliar nos pequenos rios que vão desaguar no reservatório de Itaipu. E, no lado pa-

raguaio e no lado argentino, as conversações estão andando muito bem para ser um corredor trinacional.

Tudo isso significa dizer, para completar, portanto, e agradecendo muito a paciência e essa oportunidade, primeiro, é possível fazer; segundo, não custa muito; terceiro, não se faz sem envolver as comunidades, sem protagonismo dos atores locais; e o mais significativo de tudo isso é a certeza de que também você consegue ampliar extraordinariamente os arranjos produtivos locais. Então, só tem coisa boa e, repito, resgata um papel fundamental: governos, empresas, sejam públicas ou privadas, instituições, ONGs, cidadão e cidadã, esse espaço extraordinário da chamada nova governança precisa estar entre nós, porque dá para fazer muito mais do que a gente pode imaginar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Nelton.Dá um orgulho muito grande de ouvir realmente um pouco daquilo que a Presidente Dilma falou na abertura da Rio+20, que sustentabilidade é redefinir parâmetros de produção e de consumo, é ver a Itaipu binacional, através do "Cultivando Água Boa", fazendo isso já há décadas.

Parabéns.

Passo a palavra ao Dr. Norman de Paula, que dá continuidade à explanação sobre o programa "Cultivando Água Boa".

O SR. NORMAN DE PAULA ARRUDA FILHO – Bom dia a todos, bom dia, Senador, é um prazer muito grande estar aqui podendo compartilhar, e eu gostaria já de iniciar compartilhando com todos vocês o tamanho do nosso desafio. Nós imaginávamos, Presidente, no início do nosso trabalho, que levaríamos de três a quatro meses, quando o Dr. Nelton nos pediu para que desenvolvêssemos um estudo e um olhar acadêmico-científico sobre todo esse fenômeno que estava sendo desenvolvido já há alguns anos em Itaipu.

Vocês podem imaginar o tamanho do nosso desafio no que diz respeito ao estabelecimento de uma modelagem do estudo para que pudéssemos ter uma visão integral desse processo. E esse trabalho, dos três a quatro meses, nós levamos mais do que um ano e meio, porque nós visitamos, entrevistamos, enfim, a totalidade desses agentes, desses protagonistas, desses líderes. E aqui o Nelton enfocou de uma maneira muito por cima, mas tem um trabalho muito grande dessa equipe que ele diz que é pequena. A equipe de Itaipu, nesse processo, realmente teve uma participação mais do que importante; eles foram fundamentais, porque eles criaram uma nova cultura.

Mas, vamos lá.

Só para deixar claro, nosso objetivo era entender esse programa. Para isso, ficou claro para nós que o "Cultivando Água Boa", antes de qualquer coisa, é um programa de desenvolvimento regional sustentável, liderado pela Itaipu e com um objetivo muito claro de contribuir com o desenvolvimento dessa região, fazendo com que, através dos pilares da sustentabilidade, isso pudesse ser objeto de uma atuação na área geográfica, na área de influência de Itaipu.

A proposta do estudo, então, consiste na análise do modelo de gestão adotado por Itaipu nesse processo e o rebatimento desse modelo de gestão com as estruturas que contaram; vocês podem ter uma ideia do nível de complexidade que isso envolveu, seja pelo número de programas, seja pelo número de projetos decorrentes desse programa, e principalmente considerando a estratégia no que diz respeito a um processo de liderança participativa.

Para nós se tornou extremamente importante que pudéssemos identificar o grau de inovação.

Nós tivemos oportunidade de assistir nesta apresentação uma multiplicidade de iniciativas que realmente geraram um processo de inovação.

Estabelecer uma correlação com o conjunto de todos esses programas com os grandes movimentos globais da sustentabilidade. Interessava-nos ver como era a aderência dessas iniciativas e dos seus resultados com os movimentos como o Pacto Global, como os movimentos do Princípio da Educação Executiva Responsável, como os movimentos da Carta da Terra, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, enfim, do grande conjunto desse movimentos globais.

E, por último, era extremamente importante que pudéssemos concluir sobre o grau de aplicabilidade, de replicabilidade dessa iniciativa em outros ambientes.

Então, esse foi o objeto focal do nosso estudo.

Historicamente, acho que é importante considerar que essa iniciativa nasce de uma orientação do Governo Federal, uma orientação no sentido de que os grandes empreendimentos federais deveriam ser repensados com relação à sua área de influência, e buscando um grau de desenvolvimento econômico, social e ambiental no que diz respeito a essa área de influência.

Segundo, fica muito claro que, no caso de Itaipu – veremos num gráfico mais adiante –, essa área sofreu um processo de expansão: inicialmente, eram os 16 Municípios lindeiros, e depois a área adotada passou a ser a da bacia hidrográfica.

Outra questão fundamental foi a adoção do processo da sustentabilidade no planejamento estratégico de Itaipu.

Por favor, o próximo.

Aqui nós vamos ver a localização dessa... Eu utilizo muito essa tela, porque temos sido convidados

a participar de uma série de fóruns internacionais, e nem sempre as pessoas sabem onde é o Brasil, tampouco onde está localizada a bacia hidrográfica e onde está localizada Itaipu. Então, fica fácil identificar. E, na apresentação do Nelton, ele fala exatamente da expansão para os 29 Municípios –, na realidade, nós estamos falando da ampliação da bacia hidrográfica do rio Paraná na sua chamada parte III. Então, a Bacia do Paraná III passa a ser a área de planejamento, a área de intervenção e a área de estudo objeto do Cultivando Água Boa.

Qual foi a metodologia que nós utilizamos como abordagem no âmbito desse estudo de caso?

O primeiro deles foi uma análise do novo processo de planejamento estratégico de Itaipu, como é que isso aconteceu numa organização que tinha uma cultura muito forte e que teve que se voltar a uma nova missão.

Segundo, foi feita uma pesquisa documental. A nossa equipe se debruçou com relação a uma análise detalhada com relação a todos os projetos, planos, documentos, *sites*, relatórios, vídeos, reportagens que estavam disponíveis para efeito de se entender cada um desses projetos e seu processo evolutivo. Foram feitas entrevistas com os gestores dos projetos das equipes de Itaipu e foram feitas entrevistas com os gestores locais, com as autoridades locais, com os educadores, com os representantes da comunidade, aí entendendo o prefeito, os agricultores, as outras instituições públicas que tinham uma atuação no projeto, para entender como é que se dava essa integração.

Além de tudo, participamos, através de visitas, através da participação efetiva nossa presencial dos encontros das comunidades desses rituais todos que o Nelton aqui colocou a respeito da implantação e da sensibilização das comunidades no sentido da sua participação.

A estrutura da gestão do programa, aparentemente complexa, tinha um grau de representatividade que terminou, Presidente, por legitimar essa estrutura. Legitimar em que sentido? Por um lado, pelo grau de participação, ou seja, todas as instituições interessadas tinham representatividade nesse comitê. Segundo, esse comitê se replicava sobre cada um dos Municípios. Os 29 Municípios têm o desdobramento desse comitê. E se legitimava, legalmente, na medida em que essa estrutura, como o Nelton mencionou, foi aprovada, por unanimidade, nos 29 Municípios, ou seja, nas câmaras municipais, que transformaram e oficializaram essa estrutura numa aprovação por unanimidade.

No modelo de gestão fica muito claro que essa liderança participativa representou um grande vetor de alavancagem para todas as iniciativas que já foram aqui mencionadas. O uso desses rituais todos na construção desses compromissos sofreu um processo de sensibilização, de mobilização, e, por consequência dessa participação, tivemos um grau muito grande de engajamento, tivemos a construção colaborativa de todos os públicos interessados, de todos os *stakeholders*, buscando esta sensação clara que é a noção de pertencimento. E acho que isso é um fator chave por parte da participação de todos os atores, tornando esses atores protagonistas desse processo. Temos, como exemplo básico fundamental, as Oficinas do Futuro, que o Nelton mencionou, em que tivemos a oportunidade de ver o grau efetivo de participação. E a análise era deles. A análise das dificuldades, a construção das soluções, a definição das prioridades era feita coletivamente. Então, isso criou um processo de legitimação dessa estrutura. Além de tudo, um sistema de acompanhamento e monitoramento, porque não se teria base nenhuma se isso não tivesse sendo devidamente mensurado, acompanhado, comparado e avaliado.

Dentro das considerações finais, estabelecemos algumas... Confesso para vocês que não são poucas essas considerações. E elas são finais na fase do estudo, mas não são finalísticas porque o próprio programa, pelo fato de estar sua denominação no gerúndio, pressupõe uma ação contínua. Mas leva em consideração a primeira grande constatação: um nível de contraste muito grande entre a sua complexidade, de um lado, e a sua simplicidade, de outro. Complexidade pelo número de programas, de iniciativas, de atores envolvidos; e simplicidade exatamente porque eles foram devidamente legitimados.

Segundo ponto: fica clara a possibilidade da replicabilidade desse programa. Vou fazer um pequeno parêntese aqui: estive agora num encontro internacional na Tailândia, voltado a programas de desenvolvimento local, um evento internacional em que tive oportunidade de trocar ideias com alguns representantes de outros países a respeito do Cultivando Água Boa. O projeto que fui apresentar era outro estudo de caso, sobre nosso modelo de gestão educacional do Isae, aqui do Paraná, mas tivemos oportunidade de falar sobre a relação de uma instituição educacional com projetos que impactam a sociedade. E aí eu mencionava o Cultivando Água Boa. E confesso a vocês que isso assustou principalmente a presidente de uma associação africana de desenvolvimento sustentável, através do engajamento e participação das autoridades locais, uma instituição bancada inclusive pelo Banco Mundial, o grau de participação, a intensidade com que o sucesso desse programa foi obtido através de um trabalho extremamente complexo de quem olha de fora, mas contrastando com esta simplicidade que eu

relatei, justamente por ter conseguido obter o engajamento por parte dos participantes.

Para nós é muito claro que ele é socialmente educativo pelo forte componente educacional que existe, e, nessa educação, seja ela formal ou informal, seja ela espontânea, um dos resultados mais fantásticos é que para nós, e digo nós, todos os atores envolvidos nesse processo, mas para nós, que examinamos isso com olhar acadêmico, foi também um grande aprendizado.

Segundo que é ambientalmente inovativo. O fato de você estabelecer 1.200 quilômetros de implantação de matas ciliares com cerca em termos de proteção ao desenvolvimento, ao resgate dessas matas ciliares como fator de proteção do recurso hídrico, indiscutivelmente, gerou um grande processo de inovação. Ninguém implanta 1.200 quilômetros de mata ciliar, mudando a configuração da proteção do recurso hídrico, acompanhado de um modelo educacional... Ressalte-se aqui o fato de não haver nenhum processo de contrariedade legal com relação a isso, não houve conflito. Houve até certas contrariedades. Tivemos oportunidade de entrevistar proprietários que, no início, disseram: "Muito bem, então me desapropriem ou me recompensem por isso." Devidamente convencido, um desses proprietários é hoje um dos grandes líderes de convencimento a respeito das vantagens que isso trouxe a sua propriedade e ao conjunto do meio ambiente como um todo.

É economicamente viável, mais do que viável. O fato de podermos ver a diversificação do processo de produção, seja através das várias manifestações de produção que a gente viu aqui, seja pela questão da piscicultura, seja pela questão da produção de orgânicos, seja pela produção de fitoterápicos, isso não se deu apenas de forma isolada na propriedade rural.

O que a gente observou é que existia uma estrutura em cadeia, e essa correlação permitia que, por exemplo, a produção de fitoterápicos pudesse ser objeto de uma interferência na ação da saúde pública dos Municípios, onde os médicos passaram a ser treinados para administrar a medicação fitoterápica, e muitas vezes em caráter até mesmo preventivo. Ou seja, é a gestão da saúde, e não a ação sobre a doença, e isso gerando renda na propriedade.

Quando nós estamos falando da produção orgânica, nós estamos falando da produção de orgânicos como uma produção alternativa dentro da propriedade rural, onde já havia um entendimento no âmbito da prefeitura, que, dentro da compra direta, passou a comprar a produção de orgânicos e fazer com que isso integrasse a merenda das escolas públicas, gerando o episódio das merendeiras, que é emblemático, e menciono isso aqui no estudo de caso. Não estamos apenas mexendo na questão da terra ou na diversificação em termos da atividade econômica, estamos mexendo com gente. Vocês podem imaginar o que significa o impacto na vida dessas merendeiras de terem seu trabalho mais do reconhecido, publicado, gente?! Isso é fantástico! Aquela merendeira poder... Se eu fico extremamente satisfeito em trazer e apresentar ao Senado Federal a publicação desse resultado, imagine a merendeira que teve publicada a sua receita produzida, seu fruto! Então, essa produção em cadeia é altamente impactante.

Vamos adiante, por favor.

O foco no recurso hídrico. Isso, para nós, é de fundamental importância, e aqui eu menciono o que aconteceu, emblematicamente, com o resgate das matas ciliares, independentemente dos programas de saneamento que foram feitos, e nós vamos ver adiante que entra também a questão da Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, que o Nelton já mencionou, e que tem um impacto extremamente importante, não apenas no recurso hídrico, mas principalmente no meio ambiente como um todo. Essa experiência piloto, que foi feita em regime de condomínio com o conjunto desses 38 pequenos proprietários – um não era tão pequeno assim – é realmente um trabalho que deu um resultado fantástico, e hoje é objeto de observação, de análise, de estudos por várias instituições do mundo, não apenas brasileiras, que vêm estudar aquilo que era um grande problema e que hoje gera receita ao produtor rural. Mais do que estar minimizando o impacto em termos de emissão de CO_2 através da produção e da exposição desses dejetos, hoje ele tem a obtenção de recursos através da venda do excedente da energia produzida à companhia de energia local.

A outra consideração diz respeito à constatação dessa conexão do conjunto de todas essas iniciativas com os movimentos internacionais que eu já mencionei no início da minha apresentação, mas principalmente com relação ao PRiME – Principles for Responsible Management Education, que é uma iniciativa em que nós, Isae/FGV, temos um papel importante. Fomos convidados pela ONU, inclusive, para trabalhar na construção desse programa. Há a questão do Pacto Global, onde Itaipu e nós inclusive, fazemos parte do Comitê Brasileiro do Pacto Global; do programa ONU Água; do programa do desenvolvimento, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; da Carta da Terra; enfim, o estudo mostra uma matriz onde fizemos a análise de cotejamento, de aderência das principais iniciativas com os mais relevantes princípios de cada um desses movimentos internacionais, e a aderência disso fica muito clara.

Tive a oportunidade de, agora, na Rio+20, em uma das reuniões das quais participamos, classificar

e categorizar o Cultivando Água Boa como um dos grandes programas globais em termos de exemplo vivo, claro da aplicabilidade de todos esses princípios globais, esses princípios da ONU aplicados a essa região, seja pelo viés da educação, pelo viés da sustentabilidade, da questão ambiental, da questão social, da geração de renda, da forma como você atua na região, no seu *locus*. Há uma palavra que a gente gosta muito: cuidado. A ética do cuidado, isso permeou toda a administração do programa. E, indiscutivelmente, como grande propulsor do desenvolvimento regional. Eu não tenho dúvida nenhuma de que isso é algo que serve como uma referência muito grande.

Repito aqui que, para nós, como uma instituição educacional, o Cultivando Água Boa é, sim, de um lado, uma referência... Eu acredito que isso seja referência não apenas para nós, mas passa a ser referência... Daí a importância disso aqui. E a gente tem discutido, Senador, que isso aqui também mereceria ser distribuído a todas as bibliotecas das escolas brasileiras.

O Ministro da Educação lançou, 2 dias antes do início oficial da Rio+20, numa solenidade, um trabalho que acho que é uma iniciativa que foi até pouco divulgada, mas que é a aplicação, na estrutura educacional brasileira, de diretrizes que sintetizam a questão da aplicação da sustentabilidade no âmbito das estruturas curriculares educacionais desde o ensino básico, até o ensino do terceiro grau.

E nós, como escola de negócio entendemos claramente que os quatro princípios básicos sintetizados pelo Jacques Delors, que são os pilares da educação, e a Unesco elegeu esse processo, que é o aprender a aprender, o aprender a conhecer, a fazer, o aprender a ser, o prender a como viver. Agora, a Unesco lança – e aproveitou justamente a década da educação para a sustentabilidade – mas lançou agora, em 2012, o conceito do quinto pilar dentro da estrutura dos pilares da educação, que é exatamente – e, ao meu ver sintetiza o trabalho do Cultivando Água Boa – que é o aprender a se transformar e aprender a transformar a sociedade. Eu acho que o CAB é, em última análise, um exemplo vivo desse modelo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Norman.

Eu anotei aqui algumas considerações bem rápidas para fazer.

Eu fui Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas no ano anterior, neste ano sou o Relator. Tive oportunidade de estar numa audiência pública no interior do Itaipu Binacional, ouvindo outros programas desenvolvidos pela Itaipu e a importância desta binacional para o desenvolvimento sustentável.

Sou apaixonado pela geração de energia. Eu tenho dito nos meus pronunciamentos, no meu dia a dia, que nós precisamos de energia e de meio ambiente. Por meio da energia você tem o alimento, você tem toda a sustentabilidade da cadeia.

Tenho feito algumas reflexões com relação à água. O Brasil tem cerca de 12% da água doce de superfície do Planeta, olha o tamanho deste País! Está certo que a maior parte disso, mais de 60%, está na Bacia do Amazonas, que ainda é uma região bastante intacta. Isso é bom, muito bom. A Bacia do Prata concentra uma boa parte disso também e, dentro da Bacia do Prata nós temos o Lago de Itaipu, que não sei se ainda é, mas era o maior lago artificial do mundo, se não for, é um dos maiores.

Eu tenho meditado. Assisti nas mudanças climáticas algumas interferências diretas na produção de alimentos. Nos últimos dois anos, o prejuízo com a seca no Sul do País ultrapassou a casa dos R$20 bilhões – na cadeia, isso ultrapassa os R$50 bilhões, então, o Brasil deixou de ficar mais rico R$50 bilhões – e alguns, lógico, sofreram, principalmente agricultores, deixando de agregar valor à sua propriedade.

Sou Relator, aqui no Senado, do Plano Nacional de Irrigação. Pergunto se com esse trabalho todo feito pelo Cultivando Água Boa houve um aumento das águas nessas nascentes, nessas bacias hidrográficas. Porque eu venho da terra, morei numa propriedade rural a minha juventude toda, na minha infância e na minha juventude, e eu assisti a rios e bacias diminuindo o seu fluxo de água, a quantidade de água com os anos. Percebo que rios, em que quando criança eu brincava ou pescava, hoje eles têm muito menos água do que naquela época.

Dentro desse conceito de que nós temos uma bacia hidrográfica – a Bacia do Prata é extremamente rica em águas, em nascentes e em microbacias, pudemos assistir aqui nos mapas – se isso tudo suportaria uma plano de irrigação sustentável. Porque tenho que a água é uma: ela não diminui no Planeta; ela migra ou vai para o subsolo, ou está na superfície, ou está mais em regiões outras do Planeta que não aqui, e até a exportamos, às vezes, quando exportamos *commodities*; quando exportamos proteína animal, vai muito da água do nosso Planeta. Mas isso, lógico, é insignificante, e a água volta de alguma forma.

Quais são, por exemplo, as soluções para que não tenhamos, no futuro, desastres tão grandes num País que tem tudo isso de água? Pensa-se realmente numa forma de se resolver isso, porque vejo, por exemplo, a China: é maior, tem menos água do que nós, e tem mais de 50% da sua produção irrigada, e é extremamente sustentável, nós temos visto isso.

E quero fazer um elogio ao Cultivando Água Boa, que esteve em Marseille também, na França, no VI Fórum Mundial da Água, na Rio+20. Na verdade, não é mais do Paraná, ou do oeste do Paraná; nem do Brasil. O Cultivando Água Boa é do mundo, é do Planeta.

Então, eu passo a palavra rapidamente ao Dr. Nelton, porque já estamos com uma outra Comissão, que é do Código Florestal, e justamente vamos discutir exatamente matas ciliares. Já estamos discutindo, neste exato momento. E estou vendo aqui um exemplo de matas ciliares dentro de um limite considerado legal por aquela legislação – acho que de 30 metros para os córregos até 10 metros, e hoje, para as pequenas propriedades, foram reduzidos para 5 metros. Então, isso é algo com que tenho uma preocupação. Acho que não precisaríamos ter diminuído tanto. Lógico que estamos falando em áreas consolidadas. Inclusive a Ana, que sempre está conosco aqui nesta Comissão, defende 30 metros para todos os rios. Eles dizem assim: "Se é para proteger uma margem de rio, independentemente do tamanho do rio, a margem é a mesma".

Senador Inácio Arruda, seja bem-vindo.

Passo a palavra, então, ao Dr. Nelton, para suas considerações.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Muito rapidamente, nós estamos tratando de questões realmente estratégicas. Inclusive, no que tange à sua observação sobre alimentos, energia, meio ambiente, talvez, se tivéssemos que colocar dez grandes questões no Planeta, as três primeiras estariam na questão exatamente de ambiente, energia, alimento.

Apenas quero ser objetivo em cima do que nós estamos vivenciando. Além do que nós temos de monitoramento com estações e sedimentometria e, ao mesmo tempo, sobre a qualidade da água, podemos dizer o que significou esse trabalho de melhoria da quantidade e da qualidade da água.

E digo mais: claro que você pode agregar – e aí depende de região para região… No nosso Paraná, ainda se tem uma precipitação pluviométrica em torno de 1.500 mm/ano a 1.700 mm/ano, que é o que acontece nessa região, 1.700mm/ano. Só que nós já temos *stress* hídrico mesmo numa região que talvez tenha uma das mais ricas malhas hídricas do Brasil. Então, nós já estamos vivendo *stress* hídrico. E é evidente que você tem que atuar concretamente. E aí o resultado é visível até, da melhoria da quantidade e qualidade, quando se recuperam as nascentes e se impede o acesso a 50 metros ao redor da nascente; cercada, você tem a mata. Apenas com isso, é visível a revitalidade dessas nascentes.

Segundo: como é que se evita o assoreamento? Por exemplo, a mata ciliar é indispensável, mas, junto com a mata ciliar, tem que haver o terraceamento, porque, dentro da propriedade do cidadão, é preciso ter a proteção para que, quando chover, a terra não vá embora. Ora, o que significa a mata ciliar, o terraceamento? O que significa a estrada readequada? O que significa, por exemplo, a rotação de culturas? O que significa estimular os nutrientes, etc., etc., a qualidade do solo com adubação verde e outras formas? E o que significa o plantio direto de qualidade? Isso significa reter a água, que não vá o rio até a estrada, de uma vez só… Segundo, isso aumenta o lençol freático. Então, já começa a haver resposta – não tirando aqui o mérito de se tratar de um bem manejado projeto, por exemplo, de irrigação. Mas como é que a gente compreende que a natureza dá respostas extraordinárias quando você trata a natureza com cuidado, com atenção e passa a ser pertencente à natureza, e não dominador: E achar que ela é uma máquina e dela se tira tudo, não devolve nada?

Bom, por outro lado, tem outro dado concreto: se você tem uma precipitação razoável, nós estamos numa região, por exemplo, com mais de 80 cisternas em escolas, Senador. Mas alguém pode dizer: Mas, cisterna? Cisterna é para o Nordeste. Não! É para a gente construir a ecopedagogia, porque, na escola que a gente coloca cisterna, antes de começar a cisterna, tem que ter um projeto ecopedagógico; para, na aula de matemática, calcular quanto de areia e cimento para se fazer cisterna; e ter uma horta, um canteiro irriga e outro, não. Porque, se nós não construirmos a cultura da água, nós não vamos resolver o problema da água e do meio ambiente só com tecnologias. É uma mudança profunda de cultura, de cuidado, de trato.

E aí tem um componente muito sério: escola, por exemplo, que gastava R$500 por mês com água está gastando R$100. Por quê? Porque 60% da água que nós pagamos para a companhia de saneamento são de uso não nobre; você pode substituir por reuso. Então, construir uma política e a consciência do reuso da água – e aí no meio rural também. Quantas cisternas nós vamos agora, estamos já entrando no meio rural, para ter cisternas para, inclusive em alguns campos de pequenas irrigações, fazer também com o reuso da água – com manejo adequado, com todos os componentes dos cuidados, etc.?

Em outras palavras, é preciso que a gente possa dizer que soluções existem. Agora, em muitos casos, elas passam por profundas transformações conceituais e práticas. Portanto, são novas atitudes.

E termino deixando aqui o significado de, por exemplo, estarmos no Senado da República e, principalmente, de ter essa preocupação, essa manifestação desta subcomissão permanente da água, e dizer que

o programa Cultivando Água Boa é um extraordinário campo de observação. É como se nós disséssemos o seguinte: aqui tem um território que está aberto para se observar, para se buscar até alguma informação; compreender os erros que fizemos e destacar os acertos que tivemos; compreender, por exemplo, o que significa envolvimento comunitário – eu diria hoje que a seiva do programa Cultivando Água Boa está no envolvimento comunitário. Aí está a seiva. É um território que é da natureza, a bacia hidrográfica; e a seiva está no envolvimento das comunidades.

Em outras palavras, dizer que é por isso que nós ficamos muito gratos. E quero aqui também, em nome do nosso Diretor Geral Jorge Miguel Samek – que é um entusiasta desse trabalho, que foi um dos facilitadores desse trabalho todo, junto com toda a diretoria –, enaltecer que, quando nós começamos esse programa, estávamos lá na Diretoria Financeira, hoje a nossa Ministra Gleisi Hoffmann.

Portanto, é preciso que a gente diga o seguinte: se nós, cada vez mais, introduzirmos o conceito da responsabilidade compartilhada, vamos ter empresas públicas e privadas, sociedade civil, entidades e organizações atuando junto com os Governos, numa ação bem concreta para responder cada vez mais de maneira positiva, com uma agenda proativa, essa crítica situação de vivermos a maior crise socioambiental da história da humanidade.

Por isso, somos muito gratos por estarmos aqui e dizer que o Cultivando Água Boa é, na verdade, um laboratório a céu aberto para quem quiser compartilhar a até fazermos termos de cooperação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Nelton.

Nesse campo das mudanças climáticas e da sustentabilidade, nós estamos, neste exato momento, vendo um aumento considerável das *commodities*. Porque os Estados Unidos vive sua maior seca dos últimos 100 anos, e seca é água, é sustentabilidade. E veja só: nós temos problemas de alimentos no mundo, hoje, com os nossos sete bilhões de seres humanos sobre o Planeta. Ban Ki-moon disse, na abertura da ONU, que nós vamos precisar de 50% a mais de alimentos em 2050, quando nós teremos uma população estimada de nove bilhões de seres humanos. É uma responsabilidade muito grande. Se nós, realmente, não cuidarmos do nosso planeta de maneira sustentável na produção de energia, na produção de alimentos e na questão social, é claro, mas também e principalmente na questão ambiental, de forma que haja um equilíbrio entre esses pilares, realmente nós não conseguiremos os nossos objetivos do milênio, como V.Sas. bem colocaram.

Eu gostaria de agradecer ao Sidnei, sempre prestativo no atendimento a nós, do Senado, quando vamos a Itaipu. E, quando solicitado aqui para esta audiência, Dr. Nelton, o Sidnei foi quem fez os contados, junto com o Tales, meu assessor.

Muito obrigado a vocês dois e ao Dr. Jorge Samek, Presidente da Itaipu Binacional, que nunca mediu esforços para o atendimento dos pleitos do Senado Federal, que são sempre no sentido de divulgar os progressos grandiosos que a Itaipu vem produzindo nos últimos anos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 8 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 30 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia doze de setembro de dois mil e doze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VANESSA GRAZZIOTIN, ANIBAL DINIZ, SÉRGIO SOUZA** e **RODRIGO ROLLEMBERG.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, submete a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **1) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA Nº 2, de 2012**, que "nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta subcomissão, audiência pública com a finalidade de discutir os grandes reservatórios de água no Brasil, sua viabilidade e importância no contexto das mudanças climáticas. Para tanto sugere o convite das seguintes autoridades: 1. Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; 2. Sr Albert Cordeiro Gerber de Melo, Diretor Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL; 3. Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento

Energético do Ministério de Minas e Energia – MME". Autoria: Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. Passa à apreciação da pauta, destinada a discutir os grandes reservatórios de água no Brasil, sua viabilidade e importância no contexto das mudanças climáticas. Comparecem os seguintes convidados: Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e Albert Cordeiro Gerber de Melo, Diretor Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador Sérgio Souza. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente submete a dispensa e aprovação da ata desta reunião, que é dada como aprovada e encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza,** Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 12/09/2012

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre se concordam com a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria, que trata da audiência pública que será realizada a seguir.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o presente requerimento.

Aprovada a inclusão extrapauta.

Lerei o requerimento para a sua votação.

REQUERIMENTO Nº 2 – CMA

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a finalidade de discutir os grandes reservatórios de água no Brasil, sua viabilidade e importância no contexto das mudanças climáticas.

Para tanto, sugiro o convite das seguintes autoridades: Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional das Águas; Sr. Albert Cordeiro Gerber de Melo, Diretor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel; o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, então, para a realização da audiência pública, que tem por finalidade debater o tema "Os grandes reservatórios de água no Brasil, sua viabilidade e importância no contexto das mudanças climáticas", em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2012, da Subcomissão da Água.

Antes vou convidar, para que tome assento à mesa, o Sr. Vicente Andreu Guillo, que é Diretor da Agência Nacional de Águas.

Por favor, Sr. Vicente.

Também, o Sr. Altino Ventura Filho, que é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; e o Sr. Albert Cordeiro Gerber de Melo, que é Diretor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel.

Nós disporemos 15 minutos para cada um dos senhores expor o tema.

Da forma convencionada anteriormente, vou passar, então, a palavra ao Sr. Altino Ventura Filho, Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para a sua explanação.

V. Sª tem a palavra, Sr. Altino.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Cumprimento o Senador Sérgio Souza e, através dele, todas as autoridades, todos os participantes deste evento.

O assunto que vamos discutir, debater, nesta reunião, nesta audiência pública, é muito relevante não só para o setor elétrico brasileiro.

Como todos sabem, o Brasil tem um potencial de recursos hidráulicos muito grande para a produção de energia elétrica. A maior parte da nossa energia vem das nossas hidrelétricas, e a questão do reservatório é relevante, como vou procurar colocar na exposição que vou fazer em seguida.

A importância dos reservatórios não é somente para a questão da energia elétrica, da produção da energia elétrica. Eles se inserem também no contexto que chamamos uso múltiplo do recurso hídrico.

Então, a existência de um reservatório permite outros benefícios para a sociedade. Faço referência em particular à questão da navegação dos nossos rios, do

controle de cheia, a questão da navegação, no caso da navegação e eclusas dentro das hidrelétricas, a questão de criação de peixes, lazer, praias e assim por diante. E suprimento, também abastecimento de água nas comunidades, cidades e localidades que ficam às margens dos lagos desses reservatórios.

Bom, eu vou apresentar duas transparências somente para conceituar a questão do reservatório, que há, pelo menos na mídia – aqui, os que estão ligados a esse assunto talvez tenham os conceitos bem organizados –, mas tem sido falado na mídia a questão do reservatório de uma forma não muito clara, de como esse assunto, digamos, é considerado dentro do sistema elétrico brasileiro, e como isso impacta a geração de energia, como impacta o meio ambiente.

Volta a anterior, por favor.

Ali está colocado uma conceituação, onde aparece a primeira, que é hidrelétrica com Reservatório de Regularização. Isso é que, em geral, se chama Usina com Reservatório de Regularização, porque ele regulariza o rio, ele guarda a água no período chuvoso, no período de cheia do rio ele estoca essa água para usar no período seco. Quer dizer, tem uma ação do homem na operação do reservatório. Então, em geral, esse tipo de usina tem um papel relevante para permitir que se tenha o melhor uso do rio, seja para produção de energia elétrica, para navegação e outros usos, controle de cheia e assim por diante.

E aparece ali um segundo tipo de usina, Hidrelétrica a Fio D'água, e entre parênteses, ali, terei a expressão "com reservatório". Bom, então, a primeira coisa que eu queria dizer é o seguinte: toda usina hidrelétrica tem reservatório. Não é possível construir usina hidrelétrica sem um reservatório, mesmo uma pequena central hidrelétrica. Alguns têm um reservatório grande, outros, uns reservatórios menores.

A primeira diferença entre essas duas hidrelétricas é que aqui nós temos um reservatório grande, como nós vamos mostrar logo em seguida, e aqui, em geral, o reservatório é pequeno. E esse reservatório aqui, essa usina a Fio D'água, ela tem uma característica que é o seguinte: o nível do reservatório, o nível d'água do reservatório é constante. Então, toda água que chega ao reservatório sai do reservatório. Portanto, esta usina não muda o regime hidrológico do rio. Quando tem uma cheia, a cheia que passa pela usina é a cheia da natureza. Quando vem o período seco, é o período seco. Não há como ter uma ação do homem para modificar o regime hidrológico daquele rio quando eu tenho somente usinas com reservatório, usinas a Fio D'água. Enquanto que nesse caso aqui, não. Há uma ação do homem, porque eu faço um melhor uso daquele recurso hídrico, porque eu guardo água durante o período chuvoso, do período de cheia do rio, e uso no período seco.

Pode passar a primeira, por favor.

Aqui está um exemplo da usina com reservatório de regularização. Esse exemplo aqui é ilustrativo, mas ele é muito indicativo do impacto que esse reservatório cria, digamos, dentro do local onde ele está construído num determinado rio. A gente vê aqui a barragem, o canal de fuga, e aqui aparece o nível máximo e o nível mínimo. Portanto, a ação do homem pode operar esse reservatório desde esse nível até esse nível aqui. Evidente que esse estoque aqui é um volume de água que se pode utilizar pela ação do operador, ação do homem em cima desse reservatório.

Veja, isso aqui podem ser vários metros, uma quantidade de 20, 30 metros, está certo? Porque eu quero ter um espaço aqui para armazenar a cheia. Esse reservatório, quando ele opera, visto de cima, aparece uma coisa desse tipo aqui: está aqui a barragem e aqui está o lago, quando eu estou no nível máximo. Quer dizer, quando eu estou no nível máximo, o lago ocupa o maior espaço de terra, isso tudo dentro do planejamento e do projeto reservatório. Quando eu estou no nível mínimo, o lago fica ocupando um espaço muito menor do que o original, porque eu esvaziei o reservatório. Portanto, o lago, de alguma maneira, diminui a sua extensão, pelo fato de se ter utilizado a água que estava armazenada aqui no período seco. Em geral, esse lago fica nesse nível, quando eu termino o período chuvoso do rio, e fica nesse nível, quando eu estou no final do período seco, em que eu usei todo o estoque de água para poder gerar energia nas usinas que estão a jusante no rio.

É interessante destacar que essa distância aqui, por exemplo, uma pequena comunidade que esteja aqui na margem do lago quando ele está no nível máximo, sei lá, uma pequena comunidade que está usando essa água. Quando o setor elétrico opera o reservatório, ele esvazia até esse ponto, essa distância aqui pode ser 15, 20 quilômetros. Então, a utilização de um reservatório de regularização, em geral, regularização que a gente chama plurianual, o uso do recurso hidráulico, hídrico, que está dentro do reservatório é um pouco complicado por parte da população que está nas margens do lago quando ele está com toda a sua área ocupada no nível máximo, e isso ocorre todos os anos. Todos os anos esvazia-se e enche-se o reservatório.

Bom, é claro que esse tipo de reservatório, veja bem, tem uma série de benefícios para a produção de energia elétrica, para o controle de cheia, para a navegação – que eu vou explicar depois quando eu fizer a minha intervenção mais particular sobre o aspecto dos benefícios dos reservatórios e por que a gente planeja

reservatório. Então, veja, é evidente que um reservatório desse cria um impacto pela área inundada maior do que o que nós vamos apresentar em seguinte, porque esta área aqui, em geral, é uma área muito grande do reservatório, porque eu quero estocar água, eu quero ter espaço para armazenar essa água e preciso, portanto, ter uma área grande aqui.

Para dar um exemplo, o maior reservatório do Brasil é o reservatório de Sobradinho no São Francisco. É o que permite a melhor regularização de rios no Brasil. O São Francisco tem uma regularização muito boa, no sentido de que se pode transferir a cheia do rio para o período seco, de tal maneira que eu tenha vazões ao longo do ano mais ou menos constantes, e poder utilizar essas vazões para produzir energia, para navegação e outros eventos que o rio pode e proporciona de benefício para a comunidade que está nas proximidades dele. Então, essa área aqui de Sobradinho é de 4,2 mil km^2. Um reservatório imenso, ocupa uma área enorme, e é evidente que o impacto de um reservatório está um pouco relacionado com a área inundada que ele proporciona.

Esse é o conceito do reservatório de regularização, em que a ação do homem muda o regime hidrológico do rio. Ou seja, nós temos condições de fazer com que no período seco eu tenha bastante água, porque uso água do reservatório. Então, a primeira correlação que aparece é a seguinte: se eu quero navegar num rio, eu tenho que ter um reservatório desse tipo, porque o rio tem o período de cheia e o período de seca. Então, eu tenho que ter ação do homem no sentido de pegar a cheia do rio e transferir para o período seco e soltar do reservatório, o que a gente chama vazão sanitária, uma vazão mínima, para permitir a navegação no período seco. Então, esse é um dos impactos, um dos benefícios que o reservatório proporciona, além da geração de energia elétrica ao longo de todo o ano, porque, no período seco, se eu não tiver como aumentar as vazões, eu não tenho geração nas usinas que estão a jusante do reservatório.

Pode passar a seguinte.

Aqui é o conceito de usina a fio d'água. Observe que esta usina também tem um reservatório, só que o nível do reservatório se mantém constante, é um lago constante, está certo? Em geral, esse tipo de usina tem uma área inundada bem menor, muito pequena, mantém o lago num nível constante, portanto, o que chega de vazão nessa usina passa pela usina. Ela não tem nenhuma capacidade de mudar o regime hidrológico do rio. Então, nesse sentido, a usina a fio d'água, que é aquela que nós estamos construindo, planejando e construindo agora por razões ambientais, ela não modifica o regime hidrológico do rio. Ela mantém o mesmo regime hidrológico. Portanto, ela não tem nenhum impacto na modificação. O período de cheia é o que a cheia produziu pela natureza, o período de seca também. Evidente que essa usina a fio d'água tem uma vantagem de ter o nível de montante constante, o que faz com que a comunidade que viva nas proximidades do lago possa utilizar esse recurso hídrico de uma maneira muito mais vantajosa.

Um exemplo é a Usina de Itaipu. A Usina de Itaipu é uma usina a fio d'água, quer dizer, tem o lago com um nível constante. Então, o que é que acontece nesse lago? As cidades, as cidades lindeiras do Estado do Paraná, que estão nas margens do Lago de Itaipu, têm abastecimento de água, têm praias, porque aqui eu posso, como o nível do lago é constante, têm praias, têm criação de peixe, têm navegação – recreativa, inclusive –, ou seja, uma série de benefícios. Este reservatório não permite o beneficio de navegação, ao longo de todo ano, não permite controlar a cheia, porque eu não tenho como estocar água aqui no período de cheia, mas ele tem esses benefícios junto à comunidade.

Bom, feita essa conceituação, porque eu acho que é importante, nós vamos agora falar sobre a questão dos reservatórios de regularização. Nós só estamos planejando usinas no Brasil, neste momento, usinas desse tipo – a fio d'água – por razões ambientais. Quais são essas razões ambientais?

Essas usinas estão sendo instaladas na Região Norte brasileira. Começou com o Rio Madeira, usinas de Jirau e de Santo Antônio, o Rio Xingu, com Belo Monte, que está em construção, e virá o Rio Tapajós que é a última fronteira da hidroeletricidade no Brasil. E está se prevendo a usina de São Luiz do Tapajós, que é a primeira, para 2017. Essas usinas estão sendo planejadas a fio d'água, neste conceito que está colocado aqui. Quais as razões para isso?

A primeira razão é porque a área inundada é uma área pequena. Como a Região Norte brasileira tem um ecossistema complexo, que temos que preservar, então nós estamos fazendo essas usinas com áreas inundadas pequenas, portanto o impacto relacionado a área inundada é muito pequeno. Esta é a primeira razão.

A segunda razão é que não queremos mudar o regime do rio. O rio continuará com o seu regime natural. Portanto, a interferência do projeto nas condições naturais daquele rio é muito menor. Porque a cheia continuará sendo a cheia, e a seca continuará sendo a seca. Não tem nenhuma alteração, nenhuma ação do homem em cima disso.

Então, esse tipo de usina é muito mais viável, do ponto de vista ambiental, do que se eu fizesse um grande reservatório de regularização na Região Norte.

Porque se eu fizer esse grande reservatório, eu tenho de fazer uma área inundada muito grande, e os rios da Região Norte brasileira não têm locais com topografias adequadas para fazer reservatórios de grande porte sem ter áreas imensas. Porque são rios que têm uma certa característica de planície.

Para eu fazer um reservatório de regularização do Xingu, por exemplo – que foram os estudos feitos na década de 70, que estamos fazendo Belo Monte, que é a fio d'água, com impacto ambiental muito pequeno –, um reservatório a montante de Belo Monte para regularizar o Xingu, como São Francisco está regularizado por Sobradinho, teria que ter um reservatório com cerca de 6 mil km² para a regularização plena, portanto 50% acima de Sobradinho, para segurar a cheia do Xingu, que é imensa, e usar essa água no período seco.

Então, nós estamos fazendo esse planejamento de usinas a fio d'água na Região Norte brasileira por duas razões. A primeira, como eu me referi, é a questão ambiental. E a segunda razão é a de que não existem muitos locais favoráveis para fazer grandes reservatórios. Por exemplo, no São Francisco tinha Sobradinho, em uma época em que as questões ambientais não tinham a relevância que têm hoje. No caso da Bacia do Paraná, tivemos Furnas, Itumbiara, Nova Ponte, que são reservatórios muito bons. Já no Tocantins, não havia local. Então, foi feito o reservatório Serra da Mesa, muito a montante, e isso de alguma maneira prejudicou um pouco, digamos, a regularização do Rio Tocantins.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Bom, eu pediria mais dois minutos só para encerrar, colocando a questão dos benefícios, depois podemos retornar a fase de debates e de perguntas.

Eu diria o seguinte: qual é a vantagem de fazer um reservatório de regularização? A primeira vantagem é que permite uma maior produção de energia elétrica nas usinas daquele rio. Portanto, se eu não tenho um reservatório de regularização, eu estou produzindo naquele rio menos energia do que poderia produzir, porque, quando vem a cheia, eu perco grande parte dela, porque a cheia passa e eu não consigo guardar, não consigo usar no período seco. Então, a primeira consequência de não ter um reservatório de regularização é que o País está abrindo mão daquele recurso hidrelétrico. Está planejando-o e aproveitando-o, menos do que a natureza nos deu, porque eu não consegui transferir o período da cheia para o período seco. Essa é a primeira consequência.

Uma consequência associada a esse aspecto é que a energia produzida naquela bacia – a energia elétrica – fica mais cara, porque eu estou aproveitando uma parte dela e não estou tendo ganhos de economia de escala. Então, quando se decide não fazer um reservatório no Xingu, por razões ambientais e por razões de dificuldade de encontrar um local, a sociedade brasileira está aceitando abrir mão de uma parte da energia que poderia ser produzida naquela bacia e aceitando que aquela energia que está sendo produzida é mais cara.

Então, isso – veja bem – em prol do benefício ambiental, e não dá para construir grandes reservatórios.

O segundo aspecto importante – esse eu considero importante para o Rio Tapajós: é que nós estamos iniciando o aproveitamento hidrelétrico do Rio Tapajós. No alto Tapajós, Juruena e o Teles Pires, formadores do Tapajós; no médio Tapajós, não se pode fazer barragem, porque são áreas indígenas, reservas florestais, tem toda uma restrição ambiental; e, no baixo Tapajós, nós vamos fazer as usinas chamadas plataforma, porque não há ainda a presença humana. Esse potencial do Tapajós chega a ser uns 23 mil MW, e o Brasil precisa dessa energia. Abandonar o Tapajós significa que nós vamos esquecer a hidreletricidade, e essa energia é necessária de 2017 a 2023, mais ou menos, qualquer coisa dessa ordem, e é o planejamento que o Ministério está conduzindo para atender a energia elétrica no Brasil.

O Tapajós é um rio que deveria ser navegável. Há uma produção de grãos a montante muito intensa e que deveria escoar pelo Tapajós para chegar até o Atlântico. O Brasil tem cometido vários equívocos de não fazer com que nossos rios sejam navegáveis. Nós escoamos a nossa safra agrícola com caminhões queimando óleo *diesel.* Vejam: um país que tem as opções que nós temos adotar essa solução é uma solução extremamente ineficiente do ponto de vista energético. Usar óleo *diesel* para escoar uma safra agrícola. Nós tínhamos de ter ferrovia e tínhamos de ter navegação nos nossos rios.

E o Tapajós é um dos que deveria ser navegado.

Estamos planejando usinas a fio d'água no Tapajós, desse tipo aqui. Não estamos planejando reservatórios. Poderíamos até ter alguns reservatórios inundando áreas um pouco maiores, mas não estamos fazendo isso por razões ambientais. Isso fará com que o Tapajós tenha grandes limitações na sua navegação, porque, no período seco, vai ser difícil navegar, porque não tenho como soltar mais água de reservatório – porque não tenho reservatório – para permitir a navegação. E, no período chuvoso, dependendo da intensidade da cheia do rio, também terá dificuldades de navegar.

Então, as eclusas que estamos planejando nas usinas que estamos construindo vão ter uma utilização

parcial. Por razões ambientais, não estamos podendo aproveitar integralmente a navegação no Rio Tapajós.

Um outro aspecto relevante é que, quando eu tenho só usinas a fio d'água, eu não tenho capacidade alguma de controle de cheia daquela bacia. Veja: a tendência natural da população é morar nas margens dos nossos rios. Então, quem mora nas margens dos nossos rios, em pequenas localidades e cidades, etc., é natural que aconteça isso, porque um recurso hídrico atrai a população. Fica sujeito a cheias. Então, essas cheias podem ser bastante reduzidas quando existem usinas de reservatório de regularização, porque eu consigo estocar aquele período. Porque o importante na cheia é o pico da cheia. Quando eu tenho uma cheia muito intensa, eu armazeno aquele pico, que aquele pico de cheia, que pode durar um, dois ou três dias, tem um poder de destruição muito grande. Então, é possível armazenar aquilo. Portanto, eliminar a influência de cheias ao longo do rio.

Esse é outro benefício que a não existência de reservatórios perfaz com que o País esteja, digamos, deixando de utilizar um benefício muito importante. E outros também que estariam relacionados à questão de suprimento d'água e outros usos. Eu preferia enfocar nestes três usos que eu acho os mais importantes: navegação, geração de energia elétrica e a questão do controle de cheias.

Eu passei do meu tempo. Peço desculpas, mas fiz a espécie de um resumo, mostrando a importância do reservatório, e concluiria dizendo que, por razões ambientais, de dificuldade de localização de lugares favoráveis para colocação de reservatórios, estamos planejando somente usinas a fio d'água no Brasil neste momento, com todas as consequências a que me referi ao longo da minha exposição.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Altino Ventura Filho, pela sua explanação. Fica conosco mais um pouco.

Na sequência, vou passar a palavra ao Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, frequentador assíduo desta Comissão e daqui, do Senado Federal. V. Sª tem a palavra.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bom dia a todos.

Cumprimento meus colegas, o Albert, o Altino. E faço um agradecimento especial ao Senador Sérgio Souza, que é o Presidente desta Subcomissão da Água, por manter e retomar, com vigor, durante este ano de 2012, as atividades relativas à temática da água, que são extremamente importantes.

Eu acho que, ontem, todos viram nos jornais a posição de um grupo de ex-dirigentes de países chamado InterAction Council, que aponta que a água deve ser uma das questões a serem discutidas, na visão desses ex-Chefes de Estado, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, tal a relevância estratégica que o tema apresenta.

Essa proposta feita por esse grupo de ex-Chefes de Estados tem bastante relação com questões que tivemos oportunidade, Senador, de discutir no Fórum Mundial da Água, em Marseille, quando nós – o Brasil e outros países, mas, em especial, a nossa delegação – apontávamos também a necessidade de que a água venha, no âmbito da ONU, a assumir também uma identidade própria, porque hoje a temática da água acaba sendo diluida no conjunto das diversas entidades e organizações das Nações Unidas, que tratam de diversos temas associados à água. Por exemplo, a FAO trata da agricultura e da água também, mas de forma secundária; a própria questão da Unesco; a Agência Internacional de Energia Atômica. Então, é uma série: são 54 instituições no âmbito da ONU que tratam da temática da água, sem que ela, na verdade, seja a questão central. Então, estamos defendendo a proposta de que a ONU venha a ter também aquilo que estamos chamando de casa própria da casa. A água sempre acaba ocupando um dos cômodos dos outros temas. Agora, é hora de a própria água ter também uma relevância importante nessa questão – em particular, com as questões relativas à temática do meio ambiente, que o Dr. Altino aqui mencionou e que, em algum momento, eu pretendo abordar.

Isso foi para reforçar aqui a importância que têm essa discussão, o papel desta Subcomissão, em especial, e o nosso estímulo em participar ativamente das atividades que os diversos Senadores que compõem a Subcomissão têm proposto. Infelizmente, no nosso entendimento, a questão da gestão da água no Brasil acaba ainda sendo uma questão de natureza política secundarizada por várias dos seus usos principais. Então, muitas vezes, a questão energética associada à água é preponderante em relação ao uso da água. Quando vamos tratar da questão agricultura, a agricultura acaba sendo preponderante em relação à gestão da água. A mesma coisa em relação ao saneamento básico e a diversos temas.

No caso brasileiro, o Brasil fez uma opção correta, no nosso ponto de vista, que foi a de tirar a água de estar junto com alguns dos seus principais usos, para que a água tenha uma identidade própria na sua gestão, com a criação, na Constituição de 1988, do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, que vai se consolidar em 1997, com a criação da Lei da Águas, e em 2000, com a criação da Agência Nacional das Águas. Do nosso ponto de vista, essa

é uma questão relevante, porque, por exemplo, se temos uma situação de água e energia elétrica com o Ministério de Minas, Energia e Água, teria, naturalmente, ainda mais – no caso brasileiro, isso já existe; depois, também vou tentar abordar um pouco sobre isso – uma subordinação, como existe em outros países, da temática da água em relação a um dos seus usos, que, sem dúvida nenhuma, é um uso bastante nobre e importante para o nosso País, que é a questão da energia elétrica. Seria a mesma coisa, se tivéssemos, por exemplo, a água associada ao Ministério de Agricultura e Água, como existe em diversos países, onde, obviamente, toda a lógica e toda a racionalidade da gestão da água seriam voltadas para a agricultura. Então, no caso brasileiro, essa opção, do nosso ponto de vista, é uma opção bastante correta, porque permite tentar observar a gestão da água no sentido de viabilizar os seus diversos usos múltiplos, não no sentido de que um desses usos múltiplos é necessariamente o seu uso prioritário.

No caso brasileiro, há uma única exceção que se apresenta. Todos os usos são equivalentes, mas a legislação menciona que, em situação de escassez, o uso prioritário é o uso humano e a dessedentação de animais. Porém, não havendo escassez dos recursos hídricos, todos os usos são equivalentes. Na verdade, isso não acaba acontecendo. Sempre brinco com o setor elétrico que existe uma lei não escrita de que o uso preponderante no Brasil acaba sendo o de energia elétrica, por suas razões históricas e até pela necessidade de desenvolvimento no Brasil. Mas é importante que todos saibam que não há, exceto em situação de escassez, uso preponderante na questão da água, mas, sim, a viabilidade dos usos múltiplos.

Nesse sentido, chegamos também à avaliação, na Agência Nacional de Águas, a partir de diversos seminários – em particular, cito um acontecido com ex-presidentes da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), que é uma entidade que congrega cientistas relativos ao tema da gestão da água, da hidrologia –, de que precisaríamos colocar à mesa alguns temas importantes para a gestão de recursos hídricos. Um desses temas – mencionei a questão da casa própria da água e o pagamento por serviços ambientais associados à água, mas este não é o tema a ser abordado aqui – era a discussão da necessidade de se retomar o debate a respeito dos reservatórios no Brasil. Por quê? Porque, do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, como o Dr. Altino muito bem mencionou, a constituição de reservatórios é, no nosso ponto de vista, o melhor mecanismo para assegurar aquilo que chamamos de segurança hídrica, garantindo a água necessária para os diversos processos produtivos, bem como garantindo a segurança das populações em caso de prevenção de inundações apontadas.

O que tem acontecido? Estudo desenvolvido pelo Dr. Francisco Gomide, que, inclusive, é ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Presidente de Itaipu Binacional e de uma série de empresas do setor elétrico, aponta que o Brasil tem feito uma opção pela redução da reservação da água em nível histórico. E isso tem sido articulado historicamente, inclusive, em nível internacional. Houve um período em que o próprio Banco Mundial se recusou a financiar infraestruturas destinadas à construção de barragens em países em desenvolvimento, colocando que os reservatórios, em função exclusivamente dos seus impactos ambientais, que existem, deveriam ser opções a serem abandonadas.

Aí o que você acaba constatando? Os países desenvolvidos, do ponto de vista econômico, têm uma reservação de água muito superior, o que gera, inclusive, uma contradição em relação aos países que têm baixo nível de desenvolvimento econômico. Por exemplo, nos Estados Unidos, chega a haver cerca de 500 dias de reservação de água, e, em casos como o da Etiópia, chega-se, mal e porcamente, a 30 dias de reservação de água.

Então, há a necessidade de se retomar a perspectiva da construção de novos reservatórios como um mecanismo de gestão adequada dos recursos hídricos. E a construção de reservatórios, no nosso caso, não vem necessariamente vinculada à questão da geração de energia elétrica. Ao se fazer um reservatório e ao ser possível que a ele esteja associada a geração de energia elétrica, evidentemente essa geração deve ser apropriada no sentido do benefício da sociedade. Mas a nossa tônica, no âmbito da Agência Nacional de Águas, é discutir o aumento da reservação do ponto de vista da gestão de recursos hídricos, mesmo porque, muito embora os grandes reservatórios brasileiros sejam voltados para a geração de energia elétrica, nem todos os grandes reservatórios brasileiros estão voltados para a geração de energia elétrica, como é o caso do Castanhão, que é um reservatório de grandes proporções voltado para a regularização do rio Jaguaribe e para o abastecimento principalmente da região metropolitana de Fortaleza.

Nesse sentido, o nosso enfoque passa a ser também o de tentar trazer para o tema, deixando de lado por um momento, para depois fazer o cotejamento, os impactos ambientais e sociais que, evidentemente, existem na implementação de reservatórios. Mas tentar discutir os impactos positivos da implementação dos reservatórios, e um deles – o Dr. Altino também facilitou bastante a minha intervenção – que eu queria

colocar, que o Dr. Altino não mencionou, são as mudanças climáticas.

Se nós acreditamos, se nós estamos convencidos de que o Planeta passa por uma alteração do seu ciclo climático, em particular do seu ciclo hidrológico, se nós acreditamos que os eventos extremos tendem a ser mais frequentes – e quando nós falamos de eventos extremos, estamos falando de secas mais intensas, assim como inundações mais intensas –, nós temos que pensar nos mecanismos possíveis de fazer frente a esse tipo de fenômeno provocado pelas mudanças climáticas. E aí a resposta vem necessariamente para a construção dos reservatórios, porque os reservatórios se aplicam de maneira adequada, no nosso ponto de vista, seja para garantir a água para os períodos de seca, seja para prevenir os períodos para amortecer as cheias, diminuindo significativamente os impactos à população. Então, do nosso ponto de vista, a retomada desse debate é fundamental.

No caso brasileiro, o Brasil tem somado... Na verdade, a grande maioria dos reservatórios, como eu mencionei, dos grandes reservatórios são do setor elétrico. Os estudos apontam que o Brasil tem hoje, comparativamente com os Estados Unidos – que eu mencionei que tem cerca de 500 –, cerca de 150 dias de armazenamento de água. Porém, com essa opção que o setor elétrico, no nosso ponto de vista, fez, recuando do debate que deve ser feito... Porque aí, Altino, permita-me, nós queríamos avançar no debate da necessidade de construção de reservatórios. Volto a dizer, não estamos focados na geração de energia elétrica, estamos focados na gestão de recursos hídricos.

Nós precisamos construir reservatórios que tenham o fator de regularização. E o que é regularização? Também aproveitando aqui as transparências que o Dr. Altino. A regularização é o seguinte: você deseja que aquele rio mantenha um certo volume de água ao longo do período do ano. Pois bem. Se você tem no rio uma vazão x que você deseja, se o rio, permanentemente, lhe entrega x, você não precisa fazer reservatório nenhum, porque a regularização do rio está mantida. Você precisa de x e o rio entrega naturalmente, ao longo do ano, x, sem variação.

Porém, se eu preciso de x e a entrega do rio começa a se alterar significativamente, ou seja, nos períodos secos, ele entrega muito menos que x, e nos períodos de cheia, ele entrega muito mais que x, o que acontece? Eu preciso construir reservatórios, que serão cada vez maiores quanto maior for essa amplitude. Ou seja, se você tiver uma extrema variação... Se você não tem variação, você não precisa de reservatórios. Agora, se você tem grandes variações entre a seca e a inundação, você precisa, cada vez mais, de reservatórios maiores, com a função de regularização e não apenas com a função de fio d'água para geração de energia elétrica.

Esse é o debate que nós gostaríamos de colocar para a sociedade brasileira. Porque hoje, se o Brasil tem cerca de 150 dias de reservação de água, os estudos apontam que, em 2025, por essa opção de construir usinas a fio d'água, basicamente a fio d'água, e de não construção de outros reservatórios, com a finalidade, por exemplo, de abastecimento público ou de irrigação, o Brasil vai chegar a 2094, com 94 dias de reservação. Ou seja, nós estamos perdendo a condição de fazer frente a eventos, particularmente nesse caso, de seca, mas também a eventos de cheias.

Então, por razões não necessariamente vinculadas a um determinado uso, que é o caso da energia elétrica, mas também nos associando à necessidade do uso da energia elétrica, nós estamos propondo a retomada da discussão da sociedade dos benefícios da construção dos reservatórios e não apenas dos chamados impactos ambientais e sociais que, evidentemente, os reservatórios provocam. Mas e os benefícios associados a eles?

A sociedade deixou de fazê-lo e, incrível, por conta dessa política do Banco Mundial, em nível mundial, deixou de fazer esse debate adequado a respeito dos impactos positivos. Então, nós estamos propondo a retomada desse debate, da necessidade de aumentar a reservação de água, como mecanismo mais eficaz para gestão de recursos hídricos, ou seja, para enfrentar esses dois temas.

Aí só para não ficarmos o tempo todo aqui coincidindo, Dr. Altino, nós temos algumas diferenças cruciais a respeito dessa temática. Então, por exemplo, o setor de energia elétrica tem feito um planejamento voltado exclusivamente para a geração de energia elétrica. É óbvio. Mas ele tem sido ainda, permita-me dizer, muito fechado a uma contribuição da sociedade das diversas opções que possam ser mais bem adequadas.

Por exemplo, nós gostaríamos de enfrentar, junto com o setor elétrico, debates sobre Belo Monte, de que, eventualmente, para que Belo Monte tenha uma capacidade instalada de 11,5 mil megawatts para uma geração média de 5 mil megawatts, por conta das opções ambientais ali colocadas, o Brasil vai ter que buscar esses 5 mil megawatts em outras opções, sejam opções de energia térmica, nuclear ou fóssil, ou vai fazer com que a gente vá buscar essas condições em outros reservatórios no Brasil. Então, acaba fazendo com que o setor elétrico se abstenha um pouco. Não tendo feito essa discussão de maneira adequada, se afastou um pouco do debate e, com isso, acaba fazendo uma série de intervenções nos rios para a geração de

energia elétrica de maneira pulverizada espacialmente, de tal maneira que acaba provocando sobre aquele corpo d'água, se não faz um barramento, um conjunto de impactos. E nós poderíamos ter esses impactos concentrados – esse é o debate que a gente quer provocar – numa determinada bacia, fazendo moratórias e concessões para que as gerações futuras decidam se aqueles aproveitamentos nos diversos outros rios serão feitos ou não, como por exemplo no Juruá. Não há usina no Juruá. O setor elétrico está promovendo, porque não tem os 11 mil em Belo Monte e, com certeza, tem que buscar em outros empreendimentos.

Nós gostaríamos que a sociedade pudesse fazer esse debate que não foi feito, a respeito de uma temática como esta.

A segunda questão que acho relevante – e aí começo a encerrar, partir para o ponto final – é sobre o uso prioritário. Nós estamos cada vez mais em função, inclusive, dessa variabilidade do clima, nós estamos começando a enfrentar conflitos pelo uso de água. Nós temos uma cultura, Senador, de que no Brasil há água abundante, há água para todo mundo e que no Brasil não existe conflito de água. Esse conflito já começa a se manifestar, principalmente nas regiões mais desenvolvidas economicamente, que são aquelas regiões onde há pouca água e há bastante gente, ou há bastante água e bastante gente e a disponibilidade de água acaba sendo pequena.

Por exemplo, o conflito de água na região do Paraíba do Sul, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, é um conflito estabelecido.

Na região de onde eu venho, da bacia do rio Piracicaba, entre São Paulo e a região metropolitana de Campinas, em particular, é um conflito estabelecido.

A questão da transposição do São Francisco, o conflito que foi a discussão dessa transposição.

Eu encerraria dizendo o seguinte: nós estamos vivenciando de maneira geral conflitos entre os diversos usos. Vamos pegar, por exemplo, o reservatório de Mirorós na Bahia. Aliás, a Bahia é o Estado do semiárido com a menor reservação de água. E não é à toa que, pelo fato de a Bahia ser o Estado com a menor reservação de água que é o Estado que está enfrentando as maiores dificuldades nesse processo de seca. O Ceará, que já vem trabalhando com essa proposta há vários anos, de criar reservação dos canais interligados, não tem enfrentado a mesma dramaticidade que tem enfrentado a Bahia. Então, nós estamos propondo uma discussão a respeito desses conflitos que se apresentam, seja da agricultura com abastecimento, como no caso de Mirorós na Bahia, seja da agricultura com a geração de energia elétrica, particularmente na Bacia de São Marcos, em relação à usina de Batalha, ou mesmo entre o abastecimento público e a geração de energia elétrica, como é o caso de Pedra do Cavalo, em Salvador, que o senhor conhece bem.

Então, a grande discussão é que, na medida em que fazemos a opção pelo uso múltiplo do reservatório e, junto com ele, associamos a geração de energia elétrica, é preciso que haja condições de flexibilizar, e de maneira melhor do que está estabelecido na legislação. Hoje, a legislação diz que, construída uma usina, a energia firme da usina, mesmo que o ciclo hidrológico varie – olha que loucura! – você só pode variar 5% nos primeiros cinco anos e até 10% no final da concessão, que são de 30 ou 50 anos, como são as que estão vencendo agora, que a Presidenta anunciou ontem, com essa medida de redução da tarifa, que ganhou o apoio de todos. Então, nós precisamos também flexibilizar. Se não, ocorre uma expansão, por exemplo, da agricultura, e o setor elétrico simplesmente se recusa a fazer a concessão de água para a expansão da agricultura. Como mediar esse tipo de coisa? Ou uma expansão urbana, como é o caso de Salvador. Uma garantia mínima para a geração hidrelétrica naquela usina. Muitas vezes – o Dr. Altino, como é uma pessoa do setor, não é uma pessoa das empresas –, isso está muito mais vinculado ao interesse econômico da empresa do que propriamente ao valor da geração de energia associada. Naquele ponto não tem energia quase nenhuma. Porém, se a empresa deixar de ter aquele ponto de geração, ela passa a ser penalizada. Então, é necessário um mecanismo mais flexível. Hoje, a lei, muito embora seja clara, na prática ela é dura, já que o uso prioritário é o uso do setor elétrico. Nós precisamos dessa flexibilização.

O senhor citou Sobradinho. Sobradinho enfrenta hoje um problema gravíssimo entre geração de energia elétrica e navegação. E navegação. Irrigação também, mas em particular navegação, por conta do assoreamento. O rebaixamento do lago, pela necessidade da vazão sanitária, o que chamamos de vazão mínima remanescente, de 1.300 metros cúbicos por segundo faz com que o reservatório do rio baixe tremendamente, e a navegação no Rio São Francisco hoje está comprometida.

Bom, encerro dizendo que, do nosso ponto de vista, este é um debate que precisa ser feito de maneira franca com a sociedade. Normalmente, nós ficamos um pouco intimidados pelas questões ambientais e sociais colocadas, e que são verdadeiras, mas precisamos colocar nesta mesa a discussão sobre os impactos positivos.

Vamos colocar aqui uma questão extremamente polêmica: quando você constrói um reservatório, isso tem impacto sobre uma comunidade de mais ou menos

mil pessoas, mas pode produzir um impacto benéfico para 100 mil pessoas. Qual é a decisão da sociedade? Hoje, estamos tomando a decisão de que os interesses dessas mil pessoas atingidas pelo reservatório são superiores aos interesses dos impactos positivos que podem vir a ser causados pelo reservatório para 100 mil. Bom, se é essa ainda a posição da sociedade, vamos respeitar, mas o que nos parece é que esse debate, pelos riscos que pode causar à sociedade, não foi feito, não está sendo feito como deveria.

Vamos terminar com esse estudo. Quando falamos em números gerais, tudo fica muito bom, muito bem, porque está longe de casa, eu não estou vendo, não é na minha região nem nada. Nós agora vamos fazer um trabalho sobre a necessidade de aumento de reservação no Brasil, Albert e Altino. Se vocês inclusive puderem nos ajudar... Nós queremos trazer esse estudo para a Geografia. E dizer: "Olha, do nosso ponto de vista, os locais mais apropriados no Brasil hoje para se fazer o aumento de reservação de água para gestão de recursos hídricos para todos os seus usos, como aqui já foi dito, são nesses, nesses, nesses e nesses pontos". Fazer esse debate de maneira integrada com a sociedade brasileira. E ela vai definir: "Não quero nenhum. Quero esses, quero uma parte desse". Mas, do nosso ponto de vista, é fundamental, particularmente se nós acreditamos que o ciclo hidrológico no Planeta está profundamente alterado. Para fazer frente a essa alteração do ciclo hidrológico é necessário, a nosso ver, garantir a água na Terra. E isso só é possível com a construção de reservatórios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu. O tema realmente é apaixonante. Eu acho que precisaríamos de várias audiências públicas como esta para aqui debater profundamente cada um dos itens que precisam ser debatidos. Por exemplo, eu começo a perceber essa questão da irrigação.

Nós temos que começar a produzir também uma regularização na questão da produção de alimentos, porque nós estamos vendo seca que não é recorrente somente no Nordeste. No Sul do País, houve prejuízos que impactam diretamente na economia daqueles Estados, em cidades inteiras, a ponto de a Presidente Dilma, recentemente, editar uma medida provisória para regulamentar a questão no Nordeste, e o Sul também foi incluído.

Para darmos continuidade ao nosso debate sobre reservatórios e sua eficiência, sua importância no cenário, passo a palavra ao meu amigo Dr. Albert Cordeiro Gerber, que é Diretor do Cepel – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica do Brasil.

O SR. ALBERT CORDEIRO GERBER DE MELO – Bom dia a todos! Cumprimento meus colegas de Mesa, o Vicente, o Altino, que me precederam brilhantemente; as autoridades aqui presentes, em nome do Senador Sérgio Souza. Agradeço ao mesmo tempo o convite, honroso, de estar aqui presente.

Tive oportunidade de receber o Senador lá no Cepel e, desde aquela época, eu lhe disse, e falo aqui de público, que fiquei muitíssimo impressionado não só pelo comprometimento com essas questões todas.

Eu diria que, hoje, fala-se na comunidade internacional do nexus entre a segurança hídrica, a segurança energética, a segurança alimentar, tudo está envolvido, e também com profundidade de conhecimento sobre o tema.

Então, acho que esta Comissão está mais do que bem-servida com Presidência do Senador.

Vou fazer aqui uma apresentação. Já peço desculpa aos senhores, porque, dado ao fato de que fui precedido pelos ilustres colegas, vou pular alguns *slides* para focar em pontos complementares.

Então, por favor.

Primeiro, quero me apresentar.

O Cepel é uma associação civil, sem fins lucrativos, direito privado, mas fundado e mantido pela Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte. Eu acho que hoje podemos dizer que ainda somos o maior centro de pesquisas de energia elétrica do Hemisfério Sul e com instalações laboratoriais ímpares também. Temos uma unidade, nossa sede, na Ilha da Fundão, dentro do *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e outra a 45 quilômetros, onde há as instalações laboratoriais de maior porte.

Por favor.

Eu coloquei, hoje de manhã, este *slide* aqui para mostrar a importância do Brasil no contexto internacional. Se a gente colocar aqui países com área superior a 5 milhões de quilômetros quadrados, países com populações superiores a 150 milhões de habitantes e países com o PIB maior, em termos de paridade, de US$1 trilhão... Na intercessão aqui nem estão todos os Brics. Estão o Brasil, a China e os Estados Unidos.

Então, isso mostra a importância do Brasil no cenário econômico internacional, mas, ao mesmo tempo, mostra a necessidade de prover infraestrutura básica para o País continuar a se desenvolver dessa forma, com a energia elétrica como um todo e com a energia elétrica em particular.

Aqui, de novo, vale a pena ressaltar que a nossa matriz energética, com os teores líquidos, hoje, é uma das mais renováveis do mundo. Quarenta e cinco por cento são renováveis, e é política brasileira manter

essa característica nos anos vindouros, inclusive até com um aumento de cerca de 48%.

Por favor.

Entre os grandes contribuidores estão a hidroeletricidade e os produtos da cana-de-açúcar.

Por favor.

O sistema de transmissão brasileiro. País continental. Temos dimensões comparadas às da Europa, e, há duas semanas, recebemos, no Cepel, o Altino, dos Estados Unidos; o David Sandalow, Secretário do Ministério de Energia dos Estados Unidos, e ele ficou embevecido pelo fato de que fazemos uma operação continental do Brasil. Os Estados Unidos são quatro vezes a dimensão do setor elétrico, mas, lá, eles têm subsistemas. Inclusive, em relação à nossa tecnologia, ele disse que vai tentar propagar nos laboratórios nacionais dos Estados Unidos.

Por favor.

Aqui está a interdependência elétrica. A gente vê aqui bacias; rios formando bacias com reservatórios a fio d'água, como o Altino colocou, ou com reservatórios de regularização, propriedades distintas, e o Brasil, desde antes, remotos tempos, continua aqui, em seu marco regulatório, e decidiu por fazer uma otimização, uma operação otimizada desse sistema. Com isso, a gente pode extrair do mesmo parque gerador interligado, levando em conta a questão da diversidade biológica, como foi colocado aqui, essa complementação de uma bacia com a outra. Então, se uma bacia está em seca, posso deixá-la ser suprida por uma outra região que esteja em cheia e depois fazer essas trocas energéticas tão benéficas para o País. A gente pode extrair cerca de mais 20% da energia desse parque gerador com operação otimizada. Isto é sustentabilidade: extrair mais recursos e evitar investimentos que seriam desnecessários se a gente não fizesse uma operação otimizada.

Por favor.

Na matriz elétrica, cerca de 90% é renovável.

Por favor.

Aqui chamo a atenção para o seguinte: no Brasil, ainda vai crescer o consumo de quilowatt/hora por habitante por ano. Por que faço questão de dizer isso aqui? Porque a gente teve uma entrada, nos últimos seis ou sete anos, de cerca de 35 a 40 milhões de pessoas que ascenderam na classe social, que vão consumir. Elas têm renda, vão consumir produtos e vai aumentar o consumo de energia elétrica inexoravelmente. E a gente vai fazer isso de uma forma racional, do ponto de vista de sustentabilidade e do ponto de vista de ciência energética.

É incrível que uma iniciativa da ONU, a Energia Sustentável para Todos, da qual até fazem parte, pelo Brasil, o Ministro Edison Lobão, o Presidente da Eletrobras, o Costa, e o Presidente do BNDES, nós atuamos na parte técnica, queria que os níveis de eficiência energética de países em desenvolvimento como o Brasil baixassem necessariamente, como ocorre em países já industrializados. A grande meta da Suécia, nos próximos dez anos, é reduzir cerca de 15% do seu consumo de energia. Eles não crescem. Aqui, não. A gente tem que fazer isso de uma forma mais racional. Então, as necessidades dos países em desenvolvimento e dos países já desenvolvidos são distintas.

Por favor. Por favor. Vou pular alguns eslaides.

Aqui uma frase de efeito: não há desenvolvimento sustentável sem energia sustentável.

Por favor.

E aqui a gente tem um tripé da sustentabilidade, que é a parte social, econômica e ambiental.

Por favor.

A gente tem advogado que é necessário introduzir uma quarta dimensão na sustentabilidade: uma política energética adequada e um marco regulatório adequado. Isso o Brasil tem e está exportando. Hoje a Agência Nacional de Energia vai publicar um relatório sobre esse modelo brasileiro que provê contratos de longo prazo, competição para o mercado, mas de longo prazo, e que assegura os investimentos necessários com competitividade. Hoje, na energia eólica, somos exemplo. O maior preço de quilowatt/hora instalado em eólica é o daqui no Brasil.

Por favor.

O marco brasileiro é muito relevante nisso. E isso produz o Poder concedente aqui desta Casa Legislativa.

No caso da hidroeletricidade, a gente tem, além dos impactos socioeconômicos e ambientais, como foi falado muito bem aqui, a questão do uso múltiplo da água. Então, a gente deve procurar um balanço nesse sentido. E o Brasil vai mostrar que a gente tem ferramentas para promover esse debate que o Vicente e o Altino colocaram de forma adequada.

Esta é uma outra característica muito positiva do Brasil: nós temos instrumental metodológico e computacional para fazer planejamento com indicadores quantitativos para tomada de decisão. Aquelas condições: se eu fizer isto ou aquilo, qual é a consequência econômica, social, ambiental. E vai mostrar aqui que a gente já detém esse ferramental. O Ceper orgulhoso de ter desenvolvido isso em parceria com diversas entidades e de ser o guardião disso.

Por favor.

Aqui já foi falado, peguei aqui da revista *Jornal Internacional de Cidade e Barragens*, a gente vê aqui uma situação de escassez de água na África. Projetaram para 2025 que haverá quase 2 milhões de pessoas

em condições extremas de falta de água. Em 2011, em Tailândia e Camboja, 100 pessoas morreram devido a cheias. Então, nessa questão de múltiplo uso, o que um reservatório pode fazer é importante.

Só chamo a atenção aqui, provoco o debate, para o fato de que, em geral, países têm tido a hidroeletricidade como o vetor promotor do uso múltiplo da água. Aí tem uma questão também adjacente que é a locação de custos e benefícios. Então, na hora em que a gente vai fazer um reservatório, tem que ser de uso mútuo, qual é a parte devida ao setor elétrico, qual é a parte devida à agricultura. E vai por aí. Então esse debate tem que ver também essa questão de alocação de custo benefício para não impedir determinado setor de forma inadequada. São os custos associados. Então, na minha opinião, hidroeletricidade tem que ser um promotor dos recursos multiuso da água.

Por favor.

Abordagem brasileira.

Por favor.

A gente já sabe que tem um potencial muito grande a desenvolver, principalmente na Região Norte. Países desenvolvidos já desenvolveram muito. Agora mesmo os Estados Unidos estão fazendo prospecção para reservatórios que não têm hidroeletricidade para colocar hidroeletricidade adicional e ver aqueles que ainda podem ampliar.

Por favor.

Aqui um dado. Aqui está a Amazônia Legal brasileira, 61% em território brasileiro. É interessante ver que, em termos de terras indígenas, a Amazônia brasileira já tem 24% de seu território para terras indígenas. A gente tem 27% unidades de conservação.

Hidroeletricidade existente. Esse número aqui está 0,2%. O pessoal lá fez uma conta e chegou a 0,13%. O que está planejado para os próximos 10 anos? Vamos chegar abaixo de 0,3%. Então, em termos de ocupação de área para um desenvolvimento sustentável de eletricidade, acho que a gente está muito bem. Então, é falacioso o argumento que a gente não vai preservar a Amazônia se desenvolver hidroeletricidade e de forma sustentável.

Por favor.

Fizemos esse levantamento. Considerando todas as usinas hidrelétricas, suas áreas alagadas máxima, na cheia, até 2021, a gente está inferior a 0,5% do território brasileiro. Isso é em todo território, não só na Amazônia. Então, a gente vê que estamos ocupando de forma modesta e, repito, estamos fazendo, nas últimas décadas, de forma sustentável.

Por favor.

Aqui a Agência Internacional de Energia – prospecção para 2050 – mostra que hidroeletricidade tem um papel ainda relevante, apesar de outros em 2050.

Por favor.

Essa frase está em inglês de propósito: Hidroeletricidade é um gigante. Isso é ação do Brasil que, até 2009, era colocada na Agência Nacional de Energia. Eram fontes renováveis e uma caixinha para hidroeletricidade. A partir de 2010, no World Energy Outlook, que é a matriz energética mundial para os próximos 30 anos, por atuação do Ministério e com colaboração do Cepel, a hidroeletricidade, hoje, se vocês olharem lá, é renovável. A Agência Internacional de Energia Renováveis já mudou, então, essa postura.

Nessa iniciativa da ONU que pretende três objetivos – até 2030, levar a universalização do atendimento da energia elétrica a cerca de 1,4 bilhão de pessoas, dobrar a participação de energia renovável na matriz mundial e dobrar a eficiência energética no mundo –, a questão da eletricidade está sendo vista como um vetor relevante, principalmente porque a energia renovável, barata, é a forma mais econômica de estocar energia hoje e também devido aos usos múltiplos que ela proporciona, principalmente para populações locais.

Por favor.

Sou do Nordeste. Formei-me em Pernambuco. Estagiei em Paulo Afonso. Voltei há dois anos, 25 anos depois, e achei que estava no interior de São Paulo, não do Nordeste, dados os benefícios positivos que aquela usina hidrelétrica propiciou e que foram bem aplicados para a população.

A questão do gás do efeito estufa, tentando ver algo relacionado à Comissão, Senador.

Em 2005, no mundo, a contribuição do setor energético para gases de efeito estufa, para o inventário de poluição dos países, foi de 65%, sendo a Europa, 79%; Estados Unidos, 89%; China, 74%. O setor energético brasileiro contribuiu com 16%; o setor elétrico, 1,6%, principalmente devido à hidroeletricidade.

Por favor.

Como o Brasil tem atacado isso? Já falei de um arcabouço regulatório e política energética adequados. Do ponto de vista tecnológico, quero mostrar dois exemplos aqui.

Por favor.

No arcabouço regulatório, lembro que, quando a gente vai fazer o estudo de viabilidade e dimensionar a usina para ir para leilão, uma condição para ter essa licença prévia para leilão é a declaração de disponibilidade de recursos hídricos dado pela ANA. Isso é um avanço. Já existe. Então, não é o setor elétrico que dita qual é a quantidade de água que vai ser alocada para

ele. Existem regras. Existem razões sanitárias. Acho que é um avanço.

Gostei muito – e me desculpe de dizer em público – da sua postura. Como técnico do setor, vejo que a ANA está melhorando, está se modificando para melhor. Fico muito satisfeito com as suas colocações, porque não é o embate entre setor elétrico e energético, mas a questão ambiental do próprio Ministério do Meio Ambiente, do qual a ANA faz parte.

Quero mostrar daqui a pouco que temos instrumentos para promover esse debate de forma menos subjetiva possível.

Por favor.

A gente começa aqui com o Manual de Inventário Hidrelétrico, que é uma edição de 2007, atualizada. A questão de sustentabilidade já estava lá.

Por favor.

Qual é o objetivo do inventário? É a fase mais crucial do desenvolvimento sustentável. É onde vou pegar uma bacia hidrográfica e dizer qual é a divisão de quedas. Se tenho 10 mil megawatts de potencial, qual é a alocação? Então, essa é a parte mais importante porque vou decidir como fazer aquele aproveitamento. Como a gente faz?

Por favor.

No equilíbrio entre a economicidade da geração, os impactos sociais e ambientais, incluindo os positivos. É uma análise muito objetiva.

Por favor.

Por que a gente fez essa atualização? Em 2004, a Avaliação Ambiental Integrada passou a ser mandatória no Brasil. Em 2006, tivemos o Plano Nacional de Recursos Hídricos. A gente teve evoluções na legislação ambiental que foram contempladas aqui.

Por favor.

Como disse, levando em consideração modos de vida, base econômica, ecossistemas aquáticos e terrestres, organização territorial, populações indígenas, quilombolas, sai um índice ambiental negativo. A inovação que a gente colocou é o índice de impacto positivo, para fazer esse balanço. Ele é determinado com base na melhoria na infraestrutura viária, *royalties*, dinamização do mercado de trabalho e também o uso racional dos recursos hídricos. Um reservatório, mesmo que a finalidade inicial seja para geração de eletricidade, vai provocar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALBERT CORDEIRO GERBER DE MELO – Está porque, em outra parte, a gente vai ver o regime dos rios. A gente chama energética de simulação. A gente vai simular cenários hidrológicos e as consequências em termos de secas e de cheias. Está no outro eixo. É uma análise em três dimensões: custo e benefício, sócio ambiental e parte energética.

Pode passar.

Aqui tem *software* associado.

O que quero dizer aqui é que a gente tem os instrumentos. Na hora em que vou fazer uma *multi--objective analysis*, posso ponderar, dar um peso maior a determinados elementos que a outros. Esse peso final cabe à sociedade decidir. Então, não vejo – e me permito discordar de você, Vicente – que é o setor elétrico que está negligenciando o debate na questão ambiental. Temos instrumentos de mensuração. Na hora em que se decide para o estabelecimento de licença prévia, que envolve todos os segmentos do Governo, chega-se a um denominador. Então, o instrumento a gente tem. Se quero ponderar os efeitos positivos de forma maior do que os negativos, como o exemplo que ele deu de cem pessoas ou um milhão de pessoas de benefício, a gente tem instrumentos e como medir as consequências.

Por favor.

Pode passar.

É uma versão em inglês. É até da época em que o Zimmermann era Ministro, em 2010. Hoje, você pode baixar no *site* da Agência Nacional de Energia, da Energia Renovável, diversos instrumentos da Agência...

Por favor.

O que tem de mais atualizado na questão de desenvolvimento sustentável e diversidade é esse manual.

Permita-me, Senador, deixar uma cópia em português e em inglês para o senhor.

Por favor.

Vou tentar acelerar um pouco.

Por favor.

Aqui é sobre o conceito de usinas-plataforma. No Tapajós, com o conceito de usinas-plataforma, a gente vai colocar a implantação da usina como um vetor de preservação ambiental permanente. É uma forma de, dentro de uma área de conservação ou que tem bastante área de conservação, colocar essa hidrelétrica não como vetor de desenvolvimento, mas como vetor de preservação, de conservação ambiental. Essa é uma mudança de conceito. A gente está acabando de ser contratado pelo Ministério de Minas e Energia, Cepel e Banco Mundial, porque o Manual do Inventário foi feito com o Banco Mundial também, para refinar esse conceito já para aplicação em Tapajós, por exemplo.

Então, em uma área que tem conservação, você pode colocar uma usina hidrelétrica com vetor de proteção de conservação; em outra área, com vetor de desenvolvimento sustentável.

Por favor.

Aqui quero dizer o seguinte: não posso falar só em geração, tenho que saber das grandes interligações nesses reservatórios, hoje estamos instalando um Cepel, um laboratório de ultra alta-tensão, até 1.200 KVAC, mais ou menos 800 KVCC, investimento de R$100 milhões, esse é ao ar livre, já temos mais de R$200 milhões aí da Eletrobrás, das nossas empresas, Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Ministério, para fazer isso. Então vamos elevar o nível de tensão.

Isso aí, por favor, pode não esquecer a transmissão.

A outra parte, que eu digo que é orgulho nacional, é a cadeia de modelos para o planejamento da expansão e da operação do setor elétrico brasileiro.

A gente tem aqui modelos na parte de cima que fazem a expansão de longo prazo, 30 anos à frente, onde está o inventário, ou seja, eu faço previsões de mercado por regiões. Qual é a forma mais econômica, confiável de atender isso aí? Então, a gente tem modelos aqui para isso.

Depois a gente tem o plano decenal de expansão. A gente tem um conjunto de ferramentas quantitativas para fazer isso. Depois o planejamento da operação, porque, dada a capacidade de regularização que ainda existe no Brasil, que é plurianual, a gente tem que olhar cinco anos à frente, no planejamento de operação da primeira etapa, depois a gente vai um ano à frente, uma semana à frente.

Então, a gente tem isso daqui. Nisso daqui, desde a expansão da geoperação, a questão diversidade hidrológica, a questão de uso múltiplo da água, está sendo considerado nos níveis adequados aqui. Então isso é algo ímpar, foi isso que impressionou o Secretário de Energia dos Estados Unidos. A gente faz para o país todo, não faz por sub-região.

Quando a gente fala em Belo Monte, os 4.500 contra os 11.000, é porque o intercâmbio energético, propiciado por cerca de 3 meses de defasagem do ciclo hidrológico, faz com que a gente possa otimizar esse aproveitamento. Então, o dimensionamento, tem regras para isso, leva em conta a diversidade hidrológica.

Por favor.

Uso múltiplo da água. Só para dizer, aqui a gente tem pontos de controle de cheia no Rio Grande, Paranaíba, Pardo, Corumbá, Araguaia, Tietê, Paranapanema, Paraíba do Sul, São Francisco, Parnaíba, Iguaçu, Jequitinhonha. Contribuição na questão dos volumes de espera para o controle de cheia. E o Cepel também desenvolveu metodologia que é adotada para o setor elétrico brasileiro, para o operador nacional.

Por favor. Outro eslaide, Senador.

Aqui, por mais que a gente esteja vivenciando a questão de eventos extremos, não há dúvida, a questão que tem, ao longo prazo, a gente está vivenciando com segurança, são determinadas mudanças climáticas e seus efeitos no regime hidrológico. Há vários estudos, a gente pegou aqui o mais atualizado que tem, que é do IPCC, que pegou 12 modelos climatológicos em escalas globais, para verificar se a gente ia ter mais precipitação, menos precipitação e onde.

Depois, quando vou olhar bacias, eu tenho que fazer uma desagregação desse modelo, chega a haver um grau de incerteza maior. Conclusões que se tem aqui são que nas áreas mais escuras haverá aumento de precipitação, então, nas latitudes mais elevadas, mais longe do Equador, aumento de precipitação; nas áreas mais próximas do Equador, diminuição; e, nesses vazios, que são os brancos daqui, incertezas.

Há modelos que dizem que vai aumentar, outros que dizem que vão diminuir. Então, não estamos nem falando no valor, se é 3% ou 10%. Um diz que é positivo, outro diz que é negativo. Então, o grau de incerteza ainda está muito grande. Tem análise do Brasil também, a gente tem que ter parcimônia para a tomada de decisões, a gente tem que estudar.

O Cepel assinou, há dois meses, um convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, um trabalho de cinco anos que a gente vai fazer, para procurar mensurar melhor esses efeitos.

Por favor.

Qual é o impacto quando se olham esses 12 modelos? Vamos pegar aqui América do Sul, vai até, em termos do efeito na produção de eletricidade, tem até um ligeiro aumento, em geral, aumenta. A gente tem uma diminuição mais na Europa. Então, essa é uma área que a gente tem que continuar estudando. São modelos complicados, de muitas variáveis e com grau de incerteza enorme, mas a gente tem que estar olhando. Efeito de precipitação, qual efeito de regime hidrológico e qual o efeito nessa cadeia de modelos que o Cepel desenvolveu para a produção em si e hidroeletricidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Albert.

Nós estamos já com o nosso horário um pouco estourado, mas vou rapidamente colocar duas situações aos senhores e darei dois minutos para cada um para as considerações finais.

Nós temos realmente hoje um dia atípico aqui no Senado. É o esforço concentrado, não é, Félix? Mas é o seguinte: a Presidente Dilma anunciou ontem, de fato, uma redução no custo da energia elétrica que vai chegar ao consumidor. Eu vi em eslaides apresentados, principalmente, aqui, pelo Albert Gerber dizendo que

há uma... Ou foi pelo Vicente, dizendo que o cidadão vai passar a consumir mais energia no tempo.

É lógico, nós sabemos que o cidadão europeu, norte-americano, consome mais energia *per capita*, até mesmo por conta do inverno rigoroso, em que você precisa de muito mais energia. Não é o nosso caso, um país tropical.

Mas o fato de você pagar menos pela energia leva você a consumir mais, ou a ter um pouco menos de cuidado, a ter mais descuido, ou até mesmo, sobrando mais dinheiro, o cidadão o investe. E nós estamos percebendo, com a ascensão social, que é importante no Brasil, pela qual mais de 30 milhões de brasileiros ascenderam para a classe média nos últimos anos, que o cidadão compra mais. E aí há desoneração também da linha branca de eletrodomésticos, então você percebe que há necessidade, há demanda maior de energia elétrica.

E aí vem a minha pergunta, dentro da incerteza colocada ao final pelo Dr. Albert de que nós não sabemos a precipitação como vai ser no nosso País, nos próximos anos. Nós temos tido intempéries climáticas que têm assolado drasticamente regiões do nosso País, no elevado número da precipitação, e na mesma região, como a Região Amazônica. Nós vimos no começo deste ano enchentes desastrosas, principalmente no Acre, e no Amazonas, em Manaus. E, meses depois, seca. Então, não há uma regularidade, como colocado aqui pelo Professor Altino.

O reservatório de fato não é a grande bateria de energia de que nós precisamos? Qual é a outra forma de guardar energia elétrica? Eu vi ali, ao final, os estudos da Cepel, no controle de tensão no aumento da eficiência da tensão, porque você carrega a ponta de um cabo e, automaticamente, ele se perde no caminho. E na questão da precipitação, se chove no Norte, em determinada época do ano, e há seca no Sul, no Centro-Oeste, então você vai trazer, na interligação, energia do Norte para o Sul, para o Centro-Oeste; e se lá faltar vai daqui, nessa questão da interligação dos linhões. Mas há uma perda considerável aí no caminho.

Então, principalmente a questão do reservatório, se não é uma solução. Não só uma solução para o sistema elétrico, mas também uma solução para diminuir desastres no momento das cheias, em que você pode fazer uma regulação melhor, e principalmente alimentos.

Ban Ki-moon disse, na Convenção da Sustentabilidade, abertura da ONU, na Rio+20, no Rio de Janeiro, que o mundo vai precisar de 50% a mais de alimentos nos próximos 38 anos, quando teremos pelo menos 30% a mais de habitantes sobre o planeta Terra. Vamos ultrapassar a casa dos 9 bilhões de seres humanos sobre o planeta.

Tudo isso gera impacto, além da nossa, é lógico, ascensão econômica e social. As pessoas consomem mais energia e o crescimento do País consome, mas o crescimento populacional também vai impactar diretamente, de forma negativa, no consumo. E nós temos que nos preparar para isso.

Então, eu passo rapidamente a palavra ao Dr. Altino, para suas considerações. Na sequência, ao Dr. Vicente Andreu, e depois ao Dr. Albert, para as conclusões.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Eu vou usar os meus dois minutos, com uma pequena tolerância, mas vou tentar respeitar o tempo.

Primeiro, eu quero dizer que a proposta do Presidente da ANA, o Vicente, de fazermos o debate dos reservatórios eu acho que é algo muito relevante, e o Ministério de Minas e Energia encara isso como uma prioridade.

Então devemos, de fato, levar essa discussão, e concordo com todas as colocações feitas do uso mútuo de recursos hídricos. Eu acho que não há nenhum conflito entre o posicionamento do setor elétrico, que, de alguma maneira, precisa das hidrelétricas e procura fazer o seu dever de casa.

Gostei também da questão das mudanças climáticas que, de fato, não abordei. Mas acho que é um ponto relevante, inclusive na direção de termos mais reservatórios para enfrentar o que não sabemos o que vai acontecer. A incerteza é muito grande. Então, o modelo matemático de mudança climática é algo que talvez o mandado não consiga ter com precisão, porque é um fenômeno caótico, digamos assim, e não sabemos as tendências e o Albert mostrou aí com muita segurança.

Eu queria fazer um comentário sobre o aspecto do posicionamento do setor elétrico em relação às usinas a fio d´água. Veja, estamos diante de uma realidade – não vou entrar no mérito se é certa ou errada –, uma realidade que é a nossa legislação ambiental, que impõe algumas condicionantes que, em alguns casos, não autoriza ser feito um estudo de usinas hidrelétricas em algumas áreas do País. O recurso hidrelétrico é um bem da União que está em nossa Constituição e o seu aproveitamento em terras protegidas, indígenas, etc., passa pela regulamentação de um artigo da Constituição – não sei se é o 181 – que ainda não foi regulamentado, com aproveitamento dos recursos hidrelétricos, recursos minerais em terras indígenas.

O Brasil tem, como o Albert falou, 24% da Amazônia Legal de terras indígenas demarcadas, e entre 12% e 14% do território brasileiro. Para a hidreletricidade estamos usando 0,5%, com os grandes benefícios que ela permite. Então, o que existe de concreto é o seguinte: quando queremos fazer um aproveitamento

da hidreletricidade nos rios da Amazônia, uma parte desse aproveitamento está localizada em parques nacionais, reservas florestais, terras indígenas e que a legislação não permite, em alguns casos, estudar esses reservatórios, estudar esses recursos hídricos. Então, essa é uma realidade. Não estou entrando no mérito se isso é certo ou se é errado. O Brasil tem todo o interesse em proteger o seu meio ambiente. É interesse nosso, da sociedade, mas estamos diante dessa realidade.

Mesmo as usinas a fio d´água, a dificuldade de ter uma aceitação da sociedade, ter as licenças ambientas para permitir a implantação de um empreendimento desse são enormes. Vamos ver o caso de Belo Monte: Belo Monte, em vários momentos foi interrompido o estudo da usina, proibido pela justiça de se estudar a usina de Belo Monte. Uma reação inclusive internacional local da sociedade brasileira contra uma usina fio d´água junto de uma área urbana como a cidade de Altamira.

Então, veja bem o seguinte: eu tive o privilégio na minha vida de viver uma experiência extraordinária. Fui Diretor Técnico Executivo de Itaipu durante 5 anos. Costumo dizer que morava na usina, chegava às 7h30, o prédio do escritório era em cima da casa de força da usina, e saía às 19h30. Conhecia aquela região ali, os chamados Municípios lindeiros do Paraná, que eu costumo chamar "Califórnia brasileira". Quem é contra uma usina fio d´água junto de uma zona urbana, como a movimentação contra a Belo Monte, devia visitar Itaipu para ver o que é aquilo ali. Eu visitei todos aqueles Municípios, convivi com a sociedade local, com a classe política, as lideranças, precisa ver a qualidade de vida daqueles Municípios. Os *royalties* de Itaipu mudaram o quadro lá.

As crianças com colégio, com merenda, com transporte, com atendimento de saúde, com saneamento naquelas cidades, tudo por causa da presença de Itaipu. Tem praias, tem abastecimento de água na cidade. Como é que a sociedade brasileira é contra uma usina fio d´agua feita junto a Altamira, que vai mudar o quadro daquela região como aconteceu na área de Itaipu. Claro que durante a construção vai ter um problema grave.

Então, veja, não é que houve um recuo do setor elétrico. O setor elétrico está diante de um fato que é o seguinte: precisa fazer as hidrelétricas. E mesmo nas usinas a fio d´água a reação é enorme! Para se conseguir o licenciamento de implantação. E reação que não é só brasileira, não. Internacional também. Então, veja bem: se nós quisermos construir um reservatório na região Norte brasileira, as dificuldades vão ser muito grandes.

Por isso que acho que a proposta do debate é muito importante, porque esse debate, veja bem, a sociedade tem que escolher: vai abrir mão desses benefícios imensos que esses reservatórios vão proporcionar ao País em prol de defendermos, termos uma preservação do meio ambiente que, em alguns casos, é até discutível que esteja ocorrendo. Então, eu acho que essa proposta é muito interessante e o Ministério endossa isso aí com todo entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Dr. Vicente Andreu, para suas considerações finais.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Nós precisamos construir reservatórios de tempo, reservatórios de regularização do tempo. Aí a gente pega o tempo e usa, porque são dois minutinhos. Vai ser difícil.

Eu queria mencionar como a gente acaba sendo enredado pela discussão energética que, sem dúvida nenhuma, é relevante. Mas imaginem, só por exercício de imaginação a que fui motivado aqui pelos meus companheiros de Mesa, que nós resolvemos o problema de produção de energia elétrica através de uma fonte limpa, inesgotável, geração solar, fotovoltaica. Não precisa mais de hidrelétrica do ponto de vista de geração de energia. Nós vamos abrir mão, no nosso ponto de vista, do nosso enfoque da construção de reservatórios para a gestão de recursos hídricos?

Então, eu só queria fugir um pouco dessa lógica de que, ao se falar de reservatório, necessariamente temos que ir para que os reservatórios são para geração de energia elétrica. Estamos defendendo a necessidade do aumento de reservação, de armazenamento, de água disponível para os diversos usos na sociedade brasileira, inclusive o de energia. Mas não que o ponto de partida seja o da geração de energia elétrica.

Eu fico muito satisfeito também, mas queria mencionar muito rapidamente alguns problemas. Por exemplo, o setor elétrico planeja, como Albert mencionou: qual é a entrada de operação ou qual é a definição dessas usinas em nível de prioridades? O setor determina.

Nós estamos defendendo – e aí um dos grandes problemas, Albert e Altino – que, assim como foi o exemplo do Parnaíba, que acabou não se viabilizando, que a gente pudesse fazer o licenciamento ou o aproveitamento da bacia inteira, antes de você sair fazendo o paliteiro pelo Brasil todo.

Então, o que aconteceu? O setor elétrico olha e aí, por restrições ambientais ou por interesse do empreendedor – porque essa discussão tem que ser clara –, acaba sendo determinada uma prioridade, quando do ponto de vista poderia ser outra. Antigamente, a gente falava muito do custo marginal, do valor incre-

mental, de quanto custava fazer uma linha. Hoje, isso desapareceu.

Hoje, quando pegamos a geração de Belo Monte, a geração do Madeira, os valores estão todos caminhando para um nível razoavelmente homogêneo. Ou seja: por que não utilizar todos os aproveitamentos de uma dada bacia, e aí ganhar do ponto de vista da DR e DH, do ponto de vista do licenciamento, antes de ter que sair fazendo o paliteiro pelo Brasil afora? Essa é uma proposta também que gostaríamos muito que o setor fosse sensível.

Nós fizemos o licenciamento inteiro do Parnaíba e o que aconteceu? As usinas não foram. Aí via-se uma dificuldade, porque nós somos parceiros nisso, inclusive de diálogo com a sociedade por conta disso. Por quê? Porque a sociedade diz: não, se é só por conta da questão da geração de energia elétrica, o problema é do setor de energia elétrica.

Existe ainda uma certa – eu costumo usar arrogância, mas hoje eu vou diminuir – impermeabilidade do setor elétrico em compartilhar esse nível de planejamento. Porque ele imagina o seguinte: como eu tenho essa obrigação, parece que todos os outros não defendem essa proposta e que nós somos todos contra. Então, ele se fecha. A implementação disso poderia ter ganhos sociais, sinérgicos, ambientais e de recursos hídricos muito maior do que se for feito dessa maneira.

Então, eu queria responder, dizendo que, no nosso ponto de vista, precisaríamos pegar a divisão de cascata, porque hoje o custo de transmissão já acabou desaparecendo praticamente, e aproveitar a cascata inteira, deixando os outros rios, inclusive, livres por um determinado período e áreas, para que no futuro a sociedade volte a fazer opção: quero ou não quero ocupar aquelas regiões.

Esse é um ponto que acho que é crítico, que é a maneira como se dá não o planejamento, mas a implementação. Como o licenciamento hoje é empreendimento por empreendimento, isso acaba dificultando tremendamente. Todas as reações acabam se concentrando em empreendimento por empreendimento, quando poderíamos ter uma bacia aprovada integralmente.

Tapajós, por exemplo, é crítica. Poderia ter todas as usinas do Tapajós-Teles Pires aprovadas antes que se saísse fazendo usinas, no nosso ponto de vista, no Juruá, como uma questão a ser preservada, dada a relevância ambiental daquela região. Mas esse é só um ponto de contribuição.

Fico muito feliz, acho que essa questão da energia não é só você abaixando a energia que as pessoas, ou aumentando a renda que as pessoas vão consumir mais energia, elas vão consumir mais tudo, inclusive alimentos, inclusive aviões que consomem água, inclusive açúcar que consome água, tudo consome água. Então, no nosso ponto de vista, não só o aumento da renda tem uma relação direta com o aumento do consumo de energia elétrica, mas o aumento da renda tem uma relação direta também, não tão perceptível, mas absolutamente direta, com o consumo de água.

Então, a questão de gestão de recursos hídricos no Brasil é fundamental, o Brasil tem todas as condições – tem respondido – de avançar ainda mais em propostas, desde que a gente possa ganhar um planejamento, uma sinergia no planejamento, que hoje a gente ainda não verifica. Hoje estamos falando de dois grandes usuários aqui, ou de um usuário, que é a energia elétrica, mas, por exemplo, a irrigação, a expansão da irrigação acontece também unicamente do ponto de vista do interesse privado, ele acaba não tendo ainda, o Estado não tem ainda uma capacidade de oferecer, onde há disponibilidade, onde tem terra, disponibilidade de água, as condições necessárias para a expansão da agricultura.

Eu fico muito contente também e vou dizer que vou visitá-los, para que a gente caminhe na direção de como podemos dar consequência a essa proposta, para levar à sociedade. Não se trata de definir, ninguém aqui está propondo definir, nós estamos propondo debater a necessidade de aumentar os reservatórios no território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Vicente.

Com a palavra o Dr. Albert Cordeiro Gerber de Melo.

O SR. ALBERT CORDEIRO GERBER DE MELO – Obrigado, Senador.

Eu acho que o debate já se iniciou, então parabenizo já aqui o resultado desta reunião de hoje, parabenizo o Senador Sérgio Souza, que já iniciou, porque ouso dizer que eu não conheço um setor no Brasil que faça planejamento mais transparente que o setor elétrico. Eu estou falando aqui como técnico.

O que a gente faz é, na primeira etapa temos o portfólio da eletricidade, é o inventário. É a bacia que a gente olha como um todo e, hoje, com essa questão de sustentabilidade, há um equilíbrio, proteção da energia econômica, impactos socioambientais e ainda colocamos dispositivos. Isso é o portfólio, é uma cesta de projetos inventariados no Brasil como um todo, que vai concorrer com projetos de gerações mais próximos do centro de carga, dadas as projeções de mercado.

Com a visão do setor elétrico, eu tenho que ter a visão de economicidade, de modicidade tarifária. Então, a gente define uma ordem de desenvolvimento.

Depois, a gente vai para a viabilidade. É uma etapa necessária para o licenciamento, a licença pré-

via. Na hora da licença prévia é que a gente tem tido dificuldades e a gente já colocou, felizmente não mais, mas usina a diesel, porque a hidrelétrica não saía.

Então, faço questão, está na minha pasta, de lhe dar um CD do Manual do Inventário. Estamos abertos à discussão, também.

Em um minuto, Senador, na questão do aumento de renda da população, ação e deficiência energética, nós temos o Procel, o Plano Nacional de Eficiência Energética, temos ações que vão pegar equipamentos e torná-los mais eficientes – Programa Brasileiro de Etiquetagem. Por exemplo, a partir de 2014 a gente vai cessar lâmpadas incandescentes no País. São ações desse tipo, o Cepel com seus laboratórios contribuem muito, junto com a Eletrobras, para isso. A gente tem incertezas e, o senhor falou muito bem, o carro-chefe desses modelos aí são: New Wave, um modelo genuíno brasileiro. O maior problema de otimização com incerteza no mundo, que é rodado, resolvido para tomar decisão, é esse modelo New Wave. Isso aí a gente tem orgulho.

Na simulação final, dadas as incertezas hidrológicas, a gente pega 2.000 cenários de vazões de afluentes em todos os reservatórios do Brasil. E eles, dada a característica do Brasil, têm que olhar secas de longa duração, para ver essa questão de eventos extremos. Então, dadas as incertezas, a gente lida com elas. Dois mil cenários, para ter uma melhor perspectiva, ocorrem.

Reservatórios, eu digo, o grande celeiro ainda é na Amazônia, que é uma região mais de planície. Então, o dimensionamento dos reservatórios, as dimensões, nesse equilíbrio, é a sociedade que vai dizer qual o peso que vai dar para cada custo benefício. Se for entrar um olhar multiuso, incluindo outros setores, o que é razoável, de novo tem que se olhar a locação de custo benefício. Ontem tivemos um evento brilhante, em que algumas ações em prol da população mais pobre é o contribuinte que estará bancando, financiando, e não o consumidor de energia elétrica. A gente tem de tentar separar isso.

Muito obrigado por estar aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu agradeço imensamente a presença dos senhores.

Realmente o debate se iniciou de forma positiva, até já com o Dr. Vicente se colocando à disposição para visitar o Ministério de Minas e Energia, visitar o Cetel, que é um centro realmente fantástico, que pensa o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã.

Eu agradeço imensamente a presença de cada um de vocês.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu submeto às Srªs e Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Por estarmos em um esforço concentrado, já aproveitamos o momento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Eduardo Suplicy),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Paulo Davim, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Eduardo Amorim, Magno Malta** e a não membro Senadora **Vanessa Grazziotin.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: **Item único – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2013/2014.** A Senhora Senadora Ana Amélia faz encaminhamento para que a eleição ocorra por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS e CE. O Senhor presidente consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. O Senhor Presidente coloca em votação, por aclamação, a eleição da Senadora **Ana Rita** para Presidenta e do Senador **João Capiberibe,** para Vice-Presidente. O Senhor Presidente anuncia que são eleitos, por unanimidade, para Presidenta a Senadora **Ana Rita** e para Vice-Presidente o Senador **João Capiberibe**. Às dez horas e cinco minutos o Senhor Presidente passa a Presidência à Senadora Ana Rita e a convida, bem como ao Senhor Vice-Presidente eleito, a tomarem assento à mesa e fazerem suas considerações. A Se-

nhora Presidenta eleita agradece os votos recebidos e apresenta as diretrizes para o plano de trabalho para o biênio 2013-2014 e pede aos Senhores Senadores e Senadoras que apresentem suas sugestões. O Senhor Vice-Presidente eleito agradece os votos recebidos e faz suas considerações iniciais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Paulo Davim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Ana Rita, Humberto Costa, Wilder Morais, João Capiberibe, Ângela Portela, Vanessa Grazziotin e Aníbal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e, com a anuência de todos os Srs. Senadores, declaro aberta a reunião.

Faço um apelo aos Srs. Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais no sentido de que compareçam, o quanto antes, para que possamos levar adiante a instalação da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e as eleições do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2013/2014.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, a Senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores; e, para Vice-Presidente, o Senador João Capiberibe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP — RS) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu queria exatamente dizer para V. Exª que nós já tivemos, na instalação de outras comissões, conforme acordo feito na escolha dos candidatos, de fazer a escolha por aclamação. Isso tem um significado, pois entendo que consagra a escolha muito adequada da Senadora Ana Rita, tão comprometida com as causas sociais. Basta acompanhar os posicionamentos da Senadora Ana Rita para ver o seu empenho pessoal com todas as causas de interesse social, não só em relação à mulher, mas com questões relacionadas à infância, aos movimentos sociais, enfim, a todas as causas que dizem respeito à área social: saúde pública, etc.

A Senadora Ana Rita vai substituir outro grande Parlamentar, faço questão de destacá-lo, que é o Senador Paulo Paim, do meu Estado, do Partido dos Trabalhadores, que fez um notável trabalho aqui, criando um amplo debate às segundas-feiras, por meio de audiências públicas, movimentando a Comissão em um dia que nem sempre há movimentação no Senado Federal.

Então, penso que a aclamação da Senadora Ana Rita e do Senador João Capiberibe na composição desta CDH, Comissão de Direitos Humanos, que é uma das mais importantes da Casa, seria também uma homenagem a esses valorosos colegas. Quero dizer que o Senador Capiberibe também tem dado excelente contribuição nos debates de temas não apenas sociais, mas de interesse nacional.

É a proposta que faço: façamos, por aclamação, a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores presentes se estamos todos de acordo com a proposta da Senadora Ana Amélia de votarmos, por aclamação, a chapa que tem para Presidente a Senadora Ana Rita, e para Vice-Presidente o Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Os que se manifestam em concordância com a proposta da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Estamos aguardando ainda as presenças de pelo menos dois Srs. Senadores, cujos nomes irei citar, fazendo-lhes um apelo para que se façam presentes o quanto antes, uma vez que às 10 horas daremos início à reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde muitos teremos que estar.

Então, Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Gim Argello, Wilder Morais e Roberto Requião, por favor, estando na Casa, peço comparecerem imediatamente à sala 02, Ala Nilo Coelho, onde estamos reunidos os membros da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Estamos aqui aguardando.

Quero também transmitir, conforme a Senadora Ana Amélia, meu agradecimento e cumprimento ao Senador Paulo Paim, que teve um notável desempenho como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e que conseguiu...

O Senador Ferraço deixa aqui a sua anuência e voto pela chapa da Senadora Ana Rita e João Capiberibe. Então, já está registrado seu voto.

O Senador Eduardo Lopes também deixa seu voto aqui registrado em favor da Senadora Ana Rita

Presidente e João Capiberibe como Vice-Presidente. Agradeço a sua participação.

Mas todos nós incorporamos sua homenagem ao Senador Paulo Paim, que tão bem conduziu os trabalhos, com enorme dedicação ao longo dos últimos dois anos, honrando muito seu mandato, conferido pelo povo do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aproveito para renovar o que dissemos ontem sobre o seminário que foi realizado na Câmara pelo nosso jogador, nosso Deputado Romário, que trata das doenças raras.

Foi muito importante percebermos – e gostei de ver V. Exª sublinhar isso – o aumento das pessoas que participaram daquele seminário.

Importante também ver que o Governo está sensível a isso, através do Ministério da Saúde, com algumas iniciativas que terão impacto, porque essa é uma questão crucial, e eu diria que prioritária também, a questão das doenças raras. Sei que a Senadora Ana Rita, no comando da CDH, terá um olhar especial sobre essa questão para definir claramente um tratamento que diga respeito às pessoas portadoras das doenças raras aqui em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Foi muito importante sua palavra ontem no plenário do Senado Federal. Eu também, depois, fiz um pronunciamento de análise da importância daquele ato sobre as doenças raras e das medidas que, inclusive, o Ministério da Saúde está tomando. V. Exª registrou que o Ministro da Saúde anunciou para este semestre ainda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Audiências públicas. Consultas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ... audiências públicas, consultas públicas para saber...

Temos já... (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim, informo que, aqui, todos, até agora, concordamos com a eleição por aclamação da Senadora Ana Rita para a Presidência e do Senador João Capiberibe para a Vice-Presidência.

O Senador Paulo Davim tem a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente Eduardo Suplicy, da mesma forma que meus colegas, também concordo com os nomes postos, Senadora Ana Rita e Senador Capiberibe.

Quero só fazer um breve comentário, elogiando o Presidente que deixou o cargo, o Senador Paulo Paim. Ao longo desses dois anos, S. Exª foi sempre uma figura presente, democrática, comprometida com as ações em defesa dos direitos humanos. Realizando aqui muitas audiências públicas importantes, necessárias, conseguiu ampliar a nossa visão e interagir com a sociedade, trazendo discussões importantes. Em alguns momentos, foram discussões de relevância para todo o Brasil, mas elas se deram aqui, na Comissão de Direitos Humanos, sobretudo recebendo propostas – já que é Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –, recebendo e acolhendo sugestões da sociedade civil organizada.

Quero parabenizar o trabalho do Senador Paim à frente da Comissão. S. Exª não está aqui hoje, porque está em viagem para o Rio Grande do Sul – parece que há uma eleição em Novo Hamburgo –, mas quero registrar o meu reconhecimento pelo ser trabalho e pela sua dedicação à frente desta Comissão.

Evidentemente, quero apoiar, aprovar e me colocar à disposição para contribuir, colaborar com essa gestão que tomará posse logo mais: a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe, desejando a essa dupla sucesso, êxito na condução desta Comissão, que é uma Comissão de grande importância para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a chegada do Senador Eduardo Amorim, completamos o quórum.

Indago ao Senador Eduardo Amorim se também está de acordo, como todos nós já aprovamos, que possamos eleger, por aclamação, a Senadora Ana Rita e o Senador Capiberibe para a Presidência e Vice-Presidência desta Comissão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Totalmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Eduardo Amorim está totalmente de acordo.

Senador Magno Malta, seja muito bem-vindo.

Indago se, como os demais presentes, está de acordo com que, por aclamação, possamos eleger a Senadora Ana Rita Presidente e o Senador João Capiberibe Vice-Presidente.

Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Deixe-me falar ao microfone. Eu poderia não falar no microfone, mas não quero perder a oportunidade, como disse o Cássio antes, de votar em uma Senadora do meu Estado, de declarar o meu voto à Senadora Ana Rita, uma figura absolutamente simples. Quem sabe o Brasil não saiba, S. Exª começou num bairro simples de Vila Velha, começou nos movimentos populares, na igreja; mora no mesmo bairro, na mesma rua; tornou-se Vereadora do Município – uma grande Vereadora! –, com compromissos, cheia de responsabilidades e,

por designo de Deus, virou Senadora da República e hoje ocupa uma Comissão tão importante e orgulha todos nós do Estado do Espírito. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Um depoimento muito importante. V. Exª chegou na hora certíssima.

Temos no Senador João Capiberibe, que também foi Governador no Amapá, uma pessoa de extraordinário valor. Essa dupla vai honrar muito o mandado do Senador Paulo Paim, que teve como Vice-Presidente a Senadora Ana Rita.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu não fiz referência ao Senador João Capiberibe. Fui Senador com ele. Quando ele foi Governador – de uma forma muito corajosa! –, eu era Presidente da CPI do Narcotráfico e, entendendo o sofrimento e o clamor, em nome da população do Estado, nós fomos para lá. Foi o meu primeiro relacionamento com ele e, a partir daí, comecei a conviver um pouco mais e, depois, aqui no Senado.

E a história dele de enfrentamento da ditadura é uma coisa que me chama muito a atenção, porque, nas eleições passadas para governador, o filho dele, o Camilo, e que eu não chamo de Camilo, acabei dando outro nome para o jovem...

Eu fui, no segundo turno das eleições, uma eleição muito difícil, um estado muito difícil politicamente. Os filhos dele, Senador Randolfe, dois meninos, de uma forma muito valente vêm enfrentando aquilo tudo. E eles, inspirados no pai, ô Randolfe, também, porque nasceram na mesma ninhada.

Eu fui, no segundo turno, para lá; e o Camilo estava no segundo turno. E achei muito interessante e ignorante também, uma ignorância interessante, que eles diziam que ele não tinha condições de ser governador porque não era brasileiro – ele tinha nascido no Chile, o Camilo. E eu achei aquilo interessante pelo que eu vou falar agora. Foi ignorante pela colocação, mas interessante pelo que vou falar. Eu acabei, naquele mesmo dia, Senador Humberto, vendo umas imagens de filme do exílio dele e da esposa. Sendo exilados muitos jovens, eles estavam trabalhando numa praia no Chile, dormindo debaixo de coqueiro, vendendo picolé, ele e ela eram muito novinhos e tal, e a Janete lá engravidou. E o Camilo nasceu no Chile.

É uma burrice ter falado isso de ele não ter nascido no Brasil, porque... Eu até me emociono! Eu pedi a oportunidade de entrar na televisão, no programa eleitoral do filho dele, para dizer que ele não nasceu aqui porque a ditadura tirou dele a oportunidade de nascer na terra dele. E pela história do pai e da mãe, eu não chamaria o menino de Camilo, eu falei na televisão. Pelo fato de o pai e a mãe terem enfrentado a ditadura e ele ter nascido em terras chilenas, porque a ditadura lhe tirou o direito de nascer no solo brasileiro, eu o chamaria de esperança Capiberibe. Depois eu comecei a receber manifestações de pessoas populares e tal, até muito ligadas ao Estado, e hoje eu volto lá com muita alegria.

O Governador é o Camilo – é o esperança – e continuo chamando-o de esperança, e em todo evento que eu posso participar lá no Estado eu vou chamá-lo de esperança; e as pessoas repetem comigo. Então, fica essa marca por conta da história do pai e da mãe. E eu tenho certeza de que, pela história desse homem, juntamente com a Senadora Ana Rita, certamente nós teremos bons dias na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que bonito depoimento, Senador Magno Malta, que assim honra tanto a Presidenta Ana Rita e o Vice-Presidente João Capiberibe. *(Palmas.)*

Com esse seu testemunho, nós agora colocamos em votação.

Todos os que estiverem de acordo, por aclamação, que a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe sejam Presidente e Vice-Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Participação Legislativa permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados. (*Palmas.*)

Eleitos os dois, convido para estarem aqui na mesa como Presidente e Vice-Presidente da Comissão e a usarem da palavra, por favor.

A. SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Quero convidar o Senador Eduardo Suplicy a permanecer conosco aqui na mesa.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão; Vice-Presidente, Senador João Capiberibe; Senador Suplicy, que conduziu esta reunião, eu vou me antecipar à fala aqui, até mesmo antes que V. Exª possa fazê-lo, porque tenho um compromisso urgente. Mas gostaria de dizer da importância da eleição de V. Exª não apenas pelo trabalho que tem desenvolvido neste um ano e pouco do seu mandato, dois anos do seu mandato, não somente aqui na Comissão de Direitos Humanos, mas na Comissão de Assuntos Sociais, no plenário, enfim, na defesa dos interesses do seu Estado; e ressaltar a importância fundamental de que à frente da Comissão de Direitos Humanos nós possamos ter uma Presidenta.

V. Exª tem-se destacado bastante na CPI que trata da violência contra a mulher e, certamente, toda a temática no que diz respeito à distinção, à diferenciação de gêneros, à luta contra a opressão à mulher, tudo isso fará parte, com toda a certeza, do trabalho que esta Comissão vai desenvolver.

Da minha parte, pode contar com a minha participação e apoio.

Na Comissão de Direitos Humanos nós precisamos não somente dar continuidade a esse trabalho de diálogo permanente com a sociedade, iniciado pelo Senador Paulo Paim, mas eu acho importante também que possamos sempre trazer os Senadores para debatermos temas da maior importância da cidadania do nosso País. Não sei como fazê-lo, mas entendo importante que seja feito permanentemente na Casa.

Quero também, aqui, ressaltar a importância da eleição do Senador Capiberibe, por se tratar de um Senador que todos respeitamos, tendo em vista a sua historia e o seu trabalho como Senador, como Governador, pelo político coerente que é. Tenho certeza de que ambos farão uma condução à altura do que deseja e precisa a Comissão de Direitos Humanos e que todos nós queremos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto Costa pela presença, pelo carinho, pelo apoio.

Quero aproveitar esse momento para fazer um agradecimento também a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, que também se empenhou para que eu pudesse, nesse momento, ocupar a Presidência desta Comissão.

Agradeço também aos partidos que fazem parte do nosso bloco, porque foi em comum acordo essa decisão. Então, quero aqui aproveitar a oportunidade para agradecer a minha indicação.

Agradeço também aos Senadores e Senadoras aqui presentes nesta manhã. Digo que nós queremos trabalhar juntos para que possamos, de fato, tornar esta Comissão cada vez mais efetiva, a fim de darmos as respostas que a sociedade realmente precisa e merece para as questões que estão postas aí. Que esta Comissão tenha a responsabilidade de debater e de encaminhar.

Então, quero agradecer a presença de todos.

Quero também fazer uma breve fala a respeito do que eu penso sobre direitos humanos e de como poderemos encaminhar os trabalhos aqui. É uma fala inicial, mas eu quero, posteriormente, durante os trabalhos a serem realizados por esta Comissão, fazer o debate conjunto, colher sugestões, para que possamos construir um plano de trabalho que possa refletir o pensamento e o desejo de toda a Comissão.

Ciente da responsabilidade que recai sobre a presidência de uma comissão permanente desta Casa e do papel a ser cumprido na busca do equilíbrio e da democratização dos trabalhos, do simbolismo que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa representa junto à sociedade, especialmente na esfera dos segmentos considerados mais organizados, que assumo este trabalho.

Inspira-me também a busca que devemos fazer por aqueles grupos fragilizados e ainda menos estruturados que sequer conseguem fazer chegar suas aspirações a este Parlamento.

Confesso que estou tomada por um sentimento que perpassa por uma natural apreensão, mas certamente de profunda alegria pela responsabilidade confiada a mim e ao nosso Vice, o companheiro Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá.

O tema dos direitos humanos está na ordem do dia no Brasil e no mundo. Evidente que cada setor social, cada força política e cada governo compreende de maneira distinta o que são direitos humanos e como defendê-los. Guerras são deflagradas supostamente em nome dos direitos humanos e, a pretexto de defendê-los, os direitos humanos de milhares de pessoas são agredidos e desprezados. Países se apresentam como pátria dos direitos humanos, mas ao mesmo tempo sequestram e transportam prisioneiros pelo mundo afora, mantendo campos de concentração em terceiros países.

É muito comum formadores de opinião escreverem longos discursos em nome dos direitos humanos, mas não contribuírem para implementar políticas públicas que protejam os direitos dentro de nossas próprias casas, de nossas cidades, de nosso País.

Em nome dos direitos humanos, se defende e se critica a Comissão da Verdade.

Em nome dos direitos humanos, se defende e se critica a internação compulsória de pessoas vitimadas pelas drogas.

O Parlamento, como espaço plural, é um local adequado e legítimo para debater estas diferentes visões acerca dos direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República é o espaço mais específico que o Parlamento oferece para este debate, com a vantagem de que aqui podemos empregar mecanismos de participação popular, que enriquecem a democracia representativa com esboços de democracia participativa.

Como veem, minhas e meus nobres colegas, Senadores e Senadoras o desafio é imenso, pois as tarefas que estão sob o âmbito desta Comissão são da

mais alta relevância para a nossa sociedade. O trabalho que vinha sendo feito pelo meu antecessor, pelo meu querido companheiro de Partido, o Senador Paim, que muito me orgulha, com toda certeza elevou o patamar de desempenho desta Comissão para a estratosfera.

Quero aqui fazer o registro de todo o empenho que o Senador Paim teve durante estes dois anos para que esta Comissão pudesse discutir os mais variados temas e para que pudesse, de fato, ser um espaço para ouvir a sociedade. Então, quero aqui também fazer os meus agradecimentos ao Senador Paim.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pelo seu dinamismo e pluralidade, transformou-se em referência e na principal porta de entrada das demandas populares no Senado da República, sendo muito utilizada pelas diversas entidades da sociedade civil, movimentos sociais, entes governamentais, para divulgar, debater e encaminhar políticas, ações, programas que dizem respeito à defesa, à ampliação e à consolidação dos direitos humanos em nosso País. Somam-se a isto as audiências públicas que aprofundam o debate, estimulam a pluralidade das ideias e das opiniões, possibilitam o exercício do contraditório de forma ampla, participativa e direta, abrangendo os mais variados setores, contribuindo objetivamente para a qualificação do processo legislativo e para a democratização desta Casa.

Sabemos dos esforços que os governos vêm realizando para superar as desigualdades, a violência, a exclusão social, o preconceito, a discriminação, o aprofundamento da democracia, mas, infelizmente, apesar de todo o avanço que os dados revelam, temos total consciência de que esse esforço ainda não é suficiente e temos muito ainda por realizar, pois somos um dos países mais desiguais do mundo, com uma democracia ainda insuficiente nas suas mais variadas dimensões.

Dito isto, convoco, sob a nossa Presidência e a Vice-Presidência do Senador João Capiberibe, os demais membros desta Comissão para realizarmos um esforço coletivo que resulte em um maior avanço da legislação em prol da promoção da igualdade e da justiça social em nossa sociedade. Para isso, precisamos, conjuntamente, definir e aprovar um plano de trabalho sintonizado com estas premissas, orientador das ações que serão desenvolvidas nos próximos dois anos.

Em suma, o plano de trabalho da Comissão de Direitos Humanos será resultado das opiniões apresentadas pelos membros desta Comissão e das demandas indicadas pelos segmentos sociais que buscam esta Comissão.

Eu me antecipo e apresento, aqui, um breve roteiro com pontos que entendemos devamos considerar, na elaboração do nosso plano de trabalho.

Quero aqui fazer o registro da presença da Deputada Keiko Ota, nossa Vice-Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a violência contra as mulheres. Obrigada pela sua presença, Deputada! Muito nos honra a presença de V. Exª aqui hoje.

Então, quero apresentar alguns pontos, que considero importantes e deverão nortear o nosso plano de trabalho, que deverá ser construído com a participação de todos os membros desta Comissão. Então, ficaremos também atentas e atentos para receber as contribuições de todos os colegas Senadores e Senadoras. A saber:

Que a pauta deliberativa seja fruto de um processo mais coletivo possível, ouvindo Senadores e Senadoras e lançando mão de mecanismos que possibilitem ouvir e contemplar os anseios dos mais amplos segmentos que buscam esta Comissão;

Definir uma agenda mínima, com fluxo e dinâmica de realização das audiências públicas que possibilite o aprofundamento dos temas e os devidos encaminhamentos, com desdobramentos efetivos que reflitam a qualidade do debate desenvolvido em audiência;

Distribuir de forma equânime e mais democrática possível as relatorias dos projetos que estarão nesta Comissão;

Trabalhar para que determinadas matérias correlatas aos temas afins a esta Comissão, especialmente aqueles de alto interesse da população, possam tramitar também na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para serem debatidas do ponto de vista dos direitos humanos, como, por exemplo, o porte de armas. Esse é um tema que precisa, com certeza, ser debatido por esta Comissão também;

Por fim, como forma de oferecer clareza aos objetivos dos trabalhos que pretendemos desenvolver nesta Comissão, esta Presidência apresenta, antecipadamente, algumas diretrizes de um plano de trabalho, orientadoras das pautas e das audiências públicas que pretendemos organizar. Ou seja:

Definir as estratégias de ação sintonizadas com os pleitos das entidades e movimentos sociais de direitos humanos, ouvindo, com certeza, os mais variados segmentos e os movimentos sociais;

Buscar uma relação que permita dialogar com o Poder Executivo nas políticas afirmativas dos direitos humanos das mulheres, dos negros, dos índios, idosos, pessoas com deficiência, crianças, povos da floresta, entre outros temas;

Realizar diligências *in loco* para averiguação de violação de direitos humanos;

Trabalhar para realizar audiências públicas, sempre que possível, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Nós

queremos estreitar mais a relação do Senado com a Câmara dos Deputados.

Trabalhar para realizar audiências públicas, sempre que possível, conjuntamente com outras Comissões desta Casa.

Também acho importante adiantar sugestões de reuniões temáticas a serem organizadas neste biênio, como, por exemplo, datas comemorativas de relevância. Lembro a Semana da Mulher, o dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, o Dia da Consciência Negra, o Dia Mundial dos Direitos Humanos, entre outros temas importantes que deverão ser contemplados nas audiências públicas.

Quanto à violência contra a mulher, aos desdobramentos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, entendo e acredito que esta Comissão tem o papel fundamental de acompanhar e de monitorar os desdobramentos da CPMI da Violência contra a Mulher, assim como o tráfico de pessoas, o trabalho escravo – tema que tem uma PEC nesta Casa, já aprovada na Câmara dos Deputados e que tramita no Congresso Nacional há muitos anos; a defesa dos direitos das crianças e adolescentes; a defesa dos direitos da nossa juventude – este ano é o Ano da Juventude. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil definiu a juventude como um tema a ser refletido pela Igreja Católica com as igrejas do Conic. Portanto, eu penso que esta Comissão pode aprofundar mais a questão da juventude.

O Estatuto da Juventude já está nesta Casa e também precisa ser discutido e aprovado por nós. Há a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Também deveremos discutir aqui a situação carcerária no nosso País e, em particular, a situação carcerária de muitas mulheres que nós tivemos a oportunidade de conhecer durante as visitas e as diligências que fizemos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; e fazer o acompanhamento permanente da atuação da Comissão da Verdade, dando visibilidade aos trabalhos e também aos resultados da nova Lei de Acesso à Informação no âmbito de direitos humanos e a internação compulsória, que, acho, é um tema que está posto, que está na mídia e que nós precisamos debater melhor.

Dessa forma, conclamo a todos que aqui compõem este colegiado a firmarmos fileira lado a lado numa caminhada incessante e forte que vise à maior consolidação dos direitos humanos para todo o conjunto da população brasileira.

Finalizando, agradeço o apoio, convocando a todas e a todos os membros desta Comissão para que possamos, nas próximas reuniões, aprofundar cada vez mais os temas aqui colocados e elaborar e concluir um plano de trabalho.

Então, faço esse pedido, essa solicitação para que, na próxima reunião a ser convocada, nós possamos aprovar, em comum acordo, um plano de trabalho a ser cumprido por esta Comissão. Por enquanto é isso.

Agradeço a todos, mais uma vez, a indicação do meu nome e também agradeço a possibilidade de o Senador João Capiberibe estar compartilhando comigo os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidenta, um aparte.

A. SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Parabéns pela eleição e, juntamente com V. Exª, seu Vice, João Capiberibe, desta Comissão tão importante. Tenho certeza, com a capacidade, com o talento que os dois têm, de que estamos muito bem representados. Parabéns!

A. SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Wilder.

Passo a palavra agora ao Senador João Capiberibe. Com muita alegria o temos como Vice-Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado pelas palavras generosas dos Senadores e da Senadora Presidenta em relação ao nosso trabalho.

Eu queria, antes de agradecer, dizer que eu estou completamente de acordo com o que acaba de expor a nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Eu confesso que tinha dúvida em assumir qualquer cargo nos dois primeiros anos de mandato – na verdade, este é o meu segundo ano de mandato; aqui todos estão no terceiro e eu estou no segundo ano –, porque acho que são cargos que pesam nos nossos ombros e exigem uma participação efetiva, ativa e dedicada.

Finalmente, atendendo ao convite da Senadora Ana Rita e também do meu Partido, decidi aceitar esse encargo, até porque nós temos, no nosso País, uma herança em relação ao que diz respeito aos direitos humanos enorme. O Brasil foi o último país a libertar os escravos; só em 1888. E não apenas esse atraso nessa violência sem limite contra os seres humanos que é a escravidão terminou borrando a memória desta nação, queimando, destruindo as referências sobre esse período triste da escravidão no nosso País. Também nós temos outra herança terrível que é o autoritarismo do Estado brasileiro, com ditaduras até muito recentes que deixaram sequelas que perduram até hoje. Há poucos dias, um jovem se suicidou por haver sido torturado com um ano e oito meses diante dos pais. Aos 38 anos ele terminou dando fim à vida. O que mostra que há uma situação muito mal resolvida em nosso País.

Por isso que com as propostas da Senadora Ana Rita, que incluem entre outras a comissão da memória e da verdade, parece-me fundamental que a gente dê um foco nessa questão. Porque trazer para as gerações do presente o que aconteceu no nosso passado é muito importante. É fundamental o Brasil do presente se entender com o Brasil do passado. Foi assim em vários outros países. Eu citaria a África do Sul, que não se lograria a uma convivência hoje existente sem um acerto com o passado. Nós ainda estamos engatinhando nessa compreensão do que de fato nos aconteceu no último período de ditadura, porque o Brasil tem poucos momentos de democracia. E nós estamos tendo a oportunidade de viver o mais longo momento democrático da nossa história. Então, precisamos exatamente aproveitar esse momento para abrir, com clareza, de onde nós estamos surgindo, para que não tenhamos nunca mais retrocesso e nunca mais passemos pelo que já passamos em nosso País.

Portanto, fico muito feliz em participar desta Comissão, de estar ombro a ombro com a Senadora Ana Amélia e com os Senadores que compõem esta Comissão, buscando trazer para cá todo o tipo de violação, para que a gente possa eliminar isso da nossa sociedade. Sei que é uma tarefa hercúlea, é uma tarefa dificílima, pois o Brasil tem essa herança, e essa herança está se manifestando em várias crises. Uma delas é nesse confronto que estamos presenciando em alguns Estados. Em São Paulo, ano passado, com o assassinato de agentes do Estado de um lado e, de outro, são os agentes do Estado que seguem uma tradição das polícias que é a tortura nas prisões, a tortura nas delegacias. Então, presos são torturados; depois eles se organizam para assassinar agentes do Estado. Essa situação precisa ser trazida para cá, para discutirmos. Quais são as causas desse conflito em Santa Catarina nesse momento? Por que há uma reação tão violenta em uma sociedade tranquila como em Santa Catarina, de onde nunca se esperava que pudesse ocorrer uma situação de crise como a que estamos acompanhando?

Portanto, esta Comissão tem um papel decisivo num País como o Brasil. Eu acho que é uma das Comissões decisivas e fundamentais para que a gente tenha um acerto, uma convivência mais tranquila, mais cordial. O País da cordialidade a perdeu desde os primórdios. Desde o início do Império até hoje, nós ainda estamos buscando o brasileiro cordial de que falava Sérgio Buarque. Brasileiro cordial é ficção. Na verdade, somos produtos de uma sociedade discriminatória, uma sociedade violenta que só vai se entender se a gente ousar, debater, discutir e sugerir soluções para os graves problemas que vivemos no momento.

No Brasil, as violações dos direitos humanos ocorrem em todas as áreas; ocorreram ano passado e continuam a ocorrer nesse momento em que estamos discutindo aqui.

Quero dizer que eu tive a oportunidade de participar da Comissão não como membro efetivo, mas em várias circunstâncias, em várias situações com o Senador Paim, inclusive nos deslocamos a algumas áreas para conhecer a situação, a realidade, como é o caso dos guaranis-kaiowás em Mato Grosso do Sul. Estivemos em Dourados, conversando com as populações indígenas, conversando também com os fazendeiros, buscando encaminhar solução, porque acho que precisamos construir o Brasil da civilidade, o Brasil da convivência com os contrários.

Portanto, eu queria agradecer a todos por essa escolha, por essa eleição nossa. E também à Senadora Ana Amélia pelo convite que nos fez.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe. O senhor tem um acúmulo, uma caminhada, uma história de vida que muito também nos orgulha e poderá muito contribuir com esta Comissão. Não temos a menor dúvida com relação a isso.

Quero aproveitar o momento para justificar a ausência do Senador Paim. Ontem, nós conversamos, e ele realmente tinha um compromisso inadiável que surgiu em seu Estado, o Rio Grande do Sul. Infelizmente, ele não pôde estar aqui neste momento. S. Exª passou cedo aqui, registrou a presença, mas precisou viajar. Mas semana que vem estaremos juntos para fazer nosso debate.

Passo a palavra a nossa Senadora Angela Portela, que também foi Presidente da Comissão da Mulher nesses dois primeiros anos de trabalho aqui. Angela é uma Senadora que muito nos orgulha, juntamente com a Senadora Vanessa Grazziotin. Somos poucas mulheres no Senado, mas as poucas que somos fazem uma grande diferença.

Então, quero aqui parabenizar também a Senadora Vanessa porque ontem assumiu a Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e também assumiu a Presidência da Comissão de Mudanças Climáticas. A Senadora Vanessa é altamente envolvida, comprometida com os temas nacionais.

Parabéns para você também, Senadora Vanessa. Que Deus a ilumine!

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Ana Rita, gostaria de falar sobre a minha imensa satisfação de tê-la como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. V. Exª, que é uma Senadora que

tem realizado um trabalho importante aqui no Senado Federal como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a violência contra a mulher, fez um trabalho belíssimo visitando a grande maioria dos Estados brasileiros para fazer o levantamento da situação da violência contra a mulher em todos os Estados, identificando as dificuldades e a omissão do Poder Público no combate à violência contra a mulher.

Então, eu gostaria de parabenizá-la por esse relevante trabalho que prestou, inclusive visitando o meu Estado de Roraima e identificando lá as inúmeras carências e a omissão que o Poder Público estadual comete em relação à mulher roraimense, à violência contra a mulher como um todo, em todos os municípios roraimenses. Então, eu gostaria aqui de destacar esse trabalho que V. Exª vem realizando.

Certamente, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, essa dedicação, esse comprometimento com as questões relacionadas aos direitos humanos deve continuar. Questões importantes que serão discutidas e debatidas aqui nesta Comissão, que envolvem os direitos das nossas crianças e adolescentes; os direitos dos nossos idosos, das famílias vulnerabilizadas pela pobreza, pela exclusão social; a violência; o acompanhamento da Comissão da Verdade; a importância de acompanharmos também o sistema previdenciário do nosso País; as dificuldades, as carências, as injustiças que são cometidas nos presídios, todos são temas de extrema importância e relevância a serem discutidos e debatidos pela Comissão de Direitos Humanos.

Eu, como Presidente da Subcomissão da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, quero me colocar à disposição para fazermos um trabalho conjunto, em parceria, para que, além das discussões, além daquilo que foi concluído no relatório da CPMI da Violência contra a Mulher, possamos fazer amplas discussões aqui, chamando o Poder Executivo, o Poder Judiciário, para dar encaminhamentos no sentido de diminuir esses altos índices de violência nas famílias brasileiras. Então, penso que poderemos, sim, contribuir, ajudar, no âmbito desta Comissão, nessas discussões que são tão importantes para a população mais vulnerabilizada.

Eu não poderia também deixar de falar sobre a trajetória política e pessoal do Senador João Capiberibe, da sua vida digna, que é elogiada e reconhecida por todos, do seu comprometimento com as questões ambientais, com as questões dos direitos humanos. Então, eu gostaria de dizer aqui da nossa imensa satisfação de ver dois Senadores altamente comprometidos com a sociedade brasileira e com os direitos humanos na Presidência e na Vice-Presidência desta Comissão.

Muito obrigada.

Vamos, com toda certeza, realizar um trabalho muito importante aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

Parabéns a vocês!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela, pelo seu compromisso e pela sua solidariedade, sempre muito presente no meio de nós.

Senador Paulo Davim e, em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero registrar a presença do Senador Anibal, que acabou de chegar. S. Exª estava em outra atividade, com certeza. É nosso companheiro e também vai estar presente em nossas reuniões para colaborar conosco.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora Ana Rita, quero parabenizá-la e, da mesma forma, parabenizar o Senador João Capiberibe. É com a mais absoluta tranquilidade que todos nós, que fazemos parte da Comissão de Direitos Humanos, aclamamos os nomes de V. Exªs para Presidente e Vice-Presidente. Encontramos em V. Exªs qualidades, conteúdos e compromissos, perfis necessários e importantes para estarem à frente desta Comissão.

Direitos humanos é muito amplo, direitos humanos é tudo. A gente descobre, em várias questões, em vários lugares, em várias ações, graves problemas e desrespeitos aos direitos do cidadão e da cidadã. Esta Comissão se tem pautado sempre como fórum de debates, como um ponto avançado, com um olhar vigilante, sempre atento, pronta para debater, pronta para buscar soluções. É uma postura muito louvável de todos que fazemos parte desta Comissão.

Quero me colocar à inteira disposição de V. Exªs para contribuir.

Ouvi o seu discurso, os compromissos elencados e quero dizer, Senadora Ana Rita, que concordo com tudo que foi colocado.

Sei que ainda teremos uma reunião para discutirmos a proposta de trabalho para o biênio, mas me antecipo e solicito a V. Exªs a criação da Subcomissão do Tráfico de Pessoas.

A nossa CPMI foi exitosa. Tive a satisfação de figurar como Vice-Presidente, tendo como Presidente a Senadora Vanessa Grazziotin e como Relatora a Senadora Lídice da Mata. Caminhamos por este Brasil todo e por onde essa CPMI passou não só descobriu e diagnosticou graves problemas de tráfico de pessoas, rotas; ouvimos pessoas implicadas, ouvimos vítimas, mas também despertamos a consciência para esse crime, chamamos a atenção dos governantes, convocamos a Polícia Federal em alguns casos.

Nesta semana mesmo, lá em Natal, na segunda-feira, participei de uma reunião em que estava a Polí-

cia Federal, o Ministério Público Federal e estadual, a Polícia Civil, os direitos humanos, para ouvirmos um relatório das ações conjuntas da Polícia Federal e da Polícia Civil a respeito do caso das cinco crianças do Planalto, que foram raptadas há mais de 13 anos sem que nada houvesse sido feito. Mas, graças à CPI do Tráfico, que em duas ocasiões esteve em Natal, nós voltamos a jogar luzes sobre esse caso, revolvemos esse problema, que é uma mácula. Este caso das crianças de Natal é um caso escabroso, é um caso emblemático do tráfico de pessoas no Brasil. Graças ao trabalho da CPI, estivemos com os Ministros da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos e da Casa Civil, e a Polícia Federal entrou no caso.

Da mesma forma estivemos presentes também no caso das crianças de Monte Santo, no interior da Bahia, e nós... A CPI passou por lá, fez audiência pública, posicionou-se, convocou as autoridades, e as crianças foram devolvidas à sua família. Portanto, acho que é um problema presente, atual, grave; um crime que passa despercebido aos olhos da sociedade e das autoridades na maioria das vezes, e outras vezes até se traveste de ilegalidade.

A nossa Comissão não pode ficar à margem. É um problema grave e atual. O Brasil tem mais de 200 rotas de tráficos de pessoas. Esta Comissão contemplaria também o trabalho escravo, já que é um dos objetivos do tráfico de pessoas; não só a exploração sexual, a adoção ilegal, mas também e, sobretudo, o trabalho escravo! E é também a comercialização de órgãos. Portanto, essa subcomissão contemplaria vários problemas. E é um problema que está sendo cada vez mais discutido, cada vez mais se aprende sobre esse crime e a gente precisa estar em consonância com os anseios da sociedade.

Quero parabenizá-la mais uma vez e parabenizar o Senador João Capiberibe.

Eu estou me antecipando. Sei que esse assunto virá à discussão quando V. Exª for apresentar o plano, o programa de trabalho, mas tomei a liberdade de tecer esses breves comentários.

Parabéns e muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Essa, Senador Paulo Davim, é uma importante contribuição que V. Exª oferece. Nós vamos conversar sobre isso. No momento de apresentar o plano de trabalho vamos construir isso conjuntamente, colhendo outras sugestões, que inclusive V. Exª poderá oferecer.

Eu quero aproveitar a oportunidade para solicitar, aos colegas Senadores e Senadoras que tiverem contribuição a oferecer, que poderão se antecipar, encaminhando para o nosso gabinete por escrito ou entregando aqui para a secretaria da Comissão, para que possamos ir construindo, de forma mais concreta, o nosso plano de trabalho.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Senadora Ana Rita e Senador Capiberibe, eu que não componho a Comissão fiz questão de até aqui vir para cumprimentá-los. Acho que a Comissão de Direitos Humanos, quando dirigida – e eu me refiro apenas ao período que estou efetivamente neste Senado – pelo Senador Paim foi de muito destaque. Eu não tenho dúvida nenhuma de que tanto a Senadora Ana Rita como o Senador Capiberibe vão continuar fazendo com que esta Comissão seja de grande destaque.

Eu já não participava, nesses dois últimos anos, da Comissão. Entretanto, acompanhei todos os debates sobre todos os assuntos, porque, repito, não houve problema neste País, de qualquer categoria ou segmento, em que ali não estivesse a Comissão de Direitos Humanos.

Com essas palavras eu cumprimento, mesmo na ausência, o Senador Paulo Paim. E a sua Vice-Presidente à época, que era a Senadora Ana Rita. Olha aí, está vendo, Senadora Ana Rita? E desejo sucesso a ambos, porque capacidade e dedicação têm.

Eu, quando acabei a reunião da minha Comissão, disse: "Vou lá para a Comissão de Direitos Humanos, para cumprimentar a Senadora Ana Rita". Aí, perguntei para um assessor: "Acabou a reunião?" Ele disse: "Não, ela está lendo o plano de trabalho". Eu falei: "Bom, então eu acho que essa é a única Presidenta – viu, Senador Capiberibe – eleita que já no primeiro dia apresenta plano de trabalho". Isso é muito bom.

Desejo à Senadora Ana Rita e ao Senador Capiberibe muito sucesso mesmo! E que esta Comissão, que é de direitos humanos, continue servindo ao nosso País, às nossas pessoas, porque é para isso que ela serve. E muitas vezes é preciso bastante coragem para enfrentar os problemas. Tem que ter muita tenacidade.

Eu sei que ambos têm, além da capacidade e dedicação, esse compromisso, essa tenacidade e segurança para levar adiante e fazer aquilo que deve ser feito. Parabéns pela eleição. E estou aqui para me colocar à disposição. No que eu puder ajudar o farei.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Na verdade, Senadora, eu apresentei aqui algumas diretrizes para o plano de trabalho, mas nós queremos apresentar um plano de trabalho que seja fruto de uma reflexão de toda a Comissão e das contribuições que cada um poderá oferecer.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Senadora Ana Rita, Presidenta.

Eu gostaria aqui, também, de valorizar e destacar o excelente trabalho que o Senador Paulo Paim realizou à frente da Comissão de Direitos Humanos. Ele trouxe a esta Comissão um amplo debate com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais, sindicais; ele democratizou ou debate nesta Comissão. É uma Comissão ativa, atuante, participativa. Então, o Senador Paim está de parabéns pelo excelente trabalho realizado à frente desta Comissão. Temos absoluta certeza de que a Senadora Ana Rita e o Senador Capiberibe vão, com seu estilo, com seu modo, realizar também um belo trabalho.

Muito obrigada, Senadora Ana Rita, Senador João Capiberibe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Cara Senadora Ana Rita, nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, eu não poderia deixar de me fazer presente para trazer o meu abraço a V. Exª e também ao Senador Capiberibe, que terão a missão de conduzir os debates da Comissão de Direitos Humanos pelos próximos dois anos.

Trago o meu abraço e os meus votos de que a gente consiga fazer uma agenda tão produtiva quanto foi a agenda sob a presidência do Senador Paim, que transformou a Comissão de Direitos Humanos em uma comissão muito visualizada, com suas audiências semanais, com transmissão pela TV Senado, conseguiu praticamente se apropriar da TV Senado às segundas-feiras. Então, nós temos que tentar construir uma agenda para não deixar esse ritmo cair.

Eu tenho certeza de que, depois do mandato bem-sucedido do Senador Paim, ninguém melhor do que a Senadora Ana Rita, uma Senadora aplicada, comprometida com os direitos humanos. Tenho certeza de que V. Exª vai desempenhar com muito sucesso essa missão pelos próximos dois anos. Eu estou aqui para externar o meu apoio, a minha solidariedade e dizer que estaremos juntos e torcendo permanentemente pelo sucesso da sua missão aqui nesta Comissão.

Parabéns!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Na linha do Senador Paulo Davim, eu gostaria que considerássemos a possibilidade de formarmos uma subcomissão da memória e da verdade para facilitar o nosso trabalho. Solicito que se coloque em discussão, em uma próxima reunião, a formação dessa subcomissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Está bem, muito obrigada.

Eu quero também dizer, Senador Anibal, Senadora Angela, Senadora Vanessa e Senador João Capiberibe, que estar na Comissão de Direitos Humanos assumindo a presidência após o mandato do Senador Paim é um grande desafio. O Senador Paim tem uma dinâmica e um fôlego de trabalho muito grandes, muito importantes, e transformou esta Comissão realmente em uma grande referência para a sociedade civil organizada, não só para os movimentos de direitos humanos, mas, conforme disse a Senadora Angela, para todos os movimentos sociais, para os movimentos sindicais, para entidades de categorias profissionais. Enfim, é uma Comissão que conseguiu debater inúmeros temas e se tornou realmente uma grande referência e, mais do que isso, aquilo que eu disse inicialmente, a porta de entrada para as demandas da nossa sociedade. Nós já tivemos oportunidade aqui de aprovar projetos de lei que foram oriundos de sugestões vindas das entidades da sociedade civil.

Então, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar, mais uma vez, o Senador Paim. Eu estive com ele como Vice-Presidenta desta Comissão e pude acompanhar e perceber o quanto ele trabalhou durante esses dois anos. Portanto, quero parabenizá-lo e agradecer-lhe pelo apoio que ele tem também nos dado.

Para finalizar, quero fazer um registro. Nós acabamos de receber aqui uma manifestação, uma carta da Associação de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil, assinada pela Srª Rosângela Muniz de Araújo Tomaz, que está presente aqui no nosso plenário, delegada defensora dos direitos humanos.

É uma carta de apoio, uma carta em que está agradecendo e fazendo alguns registros aqui.

Muito obrigada, Srª Rosângela. Quero dizer que esta Comissão está à disposição da Associação de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Sempre que puder esteja aqui conosco.

Pergunto se mais alguém gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada! *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e um minuto do dia treze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Gim, Cidinho Santos**, **Delcídio do Amaral, Jorge Viana**, **Ana Amélia, Cyro Miranda,** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação dos itens 1, 2 e 3 da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 108, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi."*. Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Souza**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 112, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã"*. Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 113, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia"*. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Os Embaixadores **Santiago Irazabal Mourão** e **Antonio Luis Espinola Salgado** e a Embaixadora **Marcela Maria Nicodemos** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. O Presidente propõe abertura do processo de votação. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. A reunião é tornada secreta às dez horas e quarenta minutos e reaberta às dez horas e quarenta e três minutos. Atua como secretário o Senador **Eduardo Suplicy** e como escrutinadores os Senadores **Cristovam Buarque** e **Inácio Arruda**. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Resultado dos itens 1, 2 e 3: apreciadas as Mensagens. Presidente propõe a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 546, de 2012, do Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 548, de 2012 e do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 42, de 2012. Aprovada a inclusão. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 541, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010*". Relator: Senador **Cidinho Santos**. Resultado: aprovado. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 549, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009*". Relator *ad hoc*: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 550, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009*". Relator: Senador **Cidinho Santos**. Resultado: aprovado. **Item extrapauta 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 546, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010*". Relator *ad hoc*: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Item extrapauta 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 547, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009*". Relator: Senador **Delcídio Amaral**.

Resultado: aprovado. **Item extrapauta 9 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 548, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009*". Relator: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Item extrapauta 10 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 42, de 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "*requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011*". Senador **Cristovam Buarque** faz o uso da palavra para apoiar o requerimento da Senadora Ana Amélia. Senador **Inácio Arruda** faz uso da palavra para sugerir a inclusão da União Nacional dos Estudantes no rol das ouvidos durante a Audiência Pública. Senadora **Ana Amélia** faz uso da palavra para apoiar a sugestão do Senador Inácio Arruda. Aprovada a inclusão da União Nacional dos Estudantes no rol dos ouvidos durante a Audiência Pública. Resultado: aprovado. São lidos os Comunicados da Presidência. Senador Paulo Bauer faz uso da palavra para elogiar o trabalho do Senador Fernando Collor na presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra para cumprimentar o Senador Fernando Collor pelo trabalho executado na presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A ata da presente reunião, dada por lida, é aprovada pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu vou me permitir, com a aquiescência de V. Exªs, fazer a leitura dos comunicados ao final desta reunião, passando imediatamente ao exame da nossa pauta do dia de hoje, dos itens nºs 1, 2 e 3.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2012
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria *Ad Hoc*: S. Exª o Senador Sérgio Souza

Observações:

No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 112, de 2012
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria *Ad Hoc*: S. Exª o Senador Anibal Diniz

Observações:

No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 desta Comissão.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 113, de 2012
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: S. Exª o Senador Sérgio Souza

Observações:
No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011desta Comissão.

Convido para que tomem assento à Mesa a Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República do Quênia e, cumulativamente, República de Ruanda, República de Uganda e República do Burundi; o Sr. Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã; e o Sr. Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para a República da Turquia.

Sejam V. Exªs muito bem-vindos a esta Comissão. *(Pausa.)*

Dando início à exposição da Srª Embaixadora e dos Srs. Embaixadores, passamos a palavra à Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República do Quênia e, cumulativamente, República de Ruanda, República de Uganda e República do Burundi, para a sua exposição. V. Exª disporá de 5 minutos para fazer a sua exposição.

A SRª MARCELA MARIA NICODEMOS – Muito obrigada, Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Presidente Fernando Collor; Exmº Sr. Vice-Presidente, demais membros da Comissão. Mesmo ciente do curto tempo, eu gostaria de tomar um minuto, para, em meu nome e em nome dos meus colegas, agradecer profundamente o esforço intensivo de V. Exª para poder acomodar a mim e aos meus colegas nesta sessão de hoje, de modo a que pudéssemos fazer a nossa sabatina ainda no ano de 2012.

Muitíssimo obrigada.

De forma muito resumida, porque entendemos perfeitamente o constrangimento do tempo, eu só gostaria de dizer que os quatro países da África que são da região dos Grandes Lagos, em que, caso aprovada por V. Exªs, terei o privilégio de representar o Brasil, apresentam características, de certo modo, semelhantes.

Embora o Quênia se destaque pelo seu tamanho e pelo tamanho da sua economia, todos têm nível elevado de pobreza, todos sofrem do problema de conflitos interétnicos, e, salvo os países menores, como o Burundi, têm riquezas naturais bastante elevadas, o que gera, ao mesmo tempo, uma grande expectativa e grandes perspectivas de desenvolvimento em relação ao futuro e também conflitos e dificuldades que precisam ser superadas.

Em relação ao Quênia, no próximo ano, será celebrado o cinquentenário da independência do pai, exatamente no dia 12 de dezembro. Ontem foi a 49º aniversário.

Será um ano simbólico de grande importância para o Quênia, porque essas comemorações se iniciarão já no começo do ano, no início de março, quando o país deverá realizar eleições gerais, inclusive para Presidente e Vice-Presidente da República. Caso essas eleições sejam livres e pacíficas, há uma chance enorme de o Quênia poder vir a desenvolver o seu grande potencial de liderança regional e o seu grande potencial econômico. O Quênia é a maior economia da África Oriental, tem o maior porto da região, que é o Porto e Mombaça, e tem exercido uma liderança política considerável.

Foi fundamental o papel do Quênia na solução do conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul. Da mesma forma, no conflito na Somália, com a intervenção das Forças Armadas do Quênia, no âmbito da missão das Nações Unidas e da União Africana, foi fundamental para expulsar – esperamos que definitivamente – os terroristas do Movimento Al-Shabab, do último enclave, que era o Porto de Kismayo.

Isso tudo também abre para o Brasil inúmeras oportunidades e perspectivas. Nós últimos cinco anos, o nosso comércio aumentou 325%. Nós começamos a investir no país e existem inúmeras outras possibilidades, como a descoberta de petróleo no Quênia.

Portanto, muito rapidamente, eu só gostaria de mencionar isso. Para concluir, dizer também que no Quênia, em Nairóbi, se encontra a sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que terá importante papel a desempenhar daqui para frente, que sei que é um dos temas muito caros ao Exmo Presidente da Comissão, em razão do seu papel importante como incentivador da Rio 92.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República do Quênia e, cumulativamente, para a República de Ruanda, para a República de Uganda e para a República do Burundi.

Eu indagaria a V. Exªs se posso declarar aberto o processo de votação para a Srª Embaixadora e para os Srs. Embaixadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, de acordo com o Ato nº 1, de 2011, com seu §3º, declaro aberto o processo de votação para os itens 1, 2 e 3 da pauta.

Passo agora a palavra ao Sr. Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã.

V. Exª dispõe de 5 minutos para sua explanação.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Associo-me imediatamente aos agradecimentos apresentados pela minha colega, Embaixadora Marcela Nicodemos, e cumprimento os Srs. Senadores aqui presentes. Registro a presença do Sr. Embaixador do Irã em Brasília, S. Exª Ghanezadeh, que aqui está.

Sr. Presidente, serei o mais breve possível.

Considero que o Irã, hoje, é, provavelmente, um dos desafios mais complexos do ponto de vista geopolítico que temos neste momento. Sua posição geográfica, sua posição estratégica, entre a Europa, Ásia Central, Oriente Médio, com uma grande projeção para o Golfo, faz dele um ator quase que, eu diria, parafraseando Clinton, imprescindível na equação e no cenário político da região.

Pela sua economia, hoje é, provavelmente, o 25º país com uma economia, um PIB da ordem dos US$480 bilhões. Se convertermos em PIB de paridade de poder de compra, é quase de US$1 trilhão, portanto, estamos falando de um país que, apesar das sanções, economicamente é forte, com crescimento do PIB fraco, mas, no contexto internacional, hoje, de uma crise, não tão fraco assim: prevê-se um crescimento da ordem de 2% este ano.

É também um país que, em fins da década de 70, em 1979, liderado pelo Aiatolá Khomeini, levou adiante a Revolução Islâmica, onde criou a República Islâmica do Irã, que, provavelmente, junto com a queda do Império Otomano e a criação do Estado de Israel, deve ter sido um dos três mais significativos eventos do século XX no Oriente Médio e que, de alguma forma, em movimentos também teocráticos, conseguiu equacionar princípios teocráticos e republicanos na formulação da sua política interna. Enfim, é uma experiência, no fundo, interessante e importante de acompanhar.

Apesar desses elementos que o tornam, sem dúvida nenhuma, um ator importante na região, imprescindível na região, há, no entanto, uma certa resistência, provavelmente pelo fato de ser um país xiita num mundo árabe de maioria sunita, mas que conseguiu se impor ou conseguiu, pelo menos, um espaço importante na região. Apesar da fragilidade da sua economia hoje, de algumas dificuldades internas, políticas e do quadro estratégico regional, é ainda um país de grande importância e um país que terá, e tem e continua tendo uma presença importante na região.

Para o Brasil, hoje, se abre um momento de reflexão sobre as relações com o Irã. Acredito assim que quatro vetores possíveis se abrem nesse processo, que é preciso incentivar a área comercial, para que o Irã volte a ser o que já foi. Ele já foi o primeiro parceiro comercial do Brasil na região. Hoje, ele é o terceiro; depois da Arábia Saudita e do Egito. É o nosso segundo maior mercado para carnes. Hoje, enfrentamos algumas dificuldades nesse mercado.

Creio que há espaço para ampliar a cooperação na área técnica e tecnológica. É, sem dúvida alguma, um observatório e um posto de observação importante para o que acontece no Oriente Médio e, a partir da visão que vem de Teerã, ajudará a compor, sem dúvida alguma, a visão que o Brasil tem de todo esse quadro complexo do Oriente Médio.

Obviamente, é fundamental para nós também acompanharmos o desenvolvimento do programa nuclear naquele País.

Sr. Presidente, creio que chegamos aos 5 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã, e passo a palavra agora ao Sr. Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para a República da Turquia.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria dizer que é uma grande honra para mim retornar a este ilustre Comissão, a fim de submeter-me ao exame de V. Exªs.

Em função das transformações que ocorreram nos últimos 20 anos no plano internacional, sobretudo o fim da Guerra Fria, a bipolaridade e o fim da política de alinhamento, e também no plano interno, com o crescimento econômico e a consolidação democrática, a Turquia é um país que está adquirindo, cada vez mais, relevância tanto no plano regional, sobretudo no que concerne ao Oriente Médio, como também no plano internacional, na medida em que tudo que se passa no Oriente Médio tem uma ressonância internacional.

No que se refere à economia, a Turquia tem pontos fortes, uma base industrial diversificada, 78 milhões de consumidores, contas públicas em ordem, setor bancário regulado. Teve altas taxas de crescimento nos últimos 10 anos e tem um ponto de vulnerabilidade, que é a dependência enérgica, que acarreta problemas crônicos na balança de contas correntes, levando à necessidade de financiamento externo.

No que se refere à consolidação da democracia, há cerca de 10 anos, sob o governo do AKP, o Partido da Justiça e Desenvolvimento, que é um partido islamista moderado, a Turquia tem conhecido uma série de reformas constitucionais e legais que fortalecem a autoridade e o governo civil sobre as forças armadas que estiveram envolvidas em tentativas de golpe e em quatro golpes de estado, desde 1960 até 1981, e um golpe brando, em 1997.

À luz do que acabo de dizer e também do fato de que Brasil e Turquia compartilham valores como democracia, direitos humanos, princípios como a defesa do multilateralismo, do direito internacional público e também interesses e aspirações, justifica-se plenamente a ênfase que o Governo brasileiro tem dado recentemente às relações com a Turquia.

As relações datam de 1858, mas começaram a ser adensadas a partir de 2004, com a visita do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim à Turquia.

A partir daí, houve várias visitas importantes presidenciais. O Presidente Lula esteve na Turquia em 2009; a Presidente Dilma, em 2011, e o Primeiro-Ministro Erdogan esteve no Brasil também por duas vezes. Vários acordos já foram assinados, e há vários mecanismos governamentais que estimulam a relação bilateral. É uma relação que tem crescido muito, graças também ao interesse do setor privado, favorecido pelos seminários empresariais; pela abertura da conexão aérea direta entre São Paulo e Istambul e pela reabertura do consulado brasileiro em Istambul e do consulado turco em São Paulo.

O comércio registra exportações do Brasil da ordem de US$1,5 bilhão e importações da Turquia de US$900 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Os investimentos são modestos ainda, mas deverão crescer a partir do momento da entrada em vigor do acordo para se evitar a bitributação.

Petrobras, Vale e Metal Frio encontram-se na Turquia; há grande possibilidade de cooperação em ciência e tecnologia, cooperação em defesa, e o diálogo político também tem sido elevado, levando em conta a crescente importância da Turquia.

Eu ia falar um pouco de política externa, mas acho que, em função do tempo, prefiro deixar para a parte das perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para a República da Turquia.

Gostaria de registrar aqui a presença em plenário do Exmo. Sr. Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi – seja muito bem-vindo, Embaixador da República da Islâmica do Irã – e do Sr. Davoud Rezaei Eskandari, Segundo-Secretário daquela Embaixada. Sejam bem-vindos a esta Comissão, como também as melhores boas vindas ao Sr. Primeiro-Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América, Steve Simpson. Seja muito bem-vindo a esta Comissão.

Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, considerando a urgência que temos de concluir esta reunião, não farei perguntas. Quero apenas cumprimentá-lo pela agilidade como está conseguindo, na mesma linha da Embaixadora, e dizer aos três Embaixadores que cada um terá uma tarefa muito importante.

A Turquia, porque não tenho dúvida de que deve ser um dos grandes parceiros do Brasil no futuro. É um país que tem características tão diferentes e tão próximas das brasileiras, com uma diferença grande: tem um projeto de nação muito claro que ainda não conseguimos fazer no Brasil. É um bom lugar para se estar e nos ensinar o que devemos e, às vezes, o que não devemos fazer. Mas é um lugar privilegiado para as relações do Brasil.

À Embaixadora, quero dizer que fico feliz de ver que estamos com Embaixada nessa região, onde aconteceu uma das maiores tragédias do século XX e onde se desenham alguns aspectos importantes para o futuro da África inteira. Tem tudo a ver conosco.

Ao Embaixador, quero dizer que o Irã é certamente um lugar fundamental nas relações internacionais no mundo inteiro. É um polo decisivo de para onde irá o mundo, pela sua competência tecnológica muito à nossa frente hoje, pela sua visão clara de um projeto nacional também e, ao mesmo tempo, pelas suspeitas que o mundo ocidental tem levantado de que a busca de um desenvolvimento energético alternativo ao petróleo – e isso temos de elogiar, um país petroleiro procurar alternativas ao petróleo, embora eu, pessoalmente, seja contra, hoje, a energia nuclear. Tem um projeto meu aqui que daria uma moratória de 30 anos ao Brasil, sem novas usinas. Mas, mesmo contra, temos de respeitar o direito da nação iraniana procurar sua independência energética.

O Ocidente tem espalhado a notícia de que se estão buscando armas nucleares, e não energia nuclear. Então, será um ponto importante até para, a partir daí, podermos ter uma posição clara e manifestar esta nossa posição para o mundo inteiro. Se tem qualquer ameaça à busca da energia pacífica pelo Irã ou se não tem. O mundo está precisando de vozes que digam, tomem posição. Se sim ou se não. E o senhor lá poderá ajudar o Governo brasileiro a tomar essa posição nas Nações Unidas e em todo o cenário internacional.

Fico feliz, manifesto a minha satisfação em ver a Presidenta enviando para esses lugares embaixadores e embaixadora de tal quilate, de tal qualificação.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, Embaixador Santiago Irazabal Mourão, Embaixador Antonio Luís Espínola Salgado, desejo aos três todo sucesso em suas respectivas missões.

Gostaria, primeiro, de indagar da Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, tendo em conta que o Quênia é um país, bem como Ruanda e Burundi, onde ainda há problemas muito sérios relativos à pobreza e à desigualdade, mas com potencial de utilização de seus recursos, sejam recursos naturais, sejam também possibilidades de desenvolvimento em muitas áreas, em que medida, hoje, poderão ser desenvolvidas as relações entre o Brasil, o Quênia e os demais países, com vistas à interação de programas sociais tais como os que têm sido desenvolvidos para o Brasil e que têm despertado grande interesse nos países africanos.

Avalio que será importante que isso seja examinado e enriquecido, até no âmbito do Parlamento, na medida em que eu próprio puder colaborar, como tenho feito em relação a outros países, por exemplo, a Namíbia e a África do Sul, que visitei e onde participei de palestras e de trocas de ideias. Na Namíbia, visitei o vilarejo de Oshivelo, a 100 quilômetros de Windhoek, em que pude observar, numa vila rural de mil pessoas, que, há 4 anos, se estabeleceu uma experiência pioneira de renda básica, modesta que seja, paga a todos. Então, eu gostaria de me colocar à disposição para ajudar nesse intercâmbio. Tenho observado que muitos são os chefes de estado e equipes de governos de países africanos que têm vindo ao Brasil e solicitado informações sobre experiências nessa área. Agradeço se puder nos dar algumas informações a respeito disso.

Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, V. Exª havia me dito da possibilidade de eu ir ao Irã da última vez em que dialogamos, mas, infelizmente, não fui enquanto V. Exª foi ou ainda é Embaixador. Quem sabe ainda dê tempo.

No diálogo com o Embaixador Santiago Mourão, comecei a conversar um pouco... Porque, até tendo em conta a presença do Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi e do Davoud Rezaei, se puderem, depois eu gostaria de obter informações ainda mais completas sobre as perguntas que formularei, primeiro, a respeito do Irã.

Por quê? Presidente Fernando Collor, em 2010, conforme exposição do Prof. Hamid Tabatabai, que esteve em São Paulo, no XIII Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, o Irã estava iniciando uma experiência original *sui generis* de grande relevância. Foi, então, aprovada uma lei pela qual se extinguiria os subsídios aos combustíveis, aos derivados de petróleo porque os preços ali eram bem menores do que, digamos, nos países vizinhos. Como isso iria afetar significativamente o orçamento das famílias, mas de uma maneira diferente, pois uma coisa é para aquelas famílias que utilizam mais combustível, que estavam sendo relativamente mais beneficiadas, as famílias de maior poder aquisitivo, mas, para, de alguma forma, se compensar aquele aumento do preço dos combustíveis, resolveu o governo iraniano, nessa mesma lei dos subsídios aos derivados do petróleo, pagar uma renda para todos os seus habitantes, que, salvo engano, estava em torno, na mais recente informação que tenho, da ordem de U$40,00 por habitante a cada mês. Isso foi decidido primeiramente como algo universal, para cerca de 75 milhões de habitantes, ou 72,75 milhões de habitantes. E aí aconteceu que, numa fase posterior, o governo considerou – e isso eu gostaria de saber melhor, porque preciso ter a melhor informação, recente – que ainda continuaria de forma universal, mas de alguma forma o governo solicitou àquelas pessoas de maior poder aquisitivo, cerca de 12 milhões, salvo engano, dos iranianos, que abrissem mão de receber aquilo, de forma a poder estar melhor no orçamento público.

Por outro lado, tendo em conta – e sobre isso quero saber melhor – as dificuldades pelas quais passou a economia iraniana, em grande parte também por causa das sanções econômicos dos países desenvolvidos, em função da questão de utilização de energia nuclear e assim por diante, isso teria resultado em problemas e em dificuldades, do ponto de vista da inflação, e que, de alguma forma, diminuiu o efeito daquela medida tomada e, daí para frente, não sei se porventura houve modificação, se foi suspenso aquilo ou se a lei que diminuía os subsídios aos derivados do petróleo seria feita por estágios.

Pergunto isso porque, há cerca de três semanas, eu participei de uma conferência de um outro professor iraniano na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Eu me desloquei até lá para falar e ele me disse que, tendo em conta as dificuldades econômicas, de alguma forma, os efeitos daquela lei estavam de alguma forma sendo suspensos.

Então, eu agradeceria muito a melhor informação sobre isso, tendo em conta que essa experiência do Irã estava senda considerada por todos os que acompanham o desenvolvimento desse tema e dessa experiência como altamente relevante e eu até gostaria de, em alguma oportunidade, ir lá e conhecer mais de

perto, conforme tínhamos dialogado, mas o senhor já está indo para a Turquia.

Mas tenho interesse e gostaria de saber melhor de ambos os Embaixadores, o que está chegando e o que vai para lá. Aí eu gostaria de perguntar mais um tema porque justamente a Turquia, juntamente com o Brasil, esteve num esforço de colaboração com as Nações Unidas e os países da União Europeia e Estados Unidos, para se chegar a um entendimento adequado com o governo iraniano, relativamente ao propósito de não utilização da energia nuclear para fins bélicos.

Houve um passo importante dado pelos governos e, sobretudo pelas áreas de relações exteriores do Brasil e da Turquia, em relação ao governo iraniano. Isso teve um efeito importante, mas acredito que não foi ainda inteiramente resolvida a questão.

O próprio Presidente Lula e a Presidenta Dilma têm expressado o quão importante é o Brasil continuar no propósito de contribuir para a paz no Oriente Médio, contribuir para que, efetivamente, todos os países se abstenham de utilizar a energia nuclear para fins bélicos, da mesma maneira como Brasil, até por decisão constitucional, tem essa mesma diretriz. Então, eu agradeceria se puderem nos informar em que pé está esse desenvolvimento e da colaboração do Brasil e da Turquia para o propósito de um melhor entendimento com os países da ONU, que estão preocupados com essa questão que, de alguma maneira, se reflete sobre os objetivos de paz no Oriente Médio, inclusive nas relações Israel/Palestina e demais países do mundo árabe.

Eram essas as questões que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar à etapa seguinte desta sabatina, gostaria de indagar a S. Exªs, as senhoras e os senhores membros desta Comissão, se nós poderíamos fazer uma inversão da pauta, intercalando, a partir de agora, os itens 4, 5 e 6 da pauta do dia de hoje, para a imediata deliberação. Essa seria a primeira indagação que faço ao Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A outra colocação que faria a S. Exªs, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, é se poderíamos incluir na pauta de hoje, como extrapauta, em função da exiguidade de tempo que nós temos – talvez esta seja a nossa última reunião desta Sessão Legislativa –, de acordo com o art. 3º do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de relações Exteriores, os itens de projeto decreto legislativo que tenham aqui a seguir.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com esta inclusão extrapauta, de acordo, volto a referir, regulamentado pelo Ato nº 2, §3º, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu perguntaria a S. Exªs se mais algum Senador gostaria de fazer indagação aos Srs. Embaixadores. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira fazer indagação, perguntaria se algum Senador ainda falta votar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem falte votar, após o voto de S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, eu declaro encerrado o processo votação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu preciso votar ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpe.

Então, retificando, após o voto de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, eu declaro encerrado o processo de votação e, a partir de agora, a reunião passará a ser secreta.

Solicito que permaneçam em plenário as Srªs e os Srs. Senadores e retomaremos a seguir, com as respostas dos Srs. Embaixadores às indagações feitas por S. Exªs, os Senadores e Senadoras presentes. (*Pausa.*)

(Iniciada às 10 horas, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 045 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de voltarmos a palavra aos Srs. Embaixadores e à Srª Embaixadora para a resposta às indagações formuladas pelo Plenário desta Comissão e, tendo em vista a aquiescência do Plenário de nós incluirmos extrapauta diversos itens que estavam além dos itens já elencados na pauta do dia de hoje, outros itens que chegaram posteriormente à elaboração da pauta e, de acordo com o Ato nº 2, §3º, foi solicitada autorização do Plenário para que nós incluíssemos para deliberar ainda no dia de hoje para limparmos as nossas gavetas, não ficarmos com nada para ser deliberado na Sessão Legislativa seguinte. V. Exªs aquiesceram e eu me permito agora fazer a leitura para deliberação dos senhores.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 541, de 2012
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela aprovação

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 549, de 2012
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela aprovação

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 550, de 2012
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.
***Autoria**: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados*
***Relatoria**: Senador Cidinho Santos*
***Relatório**: Pela aprovação*

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os itens extraordinários, de caráter não terminativo.

ITEM EXTRAPAUTA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, de 2012
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah em 17 de março de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 547, de 2012
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília em 27 de novembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 548, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro em 21 de maio de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 42, de 2012

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública nesta Comissão

de Relações Exteriores para instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011. Para tanto, sugerem os requerentes a participação dos seguintes convidados: Srª Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Srª Luana Bononi, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados; Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; Sr. Carlos Estephanio, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduados no Mercosul; Sr. Almeida Guimarães, Presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior); Sr. José Fernandes de Lima, Presidente do Conselho Nacional de Educação; Sr. Marcos Fernando de Oliveira Moraes, Presidente da Academia Nacional de Medicina.

Autoria: S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O seu requerimento fala por si só e foi fruto de um debate aqui havido há duas reuniões, onde pontificaram nessa discussão S. Exª o Senador Cristovam Buarque e S. Exª a Senadora Ana Amélia e foi discutido esse tema.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, é apenas para dizer que, embora eu esteja convencido de que o meu parecer preenche todas as necessidades do problema, eu sou favorável a esta audiência, porque nada mal que se traga mais debate. De repente, eu chego à conclusão de que ainda posso melhorar o meu parecer. Então, apóio a proposta da Senadora Ana Amélia e do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela sua posição altaneira de verdadeiro defensor do debate numa questão como essa. V. Exª que é absolutamente proficiente no tema da educação, aceitou de forma cortês e democrática a sugestão feita por S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, embora haja concordância absoluta com...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... a proposição da Senadora Ana Amélia, proponho que nós incluamos também a União Nacional dos Estudantes. Embora trabalhe muito com a graduação, é uma instituição que também discute muito a pós-graduação no nosso País.

Seria muito interessante se pudéssemos incluir a União Nacional dos Estudantes se a senhora estiver de acordo, porque nós vamos ajudar a aperfeiçoar o excelente parecer do Senador Cristovam Buarque, que já fez praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nós temos aqui a autora do Requerimento, Senadora Ana Amélia, a aquiescência e o apoio de S. Exª o Senador Cristovam Buarque e a sugestão que agora coloco à deliberação do Plenário, ouvindo naturalmente a autora do requerimento, de inclusão da União Nacional dos Estudantes como um dos integrantes dessa audiência pública.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero, Presidente Fernando Collor, Embaixadores e Embaixadora, nobres colegas, ao requerer esta audiência pública, dizer que, na verdade, o fiz para ampliar o nível de informações a respeito de um tema bastante polêmico que diz respeito à revalidação de diplomas do ensino superior.

Mesmo considerando a excelência do relatório do Senador Cristovam Buarque pela experiência na área acadêmica, ex-Reitor da Universidade de Brasília, ainda assim, penso que o tema merece uma abordagem, ouvindo instituições diretamente relacionadas à questão como a SBPC e a Capes, que já foram mencionadas por V. Exª na leitura do relatório.

E agora acolho com prazer as sugestões dos Senadores a respeito da inclusão de nomes para serem também ouvidos na audiência pública quando ela for agendada por V. Exª.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senadora Ana Amélia.

Então, pelo que ficou aqui estabelecido, coloco à deliberação de V. Exªs a inclusão do nome do Presidente ou de um representante da União Nacional dos Estudantes, proposta apresentada por S. Exª o Senador Inácio Arruda, no rol daqueles que serão ouvidos em audiência pública, fruto do Requerimento nº 42, desta Comissão, de 2012, de autoria de S. Exª a Senadora Ana Amélia.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inclusão do nome desse representante permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de indicar como Relator *ad hoc* do PDS nº 546, já lido, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e do PDS nº 549, de autoria do Senador Paulo Bauer, S. Exª o Senador Inácio Arruda. Os pareceres dos dois, os relatórios dos dois indicam pela sua aprovação.

Eu gostaria de solicitar de S. Exª Senador Inácio Arruda se concorda com os termos dos relatórios apresentados por S. Exªs Senador Randolfe Rodrigues, em relação ao PDS nº 546, e, em relação ao PDS nº 549, de autoria de S. Exª Senador Paulo Bauer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, vou seguir a orientação dos nossos Relatores.

A matéria é bastante discutida na nossa Casa e é um trabalho da atividade da nossa Comissão. Portanto, nosso parecer e o nosso é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Inácio Arruda.

Então, mais uma vez, coloco em votação – porque houve o imprevisto de não estarem aqui os Srs. Relatores – o PDS nº 546, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e o PDS nº 549, de autoria do Senador Paulo Bauer.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a relatoria *ad hoc* de S. Exª Senador Inácio Arruda em ambos os PDS permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Antes de passar a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para a formulação de pergunta – estou vendo que a Senadora Ana Amélia tem alguma indagação a fazer; e logo depois haverá o oferecimento da resposta da Srª Embaixadora e dos Srs. Embaixadores –, eu gostaria de proclamar oficialmente o resultado da votação desta Comissão em relação às indicações feitas pela Presidenta da República da Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para República do Quênia e, cumulativamente, para a República de Ruanda, República de Uganda e República do Burundi; do Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã; e do Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para República da Turquia.

As Srª Embaixadora e os Srs. Embaixadores foram aprovados por esta Comissão.

Pela ordem, com a palavra S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, em função de estar em uma cerimônia da Marinha, eu não pude chegar a tempo de votar, mas tenham certeza os Srs. Embaixadores que, pelo apreço e pelo respeito que tenho pela carreira diplomática em nosso País, que nos orgulha muito, darei o meu voto no plenário do Senado favoravelmente à indicação de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Ana Amélia.

Algum Senador deseja fazer alguma indagação à Srª Embaixadora e aos Srs. Embaixadores? (*Pausa*.)

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira fazer perguntas à Srª Embaixadora e aos Srs. Embaixadores, eu passo a palavra à Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos.

A SRª MARCELA MARIA NICODEMOS – Muito obrigada, Exmo Sr. Presidente.

Vou me referir, especificamente, às indagações do Exmo Senador Eduardo Suplicy, que muito me ajuda, com suas perguntas, a ter oportunidade de esclarecer a atuação que o Brasil já vem tendo e que pode ampliar ainda, tanto no Quênia quanto nos demais países sob a jurisdição da Embaixada em Nairóbi.

Já existe uma grande cooperação, em termos de programas sociais e de implementação, com as ligeiras modificações necessárias para adequar às realidades nacionais, de programas na área de alimentos. Como V. Exªs bem sabem, a área chamada Chifre da África sofreu, nos últimos anos, sérios problemas com seca e falta de alimentos, o que levou a problemas sérios de desnutrição, de mortes, inclusive de crianças, de gado. Então, no primeiro momento, o Governo brasileiro fez doações, inclusive à República do Quênia, de alimentos. Existe, para ser entregue, uma doação de alimentos também à República de Ruanda e do Burundi e, além disso, a República do Quênia e a República de Ruanda estão se beneficiando, já foram incluídas no Programa Mais Alimentos, que se beneficia de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que, além de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura, permitirá a exportação de maquinário e equipamentos agrícolas para beneficiar os pequenos e médios produtores, esperando, assim, que, a exemplo do que é feito no Brasil, essas famílias possam encontrar, por meio da agricultura, uma fonte de renda e aumentar a produção de alimentos no país.

O Burundi, por sua vez, em razão de sua situação mais séria, não só em termos de níveis de pobreza, mas também em razão do grande contingente de refugiados que tem recebido de volta, os próprios burundienses que estão voltando da Tanzânia, além do Programa Mais Alimentos, também se beneficiará, já está incluído no Programa de Aquisição de Alimentos, porque não existe qualquer estrutura e, de maneira até certo ponto cruel, o Burundi, como também o Quênia, mas o Burundi certamente de forma mais acentuada, por ter saído da qualificação de países com graves problemas para a qualificação internacional de países com perspectivas de superação dos graves problemas, a quantidade de ajuda internacional destinada ao país se enxugou bastante, porque existe a tendência de

concentrar a ajuda internacional nos países mais carentes. Então, o Burundi, porque está conseguindo superar alguns de seus problemas, mas longe de chegar a uma solução, teve sua situação elevada e, portanto, a ajuda internacional reduzida.

O Programa de Aquisição de Alimentos, o programa brasileiro no qual o Burundi foi incluído, certamente virá a beneficiar o país e a população mais carente do país. Além disso, existe uma cooperação na área de agricultura com grande parte desses países, a começar pelo Quênia, desde cooperação por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Ministério do Desenvolvimento Social e outras entidades nacionais pertinentes, até mesmo investimento de empresas brasileiras. Uma empresa gaúcha produtora de arroz foi recentemente selecionada num processo licitatório na República do Quênia para desenvolver um projeto de implantação de cultura de arroz em uma área de 30 mil quilômetros quadrados. Essa empresa, cujo nome peço desculpas a V. Exªs porque me escapa no momento, é a maior produtora individual de arroz no Brasil e seu rendimento muito elevado comparado com o rendimento da produção no Quênia. Com o investimento dessa empresa que contará com financiamento do BNDES também, o Quênia poderá chegar não só à autossuficiência, mas também a ser um exportador líquido de arroz, o que significará obviamente maiores recursos e capacidade de poder atender à sua população.

As áreas de programas sociais desenvolvidos no Brasil despertam enorme interesse por parte de todos esses países. Às vezes é difícil conseguir atender à demanda de todos eles em todos esses setores, mas eu tenho certeza de que na área, sobretudo, de produção de alimentos, na área do Pronaf e também na área de educação, que eu sei que é cara ao Exmo Senador Cristovam Buarque, são todas áreas que têm enorme potencial, que têm interesse, certamente há todo o interesse por parte do Governo brasileiro em vir a atender e auxiliar esses países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos.

Indagaria se...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Embaixadora me chama a atenção para algo: são 30 mil quilômetros quadrados ou 30 mil hectares?

A SRª MARCELA MARIA NICODEMOS – Perdão. A senhora tem toda a razão. São 30 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Indago se todos os Senadores e Senadoras estão satisfeitos com as respostas fornecidas pela Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República do Quênia e, cumulativamente, República da Ruanda, República de Uganda e República do Burundi.

Agradeço a V. Exªs.

Passo agora a palavra ao Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Eduardo Suplicy fazia duas indagações. Vou tentar, Senador, respondê-las dentro das minhas capacidades. É claro que conto aqui com a ajuda do Embaixador Salgado, que está em Teerã e conhece melhor do que eu.

V. Exª perguntava sobre os resultados do programa de substituição de subsídios, conhecido por sua sigla em inglês *Targeted Subsidy Plan*. A ideia de reduzir os subsídios que na economia iraniana representa hoje não somente os combustíveis, mas também outros produtos, inclusive da cesta básica – açúcar, óleo, etc. –, eletricidade, dispêndios da ordem de US$100 bilhões, a ideia do plano é, em cinco anos, ir reduzindo todos os subsídios para passar a uma economia de mercado e preparar a população para essa transição por meio da entrega, ao fim, mensal de uma quantia de dinheiro, conforme V. Exª bem sinalizou, da ordem de US$40,00. Hoje em dia, com o câmbio mudando, talvez não esteja mais nesse valor de US$40,00. Talvez um pouco abaixo.

Havia algumas preocupações em relação ao programa. O programa completou seu primeiro ano e começa o seu segundo ano. No seu primeiro ano, perceberam-se duas ou três coisas: a primeira é que os valores previstos não funcionaram como era de se esperar, e o programa apresentou déficit importante, que teve de ser coberto com recursos adicionais do orçamento. Conforme o senhor já sabe, a ideia do programa era dividir os recursos auferidos pela eliminação dos subsídios, numa escala de 50% para as famílias; 30% para as empresas com vistas à ideia de que pudessem modernizar a sua produção; e 20% para o governo.

As famílias acabaram consumindo praticamente a integralidade do dinheiro excedente. Havia a preocupação se o programa poderia ter efeitos inflacionários. É difícil saber hoje em dia qual é realmente o impacto inflacionário do programa.

O Irã é uma economia sob sanções. A inflação aumentou consideravelmente nos últimos dois anos, e o processo de aumento da inflação poderá ser fruto ou de um ou de outro, nós não sabemos. É difícil avaliar, hoje, em dia qual é o verdadeiro impacto do programa sobre o processo inflacionário, porque as sanções também têm um impacto muito grande no processo inflacionário. O que, sim, há de resultados concretos do programa, depois de um ano, é a grande redução e economia no consumo de combustíveis. Isso é um fato. Os dados estão aí, enfim, o consumo de petróleo caiu quase 30%; de *diesel*, 9%, e por aí vai.

Há, de todo modo, uma mudança no paradigma de consumo, à medida que o consumo do gás natural, que provavelmente tem o custo mais baixo, aumentou.

A ideia da redução do consumo. Também não é possível somente avaliar que houve uma redução por conta do preço mais alto, porque é possível que, com o preço mais alto, se tenha evitado maior desperdício de combustível ou, inclusive, contrabando que era bastante significativo, por conta de diferencial de preço, conforme V. Exª bem assinalou na sua indagação e na sua pergunta.

O Presidente do Congresso, Larijani, disse recentemente, em entrevista, que a economia de combustíveis, em geral, a partir desse programa, estaria na casa dos US$8 bilhões, o que é um efeito muito positivo.

Provavelmente, as dificuldades do programa se encontram, conforme também V. Exª sinalizou claramente, na identificação do público-alvo desse programa. Dada a dificuldade de se estabelecer qual seria o público-alvo, decidiu-se que todos os cidadãos iranianos, 75 milhões, recebessem esse subsídio, essa contribuição do Estado.

Hoje, o Governo busca mecanismos para afinar e melhor identificar o público-alvo, no que há certa dificuldade. Tentou fazê-lo por meio de formulários que cada um preencheria, e chegou-se à conclusão de que esse caminho era difícil. Buscou o caminho, que ainda está em aberto, de decisão unilateral, individual, de se abrir mão desse subsídio. Os resultados ainda não estão previstos.

Para o próximo ano, no orçamento, está previsto o dinheiro para continuar esse programa. A diferença, hoje, está na distribuição dos percentuais. Em vez de 50% para as famílias, 30% para as empresas e 20% para o Estado, o Estado abrirá mão da sua parte, e 80% do programa irão para as famílias e 20% para as empresas, com vistas à sua adequação e sua modernização. A dificuldade está em que o Governo precisará, provavelmente, para estimular as empresas a que se modernizem, permitir que esses encargos sejam passados aos preços, o que também aumentará os preços, por outro lado.

Mas a resposta é esta: o programa, depois de um ano de exercício, demonstrou algumas dificuldades. Acho que a maior está na definição do público-alvo, e aqui, provavelmente, o Brasil tenha condições de apresentar ao Irã fórmulas de identificação de público-alvo. Temos uma experiência muito boa com todos os programas sociais. Provavelmente, terá que ser também – me parece, não sei, e o Embaixador Salgado poderá me corrigir – dosado adequadamente o processo de eliminação dos subsídios para os produtos específicos. Talvez tenha sido muito rápido o processo de eliminação de subsídios, na medida em que é um processo previsto para levar cinco anos. Portanto, os subsídios terão que ir sendo eliminados paulatinamente.

É, sem dúvida nenhuma, um dos maiores programas de substituição de subsídios hoje em dia e objeto de atenção. Se me permitir, Senador, vou colher algum material sobre o programa e farei chegar a V. Exª. Creio que merece da nossa parte um acompanhamento muito atento para ver as lições que podemos aprender nesse tipo de política.

A sua segunda indagação se referia ao quadro do programa nuclear iraniano hoje. O senhor fez menção especificamente ao chamado Acordo de Teerã, fechado entre os Governos do Irã, Brasil e Turquia, pelo qual se conseguiu chegar a uma possibilidade de trazer à mesa de negociações novamente os parceiros do P5, os cinco membros do Conselho de Segurança mais a Alemanha, para discutir a denominada questão nuclear iraniana.

Conforme V. Exª sabe, a questão nuclear iraniana está na agenda internacional desde o início dos anos 2000: a comunidade internacional buscando conhecer a extensão e os propósitos do programa e o Governo iraniano, do seu lado, insistindo no aspecto pacífico do seu programa. Temos uma série de resoluções do Conselho de Segurança que demandam ao Governo do Irã uma maior colaboração e uma maior transparência com a Agência Internacional de Energia Nuclear, com vistas a esclarecer aspectos do programa, para poder assegurar à comunidade internacional os propósitos absolutamente pacíficos desse programa.

As negociações com os P5+1 e o Irã foram retomadas neste ano de 2012. Não avançaram muito, mas o importante é que há ainda espaços para negociação. Esperamos que em breve seja restabelecida a confiança internacional nesse programa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Sr. Embaixador Santiago Irazabal Mourão.

Indago a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy se está satisfeito com a resposta oferecida. *(Pausa.)*

Senadora Ana Amélia? *(Pausa.)*

Passo, agora, então, a palavra ao Sr. Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para a República da Turquia.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – A pergunta do Senador Suplicy se referia tanto ao Irã quanto ao Turquia no tocante à Declaração de Teerã, na qual o Brasil e Turquia se conjugaram em um esforço diplomático realmente muito singular. Eu tive a felicidade de poder acompanhar um pouco as negociações em Teerã, em 2010, quando da visita do Presidente Lula. Pude testemunhar muito o esforço pessoal do Ministro Celso Amorim, que, na véspera da assinatura da Declaração de Teerã, reuniu-se com a parte iraniana no complexo presidencial, tendo ido para lá às 7 horas da manhã e retornado às 11h30 da noite. Ficaram o dia inteiro acertando os detalhes e, quando voltaram ao hotel, disseram que o texto estava 90% concluído e tinha algumas partes que ficariam para o dia seguinte, para a reunião dos chefes de estado, chefes de governo – o 1º Ministro Erdogan, o Presidente Lula e o Presidente Ahmadinejad.

Foi uma reunião, dessa do dia seguinte, também muito intensa. A parte iraniana tentou reabrir alguns pontos que teriam sido já acordados na véspera, mas, depois felizmente, todo mundo ficou de acordo, e a declaração foi assinada. A declaração, hoje em dia, tem sido avaliada como uma grande oportunidade que foi perdida.

Na realidade, ela continha elementos para a proposta de troca de urânio enriquecido para o reator de pesquisa de Teerã, contendo os elementos todos que o Presidente Obama, em sua carta ao Presidente Lula, tinha discriminado. O Brasil e a Turquia conseguiram a concordância do Irã para todos aqueles aspectos que eram bastante difíceis – até então tinham sido aspectos muito difíceis para o Irã aceitar, e o Irã aceitou –, relativos à quantidade, ao destino do estoque de urânio enriquecido, que seria a Turquia, ao *timing* da troca.

Tudo isso correspondia ao que foi obtido com o esforço diplomático do Brasil e da Turquia, mas a declaração não teve frutos, como os senhores sabem, porque os P5 +1, especialmente os Estados Unidos, já estavam numa outra dinâmica, voltada à aprovada, pelo Conselho de Segurança, de mais uma rodada de sanções, para pressionar o Irã dentro da estratégia "de duplo trilho", como eles chamam, que, de um lado, abra a possibilidade de negociações com o Irã e, de outro, procura aumentar a pressão sobre o Irã.

Trata-se de uma estratégia que eu, pessoalmente, tenho dúvidas sobre a sua sabedoria. Até agora, não produziu nenhum efeito, a não ser tornar mais difíceis as condições de vida da população iraniana. Não produziu nenhuma mudança nas lideranças sobre a sua determinação de prosseguir o programa nuclear iraniano.

Sobre a questão da renda mínima, a pergunta sobre o plano de alienação de subsídios e a sua visita, Sr. Senador, a Teerã, teria tido muito prazer e muita honra em recebê-lo lá, mas essa honra vai para ficar, então, para o meu sucessor, o Embaixador Santiago. De qualquer maneira, gostaria de acrescentar aqui que o Irã, recentemente, manifestou interesse em conhecer a experiência brasileira do Programa de Renda Básica, o Bolsa Família. O PNUD também está interessado também em arcar com os custos da vinda de uma missão iraniana ao Brasil.

O Ministério correspondente ao de Ação Social foi comunicado, mas, até agora, não tivemos resposta sobre como pôr isso em prática. Tive conversas, lá em Teerã, com representantes do PNUD e o chefe da chancelaria iraniana responsável pelo assunto. Na ocasião, mencionei o interesse de V. Exª. Eles, portanto, estão informados e estão interessados. Agora a questão é agilizar esse processo nosso.

Sobre a Turquia, houve comentários do Senador Cristovam, com os quais concordo inteiramente, sobretudo acerca do projeto nacional. A Turquia teve um projeto nacional claro, quando a república foi proclamada por Mustafa Kemal Atatürk, herói da Primeira Guerra Mundial, homem que tinha grande prestígio na Turquia e, por essa razão, foi capaz de implementar reformas de uma envergadura extraordinária, no sentido de reduzir o papel da religião e fomentar o secularismo, a laicidade. Foi uma verdadeira revolução de caráter ocidentalizante, modernizante e nacionalista, mas foi uma política muito radical em certo sentido, que, oportunamente, criou reações na sociedade turca, de setores mais ligados á religião. E, aí, posso dizer que a grande massa da população, na época da fundação da república, era de mais de dois terços de analfabetos. Não estou dizendo que haja vinculação entre analfabetismo e religião, mas a grande parte da população era vinculada à religião e acabou havendo uma reação, nos anos 40 e 50, mais acentuadamente; agora, nos anos 80 e 90, com a ascensão dos partidos de caráter mais religioso, sobretudo o AKP.

Então, como é um partido religioso moderado e claramente comprometido com a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos, e que tem como prioridade o ingresso da Turquia na União Europeia, claramente, tudo isso leva a crer que a Turquia vai caminhar para um modelo mais equilibrado entre o secularismo e a religião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, agora, essa nova novela da Rede Globo mostra bastante a Turquia, o que pode ter um efeito no relacionamento Brasil/Turquia, até despertando vontade nas pessoas de conhecerem mais a Turquia, não é?

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Exatamente. A informação que tenho é de que o fluxo de turismo aumentou barbaramente depois da inauguração dos voos entre Istambul e São Paulo, mas, agora, com a novela Salve Jorge, previsivelmente vai aumentar ainda mais. Parece-me que mais 100 mil brasileiros viajam à Turquia por ano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria aduzir, porque o Embaixador Salgado mencionou o analfabetismo. A reforma que o Atatürk, que fez a grande mudança, a ocidentalização, inclusive com alteração...

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – No alfabeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... no alfabeto turco, contribuiu para haver um avanço em matéria educacional no País?

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – No começo, com a mudança do alfabeto árabe – o turco é uma língua que não tem absolutamente nada a ver com o árabe, mas era escrito em alfabeto árabe –, os poucos alfabetizados que havia na ocasião tornaram-se analfabetos, porque tiveram que aprender o alfabeto latino. Mas, a longo prazo, isso facilitou os esforços de alfabetização, porque o alfabeto latino transmite muito mais naturalmente a língua turca do que o alfabeto árabe, que não tem vogais. Então, é mais fácil de aprender o alfabeto latino. Isso terá facilitado as campanhas de alfabetização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inclusive, o direito de voto às mulheres, que também foi nessa...

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Também isso foi muito cedo. Fazia parte do conjunto de reformas modernizantes do Atatürk.

Foi uma modernização de cima para baixo. Hoje em dia, na Turquia, o programa do AKP prevê um aperfeiçoamento da democracia, mas a partir do que os americanos chamam de *grassroots*, movimento de baixo para cima, estimulando o ensino religioso, mas claramente reconhecendo – o Presidente Gül, inclusive, e outros líderes do AKP – que o secularismo não deixa de ser uma garantia da democracia na Turquia, assim como a adesão à União Europeia também é considerada muito importante para o aperfeiçoamento democrático e para a melhoria da situação social da Turquia. Porque a Turquia vai ter que se adaptar aos altos padrões vigentes na comunidade, na União Europeia, desde proteção aos direitos humanos a regras de saúde pública. Enfim, a percepção é que vai ter um efeito bastante benéfico.

Agora, com a crise financeira – este é um assunto muito complexo –, é claro que, com a crise da dívida na zona do euro e as dificuldades que alguns países europeus têm interposto com relação ao pleito turco de ingresso na União Europeia, há um certo desencanto na população. As últimas sondagens dão conta de que menos de 40% da população continua achando importante o ingresso do país na União Europeia. Quer dizer, há um nítido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os que moram na Alemanha e que mandam dinheiro para lá, não é?

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – ... desencanto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu pergunto se algum Senador e se a Srª Senadora têm mais alguma indagação a fazer aos Embaixadores aqui presentes. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira fazer indagações à Srª Embaixadora e aos Srs. Embaixadores, eu gostaria de, mais uma vez, anunciar oficialmente o resultado da votação.

A Srª Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República do Quênia e, cumulativamente, para Ruanda, Uganda e Burundi; o Sr. Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado para a República Islâmica do Irã; e o Sr. Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado, indicado para a República da Turquia, foram aprovados por esta Comissão para os seus respectivos cargos.

Gostaria de agradecer a presença da Srª Embaixadora e dos Srs. Embaixadores, desejando a todos uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado pela presença da senhora e dos senhores.

Em seguida à saída da Srª Embaixadora e dos Srs. Embaixadores, nós continuaremos a nossa reunião.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a permissão de V. Exªs, vamos dar continuidade a nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença em nosso plenário, na reunião de hoje, do Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã; do Sr. Davoud Rezaei, Segundo Secretário daquela Embaixada; e do Sr. Steve Simpson,

Primeiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América.

Passarei, agora, à leitura, como dito inicialmente aqui na reunião, dos comunicados que, em geral, faço no início das nossas reuniões.

Primeiro comunicado: lançamento de míssil pela Coreia do Norte.

A Coreia do Norte lançou ontem, dia 12 de dezembro, um míssil de longo alcance que aparentemente alcançou as águas territoriais das Filipinas. Trata-se do primeiro sucesso para o jovem líder Kim Jong-un, um novo passo na direção da aquisição da tecnologia necessária para construção de um míssil intercontinental balístico e um flagrante desafio à comunidade internacional, desdenhando resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O objetivo declarado do lançamento foi a colocação em órbita de satélite de observação e, segundo a imprensa oficial norte-coreana, foi realizado com sucesso. O Comando Norte Americano de Defesa Aeroespacial (NORAD, na sigla em inglês), informou que "indicações preliminares são de que o míssil lançou um objeto que parece ter alcançado a órbita".

Segundo analistas internacionais, apesar de o lançamento ter servido a objetivos de política interna, principalmente como fator de fortalecimento da liderança da Kim Jong-un, tem igualmente importantes consequências no âmbito internacional, especialmente no momento em que Washington e Pequim estudam novas fórmulas de negociação que superem quase duas décadas de insucesso na tentativa de limitar as ambições nucleares e balísticas dos norte-coreanos.

O Governo brasileiro emitiu nota onde conclama a RPDC a cumprir plenamente as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e contribuir ativamente para criar as condições necessárias à retomada das negociações relativas à paz e segurança na Península Coreana.

Segundo comunicado:

Dramáticos acontecimentos, muitos dos quais jamais teríamos sequer imaginado possíveis, marcaram o mundo nestes últimos dois anos. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional teve a oportunidade e o privilégio de acompanhá-los, debatê-los e analisá-los em profundidade.

Assistimos ao levante nos países árabes, que terá mudado o Oriente Médio para sempre; à crise na zona do euro, provocada pelas dívidas soberanas de alguns países membros, seguida da vitória da oposição em vários deles e de longas negociações em torno de um novo e duro pacto de regras destinado a impedir a sua repetição; além de tantos outros pacotes de ajuda aos sócios mais necessitados; assim como fomos surpreendidos pelo anúncio da suspensão do Paraguai do Mercosul e a consequente entrada da Venezuela no bloco. Participamos integralmente dos debates sobre o meio ambiente e da Conferência Rio+20 das Nações Unidas e contribuímos para que os brasileiros se informassem melhor sobre o mundo em que vivemos.

Sobre a Primavera Árabe.

Da morte do feirante tunisiano Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo aos protestos da Praça Tahrir, do Cairo, e o assassinato do líder líbio Muamar Kadafi, as consequências do levante que se disseminou nos países da região ainda se processam dia após dia. A situação na região continua instável e seus desdobramentos são preocupantes, pois, junto ao desejo de reformas, entram em jogo o sectarismo e o desejo de grandes potências. O mártir da Tunísia representava uma geração de jovens desempregados ou subempregados, desiludidos e prontos a protestar contra a corrupção, o custo de vida e a falta de liberdade. O Presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, foi forçado a deixar o país, refugiando-se na Arábia Saudita após 23 anos no poder. Líderes árabes mais importantes caíram depois dele, mas sua queda foi um claro sinal de que era possível, para o povo de um país, derrubar um regime árabe.

À medida que os protestos se espalharam da Tunísia para o Egito, manifestantes no Cairo tomaram o controle da Praça Tahrir, um enorme desafio ao regime do Presidente Hosni Mubarak, que finalmente concordou em deixar o poder em 12 de fevereiro do ano passado. O Egito é o país mais populoso do mundo árabe e sua revolução inspirou levantes no Iêmen, no Bahrein e na Líbia, seguidos pelo início das manifestações na Síria.

Nas primeiras eleições presidenciais livres do Egito, em 24 de junho deste ano, Mohamed Morsi, da irmandade muçulmana, foi declarado vencedor. O novo líder enfrenta grandes desafios políticos e econômicos, dos quais o principal é manter a integridade de um país dividido entre seculares e muçulmanos religiosos, como demonstrado nas recentes e violentas manifestações em torno do projeto da nova constituição, com referendo inclusive marcado para o próximo sábado.

Após o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter aprovado resolução autorizando seus países-membros a tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis na Líbia, países da Otan, especialmente, França, Grã-Bretanha e os Estados Unidos, deram a mais ampla interpretação possível à resolução e, em poucos dias, as forças de Kadafi em Benghazi estavam sob ataque e a capital Trípoli foi bombardeada. Em 20 de outubro do ano passado, o Coronel Muamar Kadafi

foi violentamente assassinado pelos rebeldes, perto de Sirte, sua cidade natal.

Na Síria, dias depois das primeiras manifestações contra o seu regime, em março, o Presidente Bashar al-Assad pronunciou discurso no parlamento. Mas, em vez de realizar as reformas prometidas, ele declarou que os protestos, até então pacíficos, eram parte de uma conspiração estrangeira. Houve uma grande escalada do conflito e mais de 400 mil sírios buscaram refúgio nos países vizinhos. As Nações Unidas acreditam que 4 milhões de pessoas dentro da Síria necessitarão de ajuda humanitária nos primeiros meses do próximo ano. As potências ocidentais exigem a renúncia do Presidente Assad, mas a Rússia – até com menos intensidade, no presente momento – e a China vetaram iniciativas de ação no âmbito do Conselho de Segurança. Assad não dá sinais de que deixará o poder. A oposição ao seu regime está profundamente dividida e parece não haver solução em vista.

Em janeiro deste ano, após 33 anos no poder, o Presidente Ali Abdullah Saleh deixou o Iêmen rumo aos Estados Unidos após negociações patrocinadas pelo Conselho de Cooperação do Golfo, com a condição de que ele não seria processado. Mas Saleh deixou um país com sérios problemas, como a falta de alimentos, escassez de água e petróleo, seu único produto de exportação, assim como insurgências e guerras internas, além da presença da Al Qaeda na península arábica.

No mês passado, Israel lançou sua última ofensiva contra o Hamas, em Gaza, marcando seu primeiro confronto com os palestinos desde que os levantes árabes começaram a transformar o cenário no Oriente Médio, mudando as relações de força, na região, com o apoio da Turquia, Egito e outros Estados árabes ao Hamas.

Nas Nações Unidas, a Autoridade Palestina teve o seu *status* elevado para o de Estado observador. Apesar de contar com o continuado apoio das potências ocidentais, a liberdade de ação dos israelenses esbarra, agora, numa nova realidade política da região: a crise européia.

Os líderes europeus concordaram quanto à adoção, pelos países da zona do euro, de um novo pacote de regras, uma exigência da Alemanha da Srª Merkel, com o objetivo de limitar o seu déficit anual a 3% do Produto Interno Bruto, entre outras determinações.

Essas regras têm a intenção de impedir que os países membros acumulem grandes débitos, além de tentar assegurar que não haverá outra crise financeira.

Ocorre que em 1997, quando da assinatura do Tratado de Maastricht, os líderes europeus haviam acordado quanto ao mesmo limite de 3%, mas não o respeitaram. Na realidade, empréstimos governamentais que cresceram exponencialmente após a crise financeira global de 2008, pouco contribuíram para o surgimento da atual crise na zona do euro, pois em países como Espanha e Itália o grande déficit coube ao setor privado, o caso grego é uma exceção. Mesmo se os governos não ultrapassarem o limite dos 3%, isso não necessariamente impedirá que uma crise semelhante ocorra novamente.

Os países afetados pela crise concordaram também em cortar drasticamente os seus gastos, o que poderá provocar o agravamento da recessão e o aumento das taxas de desemprego que já ultrapassaram 20%. Na Espanha, por exemplo, esse número está em 25%. Daí a expectativa provável de mais greves e protestos e de mais preocupações dos mercados financeiros quanto à capacidade desses países de permanecerem na zona do euro. E o corte nos gastos contribuirá, claro, para aumentar essa recessão.

Mercosul. A suspensão do Paraguai do Mercosul, desde que o ex-Presidente Fernando Lugo foi destituído de suas funções pelo Congresso, considerada pelos demais países membros como "ruptura da ordem constitucional na República do Paraguai", e até a realização das eleições presidenciais em abril próximo, além da entrada da Venezuela como membro pleno do bloco constituem motivo de incertezas jurídicas, pois não se sabe como resolver a questão legal causada pela decisão do Senado paraguaio de rejeitar a entrada da Venezuela.

O Governo do Paraguai considera arbitrária a decisão tomada por Brasil, Argentina e Uruguai de admitir a Venezuela aproveitando-se da suspensão do País do bloco, uma vez que a entrada de novo sócio deve ser obrigatoriamente objeto de aprovação unânime dos membros originais, segundo o art. 20 do Tratado de Assunção, de 1991. A entrada da Venezuela feriu o quadro legal original do Mercosul. Criou-se uma situação jurídica anômala que se está transformando em um imbróglio de difícil solução.

Durante a última reunião da cúpula do bloco, em Brasília, os chefes de Estado registraram os avanços para a incorporação da Bolívia como Estado parte do Mercosul.

No outro comunicado, tratamos, agora, do balanço das nossas atividades na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos anos de 2011 e 2012.

Ao término dos nossos trabalhos nesta Presidência, gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional um balanço numérico e descritivo das atividades desenvolvidas ao longo deste biênio.

Ao todo, foram realizadas 153 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias – incluindo as das Subco-

missões permanentes e a reunião de hoje, o que dá uma média de quase duas reuniões por semana útil de trabalho no Congresso Nacional, lembrando que este ano de 2012 foi um ano eleitoral. Dessas 153 reuniões, 81 destinaram-se a audiências públicas, com um total de 274 convidados participantes, entre autoridades e especialistas.

Quanto às proposições apreciadas e apresentadas pela Comissão e Subcomissões, temos os seguintes números:

– 84 mensagens relativas a indicações de chefes de missão diplomática e autoridades;

– 26 projetos de lei, sendo 15 da Câmara dos Deputados e 11 do Senado Federal;

– 106 projetos de decreto legislativo referentes a acordos, tratados e convenções internacionais;

– 156 requerimentos, sendo 64 do Senado e 92 da Comissão e das Subcomissões;

– 59 emendas da Comissão aprovadas, sendo 48 para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), 10 para a Lei Orçamentária Anual (LOA) e uma para o Plano Plurianual (PPA);

– 5 atos aprovados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

– 2 anteprojetos de lei e 9 emendas de projetos que retornaram à apreciação da Comissão.

Completamos os cinco ciclos de audiências previstos para a Agenda 2011-2012 – "Rumos da Política Externa Brasileira" –, totalizando 32 reuniões.

Essas audiências realizadas às segundas-feiras, às 18h, tiveram um especial destaque em nossos trabalhos, na medida em que foram debatidos os mais significativos e atuais temas do cenário internacional e da defesa nacional. A opinião de renomados especialistas – sempre com enfoque na abordagem geopolítica, econômica, social e técnica que envolvem a natureza dessas questões – permitiu oferecer aos integrantes da Comissão e do público que nos acompanhou, um panorama geral e um conhecimento mais acurado da real situação e das possíveis soluções para os inúmeros problemas no campo das relações externas e da defesa. São informações que, sem dúvida, subsidiam a tomada de decisão e a formulação de propostas por parte dos integrantes da Comissão e do Congresso Nacional.

Tivemos também a oportunidade de ouvir em audiência pública, o Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota e o Ministro da Defesa Celso Amorim. Ambos trouxeram valiosas informações das respectivas áreas, e responderam aos mais variados questionamentos das Sras. e Srs. Senadores. Além disso, recebemos diversas comitivas de autoridades e parlamentares estrangeiros. Esses encontros geram sempre um saldo positivo, pois permitem o estreitamento das relações dos Legislativos por meio da troca de experiências e opiniões acerca de temas mundiais e, mais especificamente, dos interesses bilaterais.

Tivemos ainda a oportunidade de, em três audiências distintas, ver as exposições e ouvir as ponderações dos representantes das três empresas estrangeiras fabricantes de avião – a sueca Gripen, a francesa Dassault e a americana Boeing – que concorrem no processo de compra de caças pelo Brasil.

Além de diversos tratados e acordos internacionais, discutimos e aprovamos importantes projetos de lei, bem como, por iniciativa desta Comissão, apresentamos o projeto das aditâncias, cujo objetivo é o de instituir a audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado quanto às indicações dos adidos. Trata-se de matéria já aprovada no Senado e que se encontra em tramitação na Câmara.

Outra iniciativa tomada pela Comissão foi a de apresentar ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, uma proposta de resolução do Congresso Nacional para regulamentar os grupos parlamentares de amizade. A sugestão já está sob apreciação da Comissão Diretora do Senado, para posterior envio à Comissão Diretora da Câmara.

Destaque também dos nossos trabalhos foi a intensa participação da Comissão, juntamente com a Subcomissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque e com a Comissão de Meio Ambiente do Senado (presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg), na organização e na definição das tratativas referentes à realização da Rio+20, em junho de 2012. Foram várias reuniões interministeriais no Itamaraty, além de encontros com as autoridades do Rio de Janeiro responsáveis pelo evento, bem como autoridades internacionais. Essas atividades permitiram ao Senado Federal se fazer presente em todos os componentes que cercam a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, principalmente ao levar nossas propostas quanto aos eixos que nortearam aquela reunião mundial.

Registro importante ainda deve ser feito ao intenso trabalho e às inúmeras atividades das Subcomissões Permanentes presididas por S. Exªs os Senadores Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Henrique. Ao tratar de assuntos como o Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, a Amazônia e Faixa de Fronteira e o Reaparelhamento e a Modernização das Forças Armadas, esses comitês desenvolvem um papel suplementar e imprescindível aos trabalhos da Comissão e do Senado Federal.

Gostaria ainda de informar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional publicou três edições dos relatórios das audiências públicas da Agenda 2011-2012, desta feita abrangendo os painéis realizados durante o biênio desta Presidência. Além disso, publicamos um compêndio específico dos principais Comunicados da Presidência – feitos sempre no início de cada reunião –, abrangendo o relato, as observações e as análises dos temas e acontecimentos mais essenciais do cenário internacional em 2011 e 2012, bem como das audiências públicas aqui promovidas. Esta publicação conta com um valioso prefácio do nosso querido Ministro Celso Lafer.

Finalmente, vale lembrar que logo no início dos trabalhos do ano de 2011, aprovamos 5 atos internos da Comissão de modo a dar maior disciplina e organização de nossas atividades. Esses atos tiveram como relatora S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann, hoje Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Os resultados têm-se mostrado amplamente satisfatórios quanto ao funcionamento da Comissão, a ponto de estarmos na reunião de hoje limpando a nossa pauta, graças à colaboração sempre presente de cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, a quem quero, mais uma vez, agradecer.

Por tudo isso, agradeço a todos os senhores integrantes desta Comissão pela inestimável participação e colaboração, que permitiram o fiel e integral cumprimento de nossa missão. Agradeço à Secretaria de Comunicação da Casa e toda sua equipe pela excelente cobertura de nossos trabalhos, tanto pela TV e Rádio Senado, quanto pela Agência Senado e pelo Jornal do Senado. Agradeço também à Consultoria Legislativa – um dos pontos altos de que a Casa dispõe, no meu entender, é a excelência do trabalho dos nossos consultores legislativos – pelo permanente apoio técnico dado à Presidência e aos integrantes da Comissão, e às assessorias parlamentares do Itamaraty, do Ministério da Defesa e dos Comandos das três Forças Armadas. Da mesma forma, agradeço o empenho das equipes da Taquigrafia, da Tradução e do setor técnico de Áudio e Degravação, assim como, na pessoa do Secretário da Comissão, Dr. Álvaro Araújo Souza, a dedicação de todos os servidores da Secretaria, além da equipe de meu gabinete parlamentar.

Por tudo isso, muito obrigado a todos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Paulo Bauer. Em seguida, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Presidente Fernando Collor, apenas queria cumprimentar V. Exª pelo trabalho que realizou à frente desta Comissão, sintetizado neste relatório que V. Exª acaba de ler e de anunciar a todos nós.

Certamente, esta Comissão ficou mais nobre com sua contribuição, com o seu trabalho. É uma Comissão importante, sem dúvida alguma, já que cuida dos assuntos e dos interesses do País, tanto no âmbito interno quanto externo. Tenho certeza que a sua presença nesta Comissão e o seu comando aqui, sempre pautado pelo cumprimento do Regimento e pela correta interpretação de todas as regras que nos orientam, fizeram com que o trabalho de todos fosse facilitado, e pudéssemos aqui contribuir de maneira singela para que a Comissão cumprisse o seu papel.

Felicito V. Exª e desejo que, no ano vindouro, V. Exª tenha aqui, no Senado, outra missão tão nobre, quando não até maior, para poder, no seu mandato, prestar ainda mais um serviço ao País.

Muito obrigado.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Paulo Bauer, pelas suas palavras. Eu é que agradeço a participação de V. Exª, sempre assíduo e atento às grandes questões tratadas por esta Comissão no decorrer desses últimos 2 anos.

Muito obrigado a V. Exª, Senador.

Com a palavra S. Exª Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero, Senador Fernando Collor, cumprimentá-lo pela qualidade excepcional do trabalho realizado pela Comissão, pelo ritmo que V. Exª imprimiu para todos, desde o início de sua gestão na Presidência desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo o cuidado de promover muitas audiências públicas sobre os mais diversos temas de interesse, tanto da Pasta de Defesa quanto de Relações Exteriores, proporcionando-nos um aprendizado formidável, por meio do convite a pessoas que trouxeram conhecimento de grande relevância a esta Casa e a esta Comissão. V. Exª nos proporcionou, aqui, quase um curso de pós-graduação nas áreas respectivas, com tantos ensinamentos que nos vieram, além daqueles que em cada reunião, tal qual a de hoje, pois pudemos aprender muito sobre o que se passa em tantos países.

Quero também cumprimentar toda a assessoria da Secretaria da Comissão, o Sr. Álvaro, bem como a equipe do Itamaraty, seja a atual como a anterior. Quero agradecer pessoalmente a atenção que comigo teve, sempre quando precisei realizar viagens ao exterior, a equipe do Itamaraty me deu extraordinária cobertura, muito eficiente.

Também quero cumprimentá-lo pela disciplina exemplar, do ponto de vista até de iniciar as reuniões no horário sempre anunciado. E ressalto a forma como V. Exª, com muito respeito e espírito de construção e de trabalho mútuo tratou a mim e aos demais Senadores – e sou testemunha – de todos os Partidos. Ainda que tivesse, em alguns momentos, opinião diferente da de um ou outro Senador, V. Exª aqui nos tratou sempre com muito respeito para com os objetivos maiores e pela defesa do interesse público e da Nação brasileira.

Gostaria de dar a informação de que eu havia anunciado, na semana anterior, que iria sexta à noite para a reunião do Parlatino, no Panamá, e quando já estava para sair a caminho do aeroporto, telefonou-me o Presidente do Parlatino e da Comissão de Assuntos Econômicos e o próprio Senador Flexa Ribeiro dizendo que a reunião do sábado, onde eu iria falar, estava suspensa, porque tudo havia sido definido na reunião de sexta-feira, inclusive a aprovação, por consenso, do projeto de lei marco da renda básica, exemplo muito baseado na experiência da lei brasileira. E foi aprovado por unanimidade para o exame dos 27 Parlamentos da América Latina e do Caribe.

Na reunião do Parlatino foi aprovado por consenso, tendo a Deputada María Soledad Vela, do Equador; Rodrigo Cabeza, da Venezuela; Ricardo Berois, do Uruguai; e eu. Nós quatro fomos autores dessa lei marco de renda básica. E por essa razão eu não fui e devolvi as diárias que no caso o Parlatino ia providenciar, era responsável e não haveria despesas para o Senado, não precisei viajar, mas o propósito da apresentação, debate e votação do projeto foi alcançado, aprovado por unanimidade, conforme me escreveu o Deputado Rodrigo Cabeza.

Então, meus agradecimentos e cumprimentos a V. Exª pela condução tão eficiente da Comissão de Relações Exteriores nestes dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Eu é que devo agradecimentos a todos os integrantes desta Comissão, máxime a V. Exª, que tem participado e participou tão ativamente de todas as nossas reuniões, foi um dos mais atuantes Senadores nesta Comissão, inclusive nas poucas vezes em que aqui não compareceu em função de compromissos assumidos no exterior, a convite de entidades internacionais da mais alta importância. E V. Exª foi, atendendo a esses convites, representando o Senado da República, mas sempre esteve presente, tanto no debate, interessado em todos os aspectos, como nas audiências públicas realizadas às segundas-feiras, às 18h. E todos nós sabemos que segunda-feira é um dia um pouco complicado para os Parlamentares, porque é um momento em que estão voltando a Brasília para o início das atividades semanais.

Mas V. Exª sempre esteve presente a essas audiências públicas, fazendo um esforço muito grande. V. Exª, que, às sextas-feiras, dá aula na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo; às segundas-feiras tem as suas reuniões políticas e acadêmicas, mas sempre fez questão de aqui comparecer e abrilhantar com a sua inteligência, com a sua capacidade de análise essas nossas audiências públicas.

Cumprimento-o também pela lei da renda básica. V. Exª demonstrou que a lei da renda básica – hoje é uma lei com data e prazo para entrar em vigor, mas já aprovada – foi fruto de uma clarividência de V. Exª e também de um trabalho obstinado de V. Exª. São duas qualidades, dentre inúmeras, que V. Exª possui, mas que são inestimáveis para o exercício de uma missão pública, como a que V. Exª, há tantos anos, vem desempenhando em favor da Nação brasileiro e do nosso País.

Portanto, quero agradecer as suas palavras, fruto muito mais da generosidade de seu coração do que merece a condução dos trabalhos desta Comissão. E quero desejar a V. Exª e a todos os seus familiares boas festas e um 2013 de muitas realizações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A direção da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, para onde fiz concurso em 1966 e estava na carreira em tempo parcial e por isso dava aula às sextas-feiras, como V. Exª mencionou, há 3 anos, informou-me que eu poderia escolher entre um, dois ou três anos para aposentar-me, e eu escolhi três e este foi meu último semestre.

E sexta-feira passada foi a minha última aula. Coincidiu que o Prof. Álvaro de Vita, da Faculdade de Filosofia, Ciência Política e Letras, da Universidade de São Paulo, convidou a maior autoridade no mundo sobre Renda Básica Incondicional, Prof. Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, que também é professor convidado da Universidade de Harvard, para estar no Brasil na quinta e sexta-feira da semana passada, eu resolvi convidar Philippe Van Parijs para dar a minha última aula, a minha palestra. E disse aos meus alunos – porque seria o dia do meu exame – que eu anteciparia o exame em uma semana para nós assistirmos à palestra. Assim eu fiz. E a direção da escola convidou oficialmente o Prof. Philippe Van Parijs para dar a conferência no salão nobre da escola, uma sala bonita.

Ali compareceram muitos professores e todos os meus alunos; o Prefeito Fernando Haddad, eleito de São Paulo; o Prefeito de Santo Antônio do Pinhal, o que aprovou lei pioneira nesse sentido; o novo Prefeito que vai implementá-la; a Srª Luciana Temer, filha do Vice-Presidente Michel Temer, que foi escolhida Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, por Fernando Haddad, e assume dia 1º. E todos nós tivemos um dia – para mim – de muita felicidade.

Pessoas como os Profs. Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano e Dalmo de Abreu Dallari ali expuseram também. E o Prof. Philippe Van Parijs falou algumas coisas que guardam relação com a reflexão que V. Exª agora faz, por isso me veio à mente falar.

Ele, na sua palestra, disse o quão é importante, se nós quisermos construir uma sociedade justa, civilizada, prover dignidade e liberdade real para todos, ter em mente sonhos e a vontade de construirmos e realizarmos utopia. E ele lembrou que na sua própria Universidade de Louvain é onde esteve Thomas Morus. E ele se lembrou que, em 2016, se completarão 500 anos de *Utopia*, de Thomas Morus, e haverá, em Louvain, uma grande homenagem e comemoração.

Ele mencionou que, para se atingir metas, é necessário, primeiro, ter esses sonhos, a vontade de construir utopia. Segundo, que é necessário as pessoas terem aquilo que ele chamou de militância para atingir o objetivo nas mais diversas formas. E em terceiro lugar, que é necessária justamente a persistência de ir atrás, até que se consigam as coisas.

V. Exª também tem bastante disso. Então, a sua reflexão me fez lembrar essas palavras do Prof. Philippe Van Parijs. Quem sabe possa um dia ter o prazer de conhecê-lo, ele é uma pessoa que tanto encanta todos aqueles que tem a oportunidade de conhecê-lo. Eu até tive vontade de trazê-lo aqui para a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, mas não houve o tempo hábil para isso. Quem sabe numa próxima oportunidade.

Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez.

A informação que V. Exª nos traz do encerramento das suas atividades acadêmicas sistemáticas na Fundação Getúlio Vargas, se por um lado é um motivo de alegria do dever cumprido que V. Exª deve estar sentindo, ao mesmo tempo é um momento de certa tristeza por parte dos seus alunos e daqueles que seriam seus alunos dentro do processo normal de um ano letivo, pela maneira como o senhor lecionava na Fundação Getúlio Vargas.

Eu nunca participei de uma dessas suas aulas, mas vários pais de alunos e alunos de V. Exª me diziam quão instigante era a maneira como V. Exª ministrava as suas aulas. E isso, sem dúvida nenhuma, fez com que várias gerações que passaram pelas salas de aula em que V. Exª esteve como mestre, serviu-lhes muito para a construção de cidadãos, que hoje estão aí ajudando a construir o Brasil.

Em relação às palavras do Professor, eu acredito que ele expressou o que todos nós aqui na Comissão, seus companheiros de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senado, têm em conta como suas qualidades: a questão de perseguir um sonho, ir atrás desse sonho, atrás da utopia. Porque a utopia realmente se realiza com base nos sonhos que cada um de nós possa ter, com base na militância que ele afirmou que V. Exª tem, na persistência que V. Exª possui. E a prova aí está: a aprovação da Lei de Renda Básica foi fruto única e exclusivamente de um sonho seu. Foi fruto única e exclusivamente de um trabalho pertinaz seu. E isso aí ninguém vai tirar de V. Exª.

Não importa se essa lei vai entrar em vigor hoje, amanhã, daqui a 3, 4, 5 ou 6 anos, mas ela aí já está inscrita no rol das leis mais importantes que este Congresso já aprovou no campo social. É uma lei de quem tem a visão além do horizonte que nós, simples mortais, estamos a avistar. E a justiça virá.

Já existe esse reconhecimento por parte de todos, e internacionalmente ainda mais. Esse reconhecimento é ainda maior no plano internacional, que despertou para essa sua ideia, consubstanciada na aprovação da Lei de Renda Básica.

Por tudo isso, Senador, eu quero, mais uma vez, agradecer essas suas palavras, como eu disse, fruto muito mais da sua generosidade, do seu sentimento, do que por qualquer outro motivo. Mas elas, de alguma forma, são por mim acolhidas com muita gratidão. Eu lhe agradeço as suas palavras, as suas manifestações, por toda a história de vida que ambos temos.

E aqui estamos nós, na Comissão de Relações Exteriores, encerrando eu um período como Presidente desta Comissão, tendo V. Exª como um dos mais ilustres membros desta Comissão. Ao mesmo tempo em que V. Exª também coroa a sua vida acadêmica com o encerramento dessas suas atividades periódicas – porque acredito que aulas e aulas e aulas serão proferidas mais por V. Exª na FGV de São Paulo e em outros centros acadêmicos – coroada de êxito, como disse V. Exª, desde 1966, quando lá entrou por concurso público. Portanto, mais uma vez, muito grato a V. Exª.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, considerando que esta é a nossa última reunião na 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, eu

proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, encerrando as atividades desta Sessão Legislativa, agradeço, como já firmei, a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e desejo a todos boas festas e um feliz 2013.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião ficou secreta de 10h40 às 10h45, e foi encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 17 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e quarenta e um minutos do dia oito de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Presentes os Senhores Senadores **Lindbergh Farias** e **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª a 12ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa a Senhora **Moema Miranda** – Diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); a Senhora **Nair Goulart** – Presidente Adjunta da Comissão Sindical Internacional; e o Senhor **Luiz Zarref** – Representante da Via Campesina. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu peço desculpas por iniciar um pouco atrasado, mas estávamos terminando a votação nominal e tínhamos que ficar ali e esperar os resultados. A última votação foi há pouco. Corri para cá.

Feita essa introdução, declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Eu quero aproveitar, antes mesmo de seguir aqui, para dizer que, na semana passada, o Presidente da República em exercício, que é o Presidente da Câmara, sancionou a lei que cria o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. Será todo ano no dia 16 de março. A ideia é a de que, nesse dia, o Brasil e, sobretudo, as escolas debatam as mudanças climáticas.

Eu não sei – e aqui o Prof. Gurgulino, que sempre está presente, talvez possa me ajudar – se outros países já criaram esse dia ou se existe um dia mundial. É possível, né? Não igual.

Então, quero dizer que o projeto de lei foi meu. É um projeto de minha iniciativa. Eu agradeço ao Presidente Marco Maia, em exercício, que foi quem assinou – não estava a Presidenta Dilma nem o Vice-Presidente.

Esse é um dia que tem tudo a ver conosco: o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, que, na verdade, é o dia da consciência dos limites ao crescimento, que é o dia da consciência da necessidade de um novo progresso.

Antes mesmo de iniciar os nossos trabalhos, depois de dito isso, eu peço a todos que dispensem a leitura e a aprovação das Atas da primeira à 12ª reunião. *(Pausa.)*

Considero-as aprovadas.

Quero dizer, como esta é a última reunião deste ano – no próximo, nós vamos continuar –, que realizamos 12 reuniões. Participaram dessas reuniões 38 autoridades, que falaram sobre o assunto. Tivemos dois requerimentos. Nós tivemos 17 reuniões no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, sendo que 12 delas para realização de audiências públicas.

Vale a pena tomar um pouco do tempo para lembrar os temas: primeiro, água, como preservar; segundo, alimento, com produzir para atender as necessidades; terceiro, energia, para que e como; pobreza, como superar; economia verde, seus limites; cidades, o que fazer com elas; governança, como administrar soluções planetárias; biodiversidade, como mantê-la; decrescimento, por que e como construí-lo; desigualdade, como reduzir; agricultura do futuro, como será; e, hoje, movimentos sociais e a Rio+20.

Após a realização de cada uma das audiências públicas, a Consultoria Legislativa do Senado elaborou relatório circunstancial das mesmas, o que também vai acontecer com a reunião de hoje. E de tudo isso junto será feito um livro a ser editado pela Presidência da Comissão.

Com a efetivação das nove primeiras audiências públicas, juntamente com o referido relatório, procedemos o compêndio dos mesmos a partir de recomendações extraídas daqueles debates com o objetivo de oferecer contribuições e subsídios à agenda temática da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Eu quero informar também que considero pertinente trazer ao conhecimento matéria relativa às nossas atividades no decorrer deste ano. Para a realização das 12 audiências públicas, contamos com a participação, como já disse, de 38 autoridades convidadas.

As cinco reuniões restantes foram deliberativas, nas quais foi constituída a agenda temática e aprovados dois requerimentos.

Esta reunião, como falei, há pouco, destina-se a dar continuidade ao nosso ciclo, com o tema "Movimentos Sociais e a Rio+20". Lembro que a Rio+20 será uma reunião de Chefes de Estados de Governo, mas, paralela a essa reunião formal, oficial, vamos ter outra, da população em geral e da sociedade civil, como sempre se faz nesses encontros de cúpula das Nações Unidas nas últimas décadas.

Hoje, "Movimentos Sociais e a Rio+20"

Para proferir a palestra, convido a Srª Nair Goulart, Presidente Adjunta da Comissão Sindical Internacional; Convido também a Srª Moema Miranda, Diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); e o Sr. Luiz Zarref, representante da Via Campesina.

Eu quero dizer aos convidados que já estão à mesa que, em geral, fazemos uma apresentação de 15 a 20 minutos, mas não queremos cortar a palavra de jeito nenhum, o que não quer dizer que exijo que terminem antes. Ao contrário. Nós somos perfeitamente tolerantes com o tempo para que possam expor da maneira mais completa possível. Depois, nós poderemos dar a palavra a algum Senador que aqui esteja, e a mim próprio, para fazer os comentários.

Quero dizer a cada um de vocês que estas reuniões são feitas, obviamente, desejando participação ao vivo aqui, mas, sobretudo, olhando para a transmissão delas pela televisão. É lá que estamos chegando para a população em geral, seja ao vivo, logo que termina a reunião, ou depois, em programas em outros horários, graças à gravação.

Eu vou seguir a ordem daqui da esquerda.

Passo, portanto, a palavra à Srª Moema Miranda, Diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

A SRª MOEMA MIRANDA – Obrigada, Senador.

Muito boa noite a todo mundo. Obrigada pelo convite e parabéns pela iniciativa. Eu acho que é uma iniciativa de suma importância para construirmos, de forma densa, intensa e participativa, a Rio+20.

Do ponto de vista do Ibase e da sociedade civil organizada, a proposta da Rio+20 foi assumida desde o início com grande entusiasmo, porque vemos que, hoje, estamos vivendo um conjunto de crises no mundo, que, mais do que uma crise elementar, mais uma crise financeira, mais uma crise ambiental, conforma-se como uma crise de civilização, uma crise do padrão de produção e consumo, que hoje é hegemônico e do qual, de uma forma ou de outra, todos nós participamos. Todos têm dito – e talvez não seja demais repetir – que, se os chineses consumissem como os americanos, precisaríamos de sete planetas. E nós sabemos que, por enquanto e, talvez, nos próximos 200 anos, não vai ser possível a humanidade expandir a vida para outros planetas. Então, a responsabilidade da humanidade, hoje, pela preservação do Planeta e das condições de vida não só da própria espécie humana, mas do conjunto das formas de vida no Planeta, é fundamental.

A questão, hoje, do que chamamos durante um tempo de ecologia está profundamente ligada à justiça social. Hoje é inseparável, como já foi, talvez, há alguns anos, a questão da justiça social e da justiça ambiental. É impossível garantir condições de vida digna para todas as pessoas do Planeta sem enfrentar as profundas desigualdades e o processo extremado

de concentração que temos hoje. E é impossível também que essas soluções venham por mecanismos de mercado. Quer dizer, o mercado tem, evidentemente, suas funções, mas a hipertrofia que vivemos hoje nos mercados, a definição da vida pelos mercados, o que temos chamado de mercantilização de todas as formas de vida, tudo comprado e tudo vendido, evidentemente leva a uma concentração de riqueza, de poder e, portanto, necessariamente também à exclusão de amplas parcelas da humanidade de condições de vida digna. Colocar essa discussão em pauta hoje para os governos e também para a sociedade civil é uma tarefa irrefutável e fundamental.

Então, do ponto de vista da sociedade civil organizada não só no Brasil, mas em todo o mundo, nós saudamos, digamos, com muita alegria a possibilidade de uma reunião de chefes de Estado 20 anos depois, quando nós desejaríamos, naquele momento, que se confrontassem com seus próprios compromissos assumidos na histórica Conferência da Eco-92, no Rio de Janeiro.

A nossa primeira expectativa era de que, diante das crises, dos desafios imensos com os quais a humanidade está confrontada, tivéssemos uma agenda com altíssimo nível de seriedade e tratamento. Infelizmente, isto é importante que se diga, essa não foi a opção. Como vocês sabem, a agenda oficial da Rio+20 é uma agenda, digamos, rebaixada em relação aos desafios que nós temos. Portanto, se tratarmos apenas do tema da economia verde, independentemente dos qualificativos que se deem, independentemente, inclusive, de sermos a favor ou contra, mas, se a economia verde tiver se transformado no tema central e a arquitetura institucional, no segundo tema, acho que, do nosso ponto de vista, isso demonstra que os governos não deram a essa oportunidade a relevância que deveriam ter dado.

Do nosso ponto de vista, como sociedade civil organizada, como movimentos sociais, como organizações não governamentais, como organizações de base religiosa, de defesa de direitos, nós assumimos a tarefa de organizar o que chamamos de Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental. Certamente os mais velhos estavam lá e lembram-se do Fórum Global que a sociedade civil organizou no Aterro do Flamengo, em 1992, no Rio de Janeiro. Foi um marco importantíssimo. Foi talvez um primeiro momento de organização, de articulação e de encontro de movimentos sociais de todo o mundo num mesmo lugar. Depois disso, é claro que nós avançamos. Houve a luta em Seattle, o Fórum Social Mundial, uma série de outras iniciativas. Inclusive, a globalização implica, como dizem os nossos companheiros do MST, a globalização da luta e a globalização da esperança. Então, nós temos nos encontrado com mais frequência. Mas 1992 foi um marco na construção dessa possibilidade de diálogo da pluralidade.

Com base nessa memória, vamos construir, então, em 2012, no Rio de Janeiro – esperamos que nos mesmos lugares; queremos, inclusive, contar com o apoio de vocês aqui do Senado –, no Aterro do Flamengo, a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental. E a ideia é que esse seja um espaço de articulação da pluralidade e da diversidade da sociedade civil planetária, que hoje luta por um mundo melhor com justiça e igualdade.

Nós estamos concebendo e conseguimos construir aqui no Brasil uma ampla base da sociedade civil, um comitê facilitador da sociedade civil. O Zarref é nosso companheiro, o Ibase está presente, mas há muitas outras organizações, movimentos de base religiosa, mulheres, indígenas, negros. Estamos todos juntos, os trabalhadores com grande força, mesmo com as nossas diferenças, valorizando a nossa diversidade de pontos de vista, mas juntos no sentido de que é necessário, por um lado, ter um território comum. Nós acompanhamos um pouco o que aconteceu nas discussões de clima – quem esteve em Copenhague e mesmo em Durban sabe –, em que a própria sociedade civil esteve separada, dividida, e a força dos movimentos sociais se fez menos presente e menos impactante. Então, nós vamos conseguir organizar, no Rio de Janeiro, esse espaço comum da sociedade civil com um grande objetivo, que é fazer o que chamamos de choque de paradigma. Quer dizer, nós queremos confrontar esse mundo, esse modelo, definido a partir das lógicas de mercado, e queremos construir alternativas a ele. Mas não queremos isso no futuro. Já estamos construindo agora. Essas alternativas já começaram a ser construídas e já existem. Por isso, a Cúpula dos Povos se organiza em três grandes linhas. A primeira linha, por suposto, é a linha de denúncia, de análise e de demonstração da inviabilidade desse sistema tal como nós vivemos de forma hegemonizada no mundo; A segunda linha, que para nós é fundamental, é a linha de celebração, do que já existe hoje de semente do futuro plantada, seja na agricultura familiar, na economia solidária, nas mídias livres, que hoje estão sendo amplamente hostilizadas, no *software* livre, enfim, um conjunto de práticas e de movimentos sociais não só no Brasil, mas em todo o mundo. Já se estão construindo alternativas que demonstram a viabilidade de um mundo com mais justiça social e ambiental. E o terceiro aspecto, que para nós é fundamental, é a construção de propostas e de alternativas. Denunciar é fundamental, mas não é suficiente. Então, hoje, ima-

ginamos como construir uma agenda mínima comum dos movimentos sociais que seja capaz, respeitando a diversidade, de criar uma plataforma comum com a qual nós sejamos comprometidos.

A nossa avaliação, como Ibase e como comitê facilitador – depois o Zarref certamente complementará –, é que é fundamental garantir esse espaço e a construção ampla desse movimento, mas não só dos movimentos sociais organizados. Essa é a terceira dimensão. Nós queremos que o Rio de Janeiro seja um espaço em conexão com o mundo, mas em conexão com a própria cidade. Vocês sabem que o Rio de Janeiro está se transformando na cidade espetáculo, na cidade olímpica, da Copa, enfim, na cidade que tem ficado cada vez mais difícil para a vida de muitos cariocas. Então, nós queremos que o Rio de Janeiro popular, presente, das favelas e das comunidades, tenha acesso à Cúpula dos Povos e seja parte da construção disso; que essas demandas se expressem e que possamos, de fato, ter esse espaço de interlocução.

Esse não é um processo fácil nem é um processo sem conflitos. É claro que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil têm diferentes pontos de vista e diferentes pontos de entendimento, mas acho que nós temos em comum a identificação de que é preciso, respeitando a diversidade, somar força num processo que seja um processo de deslegitimação desse modelo que hoje é hegemônico e que, na medida em que destrói e concentra, também cria, cada vez mais, a impossibilidade da sustentabilidade da vida no Planeta. Quer dizer, os níveis de consumo que hoje nós temos... Estávamos conversando aqui antes, e vocês inclusive já promoveram um debate sobre o tema do decrescimento, que é uma das bandeiras fundamentais para nós. É absolutamente essencial alterar os padrões de consumo que hoje são hegemônicos e os padrões de desejo de consumo. "Eu tenho um carro e quero ter dois. Eu tenho um computador e quero ter um mais moderno. Eu tenho um celular e quero ter..." Então, essa lógica de constante precarização e de descartabilidade dos produtos, que é, evidentemente, a base de sustentação do mercado, como nós conhecemos, precisa ser desconstruída, e novos padrões de desejo, de convivência, de relações humanas baseadas no encontro e na diversidade têm que ser construídos. Para isso, esses espaços, o espaço da Cúpula dos Povos é fundamental para nós nesse debate.

Finalmente, acho que também é importante dizermos que uma parte grande dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil vai participar ativamente do fórum oficial e vai levar também para o fórum oficial demandas, pleitos e uma série de sugestões. Então, o diálogo com as instâncias governamentais não está fechado, mas, muito mais do que o diálogo com o Governo, é fundamental fazer o diálogo com a população, para, juntos, avançarmos na construção de propostas que possam, de fato, construir outro mundo possível.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço muito a Moema Miranda por sua fala e passo a palavra para Nair Goulart.

A SRª NAIR GOULART – Em primeiro lugar, boa tarde a todos!

Muito obrigada, Senador.

Eu também quero me congratular com a iniciativa do Senado de trazer este debate a esta Casa Legislativa tão importante.

Eu queria também concordar com você em relação a sua afirmação, porque acho que esse momento da Rio+20 é uma grande oportunidade da sociedade civil. Eu acho que, embora esse momento... Concordo muito com você. A nossa avaliação também, como sindicalista, é a de que o tema, a conferência, na verdade, não vai ter... A ONU não deu tanta importância. É importante lembrar que quem propôs essa avaliação foi o Presidente Lula na abertura da Conferência das Nações Unidas e que, neste momento, nós temos um papel determinante.

O Brasil, no meio dessa crise, é um oásis de esperança. E o movimento social e sindical do mundo inteiro espera, principalmente de nós, essa capacidade de articular e de tentar influenciar os governantes que participam, representando os países – eu já ouvi avaliações de que há até uma preocupação nesse sentido –, e que tomam as decisões, erradas ou não, na conferência oficial, porque há uma preocupação de que a conferência seja um momento esvaziado e não haja uma grande participação.

Mas eu acho que, de qualquer maneira, a nossa obrigação, como sociedade civil, como trabalhadores, como agentes sociais que somos, nós temos que trabalhar para que não... Primeiro que a participação da sociedade civil seja a maior possível, que os mais diferentes atores sociais estejam presentes tanto quanto possível. Se não puderem estar presentes, que as propostas, as ideias estejam. E que, nesse processo até a Rio+20, possamos incorporar uma série de atores sociais para que possamos fazer esta reflexão. Primeiro, do modelo. Esse modelo de desenvolvimento não nos interessa mais. Está falido. É o modelo de globalização que nós, sindicalistas, muitos atores sociais já dizíamos há muito tempo, que é um modelo que... E esse modelo neoliberal, de deixar tudo por conta dos mercados, olha o resultado que deu! Quer dizer, é uma falência exatamente nos países em que

os direitos sociais, em que os trabalhadores avançaram muitíssimo, como na Espanha, como na Itália, na Grécia, países que são o berço da democracia e que agora estão ameaçados de retrocesso. Esse modelo não só levou a um retrocesso as condições de vida humana, mas levou a um retrocesso a democracia, a participação popular e, consequentemente, a forma de vida das pessoas.

O que nós estamos vivendo é uma precarização das relações de trabalho, uma precarização dos direitos, uma precarização da proteção social. O que vai acontecer? Aqueles países nos serviram de modelo. Nós observávamos o que aconteceu, tanto é que várias políticas que nós conseguimos avançar no Brasil tiveram início na experiência dos trabalhadores italianos, dos trabalhadores espanhóis, dos portugueses, na Grécia, berço da democracia e da civilização, e hoje nós estamos assistindo a esse retrocesso.

Este é um momento importante para que nós possamos, a sociedade civil possa dizer bem claramente que esse modelo não nos serve mais.

Nós, trabalhadores, pensamos que a oportunidade dessa conferência é no sentido de que deveríamos tentar aprovar e debater ali processos que possam ser implementados, monitorados depois, no pós-conferência, e avaliados de forma que garantam uma efetividade dessas políticas que deveriam ser tomadas, com base em toda a análise que você fez do modelo de desenvolvimento econômico.

A nossa visão de desenvolvimento não é esta que aí está. Desenvolvimento para nós significa desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento com equidade, e esse modelo que nós temos distribuiu pobreza, distribuiu e dividiu miséria. Para nós, isso pode ser crescimento, mas nós sabemos que muitas vezes o crescimento... Pode haver crescimento econômico sem haver desenvolvimento. Nós já vimos isso aqui no Brasil, e não nos interessa.

Nós estamos na contramão dessa história. É importante lembrar que o Brasil está em outra linha. Enquanto a crise econômica jogou a Europa e outros países para uma linha descendente, do ponto de vista dos direitos sociais, nós estamos numa linha ascendente. E mais: hoje, os países chamados emergentes... Acho que não somos um País emergente. Nós somos um País que já se propaga. Podemos ser a quinta economia – já somos a sétima – e estamos fazendo a nossa lição de casa. Não nos interesse só avaliação em termos de PIB; não nos interessa avaliar só o PIB brasileiro. O que nós queremos e avaliamos aqui, a nossa lição é em termos de distribuição da riqueza, diminuição da pobreza, inclusão social, trabalho decente. Esses são os critérios com os quais queremos fazer essa análise de modelo de desenvolvimento e aproveitar a oportunidade da Rio+20 exatamente para que nós possamos fazer essa checagem e esse embate entre povos, entre representantes de vários países que vão estar na Cúpula dos Povos e também na Rio+20, para que possamos fazer esse debate.

E nós pensamos que é importante buscar nesse momento, até a Rio+20, o enfrentamento desses desafios, dos modelos econômicos, sociais, políticos, ambientais e energéticos. Essas questões vão ter que estar muito bem aproveitadas neste momento do debate que se vai dar no Rio de Janeiro.

Nós também queremos sair daí com um acordo vinculante para redução da emissão de carbono. É muito importante, e que possa garantir um modelo de desenvolvimento econômico e social sustentável. E nós não queremos também, nesse processo, como sindicatos, como trabalhadores, só demandar. Nós queremos participar do processo.

Sobre a experiência que você colocou, quero dar aqui um exemplo do que ocorreu. Como foi importante a mobilização da sociedade civil, dos sindicatos, de vários atores sociais, dos camponeses, do MST, de vários atores sociais quando, nesse modelo, propuseram que devíamos aceitar os acordos de livre comércio. Queriam impor na nossa região a tal da Alca. Foi fundamental uma mobilização da sociedade civil. Praticamente fomos nós que denunciamos aquele tipo de acordo; não nos interessavam acordos meramente econômicos, modelos de acordos que não levam em consideração o nível de desenvolvimento de nenhum país. Só estavam interessados em acordos econômicos. Não. Na nossa visão, que nós conseguimos discutir aqui, no âmbito do Mercosul, um acordo econômico tem que ser econômico, social, cultural. Ele tem que levar em conta os diversos aspectos de desenvolvimento dos países e daqueles que estão fazendo parte desse acordo. E o que nos foi proposto naquele momento, nesse acordo de livre comércio que os Estados Unidos queriam? Apenas usar as nossas *commodities*, os nossos produtos. Se, para aquele modelo de consumo que a verdade, o modelo, o parâmetro... Você falou que devemos debater o modelo de consumo. Se formos acompanhar o modelo dos Estados Unidos, olha, nenhum país do mundo vai viabilizar-se. Esse modelo de consumo não nos serve.

Então, estou dando este exemplo de como foi importante a mobilização da sociedade civil nos fóruns sociais, nas mobilizações.

Eu estava em Seattle e vi a maior manifestação de rua. Nunca tinha visto uma repressão tão violenta como aconteceu em Seattle. Estávamos lá, a sociedade civil, denunciando, naquele momento, aquele modelo.

Já ali denunciávamos que esse modelo econômico não ia dar certo.

E outra das nossas propostas é que temos que ter essa economia, esse modelo... O capital precisa ter controle. Esse modelo sem controle, em que o que manda é o capital financeiro, em detrimento do capital produtivo, daquele que vai produzir riqueza... Nesse, o dinheiro está aqui hoje, e amanhã está em Cingapura, depois está na Coreia, depois vai para outro lugar, e não deixa nada e não resta nada. E vem para cá apenas para os países que lhes interessa, no momento que interessa e não tem compromisso com o desenvolvimento dos nossos países, da nossa sociedade.

Portanto, queremos também controle sobre o capital financeiro.

Este é o momento em que devemos aprofundar esse debate. Nós também queremos aproveitar este momento e levantar a questão da taxa. Nós estamos propondo que fosse criada uma taxa sobre as transações financeiras, com que muitos governos não concordam, mas a proposta da CSI, tanto nos fóruns multilaterais...

Estive agora em Cannes. Estávamos lá pleiteando como trabalhadores que tipo de acordo queríamos naquela... porque achamos que o G20 se reúne, reúne, reúne e não toma decisão alguma. Tivemos audiência com vários chefes de Estado, com a Presidente Dilma, com o Presidente Obama, levando a nossa preocupação. Saiu até naquela reunião uma declaração bastante interessante, que colocou o emprego no centro para esse modelo, então combatendo a crise, da forma que nós consideramos que a crise vai-se aprofundar. Estão só propondo ajuste fiscal, ajuste fiscal, ajuste fiscal, com desemprego, com precarização da relação, cortando direitos sociais. A crise vai-se aprofundar.

Nós levamos a nossa proposta, mostrando que no Brasil nós fizemos o contrário: quando começou a crise, em 2008, fomos pressionar o Presidente Lula, as centrais sindicais, o movimento social, que não queríamos aquelas medidas adotadas quando a Embraer, a primeira notícia, crise, demitiu quatro mil. Nós falamos: "Não, por aí não vai. São necessárias outras medidas. Não pode haver desemprego". Então, precisa aumentar o crédito, precisa haver outras medidas. Tomaram aquelas medidas de baixar impostos, cortaram da linha branca. Não foi o suficiente, não foi tudo o que queríamos, mas aquilo nos ajudou, e o mercado interno brasileiro ajudou a garantir; quer dizer, não houve... Se nós estamos trabalhando, se há emprego, se há salário, com certeza, é melhor. A crise não bateu na gente como bateu lá fora por causa das medidas adotadas.

Nós temos tentado, como sindicatos, nesses fóruns multilaterais, levar as nossas propostas. Em Cannes, a declaração foi boa, como eu disse, mas, depois disso, continuaram fazendo a mesma coisa. Quer dizer, fazem belas declarações, fazem belos tratados, mas, passou dali, saem do palco e continuam adotando as mesmas medidas, medidas que causam recessão, desemprego, precarização do trabalho. Portanto, a nossa proposta é trabalho decente, é trabalho com proteção social, é aumentar o poder de compra, diminuir a pobreza. Essas são medidas que podem trabalhar na perspectiva de mudar essa lógica desse capitalismo que está aí e que os mercados podiam, podem... Os mercados é que mandam, mas esse modelo foi à falência, na nossa opinião, e este é o momento que podemos aproveitar para fazer este debate.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Nair, por sua colocação. Comentarei depois.

Passo a palavra ao Luiz Zarref.

O SR. LUIZ ZARREF – Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador o espaço, a possibilidade de a Via Campesina e de o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra poderem expressar aqui a sua construção, não só sobre a Rio+20, mas o que tem se construído ao longo desse processo com a questão ambiental no mundo e também no nosso País.

Antes de começar, eu queria saudar o Senador por ter ontem dado mais um ato de honra à sua história, sua brilhante história, por ter votado contra o texto do Código Florestal, texto que toda a sociedade já se manifestou contrária, mas que, lamentavelmente, a gente não conseguiu ter, no Senado e na Câmara, a representação da sociedade.

Bem, quanto à Rio+20, a primeira pergunta que poderíamos fazer é o que a gente gostaria da Rio+20. Há uma ansiedade muito grande, e nas duas primeiras falas aqui hoje foi apresentado exatamente isto: uma grande possibilidade de a gente ter avanços. Entretanto, eu queria me permitir aqui – sei que já houve outras 13 audiências –, pedir autorização para fazer um breve resgate histórico sob a ótica do que a gente vem fazendo, Via Campesina e MST, e também outras organizações que estão juntas no comitê facilitador, mas que têm uma interpretação sobre esse processo.

A Rio92 foi um espaço de profundos, mas sem uma construção unitária final. Aliás, nunca ocorreu uma conferência ambiental que tivesse um final, digamos, feliz, um final consensual. Porque, na nossa análise, evidentemente, não interessam ao sistema capitalista modificações estruturais na sua forma de acumulação, que depende essencialmente da extração de riquezas da natureza e da extração da nossa força de trabalho.

Entretanto, a Rio92 saiu com questões importantes, baseadas num eixo: relação sociedade-Estado.

Agenda 21, por exemplo, é base dessa relação; sociedade e Estado vão sentar e vão construir propostas para o futuro do País, propostas para o desenvolvimento dos seus países, dos seus Estados-nações.

E saiu também com a criação de três grandes convenções: uma convenção das mudanças climáticas – estamos na 17ª edição agora, em Durban, na África do Sul; outra convenção de diversidade biológica; e a outra convenção da desertificação. Havia a ideia de se fazer uma quarta convenção, que era a de florestas, mas acabou saindo apenas uma carta da Rio92 sobre as florestas.

Então, nós ficamos com essas três convenções, que, ao longo dos anos, deveriam pensar o Planeta do ponto de vista ambiental a partir de cada uma delas. Entretanto, o que nós vimos, ao longo do tempo, e lamentavelmente é isso que nós estamos vendo agora, na construção da Rio+20, apesar de toda possibilidade, de todo potencial que ela poderia ter, é uma captura de todas as convenções – na realidade, das duas primeiras convenções, porque a desertificação não se descobriu como fazer dela uma forma de acumulação de lucro –, mas das duas principais convenções principais que a gente tem no Planeta, uma captura delas pelos grandes interesses internacionais.

Exemplificando, na Convenção de Mudanças Climáticas, que é esta, em Durban, nasceu o gérmen do que hoje vai se tratar na Rio+20, que é a economia verde. Que era o quê? O Protocolo de Kyoto traz sequestro de carbono e MDL; projetos de sequestro de carbono e projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. A solução que nós sempre apontamos era o quê? Redução de emissão de gases nos países que historicamente poluíram, que têm uma dívida histórica, e dos países que hoje são os maiores poluidores, mas que não têm essa dívida histórica, ou seja, a redução de emissão de gases efeito estufa. Qual foi a solução dada pelo mercado? "Vamos criar um mercado que compense esse carbono que está sendo emitido em florestas, que compense em mecanismo de desenvolvimento limpo..." Uma lógica por meio do mercado.

Hoje, a grande constatação é que isso fracassou. Isso foi em 1997. Hoje, 15 anos depois, em Durban, constatamos que isso fracassou. Não deu certo ir por esse caminho do mercado. Entretanto, em Copenhague e em Cancún, os locais das duas últimas convenções climáticas, nós entramos por um caminho justamente contrário, de intensificar essas soluções de mercado.

Tive a tarefa, pelo movimento social, de estar presente em Copenhague. Na entrada do centro que recebia a convenção, havia um tapete vermelho e, no lugar de um toldo, havia uma pá eólica da Siemens. Era uma grande feira do capitalismo verde, de como se pode transformar a catástrofe ambiental em novas formas de acumulação, em novos potenciais de negócios. Não se discutiu na essência, com exceção da Bolívia, que, numa posição extraordinária, defendeu os direitos da mãe Terra, da Pacha Mama, e defendeu também o direito dos povos do mundo inteiro. Mas, com exceção da delegação da Bolívia, não havia voz para os interesses, para as necessidades da sociedade.

Fizemos uma marcha de 100 mil pessoas em Copenhague. Cem mil pessoas em Copenhague é muita gente. Uma marcha com várias forças, mas não fomos ouvidos. Em Cancún, a mesma coisa. O que se encaminhou? O filho do que era o sequestro de carbono, um negocio chamado Reed, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

Eu vim agora, segunda feira, de uma atividade em Belém. Hoje, as nossas comunidades indígenas estão sendo aliciadas por corretores ambientais para que vendam a sua floresta em contratos de 30 anos, para que essas florestas supostamente possam sequestrar carbono de grandes poluidores mundiais. E ver o relato daquela liderança indígena munduruku, que é a última comunidade que foi afetada por esses contratos de Reed, é chocante! Chega uma empresa da Irlanda, alicia a comunidade, chega por meio das escolas da comunidade indígena – não é nem com os caciques primeiramente –, oferece um contrato de US$4 milhões por ano para que a comunidade não produza mais sua roça, não faça mais suas caças, deixe aquela floresta por 30 anos reservada para que ela seja uma sequestradora de carbono. E há grandes contestações científicas de que isso sequestre ou não o carbono fóssil. E a comunidade, a liderança indígena não tinha a menor condição de analisar o contrato. Imagine! E foi procurar ajuda da assessoria jurídica da prefeitura. A assessoria jurídica da prefeitura analisando um contrato internacional! Então, é inescrupuloso o que está sendo feito. E isso não é só aqui. Na África, está havendo tomada de terra dessas populações por conta desses projetos de sequestro de carbono. Enfim, uma linha de mercantilização dos bens comuns, uma linha de mercantilização dos territórios.

Essa é a Convenção sobre Mudanças Climáticas. A Convenção sobre Diversidade Biológica, historicamente, foi uma convenção de resistência dos povos em defesa das florestas, em defesa justamen-te dos interesses indígenas, em defesa de que os indígenas tivessem os seus conhecimentos tradicionais reconhecidos.

Nós sediamos a Convenção sobre Diversidade Biológica em Curitiba, em 2006. Aquela convenção

foi a que barrou o *terminator*, a semente suicida dos trangênicos. Fez uma moratória internacional. Então, era uma convenção que ainda resistia.

Em 2008, em Bonn, na Alemanha, a convenção passou a fazer mesas junto com as grandes empresas petrolíferas, com interesse de acessaram à biodiversidade mundial. E agora, em Nagoya, no ano passado, onde houve a última Convenção sobre Diversidade Biológica, o G7, o grupo dos países mais ricos, encomendou ao executivo chefe do Deutsche Bank para mercados futuros – ou seja, àquele que pensa pelo Deutsche Bank; o que vai dar dinheiro no futuro –um estudo chamado Teeb, Economia de Ecossistemas e Biodiversidade. E ele passou a quantificar a natureza; ou, a polinização da abelha tem um valor hoje, transforma-se em mercadoria, e toda a natureza, toda a floresta, todo pedaço de terra vai poder ser quantificado, extraído em mercadoria para ser comercializado.

No nosso Código Florestal, que está sendo destruído no Congresso Nacional, o que o legislador, sabiamente, pensou como cota de reserva florestal, há muitos anos, em 1965, foi uma forma de fazer com que aquele que não tivesse condições de recuperar a Reserva Legal pudesse adquirir florestas na mesma microbacia, ou seja, naquele mesmo rio, resguardando a importância ecológica que essa Reserva Legal teria. Agora, no novo texto, criou-se a cota de reserva ambiental, em que o órgão estadual do meio ambiente é obrigado, em 30 dias, a anunciar na Bolsa de Valores, para ser comercializada na Bolsa de Valores. Nossas florestas serão os lastros de um novo ciclo de acumulação desse capitalismo financeiro que está levando o mundo à bancarrota. Essa é a lógica concebida nessas duas convenções.

Eu vou me manter dentro do tempo. Não vou ser menos do que a Moema ou a Nair. Vou me manter dentro do tempo.

Então, este é o nosso grande receio, que a Rio+20 seja a consolidação – não vai ser em termos técnicos, porque é num tempo mais curto do que essas convenções normalmente se realizam –, seja a legitimação dessa destruição da natureza, de uma nova forma de acumulação do capital.

Só para termos uma ideia, vejam do que trata o documento que o Pnuma lançou. Agora vai sair o *draft* zero da ONU, na semana que vem, mas o Pnuma lançou um documento, nos últimos meses, sobre a economia verde. Para entendermos o que de fato está por trás disso: "Uma economia verde, com o passar do tempo, cresce mais rapidamente do que a economia marrom, enquanto mantém e restabelece o capital natural. Um cenário de investimento verde de 2% do PIB mundial proporciona um crescimento a longo prazo entre 2011 e 2050".

Então, além de ser uma tentativa de adquirir os territórios, uma tentativa de adquirir domínio sobre a natureza, é uma falácia! Dois por cento do PIB mundial vai mudar alguma coisa no âmbito ambiental? Não é possível que estejamos falando sério de que isso vai refletir alguma coisa em um mundo que está à beira de um colapso ambiental.

A negociação de Doha é uma histórica negociação do neoliberalismo mundial para a agricultura: abrir todas as fronteiras do mundo para se negociarem as *commodities* sem restrições.

Este é um documento do Pnuma sobre a Rio+20: "As negociações atuais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio oferecem a oportunidade de promover uma economia verde. Uma conclusão bem-sucedida dessas negociações poderia contribuir para a transição para uma economia verde".

Nós não estamos falando, sinceramente, do que o mundo precisa, das necessidades da sociedade mundial, do que o povo do mundo inteiro precisa. A Via Campesina chama isso de falsas soluções. Essas não são as soluções de que a humanidade precisa; essas são soluções que intensificam o modelo que já foi exposto. Por exemplo: hoje, o crédito agrícola brasileiro tem uma linha de agricultura de baixo carbono. O Ministério da Agricultura tem o Programa ABC, de baixo carbono. Em síntese, isso é o quê? É recurso para fazer plantio homogêneo de árvore, ou seja, eucalipto, monocultivo de eucalipto, e para fazer plantio direto. Plantio direto, para quem não é da área da agricultura, é plantar sem revolver o solo. Quando se passa o trator para revolver o solo, o solo libera, na queima da matéria orgânica, uma série de gases de efeito estufa. Então, quando você não revolve o solo, de fato, você está fazendo uma atividade de bem menos impacto ambiental. Então, você planta na palhada. Essa é uma forma de plantar tradicional. Só que para o latifúndio, para a monocultura, o que acontece é que você passa um avião cheio de *Roundup*, cheio de glifosato, joga em cima da plantação, ela vira uma palhada, evidentemente, porque matou tudo, e aí você planta em cima dela. Isso é agricultura de baixo carbono. Aumentar o consumo brasileiro de agrotóxicos é fazer política de combate às mudanças climáticas.

Então, essas evidências são o que chamamos de falsas soluções. O que seriam as verdadeiras soluções, e o que nós defendemos? Nós não temos o que discutir. Nós já tivemos um processo, desde 1988, de tentativa de construção de um conceito chamado de desenvolvimento sustentável. Ele não serviu para nada! Ele serviu, pelo contrário, para confundir as coi-

sas. O que nós temos que trazer para um debate sério da Rio+20, para um palco como esse, são as questões fundamentais das quais a sociedade mundial precisa. Nós temos que trazer agroecologia; não agricultura orgânica, que foi tomada pelos grandes empreendimentos, mas agroecologia, que significa justiça social, que significa diversificação da produção, que significa circuitos curtos. Estávamos conversando sobre isso antes, na antessala: não é você produzir soja para mandar para a Austrália, para, na Austrália, o gado comer, e aqui, em Brasília, você comprar no *outback* uma carne australiana, porque ela é mais saborosa. Que é isso! Isso é um exemplo esdrúxulo, mas o arroz está todo segmentado no Rio Grande do Sul; o leite cada vez se concentra mais, enfim, a agroecologia é esse caminho das verdadeiras soluções.

É inadmissível que a reforma agrária seja tratada como uma política de compensação social. Reforma agrária é uma política econômica, é uma política territorial, é uma política de reengenharia de toda a urbanização, a urbanidade do País. Não há como solucionarmos o caso de São Paulo; não há como solucionarmos o caso das grandes metrópoles, se não discutirmos a reorganização geográfica da população e se não trouxermos as pessoas para a roça. Mas aí não é a roça do matuto, do jeca-tatu; é a roça com Internet, é a roça com condições de saúde, com educação de qualidade. É o campo da forma como ele tem que ser pensado, o campo moderno, o campo que nós pleiteamos.

Então, reforma agrária é uma resposta real, concreta, é uma verdadeira solução, soberania alimentar. Hoje, nossa alimentação está restrita a quatro tipos de alimentos: soja, batata, milho e trigo. Aqui, no Brasil, temos arroz, feijão, mas, se vamos para fora, não há arroz, não há feijão. É isso o que o mundo inteiro tem comido, em uma diversidade infinita de alimentos. E aqui, no Brasil, cada vez mais nos restringimos a isso. Se observarmos todos esses produtos que compramos, embalados, são basicamente soja. Gordura hidrogenada é soja. Basicamente existe essa matriz.

Então, soberania alimentar é a diversificação dos povos, é a comida tradicional, é a comida em quantidade. Nós não estamos fazendo um discurso idealista: "Vamos todos voltar para uma comunidade isolada". Não! Isto é desenvolvimento: agroindustrialização; produção de alimentos sadios, limpos; educação, que é a pauta da qual o Senador sempre trata, que é estrutural. Uma educação, de fato, voltada para uma nova sociedade; e não uma educação bancária, mercantilizada e cada vez mais voltada só para os interesses da reprodução do capital.

Para finalizar, nestes minutos que faltam.

Por isso, nós nos somamos a várias organizações na construção da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, que é contra a mercantilização da vida e a favor dos bens comuns, em defesa dos bens comuns.

Já temos garantia de acampamento da juventude, de acampamento de camponeses, de acampamento de negros e de negras, de acampamento dos indígenas, para transformarmos o centro do Rio – e vamos ficar ali, no Aterro do Flamengo, que é uma região central – e para discutirmos quais são as reais pautas da sociedade do Brasil e da sociedade planetária também.

É fundamental que não nos esqueçamos que o Brasil hoje, além da pauta da qual falei duas vezes, do Código Florestal, tem contradições profundas. O País que vai sediar a Rio+20 é o País de "Belo Monstro", que não se discute para onde vai a energia de Belo Monte! Para onde vai a energia? Trinta por cento – dados oficiais – da produção de Belo Monte, da tomadinha de Belo Monte, vai direto para a tomadinha da Vale, da CSN, da Alba, da Alcoa, que vão instalar-se na região. Direto! Nem leilão! Não há nem o privilégio do leilão. É direto. Financiamento público: R$19 bilhões do BNDES para isso. E nós estamos discutindo para onde vai a energia que o Brasil já produz? Que vai para onde? Para esses eletrointensivos que produzem alumínio para mandar para as grandes corporações automobilísticas devolverem carros que estão abarrotando nossas cidades.

Então, nós temos que evidenciar também, na Cúpula dos Povos, essas contradições, que não são exclusivas de um governo, mas contradições de um desenvolvimento do capital, de desenvolvimentos e interesses do capital.

Nós teremos um dia de mobilização mundial – que agora está se definindo com essa remodelação –, para sinalizar para os países que a sociedade do mundo inteiro tem seus interesses reais, concretos, e não esses interesses que nutrem esse plano estruturado.

Por fim, quero colocar a necessidade de debatermos como sociedade. Nós vamos ter, nesse espaço da Cúpula dos Povos, a Assembleia dos Povos, que vai tratar justamente desses eixos que a Moema trouxe: quais são as causas estruturais desses problemas ambientais; o que nós temos feito de concreto; e como, a partir da Rio+20, nós vamos continuar construindo esta sociedade, que é necessária para o Planeta e que poderá salvar o Planeta, os trabalhadores, os camponeses; e não salvar o capital, o que, na Europa, já se tem mostrado não ser a solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer muito aos três e dizer que, dos encontros que nós tivemos aqui, o de vocês

foi um dos que tomaram posições, vamos dizer, mais avançadas; salvo, junto com o de vocês, o do crescimento, que também foi uma posição mais de vanguarda.

Tivemos excelentes apresentações aqui, mas quase todas mais bem comportadas do que essas. E, ao serem mais bem comportadas, não avançaram como precisamos.

Eu queria fazer alguns comentários sobre cada um de vocês. Primeiro, a Moema. Ela trouxe a expressão dos limites do mercado. E isso permite – eu anotei aqui – analisarmos uma porção de outros limites, que forçam, o que você disse com clareza, a necessidade de um novo paradigma. Nós temos o limite ecológico. Então, o limite de ocupar o espaço físico. Nós temos o limite do conhecimento científico nas áreas sociais. A economia, como ciência, não é capaz de trazer luz aos problemas de hoje. A teoria econômica não é capaz de trazer luz. Ela está embotada não apenas pelo capital, pelo trabalho também, quando vemos a teoria econômica sem ética. Há limites políticos seriíssimos, porque a política é feita localmente e para o curto prazo da próxima eleição, e os problemas são planetários e de longo prazo. A política se esgotou como forma de trazer soluções. E um exemplo é o Código Florestal. O Código Florestal é uma obra-prima de política, mas não é o que precisamos. Por que uma obra-prima de política? Porque eles trabalharam naquilo a que chamamos de os limites do que é possível, mas abandonaram os limites do que é necessário. Ele está no limite do que é possível, mas não leva em conta o que de fato é necessário. E, na democracia tradicional, local e de curto prazo, eles fizeram o que era possível, mas não vão atender ao que precisamos daqui a 10 anos. Daqui a 10 anos esse Código Florestal estará rasgado, porque terá mostrado seu fracasso.

Nós temos o limite do crescimento. Não dá para crescer mais! Nós temos o limite do paradigma, e outra coisa na qual você também tocou: os limites da agenda. A agenda que foi colocada para a Rio+20 é limitada, é uma agenda acanhada, que não responde à necessidade do choque de paradigma de que precisamos. Daí a importância de vocês do movimento social. É lá que podemos romper nem que seja política e intelectualmente com esses limites. Nas reuniões de sete Estados não vamos conseguir romper. O próprio Obama disse: "Não há Presidente do mundo". Ou seja, nós temos que pensar é nos Estados Unidos! E cada um pensa no seu, porque a próxima eleição vai ser no seu país; não vai ser no mundo. Daí a esperança que eu tenho nos movimentos sociais. E, mais adiante, vou fazer proposta.

Quanto à Moema, eu gostei muito do que é que o mundo espera de nós. Eu acho que nenhum chefe de Estado está pensando isso. Ele está sentado lá, pensando "quantos votos eu vou ter com o que eu disser aqui"; e, ao mesmo tempo, "qual é a minha contribuição para o problema da economia verde, como dinamizar negócios do ponto de vista verde, no lugar da economia marrom, como é que eu vou governar melhor as coisas do mundo". Mas eles vão olhar para dentro: o que o mundo espera de nós, que vamos estar aí.

Eu gostei muito quando você foi enfática ao dizer que o modelo está falido, que esse modelo não serve mais. E um novo modelo é muito difícil sair de dentro do marco legal. Tem que sair de fora. É de fora para dentro que vêm as pessoas, e fora são os movimentos sociais.

Nós estamos caminhando bem. Eu tenho dito e devia ter trazido para distribuir para vocês um folheto que eu fiz dizendo que o Brasil está bem, mas vai mal. Está bem se analisarmos hoje. Hoje, estamos bem, porque continua crescendo, apesar de zero neste trimestre, mas vai crescer no ano que vem. Está bem porque tem uma política de assistência social extremamente generosa para os pobres, mas não vamos bem quando analisamos todas as consequências disso que está aí.

Eu gostei muito quando você trouxe de volta a ideia de uma taxação sobre o movimento de transações financeiras. Eu só agrego – quando vocês forem falar, se quiserem, toquem nisto – a ideia do que fazer com a taxa das mobilizações. Como usar o fundo? Temo que esse fundo termine sendo usado para atender problemas emergenciais. Dá problema nessa Chevron, aí vamos gastar dinheiro para consertar o estrago que a Chevron fez. Está havendo crise na Europa por causa do déficit da balança comercial da Grécia. Vamos usar isso para equilibrar as contas. Aliás, uma excelente ideia brasileira foi a taxa, nossa... Nem o IOF, porque não foi sobre as transações, mas sobre o cheque. O imposto do cheque tinha uma finalidade maravilhosa: saúde. No fim, para que serviu? Para criar um superávit fiscal.

Então, a taxa TOB tinha que vir junto com o uso. Eu tenho defendido que deve ser para a educação das crianças do mundo inteiro, um grande programa mundial de educação. Mas pode não ser só isso. Eu defendo isso, mas deve ser para outras coisas também, claro. Para a saúde, para resolver o problema da Aids no mundo, para financiar pesquisas, a malária. Então, o fundo tem que ter um uso.

Você trouxe para mim uma preocupação sobre a qual eu gostaria que você falasse. Gostei de você ter falado sobre o problema do emprego e do desemprego.

A solução para o desemprego não passa pela taxa de crescimento tradicional. Ela vai exigir uma intervenção nossa sobre o modelo científico e tecnológico, mas vai exigir também a ideia não apenas de empregar

mais, mas de dar mais tempo livre às pessoas. Não ao desempregado, porque o desempregado não tem um minuto livre. Ele está o tempo todo pensando no próximo emprego, andando de um lugar para outro, distribuindo currículo. Mas por que não reduzirmos a jornada de trabalho para gerar mais emprego? Só que isso – e aqui é uma provocação ao movimento sindical – passa, a meu ver, por duas coisas: uma é uma revolução educacional, para que toda vez que você reduzir a jornada de trabalho de uma pessoa haja outra com as mesmas qualificações para substituí-la. Hoje, se reduzirmos a jornada de trabalho – eu sou favorável –, no fundo, vão-se aumentar as horas extras dos mesmos trabalhadores. Vai ser um mecanismo de aumentar o salário, e não de reduzir a jornada. Além disso, não há como reduzir a jornada de todos – de alguns, sim – sem uma redução no nível de consumo desses, ou seja, uma redução na renda.

Então, temos que começar a valorizar o tempo livre, e não apenas a renda, não apenas o salário. Nesse ponto, nós – vamos dizer "nós" –, trabalhadores, que estamos no paradigma do consumo, no paradigma da renda, no do salário, reagimos à ideia de redução de consumo. Eu não estou falando do consumo das camadas pobres, não. Essas não têm para onde reduzir, essas têm que aumentar. Estou falando a partir de um certo nível, mesmo que assalariado. Então, a ideia do pleno-emprego tem que ser discutida junto com a redução da jornada de trabalho, o que passa por uma formação de mão de obra capaz de se substituir facilmente e pela necessidade de se reduzir a renda. Eu não estou dizendo que, para cada hora a menos de jornada, deve-se reduzir o equivalente a uma hora. Não. Deve-se reduzir mais horas proporcionalmente do que o salário. Mas, de qualquer maneira, tem que haver uma relação.

Quanto ao Luiz, quero dizer que gostei muito das suas colocações sobe o capitalismo verde. Não é a solução. É uma coisa que precisamos fazer. Claro! Tem-se que começar a substituir o combustível fóssil pelo combustível etanol, combustível verde, mas não é a solução com a continuação do aumento da frota de automóveis. Tem-se que mexer no padrão de transporte. E aí deve-se adaptar a indústria de carros privados para ônibus, para outros sistemas.

Eu acho fundamental tomar a sua ideia de que não fomos ouvidos nos diversos encontros. Nós, que digo, o movimento social. Ele tem que ser ouvido cada vez mais. Tem-se que brigar por isso.

O Código Florestal. Eu falei justificando o meu voto. O meu voto é porque o Código Florestal não pensou em como cuidar da floresta; pensou em como usar economicamente a floresta. Justificou-se proteger a floresta porque, se não protege, diminui, daqui a 20 anos, a produção de soja. Este verbo "usar" para o verbo "cuidar" muda toda a maneira como você encara o problema.

Não estou, com isso, dizendo que deveríamos fazer a moratória de florestas com desmatamento zero em todo lugar, mas deve-se mudar o conceito de "usar" para o conceito de "cuidar" dos recursos naturais, sem nos esquecermos de que, nós, gente, também somos importantes. E muito. Mas o conceito foi de como cuidar, e não de como de usar. Além disso, há mais uma vez aí os limites da política.

O Código feito inicialmente foi como uma árvore. Qual é o interesse dos produtores de maçã? Aí disseram: "Vamos colocar isso aqui para atender aos produtores de maçã". "O que fazemos para os produtores de soja no Mato Grosso? Vamos colocar isso aqui". O que fazemos... No fim, ficou uma árvore de interesses corporativos sendo atendidos, um retalho – camarão foi um setor que influiu muito –, em vez de se pensar como cuidar das florestas para que as próximas gerações as tenham. E como cuidar, fazendo com que a produção seja aquela de que nós precisamos. Mas aí, inclusive, mudando o padrão de consumo.

Eu gostei muito porque você lembrou os quatro alimentos. Eu não tinha essa visão. Você coloca carne e a soja. Então, no fundo, temos que mudar até o nosso padrão alimentício para nos adaptarmos à realidade.

Você lembrou que, para a economia verde, estão prevendo 2%. Eu tenho a impressão – não tenho aqui as contas – de que armas equivalem a 5% do PIB mundial. Então, o que são 2% dessa economia?

Gostei muito da sua expressão de falsas soluções e de que o desenvolvimento sustentável confundiu. Eu falo como Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Mas, de fato, em muitas coisas, nós viemos nos confundindo, dizendo: "Nós temos uma saída sem mudar nada." Nós criamos uma esperança, e uma esperança falsa. É uma falsa solução, você disse, e eu digo que é falsa esperança.

Bem, dito isso, já vou colocar o que penso aqui, antes do fechamento, embora, se for o caso, eu volte.

Primeiro, a ideia de um pessimismo em relação à reunião formal, que tem muito a ver com o que você falou e com o que vocês induziram. Eu não sou otimista quanto ao resultado da reunião formal. É ótimo que haja reunião. Qualquer que seja o resultado é melhor do que nada, mas eu acho que vamos ficar presos à economia verde, ao combate à pobreza e à governança, e não a novas esperanças, novas propostas. E aí vem o porquê de vocês estarem aqui, a importância do movimento social.

Uma coisa já existe, que é a Cúpula dos Povos. Eu acho fundamental que isso continue. E já há também a ideia do debate permanente.

A Rio+20 não pode terminar em junho de 2012. A Rio+20 tem que ser um processo, e não uma reunião. Como fazer esse processo, vocês sabem melhor do que eu, porque tem que ser um movimento social. E a minha pergunta é: como fazer o debate ser permanente?

O segundo é uma ideia – vocês aqui são todos jovens e vão achar que sou mais velho ainda – que propus em 1980, numa SBPC de Salvador para o Brasil. Naquela época nem existia essa coisa do mundo, a não ser o Clube de Roma, que o Heitor representa. Eu propus a criação de um tribunal para julgar os crimes do desenvolvimento, baseado no Tribunal Russell, do grande filósofo Bertrand Russell. Ele criou um tribunal para julgar os crimes no Vietnã.

Era um tribunal que não tinha juiz, um tribunal que não tinha lei, um tribunal que não criava nenhuma pena, mas um tribunal que dava um parecer ético sobre as coisas.

Aí eu propus, naquela época, a criação de um tribunal brasileiro, eu dizia, de gente de cabeça branca, respeitada, que pudesse dizer: "O que estão fazendo é errado".

Vamos pegar o caso de Belo Monte, que permite análises diferentes. Mas quem é que vai dizer, para provocar este País: "Está correto. Todo esse sacrifício de Belo Monte se justifica diante da energia". Ou vai dizer: "Isso é um crime. Não se deve fazer isso". Precisava haver um grupo que fizesse isso.

Eu me lembro que, naquela época, os crimes foram contra as etnias, manipulação de dados pela economia, o que se fazia muito, crimes ambientais e mais dois. Eu creio que poderíamos pensar nisso para o mundo; tentar, na reunião da Cúpula dos Povos, imaginar grandes figuras do mundo. Não vou citar nomes porque aí...

(Intervenção fora do microfone) – Gera ciúmes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não só isso. É porque vou esquecer muitos.

Quem é o Bertrand Russell de hoje, desses grandes que estão aí? Hoje é mais fácil até, porque o mundo ficou global. Se vocês pensarem, vocês vão ver gente que escreveu grandes livros marcantes. Só para dizer um, esse que escreveu *Indigne-se*, esse Hessel. Esse é um cara que pode dar um parecer. E há outras pessoas. O Mandela. É claro que os dois de quem estou falando têm mais de 90 anos. Mas não é possível que não tenhamos...

O SR. LUIZ ZAREF – É a ciência histórica.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É ciência histórica. É uma pessoa que, ao falar, todo mundo diz: "Caramba, tenho que me arrepiar diante disso".

Vamos tentar fazer esse tribunal.

E outro é uma ação, um movimento mundial de educação por um novo humanismo. Começar a colocar na cabeça das crianças a necessidade de olhar para a natureza de modo diferente, de olhar para quem está ao lado de uma maneira diferente, de olhar para o futuro de uma maneira diferente.

O Luiz citou os bolivianos. Há um poema, "Aymara", que acho fundamental. É um pouco desse novo humanismo e tem mais de dois mil anos. Eles dizem que uma pessoa só está em paz se tiver sete tipos de paz: o primeiro é uma paz para a frente, que é com o passado, porque eles dizem que o passado está em frente. É lógico que é, porque o passado a gente vê, o futuro está nas costas. Mas nós, ocidentais, tão arrogantes somos que dizemos que o futuro é que está na frente. Então, eles dizem: "Tem que haver paz com o passado; não pode haver remorso. Quem tem remorso não está em paz". Tem que haver paz para trás, com o futuro. Quem tem medo do que vai acontecer amanhã não está em paz. Tem que haver paz para a direita, com os vizinhos, o que, no mundo de hoje, é o Planeta. Tem que haver paz com o outro lado, a esquerda, que é a própria família, que é a cidade. Não adianta estar em paz com o Planeta se não está com a cidade; não adianta com a cidade se não está com o Planeta. Tem uma paz para baixo, que é com a terra, com a mãe Terra, a *Pacha Mama*, que é a ecologia. Tem que haver paz para cima, o que, para eles, são os deuses, são os espíritos, são os antepassados; e com a história, se quisermos ser materialistas. E a sétima é para dentro, é uma paz consigo mesmo.

Precisamos passar isso para as crianças de hoje; precisamos passar para elas essa ideia de humanismo não arrogante, de humanismo em que seja possível fazer a revolução da mentalidade de que precisamos.

Uma coisa que poderemos ter lá, que se está construindo, é um instituto dentro da família da Universidade das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, para pensar o futuro, para pensar o progresso diferente de que a humanidade precisa, para pensar esse novo humanismo.

Isso já foi decidido na última reunião do Conselho da Universidade das Nações Unidas, semana passada, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministro Mercadante é quem está conduzindo isso pelo lado do Governo brasileiro.

Se nós deixarmos esse legado e não virar um instituto careta, porque há esse risco também, se não ficar encastelado, esse poderá ser um bom legado da Rio+20.

E, para concluir, eu quero oferecer a vocês, que poderão dar as suas respostas nos comentários que quiserem fazer, todo apoio que pudermos dar aqui para ajudar em articulações que vocês queiram fazer, de agora até junho, para, a partir daí, construir-se um movimento permanente. Vocês podem contar comigo. Em nome do Senado todo eu não falo, mas falo da parte que me cabe, de duas subcomissões que presido, porque são duas subcomissões Rio+20: esta, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e outra na Comissão de Mudanças Climáticas. Então, a partir desses dois lugares, eu me ofereço. Quando vocês quiserem fazer uma reunião aqui, que é transmitida pela televisão, podem contar conosco, porque a grande reunião Rio+20 não vai ser aquela que veremos em junho; vai ser a que vai começar em junho. E essa vai depender, sobretudo, de nós.

Era isso o que eu tinha para colocar e passo a palavra a cada um de vocês para fazer os comentários que quiserem sobre o que eu falei, sobre o que os outros falaram e para se despedirem.

Muito obrigado a cada um de vocês, que deram grande contribuição para o pensamento que precisamos construir para o futuro do Brasil e do mundo. (*Palmas*.)

(*Interrupção do som*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Luiz.

O SR. LUIZ ZARREF – É sempre bom diversificar.

Bom, Senador, acho que a sua síntese extrai de fato as coisas fundamentais que todos nós trouxemos aqui, mas há uma questão de que me esqueci de falar também e não trouxe aqui, mas é interesse.

Às vezes, quando fazemos essa construção, essa nova engenharia desse capitalismo verde, algumas vezes somos acusados, em alguns espaços, de teoria da conspiração, de exagero. Mas, quando vemos algumas instituições anunciando, vemos a consolidação disso. O Banco Mundial já se pronunciou claramente: "Precisamos fazer do mercado de carbono e do mercado da biodiversidade um mercado, de fato, consistente".

Então, há interesses por trás disso, e sabemos muito bem. No Brasil, várias tragédias se transformaram em indústria. A seca se transformou, na realidade, numa indústria da seca, quando a população que lá estava convivia com o semiárido, e deveria ter incentivos para saber – saber eles sabiam – ou para consolidar a sua convivência com o semiárido. E, na realidade, produziu-se toda uma estrutura que beneficiou muito poucos. Isso é importante só para consolidar.

Quero trazer algumas questões pontuais, porque o debate vai se manter não só aqui. Espero que o Senador também se sinta convidado a comparecer na Cúpula dos Povos para estar conosco não só como convidado de honra, mas como intelectual do povo brasileiro, não das elites, mas do povo, da classe trabalhadora, camponesa, para construir conosco essas possibilidades concretas.

A redução da jornada de trabalho é uma pauta que o Movimento Sem Terra e a Via Campesina também apoiam fervorosamente. E é interessante pensar o tempo livre, que não é apenas para o trabalhador se conscientizar do que fazer no tempo livre, mas de ter condições de utilizar esse tempo livre, de ter qualidade nessa vida que vai ter no tempo livre. É dispor de alimento sadio para ele ter mais energia, para ele ter prazer em se alimentar, e não se sentar e comer em seis minutos, em dez minutos, deglutir, mas ter passe livre para circular. Hoje os trabalhadores são proibidos de circular, porque é proibitivo circular. É ele ter acesso a museus, a parques, a questões culturais bastante evoluídas. Isso constrói a consciência crítica, isso possibilita que as pessoas tenham uma reflexão crítica, juntamente com essa educação humanista.

Agora, é fundamental que não nos esqueçamos desse fervor que tem vindo das ruas da Europa e dos Estados Unidos. Não é só a construção de uma consciência crítica do nosso lado. Tem que haver uma ação direta dos Estados nacionais, da sociedade, do mundo contra as elites. Tem que haver taxação de grandes fortunas, tem que haver controle de consumos exorbitantes. Se não houver isso, nós vamos fazer a nossa parte, mas a elite vai continuar resistindo contra a gente.

Essa noção dos 99% que os indignados trazem, que o *Occupy Wall Street* traz é uma noção daqueles que estão à parte do que a elite construiu no Planeta. Então, isto nós precisamos ter claro: precisamos fazer uma construção obviamente humanista, de educação, de consciência crítica, mas uma parcela da população do mundo não vai aceitar isso; e essa parcela precisa ser regulada, precisa ser controlada. Isso é fundamental.

É fundamental o que o senhor falou do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável criou uma esperança. Na verdade, ele aglutinou uma esperança de uma sociedade que já via naquela época, quando a camada de ozônio já estava começando a se apontar, os colapsos ambientais que se anunciavam. Então, é fundamental que nós resignifiquemos isso, essa esperança não com um novo artifício agora para o futuro, mas com construções concretas.

E eu termino colocando isto: estávamos conversando na antessala também sobre aquele senhor barbudo, do séc. XIX, dois séculos atrás, que tinha as suas limitações históricas evidentes, mas, no final da vida dele e nos últimos livros infelizmente ainda não traduzidos, nos últimos rascunhos, ele traz elementos que mostram que ele começou, no final da vida, a

perceber a alienação do ser humano com a natureza. Essa categoria ele começou a trabalhar, ele começou a estudar profundamente geologia, ele começou a estudar o colapso da agricultura na Inglaterra, que começou a fazer guerra, que começou a vir com seus navios para o litoral do Pacífico atrás do guânamo, que é o cocô das aves do Pacífico, porque a alienação do ser humano com a natureza levou a uma agricultura industrial que acabou com os nutrientes do solo inglês. Eles tiveram que trazer navios e navios de cocô de pássaros das ilhas do Peru para levar para aquela lógica! Era adubo. E essa lógica da separação ser humano/natureza, que o campesinato feudal tinha – o campesinato feudal tinha toda uma lógica de inserção ser humano/natureza – levou ao grande fedor – e Marx cita isso –, que foi a época em que o Tâmisa parou o Parlamento inglês de tão fedorento, porque todo aquele nutriente que virou esgoto era usado pela agricultura camponesa num ciclo constante.

Precisamos retornar essa relação com a natureza. Não é o uso econômico destrutivo, mas é o cuidado. O cuidado não é cercar a natureza, colocar a cerca e deixar, mas é o ser humano jogando agrotóxico, fazendo monocultura de um lado, ficando na cidade e comprando no mercado. O cuidado é resgatar essa relação com a natureza. Uma relação que a ciência ainda está longe de entender, porque trabalhou esse tema durante muito tempo como mágica, como mística, como encantamento dos camponeses, dos indígenas, dos povos tradicionais, e, na realidade, isso é a ciência construída na história dessas populações.

Acho que é essa é uma grande construção que podemos fazer. É uma construção anticapitalista, é uma construção radical, é uma construção de relação do ser humano com a *Pacha Mama*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Luiz.

Passo a palavra a Nair.

A SRª NAIR GOULART – Estou inteiramente de acordo com as três sugestões que o senhor apresentou. Essa questão da Rio+20 é um processo que não termina na Rio+20. Temos que pensar o pós. E nós já vínhamos discutindo isso há muito tempo, desde depois da Rio92, e muito antes já havia uma preocupação muito grande. Nós, que somos trabalhadores, até parece que a nossa agenda está um pouco separada dos ambientalistas. Acho até que, durante um período, essa coisa ficou meio separada, como se debater a proteção, a questão do meio ambiente fosse uma coisa dos ambientalistas, que o resto, movimento sindical, movimento social, movimento de mulheres não tivesse a ver com isso. Acho que, cada vez mais, há um processo de conscientização, de empoderamento da sociedade civil em relação à preocupação com este tema. Acho que entender isso como um processo é fundamental para nós. Significa que nós vamos dar tudo de nós para mobilizar a sociedade, fazer essa discussão, esse debate em todos os segmentos em que atuamos.

E o movimento sindical, acho que cada vez mais vem incorporando e entendendo essa dimensão do capitalismo, que somos nós, como trabalhadores. Somos nós, como trabalhadores do campo e da cidade que entendemos e que sofremos com muito mais intensidade; talvez alguns setores da sociedade. Talvez haja pessoas que não percebam, que estejam maravilhados com dois carros garagem. É uma coisa fantástica! "Não tenho só um. Tenho dois". Com esse modelo, muitas vezes os trabalhadores também se encantaram. Muita gente se encantou, mas sem se perguntar, sem ter essa dimensão, que nós precisamos dar, desse modelo, que não vai suportar nas nossas grandes cidades.

Olhamos o Brasil e percebemos que o nosso desenvolvimento está na costa, nas grandes cidades, onde há grande concentração. E essas medidas são predatórias, destruidoras do nosso campo, da nossa vida, porque há pouca percepção do mal que essa política tem feito à nossa sociedade.

Também concordo com o senhor sobre essa proposta. É uma boa proposta o tribunal mundial, o tribunal ético. Esse tribunal pode ir nessa mesma direção.

Da mesma maneira, o senhor é uma referência na defesa da educação, e não é de palanque, não é como político que o senhor o faz. O senhor o faz como experiência. Eu me lembro muito bem que o senhor foi uma das pessoas que me influenciaram, na minha conscientização da questão dos males do trabalho infantil, na questão do mal que a nossa sociedade provoca, no empobrecimento gerado na hora em que as crianças estão fora da escola, não só pela questão intelectual, mas pelo direito, pela cidadania e pelo conhecimento. Então, isso nós conhecemos. E acho que a proposta que o senhor faz é muito coerente.

Não sei se entendi direito, mas quero deixar claro que a nossa visão sobre a redução da jornada de trabalho, Senador, a nossa campanha aqui, a visão do movimento sindical internacional pela redução da jornada de trabalho é pensando nessas dimensões: do tempo livre, do tempo para educação e para a possibilidade de geração e para a possibilidade de novos trabalhadores, de mais gente que está fora do mercado de trabalho para que possa trabalhar. Nós somos contra redução da jornada, é lógico, para aumentar hora extra.

Nós somos contra a hora extra porque a hora extra não é salário. Ela engana as pessoas. Eu sei, mais

do que ninguém, que o trabalhador faz as contas, "eu ganho tanto", mas ele não ganha aquilo. Corta. O empresário só usa o trabalhador quando lhe interessa. Hora extra não é salário. Então, além de tirar o emprego do outro, ele também cria uma falsa ideia de que ele tem um salário melhor, quando, na verdade, o salário real é o salário que ele ganha pelas horas trabalhadas.

Então esse conceito, tanto da hora extra como da redução dos salários, que o senhor está colocando, só se for dos grandes salários, porque aqui, no Brasil, o nosso salário ainda é muito baixo, dos trabalhadores em geral. Claro que há trabalhadores qualificados. Tem gente, nesse mercado, que está ganhando mais do que em outros, com esses bônus, especialmente no setor bancário, que são os que mais ganham; mas não são os trabalhadores, os bancários que estão ganhando bem no Brasil, não são os metalúrgicos que estão ganhando bem. Estão ganhando bem os engenheiros, aqueles que estão no topo dessas categorias, dessas carreiras. Estes, sim, estão ganhando salário. E aí, é claro, estão com quatro salários. Não são só dois carros, não; são quatro, com barcos. Eu vejo isso na Bahia, que é o Estado das contradições. Você vê pessoas bilionárias, e 90% da população, na pobreza.

Então, é por esses que estou lutando. Eu quero redução da jornada para que mais trabalhadores possam ter direito a um emprego, ter direito a estudar, a ficar com a família, ou a passear, ou a ficar no ócio, ou a fazer o que for, que a burguesia sempre pôde, teve direito, e nós, trabalhadores, não temos direito ao ócio; não temos direito, aliás, temos até obrigação.

Quando você ia descansar – eu sou metalúrgica, e isto sempre me chamava muito a atenção –, quando você ia tirar férias, era muito comum o pessoal dizer: "Vai vagabundear". "Não, não, não vou vagabundear, não; eu vou fazer a reforma na minha casa". Como se nós, trabalhadores, tivéssemos a obrigação de trabalhar o tempo todo e não pudéssemos ir ao cinema, não pudéssemos ficar numa rede. Por que não podemos? Só a burguesia tem o direito ao ócio? Só a burguesia pode descansar, e nós, trabalhadores, temos que trabalhar o tempo todo da nossa vida?

Então, isso é até uma questão cultural. As férias, para nós, seriam como uma pena, que muita gente... Bom, também tem a questão do desemprego, e muita gente fica ali, principalmente querendo cortar direitos, porque nós custamos muito caro, existe a folha, o trabalhador tem muito direito, férias. Daqui a pouco, vão querer fazer igual a alguns países, em que o trabalhador não tem direito a férias, como, por exemplo, nos Estados Unidos. Lá, o trabalhador não tem nenhum direito, a não ser que tenha sindicato e acordo coletivo de trabalho. Como a maioria das empresas não permite a sindicalização, nos Estados Unidos, muitos trabalhadores americanos não têm direito a férias, não têm 13º, não têm muitas conquistas sociais que nós já temos.

Portanto, só esclarecendo isto: a nossa redução da jornada, para nós, é sem redução de salário, exatamente porque entendemos que o nível da distribuição de renda no Brasil ainda é muito baixo, e os salários são muito pequenos.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ou seja, não tem como abaixar.

Moema, por favor.

A SRª MOEMA MIRANDA – Mais uma vez, quero agradecer pelo debate, pelas suas observações e dos companheiros da Mesa.

Então, já que o Zarref começou a provocar, com aquele antigo barbudo, vamos provocar no que temos que aprofundar além do barbudo.

Farei duas ou três ponderações em relação ao que o senhor falou.

Acho que a questão da política hoje é vital, essencial, a política como ação humana de ação e reação e de construção do próprio mundo. Da *polis*, do espaço, da reflexão; e como ela, nós últimos anos, foi "desempoderada". Então, não foi só nos quatro anos e não foi só no Brasil. Vejamos o que aconteceu na Espanha, por exemplo, depois de um movimento importantíssimo, como o Movimento dos Indignados. Os partidos que expressam isso estão em completa falta de sintonia com os movimentos das ruas. A forma como capturamos, sequestramos e profissionalizamos a política limitou-a a esses espaços eleitorais. Ela hoje precisa ser construída e avançada.

Democracia é esse processo em que, cada vez que atingimos o bom, vê-se que temos que atingir o ótimo, temos que ir mais adiante. Acho que os processos participativos que tivemos, que ainda devem ser aprofundados, são formas sobre as quais teremos que pensar, ou seja, as novas ágoras e as novas formas participativas, que recuperam possibilidades de uma ação política construída coletivamente.

Acho que esse é um enorme desafio, um desafio para a esquerda. Certamente, a direita está muito bem, obrigada, com esse formato que está aí. Mas acho que, inclusive para nós, da esquerda, na medida em que nos institucionalizados e que também tivemos acesso aos cargos eletivos positivamente, é uma tarefa fundamental para a política continuar sendo um espaço de transformação. Se não a política vai passar a ser, a política formal, um espaço, única e exclusivamente, de conservação do *status quo*. Então, como é que conseguiremos construir o espaço da política

como espaço de transformação? Esse é um desafio de reflexão fundamental.

A outra questão que eu gostaria de acrescentar, indo um pouco na linha do que o senhor falou e depois o Zarref, é a questão do humanismo. Acho que foi o senhor que usou o termo "humanismo mais humilde". Acho que talvez esse seja o caminho e principalmente uma ruptura com a ideia de antropocentrismo. Hoje, os povos indígenas das Américas, tanto quanto os camponeses, mas talvez de uma forma mais radical do que os camponeses, colocam para nós a fundamental conexão entre nós, seres humanos, e aquilo do qual somos parte. Essa é a divisão da sociedade e da natureza. É a divisão típica de uma construção eurocêntrica ocidental. Ela precisa ser superada no caminho da reconexão, da reconexão de todas as formas de vida. O ser humano, esse ser vivente, que é humano, a menos que se reconheça como parte de alguma coisa que o transcende e da qual é parte – e, portanto, ele recebeu para cuidar e não para destruir –, não vai superar. Essa concepção, que eu acho tão bonita, e que os povos indígenas e religiosos trazem, é a de que este Planeta é a nossa Casa, nosso espaço comum, aquele espaço do qual devemos cuidar. E devemos cuidar com a concepção e com a percepção da não superioridade do ser humano com relação a todas as outras formas de vida; então, como é que nós nos reconectamos e recriamos a concepção de dependência em relação às formas de vida. Daí o nosso respeito profundo a todos os seres viventes. De novo, a ideia dos povos indígenas, que eu acho tão bonita, do bem viver; como é que você cria uma forma de vida que não é a de viver melhor ou a de ter mais, mas a de viver bem, do viver em harmonia e em conexão. Acho que essa é uma ideia extremamente importante. Aí, Zarref, com o maior respeito, acho que o marxismo, por mais que eu tenha também uma origem marxista e hoje seja mais crítica com relação a isso, prestou um grande desserviço. Talvez o Marx já tivesse muito gagazinho quando produziu uma reflexão consistente sobre isso. De fato, Marx olhou para a América Latina como absolutamente subdesenvolvida e teve uma concepção...Para a Ásia também. Então, era todo mundo em um caminho progressivo e adiante em que a Europa era o centro. Tudo o que veio antes era atraso e precisava ser superado, pois o socialismo era uma etapa superior ao capitalismo. Acho que, hoje, o que os povos e as populações tradicionais em todo o mundo estão demonstrando é que, ao contrário, nessas conexões profundas é que está o caminho das verdadeiras condições de vida no nosso Planeta.

Então, acho que os povos indígenas, os povos tradicionais da África, da América, nós temos que ser escutados numa nova dimensão, mas não só eles. Temos que pegar em todas as tradições religiosas ou em muitas tradições filosóficas a ideia convivialidade, a ideia do respeito mútuo. Eu acho que, então, avançar no sentido da reconexão é fundamental. E aí, claro, toda teoria do cuidado.

Último ponto.

Eu acho que a questão da pobreza se transformou em outro desses gargalos nos quais nós nos impressamos. Eu trabalho no Ibase, uma organização criada pelo Betinho, e o Betinho dizia: "Eu odeio a pobreza, mas amo os pobres". Então, como se faz para essa superação?

Aí, eu acho que a questão hoje fundamental é a da desigualdade. Se continuarmos nessa armadilha do enfrentamento da pobreza sem nos conectar com os acúmulos absurdos, que são os que geram permanentemente a situação de empobrecimento, enquanto se tem uma situação de acumulação – nisso, concordo totalmente com o Zarref –, não é possível que tenhamos os níveis imorais de acumulação – você também citou, não é Nair? –, os níveis absurdos de consumo de luxo que, em todo o mundo, crescem e que só são possíveis porque é tornada legítima a ambição desmesurada.

Então, a falta de mesura na ambição e na possibilidade de consumo e de consumo exagerado e de consumo de luxo precisa ser completamente deslegitimada e enfrentada no que for possível, em todas as formas. Que os pobres desejem viver como os ricos e que os ricos desejem viver como os bilionários, essa concepção de que a felicidade se instala no ter precisa ser desconstruída, enfrentada, mas também deslegitimada do ponto de vista do desejo das pessoas.

Então, muito obrigada pela promoção desse debate.

Última coisa. Juro. Acho a ideia do tribunal fantástica. Nós já tentamos produzir alguns deles. Já estivemos juntos em alguns desses tribunais, mas acho que precisamos ter, talvez, um tribunal de mais alto nível.

Então, Zarref, com muita alegria, incorporamos essa proposta, e gostaria de fato de convidá-lo para construir esta como uma proposta que possa ter esse nível de excelência para ser um tribunal que, de fato, seja ouvido.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer muito à Nair, à Moema, ao Luiz, por termos feito esta reunião, a última deste ano e que, a meu ver, pode ser a primeira de um tempo novo, em que saímos do debate puramente acadêmico e entramos num debate mesmo de

intervenção no processo, não só da Rio+20, mas no processo de civilização.

Agradeço e dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 18 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 16 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (1ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 1º DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 19:30 HORAS, SALA Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos do dia primeiro de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Presente o Senhor Senador **Rodrigo Rollemberg**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições a Senhora **Simone Mamede**, membro do Comitê Sul-Matogrossense para a Rio+20; a Senhora **Antônia Osória da Silva**, membro do Comitê Facilitador do Rio de Janeiro para a Rio+20; e o Senhor **Pedro Piccolo**, membro do Comitê Facilitador do Distrito Federal para a Rio+20. O Senador **Rodrigo Rollemberg** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte e uma horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada um e a cada uma.

Obrigado pela presença nesta reunião que tem horário diferente do normal, das 18h. Tivemos de fazê-la às 19h30.

Desde já, declaro aberta esta 3ª reunião conjunta referente à 1ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas em conjunto com a 1ª reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater o tema Comitês Facilitadores da Sociedade Civil dos Estados e a Rio+20.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, que já aproveito para convidar a compor a mesa: a Srª Simone Mamede, que é membro do Comitê Sul-Matogrossense para a Rio+20; a Srª Antônia Osória da Silva, membro do Comitê Facilitador do Rio de Janeiro para a Rio+20; e o Sr. Pedro Piccolo, membro do Comitê Facilitador do Distrito Federal para a Rio+20.

Como creio que muitos sabem, a Rio+20 terá dois grandes eventos juntos: o evento formal, legal, dos chefes de Estado e de governo, das entidades estatais; e uma reunião paralela – ou muitas paralelas – da sociedade civil. Diversos grupos vão organizar-se e estar presentes.

Eu, pessoalmente, tenho mais otimismo em relação ao trabalho desses encontros paralelos do que do próprio encontro dos chefes de Estado. E é nesse sentido que hoje estamos trazendo aqui pessoas que representam essa sociedade civil, que representam esse movimento que vai além daqueles poucos dias que vamos ter, no Rio de Janeiro, em junho deste ano.

Quero informar a cada um dos convidados que estamos reservando um tempo de quinze minutos, mas não se preocupem, se se estenderem um pouco. Não vamos ficar cortando o tempo. E, após a exposição dos três, abriremos a palavra para aqueles que queiram fazer perguntas, inclusive, eu próprio.

Vou começar a exposição, sugerindo à Simone Mamede que faça a sua apresentação. Está bem que comece por você?

Ah, tinham combinado. O Pedro prefere começar. Pode, sem nenhum problema.

Combinaram, então: primeiro, o Pedro, depois você, depois a Antônia.

O SR. PEDRO PICCOLO – Podemos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Podemos.

O SR. PEDRO PICCOLO – Bem, boa noite a todo mundo.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador o convite, a disposição de abrir um espaço aqui, para a sociedade civil manifestar-se em relação ao que está fazendo.

É uma iniciativa bacana, porque o que realmente está no foco da mídia, o que está sendo mais noticiado é a parte mesmo oficial, o processo oficial do encontro da Rio+20. Nesse sentido, acho a iniciativa da audiência pública louvável.

Sou membro do Comitê do Distrito Federal para a Rio+20. Primeiramente, gostaria de falar um pouco sobre uma diferença que existe em relação aos Comitês Estaduais e ao Comitê Nacional, que são processos diferentes.

Organizando a Cúpula dos Povos, existe o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, cuja sigla é CFSC. É esse comitê que está agregando dezenas de entidades, redes, movimentos sociais e que está organizando a Cúpula dos Povos.

Junto desse processo da sociedade civil, há os Comitês Estaduais de Mobilização da Sociedade Civil para a Rio+20. Entre eles, os que já estão articulados nessa rede que a gente montou dos Comitês Estaduais, há o Comitê de Santa Catarina; o Comitê do Paraná; o Comitê Paulista; o do Rio de Janeiro; o de Minas Gerais, que está começando também; o de Mato Grosso do Sul; o de Pernambuco; o do Distrito Federal; o de Rondônia. E sei também de alguns outros Comitês que estão começando, por exemplo, o da Bahia. Cada um desses Comitês está em um nível diferente de organização; alguns são mais antigos. O Comitê Paulista e o do Rio de Janeiro, por exemplo, são mais antigos.

O Comitê Paulista, por exemplo, já está com *site*, já tem perfil no Facebook, já tem Twitter, já realizou várias e várias reuniões. Acho que mais de mil pessoas já passaram por todas as reuniões que ele organizou.

O Comitê de Santa Catarina também está bem organizado; o Comitê Paranaense tem um caráter um pouco diferente, que é uma composição Governo do Paraná e sociedade civil paranaense. Então, cada Comitê está num estado diferente de organização e também tem uma dinâmica própria de organização.

Qual é a avaliação que a gente faz de por que esses Comitês Estaduais são uma iniciativa bacana e louvável de estar acontecendo? Uma das coisas bastante perceptíveis em relação à Rio+20 é que o grosso da população não está a par, não está por dentro do que está em jogo nesse processo da Rio+20.

Ontem mesmo, eu estava numa reunião no Rio de Janeiro, sobre uma articulação que as entidades socioambientalistas estão organizando, estão fazendo para a Rio+20. E, no Rio de Janeiro, que é a cidade-sede, conversei com algumas pessoas na rua, com taxistas, e o pessoal não está sabendo que é a Rio+20. Ouviu falar de longe, mas ninguém sabe o que é a Rio+20. Todo mundo sabe da Copa do Mundo, das Olimpíadas, mas, na Rio+20, que vai discutir o futuro do planeta, da humanidade, pouquíssima gente está sabendo do que de fato está em jogo.

Nesse sentido, os Comitês Estaduais têm um ponto muito positivo, o de trazer a capacidade, a possibilidade de "capilarizar" a mobilização da sociedade rumo à Rio+20, porque, no Comitê Nacional, o Comitê Facilitador, aqueles que dele estão participando são as entidades que já têm um histórico, que já têm uma trajetória de militância, de organização. Então, eles já têm o seu público mobilizado.

Agora, há muita gente da sociedade civil que até tem interesse em participar, que quer participar, mas que, se não sabe como, sente-se distante do processo. Então, os Comitês Estaduais têm essa possibilidade de trazer maior capilaridade para o processo de mobilização da sociedade civil rumo à Rio+20.

Esse é um ponto bastante positivo, que a gente avalia que os Comitês Estaduais estão trazendo para esse processo.

Os Comitês Estaduais estão vindo num contexto em que a sociedade civil está avaliando que a Rio+20 vai trazer poucos acordos efetivos no sentido mesmo daquilo que a gente acha que o século XXI precisa; no sentido de que os governos, a população, a sociedade civil tenham regras que deem um direcionamento para onde o planeta e a humanidade vão caminhar no século XXI.

Então, existe uma avaliação bastante generalizada da sociedade civil, de uma baixa expectativa com relação ao encontro oficial da Rio+20. Então, vários movimentos, organizações da sociedade civil estão vendo na Rio+20 não a possibilidade de um acordo efetivo entre governos que vão mudar mesmo o patamar de convivência com o planeta; estão vendo a possibilidade de encontro de convergência da sociedade civil, para que ela mesma se fortaleça e discuta as alternativas propostas, que já existem, que já acontecem na prática – para que a sociedade civil se fortaleça.

Então, os Comitês Estaduais vêm também nessa conjuntura, nessa avaliação de que a Rio+20 deve ser aproveitada, para que a sociedade civil se fortaleça mesmo como sociedade civil e para que nós, juntos, antes, durante e pós Rio+20, fiquemos mais fortes para apresentar propostas de um outro mundo possível.

Em relação a como os Comitês Estaduais estão organizando-se, observando os documentos que cada Comitê Estadual produziu, o projeto de cada um dos Comitês, a gente encontra alguns pontos em comum.

Alguns deles são os seguintes: a Rio+20 traz este debate macro do que está acontecendo no planeta inteiro, e os Comitês Estaduais estão com a perspectiva de, a partir do debate que está colocado em nível macro, em nível mundial, ONU, a gente olhar para esses temas que estão sendo debatidos em nível macro, em nível mundial, mas olhar esses temas localmente. É um ponto em comum dos comitês estaduais.

Outro ponto é que os comitês estaduais estão fomentando a criação de outros comitês estaduais e, também, de comitês regionais municipais. É uma prática que os comitês estão buscando ter.

Os comitês, também, em todos os espaços que sejam do governo federal ou do governo estadual estão abrindo para que a sociedade civil se manifeste. Os comitês estaduais estão participando, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com a Secretaria-Geral da Presidência da República, está organizando os diálogos sociais rumo à Rio+20, os comitês estaduais estão participando desses diálogos.

Um outro ponto que eu acho bastante importante é esse planejamento pós Rio+20. A Rio+20 vai ser um evento, vai ter uma data para acontecer. Muito do que está acontecendo direcionado à Rio+20 vai acabar na Rio+20, mas todos os comitês estaduais estão discutindo como aquela mobilização, que está acontecendo nos Estados e nas regiões, não acabar na Rio+20, mas que, mesmo pós Rio+20, ela continue acontecendo.

Um outro ponto que acho bacana, também, é em relação às metodologias que os comitês estaduais estão adotando para se organizar, que são todas baseadas em metodologias inovadoras.

Aqui, no comitê distrital, por exemplo, a gente está usando uma metodologia chamada, em inglês, *dialogue global framework*, que foi uma metodologia desenvolvida na Suécia, que traz uma outra perspectiva para a organização, e também há as ações que os comitês estaduais estão organizando, que são ações inovadoras, porque muito do que é comum acontecer nesse tipo de processo político é a mesa na frente, algumas pessoas à mesa, na frente, falando, e as outras pessoas que estão na plateia participam ouvindo.

A gente quer organizar esse processo de uma maneira diferente, dialógica, participativa e com ações inovadoras também, no sentido de ir conversar com a população, seja em parques... Temos a iniciativa, aqui, da Bicicletada. O Phillip, eu acredito, vai falar depois.

Então, os comitês estaduais estão promovendo essas iniciativas inovadoras também, uma outra maneira de organizar, de fazer a política.

O comitê distrital, somos um comitê um pouco mais recente. Nosso lançamento formal se deu no início de fevereiro. A conversa para organizar o comitê distrital vem desde o ano passado. Já tem alguns meses, mas a gente se lançou, mesmo, formalmente, agora, no início de fevereiro. A gente só teve duas reuniões até agora.

O comitê distrital foi uma iniciativa do Fórum de ONGs Ambientalistas do DF e Entorno, com o apoio do Movimento Nossa Brasília, que está nessa rede das cidades justas e sustentáveis.

Os objetivos que estão colocados pelo comitê do Distrito Federal são os seguintes: mobilizar a sociedade civil do Distrito Federal para ela participar do encontro da Rio+20 lá no Rio de Janeiro. Para aquelas pessoas e grupos que não conseguirem ir até o Rio de Janeiro participar, a gente organizar, também, eventos aqui no Distrito Federal, aqui em Brasília, para que essas pessoas também tenham essa possibilidade de participação.

A gente também está buscando difundir o máximo de informações sobre o que está em jogo na Rio+20, as temáticas que estão colocadas em jogo.

Aí, dessas reuniões que a gente organizou, várias expectativas, várias visões, várias esperanças surgiram. Vou citar só algumas delas.

Acho que nem tudo vai conseguir ser realizado nesse processo de mobilização até a Rio+20, mas, como eu disse, já, a nossa expectativa é de que a Rio+20 seja aproveitada pela sociedade civil como um momento, uma oportunidade de a sociedade civil se fortalecer, para que as ações que já existem e outras ações inovadoras, novas, possam adquirir força para começar.

Algumas expectativas que surgiram foram as seguintes, e eu vou ler, aqui: a conservação do Cerrado, e a gente sabe que o Cerrado, dos biomas brasileiros, hoje, é o que está mais sendo devastado, principalmente pelo agronegócio, a expansão da soja; o fortalecimento das Agendas 21 locais, que, nos últimos anos, foram um pouco esquecidas e existe uma iniciativa bastante forte para que, nesse processo da Rio+20, as Agendas 21 sejam retomadas, divulgadas e fomentadas; pesquisas e inovações tecnológicas sustentáveis; realização de atividades práticas e artísticas, para mobilização e educação da população; organização em rede; articulação com os outros comitês estaduais.

O tema, também, das cidades sustentáveis... O comitê do Distrito Federal está sendo organizado junto com o Movimento Nossa Brasília e as temáticas são: uso da água, transporte público coletivo limpo, planejamento territorial, gestão dos resíduos, o que mais?

A questão do controle social, de a população participar dos processos político decisórios, no sentido, também, de mapear o que já existe de iniciativa, aqui no Distrito Federal, para que essas iniciativas que já

existem sejam retomadas com maior força, apoiadas, para que tanto na Rio+20 a gente leve essas experiências, como também para que, depois da Rio+20, a gente continue organizando essas tentativas que já existem.

Aí, com relação à Rio+20, mesmo, a gente está percebendo que até dentro do comitê DF as pessoas que estão participando, que estão se engajando também estão com uma avaliação um pouco negativa do encontro.

O fato de haver uma avaliação pouco esperançosa, mais pessimista, do que vai acontecer na Rio+20 não invalida o esforço que o comitê do Distrito Federal está fazendo para que as ações dos comitês estaduais aconteçam. Pelo contrário, é num cenário negativo que a gente tem de se esforçar para trabalhar ainda mais forte e fazer o processo acontecer.

Aqui, no Distrito Federal, a gente está promovendo um debate ligado às pautas locais.

Uma coisa que surgiu bastante foi em relação ao setor Noroeste, porque está sendo construído um "condomínio verde" lá.

Essa temática que está colocada para a Rio+20, da economia verde... Uma visão muito crítica que as sociedades civis e os movimentos sociais têm em relação à economia verde é a de que ela traz, implícita a ela, uma perspectiva de mercantilização da natureza, de você colocar valores nos bens naturais.

Então, nessa linha da economia verde, um condomínio como aquele do setor Noroeste, pelo fato só de haver a separação do lixo e do que a gente encontrou de verde... De fato, vai ser só separação do lixo, porque a construção está sendo igual às outras, os materiais que estão sendo usados lá não são sustentáveis, não tem um plano de transporte público para lá.

Uma comunidade indígena está sendo removida; o cerrado nativo também está sendo devastado para a construção daqueles condomínios.

Então, é uma leitura crítica que a gente está fazendo em relação à economia verde, porque ela permite esses processos bastante equivocados que a gente acha que é sustentabilidade.

Também, as duas temáticas principais são: economia verde e governança.

À economia verde a gente está fazendo essa crítica, essa acusação.

O meu tempo está acabando e eu já estou finalizando.

Então, em relação à economia verde, a gente está com essa crítica de que significa uma maquiagem verde em uma estrutura, um conteúdo que, em sim, é insustentável. Então, a sociedade civil está colocando uma crítica veemente, frontal a esse conceito de economia verde.

Outro processo de governança, outro tema, que é o de governança, a crítica que está sendo feita a essa temática da governança é o que a gente está vendo acontecer na Europa, em que as instituições financeiras, o Banco Mundial, o Fundo Monetário internacional, que são as instituições responsáveis, no sentido estrutural, mesmo, de impor acordos para os países em desenvolvimento, para os países "desenvolvidos", emergentes, que fizeram com que esses países caíssem em crise. A gente vê, também, essas instituições querendo aproveitar o processo da Rio+20 para se fortalecer nesse processo.

Então, a gente tem de acusar, também, esse processo de as instituições hegemônicas quererem se fortalecer ainda mais no processo da Rio+20.

Resumindo o que eu queria trazer nesses pontos, mesmo, do por que os comitês estaduais estão se mobilizando, quais os pontos positivos que a gente vê, encontra nessa mobilização da sociedade civil, dos comitês estaduais, e como a gente está avaliando esse processo, nessa conjuntura, mesmo, desse debate, que é da economia verde e da governança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a participação. E, creio, Pedro, que você traz uma dimensão que a gente não tinha tido aqui ao longo desses debates nos últimos meses, que é esse papel da sociedade civil e a importância.

Agradeço muito.

Passo a palavra agora a Simone Mamede.

A SRª SIMONE MAMEDE – Boa noite a todos.

Agradeço o convite, Senador, em nome de todos os representantes do Comitê Sul-Mato-Grossense para a Rio+20.

Faço a minha apresentação lembrando que o nosso Comitê surgiu da articulação do Comitê de São Paulo. Então, a importância desse movimento em rede, de articulação em rede, de fortalecimentos de conexões e elos, a gente viu que São Paulo estava no fomento das articulações para o Comitê e eles nos fortaleceram também como sociedade civil no Estado do Mato Grosso do Sul. Esse nosso Comitê surgiu em dezembro do ano passado, que é recente, mas tem já algumas atividades que vem sendo desenvolvidas.

Pode passar, por favor.

Afinal, quem somos nós? Então, um grupo organizado da sociedade civil que busca ações em defesa das questões socioambientais de Mato Grosso do Sul.

Pode passar, por favor.

E estes são os objetivos: facilitar e mobilizar a sociedade para o evento da Rio+20, visando a mudanças locais, voltadas para a sustentabilidade em

âmbito social, ambiental e econômico; despertar e formar pessoas para o enfrentamento das questões socioambientais no Estado; engajar pessoas para que, após o evento, continuem ações de forma autônoma e emancipada; fomentar o ativismo dos mais diversos grupos e movimentos sociais; estabelecer planejamento estratégico e de ações.

Então, esses são os objetivos do Mato Grosso do Sul, pensando que a Rio+20, além de acontecer em nível nacional e internacional, ela deve acontecer localmente também.

Pode passar, por favor.

Os nossos documentos norteadores. Quais são os documentos que dão o norteamento dentro do Comitê? A Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Agenda 21 e os oitos objetivos do desenvolvimento do milênio na ODM.

Pode passar, por favor.

E como é essa articulação dentro deste Comitê?

Nós formamos três grupos. Um grupo é a formação e qualificação, afinal o que é a Rio+20? O que está acontecendo, quais são as discussões? O que é a Cúpula dos Povos? Então, tudo isso é discutido e fomentado dentro do grupo de formação e qualificação. A comunidade tem de estar "antenada" e sabendo o que há realmente nesse evento e qual é o futuro que queremos em nível nacional e internacional. Um futuro de qualidade, um futuro sustentável, e quais os caminhos? Então, esse grupo de qualificação vem para fomentar essas discussões. O grupo de comunicação e mobilização: divulgada, registra, fomenta as mobilizações da comunidade nos mais diversos locais para agregar pessoas, utilizando o lúdico, as mais diversas metodologias, a facilitação; e o grupo de organização de eventos. É um grupo que articula oficinas, formação, *workshops*, reuniões.

Pode passar, por favor.

E como atuamos? Atuamos de forma que tenhamos multilideranças, não existe uma pessoa centro. Todos nós somos elos de uma grande rede.

Pode passar, por favor.

Então, a gente atua em rede.

As articulações e ações do Comitê devem resultar em um documento que a gente vem trabalhando, que visa a colaborar na construção de políticas públicas e socioambientais para o Estado do Mato Grosso do Sul e com intervenções que estimulem resultados também globais.

Pode passar, por favor.

O Comitê é um grupo de intervenção e de fomento de políticas públicas para as sociedades sustentáveis.

Pode passar, por favor.

E o Comitê é apartidário, dinâmico, autogestionado, autoestruturante, desprovido de comando central ou verticalizado. Por isso é que a estrutura de redes, que a gente fala.

E quais as atividades que a gente vem desenvolvendo até o momento? Oficinas abordando os temas a serem discutidos na Rio+20, campanhas educativas, reuniões, atividades lúdicas, o teatro a gente vem utilizando também e grupos de estudos, afinal, é importante a qualificações desses membros.

A gente traz aqui alguns questionamentos e algumas soluções que a gente já vem tratando.

Alguma coisa está errada nesse processo de desenvolvimento? É a pergunta que a gente faz.

A gente analisou aqui cinco Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul em relação ao PIB e em relação à questão de carvoarias. Os cinco Municípios que a gente via que tinham mais atuação de carvoaria, extração e produção de carvão vegetal, por exemplo, a gente analisa que o PIB cresce exponencialmente, assim como cresce também a produção de carvão. E uma coisa que a gente observou ao fazer essa análise é que a gente perde biodiversidade na produção de carvão, a gente tem perdido muito biodiversidade, o PIB, realmente aumenta, porém é inversamente proporcional à perda de biodiversidade e também à questão da qualidade de vida da comunidade, desses Municípios. Uma coisa que a gente observa em três ou quatro desses Municípios é que por mais que o PIB aumenta, a pobreza continua maior: os pobres continuam mais pobres, e os ricos continuam mais ricos. Então, é um questionamento que a gente traz: afinal, será que é o desenvolvimento que a gente quer?

Pode passar, por favor.

E a gente traz a proposta. Redefinir parâmetros para o PIB. Afinal, o que é pobreza e o que é riqueza? Como mensurar isso? Então, fazer adequações em relação a essa questão, porque ter biodiversidade também pode ser um tipo de riqueza. Então é importante a gente trazer esse questionamento.

Uma outra coisa que a gente traz é a questão do IDH. Então, a gente tem de ter novos parâmetros de desenvolvimento. Considerando a saúde, quando a gente fala em saúde, é a qualidade dessa saúde; quando a gente fala em educação, é a qualidade dessa educação e não apenas o acesso à escolaridade, e a conservação. Então, considerar dentro do IDH áreas que continuem a ser protegidas; considerar a redução de desmatamentos, respeito aos povos locais, às comunidades tradicionais e a sua cultura. Isso tem de ser também, de alguma forma, parâmetro quando a gente define o nosso Índice de Desenvolvimento Humano.

Então, a gente traz essa proposta. E, dessa forma, a gente assegurar um novo modelo de desenvolvimento.

Alguma coisa está errada nesse processo de participação e direitos da terra? Então, a gente traz a realidade também do Mato Grosso do Sul: a morosidade nos processos de identificação, demarcação e revisão de limites dos territórios tradicionais dos povos indígenas. Então a gente está, há décadas, com esses problemas. Estes aí são os índios Guaranis Caiuás, que têm sofrido muito. A gente sabe que muitos já morreram. Mais de 150 indígenas morreram nesse processo de invasão de suas terras, porque eles sempre viveram nesses locais e hoje eles estão sendo dizimados, e a não efetivação desses direitos constitucionais desses povos.

Então, a dominação privada dos bens para o chamado desenvolvimento configura-se, na prática, como excludente e elitista, que se sobrepõe a interesses econômicos e individuais, aos interesses coletivos, destruindo a biodiversidade e impedindo o acesso à terra para viver e produzir a manutenção de modos de vidas singulares como a dos índios Guaranis Caiuás.

Pode passar, por favor.

Aí a gente traz um pouquinho, infelizmente, do desmatamento do Cerrado. A gente vê que, até 2004, a supressão da vegetação nativa do Pantanal representou, aproximadamente, 17% de sua área original, totalizando 25 mil e 750 km², sendo o Mato Grosso do Sul responsável por 11% desse valor. Já os planaltos de entorno, que são as regiões de Cerrado, nascem os principais rios que drenam para o Pantanal, e os desmatamentos atingiram 63%. Quando a gente fala 63% é de perda total do Cerrado, mas se a gente pensar em antropização a gente chega a 80% de áreas antropizadas na região de Cerrado.

Pode passar, por favor.

Aí o histórico do desmatamento. As áreas desmatadas. Em 2002: 43,6; em 2008: 47,8; até 2009: 48,2; até 2010: 48,8. Áreas remanescentes: 55, até 2002; até 2008, 51; até 2009, 51; até 2010, 50. E corpos d'água, 0,6.

Porém, esses dados são de desmatamentos de forma geral. Mas têm áreas antropizadas muitos maiores.

Pode passar, por favor.

Aí são algumas das realidades que a gente encontra no Estado das problemáticas ambientais e também sociais, que são pessoas em carvoaria, às vezes trabalhando em condições bem difíceis e desumanas. Há presença de correntões em algumas propriedades. Então, são problemáticas sérias com que infelizmente acabamos nos deparando. E também a forma do desenvolvimento, tão predador.

Pode passar.

Aí, trazemos a proposta. Agilidade no processo de demarcação das terras dos índios guarani-caiuá, no Mato Grosso do Sul, que não diferem muito do Mato Grosso. Então, trazemos esse dado para a questão dos guarani-caiuá, mas temos indígenas sofrendo as mesmas pressões, os mesmos problemas, sendo dizimados também na região do Mato Grosso.

O Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil e vem sofrendo essas pressões de forma muito desumana.

Outra é das políticas menos unilaterais. Trazemos essa proposta de políticas menos unilaterais, que deixem de privilegiar apenas os latifúndios, os agronegócios. Quando pensamos em comunidade temos de pensar no todo e não no percentual dela.

Reduzir o processo de favelização dos assentamentos. Então, também ter olhares para os assentamentos rurais, que hoje sofrem muito com o pouco incentivo e investimento. Não é suficiente ter um espaço e não ter subsídios, condições de trabalhar a terra.

Algo está errado na questão de gênero.Então, trazemos também a desigualdade entre os gêneros e o tráfico de pessoas, que são realidades não somente em nível de Mato Grosso do Sul, mas de Brasil; e às vezes não vem à tona essa discussão.

Pode passar, por favor.

Trazemos as propostas: Implantação do plano nacional de combate ao tráfico de pessoas; intervenção de fiscalização nas fronteiras do Brasil, Bolívia, Paraguai; criação de legislação nacional sobre a responsabilidade compartilhada, para garantir os direitos humanos de mulheres, crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar, exploração sexual e tráfico; e políticas que garantam respeito efetivo à igualdade de direito entre homens e mulheres.

Pode passar, por favor.

E trazemos algumas preocupações e inquietações. Escutando representantes nossos, eles falam que devemos ter uma definição de objetivos e parâmetros de efetividade do desenvolvimento sustentável. Aí questionamos: será que precisamos ter esses objetivos, esses parâmetros para o desenvolvimento sustentável? Ou precisamos adequar a metodologias de atividades já existentes, em desenvolvimento?

Por exemplo, os oito objetivos do Milênio. O que observamos? Se atendermos a esses oito objetivos – porque desde 2000 buscamos atendê-los – realmente alcançaremos o desenvolvimento sustentável. Mas será que precisamos definir novos objetivos para o desenvolvimento sustentável? Ou definir parâmetros sérios, com os quais possamos identificar e monitorar os oito objetivos do Milênio? Porque se alcançarmos

os oito objetivos do Milênio, com certeza estaremos alcançando o desenvolvimento sustentável.

A proposta que trazemos enquanto inquietação, mas também enquanto proposta é a estratégia de mecanismo de implantação e avaliação de monitoramento quanto ao real cumprimento desses parâmetros. Então, penso que são alternativas viáveis para assegurar que tenhamos um desenvolvimento sustentável.

Eu termino minha fala dizendo que nossos recursos naturais são finitos, num território finito, onde o tempo também é limitado e limitante. Então, a Rio+20 está aí, mas a discussão precisa ir muito mais além da Rio+20 e devemos pensar no todo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª SIMONE MAMEDE – Pensar na comunidade de forma geral, pensar no ambiente em que vivemos, pensar na qualidade de vida que queremos e no tipo de desenvolvimento que desejamos. Será que é esse desenvolvimento predador, a qualquer custo? Então, são os questionamentos que trazemos. E pensar no mais íntimo do ser humano, da humanidade, de conviver com o mundo em que estamos, que é o planeta Terra.

Se nos voltarmos para nós mesmos e observarmos a nossa relação com o ambiente, poderemos resumir em algo que deveria ser um princípio: o amor. O amor à humanidade e o amor ao ambiente em que vivemos. Então, se pensássemos dessa forma, poderíamos ter essa relação mais próxima com o ambiente e reconhecer o nosso ambiente, porque às vezes não o reconhecemos, pois estamos tão preocupados com o nosso trabalho, o nosso horário e com aquele tempo que é *chronus* e não *kairos*.

Nós temos dois tempos muito diferentes: o tempo *chronus*, aquele tempo do relógio, e o tempo *kairos,* que é o tempo do coração. E às vezes nos esquecemos do tempo *kairos* e vivemos o tempo *chronus.* E esquecemos que podemos viver *kairos* cuidando do *chronus,* porque às vezes precisamos mesmo, pois temos os nossos compromissos. Porém, precisamos também viver esse tempo *kairos,* que é o tempo do coração e da terra. Devemos ter essa relação com a terra, com o ambiente onde vivemos.

É isso. Nossos recursos naturais são finitos, num território finito, onde o tempo também é limitante e limitado.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado pela sua apresentação e lamento que não possamos ficar somente no tempo *kairos.*

Eu passo a palavra, agora, à Antonia Osório.

A SRª ANTONIA OSÓRIO DA SILVA – Boa-noite a todos e a todas.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Cristovam Buarque por nos receber aqui nesta Casa; e a vocês todos pela disponibilidade de estarem aqui hoje.

Eu começo dizendo que sou uma cearense que veio fazer faculdade no Rio de Janeiro. Fiz Economia, que me mostrou vários rumos. Um deles foi trabalhar com a questão do meio ambiente. Acabei enveredando por esse caminho.

O que me fez me mobilizar, enquanto sociedade civil, para estar colaborando com o processo da Rio+20 foram dois movimentos. Um é o movimento global das ecovilas, assentamentos humanos intencionais que têm mais de 50 anos de prática ao redor do mundo. Eu bebo bastante dessa fonte, pois ajudei a criar uma ecovila aqui no Brasil e faço parte de uma delas. Então, isso me mobiliza bastante para mostrar que existem outras formas de viver que podem ser um pouco mais desconectadas desse estilo de vida que criamos e a maioria dos países adotou hoje.

Outro movimento com o qual me identifico bastante e venho trabalhando por ele é o movimento Cidades em Transição, que nasceu em Totnes, uma pequena cidade da Inglaterra que resolveu levar a sério a pegada ecológica. Ali eles trabalham seriamente com o conceito da pegada ecológica e consideram que o pico do petróleo e as mudanças climáticas são o foco central para uma mudança radical de comportamento da nossa parte, a partir do nosso consumo.

No Brasil, hoje, já temos vários estados com esse movimento Cidades em Transição. O Rio de Janeiro tem pelo menos uns seis bairros que adotaram essa estratégia de sobrevivência nas cidades e de ajudar a transformar o espaço e criar alternativas para melhorar nossa vida nas cidades, já que é nas cidades que as grandes transformações vão ocorrer e não no campo.

Eu começo falando disso, desses movimentos dos quais faço parte. Mobilizada por esses movimentos, eu entrei para o GT Rio, um grupo de trabalho criado dentro do comitê facilitador da sociedade civil que serve para criar a Cúpula dos Povos, a qual possivelmente acontecerá no Aterro do Flamengo, que é o território onde vai acontecer a cúpula. A Cúpula tem uma mensagem que já vem no seu título: Cúpula dos Povos em Defesa do Meio Ambiente e contra a Mercantilização da Vida.

Então, pensando em colaborar com esse processo, eu me engajei bastante no GT Rio, que começou os seus trabalhos em janeiro do ano passado. Então, ao contrário de alguns comitês estaduais que vêm se mobilizando há pouco tempo, o GT RIO já vem trabalhando desde janeiro de 2011. O GT RIO, inicialmente, tinha a prática de fazer reuniões como aquelas velhas conhecidas nossas, onde uma ficava uma pessoa na

frente falando e os outros ficavam escutando. E, de repente, passado tanto tempo, 20 anos de processos, a gente foi capaz também de assumir outras estratégias de trabalhar e mobilizar pessoas, porque a velha forma de mobilizar a sociedade civil já não serve mais.

Então, temos hoje, já bem mais consolidado, um grupo de facilitadores de grupos. Esse grupo de facilitadores de grupos é voluntário, que se capacitou, ao longo desse tempo, em fazer reuniões com muitas pessoas, através de *world cafe*, *open space*, técnicas desenvolvidas que servem para mobilizar pessoas de forma muito mais interessante. Então, esse grupo de pessoas está bastante engajado. Nós estamos fazendo reuniões no GT RIO para mobilizar muitas redes, que, inclusive, não só existem nas grandes metrópoles, mas também estão espalhadas pelo Brasil, em outros Estados. Aí vem o nosso *link* também com outros Estados na medida em que vamos avançando nessa integração entre os comitês estaduais. Um exemplo é o Fórum de Economia Solidária, que existe não só em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em outros Estados brasileiros. Então, a gente consegue mobilizar esse grupo de forma bastante interessante. Ele já vem também trabalhando bastante nesse sentido. O papel do GT RIO não é só mobilizar por mobilizar. A gente quer que os próprios grupos entendam a forma como querem se apresentar na Cúpula dos Povos. Então, não adianta nós pautarmos o que eles têm que fazer. O próprio movimento é que tem que saber, exatamente, o que eles têm para dizer, o que têm de inovação, o que a gente pode apresentar na Cúpula. Então, o GT RIO tem esse papel de mobilizar.

O outro papel também do GT RIO é fazer encontros de formação. Esses encontros de formação vêm dando bastante resultado porque a gente consegue trabalhar bastante as nossas pautas locais.

Vocês sabem que o Rio de Janeiro está passando por todas aquelas transformações por conta dos megaempreendimentos. A gente tem as Olimpíadas, que vão acontecer em 2016, e a Copa do Mundo, em 2014. Por conta disso, o Rio de Janeiro está passando por uma grande transformação física. Então, muita obra na cidade, mas isso também trouxe muito impacto para muitas populações que vivem no entorno desses empreendimentos. Então, nós, do GT RIO, resolvemos dar voz a essas pessoas que foram diretamente impactadas por esses megaempreendimentos e criamos eventos onde essas vozes podem ser expressadas da melhor forma possível. Então, também facilitamos esse processo de dar voz para essas pessoas.

Nós já fizemos, pelo menos, 14 reuniões no Rio de Janeiro, uma por mês. São reuniões que agregam de 100 a 150 pessoas. Cada pessoa é uma entidade. Então, não são 100 ou 150 pessoas. São 150 entidades. Nós criamos uma forma bem interessante de chamar essas entidades. Criamos uma carta de adesão. Essas entidades aderem ao GT e, a partir daí, começam a colaborar.

Uma das curiosidades aqui que compartilhamos com os comitês estaduais é que nós também trabalhamos, como costumamos falar, no amor. Ninguém ganha um centavo para fazer o que está fazendo. Todos nós somos voluntários. Quando fazemos as reuniões mensais, normalmente pedimos para as pessoas trazerem lanchinhos solidários, cada um trazer a sua caneca para não poluir o meio ambiente, enfim. E aí a gente vai tocando as reuniões assim, com doações de pessoas físicas. As próprias instituições também, volta e meia, dão também certa colaboração, mas a gente está também igual aos comitês estaduais.

O GT RIO tem o apelido diferente – GT RIO, que é grupo de trabalho do Comitê Facilitador –, mas o papel é idêntico ao dos comitês. O GT RIO está diretamente ligado ao Comitê Facilitador da Cúpula dos Povos, e os comitês estaduais não estão diretamente ligados ao Comitê Facilitador. Então, isso acabou criando certo problema, porque os comitês estaduais se sentem um pouco solitários, e o próprio Comitê Facilitador, que está organizando a Cúpula, não tem recurso financeiro suficiente para mobilizar também esses comitês nos Estados.

Então, o pedido que fica aqui é que os Governos das esferas municipal, estadual e federal possam estar olhando para isso, porque os comitês têm um papel superimportante nesse processo. A gente precisa que esses comitês sejam fomentados de maneira que sejam apoiados financeiramente, assim como os governos locais podem também ajudar a mobilizar a sociedade civil de seus Estados.

Uma iniciativa que quero deixar de exemplo aqui e que a gente não pode deixar de entender que é uma prática que obteve muito sucesso ao longo desses anos é a ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, uma rede formada por 750 entidades, que atuam na gestão do desenvolvimento de políticas de convivência com a região do semi-árido. É uma entidade que está lá no semi-árido nordestino e não tem condição nenhuma de vir para a Cúpula dos Povos ou participar de qualquer evento que seja na cidade do Rio de Janeiro. São 750 entidades que, realmente, fizeram um trabalho excelente. Elas desenvolveram tecnologias sociais populares que resolveram a vida de muita gente. Então, a gente precisa visibilizar esse tipo de ação.

Quando falamos do capitalismo que está aqui hoje nas nossas casas, no nosso dia a dia, esse estilo de vida que levamos, por que ele existe e quando

nos perguntamos se tem outra alternativa para isso, são essas iniciativas que existem hoje, que são várias, que não têm visibilidade nenhuma... Agora, essa oportunidade de estar na Rio+20 é um momento muito importante para elas serem visibilizadas. Então, acho que o papel do GT RIO e dos comitês estaduais vem exatamente fomentar e visibilizar essas iniciativas, essas práticas que já foram desenvolvidas, ao longo desses 20 anos da ECO 92 até aqui, e a gente precisa, realmente, colocar aí para a população entender e ver o que já foi feito.

Eu queria agradecer pelo tempo. Termino aqui minha fala. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer.

Quero saber se o Senador Rodrigo Rollemberg quer fazer uso da palavra agora. *(Pausa.)*

Depois. *(Pausa.)*

Eu quero fazer algumas perguntas. A primeira é se há uma coordenação de todos os comitês – depois vocês responderão – em cada lugar, em cada cidade. Segundo, como vocês estão pensando em organizar a participação de vocês durante o evento. Terceiro, o que vocês precisariam e que nós pudéssemos aqui fazer a partir das duas subcomissões que cuidam da Rio+20: uma aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e outra, na Comissão de Mudanças Climáticas. Quarto, qual é a reação de vocês a uma ideia de que um grupo está pensando em levar de criarmos um tribunal para julgar os crimes do desenvolvimento. Um tribunal que não seria do ponto de vista legal, do ponto de vista formal, mas, sim, do ponto de vista moral, com grandes personagens mundiais que poderiam emitir um parecer. Tal projeto é um crime contra a humanidade.

Então, são quatro perguntas: se é uma coordenação, como é que vocês estão pensando em se organizar, o que vocês acham que a gente pode fazer e o que pensam desse tribunal e, obviamente, se esse tribunal não poderia ser um produto de vocês lá, do movimento dos povos, porque jamais será dos Chefes de Estado e de Governo. Todos eles se sentem réus mais dia, menos dia. São as quatro perguntas que eu deixaria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A segunda é: como é que vocês estão vendo a organização da participação de vocês lá, durante o evento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – No da ONU. Ao lado do oficial, mas durante a Cúpula.

Vou passar a palavra, na mesma ordem, primeiro ao Pedro.

O SR. PEDRO PICCOLO – A primeira pergunta, com relação à coordenação, é se os comitês, internamente, eles têm a coordenação ou se tem a coordenação entre os vários comitês. Sim, eu mencionei isso rapidamente na minha fala, mas não dei o histórico. Esses vários comitês que já estão organizados no Brasil estão, sim, com uma coordenação entre eles. Essa coordenação entre os comitês começou mais concretamente com organicidade no Fórum Social Temático que houve em Porto Alegre este ano, no fim de janeiro. O Fórum Social foi temático sobre a Rio+20 e a gente fez uma reunião, durante o Fórum Social, com vários representantes desses comitês estaduais e, como encaminhamento daquela reunião, a gente tirou uma coordenação. Na verdade, não é coordenação no sentido de ter outro comitê, que seria o comitê dos comitês estaduais. Seria uma articulação entre os vários comitês estaduais. E a gente formou também alguns grupos de trabalho para essa articulação entre os comitês estaduais. Alguns grupos são de comunicação, de mobilização, de pensar como outros comitês podem ser fomentados, e também um grupo de trabalho para pensar no pós-Rio+20, como essa mobilização continua mesmo após a Rio+20.

A segunda questão do Senador: como a gente pretende participar na Rio+20. Não vou falar que é consensual, que é de todo mundo, mas eu falo que é de uma maioria.

A visão de participação na Rio+20 da sociedade civil, dos comitês estaduais... Eu também estou vendo assim, até porque também o prazo para inscrição de atividades no processo oficial, tanto que a ONU está abrindo, como também a que o Governo brasileiro abriu para a sociedade civil participar, para se inscrever na atividade, terminou. A maneira como a gente está querendo participar é, a partir de abril, quando a Cúpula dos Povos vai abrir inscrição para atividades autogestionárias, similar a como o Fórum Social Mundial se organiza. Então, a gente está pensando em, na Cúpula dos Povos, quando abrir o momento de inscrição, inscrever atividades autogestionárias para participar. Até também porque o processo oficial está "melado", não vai ter grandes acordos, a gente também não quer dar muito crédito àquele processo.

Tem uma outra questão que eu acabei não falando na minha primeira fala. O Governo brasileiro, entre a PrepCon e os dias mesmo do encontro da Rio+20, do dia 16 ao dia 19, o Governo brasileiro está organizando uma iniciativa que está chamando de "diálogos pela sustentabilidade", que está sendo uma iniciativa de o Governo convidar, convocar a sociedade civil para

discutir algumas temáticas, alguns temas – não lembro se são oito ou nove temas –, e tem um debate bem polêmico no seio da sociedade civil, principalmente no âmbito do comitê facilitador, que está construindo a Cúpula dos Povos, se a sociedade civil participa ou não desses diálogos pela sustentabilidade.

É uma possibilidade também de a sociedade civil participar. Ainda não está definido, porque a avaliação de não se dever participar é que, se a gente participar, a gente vai estar legitimando uma esculhambação, um processo "melado", que não vai dar certo, e que, se a gente participar, tem a possibilidade de conseguir algum ganho no documento oficial. Então, tem essa outra possibilidade de participação, mas que a sociedade civil ainda não definiu se vai participar ou não. São visões diferentes, níveis de radicalidade diferentes, que vão determinar essa tomada de posição.

O que a comissão pode fazer? Terceira pergunta que o Senador trouxe. Era uma coisa que a gente estava conversando no início e até a TV Senado também perguntou para a gente quais eram as maiores dificuldades que a gente estava vendo nesse processo dos comitês estaduais.

Eu falei duas grandes dificuldades. Uma é o desconhecimento da população mesmo sobre o que é a Rio+20, o que está em jogo, o que está colocado.

Nessa parte de desconhecimento da população não sei como a Comissão poderia ajudar. Seria mesmo divulgar o máximo possível o que está em jogo nesse encontro da Rio+20, que são as diretrizes principais do desenvolvimento dos países, da humanidade, pelo menos nos próximos vinte anos, até uma Rio+40.

E a outra questão que eu coloquei, que é uma dificuldade que a gente vê também, em que eu acho que a Comissão poderia ajudar, é em relação à estrutura, aliás, à falta de estrutura que a gente tem para efetivar as ações e atividades que a gente está pensando, principalmente no sentido de levar a população dos locais, dos Estados, das cidades para participar durante a Rio+20, no sentido de viabilizar transporte, seja contratando ônibus para levar a população para lá, e também no sentido das atividades que a gente quer organizar até a Rio+20, que eu avalio que agora, começando março, até junho, tendo mais três meses, vai ser mesmo uma reta final e o principal momento em que as mobilizações, as organizações que já estão promovendo atividades rumo à Rio+20 vão conseguir trazer mais gente para participar desse processo.

Então, as atividades que a gente vai organizar até a Rio+20, até junho, serão o momento mais importante, o momento crucial mesmo para a gente trazer mais gente para participar desse processo.

Então, não sei como a Comissão poderia encaminhar isso. Talvez com um diálogo com os Governos, com o GDF, no caso dos outros Estados ter algum tipo de ofício, que os comitês estaduais solicitariam à Comissão para que, seja a Prefeitura, sejam os Estados, também viabilizem algum tipo de recurso, algum tipo de logística para levar a população para a Rio+20 ou para facilitar a organização dessas atividades.

E a quarta questão que o Senador colocou, em relação a um tribunal moral para julgar os crimes de desenvolvimento, eu não vou lembrar onde li, recentemente, não vou lembrar onde mesmo, mas era um artigo que estava falando que o maior crime que já foi realizado na história da humanidade e continua a ser realizado não é assassinato, não é corrupção, não é desvio de verba, não é nada de coisa a que a gente está acostumado a ouvir. O maior crime que existe, que já foi perpetrado e continua a ser perpetrado é o modelo de desenvolvimento que foi adotado pelos países do capitalismo hegemônico e que alguns países também do capitalismo periférico e emergente estão seguindo cegamente, como é o caso do Brasil. O Brasil adotou o modelo desenvolvimentista nos últimos anos e é esse modelo desenvolvimentista que, a médio e longo prazo – aí é que está o maior crime que já foi cometido na história da humanidade –, esse modelo de desenvolvimento está impossibilitando a vida de continuar no planeta Terra.

Então, um tribunal que julgue isso eu acho uma iniciativa excelente. Na Cúpula dos Povos, diariamente, do dia 15 ao dia 23, vão acontecer atividades da Cúpula dos Povos. Nos vários dias vão ocorrer as assembleias permanentes dos povos. Isso aí pode ser colocado como uma iniciativa também que a Cúpula dos Povos, a sociedade civil vai abarcar para fortalecer... Não sei se já tem alguma organização que está propondo isso, algum Parlamentar, acredito que o senhor vai propor isso, mas, com certeza, a partir de agora, gostando da ideia, onde eu estiver eu vou defender essa ideia. Então, pode contar com a gente para defender isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só para dizer que a ideia está apresentada já no artigo de *O Globo*. Lamento não ter trazido cópia.

Já pediu?

Está bem, vamos distribuir cópias aqui.

Eu vou passar a palavra agora à Simone.

A SRª SIMONE MAMEDE – Bem, eu acho que à primeira pergunta o Pedro já respondeu, que é a questão de forma de coordenação entre os comitês, mas gostaria de lembrar que, desde de dezembro, quando criamos o Comitê na OMS, sentíamos que estávamos sozinhos. E o Fórum Social Mundial foi muito importante, porque foi o momento de encontro desses comitês.

Então, estávamos fazendo coisas muito semelhantes, com estratégias semelhantes, com metodologias muito semelhantes, só que estávamos isolados no nosso território, no Brasil. Assim, foi o momento de nos fortalecermos enquanto comitês. E ali encontramos dez comitês estaduais, o que foi muito importante para o nosso fortalecimento e para a definição de estratégias em conjunto. Foi um momento essencial para o nosso fortalecimento e articulação.

Em relação à Cúpula dos Povos e organização, tão importante quanto a Conferência Rio+20 é o momento da Cúpula dos Povos, as articulações e as mobilizações, as atividades da Cúpula dos Povos, onde a comunidade tem voz, onde nós, representantes do povo, podemos dizer, afinal, tudo o que queremos para a humanidade.

E como houve na Rio 92, protocolos, acordos internacionais, a Cúpula também definiu junto aos mais diversos representantes do mundo documentos importantíssimos que seguimos. Sou educadora ambiental e seguimos veementemente esses documentos, entre eles a Carta da Terra, que nasceu dentro da Cúpula, não nasceu na Conferência, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Enfim, muitos documentos e também compromissos surgiram dentro da Cúpula dos Povos, e compromissos que vimos desenvolvendo e trabalhando até hoje. Eles são nossos norteadores.

O que se pode fazer? O que a Comissão pode fazer enquanto parceira, enquanto integrante, tendo interesse em caminhar junto? De alguma forma intervir junto aos Estados – não sei se enquanto Governo – para que haja apoio a esses comitês. Como os dois representantes falaram e eu também, todos nós somos voluntários e trabalhamos nessa causa por amor. Temos facilitadores no interior, em alguns Municípios, que são pessoas que também se agregaram por amor à causa. E como vamos até o interior? Juntamo-nos, fazemos vaquinha para colocar combustível em um corsa 96 para chegar a esses Municípios no interior. Acho que essas articulações poderiam receber suporte e apoio da Comissão, a fim de que possamos fazer essas ações e mobilizações e aplicar nossas metodologias de facilitação de uma maneira mais fácil e mais amena. Temos as nossas dificuldades. E essa poderia uma das formas que a Comissão poderia ajudar.

A tribuna, gostei muito da ideia de levar isso para o comitê. O Senador estava comentando que eu trouxe algo que é a Tribuna Popular da Terra, que está acontecendo em Mato Grosso do Sul, e está relacionada à questão indígena, uma questão problemática que temos vivenciado. Nós abraçamos essa causa.

Assim, é importante estarmos nessa enquanto comitê, mas estaremos levando para o Comitê de Mato Grosso do Sul e para todos os outros comitês a fim de que todos abracem a causa de uma forma geral.

Acho que respondi todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Respondeu todas muito bem.

Passo a palavra à Srª Antonia Osório.

A SRª ANTONIA OSÓRIO DA SILVA – O Pedro e a Simone já responderam à primeira, mas vou acrescentar que, nesse encontro de Porto Alegre, tivemos oportunidade de identificar pessoas bem comprometidas com o processo. Então, formamos vários grupos de trabalho e esse grupo, parece-me, é a coordenação desses comitês. Assim, já estamos pensando em fazer algumas atividades que são concomitantes, paralelas nos Estados, e uma delas, lembro-me bem, é a desobediência civil não violenta, que parece que vai funcionar. Enquanto um Estado está fazendo uma ação, o outro Estado também, na mesma data, estará fazendo o mesmo. Já estamos combinando essas coisas. Ou seja, essa coordenação já existe. Já estamos com isso encaminhado.

Sobre o processo oficial, dentro do comitê facilitador, existe um segmento das redes que tem uma resistência muito grande em fazer parte do evento oficial, como protesto, porém há outro grupo de pessoas, que faze parte de outras redes, que acha que precisamos estar dentro do evento oficial como estratégia. Acham, inclusive, que podemos fazer muito barulho lá dentro se estivermos em massa. Então, na última reunião que houve, no Rio de Janeiro, na segunda e terça-feira, isso foi encaminhado.

Portanto, as entidades da sociedade civil estarão se comprometendo e se cadastrando no evento oficial. Com isso, criaremos a oportunidade de fazer esse barulho lá dentro do evento oficial.

Além disso, há outras propostas de mobilização nos dias da Cúpula, que vai do dia 15 ao dia 22, e aí tem dois dias de mobilização, de marchas, toda a população vai estar envolvida e nesses dias vai haver ações diretamente relacionadas ao evento oficial, especialmente no dia 20, que é o dia da abertura. Nesse dia, estaremos em massa na porta, fazendo barulho, inclusive levando aquelas pessoas afetadas diretamente pela CSA e as pessoas que estão sendo afetadas pela construção da Vila Olímpica no autódromo. E há outras também, mas é segredo. Vocês vão ficar sabendo depois. Estamos produzindo coisas.

Sobre o que se pode ser feito para ajudar, não gosto de ficar nessa postura de pedir dinheiro, de pedir recursos, mas o que a Simone trouxe é realmente o que precisamos. Se isso for possível, será uma ajuda

bastante significativa para aqueles comitês que têm mais dificuldade para se mobilizar em relação àqueles que estão na metrópole, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, essas cidades que têm um pouco mais de capacidade para se mobilizar.

Penso que o interior do Brasil precisa ter uma atenção maior nesse sentido. As prefeituras, de alguma forma, seguem mobilizadas a partir desta Comissão, pois o Senador está bastante empenhado em levar essa divulgação. E esse é o caminho. Se tiver mais ideias, pode nos propor que estamos abertos.

Sobre o Tribunal, não tenho opinião formada, mas gostaria de estar abraçando essa causa, pois isso mexe bastante comigo em nível pessoal. O que o Pedro falou, para mim, é o maior crime. Só há um recado: teremos que prender todo mundo. Não sei como teremos cadeia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só quero dizer que a intenção desse tribunal não é prender ninguém. Ele não terá o poder. Será apenas uma condenação moral. E isso é baseado – e os mais jovens não sabem, provavelmente – em um tribunal que houve desse tipo, durante os anos 60 e 70, para julgar os crimes norte-americanos do Vietnã. Chamava-se Tribunal Russell, em nome do líder, que era um filósofo inglês chamado Bertrand Russell, que, aos 90 anos, caminhava nas ruas com os jovens lutando contra os crimes no Vietnã. Então, a ideia seria a mesma.

No artigo que vou distribuir, vocês vão ver que até sugiro o nome: de Russell a Hessel. Hessel é esse líder atual, que tem 94 anos e que criou o Movimento dos Indignados, a partir de um pequeno livro, publicado em português, chamado *Indignem-se*. Ele está a par da ideia e muito interessado que possamos levar adiante, usando ou não seu nome.

Quero abrir para quem queira falar. Como você disse que seria bem-vinda qualquer outra ideia, vou passar um vídeo de dois minutos sobre uma experiência que o João Luís falará, que vale a pena ser visto. Acho que o Senador Rodrigo, o Dourado e o Marcelo não conhecem. O vídeo é de uma fazenda que funciona no sertão pernambucano, há uns 40 anos, absolutamente equilibrada ecologicamente.

O SR. JOÃO LUÍS – Senador, ontem, eu estive na reunião do comitê de Brasília, para reforçar o convite para cá, e discutiu-se muito o que levar na Cúpula dos Povos. E uma das ideias citadas – e todo mundo concordou – foi levar as milhares de tecnologias existentes no Brasil, poupadoras de insumo, que não agridem o meio ambiente.

Lembrei muito o que a Simone falou no Mato Grosso do Sul. Desculpe-me, Simone, mas considero o Estado do Mato Grosso do Sul um pasto, só tem boi, tiraram tudo de lá, o que é um absurdo. Mas isso pode ser recuperado, por meio dessas tecnologias.

Então, temos que levar isso para disputar contra megaempreendimentos, como Belo Monte, transposição do São Francisco. É importante a lembrança do Senador de que essa tecnologia pode ser um símbolo das outras tecnologias. É uma coisa de uma simplicidade, e que evita as enchentes na cidade. É boa para o produtor rural, é boa para todo mundo, mas, sobretudo, porque evita, pois, lá no início dos rios, consegue reter a água.

Acho que à guisa de colaboração com o debate, é muito boa a lembrança do Senador de colocar esse pequeno vídeo. São dois minutos apenas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero chamar a atenção de duas coisas: uma, o propósito disso; a outra, a lógica que está por trás.

O propósito. Por exemplo, isso pode evitar as inundações que ocorrem hoje nas cidades. Em vez de fazer as imensas represas que alguns têm feito para que os rios não subam, o que ele defende é a construção de centenas de pequenas barragens feitas a mão ao redor das cidades. Com isso, a água, ao ser protegida, entra debaixo d'água, em vez de chegar à cidade, onde o asfalto não a deixa mergulhar e ela sobe. Esse é o primeiro.

O segundo é a lógica. Conheço o José Artur, que foi meu colega na escola de engenharia, há muitos anos. Nós conversamos sobre esse projeto. E uma vez eu disse para ele: "O que me fascina é que você toma decisões conversando com o vale". Ele conversa com as pedras, para saber onde elas devem ficar. Ele conversa com a água, para saber qual é o caminho que ela quer seguir. Com isso ele facilita. Ele conversa, obviamente metaforicamente, para saber quais são os animais apropriados para aquela região. Ele não coloca gado, porque gado é incompatível com aquela vegetação. Ele faz tudo aquilo a partir de um sentimento de relação dele com a terra, que é o que falta exatamente no projeto de civilização que vivemos. Por exemplo, ele falou que usava como represa um arco romano deitado. O arco romano é assim. E não acaba nunca, porque os arquitetos daquela época conversavam com a gravidade. E quanto mais tempo durar, mais sólido fica. Hoje, fazemos assim com o concreto. Então, a gravidade vai arriando. Por isso temos que renovar o concreto de Brasília a cada tanto tempo, porque entra em fadiga. Aqueles arcos romanos não entram em fadiga nunca; ao contrário, eles vão se amarrando cada vez mais. Então, põe-se a natureza para trabalhar para você, em

vez de você dominar e terminar destruindo a natureza. Por isso, achei importante passar esse pequeno filme.

Tendo em vista o que você falou de ideias, acho que essa é uma ideia incrível. E estávamos conversando ontem que, em vez de vender isso pelo lado da produção, pelo lado da energia, temos de vender pelo lado de evitar as tragédias das inundações, que é o maior problema que vemos hoje, é o mais visível. É possível encontrar projetos em que se case o propósito humano com o propósito natural.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª tem a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Cristovam, quero cumprimentar todos os convidados, o Pedro, a Antonia e a Simone, todos que estão prestigiando esse debate, e cumprimentar V. Exª, Senador Cristovam, pela condução deste trabalho. Acho que não poderia ter Senador melhor para presidir essas duas subcomissões, pela sua postura, pela sua inquietação em relação aos problemas do futuro.

Vou pedir desculpas, pois terei de sair em seguida, pois, há algumas semanas, eu tinha marcado uma palestra na igreja presbiteriana, e já me ligaram dizendo que estão aguardando-me lá.

Mas queria fazer um registro. Vamos ter, durante a Rio+20, o encontro de diversos segmentos, dos chefes de Estado e chefes de Nação, haverá uma cúpula mundial de legisladores. Pelas informações do Ministro Herman Benjamin, também haverá uma cúpula de juízes de todo o mundo e a Cúpula dos Povos, com representantes da sociedade civil. A gente tem acompanhado, no próprio grupo de trabalho designado pelo Governo brasileiro, do qual eu e V. Exª fazemos parte, que não há grande expectativa em relação ao produto final da conferência do ponto de vista formal, do ponto de vista dos acordos políticos entre chefes de Estado e chefes de Nação. É claro que, daqui para lá, tanto a diplomacia como a pressão social que existe em diversos países do mundo podem contribuir para que se avance um pouco mais, mas não há, de fato, grande expectativa.

Por outro lado, há uma expectativa muito grande em relação à Cúpula dos Povos, em relação ao que a sociedade civil de todo o mundo será capaz de produzir influenciando os governos nacionais a partir dessa agenda. Eu lembro que isso já foi muito importante na Rio 92. Foi naquele momento que, a partir das decisões emanadas daquela conferência, mas que tiveram uma contribuição muito forte da sociedade civil – desta vez, certamente, será mais forte ainda –, que se incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável, que, mal ou bem, fez com que, em algumas cidades e estados, essa questão passasse a ser colocada e cobrada no âmbito da sociedade civil. É claro que muita coisa deixou de ser feita de lá para cá em relação aos compromissos que foram assumidos, mas essa questão do desenvolvimento sustentável passou a mobilizar maiores atenções e até avançou em certa proporção nas políticas públicas.

Eu entendo que nós podemos ter um grande legado – e estou muito interessado no legado interno – a partir da Rio+20 no âmbito dos países, especialmente do Brasil. O Pedro se referia à construção de uma agenda pós-Rio+20. Acho que este é um grande desafio: aproveitar toda essa mobilização – os Estados todos estão se mobilizando. Outro dia, na Câmara, houve uma reunião do movimento Nossa Brasília, grupo bastante expressivo do movimento social que se organiza para participar da Rio+20.

Eu entendo que há alguns temas em torno dos quais poderão ser construídas algumas convergências, convergências em torno de como tratar determinados temas a partir da Rio+20. Refiro-me a temas que são dilemas do modelo de desenvolvimento hoje adotado e do que nós queremos construir. Nós certamente teremos de nos debruçar sobre eles.

O fato é que há uma prioridade com a qual, imagino, todos concordem: nós temos de combater a miséria, a exclusão e a pobreza no mundo. Nós não podemos ter uma parcela da sociedade com direito a uma qualidade de vida x quando outra parcela grande da população está afastada dessas condições.

Uma das agendas que certamente será constituídas nesse novo modelo de desenvolvimento é: como tratar a questão da água?

Está aqui o Padilha. Foi uma alegria rever o Padilha, que conheci lá em Afogados do Ingazeira quando ele falava com muito entusiasmo dessa solução dele. Tive oportunidade também, visitando a Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, de conhecer outra experiência muito interessante, até me emocionei quando a vi: das barraginhas, na qual você capta parte da água da chuva em vez de deixá-la cair produzindo erosão e assoreamento. Ao acumular-se, a água alimenta o lençol freático, faz subir o lençol freático, inclusive fazendo aflorar água em alguns locais onde há muito tempo não aflorava, tornando perenes rios que tinham deixado de ser perenes. Enfim, há soluções de tecnologias sociais que podem contribuir para uma gestão mais adequada da água. Certamente essa agenda da água, por exemplo, vai nos levar a uma reflexão sobre como fortalecer a implementação dos comitês de bacias hidrográficas. Avançamos na formalização da legislação, mas ainda temos muito o que avançar na prática.

Temos a questão da energia, e esse é um debate que estará presente. O grande desafio do Brasil hoje

é construir algumas convergências, mesmo que não sejam totais, mas de uma grande parcela da população brasileira. Nós temos no País, tenho dito isso, uma vantagem comparativa, que é ter uma matriz energética diversificada. Agora, o que fazer com essa matriz energética? Nós vamos usar petróleo? Temos o pré-sal, que é uma riqueza. Se nós formos usar petróleo, enquanto usarmos petróleo, como nós podemos garantir que parte significativa dos recursos do pré-sal seja utilizada no sentido de que a gente avance do ponto de vista tecnológico para a construção de outras energias renováveis? Ou seja, até a utilização de determinadas energias precisa ter seu foco temporal e grande parte dos recursos auferidos com ela dentro da perspectiva de fazer essa transição. Essas questões todas têm de estar colocadas. Quer dizer, a questão da usina hidrelétrica, as pequenas soluções. O fato é que vamos ter de ter uma transição para isso, porque nós temos as cidades, o Planeta e o País sustentados em determinados modelos que – temos de ser realistas – nós não vamos conseguir mudar do dia para a noite. Temos de criar os novos paradigmas e construir essa transição, e será importante ter uma convergência nacional em torno disso.

A questão dos alimentos, à qual me referia. Hoje o Brasil é um grande produtor de alimentos. Isso, sob um ponto de vista, é uma vantagem, porque nos garante segurança alimentar. Por outro lado, é esse modelo de agricultura que queremos, modelo em que temos uma agricultura extremamente dependente de oito grandes corporações que produzem as sementes? Somos extremamente dependentes dessas sementes. Há a nossa dependência dos insumos agrícolas, especialmente da fórmula NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), e importamos praticamente tudo isso. Fizemos um debate muito interessante outro dia na Comissão de Meio Ambiente sobre a utilização de pó de rochas na melhoria do solo brasileiro.

A questão da biodiversidade. Como utilizar de forma inteligente essa biodiversidade? Nós somos um país riquíssimo em biodiversidade. O Cerrado brasileiro até hoje não conseguiu construir em torno de si a mobilização que conseguiram construir o Pantanal e a Floresta Amazônica. Se a gente não conhecer essa biodiversidade e não utilizar os instrumentos que temos para transformar isso em riqueza para todos... Então, acho que essa é uma agenda muito interessante e que pode unificar uma parcela considerável da população brasileira.

Em relação à questão da água por exemplo: é uma coisa que... Se houver uma pressão da sociedade como um todo, isso pode ter um resultado expressivo.

Por exemplo, nós vamos ter, no final de 2014, o fim da concessão de diversas usinas hidrelétricas, e no Brasil, na composição do preço da energia elétrica, uma parte considerável, tanto da construção, como da transmissão e da distribuição, é decorrente dos investimentos que foram feitos na construção da usina, na construção das redes de transmissão. Ora, se essas concessões estão terminando, esses investimentos já foram distribuídos, já foram incorporados ao longo do tempo. Isso permite, por exemplo, o Brasil ter recursos para um grande programa de pagamento por serviços ambientais, que é um grande desafio para a recuperação de áreas de preservação permanente, especialmente para os pequenos produtores, para o financiamento de programas como os desenvolvidos pela ANA, de produtores de água enfim.

Acho que essas questões necessariamente estarão dentro de um debate sobre um novo modelo de desenvolvimento de país e de cidades, que, aliado à educação e à ciência e tecnologia, serão instrumentos para o conhecimento e uma relação com essas questões diferenciadas.

A minha grande esperança... Todos sabem que há contradições enormes, há críticas enormes... Acho que o fato de haver essa mobilização e essas críticas é extremamente importante, mas acho que o grande ganho, o grande legado que podemos ter no Brasil e no mundo, mas falo especificamente do Brasil, é se conseguirmos construir um mínimo de convergência em relação a determinados pontos que influenciem governos, que influenciem parlamentos, que influenciem sociedades dentro da perspectiva de fazer essa transição.

Era essa a colocação que queria fazer. Quero pedir desculpas porque eu tenho compromisso, como falei há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador, eu vou abrir a palavra, desde que a gente fixe um prazo para terminar, digamos umas 9h30min, mas acho importante ouvir cada um de vocês que deseje falar.

Por favor...

O SR. ROBERTO LENNOX – Senador Cristovam, meu nome é Roberto do SOS Clima Terra. A gente tem participado do Comitê Facilitador da Rio+20. Eu queria dar os parabéns pela iniciativa. Desde a Universidade de Brasília que nós nos conhecemos e o senhor já vem trabalhando a questão da democracia de informação e de centralizar as iniciativas... Nesse sentido que lhe dou meus parabéns pela iniciativa.

Acho que essa discussão da Rio+20 passa inicialmente por se entender bem o contexto da civilização. Quando a gente olha para os indicadores sócio-

ambientais que a ONU tem trazido: água, a questão da fome, a biodiversidade e o clima – podemos ficar nesses quatro –, nós estamos em uma situação catastrófica: um bilhão e meio de pessoas estão só esperando a morte em função da sede; um milhão de pessoas esperando a morte em função da fome; 30% da biodiversidade do planeta já era! Quanto ao patrimônio genético, nem sabemos o que perdemos. E o clima tem matado 10 milhões de pessoas por ano no planeta em função dos desastres consequentes. Para os Comitês estaduais e para esta Comissão, nós temos quatro propostas que vocês poderiam ajudar a gente a encaminhar. É fundamental que o Pnuma, que hoje reúne 54 países, apenas, não tem poder de decisão nenhum com relação ao ambiente, no âmbito da ONU, se transforme em uma organização mundial de meio ambiente com poderes como os da OMC ou algo similar a isso.

A economia verde realmente tem de se garantir que seja sustentável em todas as dimensões, especialmente na questão social e ambiental e erradique a pobreza. Fala-se muito em economia verde, mas de forma inadequada ao nosso entendimento. O clima, o rascunho que a ONU fechou para levar para a Rio+20 fala da palavra clima uma vez! É impossível se tratar de sustentabilidade sem se resolver o clima. Isso é uma brincadeira de péssimo gosto. A diplomacia brasileira chegou a dizer, publicamente, que clima ficou lá em Durban, na África do Sul, que aqui não se discute. Isso é uma irresponsabilidade! E é impossível ter sustentabilidade. A questão da soberania alimentar e a própria segurança de toda a sociedade, em função das catástrofes que o clima traz, não permitem a sustentabilidade se não se resolver o clima. Então, o clima deverá estar no centro dessa conferência, embora a ONU diga não e o Governo brasileiro também diga não. Então, essa é uma questão central que a sociedade civil vai ter de fazer muita pressão.

Só um dado com relação ao Brasil: de outubro de 2010 a junho de 2011, nós tivemos chuva, deslizamento de terra e enchente em 17 Estados do Brasil, com mais de 3.500 mortos, mais de 180 mil desabrigados, mais de cinco milhões de feridos e mais de R$5 bilhões de prejuízo – são os dados da Defesa Civil Nacional. Depois de junho a setembro foram seca e queimada. O Brasil queimou de ponta a ponta, Brasília fechou o espaço aéreo de tanta fumaça que deu aqui e por mais de três dias foi fechado o espaço aéreo. Então, o clima vai ter de entrar, querendo ou não! É fundamental que a gente consiga impor isso a esse processo.

E, por fim, o último ponto. Especialmente para esta Comissão que o senhor preside, é fundamental pressionar a mídia para democratizar a informação. Televisão e rádio são concessões de serviço público e pertencem à sociedade, e eles não estão cumprindo o seu papel. Eu não sei até que ponto... Eu sei do poder que envolve todo esse processo, mas não sei até que ponto se pode acionar – até judicialmente – a mídia, especialmente televisão e rádio, obrigando a se publicar a Rio+20 de maneira adequada, porque a sociedade não tem a menor ideia do que vai acontecer – a menor ideia – e muito menos o que ela tem de fazer lá e como poderá participar.

Então, fica nossa sugestão, tanto para os Comitês como para esta Comissão, porque acho que seria uma grande ajuda nesse processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer que comparto totalmente de sua preocupação. A diplomacia brasileira inclusive inventou agora um neologismo, que é o desambientalizar... Eles dizem que a reunião Rio+20 deve ser desambientalizada, ou seja, o ambiente tem de sair da pauta. Isso é um absurdo! Esse é o tema central da pauta.

Agora, por sua provocação, eu diria que se eu fosse escolher um tema ainda mais avançado que o próprio ambiente seria um que engloba tudo: como redefinir o conceito de progresso. Esse era o tema nosso... As pessoas dizem: vamos parar o progresso. Eu digo: não, vamos radicalizar tanto no progresso que vamos ter de inventar o que é progresso: deixar de ser produção – apenas – e PIB. Progresso é mais tempo livre para as pessoas usufruírem da vida, progresso é mais bens públicos, que não aumenta o PIB, mas aumenta o bem estar; progresso é não colocar na medição do Produto Interno Bruto as armas... É absurdo que a gente, cada vez que produzimos um tanque de guerra, digamos que se aumentou o bem-estar porque aumentou o PIB. Como eu gosto de dizer: a bala que matou John Lennon aumentou o PIB americano, em algo bem pequenininho, mas aumentou. Pode-se imaginar que a bala que matou John Lennon foi um fato positivo do progresso? O progresso está errado. Talvez o grande tema de todos nós é o de fazer o progresso progredir, é inventar como criar o novo conceito de progresso. E aí o meio ambiente é o principal, porque é o que dá permanência para todo o processo.

Bem, é isso o que a gente discute aqui, é o recado que eu deixo aos que estão assistindo a gente pela televisão, agradecendo a cada um de vocês, a não ser que queiram dizer mais alguma palavra...

O SR. PEDRO PICCOLO – Só mais uma coisinha...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO PICCOLO – Na esteira de todas as mobilizações do ano passado, dos Ocupem, dos *Oc-*

cupy – porque eu acho que a gente tem de fazer mesmo, a sociedade civil tem de Ocupar o Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Os indignados...

O SR. PEDRO PICCOLO – Então, a convocatória que a gente faz é a de Ocuparmos o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem. Acho que esta é uma boa colocação: ocupar com nossa indignação todos os espaços, ordeiramente, até para não usar as armas que eu acabei de criticar.

Pois bem, eu quero agradecer a cada um de vocês...

Você quer falar? *(Pausa.)*

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Boa noite. Meu nome é Philip. Pedro comentou que eu sou um dos representantes de um evento totalmente aberto, para todo o mundo, a que chamamos de *Bicicletada Nacional Rio+20*. É uma simples ideia que começou quando alguém teve a vontade de ir ao evento do Rio+20 e pensou: como seria o jeito mais sustentável de ir a esse evento? E a ideia foi a de ir de bicicleta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem...

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Isso começou nas redes sociais, especificamente no *facebook*, conversamos e dialogamos e fomos crescendo até que temos já construído os "bondes" que sairão do nordeste com pessoas de Natal, com pessoas de Manaus, centro-oeste e do sul do Rio Grande do Sul e passando por outras cidades.

Então, o evento *Bicicletada Nacional* é muito simples: é a forma e a ferramenta que a gente vai usar para parar nas cidades, locais, indo para o Rio para divulgar tudo o que foi falado hoje à noite: a importância da sustentabilidade ou o que eu falo normalmente quanto a haver uma responsabilidade. Sendo mais responsáveis, da forma como levamos o progresso, a gente verá o que é importante mesmo, apesar de, no dia a dia, nossa correria nos leva a esquecer o que é mais importante. Então, eu venho aqui com Simões, que também é outro participante, e mais outras pessoas como Wesley, pois estamos participando para levantar esse evento. Então, o que eu quero propor é oferecer o serviço de a gente levar isso ao povo. O pessoal que a gente se esquece, quando passamos pelas cidades de Luziânia, Cristalina, Paracatu... A gente passa por essas cidades e, às vezes, essas pessoas nem sabem o que é o Rio+20. E a esse pessoal e a essa população que a gente tem de divulgar. Acho que quanto mais vamos divulgando para o pessoal, não só nas cidades grandes, vai fortalecer e as pessoas vão entender. Aquela pessoa que trabalha em fazenda, não vai ficar na cabeça dela que o progresso ou a vida vai ser melhor quando ganhar mais dinheiro para ter um carro. Depois, ele vê que não tem mais tempo nem qualidade de vida. Então a Bicicletada só está pedindo um simples apoio, não é um evento de parcerias ou de patrocinadores, cada um traz o que tem para ajudar a facilitar esse evento para chegarmos ao Rio. Como o Pedro acabou de falar, a ideia é de usuários de bicicletas, ciclistas tomarem conta do Rio de Janeiro. Nós vamos passando por lá como celebração, não como protesto no sentido negativo, mas para celebrarmos o que temos, agradecermos o que temos, olhando para a gente cuidar do que foi dado para nós neste planeta.

Então, temos o apoio que temos do Ministério do Meio Ambiente e estamos procurando para termos o apoio de todos da Cultura, das Cidades, do Transporte para alinharmos e pararmos de pensar que temos que criar barreiras e que um não pode ajudar o outro nesse sentido.

Espero que todos desse comitê, cada representante da Bicicletada tenha alguém no comitê para que a gente traga isso junto e levemos ao Rio tudo que estamos falando aqui, deixando sementinhas é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero parabenizar, achei uma ideia formidável.

Vocês têm algum *site* para que as pessoas que nos estão assistindo possam entrar em contato? Já têm o endereço?

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Bom, o *site* é só bicicletadanacional.wordpress.com. Não tem www na frente não. Nesse *site* você vai ver as cartas que temos de apoio até da Dutch Cycling Embassy, da Holanda, do Ministério do Meio Ambiente e há pessoas da Origami, pessoas de tecnologias, empresas ou organizações que estão apoiando. Como te falei, de apoio moral até apoio para facilitar a nossa viagem e a chegada. Você pode também entrar no Facebook, há as bicicletadas em cada Estado. Só falta Tocantins, Acre, Rondônia e Roraima para termos mais força de representantes. Então, se alguém aqui conhece e sabe, para facilitar a gente queria ter representante de cada Estado e no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E vocês já entraram em contato com a Prefeitura do Rio de Janeiro?

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Diretamente não, mas o pessoal que é do Rio, com quem vou ter reunião amanhã à noite, é para já entrar em contato com cada prefeitura, até com as pequenininhas pelas quais vamos passando até o caminho para chegar lá para passarmos. Em cada lugar vamos parar, vamos divulgar nas escolas nas cidades mesmo ou nos locais rurais que

forem apoiando. O verdadeiro exemplo que vamos fazer para ajudar a colocar para ajudar a economia verde, é que vamos ajudar a economia local.

Cada lugar em que passaremos será onde vamos pegar nossos recursos: comida, alimento, hospedagem, precisamos. Não vamos carregar esse monte de coisas dadas por uma grande empresa. Então, todos esses lugares, essas cidadezinhas vão já estar preparados. Então, vamos ter que entrar em contato com cada um, com cada Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Conte conosco aqui.

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Obrigado. Ótimo. Se pudermos ter o apoio... É aberto para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – vamos ver, mas essa parte é do Suplicy. *(Risos.)*

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Você pode ir pelo menos a 60, daqui para Luziânia. Não tem outro caminho.

Na verdade, para todos saberem. Não fiquem assustados com a possibilidade de ter que participar, porque às vezes as pessoas não têm tempo. Podem ir de avião a Juiz de Fora e descer junto ou podem ir a São Paulo e descer com a galera lá, que é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ou leva a bicicleta. Encher, ocupar o Rio de Janeiro com bicicletas seria um gesto formidável.

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Eu tinha um objetivo de conseguir... Não sei, perguntam: "Quantas pessoas?" Ah, vamos ver mil. Aí, hoje na conversa a menina falou assim: "Não, a gente viu no evento aqui e tinha 16 mil". Eu falei assim: "Então, quero 50 mil". *(Risos.) (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu estava pensando em 100 mil.

Conte conosco.

O SR. DAVI – Oi, sou Davi e ando de bicicleta também. Bom, ia perguntar se vocês iriam sair de bicicleta também, mas já ficou claro para mim que vai ser viajado mesmo todo de bicicleta.

Eu queria saber quando vocês saem, qual será o tempo dessa viagem e como está planejado, para quem não vai ver no *site* por agora para ter uma ideia.

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Perfeito, como há 10 minutos, não sei quanto há mais, no *site* estou terminando um projeto onde haverá as informações das rotas. Está tudo sendo organizado por todo mundo. Então, Brasília já está programada para o dia 3 de junho e vamos fazer com a Passeio Ciclístico Rodas da Paz, onde vai sempre muita gente, para dar o *bon voyage* para sairmos.

Mas, o mais importante, na verdade, é a chegada. Queríamos muito, com certeza, chegarmos dia 15, ou dias antes, mas não vamos conseguir. Então, vamos chegar no Rio dia 17. A data é dia 17 de junho, domingo, para chegar todo mundo no local. Então, a pessoa que vai sair de Recife tem que sair dia 19 de maio, do Sul tem que sair talvez uns dias antes. Então, o importante é a chegada dia 17. Para cada pessoa que vai, vamos participar com tudo, tudo livre.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E mobilizar os cariocas, para que estejam na rua com bicicleta.

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Com certeza. Vamos fazer isso e estamos buscando apoio de todo mundo. É aberta e não exclusiva. O mais importante é que não vai ser exclusivo para nada, para ninguém. Deixamos aberto. Se as mídias querem participar, estará aberto para todos e não exclusivo. Empresas e todo aspecto disso também. Fazendo da forma mais sustentável. Como exemplo, se temos ônibus, procurar, se o veículo pode – porque há limite – o uso de B100 e não B5, não B10, biodiesel. Simplesmente o usa ou o óleo vegetal puro, que é viável e também é o caminho. Queremos levar mudar nativas para plantar nos locais. Há todo um trabalho. Então, quem entender que não pode ir de bicicleta, pode participar em organização ou ideias para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bom. Ficamos em contato.

Acho que as Nações Unidas mesmo gostariam muito de se envolverem nisso.

O SR. PHILLIP FIUZA LIMA – Para falar a verdade, já conversei até por *e-mail* com o Sr. Brice Lalonde, da ONU, para quem mandei a carta quando fui lá com o senhor... Deu branco, lá do Itamaraty, deu branco agora. Mas, com esses contatos conseguimos com o Sr. Fernando Lyrio, do MMA, para abrirmos isso e realmente vermos se podemos ter apoio deles também ao evento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bem.

Quero agradecer a todos e terminar, porque a televisão tem outras atividades e não podemos ficar ocupando. Você vai deixar o *site*?

O SR. PEDRO PICCOLO – O *site* da Cúpula dos Povos, que é a organização mesmo da sociedade civil lá na Rio+20, que vai começar do dia 15 ao dia 23 e que também tem os contatos dos comitês estaduais é: www.cupuladospovos.org.br. Então, todas as informações da Cúpula dos Povos estão lá e os contatos dos representantes dos comitês estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bem, agradeço a todos.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 19 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 23 minutos.)

SUBSCRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (2ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 15 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, SALA Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e dezessete minutos do dia quinze de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Deputado **Joe Valle**, Deputado Distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Senhor **André Lima**, Assessor Político do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; a Senhora **Sandra Vita Silva**, Superintendente de Educação Básica do Conselho Nacional de Secretários de Educação; e o Padre **Nelito Dornelas**, Assessor das Pastorais Sociais da CNBB e articulador da Quinta Semana Social Brasileira "*Estado para que e para quem?*". Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada um e a cada uma.

Declaro aberta a 7ª Reunião Conjunta referente à 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se a debater o tema: "Conscientização das mudanças climáticas".

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, que aproveito para chamar para compor a Mesa: Deputado Joe Valle, Deputado Distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Sr. André Lima, Assessor Político do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Srª Sandra Vita Silva, Superintendente de Educação Básica do Conselho Nacional de Secretários de Educação, e, finalmente, o Padre Nelito Dornelas, Assessor das Pastorais Sociais da CNBB, articulador da Quinta Semana Social Brasileira "Estado para que e para quem"?

Antes de iniciar nossa reunião – eu espero que já esteja preparado –, como se trata de discutir como criar consciência na população sobre problema tão grave, vamos passar um pequeno filme que o Ministério da Cultura e o Ministério do Meio Ambiente prepararam por meio do Programa Tele Verde. São curtas-metragens que trazem, por meio de animação, questões emblemáticas, como aquecimento global e mudanças climáticas.

(Execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado aos que colocaram esse filme. Acho que ele é muito importante para o que a gente vai debater hoje.

Esta é mais uma reunião de debate sobre a Rio+20 e tem uma característica diferente das outras. Nas outras, nós debatemos problemas específicos como água, energia. Nesta, a gente vai debater como criar uma consciência de que o problema existe, porque as mudanças se dão numa velocidade mais lenta do que somos capazes de perceber. Quando se fala que a temperatura vai subir dois a três graus, ao longo de um século, se você divide pelo número de dias, ou seja, 36.500 dias, um século, não percebe quantos décimos de graus ou menos de décimos estão subindo por dia. Quando você diz que o nível do mar vai subir um metro e meio, dois metros, três metros, você não percebe dia a dia. Mas um dia, quando a gente descobrir, talvez já seja tarde. Então, temos que criar uma consciência das mudanças climáticas em andamento, fazer com que as pessoas descubram antes de perceber, se conscientizem antes de ver.

Foi por isso que coloquei um projeto de lei para criar o Dia Nacional da Consciência das Mudanças

Ambientais. Esse dia é 16 de março, um dia escolhido para que pudéssemos debater nas escolas. O projeto de lei foi aprovado no Senado e na Câmara, foi sancionado pela Presidenta Dilma e hoje é lei. E o primeiro dia vai ser amanhã. Mas, lamentavelmente, como é o primeiro dia, não houve uma forma de ter consciência do dia da consciência, e o resultado é que ainda não vai ser um dia de mobilização. Estamos fazendo esta reunião para saber, dos quatro aqui presentes, como eles veem que poderíamos criar um movimento de conscientização. Um filmezinho como esse é um caminho, mas temos de colocá-lo nas grandes redes de televisão. E não basta isso. Tem que levar para as escolas, tem que fazer com que se debata.

Esta semana, fiz uma palestra para os bispos do Brasil. Depois de falar sobre essa crise toda, um dos bispos me perguntou o que ele poderia fazer para que as pessoas descobrissem o problema e se organizassem para resolver o problema. Eu disse: só vejo uma maneira, bispo. É começar a considerar que trocar de carro todo ano é pecado, comprar mais roupa do que precisa é pecado, que o consumismo é uma forma de pecado, e um pecado grave, porque é o assassinato de toda a humanidade, é o assassinato da civilização. Para não dizer da terra, porque a terra não precisa da gente, a terra continua. O nível do mar subindo, acabam todas as cidades da beira do mar. Mas continua igual, do ponto de vista do oceano. Não muda nada. Se a gente acaba com o gelo do polo, vai ser terrível para os ursos, mas para a natureza em si, para a terra, não muda nada. Só que não vai ter gelo.

Então, nós, com essa data de 16 de março, com uma data para criar uma consciência nacional das mudanças climáticas, o que nós queremos é que todos os anos, nesta data, os professores debatam o assunto com as crianças.

Nós vimos agora, nesta semana, como o Dia Internacional da Mulher cria uma consciência do papel das mulheres no mundo, da necessidade de defesa dos direitos iguais entre homens e mulheres. Quantas matérias saíram denunciando a desigualdade salarial entre a mulher e o homem, quando fazem o mesmo trabalho. A gente quer criar uma consciência dessas na humanidade e tem de partir, a meu ver, das crianças. Primeiro, porque elas é que vão pagar o preço. Segundo, porque elas são mais puras e, ao serem mais puras, são mais capazes de perceber o que a gente não vê.

Uma das frases que me chamou a atenção nesse filmezinho foi uma criança dizendo: "Até os adultos entendem." Se a gente conseguir colocar na cabeça das crianças o problema das mudanças climáticas, das ameaças adiante, a gente chega aos adultos.

Lembro muito o nosso trabalho aqui no Distrito Federal, de implantar a faixa de pedestre e fazer com que o motorista, todo arrogante como todo motorista, pare porque uma pessoa estendeu o braço e quer atravessar. Pouca gente sabe que aquilo foi o resultado de uma educação de crianças que educaram os pais. Foi nas escolas que a gente conseguiu, ao longo de alguns meses, criar consciência da beleza de parar o carro para que os adultos atravessassem. Aí, os meninos no banco de trás: "Pai, ali tem gente querendo atravessar", ou "Mãe, ali tem gente querendo atravessar". Veio de trás para frente, das crianças nos seus bancos.

A gente precisa criar essa consciência nas crianças e, obviamente, nos adultos também. Por isso, temos vocês aqui, que agradeço muito por terem vindo, e já começo passando a palavra e informando que definimos um tempo de apresentação de 15 a 20 minutos.

Vamos tentar ficar nesse prazo para não terminar muito tarde, até porque estamos sendo transmitidos e temos de respeitar o tempo da televisão, mas não vou ficar aqui cortando a palavra, a não ser que seja necessário. Após a exposição, concederemos a palavra aos Senadores e Senadoras que estiverem presentes, para os esclarecimentos que desejem.

Então, com base nisso, já passo a palavra na ordem, de lá para cá, começando pelo André Lima.

O SR. ANDRÉ LIMA – Muito boa noite aos senhores e senhoras. Sr. Senador, muito grato pelo convite, em nome de quem me congratulo com todos os presentes à Mesa.

É mais uma oportunidade que temos de estar aqui no Senado brasileiro trazendo um pouco das reflexões e das ações que temos feito associadas à temática ambiental e, em particular, ao tema de mudanças climáticas. Sou assessor de políticas públicas do Ipam, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que tem trabalhado ao longo dos 17 anos de trabalho dessa instituição, fazendo conexões entre os temas do desenvolvimento rural e as questões ambientais, em particular a conexão entre o tema de florestas com mudanças climáticas. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia é pioneiro no sentido de debater esse tema e tensionar, dentro do País e fora, acompanhando inclusive as convenções de clima, para que haja avanços no que se refere à agenda do desenvolvimento sustentável relacionada às florestas.

O Brasil foi muito resistente durante muito tempo em admitir que as políticas associadas às florestas são fundamentais não apenas em função do desenvolvimento próprio do País e das populações locais e do nosso desenvolvimento econômico, mas que estão diretamente associadas às questões climáticas globais. Então, é um pouco da experiência que vimos trazendo.

Esse é um tema – vou fazer certa contextualização – altamente complexo, e às vezes acabamos tornando-o ainda mais complexo do que já é. Acho que isto é o grande desafio que temos pela frente: tentar trazer, cada vez mais, esse tema para o dia a dia do cidadão.

Esse debate todo em torno do Código Florestal, que nós vivemos ao longo dos últimos dois anos, apesar das adversidades e do resultado ainda a desejar, trouxe pelo menos uma coisa de positivo: hoje em dia, os taxistas discutem o Código Florestal. Para mim, é um indicador interessante, porque eles estão ligados às coisas do momento. Então, quando passam a discutir temas que, até então, eram fora do senso comum – Código Florestal, área de preservação permanente, reserva legal, quer dizer coisas que eram de um universo bastante restrito – é sinal de que, enfim, o assunto vem ganhando espaço. E isso tem reflexos na democracia e acaba rebatendo obviamente, claro que consequentemente, no Legislativo e no Parlamento.

Eu trouxe alguns *slides* para mostrar alguns dados e informações e, depois, apresentar algumas conclusões para nossa reflexão.

Eu pedi, Senador, como estamos envolvidos no lançamento hoje do movimento Nossa Brasília, edição aqui do Distrito Federal de um movimento que já acontece em vários Municípios e Estados do Brasil, licença ao senhor para, entre 19h e 19h15, retirar-me, mas eu já me coloco totalmente à disposição da Comissão para retornar ou responder questões por escrito posteriormente. Essa é uma necessidade, por estar na coordenação desse movimento.

Por favor, próximo *slide*.

Isso aqui dá uma conotação interessante. Como falou o Senador, em cem anos não conseguimos observar as mudanças climáticas, e os indicadores são de difícil apreensão pelo senso comum. Então, imaginem se olharmos na escala de algumas dezenas ou centenas de milhares de anos. É notável o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nos últimos dois séculos ou em um pouco mais de dois séculos. Observem que, no Marco Zero, há uma concentração da ordem de 385 ppm. O que se debate hoje é que, neste século, muito provavelmente vamos estourar a marca dos 445 partes por milhão na atmosfera, o que significa necessariamente o seguinte: se, hoje, nós pararmos de emitir – emissão zero –, nós ainda teremos aumento de, no mínimo, dois graus na média nos próximos cem anos com as consequências que isso resulta, conforme os vídeos trouxeram de forma muito didática. Então, isso é de uma gravidade sem tamanho. Esse gráfico mostra bastante isso.

Próximo.

Isso aqui, em gigatoneladas, representa mais ou menos o que o Planeta emite e a projeção, se nada for feito, do que virá a acontecer em 2030, ou seja, praticamente vamos dobrar as emissões se seguirmos o que os cientistas chamam de BAU – Business As Usual –, mostrando, portanto, para onde vamos se não acordarmos em relação à matéria; acordarmos inclusive no sentido jurídico, porque o que nós temos que fazer são grandes acordos com repercussão prática no nosso dia a dia e na vida dos países e partes da Convenção de Clima.

Próximo.

Pode passar esses dois *slides*. São só pequenos... Isso mostra que o aquecimento já é uma realidade com impactos.

Próximo *slide*.

São várias as pesquisas, e o IPCC mostra isso – próximo *slide* – na questão das chuvas. Bom, eu não sei os senhores, mas eu moro em Brasília há doze anos e já sinto alterações importantes na questão do regime de chuvas e de seca, embora Brasília seja bem marcada mesmo com regime de chuvas e secas. Mas a ciência também explica isso de forma muito mais substancial e robusta do que eu estou dizendo aqui.

Próximo.

São exemplos mais para contextualizarmos e apresentarmos depois as nossas proposições. Isso causa reflexos, impactos no dia a dia em questões estratégicas para o desenvolvimento e a felicidade dos brasileiros e de todos os cidadãos do Planeta em diferentes campos da atividade socioeconômica e cultural: no abastecimento de água; na qualidade da água; nos *habitat* das espécies; na vazão dos rios e, consequentemente, na produção de energia; no acesso de água para a agricultura. Há estudos interessantes da Embrapa mostrando que os impactos das mudanças climáticas na produção agropecuária são relevantes. São impactos que inclusive já vêm sendo sentidos em função da questão de secas e chuvas em períodos não antes estudados, com impactos severos na política agrícola, nos poucos instrumentos que temos de política agrícola, como o seguro agrícola, o zoneamento agrícola. O Deputado Joe Valle pode falar disso até muito melhor do que eu, porque é agricultor e vivencia isso na carne.

Próximo.

São escalas de dados e de informações que tornam a questão bastante complexa para o cidadão comum, porque o tema hoje é "como conscientizar?" Então, é importante entendermos o grau de complexidade para sabermos como é possível traduzir o que vem acontecendo para o cidadão comum, já que esse é o nosso grande desafio.

Próximo. Pode ir clicando aí.

Então, nós temos esse desafio da temperatura de dois graus. A concentração para que nos limitemos a isso é de, no máximo, 450 ppm. Isso significa que, em um século, nós podemos emitir 1.800 gigatoneladas de CO_2, em média, sendo que hoje a média já é de 3.500 gigatoneladas de CO_2. Tal situação mostra que temos um desafio pela frente muito grande, e, por óbvio, a conscientização é importante não só porque na nossa prática do dia a dia todo o cidadão tem a sua responsabilidade, mas porque se não sensibilizarmos os nossos governantes, seja através do Parlamento, seja através das próprias eleições, muito provavelmente os acordos continuarão sendo acordos muito aquém do necessário.

Então, realmente esta audiência pública de hoje tem uma importância significativa, porque é pela conscientização que nós vamos conseguir – e eu acredito que não temos saída –, pela conscientização é que nós vamos avançar. Então é importante compreender a magnitude e os limites que nós estamos já transpondo.

Próximo *slide*.

O que é preciso fazer nos próximos 20 anos, para que de fato a gente se coloque dentro do limite?

Aí mostra uma curva de redução das emissões, que é bastante expressiva, ou seja, mostra realmente a inversão que nós temos que fazer em termos de desenvolvimento econômico, com impactos no desenvolvimento econômico para que, de fato, a gente chegue a não extrapolar significativamente os limites que estão sendo colocados pela própria ciência.

Próximo *slide*.

Pode avançar.

Aqui, desmistificando outro debate que se coloca, hoje os maiores poluidores são os países chamados do Anexo I, que são os países desenvolvidos. Essa era a realidade em termos do quadro de emissões na década de 90 em que os países em desenvolvimento, a relação de emissão de países em desenvolvimento e países desenvolvidos era mais ou menos equilibrada, os países desenvolvidos emitindo muito mais.

Próximo.

Isso vem se revertendo, ao passo que, em 2020 essa relação já é de 60 para 30, de dois terços para um terço, praticamente. Sendo que a média do século XVIII, para vocês entenderem, nós já estamos atingindo 60 gigatons, a média tem que ser de 18. Então é um desafio realmente bastante expressivo que temos pela frente. Isso envolve significativamente trabalhar o modelo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Próximo *slide*.

Aqui mostra um pouco em termos de população, PIB e emissões. Qual era o quadro em 1990, 5,3 bilhões de habitantes, US$30 trilhões era o PIB do planeta e a média de emissões era de 35 gigatoneladas, nos anos da década de 90. Isso variou, em 2010, para sete bilhões de habitantes, US$60 trilhões, dobrou o PIB, e as emissões aumentaram também significativamente.

O ano de 2050 é que vem sendo colocado como meta, está sendo debatido como meta. A população vai chegar a nove bilhões, nós vamos ter o famoso PIB na ordem de US$200 trilhões, tendo que emitir cinco vezes menos do que emitimos agora. Realmente, é um desafio e tanto.

Próximos.

Pode avançar, por favor.

Não vou entrar em muitos detalhes, não.

E aí alguns avanços, que acho importante, mas também para mostrar um pouco a complexidade. Quer dizer, como é que a gente traduz esses desafios todos e esses avanços todos, para que de fato a gente possa tocar mentes e corações? Só para compreender um pouco, esse é o quadro de emissões no Brasil e a evolução recente: energia, agropecuária, uso da terra. E desmatamento, vocês podem observar, que é a linha superior, é o grande, é o principal item, elemento de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Desmatamento e queimada.

Isso colocaria o Brasil, se não houvesse o desmatamento e a queimada, na ordem de 15º, 16º como maior emissor; com o desmatamento e a queimada, o Brasil passa a ficar entre o 3º, 4º maior emissor de gases estufa. Então, o tema do desmatamento, principalmente na Amazônia, porém, mais recentemente no cerrado, o desmatamento no cerrado, nos últimos cinco anos, já aumentou, já é superior ao desmatamento na Amazônia, tanto em termos de emissões quanto em termos de hectares, com consequências tão danosas para a água, biodiversidade, etc., tanto quanto o desmatamento na Amazônia.

Mostrando um pouco o quadro de emissões que mostra o desafio que nós temos pela frente em relação aos principais setores da economia, agropecuária, produção de energia e ocupação do solo, principalmente rural.

Próximo.

Aqui são alguns Estados que já evoluíram ou vêm evoluindo com política de clima. Faltou aí inserir – certamente o Deputado Joe Valle vai falar – que o Distrito Federal acabou de aprovar uma legislação de política de clima para o Distrito Federal. Mas está aí um quadro de Estados que já têm políticas, Estados que têm projeto de lei, e alguns Estados que ainda não começaram a debater.

No Distrito Federal, até o ano passado não havia nenhum tipo de debate sobre a questão climática, dentro do Governo e no Parlamento. Isso a capital do País, que se colocou em Copenhagen, em 2009, como o principal país em desenvolvimento, que assumiu metas de redução de emissões e que se colocou na vanguarda da questão climática.

Próxima.

Pode avançar.

Eu vou passar esses *slides*, vou direto, porque acho que tenho só mais um minuto.

Pode avançar.

Aqui é um pouco do que o Brasil vem apresentando como metas, por categorias de emissões, uso da terra, agropecuária, energia e outros, e o que programa brasileiro de mudanças climáticas vem propondo em termos de redução de emissões com as suas metas estabelecidas até 2020, de redução da ordem de 30% a 36% de emissões em relação ao que foi projetado para 2020.

Eu sei que não é fácil assimilar tudo isso, muitos dos senhores já participaram de outras audiências, podem estar mais familiarizados, mas o objetivo é exatamente mostrar que essa coisa é um tanto mais complexa do que se possa imaginar. Eu mesmo, que estou há dez anos trabalhando com isso, muitas vezes me deparo com quadros, gráficos e cenários que são projetados que não consigo traduzir.

Então, é um tema não só relevante, mas complexo.

Próximo.

Pode avançar, eu vou direto para as análises.

Pode seguir adiante, por favor.

Mais dois ou três.

Aqui mostra também o desafio que o atual Governo vem enfrentando de desenvolver planos setoriais para diversos setores da economia, estabelecendo metas, ações, estratégias e instrumentos para viabilizar ou a redução ou o controle das emissões do País.

Andamos a um ritmo muito lento, depois da aprovação da Lei de Clima, de 2009, e da sua regulamentação, em 2010. Temos poucos avanços concretos em relação a esses planos setoriais, mas exige da sociedade muita articulação e exige uma mobilização muito forte, porque o interessante da Lei de Política Nacional de Mudanças Climáticas, Deputado Joe, e da Lei Distrital é que têm impacto em todos os setores da economia. Inclusive, no debate da Lei de Clima aqui do DF, o Governador acabou vetando alguns artigos, sob o argumento de que a Lei não podia interferir em alguns setores, mas a Lei tem de interferir em alguns setores, sob pena de não ser efetiva.

E aqui mostra um pouco, quer dizer, indústria da transformação, celulose, química, construção civil, agropecuária e vários outros que não estão aqui previstos nos planos de governo. Isso exige uma mobilização da sociedade muito grande. Não é com políticas tradicionais de comando e de controle, com fiscalização, com o Ibama, com polícia ambiental, com Polícia Federal que se vai resolver um problema da magnitude da questão climática. Se não houver políticas efetivas que modifiquem estruturas e estratégias que dizem respeito ao cerne da nossa economia, nós vamos continuar fazendo boas e bonitas apresentações e o trem vai continuar andando a toda, rumo ao despenhadeiro.

Próxima.

Então está aí. Algumas incoerências que acho importante a gente examinar, claro que não temos tempo para aprofundar.

Alta complexidade da matéria para o senso comum. E aí tem todo esse desafio de compreensão do nosso senso comum. Até que ponto catástrofes naturais e eventos climáticos extremos têm a ver com ações humanas. O senso comum não só não compreende isso em função do tempo em que essas coisas acontecem, quer dizer, como o Senador colocou, as mudanças são lentas, são praticamente imperceptíveis e quando vêm os grandes eventos, são vistos como catástrofes e não correlacionados com as ações humanas. Isso é um desafio para a percepção e para a conscientização.

Próxima.

A ciência avança todos os dias, mas o cidadão comum não tem acesso a isso, não compreende e aos poucos os jornais vêm tendo cadernos de ciência, tentando trazer um pouco em linguagem mais acessível, mas é difícil conscientizar a sociedade de que já estamos vivendo esses impactos das mudanças climáticas. Principalmente porque, na verdade, o que se coloca para a sociedade – e isso vem acontecendo nos últimos anos – é que as coisas, aparentemente, pelo menos no Brasil, não estão assim tão ruins. A narrativa que é feita para a sociedade é a de que estamos sobrevivendo ao caos da economia, ao derretimento dos mercados. O Brasil tem 40 milhões de novos ingressos na classe média, 26 milhões que saíram da pobreza, geração de emprego, etc. O sentimento é o de que as coisas vão melhorando. Como é que pode, agora, a gente querer trabalhar limites a esse crescimento, limites a esse acesso ao mercado de consumo em função de coisas assim tão abstratas e tão difíceis de perceber.

Quero registrar, aqui, uma grave incoerência que também dificulta um pouco a conscientização da sociedade, porque a postura do Governo é indicativa e sensibiliza também a sociedade. Estamos vivenciando um processo, principalmente no último ano, de retrocesso na legislação ambiental muito grande. O Código

Florestal é um indicador, um exemplo paradigmático disso, mas há outras questões que estão sendo processo de pressão e de reversão, como a criação e a consolidação de unidades de conservação em territórios indígenas, como as competências constitucionais em relação à matéria ambiental. Acabamos de reduzir os poderes do Ibama, por exemplo, em relação à fiscalização de desmatamento, por lei. Isso foi feito por lei. Há uma série de retrocessos. Estamos, agora, em plena Rio+20. O Brasil é a vitrine da questão ambiental no mundo e estamos nessa posição ambígua. Só para citar o Código Florestal, que não é qualquer lei, pois diz respeito à proteção de água, da biodiversidade e ao clima. O desmatamento no Brasil é o maior fator de emissões. Portanto, o Código Florestal é o principal instrumento de controle, monitoramento e reversão desse quadro.

Próximo.

Há, inclusive, um manifesto – que posso depois disponibilizar aos senhores – do Movimento Socioambiental, mostrando que nesse primeiro ano do Governo Dilma a gente vem vivenciando um retrocesso significativo em matéria ambiental. Isso tudo travestido ou, na verdade, sob o manto de que o Brasil vai bem.

O próximo *slide*, por favor.

O Código Florestal, como falei, trazendo anistia para o desmatamento, com o comprometimento da meta de desmatamento. É importante dizer que a anistia aos 4 módulos fiscais – que foi colocada pelo Código Florestal, inclusive aqui do Senado – vai ter um impacto sério na questão das metas de redução de desmatamento na Amazônia, porque, hoje, 80% dos desmatamentos na Amazônia são pequenos. A anistia de recomposição de reserva nas pequenas propriedades vai dar um sinal para os pequenos proprietários de que o desmatamento compensa e de que é agraciado pelo Governo com anistia e benesses.

No DF, há outro indicativo, em escala local, do desafio. Acabamos de aprovar – e certamente o Deputado vai falar a respeito – uma Lei de Clima. O Governador, infelizmente, vetou alguns dispositivos bem importantes como, por exemplo, o que trata da questão dos transportes. Muito possivelmente, ainda não temos um inventário do Distrito Federal. Muito possivelmente, a questão dos transportes é o principal fator de emissão de gases de efeito estufa no Distrito Federal, ao lado das queimadas. A Lei de Clima perder um capítulo inteiro que fala sobre a questão dos transportes é sinal de que temos, ainda, muito o que fazer e muito a trabalhar em termos de conscientização também.

Vou concluir, pois já estou estourando o meu tempo. O Iphan está fazendo um estudo – e pretendemos, inclusive, lançá-lo aqui no Senado – dos subsídios que o próprio Governo dá à chamada economia marrom. Na verdade, não existe uma caracterização para essa economia. É a economia que não é a chamada economia verde, que está sendo muito debatida. Só nos últimos cinco anos foram mais de R$170 bilhões de isenções tributárias – e não estamos computando aqui crédito – para vários setores da economia, que são altamente intensivos na emissão de gases de efeito estufa. Se compararmos com o que foi para a energia eólica e outras tecnologias econômicas consideradas verdes, há uma relação de 170 para 1. Então, cadê a economia verde? Então, essas contradições é que dificultam ainda mais uma postura firme no sentido da conscientização da sociedade.

Próximo.

O Brasil vai bem. Muita gente acha que o Brasil vai bem, isso é questionado, mas o clima vai mal. E uma coisa, aparentemente, não tem nada a ver com a outra.

Próximo.

São alguns desafios que quero mencionar. Estimular cada vez mais o debate público sobre os subsídios que o Governo dá a essa economia marrom *versus* economia verde e desmistificar esse discurso oficial de que estamos migrando para uma economia verde é um fator relevante, porque isso chama a atenção da sociedade. A conscientização passa, também, pelo debate aberto, transparente, e pelo estímulo aos instrumentos que também promovam essa transparência. Hoje, por exemplo, se eu forem todos os relatórios da Receita Federal para saber para quem foram os incentivos fiscais, tenho essa informação de forma muito agregada, não consigo saber, exatamente, para que setores foram, para que áreas foram, qual é a pegada, digamos, de carbono, desses incentivos pelos quais nós, sociedade brasileira, estamos pagando.

Um debate do qual o próprio Senador é uma das lideranças é sobre a questão dos indicadores de desenvolvimento. Enquanto a gente fica falando de PIB, de dólar e de Bovespa, é aquela história, a sociedade, eu acho, fica meio confusa, fica pensando: será que as coisas estão bem mesmo? Enquanto que, na verdade, as bases desse desenvolvimento se dão sobre a predação e o uso insustentável dos nossos recursos naturais. Então isso precisa, de alguma forma, ser objeto de um indicador claro para a sociedade, porque também é uma maneira de chamar a atenção e de ligar o sinal amarelo para que haja consciência em torno disso.

Próximo.

Claro, sem dúvida que a formação e a qualificação crítica no sentido de estimular o debate crítico aos professores sobre o assunto do desenvolvimento sustentável. Fala-se muito sobre ciência e tecnologia

e inovação no tema de mudanças climáticas, mas a questão da educação é fundamental. Como é que nos preparamos esses professores para enfrentar, aprofundar e trabalhar esse tema de forma fácil, didática, realmente conseguindo levar isso às crianças e aos jovens. É um desafio muito grande. Isso tem de entrar no debate sobre a qualificação desses professores.

Próximo.

Não é a questão ambiental como um todo, a gente tem de sair daquele paradigma de que a questão ambiental é tratar o verde, o azul, a água, a floresta, a fauna, como no tempo dos códigos. Inclusive, é o que a gente ainda vive. É o Código Florestal, o Código de Águas, o Código da Fauna. A questão climática inverteu isso tudo. Na verdade, mostra de forma muito clara, que isso tudo está sobre a mesma mesa.

Por último, o desenvolvimento de programas públicos, de políticas públicas educacionais especialmente voltados para esse tema em escala nacional e local. Isso é fundamental que seja implementado. Não coloquei aí, mas acho que também é muito relevante – para concluir –, o estímulo – e o Senado pode dar um apoio nesse sentido – a que sejam criados fóruns de clima nas cidades, nos Estados. E que todos os setores participem, não só porque serão afetados, sob o ponto de vista da economia, mas porque serão afetados, obviamente, pelas consequências das mudanças climáticas. Aqui no DF, a gente vem tentando – e tenho apoiado também um grupo de trabalho sobre o clima, na Frente Parlamentar Ambientalista do Distrito Federal, coordenado pelo Deputado Joe Valle –, mas é um desafio e tanto. Como é que a gente faz para esse povo participar de forma propositiva? A participação, hoje, ainda é no sentido de reagir às mudanças, pois quaisquer mudanças exigem rever as suas planilhas de investimento, de lucros, de cálculos, etc. Isso tudo é ainda um grande enigma a decifrar.

Eu espero ter trazido alguns elementos para reflexão. Sei que não tem aqui nenhuma receita para resolver todos os males da questão climática. Então, coloco-me à plena disposição dos senhores.

Agradeço, Senador, mais uma vez pelo convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço pela muito boa exposição, não só porque colocou a situação como também trouxe propostas de como fazer a conscientização.

E passo a palavra a Sandra.

A SRª SANDRA – Boa noite a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Cristovam, agradecer e dizer que me sinto privilegiada, porque acho que a educação é o grande motivador e o grande sensibilizador para as questões como essas que o André colocou. E me reportando, Senador, à ideia do dia 16 de março, porque estive com o Professor Ibañez na implantação da faixa de pedestre, sei da importância da educação nesse processo.

Então, quando o André nos alerta desses problemas graves – alguns, inclusive, eu nem tinha conhecimento –, fico pensando da importância e do privilégio de poder falar aqui, de divulgar essas ideias, para que todos percebam o papel da educação nessa discussão, discussão inclusive pertinente, pois acho que este é o momento em que a gente se prepara para a Rio+20 e que a gente pode pensar, a partir da Rio+20, o que poderemos mudar, que propostas a gente pode levar para a educação.

Então, esse é o objetivo da minha exposição aqui hoje, e estou feliz também, porque se alinha em muito com o que apresentou o André sobre os processos educativos, sobre a necessidade de conscientização dessa sociedade, da comunidade como um todo sobre isso.

Então, vou organizar a fala, ainda que pequena, pensando a partir dos desafios que a gente tem do lugar de onde falo, que é a educação, o do que temos conseguido para, a partir disso, a gente pensar como avançar.

Próximo, por favor.

Os desafios. Eu começaria falando um pouco disso que o André colocou: romper um pouco com esse círculo. É uma temática que ainda está muito restrita a meios acadêmicos. A discussão política da legislação e a própria questão mercadológica, como fazê-las chegar à escola.

Eu coloquei escola entre parêntese, porque, quando me refiro à escola, refiro-me ao conjunto dos sujeitos educativos. Então, escola: os seus gestores, professores, estudantes e comunidade. Então, sempre nessa perspectiva, fazer a transposição didática de todas essas discussões de gráficos. Por exemplo, o primeiro, André, que você apresenta para a prática cotidiana, para o dia a dia da escola é um grande desafio. Então, a gente precisa fazer com que essa temática fundamental encontre espaço no dia a dia dos estudantes e da comunidade toda da escola.

Traduzir para a escola o que essas mudanças climáticas representam na prática, no dia a dia, porque, a partir de números, de elementos, como os apresentados aqui, como é que isso diretamente afeta o dia a dia da sociedade, como o seu dia a dia pode ser modificado, como ele pode, inclusive, modificar o seu dia a dia. É uma questão importante.

Então, para isso, a gente entende que o processo educativo tem que buscar o engajamento desses sujeitos. Se a gente olhar na escola, e, como a gente vê na televisão, temáticas como essa, como a questão

climática, parece um lugar distante – se a gente não consegue se perceber nesse processo.

Então, isso é outro desafio; buscar esse engajamento, esse sentimento de responsabilidade. E perceber também que a nossa ação local, como cada comunidade escolar, como cada escola, como cada sistema educativo, cada Município tem ações que se refletem numa perspectiva global e sistêmica. Nós não estamos separados – nosso Município, nossa cidade – de todo o resto do Planeta, de todo o sistema global. Então, são desafios que a escola ainda enfrenta.

Próximo, por favor.

Ainda há outros. Essa coisa que estamos vendo, esse movimento que temos visto, mas que entendemos que, no âmbito da educação, ainda precisa ser mais debatido, mais aprofundado, como essa temática das mudanças climáticas, que precisa ser aprofundada. E um exemplo disso é que o André trouxe, quando mostra as legislações, as dificuldades. A sociedade precisa debater mais esses temas, conhecer melhor para se envolver mais nessas questões.

Mas não só o Estado, como também a sociedade civil, as empresas, as iniciativas empresariais, as ONGs – Organizações Não Governamentais –, têm um papel muito importante no que se refere ao envolvimento e às ações educativas. A escola não pode se fechar aos seus muros. Ela precisa perceber essas ações, ela precisa dessa participação.

Então, assim também temos um desafio.

E reconhecer as nossas atividades humanas como principais, como responsáveis por essas mudanças, porque nós precisamos compreender – e o André colocou bem – que a gente ainda vive, principalmente na escola, uma perspectiva de ver as questões ambientais, as questões climáticas muito ligadas a um princípio ainda ingênuo. Quando se pensa em meio ambiente e em questões relacionadas a meio ambiente, muito ainda se pensa nas questões do verde, da árvore, pouco se envolvem as questões socioeconômicas, que são muito importantes.

Próximo, por favor.

Eu precisava apresentar para vocês essas questões, essas correntes que vivem no sistema educativo. Hoje, a gente pode vê-las de forma ampliada. Mas, ainda no sistema educativo, a gente tem duas correntes que se podem considerar de ação do professor. Não duas correntes técnicas, do ponto de vista teórico, mas da ação mesmo das escolas, que é a educação ambiental, as questões climáticas tratadas a partir da necessidade de instrumentalizar os sujeitos, como se essa instrumentalização, a simples divulgação do conhecimento científico fossem suficientes para trazer mudanças. É claro que a gente sabe que a escola é o *locus* onde a gente tem que apresentar isso, mas não é uma questão tão simples.

E nós temos como segunda corrente também muito presente nas nossas escolas o desenvolvimento sustentável, que é quando a ação da escola trabalha no sentido de empoderar os sujeitos, estudantes, professores, toda a comunidade escolar para que, sentindo-se protagonistas, tomem as decisões.

São duas vertentes que, no nosso entender, não se separam.

Particularmente onde estou agora, na Secretaria de Educação do Distrito Federal, o eixo do nosso projeto de educação é a sustentabilidade humana. Então, uma visão mais ampliada disso, onde essas correntes se envolvem, e é essa a perspectiva que entendemos que precisa ser trabalhada com relação às questões dessa temática na escola.

Próximo, por favor.

Temos algumas barreiras, algumas coisas que eu acho que é importante que a gente reflita sobre – e é por isso que entendo que esse espaço é muito interessante para essas discussões –, para que a gente amplie o tema, para que a gente leve e se prepare mais para debates como esses que vamos enfrentar e viver na Rio+20.

Nós temos, do ponto de vista da educação, tendência a privilegiar, como foco da aprendizagem, as disciplinas científicas. Nós não conseguimos perceber a questão climática nessa perspectiva. Nós estamos sempre ligando essas temáticas ambientais, não só a questão climática, como outras, a temas transversais não tão científicos, não com a importância como nos é apresentada hoje e que precisamos lidar. Então, essa é uma barreira que precisamos vencer. Parece que as disciplinas formais, as tradicionais – Português, Matemática, História –, se veem desconectadas de temáticas que envolvem a sociedade como um todo, como é essa do clima. Essa é uma barreira que penso que o processo educativo ainda precisa vencer.

Também as nossas políticas, a nossa legislação, de alguma forma precisam sair do papel, não que elas não sejam nascidas dos debates da sociedade, mas de alguma forma elas prontas, formalizadas, precisam encontrar eco, precisam ser materializadas do que seria o formal para a prática, para a vivência. Dentro da escola, as políticas com relação às questões ambientais e climáticas, ainda no ambiente escolar, se encontram desconectadas da prática. De que forma a gente consegue envolver as legislações na prática, professor? Essa é também uma barreira importante a vencer.

A própria formação dos nossos docentes, a formação dos gestores e de todos os servidores e funcionários da escola para essa questão. A gente preci-

sa investir na formação de professores, porque não é uma temática apenas transversal, não é momentânea, é uma temática fundamental.

Por isso, entendo que a gente precisa investir mais e é uma grande barreira ainda a formação do nosso quadro no processo educativo.

Próximo.

Eu tinha pensado, mas o tempo não permitiria... Temos na Legislação uma história com relação às questões das mudanças climáticas, que vem se desenvolvendo no Brasil ao longo dessas décadas, particularmente nos dois Governos do Presidente Lula.

Destacaria na legislação alguns pontos importantes a respeito da educação, que é o art. 225 da Constituição, que estabelece também a necessidade da promoção da educação ambiental, dessas questões serem vistas, mas sempre sob um enfoque humanista, holístico; não podemos vê-lo de forma estanque, separado do homem, o ambiente e o homem de forma separada.

Por último, uma fala do nosso Ministro da Educação, Mercadante, apresentando as diretrizes do Plano Nacional de Educação e a promoção da sustentabilidade socioambiental, é um dos pontos importantes. Acho que, na legislação, encontramos suporte para fazer essa discussão.

Por fim, eu gostaria de falar um pouco das ações, de que forma, do ponto de vista da educação, do ponto de vista do Concedi podemos... Que ações a gente precisa ter para enfrentar esses desafios com relação às questões climáticas na nossa discussão. É otimizar a formação e a participação dos estudantes na escola e fora dela. A gente precisa entender a escola como para além dos seus muros, a gente precisa que os nossos sujeitos, professores, gestores, entendam que aquele não é um espaço restrito, mas reflexo de toda uma problemática social, nas quais estão as nossas ações com relação ao clima.

A gente entender, se nos conscientizarmos, nós todos, como educadores, que somos parte integrante e que essa temática é integrante desse processo sociedade-natureza e que não estão apartadas, não estão separadas.

Também, uma das nossas ações e um enfrentamento que entendo importante é que identifiquemos a interdependência entre o desenvolvimento econômico, que os recursos se esgotam, eles não são fonte inesgotável, e toda essa conscientização, entendo que a escola seja privilegiada nesse aspecto, ela, desde pequenininha, como disse o Senador, desde a primeira infância a gente precisa fazer esse trabalho.

Entendam a dificuldade de se fazer uma transposição didática de uma temática tão complexa para crianças na pré-escola, mas entendemos que seja de lá que precisamos começar a investir e a fazer reflexões sobre a temática.

Estimular a responsabilidade e a solidariedade. É importante que não seja um tema que vemos como escola, mas ela é do nosso dia a dia. As nossas ações têm reflexos na sociedade, na nossa vida e na das próximas gerações. Então é muito importante que a gente perceba isso.

Desenvolver educação ambiental de forma permanente. Ela não é um tema transversal, que simplesmente ganhe um destaque em determinado momento do projeto educativo. Ela é uma ação permanente, diz respeito à mudança de consciência, de postura.

O Senador falou do consumismo, do nosso consumismo, essa é uma reflexão importante que a escola tem que fazer permanentemente, não só em suas ações cotidianas, mas nas ações pedagógicas, inclusive das disciplinas tradicionais, daquelas disciplinas formais.

Coloquei, para terminar, uma reflexão importante, parece-me, do Bertrand, que fala, num documentário que fez: – "*Home, nosso planeta, nossa casa*" –, que é tarde demais para sermos pessimista. Do ponto de vista da educação, é fundamental que não tratemos a temática de forma pessimista, não tratar do catastrofismo, do ponto de vista do catastrofismo, porque nós já estamos aqui, não vamos ter como voltar atrás. Então, é uma perspectiva de: o que fazer? O que estamos esperando para fazer? É muito importante para nós, do ponto de vista da educação, entendermos que o pessimismo não é matéria para o nosso trabalho, nós já estamos aqui, a nossa situação no Planeta já está assim. Então, o que podemos fazer daqui para frente.

Por isso – sendo breve, estou já esgotando os meus quinze minutos –, quero contribuir com esse debate falando isso. Os curtas falaram bem essa ideia que acho ser fundamental nesse processo, é a sensibilidade e a criatividade. Como ações, como esses curtas, podem atingir aquele público pequeno, os maiores nos sensibilizaram a todos. São ações criativas, sensíveis, mas, sobretudo, responsáveis e reflexivas, que entendo que a educação precisa ter com essa temática e, assim, ela pode contribuir para esse debate.

Coloco-me à disposição para outros debates e esclarecimentos.

Agradeço o momento ao Senador por essa fala.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço à Professora Sandra.

De imediato, passo a palavra ao Deputado Joe Valle.

O SR. JOE VALLE – Obrigado, Senador. Queria cumprimentar a Mesa e, antes que o André saia,

agradecê-lo pela brilhante palestra, mas também pela colaboração importante que tem dado para o nosso trabalho.

Tenho origem na produção rural, sou produtor de alimentos orgânicos há 26 anos aqui nesta cidade e, depois que comecei a produzir, há 26 anos, não tinha conhecimento da agricultura orgânica, da ecologia, tive uma intoxicação por agrotóxico, falei assim: o que fazer? Quero continuar produzindo alimentos, mas não quero morrer. Quero conseguir dar aos meus amigos esse alimento com a consciência tranquila. Essa caminhada vem acontecendo no que fazer o tempo inteiro, buscando de forma tranquila ações simples e que estejam ao alcance de cada cidadão.

Outro dia eu estava lá na minha roça e uma pessoa que trabalha comigo há muito tempo estava capinando, olhei na cintura dele dois celulares. Falei: Eduardo, o que é isso aí? Ele me mostrou, esse é o último tipo. Eu falei: mas Eduardo, não pega celular aqui. Neste mundo onde a felicidade tem se dado – e aí é uma questão estruturante –, a felicidade se dá pela capacidade de consumo, nós não podemos pensar em outro futuro senão o processo que está acontecendo. Então, já é muito delicado, porque quando vivemos um momento em que o Brasil passa por uma pequena marolinha, mas ele tem um grande mercado de consumo, é paradoxal esse processo. Enfrentamos isso de uma forma muito tranquila e as coisas estão acontecendo. Para a gente que vive no campo, lá mora, percebe e trabalha com produção, essa mudança tem sido muito clara.

E, como na nossa cidade – agora, estou trazendo para o nosso universo, para a nossa capital e a capital do País, que hoje se coloca como a sexta economia do mundo, onde o poder está aqui, de terça a quinta –, tudo que acontece reverbera para todo o Brasil, precisamos definitivamente – e a forma de fazê-lo – colocar a questão ambiental na pauta do governo.

Brasília tem um consumo exagerado, até porque temos uma renda concentrada, mais alta – e aí batemos recordes interessantes, como, por exemplo, o consumo de água por cidadão. E percebemos claramente que esse consumo vai aumentando à proporção que vou me deslocando para os Lagos, para os locais das mansões, chegando a uma média de 570 litros de água por cidadão, o que é insustentável na nossa cidade.

Por outro lado, também batemos um bom recorde: somos a cidade brasileira que mais produz resíduos sólidos por habitante. São mais de dois quilos, Senador. Eu faço uma brincadeira com as pessoas lá em casa e digo: vamos fazer o seguinte, cada um coloca uma sacolinha do lado e vai pondo todo o resíduo que produz no dia. No terceiro dia, já não dá mais para carregar. E a gente não tem noção para onde vai isso. Então, essa é uma lógica com que temos trabalhado.

E aí buscamos o que fazer, para aonde vamos. E começamos a trabalhar no processo de produção orgânica. Fizemos um trabalho nessa direção. Desenvolvemos a questão tecnológica nesse caminho e fomos animando, animando, animando pelo coletivo, até que numa hora veio a possibilidade da política. Buscamos, então, uma representação e chegamos à Câmara Legislativa do Distrito Federal neste Governo. Chegamos lá e perguntamos, então: dentro dessa nossa caminhada, o que fazer? O que fazer para mudar? Conscientizar? Como conscientizar?

Vou falar um pouquinho para os senhores do que estamos fazendo, do que queremos fazer e qual é o modelo que nós queremos atuar. Já dizendo, Senador, que lhe agradeço, porque o senhor tem sido um exemplo para a gente. Já lhe falei que fico honrado, porque foi o senhor que entregou o meu diploma na universidade, quando era reitor. Às vezes, esses pequenos gestos marcam. O senhor tinha tanto aluno para entregar e entregou para todos. Mas fiquei com um orgulho danado. Então, muito obrigado, mais uma vez, por ter me entregue o meu diploma, que tenho tentado usar e dar resposta à sociedade pelo ensino público de que participei e aproveitei.

Eu queria que passasse para a próxima, por favor.

Dentro dessa possibilidade, encaramos a premissa de ter um mandato sustentável, de uma Brasília sustentável, de uma cidade sustentável, buscando a prática de uma nova política. E tudo isso faz parte desse trabalho, desse grupo, onde buscamos trabalhar a gestão, o planejamento estratégico, a assessoria técnica. O André faz parte disso; um grupo grande tem feito parte desse processo. Mas, o mais importante disso tudo é a relação de pertencimento da sociedade. Embora tenhamos grandes técnicos conosco, nós criamos um modelo de participação da sociedade, a partir das frentes parlamentares. Como interagir o corpo legislativo, da nossa Câmara, com a sociedade, para que possamos tomar decisões acertadas neste tema, que é muito desconhecido.

Nós fizemos, então, um trabalho: criamos a Frente Parlamentar Ambientalista; dentro da Frente Parlamentar Ambientalista, por tema, criamos grupos de trabalho. Chamamos a sociedade civil organizada para debater. Esse debate foi proporcionado a partir de audiências públicas como esta; e, a partir dessas audiências públicas, tivemos como resultado a estruturação de políticas públicas em longo prazo, integrando o Legislativo, o Judiciário, o Executivo e a sociedade civil organizada.

Temos uma experiência interessante, que é a certificação de um mandato, a partir de uma norma ISO

9001. Isso está em curso, é praticamente terminado o processo, o que dá muita transparência a todas as nossas ações.

Próximo, por favor.

Temos hoje – queria convidar a todos os senhores para participar, isso acontece de forma regular na Câmara Legislativa do Distrito Federal – esses núcleos temáticos e os grupos de trabalho, as frentes parlamentares de resíduos sólidos, água, mudanças climáticas, copa orgânica e sustentável – que é um trabalho que começamos em 2008 –, a mobilidade sustentável e planejamento urbano, acessibilidade, educação, micro e pequenas empresas, tecnologia social, todas elas com a questão de fundo da sustentabilidade.

Próximo, por favor.

A Frente Parlamentar Ambientalista traz o GT de resíduos sólidos, a política distrital de resíduos sólidos, núcleos temáticos de construção civil, coleta seletiva, resíduos perigosos, resíduos orgânicos e educação ambiental. Uma coisa interessante é que as pessoas não têm noção do que acontece na nossa cidade em relação a isso. Quando buscamos essa educação – e buscamos os grupos organizados –, a população não tem a mínima noção do que está acontecendo na nossa cidade em relação à questão ambiental.

Estamos tentando, Senador, a partir dessas audiências públicas, levar o Legislativo às cidades, aos locais, para trabalhar em nível de educação.

Próximo, por favor.

Os núcleos temáticos ligados a resíduos sólidos foram concluídos no PL nº 555, de 2011, que foi extremamente importante. É uma política distrital de resíduos sólidos, a quantidade de resíduos sólidos gerada. Hoje eu estive com o Secretário de Fazenda buscando uma lei de incentivo, porque todas as vezes que buscamos a política de punição nós enxergamos nesse processo pouquíssimo resultado. E agora nós entramos numa linha de política de premiação, buscando legislação para que isso seja trabalhado.

Todas essas políticas, todos esses projetos estão aprovados e sancionados nesse primeiro ano. E aí a gente tem o trabalho de coleta seletiva nas escolas, uma lei aprovada e sancionada agora, que é a Lei nº 4.756, de 2012, fazendo a integração com a cooperativa de catadores.

Próximo, por favor.

Mais um grupo de trabalho, que é o grupo de trabalho da água. Qual é a ação? É um projeto multi-institucional, que é o produtor de água em cima do pagamento por serviços ambientais. Agora mesmo, neste ano, tivemos já o plantio de mais de 160 mil árvores ligadas a essa questão do pagamento por serviços ambientais na área rural do Distrito Federal.

Próximo, por favor.

Agora, chegamos aonde precisamos discorrer um pouco mais: trata-se do grupo de trabalho de clima.

Esse grupo de trabalho sobre o clima – todas aquelas instituições envolvidas, a Câmara Legislativa, CNI, Cemar, Fibra, UnB, WWF, Iphan, Instituto Sálvia – gerou, a partir de discussões, o PL nº 288, de 2011, que é a política distrital de mudanças climáticas, já sancionada. Com alguns problemas por aí, como a gente leva essa conscientização para o Legislativo – algo como o André falou –, de números que, muitas vezes, não estão no dia a dia dessas pessoas?

Brasília tem uma característica interessante. O Legislativo aqui, os Deputados são confundidos e muitas vezes se confundem com vereadores. Então, vivem muito no dia a dia e esquecem um pouco as políticas estratégicas. Essa lei foi feita com muita discussão e recebeu alguns vetos extremamente ruins. Agora, vamos fazer esse trabalho para que consigamos reverter esse processo. Ela tem uma ênfase no transporte, na mobilidade, redução de desmatamento e queimadas. Em Brasília, em uma determinada época do ano, temos a cidade mais poluída do Brasil, o clima mais poluído do Brasil, quando chegamos ao pico da seca com as maiores queimadas. Esse processo está em andamento e vamos agora trabalhar para que consigamos, na Rio+20, debater a fundo essa questão na lei de mudanças climáticas do Distrito Federal, para que consigamos que todas as instituições possam participar desse processo, para que tenhamos definitivamente um inventário de emissão.

Vejam bem, nas nossas cidades, nós não temos um inventário de emissão, nós não sabemos quanto emitimos. Então, não temos nem como colocar no horizonte uma meta de redução de emissão. Não sabemos quanto emitimos, e estamos emitindo. As políticas públicas que estão acontecendo não levam em consideração essa emissão, haja vista o PDTU, um plano de transporte que não levou em consideração na frota a questão do combustível. Se não fosse a intervenção de um grupo de pessoas como o Ronaldo, que está aqui presente, nós teríamos toda a frota com combustível fóssil. Então, em pleno século XXI, se discutia uma política em que não se leva em consideração a questão da emissão.

Esse é um processo importante. Achei a palestra da professora Sandra super bacana e já a convido a participar do nosso trabalho, porque nós sentimos um pouco a falta da Secretaria de Educação, professora. Temos debatido as queimadas e o transporte, que são as principais fontes emissoras aqui no Distrito Federal. Temos convidado a Secretaria de Educação, ano passado convidamos para um debate, em maio, ainda, e

não tivemos a participação da Secretaria, como não tivemos a participação da Secretaria de Saúde. Isso demonstra claramente que a visão estratégica não está levando em consideração a questão ambiental. Então, precisamos efetivamente trabalhar isso de uma forma muito clara.

Próximo, por favor.

Vou fazer menção, porque o "como fazer", para a gente está sendo nos dedicarmos a projetos de lei, a debates, a comissões gerais, a audiências públicas, sempre, sempre ligadas, como pano de fundo, à sustentabilidade e à questão ambiental.

Então, temos trabalhado essa promoção da alimentação escolar saudável, a promoção do consumo consciente. E, mais recentemente, professor –sei que o senhor recebeu a visita aqui do Dom Mauro Morelli –, essa questão da discussão do café da manhã, a segunda refeição, o café da manhã nas escolas, e logicamente, como pano de fundo, a produção sustentável, a partir da agricultura familiar com a agricultura orgânica.

Isso realmente é uma ação efetiva que muda um conceito. São pequenas ações que podem ter um resultado extremamente importante. Quando a gente fala de copa orgânica, e fala Copa do Mundo, nós buscamos então mostrar para o mundo uma forma diferente e sustentável de produzir alimentos. Estamos vivendo uma situação no cerrado incrível em termos de desequilíbrio. Hoje, em determinadas regiões, já é impossível produzir feijão por causa de pragas e doenças que têm acometido essas plantações, pela forma de produzir, pelo desequilíbrio. Então, essa situação traz tanto prejuízo para os cofres públicos, para o cidadão comum e não é debatida da forma que precisa ser. O cerrado parece que é um bioma marcado para morrer. Aqui é o lugar que se desenvolve o agronegócio de uma forma consciente e sem peso na consciência. E nós estamos enfrentando todos os reveses desse processo. Nosso país hoje é o país que mais consome agrotóxico no mundo. Se formos dividir por todos nós aqui, temos que dar conta de cinco litros de veneno cada um. Eu estava falando para as pessoas o seguinte: o meu, se me fosse dado em garrafa, eu deixava aqui, eu não quero não. Mas não é dado assim, ele é dado de forma homeopática. Todos nós estamos comendo isso. E isso resulta todo esse conjunto de ações de consumo exagerado que temos feito, e a solução sempre vem de uma forma milagrosa. E como sabemos que não existe milagre, sabemos que a conta para ser paga é alta.

Todas as ações que estamos fazendo – e essa ação da copa orgânica sustentável – são para mostrar para o mundo e atrair ao mundo grupos que trabalham com economia verde, sustentável, e busquem produtos, base produtiva, que possam fornecer para essas empresas que vão se instalar no Brasil, mais as nossas, de forma que a gente possa trabalhar uma base produtiva mais equilibrada. Então, uma Copa do Mundo nesse sentido, esse evento que está acontecendo, que vem se desenvolvendo desde 2008; e essas leis, esses marcos legais que estamos trabalhando para que isso seja possível na nossa cidade, é uma ação que temos impetrado para que consigamos reverter o que está acontecendo neste entorno de Brasília e no Distrito Federal em relação à produção de alimentos.

Próximo, por favor.

Essas são várias ações que nós temos feito, ligadas a esse processo de sustentabilidade. Isso já está acontecendo. Estamos trabalhando nisso. E agora a questão da neutralização de carbono do mandato e da Câmara Legislativa. São ações extremamente importantes.

Quando percebemos o que estamos fazendo... Se eu abasteço o meu carro, e hoje nós temos o motor *flex*, vamos abastecer com álcool em vez de abastecer com gasolina. É a nossa ação do dia a dia que vai melhorar bastante, porque, às vezes não parece, mas é muita coisa. Então, nós temos trabalhado nisso e botando marcos e legislação para que isso se torne possível. Esse festival que acontece, já há sete anos, no Distrito Federal é um festival que divulga toda essa questão da sustentabilidade. Todo o processo de gestão sustentável é divulgado e trabalhado, e agora entra, de uma vez por todas, na questão da Câmara, por meio de um projeto chamado EcoCâmara.

Próximo, por favor.

Aí nós temos, então, as leis sancionadas, e todas elas, praticamente todas elas ligadas a essa questão de mitigação e de melhoria da qualidade de vida a partir de um projeto de sustentabilidade nesta cidade.

Esse programa do banco de alimentos coleta alimentos da agricultura familiar, preferencialmente orgânicos, e distribui para as instituições.

Esse plano de proteção, revitalização e desenvolvimento sustentável da área da bacia do rio São Francisco trabalha na questão das APPs e das reservas legais. Então, esse é um processo de planejamento estratégico, para a questão ambiental, fundamental. Isso é uma lei.

Essa terceira é a implantação do programa de reabilitação da área rural do Distrito Federal. Nós estamos trabalhando 160 mil árvores e queremos chegar a mais de um milhão de árvores. Esse também é um projeto de lei, dentro desse guarda-chuva maior, ligado à questão das mudanças climáticas.

Nós temos um processo de indústria limpa importante, que é o ecoturismo e o turismo sustentável

rural no Distrito Federal. Então, nós fizemos o marco legal desse processo, que está acontecendo já.

Coleta seletiva de lixo nas unidades da rede pública e privada de ensino no Distrito Federal. Essa ligação está acontecendo com as cooperativas de catadores, e a ideia é que consigamos – esse recurso já está destinado – para que tenhamos uma coleta seletiva completa na escola, professora, para que haja a separação completa nas escolas.

Finalmente, agora, a questão da Lei de Mudanças Climáticas, que é, acredito, o marco legal em que precisamos prestar atenção. E eu queria convidar todos os parlamentares do Distrito Federal para um grande debate nesse sentido, em função de que, definitivamente, o nosso Governo precisa botar em sua pauta a questão ambiental, Senador. O discurso não pode ser só discurso, tem que ser traduzido na prática.

Então, essa questão das mudanças climáticas e dessa lei sobre a qual vou discorrer – já estou para encerrar...

Por favor, a próxima.

Ela vem desembocar em outra lei que estamos trabalhando, extremamente importante, que é a Lei do Cerrado. Essa lei precisa acontecer, e nós estamos adiantando – sei que está em tramitação aqui nesta Casa e no Congresso –, vamos fazer a nossa lei aqui em Brasília, porque realmente o Cerrado pede socorro. Definitivamente, o Cerrado pede socorro. Com as queimadas e o processo de emissão que estamos vivendo, já com um nível de desmatamento maior do que o nível de desmatamento da Amazônia, isso é fundamental para que nós possamos trabalhar, mitigar, conscientizar as pessoas, todos os alunos, todos os estudantes no sentido de buscar uma lei de proteção ao Cerrado e, com isso, como consequência, também conseguirmos uma meta de emissão para a nossa região, para a região Centro-Oeste, e agora começando por Brasília, que tem essa condição de ser a vitrine do Brasil – é sua vocação, e precisa ser a vitrine para o Brasil –, de buscarmos uma lei de mudanças climáticas efetiva na nossa Capital. Mas, para isso, o que devemos fazer é juntar todos os parlamentares e podermos discutir isso, de uma forma muito clara, porque isso é fundamental para a sobrevivência da nossa cidade.

No dia em que nós chegarmos aqui ao Senado, puxarmos a descarga, e não sair água, certamente a Capital vai mudar deste local. E isso é uma ameaça verdadeira, agora. Está acontecendo agora. Nós estamos no nosso limite e não podemos deixar esse processo continuar a acontecer. E está em nossas mãos. Tenho certeza absoluta de que a classe política do Distrito Federal, conscientizada e trabalhando de forma a que tenha um objetivo comum, suprapartidário, e a questão do clima é um objetivo suprapartidário, vamos fazer a diferença e vamos dar o exemplo para o Brasil.

Então, quero me colocar à disposição para esse trabalho e continuar nessa caminhada, nessa luta, entendendo que da ação de cada um de nós vem a questão da proteção da nossa casa, que é o nosso corpo, da nossa casa e da nossa família, do nosso bairro, da nossa cidade e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Deputado.

Creio que essa sua denúncia é muito grave, do risco de Brasília ficar sem água, e também a sua denúncia de que o que chamamos bioma – palavra usada para dizer "o conjunto da vida" – aqui do Cerrado está sendo ameaçado também. É quase uma terra de ninguém. Estamos comemorando a redução na taxa de desmatamento da Amazônia, sem levar em conta o aumento da taxa de desmatamento aqui.

Passo a palavra ao Padre Nelito.

O SR. NELITO NONATO DORNELAS – Meus cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque, à professora Sandra, ao Deputado Joe Valle e a esse público seleto. Quero agradecer imensamente esse privilégio de estarmos aqui, discorrendo sobre esse assunto de suma importância, e parabenizar o Senador Cristovam por ter tido essa iniciativa de implantar um dia de conscientização sobre o meio ambiente. Essa lei chegou ainda a tempo, e ela é imprescindível para o nosso momento histórico. Parabéns, Senador.

A minha fala aqui não é uma fala técnica. Eu não vim aqui para trazer dados. Até foi muito bom que tive o privilégio de ficar aqui na última posição, então essa parte técnica já foi muito bem exposta. Quero conversar um pouco com vocês a partir de nós mesmos. Esse não é um tema fora de nós, mas que tem uma profunda incidência no nosso dia a dia.

Permitam-me, quero começar contando aqui uma historinha que ilustra bem o que estamos vivendo neste momento da história.

Conta-se que um padre saiu da Europa e levou um grupo de missionários para começarem uma missão na África. Ele conversou com o cacique da aldeia, conseguiu o espaço para deixar aquele grupo de missionários e levou o filho daquele cacique para estudar na Europa. Só que aquele jovem contraiu uma moléstia e foi quase a óbito, e aquele padre ficou desesperado: se esse menino morrer aqui, o que vai acontecer com os meus companheiros lá? Aí, foi lá buscar o pai daquele jovem, aquele cacique, para ver o filho e ver como ele estava bem tratado lá no hospital.

Ele foi buscar aquele senhor, aquele cacique, e o colocou em um carro. Ele nunca havia andado em

um carro. Aí, foi andando naquelas estradas, com toda a dificuldade, para chegar ao aeroporto. Depois de andarem certo tempo, o cacique viu uma árvore, mandou parar o carro, foi lá, abraçou aquela árvore e ficou parado.

Aí o padre ali, com o motorista, desesperado, pois tinham que chegar ao aeroporto, pegar o avião, foi falar com ele que tinham que prosseguir a viagem, e ele respondeu assim: "Não. Nós corremos muito, e a minha alma ficou para trás. Enquanto ela não chegar, não vou prosseguir a caminhada". E ali ele ficou, esperando a alma chegar.

Então, eu diria que estamos vivendo esse momento crucial da história da humanidade. Estamos em uma verdadeira encruzilhada. Como dizem os nossos irmãos das religiões afro, nas encruzilhadas concentram-se muitas energias, e não se sabe qual é a tendência delas. Então, fazem despachos nas encruzilhadas para desbloquear a energia, para ver se ela toma uma direção diferente.

Esse tema nos incomoda muito. E aí, permitam-me outra história, que nos faz também pensar muito, da grandiosidade de enfrentar esse desafio. Eu lembro aqui o exemplo de Davi e Golias. Golias, aquele gigante, que ameaçava o povo de Deus. Mandaram um emissário para averiguar aquele gigante. O emissário foi, investigou o gigante, voltou e disse assim: "Olha, ele é tão grande que nós somos como um gafanhoto diante dele. Não adianta enfrentá-lo, não".

Lá foi o pequeno Davi, investigou o gigante, voltou e disse assim: "Ele é tão grande que não tem como errar, não. Até de olho fechado, se eu jogar uma pedra, acerto nele mesmo".

Esse desafio da mudança climática é tão grande que toda e qualquer iniciativa para enfrentar esse grande problema é louvável. Eu diria que é profundamente positiva, porque não temos muito tempo. Se lermos a obra A *Vingança de Gaia,* de James Lovelock...

Quando li aquele livro, fiquei algumas noites sem dormir, porque ele colocou lá claramente que não temos mais do que 40 anos para fazer alguma coisa para reverter esse processo. Eu digo que, de fato, o tempo que nos resta é curto. Ou nós mudamos nossos comportamentos, nossos hábitos, nossa hierarquia de valores, nosso sistema de crenças agora, ou não nos resta muito tempo.

Eu fico meio pesaroso porque nós, de tradição judaica e cristã, temos também nossa parcela de culpa por não ter entendido lá a mensagem bíblica e termos interpretado de maneira errada aquele "crescei, dominai". Às vezes, nós contribuímos para explorar esse planeta Terra de maneira inconsequente, irresponsável e desordenada. Nós nos esquecemos de que fomos feitos para sermos guardadores do jardim do Éden, jardim das delícias, onde Deus tinha prazer de estar conosco, comendo as frutas desse quintal. Nós nos esquecemos disso. Fomos feitos para sermos guardiães desse jardim. Esse "dominai" tem o sentido muito mais de proteger. Então, temos nossa culpa. Nós não soubemos ler as escrituras judaicas e cristãs. A primeira aliança que Deus faz é uma aliança ecológica com Noé. Foi com Noé, com seres humanos e com toda a natureza. A segunda aliança foi com Abraão, que foi uma aliança de fé. A terceira foi com Jesus, com toda a Humanidade. São etapas, e nós não percebemos isso. Ficamos, muitas vezes, na aliança da fé e não fizemos a aliança ecológica.

Eu me lembro de que, uma vez, D. Pedro Casaldáliga nos desafiava dizendo assim:

> *"Nós, cristãos, sabemos fazer muito bem a pastoral do pão e do vinho, mas não sabemos fazer a pastoral da água e da terra. Se não cuidarmos das matrizes da água e da terra, amanhã não teremos o pão e o vinho para fazer nossa pastoral costumeira."*

Lembro isso para dizer que nós temos que trabalhar a partir de nós mesmos e repensar os princípios em que estamos fundamentando nossa existência. Ainda em 1961, o Papa João XXIII escreveu uma encíclica belíssima chamada *Mater et Magistra.*

Lá ele dizia:

> *"Olha, o Estado moderno que se está constituindo aqui fez uma ruptura com os princípios éticos e os três pilares da sociedade, que são a economia, a política e a ciência. Ao fazer essa ruptura com a ética, buscaram três outros princípios que estão levando a Humanidade à ruína".*

Ele dizia: "A política, o poder; a economia, o lucro; e a ciência, a eficiência".

Ele dizia que temos três ídolos modernos: lucro, poder e eficiência. Ele dizia : "Esse Estado moderno tem de ser repensado".

Ela já dizia isso em 1961.

Eu me lembro de que Mahatma Gandhi dizia: "Existem sete pecados capitais nos tempos modernos que estão levando a Humanidade à ruína. Ou nós enfrentamos esses sete pecados capitais, ou a humanidade não terá futuro."

Ele fala lá no primeiro pecado capital dos tempos modernos: riqueza sem trabalho; segundo: prazer sem escrúpulo; terceiro: comércio sem ética; quarto: ciência sem humanidade; quinto: conhecimento sem sabedoria; sexto: política sem idealismo; e sétimo: religião sem sacrifício. E, de fato, a conjugação desses

sete pecados capitais apontados por Mahatma Gandhi levou ao que nós estamos colhendo hoje. Nós não fomos hábeis o suficiente para barrar esses sete pecados capitais e agora estamos vivendo aí... Eu diria que somos herdeiros de uma herança maldita e temos que tomar uma decisão. Nós não podemos ser vítimas da história; nós temos que ser sujeitos da história. É a hora de nós colocarmos os poderes políticos, colocarmos o Estado que foi constituído aí para repensar a serviço de quem ele está, ou a serviço desse modelo que é profundamente destruidor das matrizes da vida... Se se destrói a matriz da vida, como é que fica a vida futura? Nós sabemos, hoje, por pesquisas científicas que está desaparecendo por definitivo da face da Terra uma espécie de ser vivo por hora. São vinte e quatro espécies que desaparecem por dia, no reino animal, no reino vegetal... E como fica o futuro da nossa vida no planeta?

Então, de fato, está em risco, profundamente, a vida no Planeta e também a vida do Planeta. O James Lovelock fala que a Terra já está em coma. Ele chega a dizer isso. A Terra consegue viver sem nós, mas nós não conseguimos viver sem a natureza que está aí. Então, pelo menos, sabidamente, a nossa sobrevivência no planeta Terra está correndo um risco, um risco tremendo, um risco profundo.

Eu me lembro de que uma vez eu participava de um debate com o Washington Novaes, conhecido de muitos de nós aqui, e ele fazia essa análise que nós acabamos de ouvir aqui, com todos esses dados, e alguém perguntou: "Mas, doutor, o que nós podemos fazer para salvar a vida no Planeta e do Planeta?" Ele falou algo de que eu jamais me esqueci e faço questão de divulgar nos trabalhos que nós fazemos de conscientização climática. Ele disse: "Tem apenas uma saída". Eu fiquei meio assustado, porque uma é muito pouco. Ele disse: "Nós temos que pegar a herança dos povos, das culturas tradicionais". Dos negros, dos indígenas, do pescador artesanal, do camponês, do ribeirinho, do fundo de pasto, do seringueiro, desse pessoal da cultura tradicional. Ele disse: "Esses povos nos deixaram três princípios [três achei até melhor do que um, dá mais esperança] que, se nós aplicarmos em nossa vida pessoal e na sociedade, nós podemos, sim, salvar a vida do Planeta e no Planeta". Eu concordo com ele. Ele disse: "Primeiro princípio: universalização do saber". Esses povos, o que um sabe todos sabem.

Eu tenho uma amiga que foi trabalhar com um povo indígena e disse assim para a índia: "Eu vou te ensinar uma coisa..." A índia olhou para ela com cara feia e falou: "Irmã, não fale uma heresia dessa, não. Ninguém ensina nada a ninguém. Nós aprendemos juntos". Aquela índia acho que leu Paulo Freire, certamente, não é?

Segundo princípio que os povos tradicionais nos deixaram, segundo Paulo Novaes, com que eu também concordo: autonomia tecnológica. Esses povos, o que eles necessitam para garantir a reprodução, a multiplicação da vida, eles produzem, não é? Produzem seu instrumento de trabalho, de adorno... Eles produzem, não compram. Não estão na nossa lógica.

O terceiro princípio é não delegar poder a ninguém. O que é de responsabilidade de cada um cada qual assume mesmo. E é verdade.

Então, conjugando esses três elementos – dizia Washington Novaes, que partilho aqui com vocês, pois creio que ele não se importa com direitos autorais, e eu também concordo com isso –, nós temos que repensar o modelo de sociedade que nós criamos aí. Este ano nós estamos, através da CNBB... Todo ano nós temos a Campanha da Fraternidade. Ano passado foi sobre o meio ambiente; e este ano agora é sobre a saúde. Lá no texto base, a CNBB adotou aquele principio da Opas – Organização Pan-Americana da Saúde –, que diz assim: para termos uma saúde com qualidade dependemos de quatro princípios, que são hábitos saudáveis de vida – 54% da nossa saúde vem daí: 16% vem da herança genética; 20% do meio ambiente e 10% do sistema de saúde. Então, fico pensado que, se juntarmos 53% dos hábitos saudáveis de vida mais 20% do meio ambiente, nós vamos ter 73%, a maioria.

Então, se não tivermos a coragem de mudar o nosso registro... Eu sei, é muito difícil, já dizia o Einstein: "É mais fácil desintegrar um átomo do que mudar um conceito, um preconceito, uma cultura." É difícil mesmo. Não é fácil, numa sociedade como a que temos, que está fundamentada no petróleo. Tudo aqui é petróleo, se a gente for olhar. É complicado. Combustível fóssil. É complicado. Mas temos que parar, dar a nossa cota de contribuição, a nossa parcela.

Eu diria que essa questão é profundamente ligada à espiritualidade. Nós temos que repensar os nossos atos de consumo, o que comprar, onde comprar, de onde vem isso, de onde vem aquilo. Nós temos que trabalhar a partir de nós mesmos, e essa mudança é imprescindível.

Por isso, nós estamos nos preparando para a Rio+20 e estamos muito envolvidos com a Cúpula dos Povos, essa conferencia paralela. Nós queremos fazer eco à Cúpula dos Povos, que nos traz este tema: Pela justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e da natureza, em defesa do bem comum.

Quem dera, quem sabe se nós pudéssemos fazer aqui eco e fazer com que esse tema chegasse lá na Rio+20 com essa formulação, porque, com rascunho

zero proposto pela ONU, nós temos dificuldade em dialogar, porque a economia verde que está colocada ali, que é a crença na técnica, nós não cremos, não.

Recordo o Papa Bento XVI, que escreveu a encíclica chamada Esperança de Salvação. No final, ele diz assim: "Eu, pessoalmente, não acredito que a técnica possa redimir a humanidade. A ciência não tem essa força, porque a ciência não conhece sacrifício." Engraçado, né? Não conhece dimensão de doação martirial. A técnica tem esse limite. Ele diz: "Somente o amor é capaz de redimir a humanidade, porque o amor conhece o constrangimento da ética, que é um limite. Constrange-nos, sim, mas é o amor que vai redimir a humanidade." Eu também acredito nisso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Padre, antes de eu fechar, o senhor poderia repetir os sete pecados?

O SR. NELITO NONATO DORNELAS – Os sete pecados de Mahatma Ghandi?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu achei formidável.

O SR. NELITO NONATO DORNELAS – O primeiro é: riqueza sem trabalho; o segundo é: prazer sem escrúpulo; o terceiro é: comércio sem ética; o quarto é: ciência sem humanidade; o quinto é: conhecimento sem sabedoria; o sexto é: política sem idealismo; e o sétimo, religião sem sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso me lembra um poema dos índios Aymaras que eu acho que o senhor vai gostar. Também tem o número sete. Eles falam que existem sete tipos diferentes de paz. Existe paz com o passado. É você não ter remorso. Então, essa é uma paz para frente. Porque eles põem o passado para frente, porque eles viram o passado. Nós, arrogantemente, colocamos o futuro para frente. Isso é uma arrogância. Ninguém sabe o futuro. Então, não pode estar diante dos olhos. Então eles dizem: "paz com o passado". Não tem remorso, e é verdade.

A segunda é a paz para trás. É paz com o futuro. Não ter medo do que vai acontecer, como nós estamos hoje em dia com relação à ecologia.

O terceiro é uma paz para baixo, a terra onde a gente pisa. A gente não está em paz no terremoto, no tsunami, na seca, no deserto. A gente precisa ter paz para baixo.

O quarto é a paz para cima, é a paz com os antepassados, com Deus, com os espíritos.

A quinta é a paz para direita, é a paz que você tem com os vizinhos. Você mal com os vizinhos não tem paz.

A outra é para a esquerda; é a paz com a família. Família que briga não está em paz. É claro que, no mundo de hoje, os vizinhos são todos os seres humanos, porque estamos num mundo global.

E a sétima é a paz com você mesmo, é a paz para dentro.

Isso tem mais de dois mil anos, formulado por índios do altiplano boliviano. E parece, provavelmente, com outra concepção, não da paz, mas da virtude, com essas sete que... Foi Gandhi que desenhou isso? Foi. Foi Gandhi que formulou.

Bem, eu acho que nós terminamos muito bem com todas as exposições, mas eu queria retomar um pouco aqui algumas coisas. Uma, o próprio Joe falou, a ideia – creio que também o André falou – de ter que mudar o conceito de progresso do PIB. Se a Rio+20 fizesse isso, não precisava fazer mais nada. Quer dizer, progresso não é apenas o aumento da riqueza baseada na produção. Progresso será o aumento de outra riqueza. Pode ser espiritualidade, cultura, tempo livre, sentir-se feliz. Se a gente fizesse isso, seria fundamental. Não é possível, como disse o padre em relação a nós sermos vítimas da história, que nós continuemos acreditando nesse absurdo de que o futuro é o aumento da produção.

Eu tenho falado sempre que se você se basear na ideia de que o que vale é o aumento da produção tem que saber que, cada vez que um assassino dá um tiro, o Produto Interno Bruto aumenta, porque aquela bala é produto. Entrou na contabilidade do ano anterior. E se o assassino acertar no coração da vítima, a renda *per capta* aumentou porque diminuiu uma pessoa na sociedade. Não faz sentido a gente considerar progresso assassinato de pessoas na rua usando bala. Então, a gente tem que mudar esse conceito. Tem que ter um conceito que leve em conta o tempo livre que for criado, que leve em conta a cultura que a gente vai enriquecendo aos tempos, que leve em conta a vida que é criada e a vida que é perdida, que leve em conta muitos outros itens. E é isso que a gente quer com esses debates, criticar a maneira como a gente vê o progresso.

O primeiro grupo que formulou a partir dos limites foi o grupo chamado Clube de Roma, com o trabalho elaborado por três cientistas que fizeram relatório chamado Limites ao Crescimento. Eu faço questão de citar, porque é um dos que não falta às reuniões, o Professor Gurgulino, representante, no Brasil, do Clube de Roma. Ele estava me mostrando fotos dele com os autores desse livro e eu estava pensando, e disse para ele: "Esses caras aqui que fizeram isso mudaram o mundo, porque mudaram a nossa mentalidade". De poucos, em poucos, em poucos, e agora, quando a

gente vê a realidade que eles disseram que há 40 anos ia acontecer, a gente começa a respeitá-los ainda mais.

Eu queria lembrar também para mostrar essa irracionalidade completa pegando algumas coisas que o Joe falou sobre o que a gente vê como riqueza e que, de fato, não é riqueza. Eu nem lembro qual foi exatamente o exemplo que você deu... Ah, sim, do rapaz com dois telefones. Dois telefones por quê? Porque é moderno. Então não interessa se custou dinheiro, se não custou. E aí eu me lembrei de duas coisas: uma, que durante o nosso programa Bolsa Escola, que você acompanhou tão de perto, um dia, uma mulher me encontrou na rua e reclamou porque cortaram a Bolsa Escola dela. Eu chamei o Prof. Ibañez – e você tem relacionamento – que era o Secretário e disse: "Ibañez, uma senhora, está aqui o endereço, reclamou. No outro dia, ele me ligou e disse: "Olha, o que acontece é que nossas equipes de fiscalização, para saber não apenas se estão na aula as crianças, mas se tem nível de pobreza, chegou à conclusão de que ela não podia continuar, porque ela já tinha até telefone." Eu estou falando em um tempo em que telefone era comprado, esperava dois, três anos para receber, a gente declarava no imposto de renda. Não é como é hoje. E aí eu entrei em contato com ela e falei que ela não podia continuar, porque ela tinha dado um salto. E a gente descobriu. Aquele telefone foi jogado fora pela patroa dela. E ela levou o aparelho como decoração. Estou falando do tempo em que telefone tinha fio. Era uma decoração. Ela não tinha linha telefônica, mas ela achava bonito porque era moderno.

E outro, que é um exemplo que parece nem ser verdade, mas eu coloquei até na abertura de um livro meu de mais de vinte anos atrás. Eu estava em Manaus e ia num carro que me levava para o curso e, de repente, ao lado, passa um Volkswagen correndo e fala com o motorista que estava comigo. E o motorista disse: "O senhor viu aquele Volkswagen?" Vi, por quê? "Notou que os vidros estão fechados, das janelas?" Não, nem notei. "É. Esse cara é um amigo meu. Ele fecha os vidros para parecer que tem ar condicionado." (Risos). Eu estou falando de Manaus. Isso é uma prova de que não tem lógica nas coisas. E eu fiquei pensando comigo: o pior é que deve ter muita menina que vai atrás dele por causa do ar condicionado, que ele nem tem, porque ele usava o carro para conseguir namorada, com certeza.

Essa irracionalidade é que a gente tem que acabar, tem que a acabar com essa irracionalidade. E tem que formular um projeto novo. O padre disse muito bem, temos que deixar de ser vítimas da história e sermos sujeitos. O sujeito da história está em definir o que é que nós queremos para o futuro do mundo e de nós, e não irmos atrás de um futuro que inventaram para a gente e que a gente está acreditando, sem refletir, sem pensar e levando a esse desastre tão grande que, se a gente não se abraçar em uma árvore e esperar que a alma da gente chegue, padre, como o senhor disse, nós não vamos ter tempo de chegar ao destino. A pessoa ia, ele viu que, para chegar lá, tinha que parar e retomar sua alma. A humanidade precisa recuperar sua alma.

É isso que nós precisamos lutar para que, na Rio+20, se consiga. Não tenho nenhuma esperança que se consiga isso entre os chefes de Estado e de Governo, mas tenho esperança que consigamos com aquilo que o padre está tão envolvido, a CNBB e outros grupos, que por meio do encontro dos povos, independente dos governantes.

É isso que a gente quer e por isso eu agradeço muito a vocês. Foi uma noite muito rica e eu fico feliz que muita gente esteja assistindo a gente pela televisão.

Muito obrigado a vocês. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 08 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (3ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (3ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 29 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, no plenário Nº 7 da ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa e a fazer suas exposições a senhora **Lisa Gunn,** Coor-

denadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); **Vana Tércia Silva de Freitas**, Analista Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente; e **Edson Franco**, Coordenador do Grupo Nacional sobre Decrescimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Uma boa-noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 12ª Reunião Conjunta referente à 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se a debater um tema fundamental para o futuro, e polêmico, que é: "Consumo supérfluo: como diminuí-lo?"

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para compor a Mesa, e peço que sejam acompanhados e acompanhadas: Lisa Gunn, coordenadora executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Vana Tércia Silva de Freitas, analista ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente; e Edson Franco, coordenador do Grupo Nacional sobre Decrescimento.

Antes de passar a palavra à nossa convidada Lisa Gunn, eu quero dizer que, em geral, determinamos 15 a 20 minutos para a fala, mas, se for preciso um pouco mais de tempo, não vamos ficar cortando a palavra de vocês.

Após a exposição, concederemos a palavra para algumas perguntas.

Eu quero insistir, para os que estiverem nos assistindo, que esses encontros nós temos feito, ao longo de todo este ano e do ano passado, como parte da preparação para esse famoso encontro de cúpula da Rio+20, que acontecerá em junho deste ano.

Muitos devem saber que há uma tendência de concentrar o debate apenas no meio ambiente e na questão da pobreza, mas mesmo com meio ambiente, aparentemente, há uma ideia de reduzir a importância daquilo que alguns vêm chamando de desambientalização do problema do desenvolvimento.

Aqui, nós temos feito o contrário: além de ambientalizar, no sentido de dar importância fundamental ao meio ambiente, nós temos analisado esse assunto de uma maneira muito mais ampla, inclusive tocando na ideia, que para muitos é ainda um tabu, de que talvez a única alternativa para conseguirmos uma harmonia na relação entre os seres humanos e do seres humanos com a natureza seja, até mesmo, colocar de lado a ideia de crescimento como sinônimo de bem-estar, de crescimento da economia como sinônimo de progresso, e encontrar uma nova definição para progresso, uma nova definição para bem-estar.

É nesse sentido que o debate de hoje deve ser um dos mais importantes, porque nós estamos tendo a ousadia de debater a possibilidade de que o mundo melhoraria com menos consumo. Isso é de um radicalismo que é possível que muitos que nos assistem achem que estamos falando em um devaneio, mas nós queremos mostrar, aqui, que não é devaneio; talvez seja uma alternativa.

Eu passo, portanto, a palavra à Lisa Gunn, agradecendo, mais uma vez, que tenha vindo participar deste encontro.

A SRª LISA GUNN – Muito obrigada, Senador. Cumprimento todos os presentes.

Eu gostaria de agradecer muito este convite, porque o Idec, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, vem trabalhando com a questão do consumo sustentável, desde o final da década de 90, muito preocupado com a falta de medidas concretas que alterem os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo.

Eu vou pedir que passe adiante a apresentação.

Eu vou pular a parte de apresentação do Idec e gostaria só, apenas, de relembrar que é uma associação de consumidores, que é mantida principalmente por associados, pessoas físicas. Inclusive, nós integramos, agora, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, junto, representando o Fórum das Entidades Civis de Defesa do Consumidor. Temos buscado contribuir com um debate tanto no processo oficial, mas também no processo da Cúpula dos Povos, numa reflexão sobre como podemos ter novos padrões de definição e consumo não só no País, mas no mundo.

Pode passar. Pode passar. O próximo.

Eu gostaria de começar resgatando que, desde a Eco 92, já temos clareza sobre a relação entre os

nossos padrões de produção e consumo e os principais problemas ambientais que a humanidade enfrenta. Então, temos, na Declaração do Rio, o princípio 8º que coloca claramente o objetivo de reduzir e eliminar esses padrões de produção e consumo como uma das medidas importantes para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Na Agenda 21, temos um capítulo inteiro dedicado à questão da mudança dos padrões de produção e consumo. Na Agenda 21, há vinte anos, já se colocou de uma forma bastante clara a relação entre os hábitos de consumo e os processos produtivos que sustentam esses hábitos de consumo, colocando a necessidade de termos novos conceitos de bens e de prosperidade, como o Senador Cristovam Buarque falou, e a necessidade de pensarmos em mudanças no estilo de vida. Ela chama atenção para a necessidade de buscar a eficiência nos processos de produção. Eu acho que aqui é um avanço que podemos fazer da reflexão que foi feita há vinte anos para agora, para mostrar que não basta só buscarmos a eficiência nos processos produtivos, pois, por conta do número de consumidores que entram no mercado de consumo, temos de realmente repensar modelos de negócio para as empresas.

Pode passar.

Depois de 1992, tivemos, em 1999, uma revisão das diretrizes das Nações Unidas para proteção do consumidor que foi realizada justamente para incluir a questão do consumo sustentável. Então, foi incluída uma seção específica para esse tema, que trouxe a definição do que seria o consumo sustentável, que implica atender às necessidades das gerações presentes e futuras com bens e serviços de forma econômica, social e ambientalmente sustentável.

Pode passar.

Ainda nessas diretrizes de proteção do consumidor das Nações Unidas, eles colocam claramente a ideia de corresponsabilidade, ou seja, não é só responsabilidade do Poder Público, mas também dos consumidores, das empresas, do comércio fazer essa revisão dos padrões de produção e consumo.

Pode passar.

Eu trouxe uma imagem que temos numa publicação que foi feita pelo Idec junto com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação, que é o "Consumo Sustentável: Manual de Educação". É uma publicação voltada para educadores. A nossa preocupação foi, de fato, levar toda essa discussão para a sala de aula e não só para a sala de aula, mas também para a educação informal. É uma ideia de que temos um espaço ambiental limitado e de que hoje vivemos uma situação em que, por um lado, tem uma parcela da população que vive um hiperconsumo, que é ambientalmente insustentável, porque não conseguimos proporcionar a todos os cidadãos esse mesmo padrão de consumo, e, ao mesmo tempo, vive-se uma condição socialmente inaceitável que é a de pessoas, grande parte da população mundial, que ainda não têm acesso a bens e serviços essenciais, a uma vida digna. O ideal, considerando a limitação de recursos e a capacidade do Planeta de regenerar esses recursos, é que precisamos fazer com que aqueles que consomem demais consumam menos para que aqueles que consomem pouco possam, de fato, ter acesso a um consumo mínimo necessário para uma vida digna.

Pode passar.

Aí, alguns dados nos assustam. A organização WWF publica, quase todos os anos, o relatório Planeta Vivo e é um pouco angustiante, a cada ano, ter de atualizar esse número nas nossas apresentações. Antes, consumíamos 20% a mais do que o Planeta era capaz de repor; depois, passamos a consumir 30% a mais do que o Planeta é capaz de repor. Hoje, não. O relatório de 2010 coloca que a humanidade já está consumindo 50% a mais do que o Planeta é capaz de repor, isso considerando que a gente ainda tem uma parcela considerável da população mundial que não está consumindo. Então, isso é para mostrar um pouco o patamar de insustentabilidade de que a gente está falando.

Outro dado que nos preocupa bastante é aquele que os cientistas do clima no colocam: para que a temperatura do Planeta não aumente mais do que dois graus, que seria um limite de equilíbrio – já que acima de dois graus haverá o agravamento das consequências desse aquecimento global –, eles colocam a gente precisaria reduzir, até 2020, em até 40% as emissões de gases de efeito estufa.

O que nos assusta? A gente aqui no Brasil levou 21 anos para aprovar a Política Nacional de Regimes Sólidos e a gente tem oito anos para fazer uma verdadeira revolução nos padrões de produção e consumo. É por isso que eu parabenizo a ousadia mencionada da Subcomissão porque, de fato, a gente precisa ser muito ousado, extremamente ousado para fazer, de fato, uma verdadeira revolução na forma que a gente produz e consome neste Planeta.

Pode passar.

Eu gostaria de informar que, em 2010, foi feito um documentário em 2010 na Espanha chamado The Light Bulb Conspiracy, da diretora Cosima Dannoritzer – não sei pronunciar corretamente o sobrenome dela. É um documentário bastante importante que vem discutir a séria questão do consumo supérfluo ou do consumismo, como a gente vem discutir aqui hoje. Esse documentário comprova a questão da ob-

solescência programada. O que vem a obsolescência programada? No caso da lâmpada, os cientistas desenvolveram uma lâmpada que tinha a durabilidade de cem anos, mas houve percepção clara de que, se for feita uma lâmpada que dure cem anos, não há negócio porque ninguém vai comprar lâmpada. Então, eles encomendaram aos engenheiros: "Agora que vocês fizeram uma lâmpada que funciona cem anos, façam uma lâmpada que funcione só mil horas, porque preciso vender lâmpada." Esse documentário é um pouco para fazermos a reflexão sobre quais são os modelos de negócios que estão por trás desse consumismo e desse consumo descartável, que é a marca da nossa sociedade de consumo.

Nesse documentário, o economista Serge Latouche fala que há três fatores cruciais que marcam a nossa sociedade atual e o modelo econômico que está por trás desta sociedade de consumo. Um fator é a publicidade, que faz com que a gente desenhe o estilo de vida em que só se é feliz quem tem; não é o que se é, mas o que se tem. Então, se você tem o x, o celular y, ou seja, bens que dão *status* e que dão a ideia de felicidade. Outros são a questão do crédito, que é a garantia de que os consumidores poderão consumir, e a questão da obsolescência programada. Esses três fatores são determinantes para colocar a situação em que a gente vive.

Acho que é importante chamar a atenção, por exemplo, para a questão da publicidade. A gente vem discutindo no Brasil – há uma organização muito forte da sociedade civil chamado Instituto Alana, que vem discutindo a questão do consumismo infantil. O Idec, junto com o instituto Alana, vem pleiteando que haja uma restrição da publicidade voltada para as crianças, porque a gente está formando essa cultura do consumo, do consumismo em crianças que não têm capacidade crítica e que são afetadas por essa publicidade. Acho que todos os pais e mães brasileiras sabem do que a gente está falando: "Quero comprar a boneca x, o sapato y, o boneco tal. Eu quero até consumir lanche, porque vem o brinde... Eu não quero o lanche, mas o brinde. Então, eu vou à lanchonete para pegar o brinde. Isso, inclusive, se relaciona até a outro tema – que não é do nosso debate -, o chamado *bullying.* Hoje as crianças se julgam, entre si, por aquilo que têm ou deixam de ter.

Pode passar.

Trouxe alguns dados para discutirmos.

No dia 16 de marco, uma edição da revista *IstoÉ* trouxe, em sua capa, o mapa do consumo no Brasil. Alguns dados são interessantes para fazermos essa reflexão. Eles mostram que o consumo das famílias no Brasil vai crescer cerca de 13%, em 2012. De 2003 a 2011, a renda média do brasileiro cresceu 33%. Nove milhões de pessoas passaram a integrar as classes A e B; quarenta milhões de pessoas passaram a integrar a classe C. Isso, sem dúvida nenhuma, é algo fenomenal.

Temos que reconhecer que grande parte dos brasileiros que não tinham acesso a um consumo digno, para manter uma vida digna, hoje tem acesso a um mercado de consumo, a bens e serviços. Temos de lembrar que é a melhoria da renda do brasileiro é algo muito bom, mas, infelizmente, o nosso crescimento também está baseado em padrões de produção e consumo que são insustentáveis.

Como exemplo eu lembro os automóveis. Eu sou de São Paulo, onde são emplacados cerca de 800 veículos, e nós estamos parados no trânsito. O que isso significa em termos de deseconomia? No tempo que eu fico parada no trânsito, eu poderia estar produzindo, gerando riqueza. Então, há aí um problema.

Pode passar.

Ainda nessa matéria, eles trazem alguns dados exatamente quanto ao que eu estava falando sobre os veículos. Como houve uma ascensão social, deixa-se de buscar um veículo 1.0 e se buscam veículos 1.4, 1.6. A imprensa está sempre divulgando o número de automóveis vendidos. Inclusive, há uma política de incentivos desse consumo.

O Idec também está muito preocupado e tenta orientar essa compra, esse consumo. Então, fizemos uma pesquisa com as principais montadoras para verificar que tipo de informação as montadoras dão ao consumidor quanto à eficiência energética do veículo, à emissão veicular, para que o consumidor possa comprar um automóvel, mas que escolha o mais eficiente, que emita menos gás de efeito estufa, cause menos poluição.

Infelizmente, não achamos essa informação. Inclusive, no Brasil, temos um programa brasileiro de etiquetagem veicular, coordenador pelo Inmetro. Infelizmente, esse programa ainda é voluntário e há uma baixa adesão não só de montadoras. Na prática, esse programa existe desde 2009. Por ser voluntário e por ter determinadas características, o fato é que visitamos as concessionárias e verificamos que em nenhum carro há etiquete de eficiência veicular. Apesar de existir, o programa não é efetivo a ponto de entregar ao consumidor a informação sobre eficiência energética.

Pode passar.

Isso sem discutir uma questão ainda mais ampla. Na verdade, quando se discute mobilidade, sabemos que o modelo de transporte individual motorizado é, por si só, insustentável. Não dá para todo mundo ter um carro.

Então, temos de discutir, como sociedade, um sistema de transporte coletivo que seja eficiente e que permita ao consumidor abrir mão do seu automóvel e a optar pelo transporte público coletivo.

Pode passar.

Tentarei ser mais rápida.

Outro exemplo bastante polêmico é o dos aparelhos eletroeletrônicos.

Essa reportagem traz alguns dados sobre o número de produtos eletrônicos que são vendidos no Brasil, que foram vendidos em 2011. Um dado da Anatel é o de que temos hoje no Brasil 242 milhões de linhas de celulares em uso no Brasil. Esses dados da revista mostram que foram comercializados 65 milhões de aparelhos em 2011 – se juntarmos o celular convencional com o *smartphone.*

Aí, a pergunta que fica é quanto à quantidade não só de recurso natural, mas de energia que estamos utilizando para fabricar essa quantidade de aparelhos, que são descartados a cada seis meses, um ano, por conta até da obsolescência programada. Compra-se um aparelho que não é feito para durar. Vale dizer também que têm crescido, de uma forma bastante significativa, as reclamações dos consumidores nos Procons do Brasil inteiro quanto aos vícios de qualidade, aos defeitos, à dificuldade de o consumidor ter o problema resolvido pelas assistências técnicas das empresas de aparelho celular.

Outro problema é também a questão da destinação final. O que fazer, a cada ano, com 65 milhões de aparelhos no Brasil. Cada um de vocês deve ter, pelo menos, um ou dois celulares guardados em uma gaveta.

Pode passar.

Fizemos uma pesquisa também com os fabricantes de aparelho celular, para saber que tipo de informação, de orientação eles forneciam para o consumidor sobre descarte correto, saber se eles recolhem bateria e os aparelhos pós-consumo, se disponibilizam a lista do ponto de entrega, de onde estão esses postos de coleta, ou seja, uma série de perguntas a esses fabricantes, para orientar o consumidor quanto ao que fazer. Infelizmente, o cenário que temos não é bom, porque encontramos muita falta informação.

Pode passar.

Então, na verdade, vimos discutindo, desde a aprovação da política nacional de resíduos sólidos, o que fazer, qual a destinação adequada. Muito tem sido discutido sobre a logística reversa. A lei será regulamentada, mas ainda temos de pensar como deixar de gerar o resíduo.

Então, ainda não estamos olhando isso com o cuidado que deveríamos, seria como ficar enxugando gelo.

Pode passar.

Queria trazer para vocês algo que gerasse uma reflexão de que existe, sim, um problema de conscientização dos consumidores brasileiros sobre os impactos sociais e ambientais dos nossos hábitos de consumo. Mas não basta conscientizar. Precisamos, de fato, construir alternativas concretas para que os consumidores mudem seus hábitos de consumo. Falamos que há uma distância entre consciência e mudança de hábito, e alguns fatores explicam essa distância. Podemos ter consciência do problema, mas não da alternativa. Pode haver uma restrição econômico-financeira alternativa, porque, infelizmente, as empresas têm tratado os chamados produtos "mais sustentáveis" como nicho de mercado, o que considero duplamente injusto, porque o problema ambiental prejudica a todos, mas a solução só é acessível a quem tem dinheiro para pagar, ou, em alguns casos, não há alternativa. O consumidor não muda não por que não queira, mas porque não tem alternativa.

Pode passar.

Gostaria de ressaltar um conceito que está presente na política nacional de resíduos sólidos, qual seja, a corresponsabilidade. É preciso aceitar que há uma corresponsabilidade entre consumidores, empresas, Governo, sociedade, na construção dessas alternativas, da mudança dos padrões de produção e consumo.

Pode passar.

Assim, cada um tem o seu papel nessa história. Então, os Governos têm o papel de não só desenhar, mas de implementar políticas públicas que não só coíbam os padrões insustentáveis de produção, mas também estimulem os padrões sustentáveis de produção.

Temos quase que uma aversão à regulação, quando, na verdade, até para criarmos alternativas, precisamos de uma regulação que realmente incentive o setor produtivo a mudar.

As empresas também precisam fazer a sua parte, não só respeitar os direitos do consumidor – que, infelizmente, ainda são bastante desrespeitados -, mas também mudar os seus modelos de negócio, suas estratégias de *marketing*, incluindo aqui a publicidade, pois é ela que está desenhando esse sonho de consumo insustentável.

Então, elencando aqui fatores cruciais, precisamos ter educação para o consumo, educação para o consumo sustentável. Precisamos respeitar o art. 6º do Código do Consumidor, que fala da informação clara e adequada, que é um dos direitos básicos do consumidor.

Aí não é mais só sobre preço e qualidade; é também sobre os aspectos sociais e ambientais dos hábitos de consumo. A gente precisa ter produtos mais "sustentáveis" – entre aspas –, porque não existe uma

coisa que seja perfeita, mas, enfim, que seja ofertado não só para um nicho de mercado, mas para todos os consumidores. E a gente precisa ter mudanças de estilo de vida, novos modelos de negócio que sustentem, quero dizer que atendam a um estilo de vida completamente diferente que não é esse do consumismo, do consumo supérfluo e descartável que hoje a gente vivencia.

Pode passar.

Coloco aqui algumas questões finais para a gente saber como traduzir essa urgência. Quando a gente fala em fazer uma revolução em oito anos, seja por conta das mudanças climáticas ou por conta da própria capacidade de o Planeta de ter recursos naturais disponíveis para sustentar esse modelo de produção e consumo, como a gente consegue sensibilizar e traduzir essa urgência para os diferentes atores que são responsáveis por essas mudanças? Como a gente consegue garantir acesso a bens e serviços mais sustentáveis para toda a população? Como a gente consegue garantir o respeito ao direito à informação? Como a gente consegue estimular as empresas a explorarem esses novos modelos de negócio?

Eu terminei, mas só queria registrar que os comentários do Idec ao Zero Draft da Rio+20 estão disponível. A gente fez uma contribuição formal para a Comissão Nacional da Rio+20. A gente considera que o texto do Zero Draft é completamente insuficiente para dar conta desses desafios. A gente não trata a questão da produção e do consumo sustentáveis de forma pragmática que dê mecanismos para fazer essas mudanças.

Pode passar essa parte.

Por fim, acho que é um momento bastante delicado. A gente entende que o processo da Rio+20 é um processo difícil, de acordo entre diferentes nações por compromissos. Então, é claro que essa negociação nunca é fácil, mas o desafio que está colocado para a humanidade exige uma vontade política muito forte para que, de fato, a cúpula realmente dê diretrizes para uma mudança mais radical.

Não dá para a gente querer achar que a economia verde é só tornar o processo produtivo mais verde. A economia verde, pelo menos no nosso entendimento, é uma mudança muito radical nos modelos de produção e consumo, sem o que, acho, a gente vai perder oportunidade de, de fato, deixar não só para as futuras gerações, mas para a geração atual um pouco de esperança de que, sim, mudar é possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a Lisa e dizer que eu quero, depois, voltar ao último quadro, porque acho que são contribuições importantes ao chamado Zero Draft, como eles gostam de dizer, que é a primeira versão do documento.

Passo a palavra agora a Vana Tércia de Freitas.

A SRª VANA TÉRCIA SILVA DE FREITAS – Obrigada, Senador.

Boa noite.

Meu nome é Vana Tércia, sou do Ministério do Meio Ambiente, onde trabalho no Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. É um departamento novo devido a todo esse debate. Esse departamento tem um ano. Antes, era uma área relativamente pequena no Ministério, a área de consumo; agora, já virou um departamento que faz parte da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Pode passar, por favor.

Contexto global: somos sete bilhões de pessoas, e a tragédia é que, no século XX, a população praticamente triplicou e o consumo de água multiplicou por seis; as quinhentos milhões de pessoas mais ricas produzem cerca de 50% das emissões de gases; em 2006, a humanidade consumiu 30% a mais do que consumiu dez anos atrás; e, do volume total de energia fornecido em 2006, qualquer que seja a fonte, o grupo formado por agricultura, residências, comércio e serviço público se constitui no maior consumidor em nível mundial.

O consumo de energia nos países em desenvolvimento dobrou nas últimas três décadas, isso lembrando que apenas 20% da humanidade fazem esse consumo. A maior parte não consome às vezes nem o básico.

Pode passar, por favor.

Nosso contexto global e a Rio+20. O aumento do consumo ainda é visto como um padrão de progresso. Então, muitas vezes, é confundido com desenvolvimento. O Brasil vive uma euforia de país emergente: "Oba, agora eu posso consumir. Eu tenho direito a consumir".

Então, para a Rio+20, é necessário discutir modelos de desenvolvimento e tomar cuidado para não abrir espaço somente para um crescimento econômico "esverdeado".

Estamos crescendo, mas vamos discutir quais são os novos modelos de desenvolvimento e se realmente queremos esse tipo de crescimento econômico.

Problemas: os países desenvolvidos não querem rever seus padrões de consumo, e os países em desenvolvimento: aspiram novos padrões de consumo. Então, agora que podemos consumir, como vamos frear isso? Como vamos desacelerar esse processo de consumo? E o problema todo é que só temos um planeta.

Pode passar, por favor.

Bom, como a Lisa disse, nós vivemos numa sociedade de consumo, e essa sociedade contemporâ-

nea passou a ser a sociedade do ter e não do ser. Foi o que a colega disse. Os bens que você adquire, os produtos que você tem e a maneira como você consome é que definem o seu *status*, a sua identidade. Há alguma coisa perniciosa nisso.

Os bens funcionam como manifestação concreta dos valores e da posição social dos usuários, e nossas ações de consumo tornam-se, assim, atividades que envolvem a tomada de decisões políticas e morais.

Pode passar, por favor.

Bom, a influência da moda, do mercado, da propaganda, e do estilo de vida norte-americano, tão desejado, transformou o consumo em uma compulsão.

Então, o que acontece?

A sociedade de consumo, cada vez mais, gera novas necessidades, gera novas carências, isso a todo momento, provocando a descartabilidade dos bens, diminuindo sua durabilidade, para que novos produtos sejam comprados:

Foi o que a Lisa falou, a obsolescência programada. Só que aí também há a obsolescência percebida, que considero a mais cruel, aquela em que o consumidor se sente inferiorizado por não estar, talvez, nos padrões da moda. O seu sapato, não se usa mais esse sapato. É um novo modelo de sapato. Isso faz com que o consumidor se sinta constrangido, diminuído e tenda a fazer parte desse novo modelo de consumismo. "Ah, não, eu quero o sapato da moda!"

Então, vamos consumir.

Pode passar, por favor.

A produção e o consumo sustentável. Eles são atrelados, porque um depende do outro. O consumidor precisa ser educado para respeitar os limites da natureza, assim como a produção deve ocorrer de maneira responsável. Se a gente demanda das nossas indústrias, com muito esforço, podemos ter produtos mais sustentáveis. O que é caro deveria ser usual, como no início nos anos 90, em relação aos celulares. Os celulares eram uma coisa absurda, de tão caros. Hoje, todo o mundo pode ter. Por que produtos sustentáveis não podem custar mais barato para o consumidor? Não é nem questão de custar mais barato, mas é questão de ter um preço justo.

Pode passar, por favor.

É importante também a gente olhar o ciclo de vida do produto. O que acontece? Nós não somos educados para pensar o que vem por trás daquele produto e nem para onde ele vai. Então, temos de educar as crianças, desde pequenininhas para saber que aquele leite não saiu da caixinha. Então, a gente tem de voltar para onde sai aquela matéria-prima, como vai ser seu processo produtivo, distribuição, que impactos tem até chegar a esse produto que a gente consome. A gente só usa ali – o consumidor e o varejo – e pouco olha de onde esse produto vem e para onde ele está indo.

Pode passar, por favor.

O que eu quero dizer é que nós temos de ter um olhar mais crítico sobre o ciclo de vida do produto.

A nova realidade do consumo no Brasil.

Pode passar, por favor.

Mudamos o perfil do consumidor brasileiro: 80% da população está fixa nas cidades; 53% da população brasileira pertence à classe C; e 73,9 milhões de pessoas têm acesso à Internet.

O que acontece? Com ganhos de renda, inflação controlada e maior oferta de crédito, provocou-se uma série de mudanças na família brasileira: menos critérios de consumo nos últimos anos. Preço baixo já não é mais o fator número um na hora de você escolher o produto no supermercado. Você tem acesso ao crédito; você pode comprar mais. A classe média está comprando mais e está se endividando mais também.

Hoje, 23% dos domicílios têm como prioridade experimentar novos itens, por que não?

Em 2007, os critérios de escolha, considerado óbvios, "qualidade de produtos e serviços" passaram a ser um diferencial juntamente com o item "atendimento".

Pode passar, por favor.

Em 2010, o MMA, realizando uma pesquisa chamada "Sustentabilidade aqui e agora" em onze capitais brasileiras, descobriu que 26% das pessoas se consideram informadas sobre meio ambiente; 52% se consideram mais ou menos informadas; 59% acreditam que só com grandes mudanças em nossos hábitos de compras, transporte e alimentação podemos evitar problemas ambientais futuros; 66% separariam o lixo doméstico para facilitar a reciclagem; 63% eliminariam o desperdício de água; 61% comprariam eletrodomésticos que gastam menos energia.

Pode passar, por favor.

Então, essa nova realidade nos leva a concluir o quê? O consumidor, hoje, tem maior poder aquisitivo, mais informação, mais vontade de experimentar marcas, produtos e serviços e ele também tem um entendimento sobre o meio ambiente.

Existe uma atuação do setor público para garantir que os consumidores possam fazer a sua parte.

Pode passar, por favor.

Só que esse é um processo lento. A gente está começando agora a falar de mudanças de estilo de vida. E, para começar esse debate, nós lançamos, em novembro de 2010, um plano de ação para produção e consumo sustentáveis. Esse plano...

Pode passar, por favor.

Esse plano vem a fomentar, no País, políticas, programas e ações que visam ampliar soluções dos

problemas socioambientais por meio do consumo e da produção sustentáveis, consoantes com as políticas nacionais, como a política de resíduos sólidos, com as políticas sobre mudanças do clima. É um plano que está interligado com essas outras políticas, visando à erradicação da miséria e em prol do desenvolvimento sustentável, com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com as diretrizes do Processo Marrakech.

Esse plano não surgiu do nada. Existe um compromisso internacional, chamado Processo Marrakech, que objetiva incentivar, estimular os países a desenvolverem planos, políticas e programas em produção e consumo sustentáveis.

Pode passar, por favor.

Como é um tema que não é fácil, não vai ser resolvido assim, de hoje para amanhã, até porque são décadas de um processo que tem sido pernicioso. Então, a gente tem que ter muito cuidado, ainda porque esse tema "consumo" envolve várias áreas, como transporte, energia; tudo está relacionado ao consumo.

Assim, elegemos, para o primeiro período, algumas prioridades. As prioridades são: "educação para o consumo sustentável", a propósito do que, em 2009, nós lançamos a campanha "Saco é um saco". A gente escolheu a sacola plástica como um ícone para começarmos a falar sobre mudanças de padrões. E os senhores estão vendo a bagunça que está o problema das sacolas, o banimento, muitas vezes, a troca de produtos para se fazer uma sacola. Mas a sacolinha foi escolhida por quê? Porque queríamos começar a falar de redução, de consumo consciente. Por isso ela foi escolhida.

As compras públicas sustentáveis. O Estado também compra. Por que não comprar de uma maneira mais sustentável? Por que não capacitar os gestores públicos a melhorarem as suas compras?

Temos a agenda ambiental brasileira, que fala das boas práticas no serviço público, da reciclagem dos resíduos sólidos que veio acompanhada com política nacional. E fala do varejo, que é o principal elo entre o consumidor e o fornecedor. Quem melhor pode falar com o consumidor senão o varejo? Também estamos com algumas iniciativas em construções sustentáveis. Eu não vou ficar fazendo propaganda do governo.

Pode passar.

A colega já falou sobre a PNRS, e acreditamos que, com a nova política, vai diminuir o consumo. A PNRS está sendo trabalhada, estudos estão sendo feitos para melhorar esse gerenciamento dos resíduos sólidos. Então, o coração dela é a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos seus rejeitos.

Então, o que acontece?

Com a política, automaticamente, o não descarte vem acompanhado da diminuição do consumo. Então, acreditamos que, com a PNRS, espera-se que o consumo seja reduzido por "n" fatores que estão na política.

Pode passar.

Quem são os principais atores para essa educação em sustentabilidade? O Estado, com o papel de educar, informar, conscientizar, alocar recursos em pesquisa em novação. Acredito que ainda estamos muito fracos nessa área de ter pesquisa no nosso País. Não somos uma Inglaterra, que pode produzir isso, que é um Estado pequeno. Nós temos diferentes realidades em cada região.

Outro ator é a sociedade, com o papel de mobilizar, observar, monitorar as políticas e irregularidades. Há também as ONGs e os institutos de pesquisas, que são braços que temos na sociedade para ajudar essa educação para a sustentabilidade, para formar cidadãos mais conscientes e, finalmente, o mercado. Temos que ter preocupação com esse novo empreendedor se ele não tem essa preocupação social. Ele deve ter a preocupação ambientalmente responsável. O foco não deve ser somente o lucro.

O setor privado nos traz uma expertise na produção e comércio de bens que o Governo não tem.

Estou acabando, apenas um minutinho.

Então, se não temos esse apoio... Fora a mídia, porque ganhamos em uma novela, em uma campanha, em uma peça publicitária. A mídia é um grande apoio para compor esses atores. Para tratar de produção e consumo sustentável, se não tivermos o apoio de todo mundo, a participação de todas as cadeias referentes a cada elemento, não vamos conseguir ter sucesso.

O que quero dizer é que, na mídia, o Conar, que é o Conselho, cria normas éticas para apelos de sustentabilidade na publicidade. Isso quer dizer que toda propaganda que se refere ao termo sustentabilidade tem que ter veracidade, tem que ter exatidão. Senão, o termo cai na banalidade.

Obrigada, espero que esse debate nos auxilie, que contribua bastante para as nossas próximas discussão até a próxima Rio+20.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero dizer que nós é que lhe agradecemos pela clareza e entusiasmo com que falou.

Passo a palavra agora ao Edson Franco.

O SR. EDSON FRANCO – Obrigado pelo convite, Senador, João Luís, a Comissão, a Subcomissão.

Eu acho que não vou falar tanto quanto a Lisa e a Vana, mas eu queria principalmente agradecer porque a gente começa a ver na sociedade uma possibi-

lidade de mostrar novas alternativas ao crescimento. E uma das alternativas é a proposta do decrescimento. Como o Senador falou, talvez consumir menos signifique mais felicidade do que consumir tudo o que a gente vê pela frente.

O Grupo Decrescimento é uma rede de pessoas no País inteiro que debatem e discutem a questão do decrescimento como já vem sendo debatido em alguns países na Europa, no Canadá. Ele propõe alternativas para a gente começar uma mudança nos paradigmas da sociedade. Eu achei interessante o convite, até porque a questão do consumo tem muito que ver com o decrescimento. Logicamente, o consumo exacerbado, na verdade, é a base de sustentação da sociedade de consumo que temos hoje. Todo o nosso arcabouço social é formado em produção e consumo. O decrescimento, há bastante tempo, vem questionando essas bases.

Como a Lisa e a Vana disseram, não é um tema muito fácil. Aparentemente se pode achar que é um tema superficial, o consumo, o supérfluo, mas ele é bastante complexo. A gente acha que a saída não está numa mão só. A saída está em propostas que envolvam o coletivo e propostas que envolvam o individual. Então, individualmente, a pessoa tem que passar a fazer escolhas corretas; e, socialmente, por meio de movimentos sociais, por meio da política dos governos, a gente precisa buscar alternativas para o que está nos afetando hoje.

A Lisa falou uma coisa interessante: a questão do consumo supérfluo também se dá no Governo. O Governo pode fazer uma licitação muito clara, muito transparente, e está licitando algo que absolutamente não é interessante, não é importante para a sociedade, não vai trazer nenhuma melhoria. Então, o Governo também tem o seu consumo supérfluo, assim como empresas e nós, como pessoas físicas.

Uma coisa importante que também foi dita pela Lisa é o tripé: crédito, propaganda e obsolescência programada. O crédito muito fácil dá chance para as pessoas satisfazerem seus desejos de consumo quaisquer que sejam.

Ontem estávamos reunidos com alguns integrantes do nosso grupo em São Paulo, e nós discutíamos isto: até onde é justo, até onde é socialmente aceitável que o filho de um milionário pegue um carro único no Brasil, só há aquele carro no Brasil inteiro, só ele tem o carro, e ele saia dirigindo por aí e mate alguém? Então, se nós vivemos em uma sociedade que possibilita que o indivíduo busque esse bem e usufrua desse bem, é claro que ele vai atrás, é claro que ele vai querer buscar, ele vai querer ter dez carros daqueles. Então, isso é lícito? Isso é socialmente benéfico?

Outro ponto: propaganda para a criança comprar tal brinquedo. A criança tem condição de tomar essa decisão? Propaganda de remédio, que se vê muito: quando que um remédio pode ser encarado como um produto?

Essas e "n" outras questões, a gente acha que devem ser aprofundadas, devem ser buscadas respostas diferentes daquelas que a gente está encontrando na sociedade.

E quais seriam as propostas, como diminuir? A gente acha que a primeira coisa, talvez a mais importante, seja a educação. Tudo passa pela educação. Uma educação que possa formar indivíduos mais conscientes realmente é importante para uma mudança social.

Substituição do paradigma social de que consumo e crescimento são benéficos. A gente teria de trocar isso por uma noção mais realista de que o Planeta tem um limite, de que os recursos naturais são escassos e estão cada vez mais escassos.

Como isso funcionaria individualmente? Algumas respostas, a gente encontra coletivamente; algumas respostas são individuais. Será que as pessoas não precisariam de uma simplicidade maior? Essa redução de expectativas, a mudança de valores que já foram estabelecidos. A gente vê uma troca de valores muito grande hoje, socialmente. Você dá valor hoje a uma coisa que, se você pensar bem, não tem valor nem individualmente nem socialmente.

Talvez um realinhamento das pessoas com a própria natureza, uma tentativa de sair dessa vida urbana em que acabamos desembocando.

Pensar na questão daquilo que você deseja, será que aquilo que a gente vê e deseja vai trazer felicidade? Buda já dizia que o desejo é o que traz a dor. Então, será que a gente não teria de repensar tudo isso? Será que a gente não teria de ter uma reaproximação com uma certa espiritualidade? Espiritualidade no sentido de autoconhecimento. Quando a pessoa se conhece, ela consegue criar forças internas que possibilitem que ela se livre de apelos comerciais, apelos de propaganda e principalmente consegue dar valor a diferenças. As diferenças, na sociedade, são aquilo que enriquece.

Então, é basicamente isso.

Eu queria novamente agradecer o convite e me colocar à disposição de todo mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço e quero fazer algumas colocações e, de certa maneira, algumas provocações a vocês, porque o tema que a gente queria trazer aqui é como fazer para reduzir o consumo. Vocês falaram de educação, mas eu queria colocar alguns outros pontos aqui e ver a reação de vocês.

Mas antes eu quero dizer o seguinte: todos estão falando que não dá para continuar no atual ritmo de crescimento da economia; todos estão dizendo que não dá para continuar com a perspectiva de que ser mais feliz é ter carro mais novo, mas creio que ninguém está convencido ainda de que deve abrir mão do consumo. Esse é o grande desafio para os próximos anos – não dá para passar de anos. Como fazer para que mudemos o conceito de bem-estar, o conceito de felicidade, o conceito de satisfação?

A palavra satisfação, inclusive, é usada no sentido de comer. Seja comida, seja uma camisa, seja um sapato, seja um carro novo. A satisfação, por exemplo, não tem sido vista no sentido de ter tempo livre. Até quando a gente fala de férias, a gente fala do consumo, e não da liberdade das férias, é o consumo do turismo. O turismo apropriou aquilo que seria o gosto e o usufruto do lazer. Você vai para consumir aquilo, vendo ou de outra maneira.

Isso vai exigir uma revolução, e a revolução tem de ser no propósito e na cabeça da gente, e, em geral, essa coisa vem junto. O que eu tenho discutido é que nós precisamos mudar a própria base da economia, porque a economia é que tem sido a determinante do que significa o progresso. A palavra progresso, no começo, significava apenas você se deslocar, não significava você aumentar a produção. Isso é muito novo! Esse conceito de progresso não deve ter 200 anos. A gente vai ter que definir um novo conceito de progresso. Ou seja, ser mais desenvolvido não é necessariamente ter um PIB maior. Talvez seja ter uma sociedade com menos violência, em que as pessoas tenham mais tempo e que possam usufruir mais do tempo livre, e que tenham mais cultura.

Temos que redefinir o Produto Interno Bruto como determinante do bem-estar, da satisfação, da riqueza de um país. Tem que mudar o conceito de riqueza. Por exemplo – eu já falei isso aqui algumas vezes, mas acho que não faz mal repetir – cada vez que um bandido dá um tiro, aumenta o PIB, porque gastou uma bala. E, se acertar no coração da vítima, aumenta a renda *per capita*, porque diminuiu o número de habitantes. A renda *per capita* é a divisão do produto pelo número de pessoas.

Não tem sentido a gente continuar com essa maneira de raciocinar todo final de ano e comemorar o fato de que o Brasil está mais rico, porque algum bandido deu tiro e porque algumas pessoas morreram e aí aumentou o PIB e melhorou a renda *per capita*.

É preciso tirar do PIB toda produção de armas. Cada vez que sai um bombardeio da fábrica americana aumenta o PIB. Em que isso aumentou o bem-estar da sociedade, do Planeta?

Cada vez que a gente fica em um engarrafamento de trânsito, sofrendo porque não chega no tempo, o PIB está aumentando se você mantém o motor ligado. Você está sofrendo, você está se angustiando, você está perdendo a sua vida, mas o PIB está aumentando.

Tem que mudar a maneira como a economia vê o seu resultado. Tem que incorporar o tempo livre; tem que incorporar paz na sociedade e fazer com que reflita esse produto ao próprio bem-estar.

Em um recente encontro, na semana passada, em Istambul, tivemos a declaração de um documento que é uma declaração rumo a um futuro sustentável. Tivemos também um discurso formidável do Ministro – não tenho aqui, não sei por que eu não trouxe – do Butão. Eles criaram o Produto Bruto de Felicidade. Confesso que eu tinha muitas desconfianças sobre essa ideia, mas quando a gente vê o que esse senhor falou, a gente percebe que ele não está tão fora de sintonia, que faz sentido quando eles dizem que é realmente gratificante ver a sincronia entre esses dois encontros, em que se buscam mudanças incrementais na política e na prática. E essas ousadas declarações feitas pelo PNUD refletem principalmente a posição do governo do Butão.

O paradigma convencional de desenvolvimento econômico tornou-se claramente disfuncional, ecologicamente, socialmente, economicamente.

Agora, fazemos um balanço do progresso humano desde a reunião da Cúpula de 92. Encontramos motivos para preocupação mais profundos do que as razões para o encontro vinte anos atrás. E lista as preocupações.

Mas o que é interessante é que ele diz:

> "Com o modesto sentimento de orgulho, posso relatar a essa distinta audiência a recente implantação no meu país, o Butão, de um novo sistema holístico para medir o valor total de nosso capital natural, humano, social e cultural. Nossas novas contas nacionais [novas contas nacionais; eles não estão mais fazendo as contas nacionais como nós fazemos] mostram que nossas florestas fornecem mais de quinze bilhões anuais em serviços ao ecossistema."

Aqui quero mostrar a diferença. Para eles, a floresta gera um produto. No Brasil, as florestas não geram nenhum produto, a não ser depois de derrubadas e virarem carvão, virarem madeira. Enquanto estiver em pé um pau, ele não vale nada. A não ser que seja de fruta e se você tirar a fruta. Eles passaram a medir o valor das florestas em pé, inteiras.

> "Algo como 94% do valor desse serviço das florestas [veja a expressão, "serviço das flo-

> restas"] é fornecido por nossa crescente cobertura florestal. Também é motivo de grande satisfação para o meu país, o Butão, notar que 53% desse valor são revertidos para nações de povos além de nossas fronteiras."

Aqui é outra coisa importante, o PIB é medido apenas para dentro do país, mas nós estamos em um mundo planetário. Como a gente vai falar em meio ambiente só dentro do país? Eles se orgulham que as florestas geram benefícios além das suas fronteiras.

O Código Florestal aqui, que passamos meses e meses discutindo, só se discutia como e até onde derrubar árvores para plantar soja. As árvores não eram vistas como produtos em si. Veja que diferença, eles calculam isso.

> "No campo do capital social, descobrimos que nossos voluntários contribuem generosamente com milhões de dólares com serviços não remunerados, cuidando de doentes idosos, pessoas com necessidades especiais, combatendo incêndios florestais, plantando árvores e servindo as suas comunidades."

Veja que aula ele nos deu. No Brasil, uma dona de casa que trabalha dez, doze horas por dia cuidando dos filhos não entra no PIB, não tem valor para a economia. Como não tem valor nenhum uma mãe que está cuidando dos filhos? Não faz muito, discutiu-se aqui se devia ou não aumentar a licença-gestante. Com sacrifício, aumentaram a licença-gestante no País. Esse foi o debate: estamos prontos para pagar esse sacrifício, de que a mãe vai ficar mais tempo em casa cuidando dos filhos? Esse pessoal lá está dando uma lição para a gente. Ele vê o tempo da mãe em casa cuidando do filho como parte do produto que se faz para beneficiar a sociedade. Mas não só cuidando dos filhos, quem cuida dos velhos e não ganha salário, quem cuida de doente sem ser empregado. Por que uma pessoa que cuida de um doente ganhando salário produz, uma pessoa que cuida de um doente sem ganhar salário não produz? Mas é assim hoje. Hoje, é assim. Se você contrata uma babá para o filho, ela está produzindo, entra no PIB. Mas, se a própria mãe cuida da criança, ela não está produzindo. Eles colocam no Produto da Felicidade deles, no Produto Interno de Felicidade, o valor do trabalho não monetário, o trabalho que não recebe dinheiro.

> "Além disso, começamos a monitorar o custo econômico das doenças evitáveis."

Ou seja, uma doença que poderia ser evitada e aparece, eles põem negativamente na definição do produto.

> "Também relato com satisfação [disse o Ministro] que implantamos com sucesso popular o "Programa Educando para a Felicidade Interna Bruta", que visa à criação de escolas verdes para ajudar a expandir nosso precioso ecocapital.
>
> Essas avaliações econômicas refletem e fortalecem nossa decisão de colocar o meio ambiente no centro de todas as políticas de desenvolvimento. Elas reforçam nossa previsão constitucional de manter perpetuamente ao menos 60% do reino com cobertura florestal."

Está escrito na Constituição que não pode diminuir as florestas abaixo de 60% do território. E a gente discutindo, no Código Florestal, se destrói até 15 metros ou até 30 ou 60 metros da margem do rio. E eles colocam, na Constituição, que não podem devastar mais do que 40% das suas florestas, que o resto é protegido pela Constituição.

> "Confirmo o nosso compromisso de ser semidouro de carbono perpétuo. Muitas vezes nos perguntam: como pode o Butão, um pequeno país em desenvolvimento, ser capaz de tantos sacrifícios? Fico sempre tentado a responder com outra pergunta: como pode qualquer país ou sociedade dar-se ao luxo de cometer ações não sustentáveis, autodestrutíveis e imorais em nome do progresso?"

Inverteu a lógica. Eles não consideram um sacrifício consumir menos; eles consideram um benefício.

"Os nossos compromissos não vêm à custa do progresso. Pelo contrário, são eles que trazem ganhos realmente significativos para o bem-estar e a felicidade do nosso povo [porque, para eles, progresso e desenvolvimento não é aumentar a produção, é viver bem.]

Gostaria de esclarecer [ele continua] que felicidade que buscamos promover na sociedade não é aquela efêmera, produto de condições externas ou materiais. Pelo contrário, é um estado profundo e permanente que vem de viver a vida em harmonia plena com o mundo natural, a família e a comunidade, alimentado pela força da nossa cultura e da nossa herança espiritual.

O progresso humano no Butão é medido com base em nove grandes áreas que condicionam o estado de um indivíduo na nação. [Isso é importante porque, à primeira vista, isso parece um delírio. Não. Eles colocam nove grandes áreas.] São padrões de vida, condições de saúde, qualidade da educação, integridade ecológica, resistência cultural, vitalidade comunitária, uso do tempo, governança e bem-estar psicológico. [Eles definem regras, eles não ficam apenas na vã filosofia, como se diz por aí.] Essas nove áreas são

acompanhadas por setenta indicadores que compõem o FIB, Felicidade Interna Bruta. [Eles têm os indicadores cuidadosos, 72 indicadores.], índice periódico com o qual medimos o nosso progresso. [Vejam como é!] Nós medimos nosso progresso [eles dizem] pelos 72 indicadores que atendem a essas nove grandes áreas, padrões de vida, as condições de saúde, educação.

Tenho reconhecido que PIB não é um indicador, mas sim um sistema contábil [isso é fundamental: é um sistema contábil; não é um indicador] destinado somente a medir o volume de bens e serviços negociados no mercado em determinado momento, temos procurado um sistema mais abrangente para medir nossa verdadeira riqueza, muitas das quais têm sido, em grande parte, totalmente ignoradas pois, há muito tempo, o PIB, com foco no seu crescimento econômico, vem sendo usado para conjurar ilusões de ganho até mesmo quando cidadãos, comunidades e nações sofrem perdas sociais, culturais, sociais, ecológicas, políticas e emocionais. Os ganhos materiais são pouco celebrados mesmo quando eles acontecem à custo do aprofundamento do fosso."

E assim vai.

> "O valor das florestas em pé na sustentação a vida natural, da biodiversidade, dos lençóis freáticos, do solo e de locais sagrados não encontra lugar no valor convencional, no PIB; encontra no indicador do FIB. O fato de o Butão precisar de suas florestas para capturar as emissões de carbono da atmosfera para evitar deslizamento de terra e fornecer alimentos e remédios para a população não teria importância pelo PIB."

Ninguém considerou, na hora de medir o PIB brasileiro, as áreas devastadas na mata perto das cidades do Rio de Janeiro que foram vítimas das erosões e daquela tragédia de mil mortos. Quando tiraram as matas dali, ninguém disse que ali houvera uma diminuição do progresso. Ao contrário, aumentou o progresso porque a gente tirou árvore e fez madeira. O resultado: mil mortes. Eles levam em conta isso.

Esse é um discurso a que lamento não ter tido acesso durante o debate do Código Florestal. Lamento profundamente, porque é uma visão lógica. Não é uma visão sentimental; é uma visão lógica! Não é porque eles são budistas e, por isso, teriam um sentimento diferente do nosso. Não. Eles são racionais. Esse senhor, o Ministro, tem cursos no exterior de todos os mestrados e doutorados que você imaginar. É o Ministro da Educação, inclusive.

É isso que a gente está precisando formular aqui, só que num país como o Brasil, já industrializado, a gente precisa de medidas que reduzam o consumo supérfluo e aumente o consumo essencial. Quando a gente fala em decrescimento, é possível que a bola total até diminua. É bem possível que seja preciso isso, mas o fundamental é ver que não há, a bola é dividida em pedaços.

Uma coisa é produzir feijão, outra coisa é o carro de que você falou. O feijão, tem de aumentar a produção para que ninguém passe fome. Esse carro tem de ser substituído por ônibus, que transporta mais gente, com menos impactos negativos.

Mas voltemos: o Brasil é um País que já está aí, desse jeito. Como é que a gente vai fazer?

Eu vou querer ouvir a opinião de vocês sobre algumas coisas: uma, depois que você falou, eu já providenciei. Eu já mandei, daqui, para a gente convocar uma audiência pública, na Comissão de Educação, sobre o impacto da publicidade na consciência das crianças brasileiras. Já mandei pedir que seja feita essa proposta. Na próxima terça-feira eu apresento. Está na hora de a gente debater o que isso traz para a cabeça das crianças.

Vejo, aqui, algumas ideias que poderiam levar à redução do consumo.

Uma delas é o óbvio: impostos mais altos sobre os produtos acima do teto.

Eu gostei muito do seu desenho e, aliás, eu faria diferente: você põe o teto do consumo e o piso do consumo. É excelente. Ninguém pode ficar abaixo de um piso de comida, de roupa, de livros, e ninguém pode ficar acima de um teto que destrói florestas, que mata gente. Aqui dentro, a gente tem de permitir o consumo.

Pois bem, está na hora de aumentar os impostos daqui para cima, mas aumentar muito. Obviamente, na hora de aprovar uma coisa dessas, vai ser muito difícil, mas a gente está aqui para provocar, a gente está aqui para debater, a gente está aqui para chamar a atenção.

Outra, também a ver com a fala de vocês, e eu até perguntei se elas combinaram antes de vir para cá: exigência de vida mais longa para os produtos. É possível ter uma lei que diga: um automóvel deve durar tantos anos.

Eu li, agora, um romance que eu recomendo a vocês lerem. É de um escritor turco. É um romance chamado *O Museu da Inocência*.

Um dos personagens do romance – dura uns 40 anos a história – é o Chevrolet do pai do personagem, que era o mesmo carro desde que ele era menino até ele ficar velho, adulto, e ele conta a história dele.

Por que, antigamente, a gente tinha um Chevrolet que passava...? Os relógios que o avô dava ao neto. Hoje, a gente joga fora.

Então, tem de passar a ter exigência de duração de produto.

Terceiro, eu chamei até com o nome, para ver se convenço: publicidade sustentável. É a proibição de publicidade de bens antiecológicos.

Não é proibido fazer propaganda de cocaína? Está na hora de a gente começar a parar a propaganda de algumas coisas que têm efeitos parecidos, só que, ao invés de serem na cabeça do usuário, sozinho, são na sociedade inteira. Mas o efeito é parecido: o vício, como você falou, o vício que as pessoas têm.

Quarto – este, talvez, seja mais difícil, porque tem um problema técnico, de ser conveniente ou não. Tem a ver com o que você colocou dos telefones celulares, dos computadores.

Talvez a gente tenha de impedir o lançamento de novos produtos. Agora, aí tem um problema, porque tem novos produtos que, de fato, são positivos. Remédio, por exemplo. Como a gente vai impedir o lançamento de remédios de nova geração? Mas uma coisa é um produto de uma nova geração, um computador que muda a maneira de você trabalhar; outra é um produto igual, cuja cor é diferente. Talvez esteja na hora de a gente ter regras de como definir o lançamento de novos itens de consumo, para não chamar de produtos.

Finalmente, entre o que coloquei aqui, um imposto maior sobre o patrimônio dos bens que depredam a natureza, um alto imposto naquilo que depreda a natureza, uma fábrica que polui pagar um imposto maior que uma fábrica que não polui.

Nós precisamos ter, eu quero resumir nesse sentido, para que haja uma redução no consumo supérfluo, uma política fiscal inteligente, revolucionária, que possa orientar as pessoas na direção de um consumo mais inteligente. Eu nem diria decente, porque é uma questão de decência na relação com as novas gerações – que temos de proteger –, mas também uma questão de inteligência, para sairmos de uma burrice geral, do vício em um consumo que leva à falsa satisfação, mas não a um melhor bem-estar e a uma melhor felicidade.

Falo isso e passo a palavra a vocês, na mesma ordem, para que falem um ou dois minutos, concluindo ou, se quiserem, comentando o que eu falei, mas, sobretudo, dando o recado a todos que nos assistem de que é importante mudarmos o padrão de consumo no Brasil e no mundo inteiro.

A SRª LISA GUNN – Propostas provocadoras as de V. Exª.

Sem dúvida nenhuma, quando se fala no papel do Estado, de resgatarmos o papel do Estado de regular, fiscalizar, incentivar essas mudanças nos padrões de produção e consumo, sem dúvida nenhuma, temos de tomar medidas para coibir aqueles padrões que são insustentáveis, mas creio que, se o Brasil quer realmente ser uma economia moderna, um País moderno e de vanguarda, deveremos investir no desenvolvimento – um pouco daquilo que a Vânia falou de pesquisa e inovação -, para encontrar oportunidades que possam transformar ou agregar valor a produtos e serviços que tenham, de fato, essa característica da sustentabilidade, produzir produtos e serviços que sejam mais sustentáveis.

Então, sem dúvida nenhuma, a política fiscal é um instrumento bastante importante não só para coibir aquilo que é prejudicial tanto à sociedade quanto ao meio ambiente, mas também para incentivar esses novos padrões.

Portanto, poderíamos ser muito mais agressivo quando, por exemplo, discutimos – como na crise econômica – o incentivo fiscal para a indústria. Como estamos concedendo redução de IPI a uma série de produtos, poderíamos exigir uma contrapartida de eficiência enérgica, uma contrapartida que esteja à altura do que estamos oferecendo para o desenvolvimento dessa indústria.

Hoje, discutimos muito o enfrentamento realizado pela indústria nacional quanto aos produtos da China, ou seja, o medo de perder essa capacidade industrial. Aí, temos de entender a dificuldade com uma oportunidade. É claro que não é simples. Não há receita simples para realizar essa mudança, mas o Brasil, de fato, pode se apoiar em uma preocupação ambiental e criar uma vantagem comparativa, se realmente tiver um investimento para tratar esses outros caminhos.

Temos uma agricultura familiar muito forte produzindo, mas que está sofrendo bastante para se sustentar. Hoje dispomos de empreendimentos da economia solidária que estão experimentando novas formas de aproximação de pequenos produtores e consumidores com várias dificuldades para conseguir viabilizar o seu serviço. Temos várias pessoas da sociedade pensando nesses caminhos alternativos que precisam deixar de ficar à margem da economia, para que se tornem se não o centro da economia, pelo menos tenham mais incentivo.

Também temos de perceber essa relação. Uma das coisas que preocupa muito o Idec nos últimos tempos é que estamos vivendo no Brasil o problema de subnutrição. Não se trata da subnutrição pela fome, mas o consumo de produtos de valor nutricional pobre. Estamos consumindo produtos com muito sódio, muito açúcar, muito carboidrato.

Eu sou obesa. Eu fiz a minha medida de peso por altura e constatei que sou obesa. Por quê? Porque eu não tenho tempo livre. Eu trabalho como uma conde-

nada e como na rua. Como *fast food*, como porcaria, como pão, massa.

Então, estamos saindo de um patamar da fome, e o crescimento econômico, a riqueza, o aumento de renda está trazendo prejuízos. Eu vou parar no SUS daqui a pouco com algum problema de hipertensão, diabetes e é o SUS que vai ter de pagar a conta, até porque o plano de saúde não cobre.

Realmente, concordo plenamente. Eu queria que o Butão fosse aqui e que pudéssemos ter uma inversão completa dos nossos valores do que é o progresso, do que é o desenvolvimento, porque achamos que estamos no caminho errado. O Brasil está vivendo um momento bastante oportuno para talvez conseguirmos direcionar riqueza, crescimento e desenvolvimento para um caminho que seja, de fato, mais sustentável.

Fiquei muito feliz com a notícia de uma audiência para discutir restrição de publicidade infantil, porque esse é um tema que a indústria, tanto a de publicidade quanto a de alimentos, coloca como se fosse uma censura, uma questão de impedir a liberdade de expressão, mas acho que isso é uma deturpação do que estamos discutindo, que é a responsabilidade que temos de preservar as crianças, um ser em formação. Se o consumidor é vulnerável, a criança é hipervulnerável. De fato, fico muito feliz com a oportunidade de debatermos aqui, no Senado, a restrição da publicidade infantil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Esse foi um produto desta reunião, porque confesso que nunca tinha imaginado fazer uma audiência sobre esse assunto.

Lembrando o que você falou sobre alimentação, pelo que eu ouvi aqui do discurso do Ministro do Butão, cada vez que se come um sanduíche deste, que aumenta e cria futuras doenças, isso entra negativamente no produto interno de felicidade e não positivamente como aqui. Ele disse que consideram negativamente, quando as doenças evitáveis são provocadas.

Passo a palavra à Vana Tércia, para suas palavras finais.

A SRª VANA TÉRCIA SILVA DE FREITAS – Depois desse discurso da Lisa, ficou difícil.

O que quero dizer é que é um jogo de interesses também muito difícil, não é, Senador? Não é um processo fácil querer mudar, ter estilos de vida mais sustentáveis, sendo que, ao mesmo tempo, o próprio Governo tem políticas antagônicas. Ao mesmo tempo em que estamos tentando conscientizar o consumidor, por outro lado, tem um programa do Governo que estimula o consumo. Ao invés de incentivar a entrada de novos carros, com a redução de impostos, por que não melhorar o transporte público?

Referente a um imposto maior sobre os bens que poluem o meio ambiente, eu acho que esses bens nem deveriam ser produzidos.

Não é uma questão fácil e imediata. É um tema novo e vai demorar certo tempo para as pessoas se adaptarem. Eu acho que agora o problema é adaptação. De uma forma ou de outra, as pessoas vão ter de se adaptar. É uma questão urgente.

Sou muito positiva, otimista em acreditar. Eu sei que não na minha vida aqui, mas eu acredito que pelo menos os meus filhos terão uma vida mais sustentável. Infelizmente, eu acho que não é para agora, mas as pessoas vão ter de se adaptar, pelo bem ou pelo mal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É verdade. Eu nem diria tanto pelo bem ou pelo mal, mas sem sacrifício ou com sacrifício, pagando um pequeno preço ou pagando um preço que ninguém tem ideia de qual vai ser, como, por exemplo, um país desaparecer, porque a água do mar vai tomar conta, como já se prevê, daqui a poucos anos, em alguns países do Pacífico.

A SRª VANA TÉRCIA SILVA DE FREITAS – O que é triste, com o que fico arrasada, é pensar que quem vai poder sobreviver por mais tempo são as pessoas que têm condição. Agora, para as pessoas mais vulneráveis, as tragédias serão maiores. Isso é que é triste de pensar. Se você tem dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É como se algumas estivessem pagando para entrar na Arca de Noé.

A SRª VANA TÉRCIA SILVA DE FREITAS – Exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, permita-me só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria completar. Quem vai se salvar serão aqueles que foram menos éticos.

A SRª VANA TÉRCIA SILVA DE FREITAS – Exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ou seja, aqueles que poluíram mais, que arrasaram mais o mundo é que vão acabar se salvando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Os que causaram o problema é que vão se salvar.

Edson Franco.

O SR. EDSON FRANCO – Senador, o senhor foi muito feliz em trazer o assunto do PIB e do FIB porque a gente acha que o PIB é o maior engodo que existe na sociedade. O que está dentro do seu inconsciente é o que dita as suas ações. Então, a partir do momento

em que o Governo e todas as instituições buscam o aumento de produção, os indivíduos também vão atrás do consumo. Então, a produção está ligada ao consumo.

A China há dez anos está crescendo a índices gigantescos e agora está dando sinais de redução de crescimento, e todo o mundo está desesperado, porque é a China que mantendo o crescimento no mundo. O próprio Governo Federal busca incessantemente o crescimento, crescimento, crescimento.

O senhor foi muito feliz em trazer o assunto porque alguns setores da sociedade já vêm buscando alternativas. Existe o IDH, que tenta medir alguma coisa de desenvolvimento humano e de felicidade. Quanto ao FIB, o Brasil tem iniciativas de tentar mensurá-lo. Então, é muito pertinente o texto que o senhor trouxe.

Os desafios são cada vez maiores, e a gente tem de ter coragem de enfrentá-los.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero, antes de encerrar, dizer que a sensação que eu tenho – há pouco vi a revista *Caros Amigos* que você me mostrou – de que a Rio+20 pode estar sendo uma grande hipocrisia. Lamentavelmente, depois de tanto esforço, de tanta esperança, pode estar sendo uma hipocrisia fazer de conta que se vão fazer algumas medidas que, na verdade, são pequenos ajustes que não resolverão a grande tragédia que acena por causa de um desenvolvimento, ao longo de um ou dois séculos, completamente errado.

Quero agradecer a vocês que aqui estiveram. Foi uma ótima reunião.

Lamento que alguns que estejam assistindo achem que é uma provocação exagerada, mas está na hora de a gente repensar o nosso modelo de desenvolvimento e não apenas substituir gasolina por etanol.

Não basta essa economia verde! Tem-se de mudar o sistema de transporte, tem-se de mudar o sistema de consumo, tem-se de mudar o sistema de produção, tem-se de mudar o conceito de bem-estar, baseado no PIB, por outro bem-estar, como, por exemplo, faz o Butão com o índice de Felicidade Interna Bruta ou outra coisa em a gente creia, mas não mais essa ideia ilusória de que produzir uma bomba aumenta o bem-estar, de que o bandido ao dar um tiro aumenta o bem-estar porque aumenta o Produto Interno Bruto. Isso não é compatível com um animal – o ser humano – que se julga inteligente.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 18 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 12 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (4ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (4ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 26 DE abril DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, no plenário Nº 7 da ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa e a fazer suas exposições o senhor **Khalid Malik,** Diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas; **Mauro Motoryn,** Presidente do Movimento Mais Feliz; e os professores **Wesley Mendes da Silva** e **Fábio Gallo Garcia,** ambos do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. O Presidente convida a Senhora **Susan Andrews,** psicóloga e Coordenadora do Instituto Visão Futuro e do Movimento Felicidade Interna Bruta no Brasil para fazer sua exposição. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e onze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 15ª Reunião Conjunta referente à 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanha-

mento da Conferencia da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião, dentro do ciclo que temos realizado ao longo do 2º semestre do ano passado e deste 1º semestre, este visa debater o tema do IDH, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano e o FIB, a Felicidade Interna Bruta e outros indicadores de progresso.

Cabe dizer que o que estamos discutindo aqui é a ideia de que o crescimento do PIB não é suficiente para indicar o bem-estar de uma sociedade, que nós precisamos ter outros indicadores e um grande salto foi dado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) quando criou o chamado IDH. Todos os anos o Brasil toma conhecimento e provoca um grande debate na imprensa.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema nos convidamos as seguintes pessoas: o Sr. Khalid Malik, Diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas. Para mim, pessoalmente, é uma grande satisfação de ter aqui conosco aqui o Khalid Malik, com quem hoje posso dizer que tenho uma boa amizade, ou fazer parte, como eu faço, do painel das Nações Unidas para o IDH. Então, de certa maneira, ele é meu chefe, nas reuniões do painel, e creio que há poucas pessoas hoje para falar sobre esse assunto em melhores condições do que ele próprio.

Segundo, Mauro Motoryn, Presidente do Movimento Mais Feliz. Tenho muita satisfação de tê-lo aqui porque foi o Mauro que me trouxe a ideia, junto com Gilberto Dimenstein, de colocarmos na Constituição brasileira a ideia de que os direitos sociais são essenciais à busca da felicidade.

Essa emenda à Constituição, Dr. Khalid, que eu apresentei já há algum tempo, busca simplesmente mudar o art. 5º, que diz que "Os direitos sociais são: educação, saúde, segurança, habitação ..."

Muda para dizer: "Os direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, são: educação, saúde etc.."

Por isso fico muito satisfeito de ter o Mauro aqui conosco.

E também muita satisfação de ter aqui dois Professores: Wesley Mendes da Silva e Fábio Gallo Garcia. Os dois são do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da conceituadíssima escola de administração da Fundação Getúlio Vargas.

Quero informar que os convidados têm um tempo de apresentação de até 20 minutos. Mesmo assim quero dizer que, se houver um aumento do tempo, uma extrapolação do tempo, se precisarem de um pouco mais, eu não vou cortar a palavra.

Após a exposição, concederemos a palavra para debate entre aqueles que estiverem interessados.

Passo, então, a palavra, inicialmente ao Khalid Malik; depois, ao Mauro Motoryn e, em seguida, aos Prof. Wesley e Fábio Garcia.

Então, passo a palavra ao Dr. Khalid Malik.

O SR. KHALID MALIK (*Tradução por pessoa especializada*.) – Boa noite a todos. É um grande prazer estar aqui e ter recebido esse convite do meu colega e amigo Senador Cristovam Buarque. Isso tem sido um grande prazer e esta é uma grande oportunidade, uma oportunidade maravilhosa de vir aqui falar sobre desenvolvimento humano e é isto que eu gostaria de fazer.

Nós temos feito este trabalho de relatoria pelos últimos 20 anos. E o primeiro sobre desenvolvimento humano, em 1990, começou com uma frase que captura todo o motivo por estarmos fazendo isso. Ele começa dizendo que as pessoas são a riqueza das nações, não as casas, as armas, as fábricas, necessariamente. Tudo isso indica outra coisa e não o maior bem. Então, precisamos mudar a nossa perspectiva, nosso olhar sobre a importância das pessoas para o desenvolvimento.

Existem duas pessoas muito importantes que têm sido instrumentais nessa ideia. Uma é Mahbub ul Haq, um economista paquistanês bastante distinto – eu sou um paquistanês. Ele foi Ministro de Planejamento. E a ideia é de que não é apenas o que você tem, mas qual é a sua capacidade. Mas importa, sim, o que você é capaz de fazer com a sua capacidade. Então, saúde, educação, como se desenvolve a população como seres humanos. Qual a habilidade? O que fazemos com esse conhecimento, com esse desenvolvimento de capacidades?

O desenvolvimento de capacidade é essencial para o desenvolvimento humano. E o desenvolvimento humano tem a ver com as escolhas. Então, desenvolvimento humano é a expansão das oportunidades, das escolhas das pessoas.

Então, temos aqui mais educação, mais recursos e também mais segurança. Tudo isso são partes das nossas escolhas. Temos agora uma nova dimensão sobre como fazer as escolhas hoje em dia, que não reduzam ou comprometam as escolhas das futuras gerações. E é disto de que trata a Rio+20: o olhar sobre o desenvolvimento sustentável.

Quando em 1999 discutimos essa questão com Amartya Sen, queríamos atingir, chegar a algumas questões práticas: o que isso significa em termos de políticas, o que isso significa em termos de desenvolvimento. E a ideia dele era de que deveríamos ter um índice de desenvolvimento humano que fosse diferente dos outros, porque ele sentia que o conceito deveria

ser mais profundo. E não poderíamos reduzir esse conceito. Deveríamos tornar esse conceito o mais amplo possível, assim como é amplo o conceito de PIB.

Desde então, temos estabelecido esse conceito de IDH em todos os países de uma forma ampla, que compreende todos os desafios que nós temos todos os anos, que compreende a variedade de escolhas do ser humano como indivíduo. E vou voltar a esse assunto, sobre as dificuldades que temos encontrado, mais adiante.

O conceito de desenvolvimento humano é um conceito profundo. É um conceito que nos permite perguntar questões básicas: o que importa? E tenho certeza de que as pessoas conhecem essa frase bastante conhecida de Robert Kennedy, que fala que o PIB mensura tudo que existe, menos o que é importante realmente para os seres humanos. Então, temos que retomar essa questão: o que importa para os seres humanos? É a variedade de escolhas ou o valor que é colocado, que é dado a essas escolhas? O que faz as comunidades se organizarem juntas?

Então, nos últimos 20 anos, temos produzido todos os anos um relatório global. E temos também desenvolvido relatórios locais, regionais. Temos feito relatórios aqui, inclusive, sobre a Primavera Árabe, como anda o Índice de Desenvolvimento Humano nessa região. Tentamos nos focar nas questões dos direitos humanos, nas questões de como as pessoas têm-se relacionado e também como os países têm-se desenvolvido a cada ano. Temos tido bastante sucesso nesse estudo e temos feito isso também em outros países. Aqui, no Brasil, estamos tentando assinar agora, em conjunto, um acordo sobre o desenvolvimento do conceito de IDH.

Então, a questão é: por que é importante para os políticos, para os Senadores que estão estudando esse programa? Se olharem os números do IDH, verão que existe uma enorme desigualdade entre classes. E isso, com certeza, vai nortear as discussões. Por isso que estamos examinando essa questão.

Outra maneira de olhar para isso é a questão da lei. Se nós precisamos transformar isso em lei e de que forma podemos fazê-lo.

Temos trabalhado constantemente também na tentativa de incluir igualdade nessa mensuração, como um índice de ajuste. Temos também a questão das desigualdades de gênero e também a questão da pobreza. E temos uns índices altíssimos de pobreza. Mais uma vez, as pessoas são pobres e ricas não apenas em uma dimensão, mas em várias dimensões, quer vivam em vizinhanças prósperas ou não, como isso é mensurado. Estamos tentando criar maneiras de mensurar isso também.

Também tem o acesso aos serviços sociais. Estamos tentando pensar sobre essas questões a cada ano e tentar estabelecer um padrão entre os países. E essa é uma questão delicada. Sabemos que, no Brasil, por exemplo, muitas pessoas não estão satisfeitas com a posição do Brasil na lista de IDH. O Brasil é a 84ª nação nessa lista. E podemos começar a fazer algumas perguntas.

Este é o histórico geral. Posso falar um pouco mais sobre o que estamos fazendo este ano e o que esperamos fazer no próximo ano. Este ano temos um relatório sobre a China, a Índia, a África do Sul, sobre a emergência dos países do sul. Os países emergentes são 30%, 40% da população mundial atualmente. E a última vez que olhamos para esse dado, a China era um país importante.

No século XIX, a China tinha 20% da população mundial. Eles decaíram nos anos 50 para 6% a 7% todos juntos. Agora, mais uma vez, temos uma elevação na população, e no Brasil também. O Brasil também faz parte dessa população crescente. Não estamos falando aqui só em termos econômicos. Estamos falando em termos humanos. Também o crescimento não se dá somente no campo do comércio. Temos várias tabelas que podem informar melhor a vocês sobre esses dados.

A China, hoje em dia, exporta produtos a todos os países do mundo, mas também importa de todos os países do mundo, ambos os casos acima de US$1 bilhão. Também acontece a mesma coisa na Tailândia. Mas, no mundo em que vivemos, ainda não existe muita ligação entre os países do norte e o sul. Não existe ali igualdade. Por exemplo, para chegar a alguns países da África, a pessoa precisa viajar para a Europa e depois pegar um voo para o país da África aonde quer chegar. Por quê? Porque ainda não houve um desenvolvimento na relação aí. Temos ainda uma relação de colonização.

Esse relatório explica melhor e mais detalha tudo isso. E tenta entrar em detalhes sobre as implicações dessas relações globais. As instituições já estão tendo dificuldades, encontrando desafios. Ainda não se organizaram para combater os problemas que ainda estão surgindo. Em aproximadamente 30 anos, as projeções são que os países em desenvolvimento vão se tornar, mais uma vez, a maioria em termos de renda. Isso é uma é uma mudança dramática. As pessoas estão se tornando mais interligadas. Na China temos – só na China – mais de 600 milhões de pessoas usuárias de Internet. Isso também aumenta o nível de inclusão do cidadão. As pessoas querem exercer o seu direito enquanto cidadãos.

Não é possível se fazer nada sem que as pessoas comentem e saibam do que está acontecendo.

Então, como essas experiências se ajustam como um resultado disso tudo? Acredito que é isso que o relatório de 2012 vai responder. E queremos liberar esse relatório até dezembro.

Isso é interessante por que esse relatório vai falar sobre o mundo além do desenvolvimento das metas do milênio. Elas devem ser completadas, devem ser atingidas até 2015, mas as pessoas já estão tentando debater quais serão as novas bases dessas metas. E aí é que entra a nossa contribuição. Como parte da ONU que estuda o desenvolvimento humano; nós queremos contribuir com a questão de como desenvolver esse aspecto. Temos três perguntas fundamentais. A primeira é: este índice deveria ser universal para todos os seres humanos? Porque questões como sustentabilidade, igualdade são igualmente importantes para todas as nações, para todos os povos. Se você estiver em Detroit ou em Xangai essas questões têm o mesmo valor. Então, como lidar com essa questão?

A segunda questão, o segundo ponto é: como vamos tratar da questão de unir o mundo, de unificar as pessoas, de trazer uma integração maior? Temos algumas experiências, alguns modelos que têm sido bastante bem– sucedidos, mas precisamos saber se é necessário mais interação entre os países ou como fazer isso.

O terceiro ponto é a parte que estamos estudando este ano, que é sobre a questão das mudanças rápidas que estão acontecendo no mundo. Então, como fazer com a questão dos valores. Temos os mesmos valores? Compartilhamos dos mesmos valores com a questão dos direitos fundamentais, as questões comerciais e econômicas? Como lidamos com o poder, com as questões financeiras? Nós compartilhamos poderes? Isso é o que vai constar do próximo relatório.

É um privilégio ter o Senador Cristovam Buarque na nossa cúpula, que nos ajuda a caminhar numa melhor direção.

A última questão que quero comentar é sobre os desafios anuais que enfrentamos na elaboração desse relatório. Temos bastante trabalho fazendo esses relatórios e, quando terminamos, queremos apenas lançá-los, liberá-los e esquecê-los. Temos tanto trabalho, que é exaustivo.

Queremos aprofundar as questões contidas nos relatórios. Então, criamos um Fórum Mundial de Desenvolvimento Humano, baseado no relatório de 2011 sobre igualdade e sustentabilidade. Esse conteúdo vai ser levado ao Rio. E temos alguns comentários sobre isso, que serão levados também. O Fórum de Desenvolvimento Humano vai ser baseado no relatório de 2012.

Então, nós estamos tentando aprofundar essas discussões. Países-chave, instituições-chave estão sendo envolvidas de forma a desenvolvermos treinamento de pessoal dessas instituições sobre essas questões de desenvolvimento humano.

Temos um Planeta Terra e temos também uma espécie humana. Precisamos encontrar maneiras de nos unirmos de forma a empoderar toda a humanidade, e não apenas alguns indivíduos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Sr. Khalid Malik.

Passo a palavra, na ordem que apresentei no início, para Mauro Motoryn.

O SR. MAURO MOTORYN – Boa noite. É uma satisfação participar de uma Mesa como esta.

Tenho corrido o mundo para falar sobre a felicidade. Quando começamos o Movimento Mais Feliz há três anos, a felicidade era taxada como alguma coisa ridícula aqui no Brasil.

Quando propusemos uma emenda à Constituição para tratar da busca da felicidade, no seu art. 6º, muitos brincaram com isso, fizeram chacota. Hoje, a felicidade é uma questão real, ela é o único modelo transformador que pode alterar a vida da sociedade. Não é a economia, não é a política, é a felicidade do cidadão, desde que o administrador público se convença, de uma forma definitiva de que ele é eleito para cuidar da felicidade do cidadão e, se ele não cuidar, ele não merece ser reeleito.

Temos um momento de ouro este ano. As grandes mudanças não vão acontecer no nível federal. A grande mudança acontece no poder municipal. Ninguém mora na nação, ninguém mora no Estado, eu moro na minha rua e na minha comunidade e, se eu não fizer a revolução na minha rua, na minha comunidade, nenhuma revolução vai acontecer.

Queria dizer também algumas coisas importantes sobre índices, já que esse é o tema. Acho que a importância da felicidade é nós entendermos a felicidade como norteadora de políticas públicas, ou seja, hoje se discute muito a questão de índices, de mensuração, tudo isso é muito importante, mas esse índice, essa mensuração só é importante se ela criar três condições: a participação popular na administração pública, em todos os níveis; a definição de prioridades da administração pública em conjunto com a sociedade; e a transparência da gestão pública. Se esses três elementos não estiverem juntos, a felicidade não existe, porque não haverá respeito ao cidadão, não haverá respeito às suas necessidades.

É importante também colocar que o mundo está mudando e mudou tão radicalmente e tão celeremente que gostaria de colocar algumas coisas importantes e vou pedir licença para apresentar filminhos.

Hoje, em todos os lugares, em todos os fóruns mundiais, temos falado de *e-government*, a transparência da gestão pública. Os governos podem mudar a sociedade? Podem. Eu diria que as grandes políticas inclusivas, que inclusive começaram em Brasília com o Senador Cristovam, com o Bolsa Escola, a partir desse momento, passaram a ser obra do Governo Federal. Todas as políticas sociais que foram inclusivas começaram no Governo Federal e todas elas visavam à felicidade do cidadão.

Posso começar primeiro falando da estabilidade da moeda, posso falar do ProUni, posso falar do Bolsa Escola, possa falar do Bolsa Família, posso falar até da privatização que criou a universalização do serviço de dados de comunicação. Todas essas políticas começaram no Governo Federal e pararam aí.

Os governos estaduais nem sempre adotaram, nem sempre conveniaram com o Governo Federal e os governos municipais estão absolutamente inertes. A cada quatro anos percebemos os mesmos sorrisos e as velhas promessas e a mudança começa agora. Não é o governo o centro da mudança. O centro da mudança é o cidadão, é o cidadão como protagonista da história e por isso, mensuração de índices de satisfação, de bem-estar, de felicidade, independente de quais sejam, são absolutamente fundamentais para fomentá-lo e ele forçar o ser político a fazer as mudanças de que ele tem necessidade, de que a rua tem necessidade, de que a comunidade tem necessidade.

Hoje, vivemos um outro mundo. Hoje, os cidadãos estão permanentemente conectados por redes sociais. Elas não começaram agora e se elas existem de forma virtual, as redes presenciais já existem, já existiam há tempos, desde os partidos políticos, associações de bairro, todas elas existem.

Como posso juntar essas duas redes, presenciais e virtuais, no sentido de criar uma convergência social e digital que eu consiga pressionar a autoridade pública a fazer as mudanças importantes? Sim, elas são importantes. E a sociedade civil desorganizada, como explico e como consigo juntar os movimentos sociais que estão acontecendo nos Estados Unidos, como o "Ocupe Wall Street", ou o que aconteceu nos subúrbios de Londres ou nos *banlieues* franceses ou o que aconteceu na Primavera Árabe.

Essa sociedade civil organizada mais as redes virtuais e presenciais integradas são as responsáveis pela mudança. Para isso, preciso de uma causa. A causa é individual, as pessoas agem pelos seus próprios valores e, para agir de acordo com seus valores, eu preciso respeitá-los e a autoridade pública precisa respeitá-los também, mas só causa individual não muda o mundo, é absolutamente impossível. Eu preciso de um conceito de causa coletiva, de cidadania.

Essa causa individual e essa causa coletiva é que criam uma situação de convergência social e convergência digital. É o mesmo pensamento. E a felicidade começa por aí: como posso discutir a felicidade em todos os foros e de todas as formas. Então, como vou usar e como pretendemos trabalhar a felicidade no Brasil? Estabelecendo uma pressão sobre a autoridade pública, sobre a iniciativa privada e sobre esse binômio que é absolutamente importante. Eu preciso trabalhar o conteúdo para essa sociedade, eu preciso entregar a essa sociedade o que ela busca, que são seus direitos sociais, cidadania, a causa individual, a causa coletiva.

Isso daqui trabalharemos e estamos trabalhando em todos os canais.

Por que cheguei até aqui? Cheguei até aqui porque preciso falar de índice e, para falar de índice, eu preciso falar de captação. Hoje, nós criamos aqui no Brasil e foi apresentado em todas as grandes universidades internacionais, Harvard, MIT, Princeton, Yale, Insead, um sistema de captação de dados em tempo real, *on-line*, que mede o nível do bem-estar interagindo com autoridade pública.

Nós fizemos uma experiência em São Paulo que apresentou dados dramáticos de como a falta de respeito pelo cidadão se manifesta na gestão pública. Esses dados que vamos captar estamos cedendo para processamento e análise da Fundação Getúlio Vargas.

O que é a sociedade hoje? É o respeito aos valores pessoais de que o Khalid falou, o respeito aos seus valores e essa proximidade passa a ideia de compartilhamento. O que é o Movimento Mais Feliz e o que é o My Fun City, que no Brasil é Minha Cidade Digital? É um movimento apartidário, não-governamental e nós criamos o primeiro aplicativo social. Vou mostrar esse aplicativo, vocês vão poder navegar agora e ver como podemos trabalhar com autoridade pública.

Nós medimos permanentemente, *real time*, são oito perguntas por questões, educação, saúde e lazer, todos índices que fazem parte do IDH. Tudo isso medido fornece pesquisa de cada rua, de cada bairro, de cada cidade do País em tempo real. Temos hoje trabalhando, só no regime de teste, com mais de 150 mil pessoas avaliando só a cidade de São Paulo e medimos o nível de bem-estar pessoal em todos esses setores: verde, humor, barulho, limpeza, lazer, trânsito.

O SR. MAURO MOTORYN – Como se mede? Através da participação popular o senhor vai ver e já vou mostrar. Independente de como é medido, todo mundo tem acesso a esse relatório. Ao administrador

público reservo todas as questões decupadas, para que ele possa tomar providências e mudar as prioridades.

Muito bem, vou mostrar um vídeo de como começou tudo isso. Esse é um aplicativo e vou mostrar primeiro o vídeo do aplicativo para todo mundo entender. Quem estiver com o iPhone ou Android pode baixar agora na Apple Store e funciona para celular, em computador e vou mostrar um vídeo para ilustrar, se funcionar.

Um minutinho.

(*Execução de vídeo*.)

O SR. MAURO MOTORYN – Esse é o aplicativo. Agora, vou mostrar a navegação, porque tenho o aplicativo aqui. Vou abrir no iPad. Ele estará um pouco lento, em função da própria condição da sala. Vocês podem entrar pelo Facebook. Temos um convênio mundial no Facebook. Estamos testando-o em seis lugares: Paris, Lyon, Londres, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Quando você abre o aplicativo, eu já sei onde você está; eu já sei a rua onde você está; eu sei o bairro onde você está. É uma rede social focada em cidadania. Aí vou fazer um *check-in*. No momento em que o faço, aparece que estou em Brasília, no Distrito Federal. Gostaria de fazer isso com alguém que mora em Brasília.

Quem mora aqui em Brasília levanta a mão, por favor. (*Pausa*.)

Quem quer responder o questionário sobre Brasília? *(Pausa*.)

Você. Então, venha aqui na frente, por favor.

Você está satisfeito com a disponibilidade de transporte público no seu bairro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. MAURO MOTORYN – Você tem certeza?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Total.

O SR. MAURO MOTORYN – Veja bem. Você tem cinco itens para escolher.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos lá. O quarto.

O SR. MAURO MOTORYN – O quarto. O negativo, ou o positivo? Este, ou esse?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O segundo do negativo. Não está tão péssimo. Eu moro na Asa Sul.

O SR. MAURO MOTORYN – Está bem. Deixa só te dizer o seguinte: se você quisesse e morasse na Asa Sul, você poderia enviar a foto ou mandar qualquer comentário junto, ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está bem.

O SR. MAURO MOTORYN – Vamos para o segundo item. Não vou todos. Vamos falar sobre segurança?

Você está satisfeito com o tratamento dado a dependentes químicos e alcoólicos no bairro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Péssimo. Não existe trabalho nenhum.

O SR. MAURO MOTORYN – Péssimo. Vou falar só mais um. Qual você prefere? Saúde? (*Pausa*.)

Você está satisfeito com as condições das instalações dos postos de saúde do seu bairro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nem tem posto de saúde no meu bairro.

O SR. MAURO MOTORYN – Nem tem. Então, fala.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quer dizer, tem próximo, está certo? É um para a Asa Sul inteira.

O SR. MAURO MOTORYN – Muito bem. Está bem aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está.

O SR. MAURO MOTORYN – Ok. Vou voltar.

Se você quisesse, você já poderia passar todas essas informações para toda a sua rede de amigos no Orkut, no Facebook, no Twitter, e para a imprensa. Eu lhe garanto que o seu Governador seria mais rápido na resolução dos seus problemas.

Isso aqui é fazer um índice do mundo real. Não é um índice que vou pegar, plotar e mudar o mundo. Não! É para mudar já! Isso é organizar a sociedade, daí vou fazer o *check-in*. E esses dados já estão disponíveis – a sua carinha está lá. Você está mal, hein?

Bem, aí vou ver o índice da região. Como só tem você, ele está distorcido, porque Brasília não faz parte, mas, pelo que você falou, o seu nível de bem-estar está em 40%, está abaixo de 100. Então, por mais que você ganhe bem, esteja bem empregado, o seu índice de bem-estar não é aquele que você imagina.

Muito bem. Olhe as suas respostas: o barulho – 40%; porque eu tenho dados já armazenados. Esses dados estão disponíveis para o seu Governador – porque aqui não há prefeitura – e para os administradores regionais.

Obrigado, companheiro.

Então, isso aqui está disponível, e nós vamos começar a colocar isso aqui exatamente em discussão por ocasião das eleições municipais para todos os partidos.

É para que, com isso, nós consigamos colocar o cidadão como protagonista da sua história, para que ele possa escolher a sua história e não precise votar a cada quatro anos. Ele vai poder votar todo dia, e essa pressão popular sobre a Administração Pública é que se faz importante.

Fiz até um filminho de como é que se faz a grande revolução. Aprendi com o Governador Montoro – sem o uso da baioneta, faremos com a caneta a grande revolução. Fiz um filminho, baseado no Montoro, que era o meu ídolo.

(*Apresentação de filme*.)

O SR. MAURO MOTORYN – Só quero registrar que todos os dados são cedidos gratuitamente aos candidatos a prefeito, de tal sorte que eles possam vir a fazer, um dia, grande administração.

Para encerrar, queria prestar uma homenagem ao Cristovam, porque, como começou o Movimento Mais Feliz, como nós chegamos até aqui, é absolutamente irrelevante. E queria encerrar com isto aqui.

(*Apresentação de filme.)*

O SR. MAURO MOTORYN – Eu queria dizer, só para encerrar, que escutei, durante muitos anos, as máximas: "O que elege um candidato é a economia". E na máxima vinha: "Economia, estúpido!"

Depois de uma releitura de uma universidade americana, ela fala: "Não é a economia, estúpido! É a política, estúpido!" Vou dizer que não somos estúpidos. Precisamos reler o que a sociedade está dizendo. A única coisa que transforma a vida das pessoas é a hombridade do administrador público, entendendo que o único elemento transformador é a felicidade do cidadão.

Obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Primeiro, quero agradecer a interessante apresentação e as palavras do Mauro.

Antes de passar a palavra, gostaria de colocar algumas perguntas que eu elaborei para o Dr. Khalid, de tal maneira que possamos acrescentar a reflexão dele em relação a esses assuntos. Como ele tem outros compromissos, se ele precisar sair antes do final, nós já teremos a opinião dele.

A primeira é: onde nasceu a ideia do IDH? Porque ele falou, na história, como foi feito o IDH e por quem, mas como surgiu a ideia? De governos? Das Nações Unidas? De intelectuais?

Segundo: como o IDH é calculado a cada ano? É uma questão que muitos brasileiros têm. Quem é que faz esse trabalho? São os próprios funcionários das Nações Unidas? São pessoas contratadas?

Terceiro: o que, na opinião dele, como encarregado de IDH, ajuda um país a subir no seu *ranking*, na sua ordem, na sua posição, em relação a outros países?

Quarto: quão importante é a educação para o IDH de um país?

Finalmente, gostaria de ouvir dele a opinião sobre isso que o Mauro Motoryn apresentou, no sentido de como utilizar pesquisas de opinião sobre bem-estar, felicidade, sobre sensação disso das pessoas, como indicador de bem-estar de um país.

Passo a palavra para que ele possa responder a essas perguntas, ou acrescentar qualquer coisa que não apresentou durante sua fala inicial.

O SR. KHALID MALIK (*Tradução por pessoa especializada*.) – Muito obrigado por ter me dado a palavra.

Vou falar de como foi criado o IDH. Foi o Mahbub Ul Haq, um economista, que trabalhava com Amartya Sen. Mahbub era um Ministro e queria uma forma de medir para poder pressionar o IGDP para outro lado. Então, Amartya decidiu ajudá-lo a criar essa medida.

O IDH tem três partes: saúde, educação e renda. Esses indicadores fazem parte da capacidade. Como ser humano, você pode fazer mais, entender, escolher. Se você for bem educado, você pode entender os assuntos e ter uma opinião. Você pode procurar um emprego e fazer coisas de outra forma, e a renda é um indicador de comando sobre os recursos.

Esses três itens foram trazidos para o IDH. Não vou entrar na parte técnica, mas, em cada dimensão, entramos mais profundamente nesses indicadores, para ver como podemos, no caso da educação, ver formas de educação entre diferentes países, quantos anos os alunos ficam na escola, e daí tentamos comparar esses indicadores. É uma forma de tentar entender o IDH.

A pergunta mais difícil é como melhorar, como subir no *ranking*. Eu sei que existe esse debate aqui no Brasil, porque este País não teve um *ranking* como gostaria de ter. Acho que fundamentalmente educação é a chave. Saúde é a chave. Aumentar as oportunidades de empregos. Quando tudo isso se junta, as coisas acontecem.

No anúncio de 2010, vimos o caso da China e o seu crescimento nesse relatório. Podemos ver que, em outros países, o crescimento não era tão importante e, sim, gastos em programas sociais. Então, isso depende, mas podemos ver que o que está no centro é a educação.

Ter certeza de que eles vão ter acesso à saúde e que a economia está trazendo as pessoas junto. Essa é uma resposta fácil, pois está incluindo todos. Aí todos se juntam, para decidir qual é o modo correto a seguir.

O que comentei, na minha introdução, foi que, quando olhamos os indicadores, o IDH, em nível de município, podemos ver onde as coisas não estão funcionando. Aí o Estado tem de focar nessas decisões. Não só o Estado, mas as pessoas têm de estar ativamente no mercado de trabalho para contribuir.

Também houve uma pergunta sobre o que eu acho da felicidade. Então, acho que ninguém pode discordar: todos queremos ser felizes. Isso é importante. O desafio é diferente. Como equilibrar os dados objetivos – saúde, renda e educação – com os dados mais subjetivos – precisa-se de um emprego. Isso é muito profundo, muito importante. Esses dados subjetivos são muito bons, de forma complementar.

Quando perguntamos: você está feliz com o serviço? Você está feliz com a vida? Entramos em outras questões mais difíceis: você pode ser feliz com a so-

ciedade não sendo transformada, ou seja, você pode ser feliz em um ambiente onde homens e mulheres não são iguais, mas isso é algo que precisamos ajustar.

As culturas podem sentir-se confortáveis, satisfeitas. Então, quando vemos essas análises desses dados de felicidade, alguns países da África se dão muito bem, e outros países, como o Japão, se dão muito mal, porque as pessoas vivem vidas mais longas, mas não estão felizes nessa última parte da vida. Conforme a população vai aumentando de idade, vai ficando mais difícil pensar nisso.

Então, acho que todos temos de perguntar como vamos equilibrar esses dados objetivos – saúde, educação e renda – do IDH, com os dados subjetivos, para vermos se estamos, de fato, ajudando a progredir.

No dia 2 de abril deste ano, houve uma grande conferência em Nova York, onde houve uma resolução sobre o Butão a respeito da felicidade. Foi incrível. Acho interessantíssimo promover a felicidade em todas as sociedades. É isso que a Constituição dos Estados Unidos começa desta vez: promover a felicidade. Temos de equilibrar a realidade com os dados subjetivos. Os dois são importantes. Um não pode excluir o outro. Precisamos também ter um entendimento do mundo em que queremos viver.

Queremos viver em um mundo onde homens e mulheres são iguais? Onde as minorias são protegidas? Onde se respeitam pelo pluralismo, pela diversidade?

Então, esses são os valores principais. Não sei se eles vão produzir mais felicidade, ou menos felicidade. Não sabemos direito. É possível. Então, qual é a mudança? A mudança está nas pessoas, que vão sair de uma situação em que estão satisfeitos, para um novo nível em que eles ainda não entendem ou estão tentando entender. Eu, pessoalmente, gostaria de estar feliz.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Prof. Wesley Mendes da Silva, queria fazer dois comentários.

Primeiro, quando, no começo, foi dito pelo Dr. Khalid, que o Amartya Sen, no início, não pensava em um só índice. Ele tinha uma visão mais aberta, como se não fosse possível ter um único índice para indicar o bem-estar. A posição que ele voltou a tomar agora, quando, a pedido do governo francês, elaborou a proposta junto com o Stiglitz em que, em vez de um, eles têm diversos índices e diversos indicadores.

Acho que é difícil ter um só índice, mas é necessário ter um índice também, porque é através dele, com todas as suas falhas, que podemos fazer uma ordem, e essa ordem é muito importante para se tomar consciência da situação social e do desenvolvimento humano em que um país está. Por isso sou tão forte defensor do IDH, embora ele possa ir melhorando, mas sem perder essa característica de dar uma nota ao país. Na verdade, é isto: damos uma nota. Com todas as suas falhas, é melhor do que não ter isso.

E o segundo é sobre a felicidade. Não saí, porque continuo, mas quando me afastei da atividade acadêmica, em dedicação exclusiva, para entrar na política, eu me perguntei por quê. E uma das razões é para ajudar a cidade de Brasília a diminuir os entulhos que atrapalham o caminho das pessoas na busca da felicidade. Fiquei aqui pensando o que os intérpretes usaram para a palavra "entulho". Não deve ser fácil. Mas o fato é que ninguém é feliz por causa da ação de políticos, mas você pode ser muito infeliz por causa da ação de políticos. E você pode não ser feliz, mas ter facilidade na busca da sua felicidade de acordo com as políticas públicas.

É nesse sentido que eu agradeço ao Mauro, ao Gilberto e a outros que me procuraram para usar o posto de Senador para incluir a ideia de felicidade como uma condição essencial, longe de suficiente, mas essencial à busca da felicidade.

Os direitos sociais são os instrumentos para diminuirmos os entulhos, como desemprego, engarrafamento de trânsito, crianças ou adultos doentes sem médico. Tudo isso são entulhos. A corrupção, que nos envergonha. Isso é um entulho na busca da felicidade. Por isso, há uma correlação direta entre felicidade e política, que é o que está nesse pequeno texto que estou distribuindo a vocês, com uma parte minha, uma introdução do Mauro e um discurso formidável que eu escutei – graças a ele, Khalid –, em Istambul, quando ele levou para lá o Ministro da Educação do Butão.

Ele fez uma fala que, para mim mesmo, foi uma surpresa, quando ele mostrou, de fato, que existem coisas bem concretas, necessárias, para permitir a felicidade. Não é uma divagação. Eles têm coisas concretas, como, por exemplo: para o Butão ser mais feliz, tem que haver uma determinada quantidade de florestas intactas. Então, se você diminui a área de florestas, você diminui a chance da felicidade. E outras condições, para não usar indicadores como esse.

Eu queria fazer esses comentários. Depois, a gente volta a discutir.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Wesley Mendes da Silva.

O SR. WESLEY MENDES DA SILVA – Inicialmente, eu queria agradecer o convite do Senador Cristovam Buarque e cumprimentar os membros da Mesa.

É muito bom, fico muito feliz com este convite porque nós temos a clara oportunidade de remediar alguns *gaps*, falta de contato entre a academia e o que

interessa, que é o bem-estar das pessoas. Nós temos aqui oportunidade de congregar governo, academia e a iniciativa privada na intenção de colaborar para a melhora da vida das pessoas.

Ontem, à noite, fui dormir um pouco tarde. Devo estar de olheira, porque fiz alguns números aqui. Professor gosta de número, né?!

Então, entre 2000 e 2009 – números do Banco Mundial –, numa consulta pública feita no Brasil: na média, houve aproximadamente 141% de crescimento da parcela de pessoas que se dizem muito satisfeitas com sua vida, ou seja, muito felizes, satisfeitas. Não interessa muito bem a definição da palavra felicidade. O que interessa é que foi perguntado às pessoas: "Você está muito feliz com a sua vida?" Então, o percentual cresceu bastante entre 2000 e 2009, se observado esse crescimento.

No entanto, observando esse percentual em si, o Brasil é o último colocado entre os dezessete países latino-americanos pesquisados. O Brasil saiu de 3,6% das pessoas que se dizem muito felizes e foi para os seus 8,7%. Então, cresceu 144%.

Esse número que hoje está em torno de 9%, na Colômbia é 50% hoje. Há algumas situações em que a gente fica pensando: por que esse número é assim? Será que as pessoas na Colômbia não sabem o que é a vida, não são bem educadas o suficiente para serem exigentes com a qualidade da sua vida? Satisfazer um cliente mais instruído é mais difícil. Então, a gente tem vários desafios a vencer.

Qual a nossa intenção aqui neste momento? É entregar nossa contribuição especialmente com quatro intenções principais: completar, oferecer algum tipo de complemento para as métricas objetivas de desenvolvimento, como PIB e IDH, por exemplo. Perguntar às pessoas o quão satisfeitas elas estão com várias coisas, assim como o Motoryn mostrou aqui. Vamos perguntar – nossa intenção é esta – para as pessoas quão satisfeitas elas estão com essas condições de vida em vários aspectos. Com isso, nós esperamos disponibilizar bancos de dados amplos, gratuitamente, lógico, que possam fomentar um ciclo de estudos sobre bem-estar ou felicidade.

Eu estive lendo outros artigos sobre isso, e é uma pergunta que achei muito interessante: em festa de réveillon, início de ano, você pergunta às pessoas o que elas desejam para o ano que se aproxima. Muito frequentemente você vai encontrar a palavra felicidade. Encontramos muito poucos estudos sobre isso. Por que é uma coisa tão importante para a gente, e a gente estuda tão pouco isso?

Então, a nossa intenção é fomentar a criação de conhecimento nessas dimensões. Com isso, nós temos, por extensão, condições de oferecer possibilidades de gestão mais inteligentes, vamos assim chamar. Tanto na esfera pública quanto na privada.

Que tipo de iniciativa privada pode se beneficiar de dados desse tipo? Serviços de modo geral: saúde, segurança, limpeza, enfim, existe uma série de potenciais oportunidades para que a iniciativa privada possa se beneficiar de estudos desse tipo.

Existem contribuições para a gestão pública, contribuições para o ambiente de negócios, identificação de negócios no Brasil. Nós temos dois grandes eventos, por exemplo, que se estão aproximando, e existe uma série de coisas que nós podemos estimular ou identificar: pontos de investimento por parte das empresas, pontos de investimento por parte do governo, e esses investimentos podem ser mais bem direcionados ou racionalizados na medida em que a gente possa explorar diferenças, padrões de satisfação com diferentes aspectos. Por exemplo, os números de diversos estudos mostram que tanto as pessoas mais jovens quanto as mais velhas tendem a ter níveis de satisfação com a vida maiores, mas o que leva o mais novo e o mais velho a serem felizes não são necessariamente as mesmas coisas. Enquanto a pessoa mais nova muito frequentemente deseja sucesso profissional, crescimento intelectual, e por consequência disso não está muito apegada ao lugar onde nasceu, as pessoas de mais idade desejam coisas um pouco diferentes. Elas querem a estabilidade do lugar onde moram, a possibilidade de fazer suas coisas a pé, conhecer os vizinhos, receber os amigos. Então, são padrões de demanda diferentes.

A gente precisa entender que o Brasil tem muita diversidade cultural. A nossa matriz demográfica está mudando, em especial em faixa etária; temos diversos padrões de preferência pelo Brasil inteiro. Portanto, soluções únicas para o Brasil a gente ouve quase todo dia que não são viáveis, mas pouco a gente pode ter visto na direção de o que a gente pode fazer efetivamente para orientar essas iniciativas. Então, números como esses podem potencialmente ajudar a diminuir essas inconsistências, essas ineficiências.

Nesse sentido, fico muito à vontade para dizer que é uma tendência mundial não por conta de uma abordagem poética dessa visão, mas países como a França, como o Senador Professor bem citou, vem se preocupando com isso. E neste mês de abril, a Inglaterra publicou a sua metodologia e a sua primeira apuração de índice. Então, dá para ver o mapa da Inglaterra todo colorido, com níveis de satisfação com certos aspectos pelo país inteiro. Isso tem diversas extensões.

Por exemplo, a gente pode corrigir imperfeições de preços de imóveis. Quero morar em Brasília, na

Asa Sul, e qual o nível de satisfação das pessoas que vivem naquele lugar? Qual o nível social das pessoas que estão satisfeitas lá? Torna-se possível responder essas perguntas. Isso é um dado muito valioso para qualquer pessoa que esteja interessada nisso.

Então, a gente sabe que uma coisa são dados, outra coisa são informações e outra coisa são conhecimentos e, no fim, inteligência. Então, nós podemos hoje ter dados. Por exemplo, o My Fun City tem muitos dados, então, a gente precisa pegar esses dados e extrair informações deles. Essas informações vão dar condições de gerar conhecimento a partir delas. E esse conhecimento pode viabilizar uma gestão mais inteligente por parte tanto do empresário quanto também do gestor público. E como foi... Não quero ser repetitivo aqui, mas só reforçando as palavras do Motoryn, isso se torna um instrumento adicional – e que instrumento adicional! – de pressão, no bom sentido, de cobrança do gestor público.

Eu sou nordestino, vocês devem ter notado pelo meu sotaque, e foi autorizado, no Nordeste, há alguns anos, construção de prédios com 40 andares na beira da praia. Praia para nordestino é sagrado. Às 3 horas da tarde, há sombra na praia, a areia está gelada. Então, quem comprou apartamento no 40º andar está muito feliz da vida, especialmente quando acorda de manhã. Mas só que as pessoas que frequentavam aquela praia, aquele trecho, já estão bem insatisfeitas com isso. Em detrimento da satisfação de alguns, quantos se prejudicam! Isso fica para um bom tempo à frente. A pessoa que autoriza esse tipo de coisa sabe que, no final de pouco tempo, um ano ou dois, conforme um índice desses possa ser operacionalizado, vai ter fatalmente, automaticamente, o conhecimento do quão satisfatório ou não essas decisões que ele tomou afetam o nível de bem-estar...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Continue.

O SR. WESLEY MENDES DA SILVA – Não me assuste, Senador. Pensei que fosse um incêndio. (*Risos*.)

Eu me perdi um pouco. Mas tudo bem.

Então, pessoal, eu não quero tomar muito tempo de vocês, quero deixar espaço para a gente poder conversar, porque o interesse nosso hoje, meu e do Prof. Fábio Gallo em particular, é de, no momento, congregar laços com pessoas e instituições que possam formar uma rede que viabilize essa pesquisa e publicação do índice finalmente. Ainda não é coisa no nível institucional da FGV, é um interesse nosso, particular, de pesquisa. Mas estamos numa fase de atrair pessoas, instituições, para que a gente possa organizar isso e, por exemplo, nos próximos meses, começar a percorrer o Brasil coletando primeiras impressões, para, finalmente, ter uma primeira saída, um primeiro teste do que possa a vir a ser esse indicador.

Nós somos professores de finanças. Alguém pode perguntar: o que professor de finanças está fazendo, pesquisando felicidade? Meus colegas perguntam muito frequentemente.

Então pergunto: o que é um seguro de vida, um seguro de automóvel? O que é um plano de pensão? O que é uma bolsa onerosa? São produtos financeiros, inovações financeiras de que alguém teve a ideia lá atrás para resolver o problema de alguém. Ou seja, é promover o bem-estar de alguém. Então, nós estamos aqui na intenção de pensar como é que a gente pode melhorar a vida das pessoas. Não é somente tirando o entulho da rua, como o Senador falou, mas é dando condições para o empresário também poder identificar oportunidades de negócios que possam promover a satisfação das pessoas.

A gente está aqui na fase de ouvir, mais ouvir do que falar, para, num certo tempo não muito longo – nós esperamos –, possamos dar uma contribuição concreta, como academia, para um Brasil mais feliz.

É isso. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero chamar para fazer parte da Mesa a Srª Susan Andrews. Ela é psicóloga e coordenadora do movimento Felicidade Interna Bruta no Brasil. Eu creio que, recentemente, ela foi uma das organizadoras de um evento em Nova York sobre este assunto. Não é verdade?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Foi uma participante. E vai ter a chance de dispor um pouco para nós sobre isso.

Antes de passar a palavra para o Prof. Fábio, eu queria fazer uma referência a isto: alguns países muito pobres entram com alta felicidade. Eu acho que as pessoas, ao calcularem um índice, como faz o movimento Mais Feliz, perguntando como perguntou aqui, item por item, é uma coisa; a outra é chegar e fazer uma pesquisa se a pessoa é feliz ou não como estão fazendo. Aí deforma. Deforma, sobretudo, porque o dicionário é muito inteligente, ele tem a palavra "felicidade" e a palavra "alegria". Se você está na fila de um médico, numa situação de problema de saúde, e alguém conta uma piada, você fica alegre, mas não fica feliz. Porque passou o riso da piada, já volta o peso da doença, da ansiedade.

Então, ao certo, essa pesquisa se as pessoas são felizes ou não confunde felicidade com alegria. Quando se faz o aplicativo que o Mauro apresentou, aí não; aí

você indica reações a diversos itens do seu dia a dia na vida. Aí você junta tudo, e tem todas as suas falhas a junção, obviamente, mas essa junção permite ter um sentimento melhor do grau de bem-estar e felicidade.

Prof. Fábio.

Só um comentário ao Wesley, como pernambucano também. Nós, pernambucanos, somos tão pretensiosos que todo mundo conhece o sotaque da gente. Mas aí a gente fica com medo que não reconheçam, e a gente pergunta se estão reconhecendo. (Pausa.)

O SR. FÁBIO GALLO GARCIA – Eu pensei que ele era gaúcho, mas...

Prezado Senador Cristovam Buarque, prezado Sr. Mauro Motoryn, meu colega Wesley, Srª Susan Andrews, boa noite a todos e a todas.

Estou triplamente honrado de estar aqui. Primeiro, por estar nesta Casa; segundo, por ter sido convidado pelo Senador Cristovam Buarque, que é um professor que muito nos dignifica e nos incentiva a continuar brigando por uma melhor educação no País, por um Brasil melhor. E estou honrado também para poder falar finalmente de um assunto que é muito importante na vida de todos nós, que é a felicidade. Mas não vou resistir falar também que – o Wesley já adiantou – nós somos professores de finanças e eu gostaria de ser professor de marketing, pelo menos eu poderia apresentar filmes. Seria mais fácil.

Professor tem o hábito de, mesmo que falem para a gente e nos dão 20 minutos, a gente tem o hábito de falar 50 minutos, que é o tempo de aula.

Professor, eu vou tentar evitar isso.

É em bom tempo que a humanidade, as pessoas, enfim, que nós estamos nos dando conta de que o desenvolvimento de uma nação não significa somente acumulação de riqueza. Mas o desenvolvimento da nação depende do bem-estar das pessoas e da busca da felicidade. E mais: sem exclusões.

A pessoa não se realiza por ter alta renda ou por acumulação de bens, mas sim como um todo, em todas as facetas de sua vida.

Quem não se lembra do refrão "Dinheiro na mão é vendaval; dinheiro na mão é solução, é solidão"? As frases da música Pecado Capital contêm um dito popular e retomam a discussão da relação entre a felicidade e a riqueza.

A discussão entre renda e felicidade é antiga e controversa porque sempre vem à nossa mente a pergunta: afinal de contas, o que é a felicidade?

Não é minha intenção aqui realizar um tratado sobre a felicidade, mas sim estabelecer uma relação com a pergunta que nos é proposta por esta Comissão, que é "felicidade – índice de progresso?"

Para buscarmos esse objetivo, devemos partir de outra pergunta importante: o progresso médico, da ciência, econômico-financeiro e conforto material permitiu que nós vivêssemos mais e melhor, mas tudo isso nos tornou mais felizes?

A busca dessa resposta pode correr por vários caminhos. Ciências como a filosofia, a teologia, a sociologia, a antropologia, medicina, entre outras, sempre procuraram respostas e apresentam a felicidade de acordo com a própria visão.

Alguns autores estudiosos admitem que a felicidade depende 50% de causas genéticas, 10% a 20% dependem de circunstâncias da vida, como idade, saúde, ocupação, origem, religião; 30% a 40% dependem de como a pessoa age, isto é, depende de nós. Por outro lado, o Prof. Eduardo Giannetti percorre o pensar filosófico e diz: "Discutir a felicidade significa refletir sobre o que é importante na vida. Significa ponderar os méritos relativos de diferentes caminhos e pôr em relevo a extensão do hiato que nos separa, individual e coletivamente, da melhor vida ao nosso alcance."

Ele segue longa tradição de discussão sobre a felicidade, que começa com os filósofos gregos, particularmente Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, que trata da eudaimonia.

A ética aristotélica une-se aos conceitos fundamentais de sua metafísica, onde trata que cada ser tem como própria uma certa essência que se expressa por certa atividade, que por sua vez é a exteriorização daquela essência, atividade que é determinada e se interessa por um fim, por um telos. Mas ao qual fim se refere Aristóteles? Esse fim é chamado de eudaimonia, a felicidade, que para alguns filósofos era o supremo bem. Para Aristóteles significa a essência do homem e a atividade que por sua essência lhe é dada.

Como o homem é um ser racional, sua atividade racional, o pensamento, é a expressão de sua essência, o meio para a realização do seu fim, do seu bem supremo.

Em *Ética a Nicômaco*, encontramos ainda algumas afirmações marcantes sobre a felicidade: "A felicidade tem que ser um bem perfeito e bastante por si." Outro: "O conceito da felicidade tem que ser tirado do conceito da atividade humana em sua perfeição". E o terceiro: "Por isso, antes se põe como condição de felicidade uma vida perfeita e realizada sob todos os aspectos."

O pensar filosófico sobre a felicidade é encontrado também em Epicuro, fundador do Epicurismo, que em sua *Carta a Meneceu*, conhecida como Carta sobre a Felicidade, escreve, no seu início: "Epicuro envia suas saudações a Meneceu.

Que ninguém hesite em se dedicar à filosofia enquanto jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, porque ninguém jamais é demasiado jovem ou demasiado velho para alcançar a saúde do espírito. Quem afirma que a hora de dedicar-se à filosofia ainda não chegou, ou que ela já passou, é como se dissesse que ainda não chegou ou que já passou a hora de ser feliz. Desse modo, a filosofia é útil tanto ao jovem quanto ao velho: para quem está envelhecendo sentir-se rejuvenescer através da grata recordação das coisas que já se foram, e para o jovem poder envelhecer sem sentir medo das coisas que estão por vir; é necessário, portanto, cuidar das coisas que trazem a felicidade, já que, estando esta presente, tudo temos, e, sem ela, tudo fazemos para alcançá-la. Pratica e cultiva então aqueles ensinamentos que sempre te transmiti, na certeza de que eles constituem os elementos fundamentais para uma vida feliz."

O pensar sobre a felicidade continua com o Utilitarismo de Benthan, Stuart Mill, Locke, Hobbes, que na tradição do pensamento aristotélico traz que o fim da conduta do homem é a felicidade. Assim, as ações são corretas quando tendem a promover felicidade e erradas se tendem a promover a infelicidade.

Hobbes, em particular, manifesta como axioma ético fundamental que a conduta correta é a que promove o nosso próprio bem-estar e que os códigos morais dominantes em uma sociedade só podem ser justificados se servem ao bem-estar daqueles que os observam.

Hume, por sua vez, após longa análise, chegou à conclusão de que a virtude e os méritos pessoais consistem naquelas qualidades que são úteis para nós mesmos e para os outros.

Nesse pensar, podemos chegar a Alasdair MacIntyre, que cita que o homem virtuoso não é aquele que faz o bem por medo de ser punido por fazer o mal, mas aquele que faz o bem pelo bem em si, por sua própria natureza.

Daí começam, na verdade, as nossas indagações. Muitos podem estar se perguntando por que professores de finanças, por que professores da Fundação Getúlio Vargas estão caminhando nessa direção?

No caminho desses pensamentos, podemos admitir que o comportamento financeiro das pessoas seja uma possível janela para essa reflexão. Daí uma pergunta importante deve ser feita: maior renda e consumo trazem felicidade? A resposta para essa questão é muito difícil e depende de cada pessoa, mas alguns estudos e pesquisa nos dão respostas que levam a pontos comuns.

Uma primeira pesquisa que pode ser citada é a publicada pela revista *Consumer Reports*, que, em 2011, procurou descobrir, com mais de 24 mil pessoas acima de 55 anos, qual era o grau de satisfação com suas finanças e suas vidas. O ponto comum encontrado foi que a paz mental tinha muito pouco a ver com altos salários e padrão de vida. As respostas referiam-se a aproveitar o bom estado de saúde, ter *hobbies*, poupar, ter amigos, estar em algum emprego que trouxesse algum tipo de plano de benefícios para aposentadoria.

Essa mesma pesquisa indicou que mesmo aqueles com menor grau de poupança estavam altamente satisfeitos com a sua aposentadoria, por terem se programado para viverem com a renda que possuem. Isso realmente é o que eles declaravam ser importante.

Outro texto em que encontramos muitas pistas sobre a relação entre renda e felicidade é o artigo sobre consumo e felicidade, de Luigino Bruni, no qual cita algumas pistas fortes sobre a relação entre renda e infelicidade ou felicidade. Uma das respostas é que o aumento da renda pode ser acompanhado de uma diminuição da felicidade e isso é ligado à diminuição do consumo de bens relacionais. Frase dele: "Muitos, talvez a maioria dos prazeres da vida não têm preço, não estão à venda e assim não fazem parte do mercado". Outra resposta encontrada por ele é que a diminuição da felicidade vem da redução da capacidade de dar, de altruísmo. Bruni conclui, ainda, no artigo em referência, que, além disso, consumir mais não significa necessariamente consumir mais mercadorias. Devemos alargar a categoria de bem econômico para incluir aí relações, encontros pessoais. Podemos consumir mais consumindo melhor, consumindo diversamente, dedicando mais tempo aos outros, não para vender e comprar também a amizade ou um sorriso, mas pelo menos para reconhecê-los como bens e não destruí-los. E talvez para criar as condições culturais e institucionais necessárias à reprodução de bens que se estão tornando cada vez mais escassos.

Vivemos, hoje, em um mundo de muitas contradições, pois somos capazes de lidar com tecnologias sofisticadas e talvez não sejamos tão bem preparados em relação à nossa maturidade política e sensibilidade humana para lidar com questões humanas como a fome no mundo.

Após um período de crescimento econômico, surge uma nova configuração entre as nações mais ricas. A ordem de classificação orientada pelo Produto Interno Bruto não é mais a mesma. Nações anteriormente tidas como de Primeiro Mundo, nações mais ricas já não mantêm suas posições. São cunhados novos termos, afinal o clube das sete nações mais ricas juntamente com a Rússia, conhecido como G8, já não tem mais a

mesma representatividade. Hoje, o grupo é mais amplo e tornou-se o G20. O momento é dos Brics.

Quando, a partir de 1984, grande parte dos países europeus começou a seguir o caminho dos Estados Unidos de desregulamentação financeira, talvez nenhum desses países tenha se percebido do perigo mortal que resultaria de tal opção: a quebra dos laços entre a democracia e o mercado.

Entre 2008 e 2009, o assunto mais comentado foi a crise econômica mundial. Todos nós tivemos oportunidade de acompanhar as mais diferentes opiniões sobre como essa crise havia se desenvolvido. Diversos diagnósticos foram traçados sobre suas causas e, de maneira geral, houve um consenso de que a crise deveria, sim, ser debelada prontamente, em virtude do altíssimo risco sistêmico. No entanto, caso pudéssemos reduzir toda crise a uma única palavra, essa seria, sem dúvida alguma, "ganância".

A ganância humana aparentemente não tem limites. Recordemos sobre esse ponto apenas um dado. Os primeiros cinco bancos norte-americanos à época controlavam 97% da indústria de derivativos e se atribuíam 90% do risco implícito. Hoje, de certa forma, vemo-nos condenados a viver o contrário daquilo que, durante anos, foi defendido como paradigma inquestionável da prática econômica saudável.

Desde a Grande Depressão de 1929, nunca se viu o setor público empenhado de tal modo com as forças de economia como se está vendo hoje. Do ponto de vista macroeconômico, o fato é que a recente crise de 2008 não foi simplesmente uma nova crise, mas, sim, faz parte de uma crise estrutural que tem a nefasta consequência de negar a bilhões de pessoas acesso adequado à comida, à saúde e à educação.

Segundo dados da FAO, desde o início da década de 70, a fome no mundo vinha diminuindo, mas, nos últimos anos, esse declínio sofreu reversão.

Em 2009, a fome atingiu mais de um bilhão de pessoas, marcando um novo recorde histórico. Segundo relatórios do Programa Alimentar Mundial da ONU, custa cerca de US$0.19 por dia para alimentar uma criança; e no entanto morrem 20 mil crianças de fome, por dia, no mundo.

O Papa Bento XVI tratou da questão da fome de maneira objetiva na Carta Encíclica *Caritas in Veritate,* sendo enfático quando escreve que "o objetivo exclusivo do lucro, quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza".

Somente no período inicial da crise, levou-se a fome a um novo contingente de 100 mil pessoas, enquanto os outros receberam bônus: se não me engano, em 2009, foram 45 bilhões de bônus para os banqueiros norte-americanos. A história é sempre a mesma: quem perde são sempre os mesmos; e quem ganha, também, são sempre os mesmos.

Nós vivemos num mundo cujo PIB global é de US$55 trilhões. No entanto, os negócios anuais com ativos financeiros de alto risco, conhecidos como derivativos, são da ordem de US$684 trilhões. Isso significa algo como 12 vezes o PIB mundial. Embora muitos tenham sido pegos de surpresa pela crise instalada, pode ser admitido que fosse algo previsível e a prática financeira atual em ambiente globalizado mostra nitidamente a necessidade de que sejam repensados os seus fundamentos em práticas econômicas. Mas um reconhecimento que todos devemos fazer prontamente é que os regimes socioeconômicos que temos vivido não conseguiram cumprir o seu papel.

Após a derrocada do Consenso de Washington, temos um vazio reinante. É hora de buscarmos uma nova ordem social e econômica que permita que vivamos melhor, que a justiça prevaleça e que os critérios éticos sejam a base da verdade.

Por que o Indicador de Felicidade Brasil?

No fim de 2011, o Departamento de Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Eaesp, da Fundação Getúlio Vargas, resolveu criar um Instituto de Finanças que mantém justamente o lema da nossa escola, que é Tradição em Inovar. O Instituto de Finanças tem a ideia de desenvolver pesquisas e disseminar conhecimentos que permitam a inovação de processos, serviços e produtos financeiros. Ele está organizado com 12 núcleos de centros de estudos.

Particularmente, eu e o Wesley somos os coordenadores do Núcleo de Estudos de Felicidade e do Comportamento Financeiro. A missão do nosso núcleo é ser referência no desenvolvimento de pesquisa e disseminação de conhecimento de ciência aplicada a partir do entendimento da contribuição de fatores financeiros ao bem-estar humano.

O núcleo propõe desenvolver estudos nos campos do mercado financeiro, finanças comportamentais, economia da comunhão, determinantes da felicidade, neuroeconomia, entre outros.

Dentre os vários objetivos que nós propomos, destaco: desenvolver pesquisa, disseminar conhecimentos que permitam a inovação de processos, serviços e produtos financeiros, de maneira a buscar a promoção do bem-estar social; desenvolver pesquisas avançadas de domínio conexo; criar condições para o desenvolvimento de políticas públicas e políticas privadas em seus vários níveis de poderes federal, estadual e municipal; inovar nos estudos no campo de finanças, explorando a relação entre felicidade e finanças, por

meio da avaliação dos aspectos cognitivos da vida com respeito à relevância, satisfação pessoal e afetividade.

Portanto, temos como objetivo criar um indicador de felicidade nacional.

Nossa intenção – e isso nós fazemos questão de frisar, de deixar muito claro – é a criação de uma metodologia que leve a um indicador de felicidade próprio para o Brasil. Embora tenhamos exemplos como a Felicidade Interna Bruta (FIB) do Butão, o índice London Ward Well-Being Scores, que o Wesley citou há pouco, e o relatório da Felicidade Global agora de abril, nós acreditamos ser necessário a criação de um índice que considere as características do nosso povo. Importante notar que não estão sendo considerados, nós não estamos considerando medir níveis de felicidade individual, mas, sim, buscar padrões que permitam verificar o nível de bem-estar das pessoas em nossa sociedade.

Esse indicador deve considerar fatores como medidas objetivas como renda, saúde, educação, segurança, como outros de análise subjetiva que digam sobre a percepção das pessoas em relação às mais diversas relações do seu dia a dia. Para tanto, devem ser estudados fatores comportamentais, psicológicos, sociais, econômico-financeiros, entre outros, que sejam verificados como pertinentes ao bem-estar das pessoas.

Justamente por toda essa gama de variáveis, essencial que sejam observadas entre as pessoas as diferenças de gênero, idade, classe social e região em que vivem.

Mas quais são os objetivos para a criação de um indicador de felicidade?

Nós temos repetido: nós não queremos simplesmente ter um indicador – e acho que foi muito bom o Senador ter mencionado. Por que temos um indicador? Porque é preciso ter um indicador. Mas não queremos um indicador que seja como um reloginho: ontem era 100 e, hoje, 102,3. Mas nós queremos, na verdade, um indicador que permita análises complexas para geração de políticas públicas e privadas que busquem melhorar o nível de bem-estar das pessoas.

Esse índice não pode ser visto como uma medida de felicidade pessoal ou de alegria, ou simplesmente como uma medida de temperatura do humor de um grupo de pessoas, mas, sim, como um indicador de caminhos a seguir. Deve servir para que os poderes públicos e organizações privadas desenvolvam seu planejamento.

Para obtenção de nossos objetivos, estamos desenvolvendo uma rede acadêmica interdisciplinar com pesquisadores de várias regiões do Brasil e fora do País e também desenvolvendo diversas outras parcerias que nos permitam obter ganhos de conhecimento por meio de aproveitamento de lições aprendidas e, assim, termos uma metodologia que possa ser aplicada na apuração do Indicador de Felicidade Brasil.

É necessário medirmos a felicidade do brasileiro, afinal não somos um povo feliz?

Recorrendo a Jeffrey Sachs, justamente no Relatório de Felicidade Global, que cita: "perguntar as pessoas se elas são felizes ou quanto satisfeitas estão com a sua vida oferece importantes informações sobre a sociedade, isso pode se analisar crises ou forças escondidas, isso pode sugerir mudanças".

O fato de que o Brasil apresentou ao longo de sua vida econômica períodos de muita turbulência, inflação alta, planos macroeconômicos de todos os tipos, mudanças de regras, enfim, toda sorte de alterações; por outro lado, nossa sociedade, nas últimas décadas, dá mostra de melhoria generalizada de seus indicadores sociais, principalmente com relação à educação, saúde e condições gerais do seus domicílios. No entanto, quando observamos números apresentados pelo IBGE, verificamos que a distância entre os extremos ainda é muito grande. Em nossa sociedade, há desigualdades de todos os tipos. A primeira notada é a de gênero. As mulheres têm menor grau de escolaridade e ganha menos do que os homens em todos os Estados brasileiros. A melhora do nível educacional ainda não trouxe alívio para a desigualdade por cor, que é mais forte do que a desigualdade por gênero. Existem diferenças sociais entre as regiões brasileiras praticamente em todos os indicadores observados. No entanto, importantes conquistas foram obtidas pelo Brasil: houve redução da desigualdade na década, como mostra o relatório do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, coordenado pelo Prof. Marcelo Neri, que aponta que, entre 2001 e 2009, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 1,4% ao ano; em compensação, dos 10% mais pobres, aumentou 6,8% ao ano.

Outro dado significativo refere-se à redução da pobreza em nosso País, que foi reduzido, no período do Plano Real até dezembro de 2010, em 63,3%, sendo 31,9%, na Era FHC, e 59,6%, na Era Lula. No entanto, ainda temos mais de 16 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, com renda abaixo de R$70,00 mensais por pessoa da família, o que representa 8,5% da nossa população.

Felicidade, índice de progresso? O fato é que somos a sexta nação do mundo – como estávamos conversando, não é, Senador? – em termos de PIB, mas estamos na posição 84 do IDH. Daí surge uma pergunta que não quer calar: nós somos felizes?

Não temos, claramente, ainda esta resposta, mas temos certeza que devemos buscá-la, devemos nos associar ao sonho de pessoas como o Mauro, para

que possamos fazer essa busca. Medir a felicidade é termos um índice de progresso e desenvolvimento para o nosso povo.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um pequeno comentário na fala do Prof. Fábio, quando ele traz um ponto importante. É que a grande causa da crise atual é a ganância. Há um belo livro, *A Era da Ganância*, de Jeff – esqueci o último nome dele. Eu acho – mais uma vez voltando à riqueza do dicionário – que, hoje, não é só a ganância, é a voracidade. Qual é a diferença entre a voracidade e a ganância? A ganância é você querer muito; a voracidade é consumir muito. A voracidade é comer; a ganância é ter. E essa voracidade do consumo é, inclusive, a causa que permite a ganância dos bancos. Porque eu nunca vi um banqueiro emprestar dinheiro a quem não quer. Nós reclamamos muito dos banqueiros, mas nós vamos lá e, quando eles dizem que não emprestam para a gente, a gente fica com raiva.

Então, nós termos hoje uma voracidade no consumo – "nós" que eu digo é a humanidade inteira – que leva ao esgotamento.

Eu tenho usado muito a ideia de que a solução passa pelo casamento de quatro itens: crescimento econômico; bem-estar social, que realmente tem aumentado; finanças; e, de repente, surgiu o problema do meio ambiente. Enquanto não se falava em meio ambiente, estava tudo indo bem, mas, quando apareceu o problema do meio ambiente, percebeu-se que ou a gente sacrifica a democracia, que é o quarto, ou a gente sacrifica o crescimento ou a gente sacrifica o bem-estar. A gente tem de escolher. E eu acho que a gente não deve sacrificar a democracia, não deve sacrificar avanços técnicos e científicos. Só tem um jeito: é reorientar a ideia de crescimento e até mesmo – sei que isso é muito polêmico –, talvez, decrescer o tamanho do produto, aumentando o de alguns e reduzindo o de outros.

Quando se diz que os 10% mais pobres cresceram seis vírgula poucos por cento e os 10% mais ricos apenas 1%, eu fico preocupado, porque esse 1% a mais dos muito ricos gera um impacto ambiental muito grave. E outra coisa: quando aumenta a renda do pobre, ele não perturba e até melhora a vida do rico, mas quando aumenta a renda do rico às vezes piora a vida do pobre. Quando aumenta a renda do pobre, ele aumenta a comida dele, não atrapalha em nada o rico, e até melhora, porque ele fica com a consciência mais tranquila. Agora, quando você aumenta a renda do rico, ele compra mais carros e, aí, o engarrafamento piora, e isso afeta negativamente o pobre. A correlação é tal que, aumentar a renda dos que estão lá em cima, e o consumo sobretudo... Porque se aumentasse a renda deles e eles a guardassem, não se criava nenhum problema, mas o que ocorre é que, com o aumento de renda, eles vão consumir, e aí são gerados problemas de diversos tipos.

Nós temos aqui a presença da Srª Susan Andrews. Ela me escreveu, tentou que eu fosse a esse encontro em Nova York, mas eu não pude. Ela me disse que ia estar por aqui. Eu disse: "Então venha e dê o seu recado". Lamentavelmente, nós vamos ter pouco tempo, senão a gente perde a transmissão da televisão – já estamos ocupando um tempo muito grande. Mas eu lhe dou cinco minutos e gostaria de ouvir sua apresentação.

A SRª SUSAN ANDREWS – Eu não sei se vai ser possível em cinco...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos tentar cinco minutos. Se for um pouco mais, não tem problema.

A SRª SUSAN ANDREWS – Vou mostrar uns eslaides.

Boa noite a todos.

Eu queria, antes de começar, agradecer ao Senador Cristovam por me convidar.

Nesse debate sobre a felicidade na constituição do país, acho que é importante lembrar que não se trata de algo frívolo, que não é algo trivial. Muitos críticos dizem: "Ah, felicidade, como ela pode ser medida?". Por meio de uma ciência que hoje em dia é denominada Ciência Hedônica – a palavra "hedônica" foi cunhada por um ganhador do Prêmio Nobel em Economia, Daniel Kahneman.

E só para se ter uma noção de como essa ideia se situa no campo científico: em cinco anos, na década de 80, foram publicados 200 artigos nas revistas científicas; no último ano e meio, foram publicados 27.335 artigos sobre felicidade nas revistas científicas.

É uma ciência muito discutida entre os pesquisadores. Ela é baseada em questionários subjetivos, baseada em relatos de terceiros, baseada em amostras e experiências – coloca-se um *bip* no bolso para "bipar" a pessoa durante o dia e medir sua felicidade naquele momento –, baseada em mapeamento cerebral, em eletromiografia facial e em níveis de hormônio, especificamente o hormônio cortisol.

Nesse evento que aconteceu em Nova York, antes da reunião das Nações Unidas, havia altos cientistas dos Estados Unidos e da Europa discutindo a Ciência da Felicidade, e um dos pontos que se destacaram como importantes ao longo do dia de discussões foi que felicidade *is a trait, a state, a value and a skill*: felicidade é uma característica, um estado, um valor e uma habilidade.

Como não temos muito tempo, vou enxugar, mas ressalto que se disse que um psicopata também pode ser feliz ao longo de sua vida, ainda que ontem tenha matado alguém. Eles levantaram muito ideias de Aristóteles: a eudaimonia, a vida virtuosa tem muito a ver com felicidade. De fato, a educação para a felicidade, exatamente como o senhor falou, é muito importante.

Vou falar bem rápido. Esta Ciência da Felicidade enfatiza que, se mais bens materiais – como o Prof. Gallo e todos vocês falaram – fizessem a pessoa mais feliz, então a curva de felicidade estaria em 45º. No entanto, não é exatamente assim. Segundo múltiplas pesquisas, da miséria para a sobrevivência, a felicidade de uma pessoa aumenta muito. Por isso, é importante tirar as classes baixas da situação em que estão através do Minha Casa, Minha Vida, de saneamento básico etc. Da sobrevivência para o conforto, também a felicidade aumenta; do conforto para um pouco de luxo, também a felicidade aumenta; mas chega-se um ponto chamado "o suficiente". Depois dele, de fato, mais bens materiais não melhoram – às vezes pioram – nosso bem-estar subjetivo. É o chamado Easterlin Paradox, o Paradoxo de Easterlin.

Daí a importância das políticas públicas, que não temos tempo de discutir. Mas há um livro muito interessante, *The Politics of Happiness*, escrito pelo reitor da Universidade de Harvard alguns anos atrás, que fala que, com base na compreensão do nível de felicidade humana, deveremos criar as políticas públicas.

Eu vou correr, porque não temos tempo, mas é importante lembrar que existe uma fórmula para a felicidade. Essa fórmula tem a ver com nossos genes. Um genético da Universidade de Minnesota, David Liken, provou que um percentual da felicidade é herdado de nossos pais, nós analisamos nosso pai, nossa mãe, e reconhecemos nosso nível de bem-estar. Mas apenas 5% da felicidade pode ter origem genética. A fórmula para a felicidade F = G + C + AV quer dizer Felicidade = nossos genes + condições da nossa vida + atividades volitivas que nós podemos fazer para nos tornar mais felizes.

Sobre as atividades volitivas, não temos muito tempo para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pode continuar, fique à vontade.

A SRª SUSAN ANDREWS – Obrigada.

Sobre as atividades volitivas – depois posso mostrar os eslaides para vocês –, houve reuniões de alto nível em Nova York. Nas Nações Unidas, com setecentas pessoas do mundo inteiro, bateu-se muito na tecla de que precisamos de uma educação para a felicidade, as pessoas podem tornar-se mais felizes, e essa ciência tem de entrar nos primeiros anos da escola.

Então, isso tem muito a ver com a nossa bioquímica, porque, como eu falei, as nossas emoções têm uma correlação bioquímica, especificamente com a quantidade do hormônio de infelicidade, o hormônio cortisol, um dos hormônios do estresse secretado pelas glândulas suprarrenais, que ficam acima dos rins. As pessoas felizes secretam, em média, 32% menos cortisol do que as pessoas infelizes. Até chegar à depressão. A depressão é uma função do excesso de cortisol, avassaladoramente secretado. Mas, na fórmula da felicidade, existe outro aspecto, e aí entram as políticas públicas.

Estamos no campo da educação, mas devem ser levadas em conta as circunstâncias da vida, as condições da vida externa. Elas têm tudo a ver com a nossa felicidade, e uma das condições-chaves é a sensação de comunidade. Como disse um cientista da Universidade de Yale, o companheirismo contribui mais para o bem-estar do que a renda. Uma pessoa que ganha R$3,3 mil por mês e encontra com frequência seus amigos é tão feliz quanto outra que tenha um salário dez vezes maior.

Aí podemos entender o que aconteceu nos Estados Unidos. Nos últimos 50 anos, o país onde eu nasci, os Estados Unidos, aumentou seu PIB por pessoa três vezes. Sabe-se que os Estados Unidos são campeões mundiais do PIB e aumentou o PIB três vezes. Será que a felicidade do americano triplicou? Não! De fato, felicidade do americano baixou. Os americanos hoje são muito mais infelizes do que eram há 50 anos, quando a vida era muito mais simples. E por quê? Robert Putnam, um cientista político de Harvard, que estava nessa reunião em Colômbia, enfatiza sempre – escreveu um *best seller* que estão estudando no Unicamp: *Bowling Alone*, ou *Jogando Boliche Sozinho – o colapso e o renascimento da comunidade americana.*

Putnam mostrou que, na mesma época em que o PIB americano explodiu, somente metade das pessoas nos Estados Unidos visitam os amigos. O número de pessoas que nos EUA dizem: "Eu não tenho ninguém em quem confiar." Pessoas solitárias... Esse número de pessoas triplicou. Número de horas passadas em visitas a amigos, batendo papo, caiu radicalmente. Por isso, nas políticas públicas, até discutiram nas Nações Unidas... Na Inglaterra, eles iam fechar os correios. Mas eles viram que muitos correios eram âmbitos de vitalidade comunitária, de bater papo com as pessoas... Decidiram de, em vez de fechar, tornarem os correios centros de lazer. Assim, a ciência da felicidade pode mudar muito as políticas públicas.

Então, em julho do ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas, decretou, unanimemente, que reconhece que o indicador do Produto Interno Bruto

não reflete adequadamente a felicidade e o bem-estar de um povo em um país, convida os estados-membros a buscar métricas adicionais de felicidade e bem-estar para orientar suas políticas públicas. Inglaterra, França, Canadá, Austrália, Japão, os países todos estão começando a medir seu bem-estar subjetivamente.

Nessa reunião em Nova York, convidei o Senador Cristovam que, infelizmente não pôde participar, foi discutido detalhadamente como podemos fazer um indicador econômico, ecológico e de bem-estar humano para uma nova civilização planetária. Ban Ki-moon convocou... Estava lá o Presidente de Costa Rica, que deu a palestra magna; estava o Primeiro Ministro de Butão, também estava presente Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel. Como diz Stiglitz, entre os economistas, por muito tempo, tem havido uma forte convicção de que o PIB não é uma boa métrica, não mede mudança em bem-estar. Se os líderes do mundo estão tentando maximizar o PIB – e o PIB não é uma boa métrica –, estamos maximizando a coisa errada.

Então, Presidente Sarkozy, como muitas pessoas aqui devem saber, há dois anos, convocou uma comissão de 14 estatísticos e economistas do mundo inteiro, incluindo sete prêmios Nobel em economia, onde estavam Stiglitz e Amartya Sen, para debater o seguinte: se PIB não é uma boa métrica para a França, o que poderia substituir o PIB?

Aí eu queria enfatizar o que vocês falaram neste painel, um pouco antes, de que FIB ou qualquer indicador de bem-estar não é um substituto para o PIB. O que foi recomendado pela Comissão Sarkozy e que foi reforçado nas Nações Unidas, em abril, é de que precisamos do chamado *multiples dashboards*, múltiplos Indicadores, especificamente três: o econômico, o de sustentabilidade e o de bem-estar. Precisamos criar juntos três indicadores para substituir o PIB. Quando Sarkozy terminou a comissão e foi anunciado o relatório para a mídia no mundo inteiro, Stiglitz saiu da reunião junto com Sen e falou à mídia: "Estamos discutindo isso há dois anos, mas temos um pequeno país no Himalaia que está desenvolvendo e colocando esse conceito em prática para décadas.

De fato, o Butão desenvolveu um indicador que foi exatamente o que está no Relatório Sarkozy. Precisamos, não um questionário de bem-estar (quero deixar bem claro), mas o que certamente foi falado: precisa-se de indicadores subjetivos e objetivos. No indicador subjetivo, o FIB tem nove dimensões: o econômico; IDH; educação e saúde de qualidade (não o número de crianças na escola, mas o que você acha da educação de seus filhos e como está a saúde das crianças); boa governança; transparência dos líderes; fé nos líderes; fé na mídia; fé na polícia; vitalidade comunitária (um dos aspectos-chave, porque, como já vimos, laços harmoniosos entre as pessoas são um dos mais importantes fatores na sociedade humana); sustentabilidade; acesso à cultura...

Há uma coisa muito importante que até o Relatório Stiglitz e Sen enfatizou: tempo. Tempo é nossa riqueza. Nós trabalhamos muito em nossas empresas. A grande discussão é o *work life balance.* Eu não tenho tempo para mim, eu não tenho tempo para meus filhos. Esse é um fator muito importante na vida humana: o equilíbrio entre a vida pessoal, a vida do trabalho e a vida familiar. Esse é um dos indicadores no FIB. Tudo ligado ao bem-estar... São nove dimensões que são o pensamento sistêmico na prática.

Outro mito que está muito discutido no Brasil é que o FIB é uma coisa butanesa... Tudo bem para um país no Himalaia, para os monges nas cavernas, mas que nada tem a ver conosco aqui no Brasil. De fato, o questionário FIB não foi criado pelos butaneses, foi criado por um grupo de estatísticos, cientista, *experts* em ciência hedônica do mundo inteiro, do Canadá, Austrália, Inglaterra... Eles se reuniram por anos e finalmente analisaram e criaram essas novas dimensões e um indicador para o progresso.

Esse indicador, a partir do Butão, teve sua versão internacional. Pegamos essa versão internacional, desse grupo de investigadores, e a levamos para a Unicamp e, com estatísticos da Unicamp, nós a lapidamos para o Brasil. E esse questionário está sendo usado para o Brasil e estamos em fase final de validação. Um questionário tem de passar em muitas pesquisas para, na prática, ser validado. Já fizemos cinco pesquisas com 5% de erro – então, estatisticamente válido, correto. Está na fase final de validação. Agora, na ONU, foi validado por uma equipe internacional de pesquisadores em ciência hedônica. Essa pesquisa, chamada *user friendly,* em Butão a pesquisa demora quatro horas. Internacionalmente, mesmo que todos respeitem muito o trabalho do Butão, as pessoas no ocidente pensam que a pesquisa tem de ser mais rápida.

Então, a pesquisa desenvolvida para o Brasil tem de ser em 20 minutos. User Friendly está sendo aplicado... Já foi em cinco cidades no Brasil, especificamente Campinas, com o Prefeito de Campinas, pela Unicamp; com o Prefeito de Angatuba, no interior de São Paulo; com o Prefeito de Itapetininga; em Brasília, eu não sei se vocês, por acaso, leram o jornal de hoje, saiu uma pesquisa maravilhosa que foi feita em Rajadinha, uma comunidade periférica a Brasília, com a Fundação Banco do Brasil, em que se usou o mesmo indicador como catalisador de protagonismo social.

Também está acontecendo em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, por intermédio de sua prefeitura.

Ao se terminar esses projetos metodológicos e analisando toda essa metodologia, há o plano de se lançar no Brasil inteiro no ano que vem.

Então, finalizando, FIB no Brasil não é somente um indicador. É um processo de aumentar o bem-estar coletivo da comunidade. É um catalisador de protagonismo social que envolve, primeiro, essa pesquisa em Campinas. Estatísticos da Unicamp, mapeamos todo o bairro, junto com estudantes.

Outra coisa em que foi muito batida a tecla nas Nações Unidas: onde estão os jovens? Era uma enorme reunião de 700 pessoas, prêmio Nobel, líderes do mundo inteiro. Onde estão os jovens? Estamos fazendo isso para os jovens. Os jovens têm de fazer parte desse processo.

Então, em todos os projetos FIB, no Brasil, os jovens são parte essencial, porque os adultos podem ser desanimados, os adultos podem ser apáticos, mas os jovens têm muito idealismo, e eles mobilizam seus pais.

Assim, é feito com estudantes universitários. Aqui, foi feito na UnB. A UnB se envolveu intimamente com todo o processo, com estudantes da faculdade, junto com jovens do próprio bairro. Foram de casa em casa e ajudaram muito no processo de coleta de dados.

Depois que foram revelados os resultados da pesquisa de 100 perguntas, a população se sentou junto, por horas, em várias reuniões. Eles disseram: "O que você mostrou é um espelho da nossa comunidade. Agora, vamos juntar nossas mãos e melhorar nossas vidas".

Em Campinas, o grande problema era espaço de lazer, os pais estavam com medo de cruzar a rodovia, para deixar as crianças brincarem. A primeira prioridade para eles era espaço de lazer. Então, o comitê FIB do bairro se juntou com a prefeitura para desenvolver um parque no bairro.

Então, finalizando, os objetivos do processo FIB no Brasil é mobilizar o protagonismo da comunidade e a restauração das redes sociais para o processo coletivo, disseminar práticas, educação para a felicidade, disseminar práticas para o bem-estar psicológico e a saúde física, desenvolver a liderança e a cidadania na juventude, ajudar a sociedade civil a expressar a democracia direta.

Na semana passada, estávamos numa palestra com o Vice-Presidente e conversamos com ele sobre o FIB também. FIB é a aplicação da Constituição brasileira. O Vice-Presidente disse, na palestra, que a Constituição brasileira não é só democracia representativa, como a americana; a Constituição do Brasil é democracia direta, que é o orçamento participativo, que vai aos bairros, vai às ruas, exatamente como o Sr. Mauro falou, com a população, mobilizando o protagonismo do povo.

Finalmente, ajudar na transição para uma economia solidária e altruísta. Por isso, o Prof. Paul Singer está trabalhando conosco, no sentido de casar a economia solidária nos bairros com as pesquisas FIB.

Então, no final deste evento em Nova York, depois de três dias de longa discussão bastante teórica, eles me convidaram para fechar o evento. Aí fui ao palco e mostrei o filme do Brasil. Mostrei o filme dos nossos projetos com os jovens, com as crianças nas ruas, com a população, votando e participando plenamente para a sua felicidade coletividade. Posso afirmar que muitas pessoas choraram, quando eles viram a democracia na prática. Depois, as pessoas do mundo inteiro vieram me falar: "Queremos aplicar o modelo do Brasil em nossos países". Então, a última coisa que queria dizer a vocês é que um dos indicadores na ciência hedônica de uma duradoura felicidade é o senso de missão na vida, no sentido de que eu não estou trabalhando por mim, mas por algo muito maior.

Acho que todos nós, aqui neste painel, Senador Cristovam Buarque, professores, Dr. Mauro, queremos um mundo de felicidade para todos, de prosperidade para todos, de bem-estar e de paz.

Em outras palavras, vida, amor e bananas. (*Risos*.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer à Drª Susan, professora, pela sua fala, que realmente foi muito interessante. Agradeço muito não só o convite, que não pude aceitar, mas a sua oferta de vir aqui hoje. Fico muito feliz.

Bem, para encerrar, vou dar a palavra ao Mauro, para que ele faça as considerações que achar conveniente, como o inspirador que foi, junto com Gilberto Dimenstein, dessa ideia de que a felicidade depende dos direitos sociais.

O SR. MAURO MOTORYN – Bem, quero agradecer e parabenizar a Susan pela colocação. Nunca tinha assistido a uma palestra dela. Fiquei realmente impressionado. Parabéns! Acho que todos gostaram.

Queria ir um pouco além. Queria falar um pouco sobre cidadão e cidadania. Acho que precisamos chacoalhar o povo brasileiro. Hoje, temos 150 milhões de brasileiros conectados via celular, via *smartphone*, via iPad, via computador.

É hora de nós reagirmos!. É hora de reagir! É hora de nós conseguirmos levar a participação popular ao paroxismo. É hora de nós definirmos as prioridades para os governantes. É hora de pedirmos e exigirmos a transparência na gestão pública.

Pedi para terminar porque li um texto de uma pessoa que vou citar só no final, porque ela define o que é ser feliz, e ela define o que é ser feliz para o jovem. E eu vou ler. Se eu me emocionar, depois digo o autor, e ele vai emocionar-se mais:

"Ser feliz significa reagir contra a definição de riqueza, baseada na renda e no consumo.

Ser feliz é reagir contra a ideia de que a riqueza consiste em gastar a vida endividando-se e trabalhando mais do que o necessário para comprar mais do que o necessário.

Ser feliz é reagir ao exibicionismo de consumir somente por grife.

Ser feliz significa reagir contra a lógica de um automóvel a mais ser positivo, porque significa um emprego a mais para um flanelinha longe da escola.

Ser feliz significa reagir e gritar contra a desigualdade. Hoje 1% dos ricos do mundo detém 40% do patrimônio mundial.

Ser feliz significa reagir à cortina de ouro que serpenteia o Planeta, dividindo as populações de cada país entre ricos e pobres.

Ser feliz significa reagir ao sentimento que faz velho o produto de ontem e considera feio o que ainda não é o de amanhã.

Ser feliz significa reagir contra a destruição ou descaracterização do nosso patrimônio cultural em nome da novidade.

Ser feliz significa reagir contra comemorar o aumento das famílias recebendo assistência, ao invés de comemorar a diminuição no número dos que precisam dessa ajuda.

Ser feliz significa reagir ao conceito de progresso baseado somente no crescimento econômico.

Ser feliz significa não deixar que esse conceito de progresso roube a chance da humanidade usar a sua capacidade de criar tempo livre.

Ser feliz significa reagir contra indústrias que dizem aumentar a riqueza por meio da produção de armas que matam, veículos que roubam o tempo da vida.

Ser feliz significa reagir à lógica irracional e insensível, que, há tanto tempo imposta, já tomou conta das nossas mentes de que bem-estar é sinônimo de consumo.

Nós precisamos reagir contra a falta de liberdade; gritar, gritar sempre, e mais alto possível, pelas nossas idéias; participar ativamente da nossa vida pública; reagir contra a prisão invisível, em que a ideologia dominante lhe amarrou, roubando o que você tem de mais sagrado: os minutos que contam na sua vida.

Ser feliz significa reagir contra o tempo que lhe é roubado da leitura, do lazer, do namoro, trocado pelo trabalho, que nem sempre você desejou.

Sinta alergia à monotonia!

Ser feliz significa reagir contra o desviver de ocupar profissão que não lhe dá prazer, nem aventura.

Ser feliz significa reagir contra a vida sempre bem comportada.

Escolha algumas aventuras para realizar, montanhas para subir, uma revolução a fazer, amores a sentir!

Ser feliz significa reagir contra a globalização que começa por cima, universalizando os ricos, no lugar da sonhada internacionalização, que nasceria por baixo da cidadania, vinda dos trabalhadores.

Reaja e seja feliz, reagindo contra as desigualdades imorais no direito à vida, pela compra honesta dos direitos de saúde e no direito à qualidade de educação, pela compra do acesso às escolas.

Ser feliz significa reagir contra todas as desigualdades, mas, sobretudo, contra a mãe de todas – a educação desigual.

Ser feliz significa reagir contra a destruição da natureza, mesmo as menores.

Ser feliz significa reagir à lógica de que a árvore só tem valor quando derrubada para dar lugar a um produto da economia.

Ser feliz, reaja contra a globalização que quer destruir as nações, mas também contra o isolacionismo que quer tratar cada país como uma ilha.

Ser feliz significa reagir ao suicídio que parece ter tomado conta de uma unidade que não se revolta.

Apesar de tudo, seja feliz, reagindo contra o pessimismo.

Reaja contra uma civilização que têm crianças com fome, sem roupas, brinquedos, higiene.

Ser feliz significa reagir contra a realidade das crianças abandonadas, das crianças sem escola, sem assistência médica.

Ser feliz significa reagir contra o triste futuro da civilização estampado nos olhos de meninos e meninas do mundo, não importando em que país vivam.

Ser feliz significa reagir contra o vazio ideológico que tomou conta do mundo. Não aceite a falta de propostas! Busque as suas utopias! Busque as suas bandeiras e vá à luta!

Ser feliz significa reagir contra a corrupção dos políticos públicos que põem dinheiro público no bolso ou na conta, na propina, no desvio de recursos.

Ser feliz significa reagir contra a corrupção dos outros poderes, do Poder Executivo, seja Legislativo, seja dos sindicatos, do Judiciário, de clubes desportivos, ou carnavalescos. A reação é contra todos os setores que corrompem.

Reaja também, aproveitando esse final, contra o que se faz contra os habitantes da Palestina, contra os gays em diversos países, contra os pobres na América Latina, contra os muçulmanos em quase todos os países ocidentais.

Reaja também contra aqueles que desejam esconder ou negar o holocausto contra os judeus.

Reaja contra o abandono do povo africano, pelos ricos do mundo e pelos ricos da África.

Reaja contra o terrorismo.

Reaja quando a educação é destratada.

Reaja contra a apropriação da ciência e da tecnologia a serviço das armas de guerra.

Reaja contra a transformação da maravilha do futebol em ópio que impede ajuste e necessária revolta.

Reaja contra aqueles que transformam a liberdade sexual na vergonha da pornografia e da pedofilia.

Reja aos *slogans*, todos eles, não importa quais sejam.

Reaja contra a ideia de que o mundo vai bem, apenas porque não vai tão mal quanto antes.

Reaja apenas por reagir.

Reaja ao imobilismo.

Reaja às ordens vindas de uniformes de todos os tipos: batinas, fardas, ternos, facões ou doutrinas.

Reaja a este quebra-cabeça que chamamos de mundo.

Saia do imobilismo.

Reaja!

Seja cidadão e respeite cidadania!

É isso que significa ser mais feliz."

O texto, antes de vocês aplaudirem, é do Professor e Senador Cristovam Buarque. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero, antes de encerrar, agradecer ao Mauro, mas dizer que esse texto é parte meu, mas tudo o que diz ser feliz foi ele quem acrescentou. O meu texto é apenas "Reajam". É disso que a gente precisa.

Agora, não há dúvida que, para alguém que gosta de aventura, reagir combina e rima com felicidade.

Está encerrada esta sessão.

(Iniciada às 18 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 11 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (5ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (5ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 17 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, no plenário Nº 7 da ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa e a fazer suas exposições o senhor **Heitor Gurgulino,** Vice-Presidente do Clube de Roma e, em seguida, o Professor Doutor **Jorgen Randers,** Professor da Escola Norueguesa de Administração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa-noite a cada um e a cada uma.

Dou por aberta a 16ª [17ª] Reunião Conjunta das Comissões Permanentes referente à 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para a Rio+20, em conjunto com a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, desta que é a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater o tema "Quarenta anos do livro *Os Limites do Crescimento* e os próximos quarenta". Esse é o tema. O específico que vamos ter é a presença aqui de Jørgen Randers, que é uma pessoa muito especial, porque fez parte da equipe que escreveu o livro *Os Limites do Crescimento.* Ele está lançando um livro aqui, que diz respeito aos próximos quarenta anos depois da Rio+20, para onde vai o mundo, o que pode acontecer no mundo e quais são suas propostas.

Quero dizer, antes de passar a palavra, que existem livros que marcam definitivamente a vida das pessoas. Nenhuma pessoa é marcada apenas por um livro, mas alguns marcam muito. E eu pessoalmente posso dizer que, do mesmo jeito que *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, que *Formação Econômica do Brasil*,

de Celso Furtado, e de outros livros que Alfredo leu na mesma época que eu, *Os Limites do Crescimento* foi um livro determinante para eu perceber que a linha que seguia a humanidade no progresso, não necessariamente do capitalismo ou do socialismo, mas no rumo da civilização industrial, do consumo, era um caminho errado. Foi aí que eu comecei a despertar para a necessidade do meio ambiente como variável fundamental a ser levada em conta na formação do futuro da humanidade. Foi aí que comecei a perceber que o crescimento poderia não ser uma marcha forçada, necessária, inevitável da humanidade e até mesmo que o crescimento poderia ser a marcha da insensatez para uma tragédia.

Por isso, fico muito feliz de ter aqui conosco alguém que fez parte desse esforço. Eu, inclusive, gostaria que, na palestra dele, ele dedicasse um pouco de tempo a nos contar a história de como esse livro foi feito, que é uma bela história, embora o professor Heitor Gurgulino também vá falar sobre isso.

O professor Gurgulino é, na verdade, o Vice-Presidente do Clube de Roma, que é essa entidade criada décadas atrás pelo grande empresário italiano Peccei, que dedicou sua fortuna e seu esforço intelectual a mobilizar pessoas que pudessem pensar o futuro. O professor Heitor Gurgulino representa aqui o Clube de Roma e vai falar um pouco sobre como foi feito esse livro também.

Como eu já disse, nós temos duas palestras hoje, e os convidados são o professor Jørgen Randers, que é professor da Escola Norueguesa de Administração, e o professor Heitor Gurgulino de Souza.

A gente aqui diz simplesmente Vice-Presidente do Clube de Roma, mas o professor Gurgulino é muito mais do que isso. Ele é ex-reitor da Universidade de São Carlos, um homem fundamental no desenvolvimento da ciência brasileira nos últimos 50 anos e foi por dez anos reitor da Universidade das Nações Unidas em Tóquio. Além disso, tem sido uma figura presente nesses nossos debates todas as quintas-feiras, quando nós discutimos qual o recado que temos de dar a partir daqui para esses que vão se reunir no Rio de Janeiro nos mês de junho, que deveriam se reunir para discutir o futuro da humanidade e que eu espero que não limitem seus discursos apenas a ver como fazer pequenos ajustes nesse caminho que está aí.

Nós estamos lançando, já na próxima semana, o primeiro tomo dos debates que fizemos aqui ao longo de 2011. A palestra do professor Jørgen vai entrar no segundo tomo. Nós copiamos cada palestra, gravamos, degravamos, traduzimos – vieram outros de fala estrangeira, francês, inglês e espanhol – e publicamos como nossa contribuição para a agenda da Rio+20.

Eu vou, portanto, passar a palavra ao professor Gurgulino, lembrando que, no dia 31 de maio, vamos fazer a última das nossas reuniões, que vai ser sobre a pegada ecológica, o que significa pegada ecológica, como ela é calculada para mostrar que o que nós consumimos hoje – a parcela média e rica da sociedade –, se fosse levado esse consumo para todos, nós precisaríamos hoje de seis a sete Terras. O Brasil, se todos fossem consumir igualmente, precisaria de uma e meia vez mais recursos do que os que nós temos.

Quero lembrar que quem vem falar sobre a pegada ecológica é uma das figuras mais especiais que nós temos, que é o Peter Herman May, que tem sido um estudioso desse assunto da pegada ecológica, de como não é possível que todos consumam o que consomem as classes médias e ricas.

Eu vou passar inicialmente a palavra ao professor Heitor Gurgulino e depois passarei ao professor Jørgen Randers.

Professor Gurgulino.

O SR. HEITOR GURGLINO DE SOUZA – Muito boa noite, Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite para estar presente nesta reunião de debates e também dar as boas-vindas ao professor Jørgen Randers, que viajou trinta horas para chegar ontem à noite aqui. Depois da meia-noite fui pegá-lo no aeroporto, ele foi dormir depois da uma hora e teve um dia muito ativo no dia de hoje.

O Dr. Jørgen Randers – vou só fazer uma pequena apresentação para aqueles que não o conhecem – nasceu em 1945, é um acadêmico e pesquisador que se graduou na Universidade de Oslo em 1968 e tem um doutorado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, na Sloan School of Management, nos Estados Unidos.

Ele trabalha em temas relacionados a mudanças climáticas e cenários na Escola Norueguesa de Negócios, da qual ele foi diretor durante oito anos. Ele faz palestras pelo mundo inteiro sobre clima e desenvolvimento sustentável e é membro de vários conselhos de empresas ligadas ao desenvolvimento no seu país e no exterior. Ele foi Vice-Diretor Geral do World Wildlife Fund International na Suíça durante cinco anos. Ele é autor desse famoso livro *Os Limites do Crescimento*, que foi publicado em 1972, vendeu mais de 15 milhões de exemplares no mundo e foi traduzido em mais de 30 idiomas.

O Dr. Randers é autor de outros cinco livros e dezenas de artigos científicos e seu mais recente livro, como o Senador Cristovam mencionou, é o livro

sobre o qual ele vai nos falar, cujo título é *2052: uma previsão global para os próximos 40 anos.*

Mas eu vou falar um minutinho só sobre o Clube de Roma.

Eu sou membro do Clube de Roma, mas também não é há muito tempo. Eu estava na Universidade das Nações Unidas no Japão, e o Clube de Roma quis fazer uma reunião no Japão. O membro japonês do Clube de Roma era meu conselheiro na Universidade das Nações Unidas e ele pediu uma colaboração da universidade. Eu ofereci imediatamente as suas instalações, que são muito boas lá em Tóquio, mas ele precisava de recursos também. Eu não tinha recursos em nossa universidade, então, fomos procurar uma província no sul do Japão, Kumamoto, cujo governador disse: "Eu quero a reunião aqui. Eu pago todas as contas, hotel, tudo". Então, claro, fizemos a reunião lá em Kumamoto.

Nessa época eu fiquei conhecendo o Clube de Roma, porque eu trabalhei vários meses ajudando a preparar essa reunião. E fui convidado pelo presidente a integrar o Clube de Roma, mas eu disse que, infelizmente, como eu era funcionário das Nações Unidas, não me permitiam que eu integrasse um clube desse caráter, que é uma organização não-governamental.

Eu quis saber um pouco mais da história, e essa pessoa que na época era Presidente do Clube do Roma, o Dr. Ricardo Díez-Hochleitner, um espanhol ilustre, foi Ministro da Educação, Vice-Ministro da Ciência da Espanha, que sucedeu precisamente o Dr. Alexander King.

O Senador Cristovam mencionou o Dr. Aurelio Peccei, que é um dos fundadores do Clube de Roma, mas são dois, há outro fundador também, companheiro de Aurelio Peccei, que se chamava Alexander King, um escocês que trabalhava na época na Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico da Europa, a famosa OCDE.

Aurelio Peccei era um italiano que, jovem ainda, em 1935, foi trabalhar numa indústria na China. Depois dessa experiência na China, ele veio para a América Latina, viveu dez anos na Argentina, tem dois filhos – um deles, inclusive, esteve aqui em Brasília; nasceu em Buenos Aires, fala espanhol e inglês obviamente, e é professor da Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Mas o Dr. Aurelio Peccei veio para a Argentina presidir a Fiat da Argentina e fez um trabalho excelente, inclusive montou a primeira fábrica da Fiat na Argentina. Voltou para a Itália e foi trabalhar numa grande empresa, que era conhecida como Italconsult.

Nessa época, ele já vinha pensando nos problemas que devem preocupar a próxima geração. Com isso ele começou a trabalhar e encontrou Alexander King em Paris e resolveram fazer uma reunião, que acabou acontecendo na cidade de Roma – daí o nome do clube que foi criado, o Clube de Roma.

Infelizmente, a reunião foi um fracasso, porque ele reuniu especialistas de diversas áreas para discutir temas globais da humanidade e não houve muito consenso entre esses especialistas. Terminada a reunião, ele e um grupo menor discutiram o assunto e resolveram pensar numa outra fórmula. Aí, alguém lembrou de um conhecido professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que era o Dr. Jay Forrester, que foi, aliás, conselheiro do nosso Jørgen Randers.

O Dr. Jay Forrester era um homem que trabalhava em dinâmica de sistemas e tinha trabalhado num modelo novo de computação que, na época, era um avanço. Ele foi convidado para ir a uma reunião com os membros do Clube de Roma. Ele foi e ficou interessado em fazer um trabalho para o Clube e, como dizia o Dr. Randers agora há pouco, o Dr. Jay Forrester é uma pessoa brilhante. Está com 96 anos se não me engano, eu o encontrei agora no mês de março em Washington, quando o Dr. Randers e o Dr. Dennis Meadows foram fazer uma comemoração dos 40 anos do lançamento do livro *Os Limites do Crescimento*. E o Dr. Jay Forrester estava lá, com seus 96 anos, firme ainda, com a cabeça muito lúcida e participou dessa reunião, inclusive com outro economista famoso, Herman Daly, que também foi à comemoração desses quarenta anos.

Mas o interessante é o seguinte. O Dr. Jay Forrester voltou da reunião na Europa e, diz o Dr. Jørgen Randers que, no avião, ele pegou um guardanapo e fez um esquema do que seria o trabalho que ele imaginava fazer para o Clube de Roma, um grande desafio. Um jovem assistente do Instituto de Tecnologia de Massachussets, Dennis Meadows, que era casado com Donnela Meadows, que escreveu o livro, e esta aqui é a terceira versão do livro, que nós, capítulo brasileiro do Clube de Roma, conseguimos traduzir para o português com o apoio da Lei Rouanet. Então, este livro está disponível para aqueles aqui que não o têm. Depois, com muito prazer, podemos enviá-lo.

O Dr. Jay Forrester voltou para o MIT, convidou o grupo do Clube de Roma a visitar o grupo dele no MIT, conseguiram recursos... Por sinal, foram US$200 mil, que naquela época foram conseguidos junto à Fundação Volkswagen da Alemanha, que financiou o trabalho que começou em 1970. Trabalharam dois anos e, em 1972, o livro foi lançado. Foi um sucesso extraordinário porque conseguiu reunir pessoas ilustres do ambiente político europeu, o livro foi um sucesso mundial.

Daí, o Clube de Roma ficou muito conhecido por causa desse livro, mas o Clube de Roma tem feito

vários outros livros. Todos os anos a palavra "limites" ou então algo próximo de limites, como, por exemplo, "Limites da Ignorância" foi um tema muito interessante que foi objeto de uma reunião em Helsinque, na Finlândia. E assim outros. Cito também um livro sobre os oceanos, escrito por Elisabeth Mann Borgese, filha do famoso Thomas Mann.

Então, o Clube tem muitas coisas, mas ele é conhecido por esse livro. Há pelo menos uns quinze relatórios do Clube de Roma, porque todo livro que sai com esse nome do Clube de Roma, como explicará o Dr. Randers, na verdade, é um livro que os autores apresentam para o Clube de Roma, e o Clube aceita como um relatório, acolhe esse relatório como se fosse um relatório do Clube, mas, na verdade, é o relatório de um grupo de intelectuais muito importantes, como foi o caso de *Os Limites do Crescimento*.

O Dr. Jørgen Randers e o Dr. Dennis Meadows, agora no dia 1º de março, fizeram essa apresentação de comemoração dos 40 anos de lançamento do livro lá no Smithsonian Institution, em Washington, porque lá é que eles fizeram a primeira apresentação pública do livro. E nessa comemoração – infelizmente a Srª Donela Meadows faleceu – só foram os dois, Dennis Meadows e o Dr. Randers, que fez a sua apresentação lá.

E nesse dia, a pedido do ilustre Senador Cristovam Buarque, eu perguntei a ele se ele não teria interesse em vir ao Brasil. Ele disse que poderia ser, pediu que eu mandasse uma comunicação e, aí, começou esse processo que resultou na vinda dele ao Brasil. Ele veio por muito pouco tempo, infelizmente ele vai embora já amanhã porque tem uma série de compromissos.

No dia 8 de maio agora, houve uma reunião em Roterdã, na Holanda, onde ele fez a primeira apresentação pública desse livro, o 2052, sobre o qual ele vai nos falar. Na verdade, o livro estará disponível a partir do dia 1º de junho. Já aproveitei para perguntar ao Dr. Randers se ele concorda que o livro seja traduzido para o português, e, então, o capítulo brasileiro do Clube de Roma vai fazer um esforço para ver se conseguimos, num futuro próximo, lançar esse livro, porque muitos brasileiros infelizmente não vão entender a mensagem que ele deu sem uma tradução.

Bom, eu quero falar pouco, professor Cristovam, agradecer de novo a oportunidade de estar aqui, mas realmente nós viemos aqui para escutar o Dr. Randers.

Ele hoje, no almoço, falou uma coisa muito interessante. Depois comentou também que o Brasil tem um potencial enorme na área de biocombustíveis, por exemplo, e citou o exemplo do etanol.

Por acaso eu encontrei aqui – dei uma cópia para o Senador Cristovam – uma pequena publicação – estou aqui com a página aberta – que foi publicada em outubro de 1930, 82 anos atrás.

Vou tomar um minuto dos senhores para ler o que diz aqui.

"Esforços do governo brasileiro para popularizar o uso do motor a álcool [combustível] estão encontrando com certo sucesso. De acordo com relatórios que vieram do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, carros oficiais que requeriam o uso desse combustível eram 60% dos carros que circulavam em Pernambuco naquela época" – vejam bem.

As companhias de petróleo mostraram interesse, têm ramos ou têm sucursais, vamos dizer assim, em Pernambuco, dizem que a vantagem do uso desse combustível sobre a gasolina era importante porque era muito mais barato. Então, em 1930, o motor a álcool... O álcool que foi utilizado para combustível de automóvel continha uma mistura de cana de açúcar e éter e era vendido por 500 a 700 réis – estou imaginando o que representaria esse valor em 1930 –, valor equivalente na época a US$0,06 a US$0,08 por litro, quando a gasolina custava US$0,18. Então, vejam bem: há 82 anos... Este é um artigo que apareceu na revista *Scientific American* falando disso. Até hoje estamos lutando com esse potencial do etanol, e o Dr. Jørgen Randers nos diz que essa é uma grande e importante reserva que o Brasil tem para enfrentar os problemas do futuro.

Com esta breve apresentação, agradeço ao professor Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço a apresentação do professor Gurgulino.

Até como provocação, professor Jørgen, quero dizer que, sessenta anos depois, alguma coisa a gente tem de mudar. Acho que o que deveríamos mudar tem a ver com o seguinte. É que não basta substituir combustível fóssil por etanol, é preciso substituir o automóvel privado pelo transporte público também, porque o uso de combustível verde para toda a frota de automóveis do mundo vai exigir uma área de terra que provavelmente ameaçará florestas e ameaçará a comida, nós teremos de substituir a comida para as pessoas por alimento para os automóveis. Essa é uma mudança nesses 60 anos.

Sessenta anos atrás, o automóvel era uma exceção no transporte, e o transporte era pouco necessário. Houve um aumento muito grande do tamanho das cidades, das distâncias ao longo das quais as pessoas têm de se locomover, e o carro acabou se popularizando. É impressionante a atualidade, mas, ao mesmo tempo, há necessidade de uma adaptação para uma realidade pós-industrial, no sentido da civilização atual.

Professor Jørgen, passo a palavra para o senhor.

O SR. JØRGEN RANDERS (Tradução simultânea.) – Bom, primeiramente quero dizer que estou muito feliz por estar aqui. É um privilégio ter sido convidado para falar para vocês. Muito obrigado a vocês dois pelas palavras de carinho.

Vou falar sobre os combustíveis fósseis na minha apresentação, mas vou falar um pouco sobre isso posteriormente, ok?

A minha apresentação está associada ao número de eslaides que tenho aqui para passar para vocês. Para aqueles que gostam de ver figuras, está ali, está disponível para vocês verem, mas não vou comentar diretamente sobre os eslaides. Então, vocês precisam apenas escutar o que eu tenho a dizer e vocês vão entender a mensagem que quero passar.

Em 1972, eu e meus amigos escrevemos o livro *Os Limites do Crescimento* para tentar descobrir o que iria acontecer no planeta Terra nos cem anos seguintes. As perspectivas básicas eram: o Planeta é muito pequeno, não é um mundo grande, é um mundo pequeno na realidade, e há desafios para a humanidade sobreviver nesse Planeta tão pequeno.

No ano passado eu decidi que agora, passados 40 anos desde o lançamento do primeiro livro – estou ficando meio velho – e, então, fiquei pensando no que aconteceu nos últimos vinte anos da minha vida. Então, eu tentei fazer...

Na realidade, eu gastei 40 anos trabalhando muito duro para tornar o mundo um lugar sustentável. Trabalhei um terço da minha vida em negócios, um terço em comunidades acadêmicas, um terço em civilizações e o mundo, na realidade, hoje em dia, não é um mundo sustentável. Eu comecei esse trabalho há 40 anos, e ele não é um lugar tão sustentável assim.

Em 1972, *Os Limites do Crescimento* falou sobre extrapolar, sobre o colapso e, na realidade, a mensagem, o aviso era que nós estávamos preocupados que a humanidade fosse um pouco estúpida para permitir que os recursos acabassem e que a destruição ambiental fosse tão elevada que nós não conseguiríamos lidar com isso.

Estávamos superpreocupados que isso acontecesse, porque os processos de tomada de decisão em nossa sociedade são muito lentos e nós não sabíamos, em 1972, o que aconteceria de errado, se seria falta de energia, falta de comida, a excessiva poluição do meio ambiente, a toxicidade, a destruição da biodiversidade. Mas a gente tinha essa ideia porque muitas pessoas e muitas atividades econômicas estavam tentando ter seu lugar num mundo que era pequeno. Então, a expansão, depois, iria levar a problemas. Essa era a nossa preocupação principal.

Nós escrevemos o livro num tom bem positivo. Basicamente nós dissemos que esse problema poderia ser resolvido. Então, você tem de olhar um pouquinho fora da caixa, um pouquinho mais para frente. E a gente tinha o objetivo de introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável para o nosso planeta Terra por um longo período.

Então, como vocês podem perceber no gráfico, nós estamos dizendo que a pegada ecológica da humanidade deve ser menor do que a capacidade de carga do mundo. Isso foi há quarenta anos, nós éramos superjovens, e nós dissemos ao mundo que tínhamos de começar a fazer alguma coisa naquele momento. Agora, estamos aqui, 40 anos depois, e sabemos que o mundo não está escutando o que temos a dizer. Como mencionado na introdução, a humanidade está extrapolando. Nós estamos consumindo mais rápido do que o mundo pode produzir. Com isso, o que está acontecendo? Estamos provocando poluição, mais do que o mundo pode absorver.

Temos aqui 1.3 planeta e precisaríamos de 1.3 planeta para continuar vivendo. Entenderam? É bem fácil ver isso na área de emissão de gases. Então, na realidade, a sociedade está emitindo duas vezes mais CO_2 por ano do que está sendo absorvido pelas florestas e oceanos no mundo.

Como disse, é uma consequência de uma lenta tomada de decisão. Há 20 anos, quando da reunião no Rio, em 1992, decidimos fazer algo quanto ao nosso Planeta. Continuamos conversando, e – vocês podem confirmar no gráfico – o aumento da emissão CO_2 tem sido muito maior do que em 1992. Então, certamente, nós não estamos resolvendo o problema.

Esse é o histórico das minhas pesquisas. Sempre pergunto, apesar dessa situação toda, a humanidade não está escutando os alertas? Estamos falando desde 1972, falando, falando, falando. O que vai acontecer nos próximos 40 anos? Basicamente, estou apresentando, no livro, o que acredito vai acontecer nos próximos 40 anos. É um estudo baseado em dados históricos dos últimos 40 anos. Eu tenho uma base de dados muito grande, muitas informações que podem ser encontradas na Internet, há *websites*, como o www2052, lá estão todas as estatísticas nas quais acredito.

Divido o mundo em cinco regiões: os Estados Unidos são uma região; a China; temos os BRISE, ou seja, as 14 economias emergentes, incluindo o Brasil, que é o terceiro, eles alcançaram o mundo industrial fora dos Estados Unidos – isso que significa OECD; e o resto do mundo que são os países mais pobres. Eu fiz uma previsão para cada uma dessas cinco regiões, separadamente. Trata-se apenas de um resumo do que vai acontecer nessas cinco regiões.

Eu sempre repito porque isso é muito importante. O que eu apresento nesse livro é a minha previsão, não aquilo que eu quero que aconteça, mas o que penso que vai acontecer.

Como vocês podem ver, o mundo vai alcançar um número muito grande de destruição, e vamos criar um futuro não muito bom para os nossos netos. Poderíamos ter um futuro melhor, se nós tivemos tomado decisões certas nos últimos 40 anos.

Rapidamente, vou falar sobre as essências da previsão, para que vocês entendam um pouco. Vou mostrar alguns gráficos.

Na parte esquerda, temos o gráfico da história e, na parte direita, temos o futuro.

Os gráficos estão ali só para impressioná-los, para mostrar que há precisão quantitativa atrás disso. Isso não é só o que estou pensando, mas são dados reais.

Se olharem para o gráfico, prestem atenção na curva vermelha. Olhem apenas para a vermelha. Eu comecei com a previsão de população. Eu acredito que a população do mundo vai atingir o pico oito bilhões de pessoas em 2040. Esse é um nível muito mais baixo do que outras previsões de população e a razão para isso é que penso que as mulheres do mundo vão querer ter menos crianças do que esperamos. Isso está ligado à urbanização. Hoje em dia, não faz muito sentido para as pessoas ter muitas crianças. Então, no futuro, elas vão ter menos.

Pelo lado econômico, eu previ que o PIB global vai continuar a crescer nos próximos 40 anos, mas muito mais devagar do que as pessoas estão esperando ou planejando. A razão para isso é que a economia madura, as economias industriais no mundo todo estão abordando uma limitação nessa produtividade. Não seremos capazes de aumentar a produção de serviços, serviços sociais, de saúde, como fazíamos no passado nas áreas de manufatura e de agricultura.

Então, os Estados Unidos e outros países vão atingir essa plataforma. Por isso, vamos ter um crescimento mais desacelerado nos próximos 40 anos e não vamos conseguir acompanhar o sucesso da China, como também realizar a decolagem econômica desses outros países. Consequentemente, eles só vão ter um crescimento econômico normal e vão continuar pobres em 2050.

Aqui, temos, mostrado pela linha vermelha, o PIB global, que atingirá uma plataforma no meio do século e depois vai diminuir.

Certa vez, fiz uma previsão quanto ao uso total da energia no mundo. Essa previsão vai atingir um pico em 2040 e o uso total de energia no mundo atingirá esse pico bem aqui. Uma das razões para isso é que o PIB não está crescendo muito rápido e porque a eficiência da energia na economia vai continuar, como também os avanços tecnológicos nessa era.

Uma vez que sei quanto à energia, é muito fácil calcular o consumo, a emissão de CO_2 no futuro.

Este gráfico aqui mostra que quanto às emissões de CO_2 no mundo, vamos atingir um pico em 2030. Vocês podem observar, no gráfico, que as emissões de CO_2 vão voltar aos níveis normais apenas em 2050. Então, vocês não verão o tipo de futuro que estão tentando atingir na Rio+20 com relação ao clima.

Estamos esperando cortar essa emissão de gases, principalmente de CO_2, mas a minha previsão é a de que vocês não vão cortar nada. Vocês estão planejando, planejando, mas não vão cortar nada.

Em 2020, haverá um declínio. Aí, em 2070, teremos emissões menores. Então, a razão dessas emissões atingirem o pico é porque vamos ser bem-sucedidos na introdução de energias renováveis. Vamos conseguir usar energias renováveis.

Ali, na linha vermelha, temos as emissões de CO_2. Eu mostrei isso para os meus amigos nos Estados Unidos e pedi a eles que perguntassem aos especialistas que tipo de temperatura teremos se a minha previsão de emissão de CO_2 estiver correta. Eles disseram que teremos mais dois graus Celsius em 2020. Em 2028, será mais dois, também. Mais dois, três graus significa que vamos ultrapassar esse limite em 2050 e estaremos em um ambiente diferenciado que, na realidade, levará a nossa sociedade a mudanças climáticas. Essa é razão básica.

Estou dizendo que as coisas ficarão bem nos próximos 40 anos, mas ao custo de uma catástrofe para os nossos netos.

Essa previsão é muito boa no curto prazo, mas ruim no longo prazo. É importante saber que, basicamente, há vários tipos de cenários, sobre os quais conversamos em 1972; e um que é bem provável hoje é o da poluição.

Se compararmos isso com o nosso livro de 1972, vamos verificar que isso, talvez, tenha sido atrasado por 10 anos, mas, mais ou menos, há um cenário de poluição do qual falamos 40 anos atrás.

Então, não se trata de uma crise de recursos, uma crise de alimentos, uma crise energética, ou uma crise de água, mas apenas uma crise climática, porque a humanidade não consegue controlar os gases que provocam o efeito estufa.

Em resumo, estou falando basicamente que o mundo, no meu livro, em 2052, estará embarcando em uma viagem em direção à catástrofe climática. Nós teremos diferenças regionais muito grandes. Eu vou ilustrar e isso pode ser ilustrado de várias formas.

Aqui temos um gráfico que mostra a renda média das pessoas pelo mundo. Vou dar um exemplo.

Olhem para a curva da China. Notem que aqui é o que se leva para casa. Na China, isso aumenta muito o lixo deles. Essa é média do lixo, que vai aumentar muito. A China estará muito bem, porque o governo deles é capaz de tomar decisões rápidas, de forma a beneficiar a maioria dos chineses.

Agora, observem a curva dos Estados Unidos. Podemos ver que a renda, nos Estados Unidos, na minha previsão, será diminuída, nos próximos 40 anos. Isso significa que os trabalhadores em Detroit não vão ter aumento nos próximos 40 anos. Portanto, eles terão menos poder aquisitivo. A razão principalmente disso não é porque os Estados Unidos estão faltando com alguma coisa, mas porque eles não estão pagando suas dívidas, não estão recebendo aumento e não conseguem tomar uma decisão rápida. Então, eles agem assim para que o governo fique pequeno, quando a necessidade para os próximos 40 anos é a de um governo maior. Os americanos terão dificuldade com relação a isso.

Os países que fazem para do OECD estão, na curva verde, um pouco melhor do que os Estados Unidos, quanto à tomada de decisão. Prestem atenção na linha amarela, onde temos o resto do mundo. Eles dobraram sua renda nos últimos anos e vão continuar, então, dobrando nos próximos 40 anos. Vejam que as pessoas pobres estão bem embaixo no gráfico.

Então, é uma presunção de uma previsão. É disso que eu estou falando: são presunções. Essa a melhor ideia que eu tenho. Torná-la consistente tomou muito do meu tempo, mas eu acredito que os avanços tecnológicos vão continuar com taxas bem satisfatórias, e a sociedade precisa continuar a investir em tecnologia da forma que investia no passado.

Eu acho que a tomada de decisão em diferentes regiões do mundo será feita da mesma forma que é feita hoje em dia. Isso significa que teremos tomadas de decisão democráticas e decisões da sociedade capitalista. Em algum momento, elas serão modificadas por governos mais fortes, só modificadas. Mas haverá nações buscando seus interesses no curto prazo, usando a democracia e o capitalismo.

A minha precisão não se limita a negócios, porque há algo muito importante que acontecerá nos próximos 40 anos. A sociedade vai encontrar muitos problemas que não temos ou não tivemos no passado. A sociedade global vai se deparar com falta de recursos. Haverá problemas de poluição, mudanças climáticas. Vamos ter perda de diversidade, uma distribuição de renda muito desigual. São problemas com os quais a humanidade vai se deparar. Eles vão tentar resolver isso, mas quando estiverem imersos em investimentos. Eles tentarão investir nisso. Quando eles ficam com medo, investem. Quando não temos óleo natural, tenta-se fazer óleo sintético. Então, investe-se nisso. Na realidade, tenta-se investir em plataformas na Alemanha, por exemplo, em equipamentos para captar energia solar e tentar usar tudo isso no futuro.

Em essência, essa parte da economia, que não é consumista, é investimento para um futuro melhor. Tradicionalmente, hoje ela representa um quarto da econômica, mas aumentará nos próximos 40 anos, porque a sociedade, antecipadamente, mas também de maneira forçada, vai aumentar os investimentos. Então, por exemplo, vamos gastar mais dinheiro tentando desenvolver energias renováveis – isso é voluntário. Investimentos planejados são bons, mas precisamos reparar essa destruição causada pelos furacões. Para tanto, precisamos aumentar os investimentos.

É isso que a linha vermelha está mostrando. Essa linha tem alguns efeitos. O primeiro deles é: quando a sociedade mais investe, teremos mais soluções e, assim, haverá alguns avanços tecnológicos e isso vai levar a um avanço. Segundo, o poder do homem, o dinheiro destinado a investimentos não poderá ser usado na produção de alimento e na produção de bens de consumo. Portanto, haverá menor renda e menor consumo.

Do ponto de vista empregatício, isso não importa. Basicamente, significa que as pessoas estão mudando. Ao invés de fabricar carros que usem combustível fóssil, fabricam carros elétricos. Ao invés de usar energia, usam moinhos. Ao invés de ficar nas filas dos postos para abastecer seu carro com gasolina, usarão o fio de cobre para a distribuição da eletricidade. Isso significa mudança de comportamento, mudança de um serviço. Estão transferindo o problema do setor climático para setores verdes. Isso está sendo feito e afeta 1% a 2% da população. É isso que penso.

De qualquer forma, entretanto, essa mudança não vai acontecer tão rápido quanto pensamos, e a razão para isso é que estamos tentando mudar a sociedade com tomadas de decisões baratas para tomadas de decisão de longo tempo, mais caras. O que é necessário é fazer com que instrumentos mais baratos, moinhos, caros painéis solares não estão acontecendo sozinhos. O Estado precisa se envolver nessas tomadas de decisão e nesses subsídios por meio de legislações e, como disse antes, o governo não é controlado pelos eleitores, porque eles estão mais preocupados com o consumo no curto prazo e mais barato, quando o governo, na minha opinião, deveria ser mais forte.

Um exemplo concreto é o de que se deve saber que a Alemanha não dispunha de energia obtida de moinhos ou de painéis solares há 10 anos, mas o Par-

lamento alemão decidiu que deveriam mudar e não continuar dependentes do gás russo, da energia vinda da Rússia. Eles decidiram construir painéis solares e moinhos e determinaram que 13% da energia consumida devem ser obtidos desses recursos renováveis, apesar de ser três vezes mais caro do que aqueles recursos obtidos não renováveis.

Basicamente, nós vamos investir naquilo que a sociedade precisa. Nós não vamos investir no que é lucrativo. Isso é modificar o capitalismo, na verdade, vamos controlar os investimentos.

Em resumo, para que eu possa finalizar, o que estou dizendo, basicamente, é que o mundo vai encarar outros problemas nos próximos 40 anos. O mundo verá amplamente que os problemas são urgentes e vai tentar investir depois que o problema já está presente e vai fazer isso lentamente que o problema climático não será adiado.

Na verdade, na segunda metade deste século, a crise no clima – mostramos isso no gráfico –, resulta em áreas que não podem conviver com a insegurança dos oceanos, como Bangladesh, por exemplo. Lá já existem disputas por recursos hídricos e a economia mundial cria um contraste rápido devido à falta de produção. Atrás disso, a razão principal é o imediatismo, o fato de as decisões democráticas serem burocráticas. Nós sabemos quais são os problemas e quais são as soluções, mas o problema é que se toma muito tempo para haver concordância na implementação.

Uma vez que os eleitores querem uma vida melhor para seus filhos e netos e quando a sociedade capitalista vê que as novas soluções mais lucrativas, no futuro, duas coisas que vão tomar tempo e essas são as raízes do problema. É difícil corrigir isso. Não é fácil fazer com que os eleitores pensem em longo prazo. Parece que é impossível o sistema capitalista pensar em termos amplos. É claro que tentamos mudar a legislação ao redor do capitalismo, mas algo bom também é que isso se torna lucrativo. Claro, é preciso apoio popular. A maioria dos países europeus tem tentado aumentar o preço da eletricidade e da gasolina para ajudar as companhias que desenvolvem tecnologias benéficas para o meio ambiente, mas as pessoas não querem o preço da eletricidade muito elevado. Eles não querem isso. Acho que isso também está acontecendo aqui no Brasil.

Então, o lado ruim é que o atual sistema de democracia capitalista que temos não é capaz de lidar com esse tipo de situação que estamos tendo hoje. Ironicamente, a China centralizadora será a nação que solucionará esse problema climático para nós. Então, enquanto estamos só discutindo, os chineses estão colocando a mão na massa.

Essa é a história. Então, em vez de falarem para mim os pontos fracos, gostaria de falar os meus pontos francos e defender-me dos pontos críticos.

Com relação aos pontos críticos de minha previsão, as pessoas dizem que a crise no clima vai ocorrer além de 2028. Eles dizem que a razão pela qual a minha previsão é muito otimista em curto prazo é porque previ que a população será menor e a economia também será menor. A maioria das pessoas acha que haverá muito mais pessoas, inclusive mais pessoas ricas e, consequentemente, a pegada ecológica será mais forte. Mas a minha resposta é bem simples. Eu acho que estou certo quando fiz a previsão de que o número de filhos vai cair muito mais rápido nos próximos anos, mais do que as pessoas acreditam. Eu ilustrei isto para os países europeus mais ricos. No outro gráfico, temos outro ponto. Nele vocês vão ver como a produtividade, o crescimento dessa produtividade nas maiores economias do mundo aconteceu nos últimos 60 anos. Vocês não gostam de um crescimento de 1% por ano? Vou falar que vamos estagnar. Então, tenho a certeza de que a pegada humana será muito menor nos próximos 40 anos, mais do que as pessoas imaginam. Consequentemente, a crise no clima será adiada.

Uma segunda crítica do meu trabalho é que a maioria das pessoas pensa que vamos ter uma crise relacionada a alimento muito antes disso ou então que não teremos mais água, que a Terra vai sofrer erosão ou que teremos problemas sérios na agricultura. Novamente, a minha resposta para isso é a mesma. Eu não acho que haverá muitas pessoas e também não acho que elas serão muito ricas. Consequetemente, a necessidade de comida não vai crescer tanto como a maioria das pessoas pensa.

Essa é uma forma gentil de dizer que vamos ter muita fome em 2020. Vamos ter, não estou falando que não teremos. Há países pobres no mundo e eles não vão crescer economicamente. A capacidade deles de comprar alimentos será limitada, consequentemente, eles vão continuar pobres e com fome. O que é importante é que isso não ocorre devido à limitação da habilidade do mundo em produzir alimentos. O mundo pode produzir muito mais alimentos do que produz hoje em dia e muito mais vai produzir em 2050, mas a razão dele não fazer isso é que não haverá mais poder aquisitivo. Então, na realidade, não haverá quem possa pagar para o produtor cultivar aquele alimento.

Isso já foi discutido anteriormente. O mundo vai produzir alimentos suficientes para cobrir a demanda, mas não para cobrir as necessidades, para acabar com a fome.

Finalmente, há uma crítica ao meu trabalho porque a maioria das pessoas pensa que não vamos ter

muito combustível, que os preços serão muito altos e que isso vai acontecer muito rápido. Eu não concordo.

Olhem aqui, esta é a minha previsão de quanto de gás, de carvão vamos precisar etc. A diferença principal da minha para a previsão das outras pessoas é que eu acho que o consumo total de energia no mundo, em 2040, vai ser um pouco diferente. Vocês podem ver que o uso de óleo ficará constante antes de declinar e vai declinar não porque não haja petróleo no solo, mas porque as energias renováveis estão tomando a frente. Os recursos renováveis não são apenas aqueles que saem do solo. O petróleo está *onshore*, em águas bem rasas e sua concentração está aumentado. Então, não se encontra em águas mais profundas, mas em águas rasas. Fora do Brasil, nos próximos 20 anos, é isso que se vai achar. Já nos próximos 20 anos, nós vamos alcançar esse pico de petróleo convencional. Isso vai completar a curva vermelha no meu gráfico. Por isso, haverá esse declínio.

Então, o que vai acontecer? O gás vai substituir o carvão nos próximos 30 anos e a energia nuclear será transferida para a China. Então, basicamente ela estará basicamente no mundo ocidental e será transferida, ficará na China.

Este é o núcleo mais difícil da minha previsão. O livro é muito grande, tem 400 páginas e trata de tudo, lida com tudo, desde viver na cidade e divide isso com a União Europeia, fala também de responsabilidade social, sobre o papel do computador, de programas, da vida virtual, da sociedade conectada. O livro trata de vários tópicos muito interessantes com relação a esse núcleo de coisas que eu estou explicitando para vocês. Vocês não interessados em população ou economia, vocês podem ler outras páginas do meu livro, que são mais leves, há um pouco de estudo social.

Finalmente, o que fazer. Tenho três eslaides sobre o que fazer e passar por eles rapidamente.

Primeiro, aumentar a governança global é o aspecto mais importante. Eu deveria começar dizendo que, apesar de ser... Na realidade, a minha previsão é pessimista. A nossa sociedade está tentando caminhar, mas, para os nossos netos, a previsão é muito ruim. Então, temos de fazer um esforço extra nisso.

Acho que o começo é tentar ficar conscientes quanto às fraquezas da democracia e do capitalismo, quanto à natureza, em curto prazo, dessas instituições e tentar fazer algo em relação ao que vai ligar essas instituições. Temos de tentar isso.

O segundo aspecto, quando trato do que fazer para aumentar a governança global, é quanto a aumentar a vontade do eleitor de sacrificar um pouco de sua vida em prol de seus netos. Isso é muito difícil. A forma mais fácil é tentar vender soluções em longo prazo, porque há benefícios em curto prazo. Se se quer introduzir carros elétricos, porque emitem menos CO_2, devemos lembrar que isso será bom para os netos. Nós utilizaremos esse veículo porque o ar ficará mais limpo, melhora, em curto prazo, nas cidades. Os carros elétricos têm vantagens em curto e longo prazo.

Basicamente, tem-se que dar mais ênfase ao curto prazo. Tem-se que tentar promover uma governança supranacional. Para contar com esse imediatismo, a nação terá de colocar isso em posição de destaque, para tentar ajudar a contar com essa tendência.

Em resumo, basicamente, tenta-se ganhar algum controle da sociedade nesses fluxos de investimento. Esse fluxo não é direcionado só pelo lucro, mas, na realidade, é influenciado pela necessidade da sociedade. Então, lembro o caso alemão.

A Alemanha é um país muito importante. Lá, eles acordaram em ter uma energia mais cara do que eles tinham.

O meu próximo eslaide diz respeito ao que fazer para reduzir a pegada humana.

Essas são coisas básicas e simples. A primeira delas é ter menos crianças. Isso, praticamente, em um mundo mais rico. O consumo das crianças indianas é dez ou vinte vezes maior. As crianças ricas são a minha preocupação, porque elas consomem dez a vinte vezes mais.

É preciso tentar reduzir a pegada ecológica, a poluição gerada por cada pessoa. É algo muito fácil de começar. Como eu vou começar a fazer isso? Tentando reduzir o consumo de carvão, petróleo e gás, tudo aquilo que emite CO_2.

Imaginem que eu sou rico. Somos ricos porque produzimos muito petróleo. E o que fazemos com ele? Vendemos. Moralmente, essa situação é inaceitável, mas nos mantém ricos e as pessoas ficam felizes queimando seus combustíveis. Não estamos seguindo o nosso próprio conselho, porque continuamos agindo dessa maneira.

A terceira recomendação é que, basicamente, o mundo rico tem de construir de sistema de carbono com níveis mais baixos, ou seja, construir fazendas que utilizem placas solares, moinhos. No mundo, o país em desenvolvimento tem de investir. Os mais ricos têm de investir. Todo o mundo tem de tentar se envolver nessa questão, quando se está tentando desenvolver a economia.

Finalmente, tentar criar instituições globais que possam agir rapidamente, para que se possa ter uma perspectiva no longo prazo e que ajude nesse processo todo.

Depois de dito tudo isso, isso significa, tipicamente, que precisamos de um governo mais forte, de

instituições supranacionais, e a maioria das nações, a maioria dos eleitores não quer um governo mais forte e uma instituição supranacionais, isto é, um conselho de consultoria, mas é apenas um conselho e é impossível implementá-lo.

Uma vez que estou aqui no Brasil, fiz um eslaide. O que o Brasil deve fazer? Com o meu conhecimento bem limitado do Brasil, há quatro coisas a fazer. A primeira delas é decidir a ser líder global em proteção florestal.

Vocês têm florestas tropicais, grandes florestas e vocês devem mostrar o modo como a humanidade tem que usar, dar uma destinação certa para as florestas. Nós, estúpidos, na América do Norte, devastamos as nossas florestas. Os americanos cortaram suas árvores nos anos passados. Essa foi uma coisa muito estúpida, mas eles fizeram isso. É claro que hoje estamos tentando cuidar das florestas que restaram, mas, no passado, derrubamos.

Então, temos de desenvolver soluções. Estamos querendo pagar para vocês para US$500 mil por ano para ajudar na proteção das florestas e manter a nossa parte, para que possamos ter áreas de proteção.

Como segundo ponto, penso que vocês poderiam assegurar a sustentabilidade da agricultura brasileira. Vocês têm um superpoder em relação à agricultura, têm de tentar usar esse *status* de superpoder para mostrar como a produção agrícola pode ser feita de uma forma mais sustentável, sem agredir o solo, sem degradar o solo, sem devastar as florestas.

No futuro, não haverá grandes demandas por alimento, porque a maioria das pessoas não terá dinheiro para comprar. É importante pensar que, no futuro, o mercado vai demandar por alimentos de melhor qualidade. Então, acho que essa é a direção que vocês têm de seguir com relação à agricultura.

Em terceiro lugar, vou voltar ao assunto tratado inicialmente, o bioetanol. É preciso impulsionar a produção da cana-de-açúcar e do bioetanol.

No meu livro, os biocombustíveis não serão a solução do futuro, como o Senador Cristovam colocou. Não há muita terra no mundo para produzir quantidade suficiente de biocombustíveis para abastecer todos os carros do mundo, mas eles serão a solução para o total de 10%. O transporte público vai ser muito importante também. Os carros elétricos serão uma solução muito mais importante e vamos converter eletricidade para os carros. Essa vai ser uma parte essencial dessa solução. Mas, dos biocombustíveis existentes, a cana-de-açúcar, que é o bioetanol, o álcool como vocês chamam, é a melhor e vocês estão em condições de produzir isso de uma forma bem decente, bem sustentável e isso deve ser impulsionado.

Basicamente, vocês devem brigar pelos consumidores da Europa e dos Estados Unidos que tentam manter esse biocombustível fora do seu território e usam outros tipos de combustíveis que americanos ou europeus estão produzindo.

Finalmente, eu tenho aqui em minha lista: promover uma nova arquitetura para a redução de gás em relação ao clima global. Esse é o meu conselho para vocês para a reunião da Rio+20. O que o Brasil tem de fazer em relação a essa reunião? Vocês têm de liderar isto aqui. O G-7 tem de ser convencido a fazer isso. Os economistas têm de pensar nesse tópico. Para a Rio+20, vocês devem levar a afirmação que tem de ser impulsionada pelo Brasil e pelos colegas. O que vocês devem falar, o que devem afirmar? Primeiro, que cada ser humano no Planeta Terra tem o direito de emitir a mesma quantidade de CO_2 por ano. Então, há o direito humano de emitir certa quantia, em toneladas, de CO_2, por pessoa, por ano. Essa quantia deve ser igual para todo o mundo.

Em segunda lugar, o Brasil deve lembrar, na Rio+20, que as economias emergentes do mundo estão se comprometendo em não aumentar a emissão de gases por pessoas do que os Estados Unidos. As economias emergentes estão se comprometendo a fazer isso. Então, vocês têm de fazer essas duas afirmações. É claro que não vamos cortar do nada o nosso CO_2, mas temos de pensar nisso, pensar na emissão *per capita* e essa emissão tem de ser menor que a dos Estados Unidos. Isso chama para responsabilidade as pessoas. As pessoas ricas têm de ter a responsabilidade de diminuir a emissão de CO_2 por pessoa em seu país, enquanto vocês aumentam a emissão de vocês. Então, quando a nossa emissão atingir o mesmo nível, as duas têm de declinar juntas.

Isso significa que o mundo rico tem de desenvolver tecnologias e atitudes necessárias para viver bem e com uma emissão de gás pequena. Então, em 20 anos a emissão de vocês será igual à nossa e, com toda aquela tecnologia, poderá acontecer o declínio.

Eu acho que essa é uma plataforma muito interessante. Sei que isso já foi dito nos corredores, em outras reuniões, em outros momentos, mas é muito importante colocar isso como assunto principal na Rio+20. As expectativas são imensas com relação ao que vai acontecer nesse evento quanto à emissão de gases. Então, esse assunto deve ser considerado.

Mais uma vez, lembro a vocês que tudo que eu fiz foi uma previsão. Eu não gosto do que vi, mas disse a vocês o que fiz. Há muito trabalho que pode e deve ser feito. Se Deus quiser – vamos dizer assim –, a minha previsão vai ser provada em 2052.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não sei se haverá perguntas, mas eu gostaria de colocar algumas para iniciar o debate.

A primeira delas é: como podemos reorientar essa produção, diminuindo, sem prejudicar a parte mais pobre da população? Como a reorientação pode ser feita sem sacrificar nenhum dos produtos de que a população pobre precisa, basicamente, alimentação, água, esgoto e outros serviços, supondo que a solução vai exigir uma redução do consumo e do crescimento?

A segunda pergunta: como mudar a lógica política em um Planeta que raciocina com base no curto prazo e no local? O senhor mesmo falou, em certo momento, que qualquer mudança ou reorientação vai precisar de perspectiva planetária. Em seu último eslaide, já mostrou a necessidade de instrumentos internacionais mais fortes.

Outra pergunta: quanto à substituição de combustíveis fósseis por combustíveis limpos, tipo eólico e solar, virá pelo esgotamento dos fósseis? O senhor disse que não. O senhor disse que vamos poder substituir o combustível fóssil antes mesmo de ele se esgotar. Mas como vamos conseguir fazer essa substituição antes do esgotamento? Será por uma questão de redução do preço dos combustíveis alternativos ou será por medidas compulsórias, decisões internacionais, por exemplo, de produzir automóveis baseados na gasolina proveniente do petróleo? Proibir o consumo dos combustíveis que produzem dióxido de carbono, da mesma maneira que hoje produzimos algumas drogas.

Gostaria de saber qual a sua opinião sobre a criação de um tribunal internacional para julgar os crimes do desenvolvimento. O senhor lembra, da nossa geração, do Tribunal Bertrand Russell, que julgava os crimes da Guerra do Vietnã, era um tribunal moral. Não era um tribunal como o de Haia, que é capaz de condenar as pessoas penalmente, mas um tribunal capaz de emitir penas morais.

Finalmente, uma curiosidade. Eu preciso dizer aqui que o professor Jorgen fez uma viagem de 30 horas antes de vir para cá, de Oslo para Bonito, para visirar o Pantanal. Isso mostra o fascínio dele pela vida tropical.

Eu queria perguntar se o senhor acha que esse aumento de temperatura que previu de um grau e meio é capaz de desarticular o equilíbrio da diversidade natural em Bonito. Ou se estamos protegidos com o aumento de 1,5%, 2% ou até 3%.

Essas são as peguntas.

Passo a palavra ao professor Heitor Gurgulino de Souza, para que faça suas considerações e perguntas.

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Na verdade, acho que as perguntas feitas pelo Senador Cristovam foram excelentes, mas o Dr. Jorgen mencionou algo que talvez poucos dos brasileiros sabem. A Noruega, depois da Rio-92, tem feito um programa de cooperação com o Brasil, principalmente na área da Amazônia. Ele mencionou uma cifra importante: US$500 milhões por ano. Gostaria que ele falasse um pouco mais sobre isso, para que os nossos conterrâneos soubessem mais a respeito.

O SR. JØRGEN RANDERS (Tradução simultânea.) – Muito obrigado pelas perguntas tão interessantes.

Com isso, vou falar, pelo menos, por mais 60 minutos para responder a essas perguntas.

Como eu posso reduzir sem prejudicar os mais pobres? Na realidade, temos duas perguntas.

Então, isso aí são duas perguntas, na realidade. Eu não estou falando sobre reduzir. Eu estou falando sobre o mundo, que está tentando expandir, mas não consegue se gerenciar. Então, não é uma redução ativa. Na realidade, é como a economia da União Europeia. Eles estão tentando muito crescer, a todo e qualquer custo, mas eles não podem fazer isso. Então, a redução não é isso.

Então, como você faz isso, essa redução, sem prejudicar os mais pobres? Uma coisa maravilhosa que aprendi com você, durante o nosso almoço, é que você implementou a melhor solução para o Brasil. Vocês já fizeram isso. Eu fiquei supersurpreso com a forma com que vocês resolveram o problema dos pobres: é dar dinheiro. Basicamente, é transferir o dinheiro de outras pessoas para os pobres. Então, pronto. Essa é a solução. É uma solução supersimples e, na maioria das sociedades, isso não funciona, porque a elite é tão forte, oposta a qualquer tipo de esquemas de redistribuição, como nos Estados Unidos, que isso não pode ser feito. Mas é claro que, se você tem uma sociedade que é capaz de fazer esse tipo de decisão, é uma solução superfácil. Para produzir, você tem que dar para as pessoas mais dinheiro para que elas saiam desse problema. E é isso.

Cumprimento vocês por esse sistema de salário mínimo, que é uma solução muito boa. Mas, nas outras sociedades, que não são tão inteligentes para fazer essas soluções tão inteligentes, o sistema de racionamento é o que está sendo usado. Por exemplo, na África do Sul, basicamente, a eletricidade, os primeiros litros de gás estão sendo racionados. Então, quilowatt está sendo racionado. Você tem que comprar uma quantidade certa. Se você precisa de mais, você tem que ir para outros lugares. Você vai deixar, então, o mercado trabalhar com esse excesso de consumo. É simplesmente racionar. É o bom e velho modelo de racionamento.

É outra forma de fazer isso, mas o sistema de vocês é muito, muito melhor e muito mais simples.

Acho que é dessa forma que eu faria, mas sem prejudicar os pobres. E a implicação desse sistema é que a maioria das mudanças que aconteceram nos últimos 40 anos e que vão acontecer nos próximos vai incomodar os pobres mais do que vão me incomodar, entendeu? Então, vocês estão certos de dizer que isso é um problema que precisa de atenção, mas a solução é o que vocês já estão fazendo.

Como mudar a lógica política? Foi a segunda pergunta. Basicamente, eu concordo que não temos que introduzir ditadura. Isso venderia muito bem na América do Sul. Então, não estou sugerindo isso para vocês, introduzir ditadura, ok? Mas o que estou querendo falar é para aumentar o período de eleição para os políticos. No nosso país, a gente tem a cada quatro anos. Então, você poderia ter uma eleição a cada 15 anos. Pelo menos eles poderiam ter algum tempo para implementar essas decisões que estão sendo tomadas. É uma forma de fazer isso. É claro que ninguém, na sua sã consciência, vai votar em ter um período de 15 anos de mandato, mas é uma coisa que talvez pudesse ajudar.

E uma coisa muito interessante, uma solução, é o seguinte: talvez vocês tenham problema de remuneração dos gerentes das grandes corporações, porque eles têm grandes salários, têm grandes benefícios para fazer um trabalho normal. Vocês têm que falar para os chefes, os CFO da Petrobras, que os fundos deles, os FGTS estão limitados às ações da empresa, ou seja, eles não vão ter direito a nada, apenas às ações da Petrobras. Então, acaba tudo, acaba previdência social, acaba tudo. Então, em 20 anos, tudo o que eles vão ter será as ações da Petrobras. É claro que isso vai fazer com que eles fiquem muito interessados em tornar a Petrobras uma empresa sustentável, que tenha valor nos últimos 20, 30 anos, porque eles vão ter essas ações.

A última pergunta foi mais para o lado político. Quando o Sr. Obama estava tentando fazer os americanos concordarem com as novas políticas sobre clima, na realidade, ele sugeriu, ele foi aconselhado pelo Senador Al Gore a construir moinhos para produzir eletricidade, eletricidade renovável, que poderia ser usada por carros elétricos feitos por Detroit. Então, basicamente, ele decidiu construir moinhos naquela região de fazenda, porque os fazendeiros iriam ficar supersatisfeitos, e instruir as empresas de carro a produzir carros elétricos. Isso foi o que ele disse. E há uma razão para fazer isso. Qual? Nós precisamos proteger o clima, pensando nos nossos netos. É claro que isso foi um plano de dez anos, que iria reduzir a dependência do petróleo das arábias nos últimos dez anos. O que eles deveriam ter feito, na realidade? Eles deveriam ter dito assim: meus caros americanos, nós não gostamos de depender dos reinos bem antigos das arábias para o futuro dos nossos carros. Nós gostaríamos de ser independentes. Vocês não acham? Eu tenho um plano no curto prazo para energia ou para independência do petróleo dessas pessoas chatas de quem não queremos mais comprar petróleo. Esse é o plano. Nós vamos construir moinhos nas fazendas – isso vai ocupar os fazendeiros – e, sim, vamos investir dinheiro em Detroit para movimentar o mercado. E Detroit vai fazer carros elétricos em vez de fazer carros à gasolina que eles fazem. Em dez anos, estaremos independentes. Então, esse era o ideal. É claro que isso aqui é só uma política que eles estavam tentando implementar, que é implantar os moinhos e instruir Detroit a construir os carros elétricos. Isso aí só está sendo discutido por enquanto. A ideia é tentar conseguir argumentos no curto prazo e esquecer os benefícios de longo prazo, porque as pessoas não estão interessadas em longo prazo. Então, isso aqui é como eu tentaria mudar a lógica política. Não é fácil. Provavelmente, não é tão impossível assim, mas é a única forma que consigo pensar no momento.

Instituições supranacionais é a mesma coisa. Seria maravilhoso se a humanidade pudesse construir um estabelecimento de um painel com relação às mudanças climáticas. Os Painéis Intergovernamentais de Mudanças Climáticas (IPCC) foram estabelecidos em 1999 para serem a fonte de verdade nos assuntos climáticos. Então, a gente fez isso. A gente delegou para esses órgãos para dizer o que era certo, o que era errado com relação às ciências climáticas. E não seria impossível pensar que nações independentes poderiam delegar mais uma tarefa para o IPCC, ou seja, a tarefa de aconselhar governos nacionais com relação a políticas de energia, porque os países ricos já fizeram isso no OCDE, que é uma instituição supranacional que aconselha os ministros financeiros nos países com relação às políticas macroeconômicas, o que é bom. Então, isso poderia ser feito para o IPCC, e chamo de IPCC-2.

E, no mundo das fantasias, a humanidade estaria no passo três, porque ela daria dinheiro para o IPCC-2, ou seja, você tem o IPCC-2, que não sabe apenas o que é certo ou errado. Ele não fala apenas para o governo o que fazer, mas, na realidade, ele faz para o governo. Então, você iria dar o dinheiro para as viagens internacionais, taxas com relação a isso ou, então, taxas de transações financeiras. Pegue todo esse dinheiro e dê ao IPCC, e usa esse dinheiro para ir para os melhores locais e construir os moinhos e também

painéis solares. O IPCC iria para outros lugares, como para Detroit para desenvolver carros elétricos etc. Isso o que é? É um sonho, uma ideia das instituições supranacionais.

Na realidade, não é uma coisa totalmente inacessível. É claro, há alguns obstáculos no caminho para isso, mas os europeus têm sido capazes, pelo menos nos últimos 50 anos, de trabalhar com isso na União Europeia, com essas instituições supranacionais, que estão colocando pressão nos membros dos Estados.

Então, a gente está aí com o nosso velho e bom otimismo. A gente deve trabalhar com isso. Isso não é muito a realidade; esse é o tipo de coisa que uma pessoa deve fazer.

Você perguntou também como a energia renovável irá entrar nesse cenário, porque a gente ainda tem aço, tem carvão, tem muitos tipos de gás que ainda estão sendo produzidos. Eu penso em duas coisas, quando se fala nisso. A primeira é que a energia solar é eletricidade solar. O que irá acontecer com ela? Ela será competitiva. Então, nós temos aqui novamente o capitalismo, o nosso maldito capitalismo tomando conta de tudo! Eles não vão querer construir os painéis solares, eles ainda vão pensar nas utilidades baseadas no carvão. Então, aqui há algo que, talvez, possa ajudar.

Em outra área, a humanidade está trabalhando muito duro para tentar colocar um preço em emissão de carbono. Alguns países têm aplicado taxas a essa emissão. Então, tenta-se fazer o carvão se tornar mais caro – e a gasolina também –, para que as pessoas comecem a usar a competição contra os próprios recursos. Está-se indo para a direção certa. E nós vamos ter o preço do carbono na Europa, que vai ser, mais ou menos, de US$20.00 a US$30.00, por tonelada, em 2020. Não é o suficiente para fazer carros elétricos competitivos, mas é claro que isso ajuda! É claro que a indústria está preocupada. Eles não querem construir utilidades nucleares na Europa e nos Estados Unidos também não. Basicamente, não é porque não é competitivo; eles estão começando a ficar preocupados com a ideia de que os políticos vão se tornar bem-sucedidos com isso, colocando um preço.

Finalmente, acho que uma coisa que funciona bem é a legislação. As coisas que mais funcionaram na Europa são as requisições dos padrões de emissão dos carros. Então, a União Europeia decidiu que neste ano os carros estão emitindo mais CO_2 por quilômetro; em 2020, eles têm de estar naquele nível. Você pode desenhar uma linha e tem de segui-la; se você quer vender carros nos mercados europeus, você tem de estar nessa linha de emissão. E isso está funcionando de uma forma fantástica! Em cinco anos, as emissões dos carros da União Europeia diminuíram em 30%. Então, é uma vitória enorme para esse tipo de legislação.

É claro que há o problema de que a indústria automobilística está totalmente contra isso, e isso não é porque eles devem ser, mas por causa da tradição. Então, não importa, desde que elas estejam no mercado, tenham as mesmas condições e isso não impacte na lucratividade. Então, elas são antigos, elas são tradicionais e não querem ser incomodados com relação à nova tecnologia. A União Europeia falou: "É dessa forma que vai ser", e os americanos, finalmente, estão tentando entrar nesse modelo. Em 2025, acho, os americanos terão carros que poderiam ser vendidos na China neste momento. Atualmente é impossível vender um carro americano na China, porque os padrões chineses são muito mais altos do que os americanos.

Outro assunto de que você falou foi o Tribunal Internacional de Crimes. Com relação a crimes ambientais, eu chamaria de Tribunal de Justiça entre Países. No meu livro tem alguma coisa a esse respeito. A maioria das pessoas mais velhas – da minha idade – que teve o privilégio de ser rica assumiu que a geração mais jovem irá pagar o fundo de pensão. Na Europa, eles assumiram que vão receber de volta todas as dívidas nacionais. Espera-se que isso aconteça. Mas, o que irá acontecer? A nova geração, de hoje, não consegue comprar a casa em que os idosos estão vivendo. Então, a surpresa é muito grande. Os jovens hoje perguntam: "Por que nós temos de pagar os fundos de pensão para você? Primeiro, você não está doente; segundo, você pode trabalhar; terceiro, você já é rico; quarto, você tem uma vida superboa." Eles perguntam: "Por que a gente tem de repagar para vocês a dívida nacional que foi acumulada, gasta pelos nossos pais? Olha lá o Mercedes que ele não consegue pagar! Por que eu devo fazer isso?" Não há nenhuma razão, à exceção da lei. É uma obrigação que você coloca; senão, essas coisas irão desaparecer. Isso eu escrevi antes de os gregos fazerem as coisas que eles estão fazendo. Ele vai ao ponto de falar: "A gente não vai pagar nada dessa dívida de volta". Se isso é ruim para a elite, imagine...

Eu acho que isso será uma coisa de uma justiça intergeracional. Isso é muito importante. Qual é o nosso direito? Em algum tempo, o nosso mundo vai lá criar tudo isso na última parte do século, em qualquer parte do sistema, baseado na moral. Então, a única coisa do capitalismo é o senso, é desenvolver para esse tipo de sistema e permitir que isso aconteça. Ok. Acho que vocês irão ter alguma coisa, mas isso vai demorar um pouco.

É muito interessante falar sobre isso, pensar como seria simples para a Europa resolver o problema da Grécia. Seria muito fácil: a Europa teria só de imprimir

€3 milhões, conseguir o dinheiro no mercado e dar para os gregos, para os portugueses, para os espanhóis. É isso que eles teriam de fazer no nível nacional. E esses países usariam o dinheiro para pagar os bancos que emprestaram dinheiro. Pronto! Estaria tudo resolvido. Mas o único problema é que haveria uma onda inflacionária na Europa. Imaginem todo esse dinheiro! Mas, quando se olha para a dívida, para o dinheiro, haverá uma inflação.

Mas, é claro, os pobres não vão se importar com isso ou o pessoal da classe média. Isso não acontece. O que acontece? É o pessoal da elite que se importa com isso. Então, isso não vai acontecer. Mas é interessante a solução brasileira do salário mínimo que você propôs. Isso resolveria um pouco o problema da Europa, se eles tivessem o mesmo tipo de política que vocês e também a coragem de fazer isso. Isso não vai ser feito, porque eles odeiam tudo ao redor, o pessoal da Grécia, todos. Isso está em alguma página que eu escrevi doze meses antes de acontecer a crise na Grécia.

Ele perguntou se Bonito vai ser afetado com relação aos três graus. Os naturalistas, em Bonito, me disseram que hoje em dia não estão conseguindo prever as chuvas como eles faziam no passado. Eu sei sobre o meu país; então, não posso responder em relação a Bonito. Eu sei te dar um pouco mais de detalhes. Na minha terra, mais dois graus, seria uma catástrofe. Nós já temos esses dois graus a mais. Então, o que eu posso dizer? É uma catástrofe! Eu moro em uma parte do mundo que fica, mais ou menos, a 16 graus para o lado norte. É bem ali. Vocês podem olhar no mapa. Então, isso é 60 graus para o norte, é a mesma coisa que o Alasca; e, da Sibéria, 60 graus.

Então, as pessoas inteligentes iriam morar nesse tipo de lugar. Eu venho dessa região aqui, bem ao norte, e a única razão pela qual você poderia dizer "Eu moro lá" é porque é escuro. Isso significa que é escuro desde a manhã, à tarde e à noite. Está escuro desde fevereiro. Isso ocorre porque nós temos essa natureza bonita, essa visão bonita, e a gente também pode esquiar lá. Podemos fazer esqui, fazer tudo isso nos finais de semana.

Nós temos a mudança de clima. Dois graus são suficientes para diminuir o inverno de quatro meses para dois meses. Então, no quadro, nós ficamos no escuro, sem nada para fazer. E, somente em março, podemos esquiar. Isso é uma mudança dramática.

E, quando se viaja pelo mundo – e eu viajo bastante e conheço a natureza em todos os lugares – e se conversa com as pessoas que estão trabalhando na natureza, nas fazendas, elas vão contar suas histórias. Mais dois graus é muita coisa! Na Noruega, lá em cima, em geral, a temperatura é de 14 graus Celsius, abaixo do normal. Ou seja, o gelo está derretendo muito rápido, o que é ruim.

Então, não conheço Bonito.

Finalmente, no campo das florestas, a Noruega tem a competência e a sorte de ser um país dirigido por um governo forte e que vem fazendo políticas há muito tempo para regular os recursos não renováveis. Há 14 anos, o governo tinha que controlar isso e o governo tinha todas as ferramentas para que 80% dos lucros do petróleo fossem do Estado; 50% eram para as companhias internacionais que, inicialmente, foram para lá, e o resto, para nós. Os americanos, claro, reclamaram bastante. Nesse ponto, eles falaram: "Bem, o dinheiro do petróleo é de vocês." Catorze anos mais tarde, aconteceu que esse dinheiro foi desviado para investimentos divididos para energias renováveis: 14% ao ano do total.

Essa foi uma decisão do parlamento muitos anos antes de o dinheiro chegar. Isso significa que, neste momento, nós temos 2% de todas as ações em todos os mercados internacionais, em países do mundo inteiro. Isso é uma coisa em que você não acredita, mas que é parte de um grande sistema, é o que está na pauta de justiça. E a gente levantou a pergunta: o que fazer com esse dinheiro? Uma das ideias interessantes que surgiram foi "Por que não usar um pouco desse dinheiro para proteger as florestas tropicais?" E o parlamento decidiu que nós iríamos usar não 5 milhões, mas 500 milhões por ano, ou seja, bilhões para proteger essas florestas, amplamente no Brasil e na Indonésia, sob a condição – o Parlamento decidiu – de definir métodos, segundo os quais US$500 milhões desses fundos noruegueses iriam para essas áreas atingidas, sem nenhum tipo de corrupção. Estamos, nos últimos cinco anos, pensando nas formas de fazer isso. Não é muito fácil fazer isso; é muito difícil pensar em tudo isso. O dinheiro está lá; ele está só esperando a metodologia certa para usá-lo. As negociações estão sendo feitas. Eu não sei o que pode ser feito neste País e a mesma coisa com relação à Indonésia, mas eles estão pensando na forma de usar esse dinheiro, o que é um desafio muito interessante.

Então, o que eu devo falar, só para terminar? Eu sou uma pessoa idosa e passei muito tempo trabalhando no mundo real, na área de negócios, na área de sociedade. Essa é a razão pela qual eu tenho essas atitudes que apresentei para vocês. Naquele tempo, a gente era muito jovem e inexperiente. A nossa questão era certa, porém a gente pensava: "Como a gente pode fazer o mundo sobreviver em anos para frente?" A gente acreditava em soluções que eram muito difíceis de serem implementadas. Agora estou 40 anos mais velho e estou tentando encontrar soluções que possam ser implementadas. E é muito mais difícil, uma vez que o

problema básico, na realidade, está dentro do ser humano. Como consequência, é uma disposição genética do indivíduo. A gente criou instituições em volta, criou o capitalismo, criou a democracia. É um desafio muito difícil. Consegue-se uma solução e não é difícil: não vai custar muito; é de 1% a 2% da renda das pessoas. Isso resolveria o problema, mas é muito difícil resolver o seu desafio, porque ele está focado na política.

Muito obrigado pela sua atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós queremos agradecer muito que tenha vindo de Oslo, de tão longe, como o senhor mostrou no mapa, até aqui para nos falar.

Eu queria, nestes poucos minutos que temos antes de terminar a transmissão, dizer da minha alegria e do meu entusiasmo ao saber que o senhor, aos 25 anos, antes dos 30, trabalhou no grupo de 10 pessoas que elaboraram o documento que alertou o mundo para a tragédia que viria. Naquele momento, era quase impossível imaginar aquilo, porque vivíamos um tempo de muito otimismo sobre o futuro. Passados 40 anos, o senhor poderia estar hoje dizendo "Eu avisei. Os meus cálculos foram certos. Nós previmos.", e se acomodar. Ao invés disso, o senhor continua na luta e escreve outro livro sobre os próximos 40 anos. Esse é um gesto de um humanista que tem a visão crítica sem perder o otimismo, que tem a racionalidade sem perder o sentimento e, além disso, que fica em uma militância tão forte de rodar o mundo, levando as suas ideias, os seus pensamentos, os seus alertas e as suas esperanças e, como o senhor mesmo disse, os seus sonhos.

Ainda bem que há pessoas capazes de pensar e de sonhar ao mesmo tempo. O senhor é uma dessas pessoas.

Muito obrigado, professor Jorgen Randers. *(Palmas.)*

O SR. JORGEN RANDERS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO TREZE DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinqüenta e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Wilder Morais, Fernando Collor, Gim, Blairo Maggi, Marco Antônio Costa, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, João Costa e Sérgio Petecão**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificaram ausência os Senadores **Walter Pinheiro e Sérgio Souza**. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1601/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão que trata de relatório de auditoria operacional sobre o setor hidroviário brasileiro. Em cumprimento ao Ato nº 3, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o referido Aviso do TCU será encaminhado à Consultoria Legislativa, para análise e sugestão. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da **PAUTA: ITEM 1 – OFICIO "S" Nº 23, de 2012,** de autoria da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo (SP), que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o demonstrativo de impacto orçamentário sobre sua Receita Corrente Líquida relativo à Parceria Público-Privada." A Presidente concede a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o Relatório. Usou a palavra o Senador José Pimentel. Aprovado o Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2008,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências." Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, de 2012,** de autoria do Senador Jorge Viana, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo." A Presidente concede a palavra ao Senador Marco Antônio Costa para proferir o Relatório. Usaram a palavra os Senadores José Pimentel e João Costa. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados

parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiada a votação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC." Adiada a votação. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 51, DE 2012,** de autoria do Senador João Capiberibe, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública em conjunto com as seguintes comissões: Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – em aditamento ao Requerimento nº 64/12, para discutir as condições de mercado do transporte aéreo brasileiro, a compra da empresa aérea Webjet pela Gol e a demissão de 850 funcionários da Webjet logo após a conclusão da negociação, bem como o valor das passagens aéreas, conforme noticiado no 28/11/2012 pelo Jornal Correio Braziliense: ..."uma viagem de Brasília para Fortaleza ou Natal entre os dias 26 de dezembro e 2 de janeiro, trechos de ida e volta, pode passar de R$ 5 mil por passageiro, sem incluir as taxas aeroportuárias. Os valores cobrados pela TAM e pela Azul nesses dois casos superam os bilhetes internacionais da capital federal para Londres e Paris, entre R$ 4,3 mil e R$ 4,7 mil, e são quase o dobro da média cobrada no trajeto para Buenos Aires." Para discorrer sobre esses e outros assuntos correlatos, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC); 2. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da Gol; 3. Marcelo Guaranys – presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); 4. Vinícios Marques de Carvalho – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; 5. Presidente do sindicato dos aeroviários; e 6. Presidente do sindicato dos aeronautas. Subscrito pelo Senador José Pimentel e pela Senadora Vanessa Grazziotin. A Presidente concede a palavra aos Senadores Ciro Nogueira e José Pimentel para discutirem a matéria. É acrescentado ao Requerimento os nomes dos Presidentes das companhias aéreas TAM Linhas Aéreas, Marco Antonio Bologna e Azul Trip, David Neeleman. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37º Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa ordinária, da 54ª Legislatura.

Comunicado.

Recebido o Aviso nº1601/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão que trata do relatório de auditoria operacional sobre o setor hidroviário brasileiro.

Em cumprimento ao Ato nº 03/2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o referido Aviso do TCU será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e sugestão.

Passemos à pauta da reunião.

ITEM 1
OFÍCIO "S" Nº 23, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o demonstrativo de impacto orçamentário sobre sua Receita Corrente Líquida relativo à Parceria Público-Privada.
Autoria: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo (SP)
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 23, de 2012, seu arquivamento e comunicação ao Ministério da Fazenda, o resultado da deliberação.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Ofício "S" nº 23, de 2012, o Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, submete ao Senado Federal "o demonstrativo de impacto orçamentário sobre sua Receita Corrente Líquida havida pela contratação de Parceria Público-Privada para a outorga de Sistema de Manejo e Gestão de Resíduos Sólidos, assinada em 20/06/2012."

Em anexo ao referido Ofício, consta o Termo de Contrato da referida parceria público-privada.

A matéria foi distribuída para exame desta Comissão, tendo a Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, designando-me relatora.

Análise.

O art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece, dentre as competências desta Comissão, a atribuição de opinar sobre parcerias público-privadas.

Por outro lado, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública, veda a concessão de garantia ou a realização de transferência voluntária, pela União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios que extrapolarem, no exercício anterior ou nos dez anos seguintes à contratação, o limite de 5% de suas receitas correntes líquidas com as despesas de caráter continuado decorrentes dos referidos contratos de parcerias público-privadas.

A citada lei determina, também, que os entes subnacionais que contratarem empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do limite acima referido. Incluem-se nesse limite as despesas derivadas de contratos de parceria celebrados pela administração direta e indireta, excetuando-se apenas as empresas estatais não dependentes

O Ofício em exame data de 11 de setembro de 2012 e refere-se à contratação realizada em 20 de junho de 2012.

Não obstante a comunicação posterior ao fato, ressalto, nesta análise, a seguinte informação prestada pelo Secretário Municipal: a despesa com a PPP contratada em relação a resíduos sólidos, no período de 10 anos compreendido entre os anos de 2012 e 2021, evolui de 1,03% em 2012 para 1,62% em 2015. A partir de 2016, decresce a cada ano, até atingir 0,47% em 2021.

Depreende-se que a evolução do referido comprometimento de receitas municipais encontra-se não apenas dentro dos limites legais de 5% das referidas RCL, mas ainda deixa margem para novas contratações da ordem de 3,97% em 2012, com tendência crescente para o próximo decênio, quando deve alcançar 4,53%, em 2021.

Enfatizo que até a edição da MPV nº 575, de 7 de agosto de 2012, o limite máximo permitido para o impacto de PPPs na RCL era de 3%.

Mesmo que se considerasse esse limite legal, no caso sob exame, tendo em vista que o contrato foi assinado em junho de 2012, a presente contratação estaria dentro do referido limite.

Em outras palavras, do ponto de vista substantivo, qual seja do controle exercido pelo Senado sobre a extrapolação do limite do endividamento indireto que as contratações de PPPs podem proporcionar, assim como da observância das condições para concessão de garantias e de realização de transferências voluntárias pela União, depreende-se que o Município de São Bernardo do Campo cumpre as exigências legais sobre o assunto.

De acordo com o citado Termo de Contrato de Parceria, o Município de São Bernardo do Campo promove a outorga do Sistema Integrado de Manejo e Gestão de Resíduos Sólidos no Município à concessionária SBC Valorização de Resíduos S.A., conforme a Concorrência Pública nº 10.010, de 2011, e o Processo de Contratação nº 80.097, de 2011.

Em resumo, o Município de São Bernardo do Campo presta as informações sobre o impacto da contratação da parceria público-privada em suas receitas correntes líquidas e demonstra que esse impacto está dentro dos limites legais e atende plenamente às exigências contidas no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Ante o exposto, Srª Presidente, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 23, de 2012, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, e pelo seu subsequente arquivamento, comunicando-se ao Ministério da Fazenda a presente deliberação.

É o relatório e o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, eu quero parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo parecer aqui apresentado e registrar que a Medida Provisória nº 575 já foi aprovada tanto pela Câmara como pelo Senado Federal.

Essa medida provisória tinha retornado à Câmara por conta de uma alteração que o Senado fez, mas, na terça-feira desta semana, a Câmara concluiu a votação e já mandou à sanção presidencial e lá foi mantida a vinculação de até 5% das receitas correntes líquidas. Portanto, o parecer da nobre Senadora, que foi durante a tramitação da medida provisória, não teve qualquer alteração quanto a isso. E há mais um item que o Congresso Nacional incluiu permitindo a União avalizar essas operações, ou seja, dar garantia a essas operações a partir de autorização da Secretaria do Tesouro Nacional.

O Congresso Nacional também avançou mais no sentido de contribuir para as parcerias público-privadas, que é uma das saídas para superar a falta de infraestrutura nos Municípios, nos Estados e na União.

Portanto, nós encaminhamos favoravelmente ao parecer da nossa Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu queria fazer um esclarecimento aos Srs. Senadores. Muitos dos Senadores aqui presentes têm assinado antecipadamente o livro, para que possamos agilizar os trabalhos, e isso pode deixar aos Senadores a impressão de que, de repente, nós possamos votar aqui algum requerimento, alguma matéria que não esteja na pauta. Então, eu quero tranquilizar os Srs. Senadores de que, aqui nesta Comissão, nenhuma matéria será votada sem que esteja antecipadamente na pauta por 48 horas. Os senhores podem ficar absolutamente tranquilos de que da Presidência, desta Mesa, não sairá nenhum requerimento e nenhuma matéria que não esteja antecipadamente na pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, eu quero registrar a forma correta como V. Exª tem conduzido os trabalhos desta Comissão, aliás em toda a sua vida política e como Senadora.

Nós temos tranquilidade com o processo com que V. Exª conduz as ações nessa Presidência e em outros atos que V. Exª já conduziu. Por isso, por parte da Liderança do Governo, não temos nenhuma dificuldade em colher assinaturas antes e discutir previamente a pauta, como sempre a senhora fez e os demais presidentes também, para que haja bom andamento.

Eu aprendi com nossos pares aqui do Senado Federal – e já vinha da Câmara – de que esta Casa é uma casa de entendimentos. E tudo aquilo em que se consegue fazer um consenso prévio, a proposta sai muito mais equilibrada para o Estado nacional e para a sociedade brasileira, e sua tramitação também se torna mais célere.

V. Exª é uma das pessoas que sempre contribuíram para isso. Portanto, por parte do Governo e, em especial, por parte deste Senado, é dado pleno apoio às iniciativas de V. Exª. A coleta de assinaturas prévia é necessária, já que, aqui, muitas Comissões funcionam ao mesmo tempo e que, agora, com o novo rito das medidas provisórias, a nossa agenda ficou muito mais corrida. Eu vejo o esforço das nossas Senadoras e dos nossos Senadores para ajudar a dar quórum nesse conjunto de comissões permanentes e temporárias que funcionam na Casa.

Portanto, por parte do Líder do Governo, o Senador Eduardo Braga, por parte do Líder do Governo no Congresso Nacional, não temos de fazer reparo à condução de V. Exª nesses trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Pimentel.

Passemos, então, à pauta.

O item 2 da pauta trata de decisão não terminativa. É o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que não se encontra aqui presente. Portanto, vamos adiar a votação desse item.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 214, DE 2008
– Não Terminativo -

Acrescenta §4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Inácio Arruda (substituído por *ad hoc*).

Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela rejeição.

Observações: *1) a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa;*

2) a matéria constou, também, na pauta das reuniões dos dias 28/06/2012, 05/07/2012 e 12/09/2012;

3) em 29/08/2012, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

4) em 11/10/2012, a matéria foi enviada ao gabinete do Relator ad hoc, Senador Flexa Ribeiro, para reexame.)

Vamos ao item 3 da pauta. Trata-se de decisão não terminativa.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 346, DE 2012
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Marco Antônio Costa.

Relatório: pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observação: *1) a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Marco Antônio Costa, para proferir seu relatório.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Srª Presidente, Srs. Senadores e Srª Senadora, passo, agora, à leitura do relatório do Projeto de Lei apresentado pelo Senador Jorge Viana.

Submete-se ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 346, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, que propõe alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), visando à melhoria da segurança no trânsito para usuários de motocicletas.

Entre as alterações propostas, o PLS nº 346, de 2012, pretende atribuir aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios duas novas competências, relacionadas com a implantação de esquemas especiais de circulação viária e de controle de tráfego no âmbito de sua circunscrição, entre os quais prevê a destinação de faixa ou pista exclusiva para o tráfego de motocicletas. As competências propostas são objeto dos incisos XXII e XXIII que o Projeto acresce ao art. 24 do CTB.

A segunda alteração prevista recai sobre o dispositivo do CTB que estabelece as velocidades máximas permitidas nas diferentes classes de vias de acordo com a categoria do veículo. Pela nova redação dada pelo Projeto ao art. 61, §1º, inciso II, alínea *a*, item 1, do CTB, a velocidade máxima de 110km/h em rodovias passaria a aplicar-se apenas aos automóveis e camionetas. Em decorrência, as motocicletas teriam seu limite de velocidade automaticamente rebaixado para 80km/h, o mesmo limite previsto para o conjunto dos demais veículos, conforme estabelece, na sequência, o item 3 do citado dispositivo.

Ainda com relação às velocidades, o Projeto acrescenta novo parágrafo ao art. 61, para determinar que, em faixa ou pista destinada à circulação exclusiva de motocicletas, a velocidade máxima permitida será de 60km/h, quando se tratar de via urbana, e de 80km/h, nas vias rurais, ressalvada a possibilidade de o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via regulamentar limites mais baixos de velocidade.

No âmbito das infrações, o PLS nº 346, de 2012, propõe elevar, de leve para média, a gravidade da infração descrita no art. 184, inciso I, do CTB, segundo o qual é punido com multa o condutor que "transitar com o veículo na faixa ou pista da direita, regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo, exceto para acesso a imóveis lindeiros ou conversões à direita".

Por último, acresce ao CTB um novo artigo (art. 184-A), para caracterizar como infração grave, sujeita à penalidade de multa, o ato de transitar com motocicleta fora da faixa ou pista exclusiva reservada para circulação de veículos desse tipo, onde houver.

Na justificação que apresenta, o autor do projeto se reporta ao vertiginoso crescimento da frota nacional de motocicletas e aos níveis alarmantes a que chegaram os índices de acidentes envolvendo veículos dessa categoria.

Conforme consta do despacho de distribuição, a proposição será analisada, inicialmente, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), seguindo-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que decidirá em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria de que trata o PLS nº 346, de 2012, insere-se no campo temático das competências da CI, razão pela qual deve esta Comissão manifestar-se quanto ao mérito da proposição.

Compartilho com o autor as preocupações que motivaram a presente iniciativa. De fato, as motocicletas e seus usuários têm sido as principais vítimas da violência no trânsito.

São variadas as alterações que o PLS nº 346, de 2012, propõe no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Todas buscam minimizar os conflitos entre veículos de diferentes categorias em disputa pelo espaço viário já congestionado dos grandes corredores urbanos, situação esta que costuma potencializar os riscos de acidente.

No que diz respeito aos acréscimos propostos no art. 24 do CTB, considero que o projeto encaminha adequadamente o propósito de apoiar e estimular a implantação de esquemas especiais de circulação viária pelos órgãos de trânsito municipais, garantindo-lhes o necessário respaldo legal para iniciativas nesse sentido. Sabe-se que a adoção de medidas de gerenciamento da circulação e do tráfego urbanos – entre as quais o projeto explicita a destinação de faixas ou pistas para uso exclusivo de determinada categoria de veículos – cabe tão somente ao poder público local. Nada impede, todavia, que o projeto reforce e explicite no texto do Código de Trânsito essa competência, e o que é muito importante, Srª Presidente, sem deixar de ressaltar a importância do critério técnico que deve presidir a decisão. Ou seja, o Senador Jorge Viana, propõe a adoção dessas faixas, mas obediente sempre à questão técnica, a avaliação técnica do órgão municipal. Portanto, não é impositivo, é apenas uma condição que, frente a um estudo técnico viável, possa ser implantado nessas vias nos grandes corredores urbanos de tráfego.

Com o objetivo de aprimorar o texto constante do inciso XXIII do art. 24 do projeto sob exame, sugiro emenda apenas para incluir, além das motocicletas – que já cito no projeto –, as motonetas e ciclomotores na circulação das faixas exclusivas, e substituir a expressão "vias de grande circulação" pela expressão tecnicamente mais adequada: "vias com elevado volume de tráfego".

Ao mencionar a implantação de faixas ou pistas exclusivas para motocicletas, o projeto cria, simultaneamente, a infração correspondente, na forma do art. 184-A, que acresce ao CTB. Com isso, fica o condutor de motocicleta obrigado a se manter na faixa ou pista exclusiva a ele destinada, sob pena de cometer infração grave, punível com multa. A medida nos parece acertada, contudo, com o objetivo de aprimorar o texto, apresento emenda com o fim de ressalvar a possibilidade de trânsito fora da faixa exclusiva quando houver sinalização que permita conversões ou ultrapassagens ou na questão do acesso aos imóveis lindeiros.

Coerentemente, providência complementar prevê que seja punida com mais rigor a situação inversa, tratada no art. 184 do CTB. É o que faz o projeto ao estabelecer que incorre em infração média (e não leve, como determina o texto em vigor) o motorista que invade a "faixa ou pista da direita", destinada à circulação exclusiva de veículo de outra categoria, "exceto para acesso a imóveis lindeiros ou conversões à direita".

No campo das medidas voltadas para controle de velocidade, embora a boa intenção do nobre autor, a medida poderá trazer consequências danosas à segurança do trânsito, pois, ao limitar a velocidade de motocicleta a 80km e 60km nas vias rurais e urbanas, respectivamente, em detrimento aos demais veículos leves, o efeito será exatamente ao contrário, uma vez que a motocicleta será obrigada a circular em faixas de menor velocidade e disputar espaço com os veículos pesados e lentos, como caminhões e ônibus, aumentando o risco de acidentes graves e fatais.

É sabido que os veículos de grande porte criam imenso deslocamento de ar ao ultrapassar um veículo e, por ser a motocicleta um veículo bastante leve, esse deslocamento pode desestabilizá-la em virtude da diminuição da resistência do ar. Esse turbilhão que se forma atrás dos caminhões, ônibus e veículos leves tende a puxar a motocicleta para próximo desses veículos (efeito conhecido como vácuo), reduzindo consideravelmente o tempo de frenagem necessário em situações normais, expondo, obviamente ao perigo o motorista, o usuário da motocicleta. Essa situação potencializa em demasia a ocorrência de acidentes.

Ademais, a costumeira observação do excesso de velocidade como causa de acidentes com veículos tem como referência o desrespeito a velocidade máxima indicada para a via pública, ou seja, o que contribui para o acidente é a velocidade acima do permitido, não a velocidade estabelecida, depois de estudos aprimorados, pelos técnicos para o tráfego naquelas vias.

Portanto, proponho, para este caso, que se mantenha o limite de velocidade atualmente estabelecido do Código de Trânsito Brasileiro, a qual é fixada com base em critérios técnicos, nas condições de trânsito, e nas peculiaridades de cada via. Dessa forma, sugiro a exclusão das alterações sugeridas ao art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro, constante no art. 1º do projeto sob exame.

Por fim, verifico pequeno lapso na renumeração dos artigos do projeto, constando art. 1ª, 3º e 4º, e para sanar esse problema sugiro emenda para renumerar os artigos 3º e 4º para artigos 2º e 3º.

Por acreditar ser possível o convívio harmônico no trânsito, onde o respeito entre as diversas categorias de veículos (de maior porte com os de menor porte) deve ser alcançado com incentivo a comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários, através de campanhas de trânsito educativas, melhora na sinalização e incremento da fiscalização na busca incansável da segurança nas vias públicas, e por consequência a diminuição de acidentes e mortes, reconhecendo o mérito do PLS nº 346, de 2012, e concluo pela sua aprovação da matéria, sugerindo os ajustes já mencionados, que, salvo melhor juízo, poderão contribuir para o aperfeiçoamento da proposição.

O voto, Srª Presidente.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2012, com as emendas que sugeri nesse relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Para discutir, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidente, quero parabenizar o Senador Marco Antônio pelo excelente parecer que apresenta e, principalmente, pelo ajuste de redação que é feito para vias com elevado volume de tráfego. Isso fruto da experiência de quem já foi vereador, muito bem votado, na maior cidade do Brasil, e que conhece de perto as dificuldades do trânsito que ali existem.

E essas iniciativas aqui tomadas vêm atender, ou pelo menos minimizar uma epidemia que está acontecendo no Brasil, que são os graves acidentes de moto no trânsito brasileiro.

Eu sou de um Estado, o Ceará, em que até os nossos antigos vaqueiros e boiadeiros, que ontem utilizavam o cavalo, o burro, o animal na condução do gado, como forma de trabalho, hoje utilizam a moto nas fazendas, nas pequenas e médias propriedades.

Se nós vamos para as nossas médias cidades, que são menores que alguns bairros na cidade de São

Paulo, já existe esse grave problema de acidentes, de organização do trânsito, ou seja, essa dificuldade.

E, ao manter a velocidade, dentro dos mesmos critérios, dos veículos e das motos, evita-se outro problema: o possível engarrafamento.

Portanto, o projeto do Senador Jorge Viana é louvável, e os ajustes apresentados pelo nobre Senador Marco Antônio aprimoram esse projeto de lei.

Sendo assim, encaminhamos favoravelmente o parecer.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – As minhas ponderações estão na mesma linha das considerações do Senador Pimentel.

Eu não poderia deixar de reconhecer a importância desse projeto de autoria do Senador Jorge Viana, mas também não posso deixar de reconhecer que não existe nada tão bom que não possa ser melhorado. E o Senador Marco Antônio, com clareza e precisão, conseguiu melhorar aquilo que já era muito bom. Melhorou ainda mais o projeto e imprimiu-lhe grandeza.

O encaminhamento é no sentido da aprovação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação também as quatro emendas oferecidas pelo Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

O projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação.

Os itens 4 e 5 são projetos de lei, com decisão terminativa. Não há quórum qualificado. Vou ler o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) em 11/09/2012 o Relator encaminha novo Relatório;

2) em 31/10/2012, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

3) em 14/11/2012 a discussão foi encerrada e a votação da matéria adiada;

4) a matéria constou, também, na pauta da reunião dos dias 24 e 31/05, 28/06, 05/07, 29/08, 12/09, 17 e 31/10 e 22 e 28/11/2012.

Está suspensa a votação desse item, que passa a constituir a próxima pauta.

Item 5, com decisão também terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 68, de 2011
– Terminativo -

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo

Observações:

1) em 31/05/2011 a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ofereceu Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo);

2) em 05/07/2012 o Relator apresentou nova minuta de Parecer;

3) em 31/10/2012, sendo designado relator "ad hoc" o Senador João Capiberibe, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

4) em 14/11/2012, a discussão foi encerrada e a votação da matéria adiada;

5) a matéria constou, também, na pauta da reunião dos dias 29/08, 12/09, 17/10 e 22 e 28/11/2012.

Não havendo quórum qualificado, fica suspenso também esse item para a próxima pauta.

O item 6 da pauta é um requerimento do Senador Capiberibe. Eu pergunto ao Senador Pimentel se ele pode subscrever esse requerimento.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública em conjunto com as seguintes comissões: Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – em aditamento ao Requerimento nº 64/12, para discutir as condições de mercado do transporte aéreo brasileiro, a compra da empresa aérea Webjet pela Gol e a demissão de 850 funcionários da Webjet logo após a conclusão da negociação, bem como o valor das passagens aéreas, conforme noticiado em 28/11/2012 pelo Jornal Correio Braziliense:."uma viagem de Brasília para Fortaleza ou Natal entre os dias 26 de dezembro e 2 de janeiro, trechos de ida e volta, pode passar de R$5 mil por passageiro sem incluir as taxas aeroportuárias. Os valores cobrados pela TAM e pela Azul, nesses dois casos, superam os bilhetes internacionais da Capital Federal para Londres e Paris, entre R$4,3 mil e R$4,7 mil, e são quase o dobro da média cobrada no trajeto para Buenos Aires". Para discorrer sobre este e outros assuntos correlatos, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: Wagner Bittencourt, Ministro da Secretaria de Aviação Civil; Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente da Gol; Marcelo Guaranys, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômico e o Presidente do Sindicato dos Aeroviário; e o Presidente do Sindicato dos Aeronautas.

Autoria: Senador João Capiberibe, subscrito neste ato pelo Senador Pimentel, e Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o requerimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Eu acho mais do que oportuno esse requerimento. Acho que, em relação a todos esses fatos que estão sendo relatados, o teor deles é mais do que natural. A única coisa que eu acho mais do que necessária é que aqui está sendo convocado apenas o presidente de uma das grandes empresas. Essa não é a situação de uma empresa; é a situação da aviação nacional. Está envolvida a TAM, está envolvida a Azul, e acho que seria necessário, já que se vai convidar o presidente de uma das grandes empresas, convidar os três das três empresas. Não vejo motivo nenhum de escolher apenas uma empresa para que esteja presente a esse evento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Senador Pimentel se concorda, embora seja apenas o subscritor do requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Concordo, Srª Presidente, até porque nós fizemos um debate ontem, na CAE, sobre preços de veículos automotores. O preço, no Brasil, está em média 20% acima da tabela dos outros países. E aqui vai no mesmo sentido, porque se trata de transporte aéreo, os impactos.

Acolho a sugestão do Senador Ciro Nogueira, e vamos trazer todo o setor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu solicitaria ao Senador que formalizasse essa solicitação, e vamos, então, chamar os presidentes das três maiores companhias.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador João Durval, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Aloysio

Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e ainda, o Senador não membro da Comissão Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores, Ana Amélia, Katia Abreu e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2013/2014. O Presidente Eventual, Senador João Durval, comunica que os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente da CDR, respectivamente. Por solicitação dos membros da Comissão e entendimento com a Mesa, é dispensada a Eleição por votação nominal para que seja feita por aclamação. A Presidência proclama o resultado, empossa os eleitos e os convida para sentarem à mesa. Após as considerações iniciais do Senhor Presidente Antonio Carlos Valadares, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes, Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, João Capiberibe e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convido os Srs. Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, Presidente e Vice-Presidente da CDR no biênio 2011/2012, para comporem a Mesa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2013/2014, nos termos do disposto no art. 88, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, submeto a V. Exª, e naturalmente ao conjunto dos nossos Colegas, à Comissão de Desenvolvimento Regional, a possibilidade de escolhermos o nosso Presidente e o nosso Vice-Presidente por aclamação. Digo isso, Sr. Presidente, porque o nome do eminente Senador Antonio Carlos Valadares desponta naturalmente, com o nome do Senador Inácio Arruda, como as duas das nossas unanimidades, desafiando Nelson Rodrigues, que um dia disse que toda e qualquer unanimidade é burra. Nesta Comissão, me parece que fruto e consequência desse acordo e dessa convergência, estamos todos nós ávidos por exercermos o voto nesses dois eminentes Senadores que, seguramente, irão conduzir os trabalhos nesta importante Comissão com muito dinamismo. Portanto, é a proposta que submeto a V. Exª, naturalmente ouvindo o conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB quer se manifestar a respeito da proposta. Foi o Ricardo o autor? Então, confirmo a proposta do autor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB se une ao PMDB para aclamar os nossos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em nome da liderança do PSB, queremos manifestar a nossa alegria com o pronunciamento do PMDB e do PSDB, agradecer a presença de todos os Senadores aqui e dizer que os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda têm todos os atributos para fazer um excelente trabalho à frente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Esta é uma Comissão da maior importância. Este é um dos grandes desafios do nosso País: políticas duradouras de desenvolvimento regional que reduzam as diferenças regionais, as diferenças sociais e, ao mesmo tempo, o turismo.

Temos à frente dois grandes eventos: a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e é fundamental que o Brasil deixe um legado a partir deles. Um desses legados, certamente, é a transformação efetiva, definitiva do Brasil num grande destino turístico. Para isso precisamos ainda cumprir diversas tarefas, enfrentar diversos desafios na área de mobilidade urbana, de infraestrutura turística, de melhoria dos nossos aeroportos. Sem dúvida, esta Comissão terá um papel fundamental nesses debates nos próximos anos.

Portanto, quero aproveitar para também parabenizar o Senador Benedito de Lira pela condução dos trabalhos nos dois anos anteriores e todos os membros

desta Comissão, desejando aos Senadores Valadares e Inácio Arruda muito sucesso na condução dos trabalhos. Tenho convicção de que eles reúnem todas as condições para desenvolver um excelente trabalho à frente desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Muito obrigado a V. Exª.

Consulto os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, como os nossos colegas sugeriram, da mesma forma como foram eleitos os Presidentes da CCJ, CAS, CMA, CRA e CMMC. (*Pausa.)*

Já que todos estão de acordo, eu declaro eleitos e empossados os Senadores Antonio Carlos Valadares, como Presidente, e Inácio Arruda, como Vice-Presidente. (*Palmas*.)

Convido os Senadores eleitos para ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra, se desejarem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Foi uma satisfação estar aqui e lhe dar esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Inicialmente, convido o Vice-Presidente eleito por aclamação, Inácio Arruda, a se manifestar.

Quero agradecer a presença maciça de tantos colegas dos mais diversos partidos a esta primeira reunião, visando à eleição do Presidente e do Vice, como também a prestimosidade e a cordialidade de quantos espontaneamente resolveram aclamar o meu nome e o de Inácio Arruda como Presidente e Vice, respectivamente.

Nós sabemos da importância desta Comissão para o funcionamento do Senado Federal.

Sou do Nordeste, Inácio Arruda também é do Nordeste, e queremos transformar, como outros tantos já o fizeram, esta Comissão num ambiente de debates de projetos, visando à melhoria das nossas regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, trabalhando de forma integrada, poderão dar sustentabilidade ao desenvolvimento do nosso País.

Nosso foco será então o debate intenso para que a desigualdade regional, que ainda persiste em nosso meio, no futuro, seja apenas um registro histórico, e assim também o debate em torno das questões voltadas para o turismo. Turismo é riqueza, turismo é progresso, turismo é desenvolvimento para o nosso País. E as nossas regiões, todas elas, de norte a sul, de leste a oeste, têm muito que mostrar ao Brasil e ao mundo.

Agora, por ocasião dos eventos desportivos – a Copa das Confederações e, em seguida, a Copa do Mundo –, nós teremos a oportunidade também de mostrar a nossa potencialidade em termos turísticos. E o desenvolvimento regional naturalmente vai-se inserir nesse ambiente de visitação de pessoas que vêm do mundo inteiro para conhecer o nosso Brasil e participar ativamente dos eventos desportivos que estão sendo objeto de organização pelo Governo da União.

Senador Cícero Lucena, agradeço a sua presença.

Presidiu esta reunião, com muita competência, o Senador Benedito de Lira, do Estado de Alagoas, a quem peço para sentar ao nosso lado. Veja que está havendo uma sucessão de nordestinos presidindo esta Comissão, significando dizer que a nossa região foi bem representada, Senador Benedito. V. Exª, com o entusiasmo de sempre, com o idealismo de sempre, exerceu um grande trabalho que foi reconhecido por todos os nossos colegas, tanto que agora é Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, uma prova mais que evidente da forma cavalheiresca e progressista como dirigiu esta Comissão.

Sinto-me também muito honrado com a presença de uma Senadora sergipana, a Senadora Maria do Carmo, que lá no Estado é momentaneamente nossa adversária, com a qual tivemos sempre uma boa relação de amizade, que sempre foi sincera, em que a política jamais interferiu. E não só com ela, como também com o hoje Prefeito, ex-Governador e Ministro, João Alves Filho.

Antes de encerrar as minhas palavras, na minha gestão vice fala, passo a palavra ao nosso Inácio Arruda, do Estado do Ceará, do PCdoB, eleito para ficar ao meu lado nesta Comissão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu tenho um requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Claro. V. Exª vai encerrar.

Depois desta reunião, de forma rápida, temos um requerimento que é da maior importância. Trata-se do requerimento para que a nossa Comissão participe, ao lado da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dos debates sobre o Fundo de Participação. Quer dizer, haverá audiência pública em que participarão três Comissões, e uma delas é a nossa.

Então, logo após a nossa fala, convocaremos outra reunião, extraordinária, a fim de que possamos votar esse requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer aos colegas a votação por aclamação e dizer a V. Exª que estou aqui no posto para o trabalho, para ajudá-lo a contribuir

nesta importantíssima Comissão, que eu considero uma das mais importantes do Brasil.

Nós somos um Estado federado, com diferenças regionais substantivas. A Região só foi, digamos assim, descoberta efetivamente pelo Brasil depois da inauguração da nova Capital, o Centro-Oeste.

Nós estamos sobrevivendo numa das maiores secas do Nordeste brasileiro. Talvez, se Rachel fosse viva, escrevesse sobre a seca em "O Doze" e depois em "O Treze". Já estamos no mês de março e a situação é grave na nossa Região. A nossa sobrevivência adequada se deve à descoberta de uma nova grande Região do Brasil, o Centro-Oeste, que produz alimentos para nós e para o mundo.

A Região Norte tem suas peculiaridades; a Sul, os Pampas e companhia; o Sudeste, a indústria avançada; e o Nordeste, também suas peculiaridades, o Semiárido, é uma Região distinta, porque tem um bioma próprio, que é a Caatinga, e essa vantagem adicional, ao mesmo tempo, é prejudicial em determinadas partes do tempo, em função das estiagens prolongadas, que geram excesso de energia, o que também acarreta prejuízo. Mas nós temos a energia substantiva do sol em grande quantidade, a qual pode ser transformada em energia elétrica e, ao mesmo tempo, o vento e o turismo que se adicionam a essa presença da energia solar intensa na nossa região. Então, as vantagens de cada Região, penso, nós podemos associar a um grande projeto.

Eu digo a V. Exª que talvez esteja dirigindo a Comissão mais importante da Casa: a Comissão de Desenvolvimento Regional. É a Comissão que pensa no desenvolvimento. Não sei se há outra comissão com o nome de desenvolvimento, mas esta tem o nome de desenvolvimento. Portanto, a nossa tarefa é induzir o desenvolvimento no País.

Conte comigo, assim como eu sei que conta com todos os Srs. Senadores. Conte comigo para que a gente possa trabalhar uma grande agenda e V. Exª conduzir esta Comissão para responder os dilemas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sem esquecer a parte do turismo, que é tão importante quanto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pode ser que o Senador Benedito de Lira não consulte as notas taquigráficas desta reunião, então, eu quero agora, na presença dele, cumprimentá-lo pelo trabalho à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional, agradecer toda a acolhida, Senador Benedito, nosso Presidente nesta Comissão, inclusive pela possibilidade de fazermos um ciclo de debates sobre o desenvolvimento da região integrada do Distrito Federal, região metropolitana do Distrito Federal conhecida como Entorno.

Quando o Senador Benedito de Lira se sentou ao lado do Senador Valadares, eu vi o Rio São Francisco, o rio da integração nacional, dividindo Alagoas e Sergipe. V. Exªs representam dois Estados importantes que têm no Rio São Francisco uma grande referência cultural.

Eu quero, mais uma vez, Senador Valadares, cumprimentar V. Exª e o Senador Inácio Arruda.

O Senador Inácio Arruda foi muito feliz ao falar da importância desta Comissão. A questão do desenvolvimento regional está inserida na agenda nacional, embora ainda não tenha a importância que precisa como política pública nacional, bem como a questão do turismo. V. Exª sabe do meu compromisso com esse segmento. Eu entendo que o Brasil não está aproveitando as oportunidades como deveria com a realização desses grandes eventos. Ainda há tempo de melhorar muito no que se refere a isso, para que efetivamente nós tenhamos um legado.

Portanto, eu tenho certeza de que V. Exª, com o compromisso que tem nessa área, com a sensibilidade que tem e com o apoio do Senador Inácio Arruda, que representa um Estado também com grande potencial turístico, certamente vão dar uma contribuição imensa a este debate.

Sejam muito felizes.

Parabéns, Benedito de Lira, pela sua condução!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero só dizer da minha alegria de poder ter V. Exª, que é meu grande líder aqui no Senado Federal, e, é claro, o Senador Rodrigo dirigindo esta Comissão.

Depois, quero falar principalmente do trabalho realizado pelo Senador Benedito de Lira, mais conhecido como Biu pelos alagoanos, que marcou esta Comissão, além de com o seu bom humor, com sua capacidade de integrar todas as pautas. Nesses dois anos de trabalho que o Senador Benedito de Lira aqui conduziu, como destacou o Senador Rodrigo Rollemberg, nós tivemos oportunidade de tratar de temas de todas as Regiões do País. Nós tratamos aqui das tempestades no Rio de Janeiro; da Defesa Civil, no período em que estivemos aqui debatendo o projeto do Senador Lin-

dbergh; do Nordeste; do Banco do Nordeste; da seca; dos problemas da estiagem; do Centro-Oeste; do Sul, com questões da área da produção de arroz. E nós tivemos a oportunidade de fazer isso tendo o foco, o que é natural na discussão da integração regional, na situação do Norte e Nordeste brasileiros.

Nesse sentido, Senador Valadares, V. Exª, além de certamente poder ser um grande Presidente desta Comissão, pela liderança que já exerce no Nordeste, com tanta experiência no Senado Federal, tem como *partner*, como parceiro dessa tarefa o Senador Inácio Arruda, que também é um estudioso da nossa economia, da nossa vida nordestina, da nossa cultura. Nós vamos poder traduzir isso muito bem nesta Comissão e também toda a potencialidade do turismo para o Brasil.

Agora, por exemplo, foi divulgado o PIB brasileiro e o PIB dos Estados. A Bahia, por exemplo, teve uma grande sustentação do seu PIB, justamente como o ponto mais alto do seu PIB serviços e comércio e, dentre os serviços, o turismo. É uma luta nossa destacar o turismo desse segmento de serviços no Brasil para que nós possamos medir, de maneira objetiva, através de uma conta satélite, o potencial e o tamanho da contribuição que essa área dá à economia nacional.

Acho que tudo isso nós vamos poder fazer bem com homens que têm a capacidade de V. Exªs, a disposição de trabalho, o bom humor, o apego e o amor a nossas regiões e ao Brasil.

Eu queria dar como contribuição uma lembrança. Agora, de 18 a 21 de março, vai ser aberta a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional do Brasil, aqui em Brasília. V. Exªs já vão poder se integrar a esse processo nessa Conferência. Talvez fosse possível V. Exª, com o prestígio e a amizade que tem, trazer o Ministro antes disso, para apresentar a nós o documento que vai levar à Conferência.

Não tenho dúvida de que o prestígio de V. Exª vai nos garantir uma pauta bem profícua na nossa Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Senador Lucena, é um prazer ouvir V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente Antonio Carlos Valadares, ex-Presidente Benedito de Lira, Vice-Presidente Inácio Arruda, demais Senadores e Senadoras, quero dizer da minha satisfação de estar participando desta Comissão mais uma vez, no momento em que também me somo aos demais Senadores que me antecederam no reconhecimento da forma como foi conduzido o trabalho pelo ex-Presidente Benedito de Lira e também na renovação da confiança de como nós iremos desenvolvê-lo nestes próximos dois anos, até porque, ao olhar os que compõem esta Comissão, vemos de uma forma muito clara a predominância dos sobreviventes nordestinos no sentido de lutarmos por essa região que, sem dúvida nenhuma, é a mais sofrida, judiada e castigada do nosso País. E faço isso muito à vontade, Senador Inácio Arruda.

Quando tive o prazer de ser Ministro de Políticas Regionais do Fernando Henrique Cardoso, naquela oportunidade, eu dizia que existia um muro imaginário dividindo o Nordeste do Sudeste brasileiro. O ex-Ministro, ex-Governador e, hoje, Prefeito de Aracaju, no seu livro, cita, faz referência a essa minha expressão do muro que existia entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, que segurava o crescimento e o desenvolvimento da nossa região.

É verdade que esse muro, em parte, foi rompido, porque, no Nordeste, com a sua garra, com a sua luta, com a criatividade do nordestino, nós estamos atingindo níveis de crescimento, inclusive, acima da média nacional, mas eu tenho hoje outra preocupação, Srªs. e Srs. Senadores, que nós precisamos colocar na pauta dessa Comissão. Nós estamos criando um muro imaginário entre os Estado nordestinos. Essa é a realidade. A Paraíba, hoje, é vítima de discriminação, de falta de investimento, de obras estruturantes e de apoio para o seu desenvolvimento. Quando se fala em refinaria, já sabemos para quais Estados do Nordeste vão. Quando se fala em indústria automobilística, já sabemos para quais Estados do Nordeste elas vão. Quando se fala em porto, investimento em porto, já se sabe para onde vai no Nordeste. E a Paraíba fica a ver navio no porto seco da lamúria, do sofrimento e do descompromisso por parte do Governo Federal.

Então, sem dúvida nenhuma, esta Comissão terá um papel fundamental, não de desunião, não de disputa entre enriquecer um Estado do Nordeste e empobrecer outro, porque nós temos que ter a visão, como representantes que somos dos nossos Estados, de que somos também parte da Federação. Vamos nos unir, vamos encontrar meios de desenvolvimento, de incentivo, de estímulo, para que haja, no mínimo, equilíbrio no desenvolvimento dentro do próprio Nordeste, se não nós não teremos voz nem capacidade de cobrar o devido tratamento e o respeito por parte do Governo Federal. Daí, a minha consciência do problema, mas também a minha esperança de que nós poderemos, juntos, dar a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, amigo, Senador Lucena.

Agora, vamos ouvir o ex-Presidente, a quem tenho a honra de suceder, Benedito de Lira...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ... essa figura monumental da vida política das Alagoas. Entre nós, só existe uma divisão: o Rio São Francisco, mas, ao invés de uma divisão, o Rio São Francisco é o que nos une e nos integra cada vez mais, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – E agora melhorou, porque, atravessando o Rio São Francisco, hoje, com 50 metros, a gente já está em Sergipe, na seca.

Meu caro Presidente Valadares, meu querido Senador Arruda, representante do Estado próspero do Nordeste, que é o Ceará, meus prezados companheiros, Senadores e Senadoras, quando nós fomos designados para presidir esta Comissão, eu achei muito importante, porque se tratava da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Tivemos algumas dificuldades, no decorrer dos dois anos, por dois motivos: um, normal, que foi o processo eleitoral de 2012, quando houve uma renovação nos Municípios brasileiros; e o outro, por percalço da vida legislativa, por uma CPI que criaram e, logicamente, dava mais holofotes do que esta Comissão aqui. Só que aqui está a representatividade do Nordeste, com excepcionalidades, porque a grande maioria dos seus membros é nordestina – e com absoluta razão. Mesmo assim, pelo muito esforço que nós fizemos, foi possível cumprir fielmente com as nossas obrigações.

Eu queria aqui, Presidente, agradecer aos meus companheiros que fizeram parte desta Comissão naquela época, naquele biênio. E aqui eu cito a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Maria do Carmo. Em nome das duas, eu quero homenagear a todos os Senadores que compuseram esta Comissão e que a compõem ainda hoje.

E quero dizer que V. Exª assume uma das mais importantes Comissões, como disse o Inácio. As pessoas às vezes dizem o seguinte: "A comissão importante da Casa é a de Constituição e Justiça" – Constituição e Justiça cuida apenas da constitucionalidade das matérias –, "a Comissão de Assuntos Econômicos", e não colocam no rol das importantes comissões deste Senado Federal esta, que eu reputo a mais importante mesmo. Primeiro, porque ela cuida, ela trata dos assuntos de desenvolvimento regional, como disse o meu querido Senador da Paraíba, grande Cícero Lucena.

Na verdade, Cícero, nós temos, o Brasil, aliás, tem um débito impagável com o Nordeste. Eu tenho dito isso, V. Exª e outros Senadores do Nordeste, todos temos cantado essa música. E não fica fora o Norte. Este País teve uma política que me parece equivocada. Os investimentos maiores de toda a época foram no Sudeste e Sul. Norte e Nordeste sempre foram os filhos órfãos desta Nação, infelizmente.

O nosso Nordeste, por exemplo, tem o que o Sul e o Sudeste não têm. Nós temos as melhores praias do Brasil e eu às vezes digo do mundo, porque eu já fiz algumas viagens, Capiberibe, ao Caribe e a Cancun. O que se vê lá? Eu cheguei ao Caribe, por exemplo, não andei dez metros e encontrei morro de pedra na praia. Eu digo: é isso que vocês chamam de Caribe, é isso que vocês chamam de praia linda, maravilhosa? Vá ao Nordeste. Podem andar dois, três quilômetros mar adentro e não vai haver um grão de pedra maior que você sinta no pé.

Infelizmente, o Brasil faz o seguinte, como dissemos há poucos instantes: eu participei, Capiberibe, do lançamento de uma pedra fundamental para levar uma indústria de cimento para o meu Estado, investimento da ordem de R$250 milhões, para gerar 60 empregos – é isso que a indústria faz, essa indústria pesada... O Governo tem agido com muita paternidade para com a indústria de automóveis. Para quê? Para preservar o emprego. E não faz investimento maciço no turismo, que é quem gera emprego rápido. Com um custo desse tamanho, fazem investimento, dão aqueles incentivos, como tem feito o Governo com a indústria branca e a indústria automobilística, de bilhões e bilhões de reais, enquanto lutamos muito aqui para que nós pudéssemos ter flexibilidade com relação ao combustível de avião, para aumentar os voos para o Nordeste. Foi uma luta terrível, sabe, Senadora Lídice da Mata?

Então, eu queria dizer ao nobre Senador Valadares que V. Exª é um privilegiado político do Nordeste. Primeiro, porque tem, como dizem alguns companheiros meus, visibilidade nacional. Depois, já passou por uma comissão importante como esta e precisa apenas que haja – também agora aqui eu faço uma observação e aí por motivações diversas – uma presença maior dos nossos companheiros que fazem parte da Comissão.

Com todas as dificuldades que nós enfrentamos, Valadares, nós tivemos a oportunidade de fazer 105 reuniões ordinárias para tratar aqui dos mais diversos assuntos. Proposições apresentadas aqui por todos os Srs. Senadores perfizeram um total de 194.

Então, eu espero que V. Exª dobre esse número, por uma razão muito simples: cada um de nós está consciente de que precisa fazer mais pela região nordestina.

Há um projeto da Comissão, foi apresentado aqui, para viabilizar, por exemplo, os Estados mais pobres. Nós temos dificuldade de mostrar ao Brasil o que tem Alagoas, o que tem Sergipe, o que tem a Paraíba, a Bahia – com menor intensidade, porque a Bahia faz

parte do calendário de cultura e turismo do Brasil e do mundo –, o Piauí. Mas nós apresentamos aqui um projeto de consenso na Comissão, e eu gostaria que V. Exª continuasse cobrando, exatamente para instituir um programa, um horário para vender o turismo nacional. Muitas vezes eu não sei o que há lá no Amapá. Sabe por quê? Porque eu não conheço. É preciso motivar as pessoas a irem ao Amapá. O Amapá deve ter coisas extraordinárias, lindas, que a natureza lhe proporcionou.

Não foi feito aqui um projeto de lei para que partidos políticos possam usar vinte minutos de televisão? Partidos políticos muitas vezes chegam na tela e nem sabem o que dizer – nós temos partidos políticos, temos siglas de aluguel, infelizmente. Mas é a legislação brasileira que assim permite. E agora estão criando mais não sei quantos. Já temos 35 e vamos para 50. Para quê? Para que se possa ter, na verdade, essas posições e amanhã possam dizer: "Quanto vale a sua sigla? Quanto é para coligar comigo?" Assim têm feito muitos partidos políticos, infelizmente. As pessoas não gostam de dizer isso, mas eu digo. Eu sou político e gosto de fazer essas observações.

O Cícero Lucena disse algo absolutamente verdadeiro. Já bastam as discriminações com as Regiões Norte e Nordeste, em relação às outras Regiões desenvolvidas do Brasil. Não podemos criar esse tipo de posicionamento nas Regiões.

Então, eu queria que V. Exª tocasse esse projeto que trata de vender o turismo nacional, de Sergipe, do Ceará, do Amapá, de Alagoas, da Bahia enfim. Com quanto tempo? Seis minutos, se a memória não me falha, na televisão, para que possamos todos, igualitariamente, ter essa visibilidade nacional. Aí nós poderemos aumentar o turismo por exemplo.

Pois bem. Outra coisa, meu caro Presidente, que V. Exª vai encontrar, tocar... Não tenho a menor dúvida de que vai ter sucesso na condução dessa Comissão. Nós estaremos aqui para ajudá-lo. V. Exª tem aqui os Senadores mais interessados pelas suas regiões.

Eu queria, nesta oportunidade, cumprimentá-lo e dizer que estou muito feliz por ser substituído, eu e o seu colega lá de Sergipe, o Eduardo Amorim, que foi meu Vice-Presidente. Aqui nós temos essa figura extraordinária, o Inácio, que o ajudará nesta Comissão.

Para encerrar, queria dizer da minha alegria, da minha satisfação. Vou continuar aqui, ajudando V. Exª e brigando por essas ações para o Nordeste brasileiro, para o Norte e o Nordeste.

Esta é uma Comissão nacional, nós precisamos trabalhar nessa direção, mas ela tem um fim específico: ajudar a desenvolver as Regiões Nordeste e Norte.

Tivemos algumas subcomissões, fizemos algumas visitas a alguns Estados, como Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. Outros não foi possível visitar por conta da dificuldade de calendário. A Senadora Lídice teve muito interesse em levar para a Bahia, mas sempre houve alguns desencontros.

Pois bem. Eu tenho certeza absoluta de que esta Comissão vai fazer um trabalho extraordinário, numa sinergia com o pessoal que faz o *trade* turístico nacional, que foi muito importante, Valadares, uma troca de informações. Eles estavam sempre presentes.

Eu queria dizer a todos o meu muito obrigado e transmitir a certeza de que juntos vamos continuar brigando para desenvolver o grande pedaço de terra deste Brasil que é o Nordeste brasileiro. Eu tenho dito em muitas oportunidades, sem nenhum demérito, tampouco para criar dificuldade para os meus colegas do Nordeste, nas minhas manifestações, que o meu Estado, Alagoas, é o melhor pedaço de terra do Nordeste. O melhor pedaço de terra do Nordeste tem 250 quilômetros de praias, norte e sul, as mais bonitas do Brasil, e não faço nenhum comentário com relação aos demais Estados daquela Região, que também são abençoados por Deus pela maravilha das praias. Tenho tido oportunidade de ver isso.

Vamos continuar trabalhando. Amanhã, por exemplo, farei...

O meu Estado, muitas vezes, as pessoas, vendo o pior, dizem que é o mais agressivo do Brasil – reparem, que coisa feia dizer que um Estado desse tamanho é o mais agressivo do Brasil! É o Estado que tem o pior índice de educação, é verdade. É o Estado que também tem o pior índice social, é verdade. Por quê? Porque, na verdade, infelizmente, não mereceu a atenção do Governo central.

Agora mesmo estamos passando por muitas dificuldades com essa terrível seca. Valadares, pelo levantamento que temos, há cem anos não há uma seca igual a essa. Dizimou tudo. Os animais não têm um pé de grama para comer. Infelizmente, pequenos proprietários que tinham cinquenta, cem reses hoje ficam apenas com a lembrança da cabeça de um dos bezerros que ele botou na parede e toda hora que olham para lá choram. Perderam tudo, infelizmente. Mas foi por falta de aviso? Não. A mesma coisa acontece em relação aos desastres ecológicos. Todo ano há desastre ecológico neste País. Onde? Ninguém sabe. Infelizmente não existe uma política de prevenção.

Política de prevenção faz parte também desta Comissão, porque está ligada ao Ministério da Integração Nacional.

Companheiros, muito obrigado.

Para encerrar, Presidente, quero agradecer ao pessoal de apoio na pessoa da Selma. Verão que o pessoal que dá apoio a esta Comissão é da melhor qualidade; são responsáveis, competentes, diligentes e, ao mesmo tempo, parceiros.

Parabéns, meu querido Senador Valadares!

Parabéns, Inácio!

Que Deus ilumine a todos para que possam fazer...

Eu não tenho o menor ciúme. Ciúme de homem é uma coisa terrível! Se V. Exªs fizerem dez vezes mais do que nós, eu estarei vibrando, porque foram, na verdade, competentes para isso. Não há ciúme de nossa parte, não é isso, Wellington? Não é isso, Lídice?

Quero desejar boa sorte, muito trabalho, muita atenção. Botem a máquina para moer! E podem contar comigo e com os companheiros que acompanham esta Comissão para ajudar a moer esta máquina, para ver se esse povo olha para o Nordeste pelo menos antes de dormir ou num pesadelo. Que se lembrem de nós!

Muito obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, esse foi o verdadeiro desabafo de um nordestino, de um homem que trabalha, passou por esta Comissão, deu seu exemplo e, certamente, agora, na Comissão de Agricultura, vai continuar esse trabalho monumental em favor do Brasil.

Quero registrar a presença aqui do nosso Líder do Bloco, Senador Wellington Dias, que tanto trabalhou na articulação política, visando consenso na escolha não só dos dirigentes desta Comissão, como de todas as Comissões, um trabalho hercúleo, próprio de alguém que se dedica diariamente a manifestar seu apoio aos seus colegas, aos seus companheiros, sem fazer nenhuma distinção, nenhuma discriminação ou preconceito. V. Exª agiu como um verdadeiro Líder ao lado de tantos outros que também colaboraram para que este momento estivesse acontecendo, a exemplo do Senador Eunício Oliveira, do PMDB.

Vários Partidos compõem esta Comissão, como o Partido dos Trabalhadores, o PSD, o PMDB, o PDT, o PSB, o PP, o PSDB, o DEM, o PSC, o PSD, o PCdoB, o PR e o PTB. Seja com membros permanentes ou com suplentes, esses são os Partidos que, através das suas lideranças, fizeram esta composição que resultou no voto de aclamação de todos os seus integrantes.

Sinto-me muito honrado com essa indicação, ao lado do Senador Inácio Arruda. Nós conhecemos o Senador Inácio Arruda, um entusiasta pelo desenvolvimento regional. Tenho certeza absoluta de que eu contarei com o seu apoio, o seu beneplácito e a sua solidariedade em todas as horas, nas lutas que iremos empreender, que serão tantas, durante estes próximos dois anos.

Eu encerro esta presente reunião, convocando… Mas, antes de encerrar, nós vamos votar apenas dois requerimentos.

Antes de encerrar, concedo a palavra ao Líder do Bloco do Partido dos Trabalhadores, PSB e demais Partidos, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Meu Presidente, Senador Valadares; meu companheiro e Vice-Presidente, Inácio Arruda; meu querido amigo de longas caminhadas, Benedito de Lira – o Biu de Lira, como é conhecido na sua terra –, primeiro, eu devo dizer da honra que tive, com muitos dos companheiros aqui, de partilhar da gestão encabeçada pelo Senador Benedito de Lira e pelo Senador Eduardo, e reconhecer a importância do seu trabalho, desta Comissão, e a produção, como foi dito aqui, que foi trabalhada.

Da mesma forma, meu querido Presidente, estou dizendo que há duas Comissões em que estou como titular, pelos afazeres da Liderança, mas escolhi – fiz questão – a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Educação, espontaneamente. Aqui, tive o privilégio de trabalhar; e estarei acompanhando a Comissão de Agricultura, com o maior prazer.

Quero lhe dizer que nós criamos aqui um grupo de trabalho – e eu acho que deve continuar – que trata da pauta do Pacto Federativo. Esse trabalho começou com agendas, ouvindo Governadores, Prefeitos, Governo, lideranças dos trabalhadores, do comércio, da indústria; fez um roteiro de viagens pelo Brasil, inclusive pelo nosso querido Estado de Sergipe, e, daí, trouxemos para o Congresso Nacional uma pauta que está começando a dar resultado.

Ainda hoje, nós vamos votar aqui – eu espero – a última etapa dos vetos dos *royalties* do pré-sal, uma matéria que foi amplamente debatida a partir também da força desta Comissão.

O tema do comércio eletrônico, que não estava na Ordem do Dia do Congresso Nacional, veio para a Ordem do Dia; já aprovamos aqui; aguarda a votação na Câmara.

Da guerra dos portos, dos importados, também tratamos. Eu me lembro do debate que tivemos em Pernambuco sobre esse tema, com a presença, inclusive, de representante do Fórum de Secretários. Hoje é uma legislação que entrou em vigor a partir deste ano, está certo?

Nós temos aí, na pauta do dia 19, a votação do Fundo de Participação. Dia 26 vai entrar a votação do ICMS.

E o que eu quero dizer com isso? É uma Comissão que influenciou em temas importantes, e acho que

a gente deve prosseguir, Presidente. Acho, aliás, que há um tema que esta Comissão, a Comissão de Desenvolvimento, trata especificamente, o turismo, mas o faz como manda a Constituição, a partir do foco regional. Nós temos – como Base do Governo, de modo muito forte, mas também como oposição – de trabalhar, Senador Capiberibe, a necessidade de que se perceba que houve uma grande mudança no Brasil. E não há mais sentido em ter os parâmetros, por exemplo, de cumprimento de meta fiscal que a gente tinha dez anos atrás, com o Brasil tendo de fazer poupança – houve uma redução do que paga de encargos da dívida – num momento em que o País precisa de muitos investimentos, sendo o indutor do desenvolvimento.

Quanto à discussão das regras dos fundos de pensão – que amarram os fundos de pensão –, no passado, o governo fazia essas regras, porque praticamente forçava os fundos a comprar títulos do governo. Hoje não há essa necessidade. Com o risco Brasil lá em baixo, aumenta a possibilidade de a gente não precisar disso, e trazer esse dinheiro para investimento.

Então, cito exemplos como esses e também o projeto que a gente vai ter de cobrar da Câmara para votação da redução dos encargos da dívida. E vou além: a gente deve poder abrir condições de os Estados e Municípios terem maiores possibilidades de investimentos. Por exemplo, lá atrás, o Presidente Lula, discutindo com os prefeitos, aceitou tirar um ponto percentual da União para repassar para os Municípios, porque é pago em dezembro. Por que a gente não trata do outro um por cento para ser pago no mês de julho, que é um mês em que as receitas caem?

Então, eu cito temas como esses, e o faço como Líder do Partido da Presidenta da República e do Bloco, para dizer que eu espero que a gente tenha, em 2013/2014, uma pauta pensando no Brasil, pensando no crescimento. E a comissão do Congresso Nacional para tratar deste tema é esta: a Comissão de Desenvolvimento Regional. E fico feliz em vê-la sob a Presidência de uma Liderança experiente, respeitada nacionalmente, que é o nosso querido Senador Valadares e o nosso querido Senador Inácio Arruda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, meu Líder.

Com a palavra V.Exª, Senador Ruben Figueiró – vem de Figueiredo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, que presidirão esta Comissão a partir desta reunião; Senador Benedito de Lira, eu queria dizer a V.Exªs e a todos os membros desta Comissão que eu folgo muito estar aqui. Foi uma opção minha. A Liderança do meu Partido não me indicou para tal, mas eu acredito que acertei na escolha, porque, ao ouvir V.Exªs, representantes do Nordeste brasileiro e do Norte, chego à conclusão da importância desta Comissão e do que as outras regiões do País podem fazer em solidariedade a V.Exªs, sobretudo, a região que represento.

Eu quero dizer a V.Exªs que eu também estou aqui para ser grato ao Norte e ao Nordeste. Permito-me recordar – eu acredito que o Senador Valadares e o Senador Benedito de Lira foram Constituintes de 88 – que, naquela ocasião, eu ofereci uma emenda no sentido de contemplar o Centro-Oeste com 1% do Fundo de Participação, e encontrei uma resistência muito grande por parte do Sudeste. E me vali de um Deputado do Piauí, se não me falha a memória, era o José Carlos Dias, que se solidarizou com meu trabalho solitário e reuniu o Norte e o Nordeste para prestigiar a minha emenda, que foi vitoriosa. Hoje, o Centro-Oeste conta com 1%. Nas discussões anteriores, eram o Norte e o Nordeste com 2%; e agora foi acrescentado 1% para o Centro-Oeste.

Em razão disso, o Senado acaba de aprovar – já passara pela Câmara – o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. É uma decorrência daquele trabalho e eu me orgulho muito de ter participado desse processo. E venho agora agradecer ao Norte e ao Nordeste. V.Exªs podem estar certos de que, pela minha modesta palavra, eu lutarei para que as reivindicações justíssimas do Norte e do Nordeste sejam consagradas.

Quero dizer ao Senador Benedito de Lira que eu também sou ufano da minha terra. Não sou igual ao Afonso Celso, mas tenho orgulho de defender a minha região. Nós temos problemas seriíssimos, não tão sérios quanto os de V.Exªs, mas eu procurarei defendê-la e tenho a convicção de que V.Exªs darão o seu valioso apoio às pretensões que trarei para cá.

Quero cumprimentar o Presidente e o Vice-Presidente, Senadores Antonio Carlos e Inácio Arruda, e os demais membros desta Comissão. Fiquem certos da minha solidariedade inarredável às reivindicações do Norte e do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Como V.Exª, Senador Wellington, o Senador Ruben Figueiró tem um passado, e demonstrou neste depoimento, voltado para o desenvolvimento regional. Então, a sua presença aqui, Senador Ruben Figueiró, é um incentivo, é um estímulo para que não só a sua Região, como as demais possam continuar crescendo e participando desse processo de integração nacional, já que o desenvolvimento deve ser igual para todos. A sua Região tem dado um demonstrativo, ao longo dos anos, de que é produtiva, de que está

construindo, com muita eficiência, principalmente no campo da agricultura, o desenvolvimento regional.

O nosso Nordeste, região da qual o nosso Vice-Presidente faz parte, bem como o ex-Presidente Benedito de Lira, o nosso Líder e eu também, é uma Região que tem dado um contributo enorme ao desenvolvimento de nosso País.

É verdade que só agora, depois do governo do Presidente Lula, a nossa Região sofreu um impacto desenvolvimentista extraordinário. E esse impacto ficou não só em Pernambuco, Estado que hoje é espelho da administração do Nordeste, como nos demais estados da Federação. Notamos que há uma pujança enorme, os nossos Estados estão crescendo e se desenvolvendo. Apesar da seca, deste momento crucial que estamos vivendo, dessa intempérie que deixa o nordestino realmente em situação crítica, apesar disso, o nosso Nordeste tem dado uma prova da eficiência dos nossos governos e do nosso empresariado, engajados que estão não só no desenvolvimento regional, como também no desenvolvimento turístico nacional.

Encerro esta reunião, convocando logo outra em seguida para apreciação de dois requerimentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, permita-me, primeiro cumprimentar V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na abertura da próxima reunião, V. Exª falará. Já vou abrir a próxima reunião.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas o ex-Presidente não vai escapar, porque quero falar de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Muito bem. Sendo assim, Senador Benedito, fique um pouco mais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, APÓS A PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores, Ana Amélia, Katia Abreu e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, de 2013 –** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 20, de 2012 – CDR, que para a Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para instruir o PLS nº 491, de 2011, que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE), seja também convidado: Senhor Marcelo Olivieri de Lima – Diretor-Geral do Instituto Sprinkler Brasil.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia**.** Observações: *O Requerimento é subscrito pelo Senador Antonio Carlos Valadares.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, de 2013 –** *Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo dos Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, à entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e que tramitam em conjunto, seja feito em reunião conjunta desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Requeiro, ainda, que seja realizada audiência pública em conjunto com a CAE e a CCJ, para instrução dos referidos projetos de lei, com a presença do Sr. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda no CONFAZ e Secretário da Fazenda do Maranhão.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores João Cabiberibe, Benedito de Lira, Inácio Arruda, Wellington Dias e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **An-**

tonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aproveito para colocar em votação, de acordo com o art. 89, VIII, combinado com o art. 201 do Regimento Interno do Senado Federal a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo, realizada em 25 de abril de 2012, da 6ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia, realizada em 17 de outubro de 2011, e da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, realizada em 9 de fevereiro de 2012.

O Regimento Interno do Senado Federal exige a aprovação das atas para publicação no *Diário do Senado Federal* .

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados:

O Ministério da Integração Social, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, promoverá em Brasília, de 18 a 22 de março, a primeira Semana do Desenvolvimento Regional. O evento apresenta uma programação variada, com seminários, palestras e mesas sobre temas relevantes para o desenvolvimento do País.

As inscrições estão abertas no *site* do Ministério.

Durante a semana, será realizada a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que discutirá a nova política nacional de desenvolvimento regional.

Dois requerimentos estão sobre a mesa:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013 – CDR

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 20, de 2012 – CDR, que para a Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para instruir o PLS nº 491, de 2011, que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE), seja também convidado: Senhor Marcelo Olivieri de Lima – Diretor-Geral do Instituto Sprinkler Brasil.

Autora: Senadora Ana Amélia

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria desta Presidência:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2013 – CDR

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo dos Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, à entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e que tramitam em conjunto, seja feito em reunião conjunta desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Requeiro, ainda, que seja realizada audiência pública em conjunto com a CAE e a CCJ, para instrução dos referidos projetos de lei, com a presença do Sr. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda no CONFAZ e Secretário da Fazenda do Maranhão.

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda há alguma coisa aqui? Não?

Então, concedo a palavra ao Senador...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, para mim será uma enorme satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Capiberibe, é um prazer. O Amapá está de pé para ouvi-lo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ... acompanhar a vossa Presidência ao longo destes dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vou estar aqui presente nesta Comissão que também me diz respeito, assim como diz respeito ao Nordeste. Tenho certeza de que V. Exª na Presidência dará a esta Comissão uma dimensão como deu o Senador Benedito de Lira... E vai fazer com que a gente dê saltos

importantes nestes próximos dois anos, assim como também o Senador Arruda, que é de um Estado que tem belas praias. E eu queria falar das praias de Alagoas, porque eu já usufruí delas e acho que o Nordeste...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Só que eu queria dizer a V. Exª, publicamente, que na próxima vez que for para lá e não nos der satisfação... Fica ruim, viu?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É verdade. (*Risos.*)

Então, tanto o Nordeste como a Amazônia precisam de um modelo diferenciado.

O Brasil é o país da diversidade cultural, ambiental, social. Não é possível pensar um modelo único para todo este País, com a dimensão que nós temos.

Então, estou muito satisfeito em participar – sou suplente desta Comissão, mas vou participar – dos debates aqui, porque acho que nós temos alternativas de desenvolvimento que têm que ser diferenciadas das outras regiões do País. Assim como o centro-sul teve a sua vocação, o seu viés de desenvolvimento, nós também temos que construir o nosso.

Uma região como o Nordeste, com as riquezas fantásticas de uma costa atlântica magnífica, precisa, sim, de um debate profundo, e a gente vai descobrir novos caminhos.

Eu queria parabenizar o Senador Valadares, por quem eu tenho uma admiração, um carinho, um respeito muito grandes. Nós estivemos juntos aqui de 2003 a 2005, lutamos juntos. É um companheiro que vai até as últimas consequências naquilo que pensa, naquilo que decide.

Portanto, estou muito feliz de estar aqui presenciando, acompanhando e sendo membro suplente desta Comissão. Estarei aqui para colaborar em tudo o que for possível, trazendo a Amazônia para dentro desta Comissão. Não vou deixar só os nordestinos aqui darem ordem e porem banca, não. Nós vamos trazer a Amazônia para cá, porque há uma grande identidade. Inclusive, meus ancestrais são todos lá da Paraíba e de Pernambuco. Então, nós temos aí...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Traga um pouco para cá, porque metade é do Ceará.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A metade é do Ceará? (*Risos.*)

Então, é isso, Sr. Presidente.

Parabéns! Sucesso! Estamos juntos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Capiberibe, tenha certeza V. Exª de que o seu espírito de transparência, que foi traduzido num projeto que se tornou uma proposição aceita e abraçada por todo o Brasil, esse sentimento será aplicado por inteiro, não só por meu intermédio, mas também pelo Senador Inácio Arruda e por todos aqueles que compõem esta Comissão.

Eu já fui, por exemplo, suplente da Comissão de Educação e da Comissão do Meio Ambiente – quinto suplente – e sempre fui um dos mais assíduos participantes dessas Comissões. Então, V. Exª é primeiro suplente, mas, se fosse quinto suplente, tenho certeza absoluta de que também estaria dando aqui a sua contribuição, assim como a Senadora Lídice da Mata, pessoa conhecedora do turismo regional. Ela é um exemplo, como grande administradora que foi de Salvador, que é a capital primeira do Brasil; quer dizer, é aquela que começou ensinando como se governa. Ela participou desse grande empreendimento e lutou bravamente lá no seu Estado, lá em Salvador, para mostrar a competência da mulher brasileira, e o fez com muita sapiência, orgulhando a todos nós dentro do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrar, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como eu disse, a ideia é priorizar os trabalhos da Comissão. E eu vou ficar devendo aqui a apresentação do requerimento, mas creio que podemos fazer, já no início dos trabalhos, dois blocos de importantes eventos: um, exatamente esse, tratando de mecanismos para destravar as condições de ampliação de investimentos, no Brasil, voltados para ampliar o desenvolvimento regional; e outro, um tema que hoje eu diria que não é só de interesse do Nordeste. Nós tivemos aí, desde o ano passado, irregularidades de chuvas, ora chuva demais em algumas regiões, ora chuva de menos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ou nenhuma chuva!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois é, ou nenhuma chuva, como ocorre agora em muitas regiões do Nordeste.

Então, veja. Eu acompanho a questão, e o Governo trata desse momento emergencial, um momento em que as pessoas precisam de água para beber, precisam de comida, enfim, e acho que nesse ponto temos uma rede de proteção muito melhor hoje do que tínhamos no passado.

Mas vejam só: acho que precisamos dar um passo a mais. O fato é que – pego o exemplo aqui não das cheias, mas isso vale também – nós temos, após esse período, uma redução de rebanhos em muitos lugares, de atividades produtivas, atividades que da-

vam renda. Estou falando do gado bovino, de ovelhas, e temos um problema grave, como eu assisti agora, num encontro com pessoas do Ceará, Pernambuco, Bahia, Piauí, em relação a essa questão da apicultura. Ou seja: nós tivemos mortandade de abelhas, e são milhares de famílias que vivem dessa base econômica. E tivemos perda de plantios de caju. Vejam o quanto é dramático este momento que está vivendo o Nordeste: o caju é uma planta que convive bem com o período de irregularidade de chuva, mas tanto foi prolongada a irregularidade, tão longa, que morreu cajueiro anão precoce. Então, alguém que perdeu não tem agora por que... Vamos imaginar que volte a chover na sua região, e ele não tem mais aquela planta; ela morreu. Ele vai ter que ter muda, vai ter que plantar, vai ter de esperar dois, três, quatro anos para chegar à carga plena.

O que eu quero dizer com isso? A gente precisa tratar de coisas objetivas na parte animal, vegetal, nas condições de produção, e, junto com isso, até convidar o Ministro Fernando Bezerra para vir aqui, porque acho que há uma alternativa. E ele, reconheço, como Ministro, teve um papel importante, e a Presidenta Dilma o abraçou, no programa nacional de irrigação, ou seja, programa voltado para pequenos, para médios e até para a produção empresarial.

Então, o que quero dizer com isso? Que Codevasf, Dnocs e outros órgãos que permitem que, em qualquer região do Brasil onde haja problema de irregularidade – com as mudanças climáticas, isso está-se verificando tanto no Norte, como no Centro-Oeste, no Sul, ou no Sudeste, não só no Nordeste –, a gente possa ter uma forma segura para o Brasil...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Com as mudanças permanentes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com as mudanças permanentes. Exatamente.

Então, Presidente, queria que a gente pudesse trabalhar dois blocos, um voltado para a ampliação da capacidade de investimento – o Poder Público como indutor do desenvolvimento, aumentando as suas possibilidades nesse novo momento em que vive o Brasil – e outro de medidas que permitam que possamos voltar a ter mecanismos para restabelecer a economia. Houve regiões que, após o período não chuvoso ou após um período de enchente, tiveram graves prejuízos.

Então, eu me comprometo aqui a apresentar, já na próxima reunião, uma proposta a ser submetida à Comissão, para tratarmos de dois blocos importantes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wellington e demais Senadores, eu gostaria de combinar com os senhores, Senadora Lídice da Mata, o melhor horário para as reuniões desta Comissão. Nós sabemos das dificuldades que todas as comissões têm aqui, porque praticamente se reúnem num mesmo dia, numa mesma hora. Quem sabe fazemos às quartas-feiras, bem cedo, das 8h30 às 10h?

A reunião da Comissão de Infraestrutura vai ser quinta-feira. Eu soube hoje que seria quinta-feira, junto com a de Relações Exteriores. Ah, a de Infraestrutura vai ser na quarta-feira. Às terças-feiras, é um problema, porque os Senadores só começam a chegar...

Portanto, Comissão de Infraestrutura, quarta-feira, às 8h30. Às 9h, também a Comissão de Ciência e Tecnologia se reúne, na quarta-feira. A CAS, quarta-feira, às 9h. Na quarta, ainda tem a reunião da Comissão de Justiça. Agora, na quinta-feira, temos a de Relações Exteriores, que começa às 10h; a Comissão de Agricultura, às 8h30; às 9h, a Comissão de Direitos Humanos; e, para a de Desenvolvimento Regional, está aqui uma sugestão para quinta, às 10h. Na terça-feira, pela manhã, só há a Comissão de Assuntos Econômicos, às 10h; às 11h, a Comissão de Educação e, às 11h, a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Veja só!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quero ouvi-lo, porque V. Exª tem experiência nesta Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois é! Então, do que eu aprendi aqui, do dia a dia, quando fazemos uma boa pauta, não tem jeito. A pauta é que comanda, Presidente. Acho que se tivermos aqui essa ideia de blocos, de eventos temáticos, com a definição: o tema vai ser esse, e convidados que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Especialistas, Ministros de Estado...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...poderão fazer funcionar. Cria-se o hábito do funcionamento.

Então, quero lhe dizer assim: fiquei feliz com a possibilidade que V. Exª colocava aí, mas, já que está coincidindo, como foi dito, creio que se fizermos mesmo às 14 horas... Porque, veja só, pela manhã, na terça, realmente há um conjunto de Senadores que chega aqui realmente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Depois das 11h.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Depois das 11h. Isso é fato. Agora, eu acho que, a partir das 14 horas, não há essa mesma situação, desde que

a gente, repito, faça uma pauta com antecedência, planejada: "Este semestre vai ser isto, este outro semestre vai ser aquilo." E, junto com isso, as votações. Faz-se a audiência, e faz-se a votação. Fazem-se as audiências, e faz-se a votação. Aqui a gente deu quórum muitas vezes em votações, como foi visto aqui, pela matéria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E, como V. Exª disse, dependendo dos temas que forem tratados, dependendo do atrativo que a Comissão gerar durante esse período, poderemos até realizar na quarta-feira pela manhã. Não há problema algum. Vamos fazer a experiência.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu só queria fazer uma observação também diante da nossa experiência desses dois anos passados. Há uma grande incidência de Senadores desta Comissão que são também integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, na mesma hora...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na terça?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na terça, com a Comissão de Assuntos Econômicos, não dá para disputar; nem com a de Educação, porque são duas Comissões muito cheias. V. Exª, inclusive, é membro da Comissão de Assuntos Econômicos e é membro da Comissão de Educação. Então, o que se dá é que sai da Comissão de Assuntos Econômicos e vai para a Educação, e dá quórum.

Então, eu acho que seria neste horário de hoje, terça, às 14h30. Quem tiver que falar vai, fala, mas geralmente volta para aqui. Na quarta, eu não vi quais são as Comissões que estão reunidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muitas Comissões.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É pesado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quarta-feira, começando às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Às 8h30.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E ainda há as Comissões Mistas das medidas provisórias.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É, as Comissões das medidas provisórias, que neste ano serão inúmeras.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quarta é complicado por isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, quarta-feira eu acho que não dá. Ou é terça, ou é quinta. Para ser terça, teria que ser à tarde; e, para ser quinta, teria que ser pela manhã.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Aí nós vamos estar concorrendo sempre com alguém, mas concordo com o Senador Wellington: eu acho que nós viemos num ritmo de trabalho muito interessante nesta Comissão, inclusive com viagens – fizemos muitas viagens aqui, tínhamos um trabalho muito efetivo –, e esse trabalho foi realmente prejudicado no ano passado, a partir da constituição da CPI, que contou com muitos Senadores, e houve uma mobilização muito grande desses Senadores para aquela CPI, que era no mesmo horário da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quando há audiência pública, às vezes, demora quatro, cinco horas. Se nós começarmos à tarde uma sessão, a Ordem do Dia interrompe, na mesma hora, a reunião da nossa Comissão.

Então, é bom verificarmos o seguinte...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A Ordem do Dia é a partir das 16h, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Hein?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É a partir das 16h a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É, a partir das 16h. Então, para nós começarmos uma reunião aqui seria às 14h30.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, praticamente teríamos uma hora de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me compreender: na terça de manhã, tem o quê?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nós podemos fazer uma semana de audiência pública e a outra semana de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou encerrar esta reunião, e vamos fazer uma interna aqui agora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Administrativa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a minha sugestão é que V. Exª convoque a reunião ordinária para terça-feira da próxima

semana, ou quarta – quarta-feira é melhor –, às 14h30, e, quando for na quarta, a gente fecha o horário. Daqui até lá, a gente discute com todos como faremos a nossa reunião ordinária. De qualquer maneira, já ficaria uma marcada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A sua sugestão...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que já se marque para a próxima quarta...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por que não terça?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pode ser terça, neste horário aqui de 14 horas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Porque a pauta de votações da quarta-feira é sempre mais pesada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É pesada.

Então, vamos fazer terça-feira a primeira reunião, às 14h30.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na próxima terça-feira. Lá nós vamos discutir, vamos refletindo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É o tempo em que a gente faz um levantamento de quais são as outras Comissões em que a maioria dos que estão aqui estão envolvidos, porque aí vai dar para mexer em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agora, uma reunião em que haja grandes debates, nós faríamos pela manhã. As reuniões mais simples nós faríamos à tarde. Agora, uma reunião em que houvesse vários convidados – o que demandaria três horas, quatro horas, no mínimo, de debates –, teríamos que fazer pela manhã; escolheríamos um dia na terça pela manhã ou na quinta-feira pela manhã.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quinta-feira, Presidente. Eu acho que a gente vai chegar a um consenso, porque, se for de 15 em 15 dias, pode ser numa quinta-feira de manhã, poderemos fazer numa quinta-feira de manhã. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está bem.

Então, na próxima terça-feira, teremos a 3ª Reunião, às 14h30.

Obrigado a todos.

Até a próxima terça-feira.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – CDRDN

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e nove minutos do dia nove de fevereiro do ano de dois mil e doze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Lauro Antônio e José Pimentel. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião está dividida em duas partes, sendo que a primeira tem como objetivo a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão. Já a segunda parte se destina a reunião de trabalho com o objetivo de definir o cronograma das Visitas Técnicas a serem realizadas ao longo de 2012. Dando prosseguimento, o Presidente, Senador Wellington Dias, comunica que até o momento recebeu apenas a indicação do nome Senador Lauro Antônio para o cargo de Vice-Presidente. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida o Senador José Pimentel para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: o Senador Lauro Antônio é eleito por unanimidade. Proclamado o resultado, o Senador Lauro Antônio é empossado e faz uso da palavra, sendo sucedido pelo Senador José Pimentel. Na sequencia, realiza-se a reunião de trabalho, sendo definido que o quinto Estado a ser visitado será Sergipe, no dia dezenove de março de dois mil e doze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior da Subcomissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Na pauta de hoje, há dois pontos importantes: o primeiro é a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão, em razão do afastamento do nosso querido Senador Eduardo Amorim, e a posse do nosso Senador Lauro Antonio. Então, apresentamos aqui as cédulas de votação e, já de pronto, abrimos o processo de eleição. A finalidade é a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

Está aberto o processo de votação.

De acordo com o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, o lugar na Subcomissão pertence ao partido ou bloco parlamentar. Nesse sentido, a Liderança do Partido da República (PR) encaminhou documento à Secretaria-Geral da Mesa indicando o Senador Lauro Antonio para ocupar, como membro titular da Subcomissão, a vaga existente em razão do afastamento, como eu disse, do Senador Eduardo Amorim.

Até o momento, esta Presidência recebeu a indicação do Senador Lauro Antonio para ocupar o cargo de Vice-Presidente desta Subcomissão.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores titulares as cédulas devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para votação. De acordo com o art. 60 do Regimento Interno, a eleição será feita em escrutínio secreto, e a chamada dos membros será nominal.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senador Lauro Antonio. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Convido o Senador Pimentel para procedermos à apuração.

Portanto, encerrada a votação, convido o Senador José Pimentel para atuar como escrutinador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – São três votantes, são três votos, todos eles para o Senador Lauro Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – São três votos favoráveis, não houve votos contrários, não houve abstenção.

Encerrada a votação, parabenizo o nobre Senador Lauro Antonio. É um prazer e uma honra para mim e para todos nós da Comissão recebê-lo aqui como membro e como Vice-Presidente desta Comissão.

Passo a palavra a V. Exª, com prazer.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Eu lhe agradeço por suas palavras.

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, Senador Wellington Dias, e Senador José Pimentel, eu gostaria de agradecer a todos os colegas Senadoras e Senadores que fazem parte desta Subcomissão pelo acolhimento do meu nome como Vice-Presidente da CDRDN.

Eu gostaria ainda de dizer do meu grande prazer em contribuir com a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, por saber que a nossa região tem, de fato, grande potencial para a geração de desenvolvimento e para a diminuição da pobreza. Vejo no turismo uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional e para a diminuição das desigualdades sociais.

No Nordeste, além das belíssimas praias, internacionalmente conhecidas, temos no segmento do turismo rural e do turismo histórico um grande trunfo para a criação de emprego e de renda, para o desenvolvimento, para a valorização da cultura, da culinária e do artesanato local e para a geração de divisas para o Município. Mas, para criar essa possibilidade de fluxo de desenvolvimento, precisamos discutir pontos importantes para tornarmos possíveis essas ações.

Aproveito a oportunidade para convidar todos para a próxima visita técnica da nossa Subcomissão a Sergipe no dia 19 de março. Na ocasião, o momento será propício para, juntos, buscarmos soluções viáveis e exequíveis para gerar maior desenvolvimento para o nosso Nordeste e melhores condições de vida para o nosso povo.

Quero ainda registrar que é com muita honra que substituo meu amigo Senador Eduardo Amorim na Vice-Presidência desta Subcomissão.

Agradeço a todos a confiança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que lhe agradecemos.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, nosso Senador Wellington Dias, e nosso Senador Lauro Antonio, hoje tomando posse na Vice-Presidência da Subcomissão, eu queria dizer que o Senador Eduardo Amorim vinha fazendo

um trabalho muito forte nesta Subcomissão, participando das várias audiências regionais para discutir o desenvolvimento regional, e que tenho toda a tranquilidade de que nosso Senador Lauro Antonio seguirá o mesmo sentido.

Eu queria registrar, Senador Lauro Antonio, que já tínhamos feito reuniões em Alagoas, na Paraíba, no Piauí e no Ceará. Estava pré-agendada, no final do ano, nossa ida a Sergipe, mas, devido à nossa agenda orçamentária de fim de ano, tivemos de adiar essa visita. E queríamos, com V. Exª na Vice-Presidência, articular o evento, sob a sua coordenação e sob a coordenação do Senador Wellington Dias e do Senador Benedito de Lira, que é o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Quero dizer que terei o maior prazer também de estar no nosso Sergipe para participar dessa agenda. V. Exª está tomando posse numa hora muito oportuna, e, desde já, queremos fixar essa agenda, para que possamos ir, mais uma vez, ao nosso Sergipe.

Quero aproveitar para registrar que tenho o título de cidadão de Sergipe. Esse trabalho é uma forma também de retribuir esse título de cidadão que tenho. Na verdade, nasci em Picos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No Piauí.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nasci no Piauí, na terra do Senador Wellington Dias, que me expulsou para o Estado do Ceará. Fui acolhido no Ceará. Sou Senador da República pelo Ceará e quero ir ao nosso Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Os cearenses estão querendo devolvê-lo, e vamos recebê-lo de bom grado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na verdade, nasci num local chamado Abóboras, um distrito. O Senador Wellington, quando foi Governador, emancipou-o, e esse distrito, hoje, é...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sussuapara.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É o Município de Sussuapara. Como progrediu a minha região!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Mas, em breve, vamos chamá-lo Município de José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Aí será nepotismo, não é? Só depois que eu deixar este mundo...

Portanto, Senador Lauro Antonio, queremos organizar nossa ida a Sergipe, queremos ver com o senhor a melhor data – sei que o Senador Wellington vai propor daqui a pouco –, para que possamos refletir sobre as demandas justas e necessárias do nosso Sergipe. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É um prazer muito grande, Senador Pimentel! Reconhecemos aqui V. Exª como Parlamentar, como Ministro. V. Exª é um orgulho para todos nós, brasileiros tanto do Piauí quanto do Ceará, de todo o Brasil e, certamente, de Sergipe, onde V. Exª tem esse honroso título. Também temos todo o carinho pelo povo sergipano. Aqui, atuamos, de modo especial, com o Senador Eduardo Amorim. Sei que V. Exª é alguém dedicado e que, nesse curto espaço de tempo, tem mostrado todo o compromisso com o povo sergipano.

Veja que conversamos com o Senador Lauro Antonio, que acertou com o Governador Marcelo Déda e com os outros Senadores do Estado, Valadares e Maria do Carmo, para que possa haver essa agenda. No entendimento, ficou acertada a data do dia 19 de março, uma segunda-feira, e há um convite, inclusive, para que possamos ir lá antes, para conhecer um empreendimento dentro do tema, um empreendimento de turismo rural, área em que o Brasil ainda tem poucas experiências, mas tem um potencial gigantesco.

Lá vamos ter como pauta a bacia de irrigação Canal do Xingó, um tema que é muito caro ao Senador Valadares e aos outros Senadores, como o Senador Amorim e o Senador Lauro, e que é muito importante para o povo sergipano; o turismo, pela bela experiência de Sergipe; e, dentro do turismo, o foco no turismo rural, pelo qual o Senador Lauro tem uma paixão muito grande – já conversamos também e queremos ter esse prazer. Além disso, trataremos também da cultura.

Estamos expedindo os convites aos Ministros das áreas – destaco aqui o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional – e estamos convidando, certamente, a Sudene e a Codevasf. Talvez, seja importante a presença do próprio Dnocs, porque trataremos da questão da bacia. Convidaremos o Ministro do Turismo, Gastão Vieira, que é nosso colega na Câmara dos Deputados, e a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Há a questão da aviação regional.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Houve uma proposição – era isso que eu queria acrescentar –, houve uma proposta do Senador Lauro. Debatemos o tema no Estado do Piauí. Lembro que, em Maceió, tratamos do desequilíbrio fiscal e, na Paraíba, da infraestrutura e das zonas francas. Quanto às ZPEs, já estamos aqui votando um projeto que se encontra nesta Comissão e na CAE, com base nas informações prestadas, melhorando a regulamentação das ZPEs. Tratamos das energias renováveis no Nordeste e da aviação regional. Estamos tratando de

energia eólica, de energia solar, de todas as alternativas de hidrelétricas. E, na parte da aviação regional, o Senador nos brindou, tivemos aquele encontro com o Ministro Wagner Bittencourt, que se dispôs a ir a uma dessas reuniões. Estamos convidando-o a comparecer a nossa visita a Sergipe, onde ele fará uma apresentação do pré-plano geral da aviação e do programa de incentivo à aviação regional. Creio que esse vai ser um momento muito importante no Estado de Sergipe.

Certamente, estamos convidando os outros atores: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Presidência da Assembleia, com os parlamentares, com os Governadores do Nordeste – além do Governador Marcelo Déda, que é nosso anfitrião –, com os outros Senadores da região, com os membros da Comissão. Teremos o imenso prazer de contar com a presença constante – quero registrar aqui – e com o apoio do Senador Benedito de Lira, que já confirmou presença. Temos de preparar o forró, porque ele é forrozeiro. Vai estar presente conosco lá nesse evento.

Quero aqui apresentar essa pauta, a ideia de fazer uma visita prévia no sábado e no domingo anterior – quem puder ir antes poderá fazê-lo –, e, na segunda-feira, pela manhã, teremos condições de fazer a agenda a partir das 8h30 – a pauta já está definida – e requisitamos, por meio do Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional e do Presidente Sarney, a viabilidade de uma aeronave, considerando que, provavelmente, teríamos de desenvolver esses trabalhos até mais ou menos às 14h e que não haveria um voo simultâneo para o retorno. Estamos, então, tratando dessa forma.

São temas da maior importância. Eu queria abrir a palavra, para ver se há mais algum ponto a ser trabalhado, e ainda dizer do nosso esforço para fazer a programação da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão e do Rio Grande do Norte – são os Estados do Nordeste que estão faltando –, para ver se conseguimos, neste semestre, antes do período eleitoral, tratar dessa pauta. Já tratei disso com nossa assessoria legislativa. Juntamente com outras áreas, estamos trabalhando, por exemplo, esse tema do desequilíbrio fiscal, que acho que está na ordem do dia. Devemos abordar o assunto nesta Comissão, com todo o prazer.

Senador Lauro e Senador Pimentel, coloco a palavra à disposição, para V. Exªs tratarem sobre a proposta.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Eu quero aproveitar o momento e convidar o Senador José Pimentel e também o Presidente Wellington Dias para passarem um fim de semana conosco lá, o que será um grande prazer. A partir de quinta-feira, estarei lá. Os senhores poderão conhecer o Estado de Sergipe, poderão conhecer melhor as belezas naturais da nossa região. Poderemos passar esses dias juntos, discutindo vários temas em prol do desenvolvimento, cada vez maior, do nosso Nordeste e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem! Dito isso, creio que temos a concordância em relação a essa pauta. Ficam todos convidados.

Eu queria pedir à Comissão que, nas duas semanas posteriores ao carnaval, principalmente, façamos um corpo a corpo. Como nas outras cidades, vamos convidar, também na Câmara Federal, a bancada de Sergipe e a coordenação da bancada nordestina, cujo coordenador, agora, é o Gonzaga Patriota. Será um prazer fazermos um convite também a essa bancada.

Nada mais havendo a tratar, parabenizando o Senador Lauro Antonio, declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Iniciada às 15 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 01, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "DEBATER A AMAZÔNIA BRASILEIRA, EM ESPECIAL O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves e Reditário Cassol. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM), que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como convidados representantes dos seguintes órgãos: Advocacia Geral da União; Secretaria do Patrimônio da União; Ministério da Defesa; e Ministério das Relações Exteriores. Com a finalida-

de de "discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia", em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 18/2011-CDRAM, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União; Luciano Ricardo de Azevedo Roda, Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial da Secretaria do Patrimônio da União; Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Cezar Garcia Brandão, Subchefe de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa; e Carla Barroso Carneiro, Chefe da Divisão da América Meridional IV do Ministério das Relações Exteriores. **EXTRA-PAUTA – ITEM ÚNICO:** Requerimento nº 19/2011-CDRAM, "Em aditamento ao Requerimento 11-CDRAM, aprovado em 13 de setembro do corrente, que requer a realização do Simpósio da Amazônia, etapa Estadual, agendado já para o dia 31 de outubro, na cidade de Manaus, requeiro a inclusão do nome de José Aroudo Mota, doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Brasília – UnB e Consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para ser palestrante no referido Simpósio". **Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin**. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Subcomissão. *(Pausa.)*

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Há comunicados e convites a fazer.

Comunicamos que acontecerá na próxima segunda-feira, dia 31 de outubro, em Manaus, a etapa estadual do Simpósio da Amazônia: Uma Visão Jovem para o Futuro Sustentável da Região, a partir das 9h30. Esse Simpósio, a etapa estadual, faz parte da etapa nacional, que é o 5º Simpósio da Amazônia: Uma Visão Jovem para o Futuro Sustentável da Região, que está sendo organizado em parceria com o Senado, com a Comissão de Desenvolvimento Regional, Subcomissão Permanente da Amazônia, e que ocorrerá nas dependências da Câmara dos Deputados.

A Secretaria da Subcomissão já está providenciando o envio dos convites a todos. E um convite especial eu faço aos representantes do Norte, para que compareçam ao evento, que, com certeza, contribuirá enormemente não apenas com os debates, mas também com a busca de soluções para o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos de nºs 14 e 18, de 2011, de minha autoria, com o objetivo de discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia.

São quatro os nossos convidados.

Convido a compor a Mesa o Sr. Paulo Cezar Garcia Brandão, Capitão de Mar e Guerra e Subchefe de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa; o Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União; a Drª Carla Barroso Carneiro, Chefe da Divisão da América Meridional IV do Ministério das Relações Exteriores; o Dr. Luciano Ricardo de Azevedo Roda, Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial da Secretaria do Patrimônio da União.

Estão aqui nossos quatro convidados.

Vamos iniciar os trabalhos. Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, adotaremos as seguintes normas para a nossa exposição: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, terá direito a fazer uso da palavra algum Senador que chegue aqui e queira fazer questionamentos ou interpelações. A palavra será passada, portanto, aos Senadores de acordo com a ordem de inscrição. Os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Vamos iniciar nossos trabalhos, convidando para fazer uso da palavra, para fazer sua exposição, o Sr. Paulo Cezar Garcia Brandão, Capitão de Mar e Guerra que aqui representa o Ministério da Defesa.

Desde já, Capitão, queremos agradecer-lhe a sua presença aqui.

Agradecemos também a presença a todos os que aqui estão: Drª Carla, Dr. Luciano e Dr. Arnaldo.

Os senhores nos dão a oportunidade de debater hoje um assunto da mais extrema relevância e importância, extremamente delicado, visto que, ao que tudo indica, ainda não há um desfecho perfeitamente

consolidado. O tema foi apresentado, sim, mas creio que não está perfeitamente consolidado.

Então, quero agradecer a presença a todos.

A pedido, vamos passar a palavra ao Sr. Paulo Cezar Garcia Brandão, Capitão de Mar e Guerra, que vai ter de se retirar daqui por volta de 10 horas. Já nos foi comunicado que ele tem um tempo curto, porque depois irá participar de uma audiência na Câmara dos Deputados.

Portanto, concedo a palavra a V. Sª.

O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO – Bom dia a todos!

Agradeço à Exmª Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, criada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, bem como a todos os Exmºs Srs. Parlamentares pelo convite e pela oportunidade de estar neste Plenário representando o Ministro da Defesa.

Dirijo-me a V. Exªs para apresentar meus comentários acerca deste importante tema, do acesso de estrangeiros às terras na Amazônia, área esta de maior preocupação da Defesa nos últimos tempos.

Não pretendo, nem é da competência do meu Ministério, manifestar-me sobre os vários aspectos que envolvem a questão. Procurarei confinar meus comentários aos pontos mais relevantes para a ótica do Ministério da Defesa: o ponto de vista da defesa nacional.

Em seguida, estarei à disposição para o debate, buscando responder às perguntas que forem convenientes.

Inicialmente, desejo salientar que a Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, dispõe que a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional.

A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestres, o que condiciona o uso de hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Essas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais.

A vivificação, a política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado e, em particular, das Forças Armadas ao longo das nossas fronteiras é condição necessária para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia.

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento socioeconômico e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente.

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, é pautada pelas seguintes diretrizes, dentre outras: organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença e priorizar a região amazônica.

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira, repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, desenvolvimento e defesa da Amazônia, não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros, políticos ou econômicos que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira a serviço da humanidade e de si mesmo é o Brasil.

A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades permitem vislumbrar as seguintes oportunidades a serem exploradas: otimização do controle sobre atores não governamentais, especialmente na região amazônica, visando à preservação do patrimônio nacional mediante ampla coordenação das Forças Armadas com os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pela autorização de atuação desses atores, sobretudo daqueles com vinculação estrangeira.

O desenvolvimento da região amazônica passará a ser visto também como instrumento da defesa nacional. Só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região. Dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à regularização fundiária. Para defender a Amazônia, será preciso tirá-la da condição de insegurança jurídica e de conflito generalizado em que, por conta da falta de solução ao problema da terra, ela se encontra.

De fato, ao tornar possível o conhecimento, o controle, a fiscalização e o registro de dados sobre a movimentação de compra de terras por estrangeiros, diante dos fatos inerentes à atual valorização das mercadorias agrícolas, à crise mundial de alimentos e ao interesse pelo desenvolvimento do biocombustível, o País apresenta um instrumento de defesa que, cer-

tamente, constituir-se-á em um dos pilares para uma ação coordenada de Estado na ordenação territorial e na promoção do desenvolvimento das regiões.

A concentração de vastas áreas por alguns poucos detentores de recursos financeiros, sem a implementação de projetos específicos aprovados por órgão competente, possibilita a criação de vazios demográficos decorrentes dessa distribuição, caracterizando-os por vastas áreas onde o poder do Estado é tênue ou mesmo inexistente, o que as torna passíveis de, inclusive, serem contagiadas por problemas adventícios, tornando mais complexas as relações políticas contemporâneas e afetando ativamente os diferentes campos do poder nacional.

Interessa à defesa nacional que a proteção que necessariamente se deve dar ao território, sobretudo na região amazônica, não se veja sensivelmente afetada pela perpetuação de vazios demográficos, especialmente os que, por serem contíguos a espaços semelhantes aos países vizinhos, possam dar lugar à diminuição de capacidade de atuação do Estado na repressão de delitos transfronteiriços ou ainda à percepção errônea, fora do nosso País, de que possa haver no nosso território "áreas sem governo".

Dessa forma, senhores, a aprovação, em agosto de 2010, do parecer da Consultoria-Geral da União (CGU), pela Presidência da República, e Advocacia-Geral da União (AGU), que limita a venda de terras brasileiras a estrangeiros ou a empresas brasileiras controladas por estrangeiros, veio corroborar com os preceitos da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa quanto à otimização do controle sobre atores não governamentais; à necessidade de fortalecimento dos instrumentos de monitoramento e controle, especialmente diante das alterações recentes no contexto social e econômico no Brasil e na realidade fundiária no País; ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, onde a regularização fundiária exerce papel primordial; e à necessidade de corrigir a distribuição irregular da população pelo território, desafio a vencer por inúmeros países caracterizados pelo vasto território.

Em síntese, a ação do Estado deve fazer-se presente e ser até reforçada para assegurar a preservação, a conservação e a manutenção sustentável dos recursos naturais, bem como a proteção das terras, sem se descuidar ou inibir a disponibilidade de investimentos para o desenvolvimento sustentável do País, de modo a coibir a atuação descontrolada de atores cujos interesses e finalidades sejam incompatíveis com os da Nação brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradecemos a participação a V. Sª.

Acabamos não combinando aqui, mas penso que posso passar, neste momento, a palavra à Drª Carla Barroso Carneiro, que aqui representa o Ministério das Relações Exteriores.

Tem a palavra V. Sª.

A SRª CARLA BARROSO CARNEIRO – Bom dia a todos!

Antes de tudo, eu queria agradecer à Senadora pela oportunidade de contribuir com essa discussão que o Itamaraty considera da maior importância.

Da mesma forma como se conduziu meu colega representante do Ministério da Defesa, eu também vou ter de me ater aqui às atribuições específicas do Ministério que represento, o Ministério das Relações Exteriores, e não vou, evidentemente, poder exaurir todos os temas que esse assunto tão complexo envolve.

Vou explicar um pouco a nossa atribuição: sou chefe da divisão que cuida do relacionamento bilateral do Brasil com os países do norte da América do Sul: Guiana, Suriname, Colômbia, Venezuela, Peru, Chile e Equador.

No que se refere especificamente à região amazônica, tenho a impressão de que a contribuição maior que o nosso Ministério pode dar a essa discussão são as nossas iniciativas na área de integração física, que costumamos chamar, cada vez mais, de integração cidadã.

Como bem disse meu colega do Ministério da Defesa, aquela região é ainda uma região de um vazio populacional, uma região que não é densa, uma região em que, em muitos casos, há fronteiras aonde não chega qualquer estrada, às quais só se pode chegar de avião ou de navio. Então, a integração física é um imperativo do nosso ponto de vista. É preciso levar a essas comunidades que vivem na fronteira a possibilidade de ter uma integração maior com o País, porque o que se percebe, muitas vezes, é que elas vivem uma realidade muito endógena e acabam não tendo muito acesso ao próprio País.

Por exemplo, estávamos fazendo um estudo e vimos que muitos insumos industriais que saem de São Paulo, para chegar a Manaus, custam mais caro do que se eles viessem via Guiana ou Suriname. Se fosse possível levar adiante esses projetos de integração física que são tão caros ao Governo, ao Itamaraty e a outros Ministérios, esse seria, sem dúvida, um impulso enorme ao desenvolvimento regional da Amazônia.

Então, esse é um dos eixos nos quais trabalhamos e que têm a ver com a integração física dessas regiões. Então, falamos da integração dessas cidades

que estão nas fronteiras, dessas populações e dessas comunidades – muitas vezes, nem são cidades, são efetivamente aldeias pequenas –, que, muitas vezes, estão isoladas, com o resto do País e com os países vizinhos, em benefício dessas próprias comunidades.

Por exemplo, nas nossas comunidades na fronteira com o Peru, importa-se tomate daquelas cidades de São Paulo; o tomate, então, chega ali caríssimo. Se o tomate pudesse partir de uma região mais próxima, de um país vizinho, do Peru, por exemplo, mesmo com o pagamento de tarifas, o tomate chegaria ali mais barato. Então, estamos falando de coisas muito caras à própria população que está ali.

Trabalho no Itamaraty há vinte anos. É verdade que, às vezes, tratamos de assuntos que podem parecer muito etéreos para a população em geral, mas esse assunto de que tenho tratado nos últimos quatro anos tem a ver com a vida das pessoas mesmo, e tenho visto isso com muita satisfação. De alguma forma, quando estamos falando em integração física da região Norte, podemos levar algum tipo de benefício para a própria população da região.

Outro eixo para o qual eu gostaria de chamar atenção é o que temos trabalhado e chamamos de integração cidadã. Então, nesses países da fronteira norte – estamos sempre falando da fronteira norte –, há vários mecanismos de trabalho. Como bem disse meu colega do Ministério da Defesa, infelizmente, o fato de ali haver vazios demográficos, uma situação de isolamento, leva a uma possibilidade maior de que ali ocorra um ilícito. Então, há uma série de mecanismos de trabalho.

Tomemos o exemplo da Guiana, cuja capital é Georgetown. Ali, na fronteira com o Brasil, há uma pequena cidade que se chama Lethem. No Brasil, a cidade na fronteira é Bonfim, que fica no Estado de Roraima. Em 2009, finalmente, conseguiu-se inaugurar a primeira ponte entre o Brasil e a Guiana. Vejam só: em 2009 – portanto, dois anos atrás –, conseguimos inaugurar a primeira ligação física entre o Brasil e a Guiana, que é a ponte sobre o rio Tacutu.

É sabido que, com toda ponte, vem muita integração – a população flui para aquela região –, mas vêm muitas necessidades. Então, essas populações são diferentes da nossa população da fronteira sul. Há populações indígenas. Há populações, portanto, com uma característica de transumância muito maior. Há populações que nem sempre falam português ou que falam vários outros dialetos indígenas. Então, essa população começa a fluir para a região, e começa a haver uma série de necessidades. Com isso, é preciso gerar a possibilidade de matrícula em escola, é preciso prever que essa população transumante tem de ter acesso a hospital de um lado e de outro.

Uma coisa interessante sobre a qual falou o meu colega do Ministério da Defesa é o contágio. Não sei se ele estava falando efetivamente sobre contágio nesse sentido, mas a verdade é que há, por exemplo, a mosca da fruta e a mosca da carambola, que podem gerar epidemias que dificultam as nossas colheitas e que existem nos países do lado. Então, não adianta a gente pensar em fronteira só como uma barreira, porque a mosca da fruta, a mosca da carambola e, evidentemente, uma série de outros fatores são transumantes. Quer dizer, existe um fluxo permanente nessas regiões.

Existem mecanismos, por exemplo, na Guiana – voltando à Guiana – como a Comissão de Vizinhança, que acontece a cada ano. Depois, são formados vários grupos de trabalho. Há grupo de trabalho na área de meio ambiente, na área de vigilância sanitária, formado por aqueles que cuidam dos temas relacionados a possíveis pestes que venham a ser trazidas para as nossas plantações. E essa Comissão recolhe também um diagnóstico da situação na região e procura trazer resultados, procura trazer soluções.

Existe a Comissão de Vizinhança com a Colômbia, por exemplo. Há uma cidade que se chama Tabatinga, no Estado do Amazonas, Estado da Senadora, e, do lado de lá, há uma cidade que se chama Leticia. São, portanto, cidades gêmeas, cidades pequenas que são isoladas. As duas cidades são gêmeas e são isoladas das suas próprias capitais. Nelas, há um dia a dia, um cotidiano muito próprio, com necessidades relacionadas à educação, à saúde.

Então, é esse tipo de cédula cidadã para o cidadão fronteiriço que estamos tentando criar, evidentemente com a ajuda de todos os outros órgãos que estão envolvidos, como Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Defesa, Ministério da Agricultura. Enfim, vários outros órgãos estão dentro desses mecanismos que são coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores, cujo objetivo é buscar o que a gente procura chamar de integração cidadã.

Há outra circunstância curiosa. Estamos falando de uma situação totalmente diferente da que ocorre nas fronteiras do sul. Quando falamos de integração nas fronteiras do sul, sabemos que não há as mesmas circunstâncias verificadas nas fronteiras do norte. Estamos falando de uma fronteira em que há grande presença de parques naturais, com vários níveis de proteção, e de várias reservas indígenas. Na Guiana e no Suriname, por exemplo, a fronteira quase inteira é de reserva, como a Serra do Tumucumaque, a Raposa Serra do Sol, a Reserva de São Marcos. Elas estão ali na fronteira. Então, quando trabalhamos com

essa circunstância, temos, evidentemente, de levá-la em consideração.

A Funai sempre está presente em todas as nossas reuniões e sempre traz uma contribuição da maior importância, e temos procurado também levar esse conteúdo cultural a todas as propostas que são feitas nesse eixo que chamamos de integração física e cidadã da Amazônia com seus vizinhos.

Eu queria lembrar outra coisa que é curiosa e da qual a gente não se dá muito conta. No Brasil, há 17 mil quilômetros de fronteiras. Se considerarmos que a circunferência maior da Terra é de 44 mil quilômetros, se analisarmos isso, teremos noção do tamanho dessa fronteira. Evidentemente, temos de ter orgulho de, historicamente, termos conseguido construir fronteiras que estão demarcadas, que estão delimitadas, que são absolutamente pacíficas. Nessas fronteiras, há problemas, com os quais estamos lidando, mas há também muitas potencialidades, que, de alguma forma, queremos explorar.

Basicamente, era isso que eu queria dizer neste primeiro momento, Senadora. Fico, evidentemente, à disposição, se puder trazer mais alguma contribuição.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Carla.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, que aqui representa a Advocacia-Geral da União.

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – Bom dia a todos que estão aqui nesta manhã!

Bom dia, Senadora! Parabenizo V. Exª pela iniciativa e pelo trabalho proativo em face de um problema que a todos nos aflige.

Quero ter a certeza absoluta de que todos nós aqui presentes, de certa maneira, estamos muito preocupados com o aperfeiçoamento do modelo normativo brasileiro no que tange à aquisição de terras por estrangeiros. Naturalmente, isso não significa dizer que a solução de todos os problemas que há seja naturalmente ou eventualmente uma solução que decorre tão somente da confecção de uma norma. Isso é um absurdo.

Por outro lado, também quero lembrar que todas as premissas que, de certa maneira, vão orientar qualquer reflexão aqui estão centradas numa série de novos vetores, eu diria, que envolvem a questão. Há um grave problema de crise de alimentos em âmbito internacional, há uma expansão da percepção da utilização de biocombustíveis, e, por outro lado, há também uma quase absoluta circulação de capitais no mundo contemporâneo.

Desse modo, do ponto de vista do Governo brasileiro, quero imaginar que a governabilidade pode, em tese, abstratamente, enfrentar alguns problemas que são o pano de fundo desta discussão de hoje: o problema da expansão da fronteira agrícola em áreas de proteção ambiental, o que é inegável; o problema da valorização da terra e de uma especulação imobiliária sem precedentes; o problema inegável também do aumento dos custos da reforma agrária; o problema relativo à diminuição da disponibilidade de terras para a própria reforma agrária; o problema também abstrato da venda ilegal de terras públicas. Há também certo medo e certa precaução com a utilização de lavagem de capitais na aquisição de terras, com o aumento de grilagem ou ainda com o problema da biopirataria na região amazônica. E ainda existe também o problema clássico das terras de fronteira e de segurança nacional.

Coloco tudo isso apenas no plano conceitual e como pano de fundo, dado que minha fala se resume quase tão somente a outra configuração, que, embora tenha isso como pano de fundo, é um pouquinho mais pontual.

Minha função aqui é a de rapidamente sintetiza,r, com todos que estão aqui, qual foi o papel da Advocacia-Geral da União no desdobramento e na discussão de todo esse processo.

Quando da fala do nosso Capitão de Mar e Guerra Garcia, ele fez referência a um parecer da Advocacia-Geral da União do ano de 2010 que, de certa maneira, nos remete novamente ao marco regulatório ainda de 1971.

Em linhas gerais, o que existe é o seguinte: a primeira grande manifestação normativa no que tange à aquisição de terras por estrangeiros ainda data do século XIX, e sabemos que, naquela época, o mundo era muito diferente. Especialmente no Brasil, no século XIX, o que pretendíamos, a qualquer custo, era a busca especialmente de europeus para o nosso País, razão pela qual, na Lei de Terras, ainda em 1850, havia um dispositivo, no art. 17, que dispunha da maneira que segue: "Os estrangeiros que comprarem terras e nelas se estabelecerem ou vierem, à sua custa, exercer qualquer indústria no País serão naturalizados, querendo, depois de dois anos de residência [...]". Então, o que se percebe é que havia um modelo normativo que, de certa maneira, tentava trazer para o País pessoas que vinham de outro lugar, o que é muito natural em países da América Latina.

Conhecemos o que houve do ponto de vista da movimentação humana: nos primeiros séculos, houve a vinda de estrangeiros para cá; depois, nós, brasileiros, fomos trabalhar em outros lugares – este é um problema que o Itamaraty enfrenta com muita recorrência –; e, de certa maneira, hoje, em função do momento pelo qual

o País passa, vive-se uma espécie de recrudescimento, com a volta de brasileiros que estavam no exterior.

Pelo sim ou pelo não, é mais ou menos no século XX que vamos conhecer outro grande marco regulatório, que é a Lei nº 5.709, de 1971. Essa lei precisa, evidentemente, ser contextualizada. Nós temos de sentir que o País, em 1971, era muito diferente do Brasil de hoje, passados quarenta anos. Se olhamos as fotografias que estão na parede, podemos ver, pela forma dos óculos que se usavam ainda na década de 70, que o mundo era muito diferente. O País era diferente, e ali havia um sentido e um conceito de segurança nacional que, de certa maneira, são um sentido e um conceito que, ao longo dos anos, podem eventualmente se transformar.

De qualquer maneira, em 1971, quando da concepção desse primeiro marco regulatório, que era a Lei nº 5.709, de 1971, dispunha-se, em primeiro lugar, que não haveria uma vedação. Senador, jamais se falou em vedação do ponto de vista absoluto. O que havia eram algumas limitações para que eventualmente estrangeiros pudessem adquirir terras no País.

Esse marco regulatório, a Lei nº 5.709, era muito simples. Começava assim: "Art. 1º. O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta lei". Na lei, então, havia uma série de limitações. Posso sintetizar: eu diria que havia limitações, e há limitações, no que tange ao tamanho da propriedade; no que tange ao percentual de loteamentos rurais para empresas de colonização; no que tange ao vínculo entre os estatutos da empresa que está comprando a terra e a atividade que ela vai exercer naquela terra; no que tange também a uma concordância da antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, que não existe mais. Havia também uma limitação do uso da escritura pública e dos elementos essenciais que deveriam ser informados na escritura pública e nas informações periódicas que deveriam então ser enviadas ao Ministério da Agricultura. E, em modos gerais, as terras estrangeiras também não poderiam passar da extensão de um quarto de cada um dos Municípios brasileiros, que, hoje, são 5,5 mil Municípios. Em 1971, esse número era bem menor, e, por via de consequência, a área dos Municípios era bem maior.

Eu sou originário do Estado do Paraná, e, no meu Estado, havia o Município de Guarapuava, que, parece-me, em algum momento da nossa história, já foi o maior Município brasileiro em extensão.

Então, a regra dizia que os estrangeiros não podiam ter um quarto das terras de determinado Município. Essas eram as limitações dessa lei de 1971.

Aqui, está todo o ponto da discórdia. Toda a confusão normativa que vivemos nos últimos dois anos reside em entendermos qual foi o problema de discussão jurídica que decorre do parágrafo que vou ler para os senhores agora. Naturalmente, quero fazer um registro aqui e o coloco na forma de argumento: não vejo isso como problema jurídico, vejo isso como todos os problemas que existem, como um problema econômico, um problema social, um problema de política internacional, que pode ser traduzido dentro de uma dimensão jurídica. Seria, portanto, absolutamente e superlativamente míope da minha parte imaginar que estou discutindo um artigo de lei. Na verdade, esta é uma maneira de traduzir para um provável debate, para uma provável discussão com um desate um problema que é econômico e que é social de fundo.

De qualquer modo, o § 1º do art. 1º dessa lei dizia: "§ 1º Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta Lei a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior".

Então, a lei dizia o seguinte: além do estrangeiro que está no Brasil, toda pessoa brasileira que tenha o predomínio do seu capital estrangeiro também deve naturalmente – esta é a lei, é a leitura da lei – ser submetida às mesmas restrições. Assim, em 1971, esse volume de restrições que havia e que, de certa forma, ainda existe eram restrições que se aplicavam a estrangeiros e eram também restrições que se aplicavam a pessoas brasileiras dominadas pelo capital estrangeiro. Era esse o quadro em 1971.

Passados 17 anos, em 1988, quando da Constituição de 5 de outubro daquele ano, consignou-se no art. 171 uma emblemática disposição que fazia uma diferenciação entre pessoas jurídicas brasileiras e pessoas jurídicas controladas por capital estrangeiro. E, naquela diferenciação que havia no art. 171, claramente se constitucionalizava o conceito de pessoa jurídica brasileira.

A Constituição de 1988 criou uma série de restrições de atuação de estrangeiros em áreas que são absolutamente nevrálgicas para a estrutura brasileira, razão pela qual a área de comunicação, a área de exploração de minerais e outras eram áreas em relação às quais se obstruía a presença dessas pessoas jurídicas estrangeiras. Isso ocorreu em 1988.

Passados seis anos, em 1994 – e aqui começa toda a história que eu gostaria de sintetizar –, por meio de um aviso, o então Ministro da Agricultura pergunta para o então Ministro de Estado-Chefe da Advocacia-Geral da União, à época Geraldo Magela Quintão, se eventualmente esse § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de

1971, havia sido ou não recepcionado pela Constituição de 1988, porque, no entender do Ministério da Agricultura, na medida em que a Constituição já tinha o número fechado de limitações para pessoas estrangeiras, não se podia admitir que a lei ordinária ampliasse esse volume de limitações. Esta foi a pergunta: persiste o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, em face da redação do art. 171 da Constituição de 1988? Essa foi a pergunta. E a resposta veio em forma de um advérbio de negação: "Não". A resposta veio por parte de um parecer LA, cujo número esqueci agora, aprovado pelo Parecer GQ, Geraldo Quintão, nº 22, que consignava o seguinte: "O § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, não foi [esta foi a expressão usada pelos juristas] recepcionado pela ordem constitucional de 1971". Portanto, as limitações à aquisição de terras por estrangeiros da Lei nº 5.701 estavam totalmente deixadas de lado. Esse foi o entendimento da Advocacia-Geral da União em 1994. Cai o marco regulatório.

Esse entendimento foi, à época, aprovado pelo Advogado-Geral da União e pelo então Presidente da República, mas não foi publicado no *Diário Oficial da União*. Para aqueles que conhecem um pouco a estrutura da advocacia pública, os pareceres aprovados pelo Advogado-Geral da União e adotados pelo Presidente da República não publicados no *Diário Oficial* somente limitam aquelas partes originalmente ali interessadas. Aqueles que são publicados no *Diário Oficial da União* vinculam toda a Administração Pública. Esse é o primeiro ponto. O alcance desse parecer não era de todo absoluto.

Mas, Senador, em 1995, o ano seguinte, um fato curioso se dá: a Emenda Constitucional nº 6 revoga o art. 171 da Constituição brasileira. Ora, se o Parecer GQ nº 22 era construído com base no art. 171 da Constituição, a partir do momento em que o art. 171 da Constituição deixa de existir, a pergunta que emerge é: e agora? Persiste o conteúdo do parecer? É essa a segunda pergunta que a Advocacia-Geral da União responde dois anos depois. E responde da seguinte forma: o fato de o art. 171 da Constituição Federal não existir mais significa dizer que o marco regulatório por esse artigo revogado não irá, pelo simples fato de que o artigo tenha sido revogado, mais uma vez ter vigência. Em outras palavras, utiliza-se uma velha regra da Lei de Introdução ao Código Civil que proíbe no Direito brasileiro a repristinação.

Portanto, em 1996, no Parecer GQ nº 189, a Advocacia-Geral da União diz que novo marco regulatório pode ser feito, mas que permanece vigente a percepção de que estão de lado todas as limitações à posse de terras por estrangeiros. Esse foi o segundo entendimento, em 1996.

Passados alguns anos, em 2008, a questão volta ao debate. São vários elementos de ordem empírica; eu nem usaria o tempo para descrevê-los. Os senhores os encontram à saciedade no *website* do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em que se fala do volume de terras que é comprado por estrangeiros, assim ou assado.

Por essa razão, um grupo de trabalho foi montado e começa a discutir qual seria, em 2009 ou em 2010, a leitura da Advocacia-Geral da União em relação a esse entendimento então vigente. É aí, então, que se constrói uma nova percepção, feita, inclusive, pelo meu antecessor, um brilhante advogado chamado Ronaldo Vieira, que é consultor no Senado Federal, uma pessoa iluminada, muito inteligente. Ronaldo, então, elabora um extenso parecer, que tem quase cem laudas, e, nesse parecer, a percepção desenhada foi a seguinte: primeiro, em 1994, aqueles entendimentos da AGU poderiam abstratamente não refletir um fato normativo concreto.

Em outras palavras, o Parecer GQ nº 22, no entendimento dessa última leitura da Advocacia-Geral da União, poderia, em princípio, estar equivocado, na medida em que há, sim, um volume muito grande de argumentos para se entender que aquelas limitações às pessoas jurídicas estrangeiras para a aquisição de terras no Brasil teriam, sim, sido recepcionadas pela Constituição de 1988, especialmente porque existe uma chave interpretativa para a questão, que é justamente o que se lê, com todas as letras, no art. 190 da Constituição, que tem a seguinte redação: "**Art. 190**. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional". Finca-se, então, um novo entendimento no sentido de se revogarem os dois entendimentos anteriores. Esse entendimento foi aprovado pelo Advogado-Geral da União, foi aprovado pelo então Presidente da República e foi publicado no *Diário Oficial*.

Resumidamente, no ano de 2010, a Advocacia-Geral da União entende que as limitações à aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras, ainda que durante n anos deixadas de lado por força de dois pareceres pretéritos, voltariam, sim, efetivamente, a ter vigor.

Foi nesse sentido que uma Procuradora da República oficiou ao Conselho Nacional de Justiça para que este tomasse algumas providências especialmente em relação aos cartórios, dado que, muitas vezes, a aquisição de terras por grupos de capital aberto poderia abstratamente esconder alguma transação em que houvesse por trás o capital estrangeiro.

Concomitantemente, S. Exª o Ministro Luís Inácio Lucena Adams envia um aviso para o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que tem o controle sobre os registros de pessoas jurídicas, para que, da mesma maneira, da mesma forma, isso fosse lá implementado.

Em síntese, resumindo minha rápida intervenção, a presença da AGU se resume substancialmente, então, Srª Senadora, em quatro passos. O primeiro passo foi o Parecer GQ nº 22, de 1994, que disse, com todas as letras, que a Constituição brasileira não recepcionava a limitação de aquisição de terras por estrangeiros. O segundo passo, em 1998, foi o Parecer GQ nº 181, que, com todas as letras, diz que, ainda que o artigo da Constituição no qual se tenha baseado o parecer anterior tenha sido revogado, persiste a impossibilidade de se limitar o acesso de terras por parte de estrangeiros. Num terceiro momento, já no ano de 2010, o Parecer LA nº 01 disse: "Os dois pareceres anteriores não têm mais vigência, de modo, então, que o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, persistiu em pleno vigor". Com base nisso, uma Procuradora da República provoca o Conselho Nacional de Justiça para que algumas providências fossem tomadas. Da mesma forma, noticio esse ofício de que lhes falei há pouco.

Posso eventualmente colaborar para o debate tão somente no sentido de relatar, do ponto de vista até de uma arqueologia jurídica e normativa, os vários passos que se deram nos últimos anos. É uma questão abstrata e superlativamente ideológica que provoca um debate assustadoramente difícil. No entanto, eu gostaria apenas de me limitar a fazer essa sumária reflexão em relação ao que aconteceu ao longo desses últimos anos. Não é uma percepção qualitativa, de positividade ou de negatividade, dizendo-se "sim" ou "não". É apenas, única, exclusiva e tão somente, o resultado de um breve relato.

Com isso, espero ter colaborado.

Obrigado pela atenção, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que lhe agradecemos. Esse breve relato trouxe para cá um assunto que, como V. Sª diz, é extremamente polêmico. Acreditamos que precisamos de uma solução, para que a segurança em relação à propriedade de terras no Brasil e, principalmente, na Amazônia seja bem mais efetiva.

Agradeço, então, a V. Sª, Dr. Arnaldo.

Agora, passo a palavra para o representante – é um prazer tê-lo conosco – da Secretaria do Patrimônio da União, Dr. Luciano Ricardo.

Entre nós, falta o representante do Incra. Foi feito o contato, e, infelizmente, não obtivemos resposta, mas poderemos fazer uma segunda rodada. Nossos convidados de hoje nos ajudarão muito na compreensão e na formação de uma opinião, Senadora Ana Amélia, porque esse é um tema vigoroso sobre o qual o Senado precisa se pronunciar de forma mais efetiva, que é a relação da propriedade de terras do Brasil por estrangeiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria usar da palavra pela ordem, Presidenta Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Srª Presidenta, eu queria cumprimentá-la pela audiência pública.

Aliás, eu já havia solicitado idêntica discussão, mas mais ampla para o Brasil todo, não especificamente sobre a Amazônia.

O Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy fala como um professor, pela veemência e pela didática, para esclarecer um tema tão delicado.

Pedi licença à nossa Presidente, porque tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores. Também quero pedir desculpas aos senhores expositores, porque, no Senado, não é muito racional a distribuição de tarefas. As responsabilidades que temos acontecem na mesma hora. E temos de marcar presença e de fazer a apresentação de relatórios, pois somos relatores de matérias. Então, seguramente, não é desatenção, mas o fazemos em função dessas exigências, o que é necessário esclarecer às pessoas que nos dedicam seu tempo e que vêm ao Senado.

Como sou marinheira de primeira viagem, sofro muito com essa situação, especialmente em função das pessoas que aqui vêm, atendendo ao nosso convite.

Eu queria somente pedir licença à nossa Presidente para encaminhar uma questão ao Dr. Arnaldo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Ana Amélia. Quero lhe dizer que compreendemos isso perfeitamente. Essa é a situação de V. Exª e de todos nós aqui. E lhe agradecemos, desde já, sua participação. Acho que o Dr. Luciano também não se importará com isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço licença ao Dr. Luciano.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor abordou a questão de modo geral, porque o tema é a Amazônia, mas existe na legislação uma questão relacionada aos Municípios de áreas de fronteira. São 150 quilômetros em que há uma legislação própria na questão da titulação de terras e até de empresas. Então, não houve um esclarecimento sobre esse detalhe.

Falo pelo meu Estado, porque praticamente dois terços do território do Rio Grande do Sul estão em área de fronteira. Então, há tentativa de mudar, mas há resistência em alguns setores oficiais. A gente vai continuar tratando disso.

Pergunto ao senhor, como um homem da lei e defensor do Estado de direito, como vê a insegurança jurídica nisso, nessa questão de tanto tempo da mudança de lei. E como fica a pessoa ou a empresa que já adquiriu terras? Naquele momento, a lei permitia isso, mas, agora, a lei não permite mais. Essa situação está resolvida? A pessoa terá de vender sua terra, ou a terra lhe pertence? Isso mantém o Estado de direito? É a primeira pergunta.

Faço outra pergunta. A compra de terras no País – estou olhando o que foi divulgado hoje na imprensa – com controle de capital estrangeiro fica limitada a 50km², ou seja, cinco mil hectares, de acordo com projeto de lei apresentado, ontem, na Subcomissão da Câmara que analisa limites para estrangeiros em negócios com imóveis rurais. O texto apresentado pelo Relator, Beto Faro, do PT do Pará, com o aval do Palácio do Planalto, já enfrenta o *lobby* do agronegócio, que pretende ver abolidas as restrições impostas a empresas brasileiras com capital estrangeiro. A votação do projeto foi adiada por duas semanas, tempo que será consumido em nova rodada de negociações. De novo, trata-se de segurança jurídica. Alterará de novo a manifestação da Advocacia Geral da União em torno desse tema, Dr. Arnaldo?

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – Senadora, objetivamente, em homenagem ao seu tempo escasso, tenho a mais absoluta convicção de que todas as situações já consolidadas devem ser respeitadas. Tenho a mais absoluta convicção de que aquilo que chamamos de direitos adquiridos, que refletem o que as pessoas fizeram no pretérito e o que, nas suas esperanças e nos seus patrimônios, foi incorporado, efetivamente deve ser respeitado. Na minha percepção –agora, falo não pelo Governo, mas pela minha própria pessoa –, qualquer entendimento da Advocacia-Geral da União tem efeitos proativos. Consequentemente, a primeira questão aqui colocada...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É futuro.

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – A primeira questão teria a seguinte resposta: creio que tudo se daria, a partir de agora, respeitando-se todas as situações já consolidadas, no primeiro caso.

No segundo caso, realmente, não tenho competência nem autorização para me manifestar sobre a questão do mérito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na condicionalidade.

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – Se é cinquenta, se é quinhentos, eu não sei. O que eu gostaria de dividir com a senhora é uma percepção muito desarmada no sentido de afirmar, peremptoriamente, que o que quer que aconteça, em princípio, a menos que o Poder Legislativo decida de maneira diferente, deve naturalmente respeitar tudo aquilo que é consolidado. A percepção de direitos já adquiridos e de situações pretéritas já incorporadas é algo que merece o mais absoluto respeito. É assim que respondo às suas indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Saio mais tranquila daqui. Muito obrigada, Dr. Arnaldo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Dr. Luciano pela gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Passo a palavra, agora, ao Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO RICARDO DE AZEVEDO RODA – Bom dia a todos!

Senadora Vanessa, agradeço muito o convite, em nome da Drª Paula, que, infelizmente, não pôde comparecer e que me pediu que a representasse aqui. Cumprimento os companheiros de Mesa.

Falar por último numa Mesa como essa, não sei se facilita ou se complica o trabalho, porque, realmente, a discussão já avançou bastante. Vou tentar focar um pouco no que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) tem feitos nesses anos no sentido de tentar viabilizar na prática a regularização do uso dessas áreas.

De 2003 para cá, a SPU tem passado por um processo de reestruturação bastante grande. E o pano de fundo dessa reestruturação é o entendimento da necessidade de que as áreas públicas cumpram a sua função social. A partir de 2003, a gente começa a implementar no uso das áreas públicas os princípios que estavam previstos, como já foi citado aqui, na Constituição de 1988. Isso provocou uma reviravolta no formato dessas áreas.

O cumprimento da função social não é só o atendimento das necessidades das populações de baixa renda, o atendimento das ações de regularização fundiária. O entendimento disso, previsto na Constituição, é que essas áreas da União sejam utilizadas como recurso estratégico no apoio às ações necessárias para o desenvolvimento das regiões.

No caso específico da Amazônia, a fala da Drª Carla foi bastante feliz no tocante à identificação das especificidades dessa região. Acho que essa é a maior dificuldade. Vendo de Brasília o que acontece nessas áreas, parece que há uma situação de carência e de penúria total, mas a não identificação da realidade local

é que leva a esse tipo de impressão e nos faz tentar levar tudo que achamos de interessante no sul para lá e essa não é, realmente, a necessidade do local. O reconhecimento disso fez com a Secretaria também se adequasse, partindo da implantação de superintendências em todos os Estados.

A parte de legislação foi bem abordada aqui pelo Dr. Arnaldo, mas a forma de se aplicar isso na prática passa pela política de gestão do uso dessas áreas. Nessa linha, a SPU tem trabalhado muito mais com parcerias, tentando compartilhar essa gestão cada vez mais com os interessados na ponta.

Para as áreas de orla, já existia um programa que foi fomentado com esse princípio de gestão compartilhada, que a gente conhece como Projeto Orla, que trata das áreas de orla do País, com o sentido de tentar unificar a gestão com participação de Estado, de Município e de sociedade civil, de forma paritária, estabelecendo um plano, buscando um entendimento do que se pretende para o uso dessas áreas públicas. A partir daí, pode-se fazer uma destinação em cima de um projeto discutido de forma integrada.

Nos últimos anos, de 2009 para cá, a gente vem tratando a adequação desse projeto para a orla fluvial, lembrando que, principalmente na área da Amazônia, a União tem um potencial de áreas bastante grandes, e há problemas sérios de conhecimento dessas áreas, sem levar em consideração a faixa de fronteira, onde há necessidade da intervenção e do parecer para qualquer destinação ser feita em conjunto com o Ministério da Defesa e com o Conselho de Defesa Nacional.

Nas margens de rios federais, há uma faixa de quinze metros a partir da linha média de enchente ordinária que, em algumas situações, compreende áreas com bastante impacto e áreas bastante grandes. Lembro ainda as características da Amazônia, em que as ocupações, as cidades se desenvolvem a partir da existência dos rios, que são os meios de transporte e, na maioria das vezes, um meio de subsistência. Então, a gente vem fazendo para as margens de rios a adequação dessa metodologia de trabalho integrado.

Um dos destaques na alteração da legislação foram as duas mudanças impactantes para a Secretaria de Patrimônio da União no sentido da agilização da regularização fundiária. Foi a primeira lei de 2007, que a gente chama de marco da regularização fundiária em áreas da União, e, depois, veio a Lei nº 11.952, que implantou o Programa Terra Legal, que procura fazer nas áreas arrecadadas pelo Incra a massificação do processo de regularização, garantindo a titulação dessas áreas para os produtores que as ocupavam.

Nesse processo, a gente tem uma parceria bastante forte com o Incra. Vale lembrar que a legislação restringe a regularização para ocupantes brasileiros natos ou naturalizados. E há limitação de área também, como o restante da legislação já previa.

Nessa área, hoje, adotamos um procedimento. Esse programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com uma parceria bastante forte do Incra – acho que são parceiros importantes para virem para a Mesa. Produziram, hoje, um conhecimento da Amazônia que, dificilmente, haveria de outra forma. Hoje, a identificação de áreas e o sistema de georrefereciamento estão bastante avançados, permitindo que, num tempo curto, no futuro, a gente consiga obter grandes resultados na questão de titulação dessas áreas.

Nas demais áreas, há um programa que nos é bastante caro, que é o exemplo da ida ao encontro das necessidades da população ribeirinha, que é o nosso projeto conhecido como Nossa Várzea, que já foi, inclusive, premiado como prática inovadora de gestão pública e que trata do reconhecimento do direito do cidadão extrativista que vive na beira dos rios. Então, fazemos esse trabalho, e, hoje, foram emitidos mais de 60 mil títulos; são termos de autorização de uso que garantem a relação do ribeirinho com a terra e com o espaço da água, de onde ele tira sua subsistência.

Esse programa nos deixa bastante felizes porque eliminou muitos atravessadores que viviam da exploração dessa população em virtude do isolamento e da insegurança com relação a quem seria proprietário da terra. Esse programa tem viabilizado o desenvolvimento de várias comunidades que estavam sujeitas ao interesse de muito poucos.

Para viabilizar todo esse procedimento, o fundamental é termos o conhecimento do que é da União nessas áreas. Nesse sentido, temos acentuado, sem contar com a parceria eterna da Advocacia-Geral da União – muito do que fazemos acaba sendo executado a partir do que é discutido com os advogados da União, que nos garantem segurança jurídica para a ação –, uma parceria bastante forte com o Ministério da Defesa e, na área da Amazônia, especificamente, com o Exército na demarcação e identificação dessas nossas áreas. Há priorização para algumas situações urbanas, para algumas áreas de conflito onde atuamos mais especificamente. A Senadora também é nossa parceira, já nos deu o prazer de estar presente em muitas áreas onde temos tratado dessa regularização.

Então, esse é um procedimento que visa a garantir, primeiro, o conhecimento de nossas áreas, o que possibilita uma destinação muito mais adequada, com a garantia de que essas áreas não terão seu uso distorcido, sem que retorne para a União uma área com problemas para serem resolvidos.

A Secretaria de Patrimônio da União tem procurado se adequar às novas realidades, adequar-se, principalmente, à realidade da Amazônia. Com esse programa, criamos, inclusive, uma coordenação específica – a coordenadora Patrícia Cardoso está aqui presente – para a área da Amazônia Legal. Isso está vinculado ao programa Terra Legal, que procura entender essas especificidades da área e dar retorno, de forma mais ágil e rápida, para garantir o uso sustentável dessas áreas.

Encerro aqui minha participação.

Estou à disposição para o debate.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Luciano, que aqui representa a Drª Paula, que é a Secretária do Patrimônio da União, assim como aos demais convidados.

A Senadora Ana Amélia fez um questionamento muito importante ao Dr. Arnaldo a respeito da segurança jurídica.

Eu teria uma série de questionamentos a fazer a todos. Entretanto, penso que esse primeiro encontro nos remete a uma reflexão.

A Câmara dos Deputados já está envolvida nesse debate de forma muito mais consolidada do que o Senado Federal. A Senadora Ana Amélia acabou de ler uma reportagem publicada num jornal de hoje a respeito de um projeto que penso não ser da relatoria do Deputado Beto Faro, mas, sim, de autoria do Deputado Beto Faro, que é representante do Estado do Pará. Também na Câmara dos Deputados, eles formaram uma comissão específica para debater essa questão de terra de estrangeiros. E, aqui, temos procurado debater muito mais o assunto sob essa ótica da Amazônia. Não apenas na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas também na Comissão de Relações Exteriores, esse debate vem sendo travado.

Resumidamente – não quero aqui repetir as palavras do Dr. Arnaldo, que abordou de forma muito sucinta o problema –, o problema é que a legislação data de 1971. A partir de 1994, foi dado um parecer, que foi vinculante, de que aquele dispositivo, sobretudo o art. 1º, § 1º, havia perdido sua eficácia – resumidamente seria isso – por conta da nova Constituição brasileira, que conferiu igualdade a empresas de propriedade de brasileiros ou de estrangeiros.

No período de 1999 a 2001, estivemos muito envolvidos nesse tema quando participamos de uma CPI destinada a investigar grilagem de terras na Amazônia. De lá, já fazíamos críticas fortes a essa interpretação dada pela AGU.

Em 2008, veio novo parecer, como disse o Dr. Arnaldo, assinado pelo Advogado-Geral da União, Dr. Adams, no ano de 2010. Isso suscitou, como foi mostrado aqui, a participação, inclusive, do Ministério Público nessas questões.

O fato é que precisamos, coletivamente, participar desse desfecho. Precisamos coletivamente participar desse desfecho – repito. Salvo engano, o parecer de 2008 fala da necessidade de uma legislação futura, porque não podemos tratar a legislação que data de 1971 com pareceres da Advocacia-Geral da União. Se a legislação está ultrapassada, se a legislação precisa ser atualizada, quem faz isso é o Poder legislativo. Eu mesma tenho um projeto de lei muito simples. Na Câmara dos Deputados, há vários projetos.

Vamos fazer um levantamento, e eu queria restringir-me a isso. Estão aqui os nossos consultores, pessoas que nos auxiliam nessa tarefa. Devemos fazer um levantamento de todas as proposições que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. E veremos se temos condição de criar um grupo de Senadores. A partir da Subcomissão da Amazônia, podemos contar com um representante daqui, com um representante da Comissão de Relações Exteriores e com um grupo, para que possamos desenvolver esse trabalho sob a ótica da defesa nacional, sob a ótica das relações exteriores, sob a ótica do patrimônio da União, sob a ótica da mais perfeita segurança jurídica.

Uma reinterpretação foi feita a partir de 1994. Vedação o Brasil nunca fez. Seria um grande equívoco vedar a possibilidade de uma pessoa estrangeira, física ou jurídica, acessar terras no Brasil. Esse seria um grande equívoco. O que precisa haver é um limite. Aliás, em todos os países, há um limite. Não conheço país que não imponha limite, que não imponha regra. Fizemos um levantamento. Todos os países impõem limites, inclusive os Estados Unidos e os países europeus. Limites claros são estabelecidos, e é isso que precisamos discutir.

Passamos alguns anos como se fosse um período sombrio, não havia lei. Se antes se determinava que houvesse a necessidade de um livro de registro, a partir de 1994, isso não continuou a ser exigido. Os dados existentes hoje não são nada confiáveis. Não gosto de repetir a leitura, quanto mais repetir em voz alta os dados que o Incra disponibiliza, pois são dados que considero que estão muito longe, muito longe da realidade.

Aí somos levados a outra reflexão, que foi o que o Dr. Luciano disse: precisamos ter conhecimento da questão fundiária no Brasil, principalmente na Amazônia. No Sul e no Sudeste, é muito mais fácil, mas, na Amazônia, não há esse levantamento. Há um programa que estamos acompanhando, um programa do qual participam diretamente a Secretaria de Patrimônio da União e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que

são os responsáveis. Temos acompanhado os esforços no sentido de buscar esse conhecimento, para, a partir do conhecimento, levar a questão fundiária a uma situação de plena regularidade. É esse o objetivo. Sem dúvida alguma, muitos problemas são enfrentados, mas é um esforço que o Governo já vem fazendo. E, a partir daí, penso que a gente pode desenvolver um belo trabalho.

Não vou fazer pergunta ao Ministério da Defesa, nem ao de Relações Exteriores, tampouco à Advocacia-Geral da União e à SPU, mas quero sugerir, agregando o Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde está o Incra, a formação desse grupo de trabalho, primeiramente, no âmbito da Subcomissão da Amazônia.

O Dr. Arnaldo me falava sobre isso. Alguns consultores da Casa já se dedicam muito à matéria. Aqui, há um trabalho muito bom, que foi elaborado pelos consultores legislativos Fábio Augusto Santana Hage, Marcos Peixoto e Ronaldo Vieira Júnior. Então, com estes e com outros consultores que poderão se agregar, formaríamos esse grupo para atualizar os dados. Não é que não tenhamos nada atualizado, mas buscaremos fazer esse levantamento. Hoje, ainda somos orientados pelo último parecer da AGU, datado de 2008 e aprovado em 2010. E, no meu entendimento, precisamos caminhar para aprovar uma legislação, imediatamente. Então, a ideia é a de formar esse grupo de trabalho com consultores, com os senhores, que, se não puderem vir às nossas reuniões de trabalho, poderão enviar representantes, para que possamos contribuir com o Parlamento. Quem sabe podemos colocar isso como prioridade? E, efetivamente, vejo isso como prioridade da pauta brasileira.

Têm sido muito fortes as reações a esse parecer por parte de vários segmentos ligados principalmente ao setor agrícola, que chegam a estimar em R$25 bilhões os prejuízos com essas novas interpretações, com essas limitações. E acho que o prejuízo maior é dado ao Brasil e à nossa soberania.

Estamos prestes a participar da Conferência Rio+20, que o Brasil está organizando. E, em novembro deste ano, haverá a COP-17, que tratará do Protocolo de Kyoto, que tratará das questões ambientais. Hoje, está posto esse debate no mundo inteiro, e a legislação que deverá sair sobre o Código Florestal deverá abordar o assunto. O valor da terra, principalmente o da terra florestada, é inestimável. Então, há especulação imobiliária e mercado de carbono. São questões que têm de vir à pauta.

Os nossos consultores fizeram uma quantidade grande de questionamentos. Não vou fazer perguntas, porque este é o nosso primeiro encontro, e precisamos, efetivamente, criar esse grupo de trabalho.

Então, ao fazer essas minhas observações iniciais, eu gostaria de passar a palavra aos senhores, para que façam suas considerações finais e manifestem a possibilidade de compor conosco esse grupo de trabalho. Depois, nós o formalizaríamos na Subcomissão, aprovaríamos todos os dispositivos legais, requerimentos, o que fosse, para instalarmos esse grupo. Ou, se for o caso, depois, veremos com nossos consultores se poderemos avançar ainda mais numa proposição a partir da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, da Subcomissão da Amazônia, e se poderemos fazer uma comissão mais ampla, no âmbito do próprio Senado. Não sei qual será a forma técnica. Vamos fazer isso de tal forma a dar um caráter de legalidade a esse grupo, que fará o levantamento dos dados atuais, das ações do Executivo e até das iniciativas do Poder Legislativo.

Então, eu gostaria de ouvir o senhor e a senhora, nas suas considerações finais. Eu gostaria que falassem a respeito da disposição de participar conosco, de desenvolver no Senado esse trabalho.

Então, pela ordem, concedo a palavra ao nosso Capitão de Mar e Guerra Paulo Garcia.

O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO – Senadora, acredito que o debate foi bastante profícuo. Coloco o Ministério da Defesa à disposição, para, a qualquer momento, comparecer a esse grupo de trabalho, uma iniciativa que será muito bem-vinda ao Ministério, para que se busquem sempre preservar os interesses do País, especialmente na questão fundiária, que é grave, principalmente na Amazônia. Tenho a certeza de que meu Ministério terá um grande prazer de participar desse grupo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Capitação Garcia, pela disposição. Tenho a certeza de que contaremos com o Ministério da Defesa diariamente. Um debate como esse é muito importante. A presença dos senhores é fundamental, para nos ajudarem a fazer a análise de projetos, a análise do que já existe e do que poderemos fazer daqui para frente.

Concedo a palavra à Drª Carla.

A SRª CARLA BARROSO CARNEIRO – Novamente, quero agradecer à Senadora e à Subcomissão pela oportunidade que foi dada ao Itamaraty de transmitir aqui suas opiniões, seus comentários, suas informações a respeito do tema, sempre lembrando que o Itamaraty tem uma atribuição um pouco mais limitada no que se refere a esse assunto.

Aprendi muito com o debate de hoje, aprendi com cada um dos que falaram sobre a sua perspectiva. Tenho a certeza de que o Ministério das Relações Exteriores estará à disposição do grupo de trabalho que será criado pela Senadora. Estaremos presentes

e buscaremos atuar sempre, limitados pela nossa atribuição específica.

Quero lembrar que, no dia 22 de novembro, vai acontecer em Manaus a reunião dos chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Vai acontecer, na mesma semana, uma série de reuniões com autoridades nacionais para discutir o que a gente quer da OTCA, esse organismo internacional que foi criado. É o único organismo internacional que tem sede em Brasília e que ainda precisa crescer, ainda precisa ocupar suas potencialidades. A Senadora está convidada. Não sei se já chegou o convite aqui. O convite, se ainda não chegou aqui, chegará. Vim aqui também com essa atribuição específica de reforçar o convite para a participação da Senadora e, evidentemente, dos outros colegas que estiverem interessados nessas reuniões que vão acontecer, portanto, na semana de 22 de novembro, em Manaus, no Hotel Tropical.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Carla.

Sem dúvida, gostaríamos imensamente de fazer parte desse grupo cujo trabalho acompanhamos. Entendemos que essa integração dos países da Amazônia global é fundamental. Problemas que são nossos são também da Bolívia, da Colômbia. Temos problemas semelhantes. Com o advento do Mercosul e do próprio Parlasul, temos condições também de provocar avanços significativos nessa integração.

Concedo a palavra ao Dr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – Eu queria registrar aqui...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Arnaldo, peço-lhe só um minuto.

Há outro assunto que também devemos integrar a esse: a questão da concessão de florestas públicas. Devemos fazer um levantamento de como anda uma lei aprovada recentemente no Brasil que trata de concessões, principalmente neste momento em que o Governo está querendo – tenho lido a respeito e confesso que tenho me preocupado muito com esta possibilidade – que haja uma terceirização na gestão dos parques nacionais. Estou extremamente preocupada com essas notícias que vêm sendo divulgadas com muita frequência nos últimos dias, inclusive levantando a questão sob a ótica das deficiências do Instituto Chico Mendes, que é o responsável pela gestão dessas áreas de preservação. Por conta disso, estaria sendo feito um estudo sobre a possibilidade de terceirizar a gestão desses parques. Inclusive, já foi citado o de Anavilhanas, que é o maior arquipélago de ilhas da Amazônia, que fica nas proximidades de Manaus.

É um tema que precisamos debater e agregar a essa questão fundiária, ao acesso de terras por estrangeiros e à questão de concessões. Enfim, é preciso um panorama mais geral.

Desculpe-me, Dr. Arnaldo. Agora, é a vez de V. Exª.

O SR. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY – Em absoluto. É sempre um prazer ouvi-la, Senadora.

Creio que a situação toda exige de nós uma postura muito calma. Não há, em nenhum momento, tanto quanto me parece, especialmente por parte da Advocacia-Geral da União, uma atitude de radicalização em face do problema. É fato comum em todo o mundo essa restrição à aquisição de terras por estrangeiros. Se houvesse apenas uma cláusula de reciprocidade, isso seria o suficiente para afastar uma série de circunstâncias. Há vários países que não admitem sequer a propriedade de terras por estrangeiros. Portanto, o assunto não tem e jamais teria essa dimensão tão absurda que se pretende dar eventualmente.

Não há por parte – imagino – daqueles que sonham com uma normatividade pronta sobre isso qualquer resquício de xenofobia ou de tratamento, digamos assim, agressivo com quem é de fora. Em absoluto! Ninguém está falando até agora, tanto quanto me parece, sobre vedação. O que se fala é em termos de controle. No mundo de hoje, o fundamental é informação. Nós temos de saber objetivamente nas mãos de quem estão nossas terras. É uma questão de segurança nacional! Enfim, é uma questão absurdamente importante.

Senadora, eu me recordo de quando eu era menino, em 1971. Uma vez, na capa da revista *Veja*, havia o desenho da Amazônia, e, naquele desenho, estava escrito: "Amazônia, faturar ou perder?". Era uma leitura de 1971. Passados quarenta anos, as coisas mudaram muito, e temos de aproximar direito e desenvolvimento. O problema é que essas duas dimensões não falam a mesma palavra. Tem se a impressão de que o desenvolvimento é uma coisa para frente e de que o direito fica olhando sempre para trás, respeitando sempre o que é arcaico, o que é antigo, o que é cristalizado.

Então, Senadora, imagino que o momento é de imaginação institucional. Temos realmente de avançar nesse marco e de resolver um problema que tanto aflige a Nação, não só a Amazônia, como o Brasil inteiro.

Quero parabenizá-la pela maneira tão altiva e tão pró-ativa como a senhora tem tocado essa questão. Meus parabéns! Muito obrigado pela chance de estar nesta manhã no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que lhe agradecemos a sua participação, Dr. Arnaldo Godoy. Tenha a certeza de que vamos nos encontrar com maior frequência, para

tratar desses assuntos tão importantes para o Brasil e, sobretudo, para a Amazônia.

Concedo a palavra ao Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO RICARDO DE AZEVEDO RODA – Com certeza, na proposta do grupo de trabalho, a SPU está dentro. Com todos os outros temas levantados com relação à floresta pública e à Unidade de Conservação, temos interface. Estamos plenamente dispostos a discutir sobre isso, principalmente porque temos tentado aperfeiçoar essa gestão com as parcerias com o ICMBio, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Incra, com o Serviço Florestal Brasileiro. Interessa-nos muito agilizar isso e, se for possível, adequar a legislação às necessidade de hoje.

Reitero aqui o que o Dr. Arnaldo falou: o conhecimento de como estão essas áreas é fundamental. A discussão do formato do que tratam os cartórios é muito importante nesse procedimento, mas vamos discutir tudo isso na sequencia.

Agradeço-lhes muito o convite e coloco-me à disposição para todas as demandas futuras.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Dr. Luciano, pela participação da SPU aqui.

Ficamos acertados assim: nós nos reuniremos o mais brevemente possível. Na semana que vem, vamos nos reunir com os nossos consultores e traçar uma sugestão. Na sequencia, convidaremos os senhores não mais para uma reunião formal, mais, sim, para uma reunião informal, para que possamos aprovar um calendário de trabalho e traçar objetivos.

Eu gostaria de pedir a paciência dos senhores antes de encerrarmos a presente reunião.

Por haver número regimental, proponho a deliberação de requerimento extrapauta.

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011

> Requerimento nº 19, de minha autoria, em aditamento ao Requerimento nº 11, aprovado em 13 de setembro do corrente, que requer a realização do Simpósio Amazônia, etapa estadual, para o dia 31 de outubro, na cidade de Manaus. Requeiro a inclusão do nome do Dr. José Aroldo Mota, Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para ser palestrante no referido simpósio.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Neste momento, agradecemos a presença aos nossos convidados, à nossa convidada e a todos que aqui estão.

A nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 08 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS 2016 – CDRCOOL

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 08, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "ACOMPANHAR, AVALIAR E FISCALIZAR TODAS AS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014, NO BRASIL, E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS EM 2016, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO", REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e doze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores José Pimentel e Zeze Perrella. Deixam de comparecer os Senadores, Vital do Rêgo e Cássio Cunha Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência registra a presença do Vereador Luiz Dutra – Presidente da Câmara Municipal de Uberaba/MG e do Deputado Federal Zé Silva – PDT/MG. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião está destinada a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 11/04/12, que propõe debater "a Lei Geral da Copa, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Deputado Federal José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo, que *dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil*; o Excelentíssimo Deputado Federal Vicente Cândido

Da Silva, relator do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011; o Excelentíssimo Deputado Federal Romário De Souza Faria; o Excelentíssimo Deputado Federal Danrlei De Deus Hinterholz; o Excelentíssimo Deputado Federal Valadares Filho e um representante da Fédération Internationale de Football Association – FIFA". A Audiência Pública é realizada com a presença dos Excelentíssimos Deputados Federais Renan Filho e Vicente Cândido. Após a exposição dos palestrantes, usa da palavra a Presidente da Subcomissão, Senadora Lídice da Mata e Senador Zezé Perrella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata,** Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A Ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº01/2012 da CDR – Subcomissão da Copa e Olimpíadas, de minha autoria, com a finalidade de debater a Lei Geral da Copa.

A nossa intenção era a de, nesta reunião, ouvir a experiência da Câmara dos Deputados sobre esse debate, já que temos, geralmente, um processo mais rápido de votação aqui no Senado pelo diferente número de integrantes do da Grande Casa que, na verdade, é a Câmara dos Deputados. Muitas vezes, a revisão da legislação se dá já em cima daquilo que foi considerado polêmico e que chega aqui e encontra um certo acordo, como no caso do Código Florestal. Volta para a Câmara e, às vezes, nem sempre, esse acordo é garantido.

Quero agradecer a presença – em meu nome e em nome dos companheiros da Comissão, em nome do nosso Vice-Presidente, Senador Zeze Perrela, aqui presente – do Deputado Federal Renan Filho e do Deputado Federal Vicente Cândido que se dispuseram, largando suas atividades importantes na Câmara hoje, a nos passar rapidamente essa experiência. Não pretendemos que seja uma audiência pública longa porque tanto temos votação das medidas provisórias daqui a pouco quanto vocês estarão na votação do Código Florestal. Para que a gente possa deixar registrado, há também a experiência de um assessor da Relatora na Comissão de Educação e Esportes, Senadora Ana Amélia. S. Exª estaria aqui presente, mas teve de ir a uma audiência da Bancada do Rio Grande do Sul no Palácio do Planalto.

Vou, portanto, iniciar passando a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado Renan Filho, Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 2.330/2011, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA/2013 e à Copa do Mundo FIFA/2014, que serão realizadas no Brasil. Posteriormente, logo concederei a palavra ao Deputado Federal Vicente Cândido. Portanto, com a palavra, o Deputado Federal Renan Filho.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Muito obrigado, Presidente desta Subcomissão, Senadora Lídice da Mata. Gostaria de cumprimentar o Senador Zeze Perrela assim como eu e Vicente, um militante do esporte, principalmente do futebol, que conhece como poucos. Não é Vicente? Zeze tem uma experiência muito grande.

Eu e o Deputado Vicente Cândido tivemos a oportunidade de, nos últimos meses do ano passado e no início deste ano, discutirmos pelo Brasil a Lei Geral da Copa e de trabalharmos junto aos Deputados da Comissão Especial que foi criada para proferir parecer sobre esse projeto na Câmara dos Deputados.

Foi um trabalho, como disse a Senadora Lídice, muito árduo em que o Relator, com a paciência que lhe é peculiar, teve de discutir com todos, de ouvir todos e de reunir no projeto as contribuições dos deputados. De forma que nós acreditamos que esse projeto, Senadora Lídice, condensa o pensamento médio da sociedade brasileira e da Câmara dos Deputados. Digo isso com muita tranqüilidade porque conseguimos votar o projeto de Vicente Cândido rapidamente no plenário, o difícil foi pautá-lo. Depois de pautado foi aprovado com tranqüilidade. Inclusive, Vicente recebeu, em seu relatório, contribuições dos mais diversos partidos do Governo e da Oposição. De forma que o projeto saiu da Câmara mais robusto do que chegou.

Quero falar mais do trabalho que fizemos para deixar o Vicente, que foi o Relator, esmiuçar os pontos importantes. Queria dar somente uma pincelada geral.

Nós, quando assumimos a Presidência da Lei Geral da Copa e da relatoria da Comissão Especial, eu e o Vicente, criamos uma agenda de trabalho pelo País.

Nós visitamos, nós decidimos visitar uma cidade sede de cada região do País que está realizando a Copa. Fomos a Porto Alegre, fomos a Salvador, fomos à Manaus, fizemos uma audiência aqui em Brasília. Acho que foram essas. E fomos a São Paulo também.

Nessas audiências públicas nós pudemos conversar com a sociedade brasileira, com estudantes, com idosos, com os institutos de defesa do consumidor, com as pessoas que são diretamente afetadas pela Copa do Mundo, pelas obras da Copa do Mundo, inclusive, mesmo não sendo o foco da Lei Geral da Copa. Isso foi tratado, reiteradas vezes, nas audiências públicas e isso fez com que o projeto ficasse forte. Nós garantimos na Lei Geral da Copa a legislação federal vigente em nosso País.

O Estatuto do Idoso está sendo integralmente respeitado pela Lei Geral da Copa, ou seja, as pessoas que, pelo Estatuto do Idoso têm direito a ter meia entrada em eventos culturais e esportivos terão esse direito garantido em todas as categorias de ingresso para a Copa do Mundo, Senadora Lídice.

Isso foi uma ampla discussão do relator Vicente, com o Governo Federal. Isso foi garantido.

Nós garantimos também, praticamente, todo o Código de Defesa do Consumidor, que é uma das grandes vitórias do consumidor brasileiro tão cobrado por onde andamos. E o consumidor tem hoje a garantia de que o Código de Defesa do Consumidor estará integralmente respeitado.

O relator, juntamente com a comissão, foi mais adiante. O Estatuto da Juventude foi recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e já foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, provavelmente irá, este ano ainda, ao plenário do Senado, mas nós em um grande acordo com a Une, com as entidades representativas dos estudantes conseguimos garantir incluí-los na categoria, tipo 4, de ingressos, que serão ingressos vendidos a preços populares e assim os estudantes brasileiros, sobretudo aqueles mais pobres poderão ter acesso a ingressos mais baratos para a Copa do Mundo.

Ao lado deles, beneficiários do programa Bolsa Família e comunidade indígena, comunidade carente, não é Vicente, de forma que a Lei Geral da Copa na Câmara ela garantiu também o acesso àqueles que mais precisam e que não poderiam comprar o ingresso ao preço normal que é, como todos sabemos, um ingresso mais caro do que a realidade do futebol brasileiro.

Portanto, a discussão foi ampla, Senadora Lídice. Nós tivemos o cuidado de ouvir a todos, como eu disse anteriormente, o Deputado Vicente Cândido acatou muitas sugestões dos Deputados, o que eu acho que deve acontecer também aqui no Senado, e a grande discussão com relação à Lei Geral da Copa foi aquela discussão de se o Brasil estava garantindo a sua soberania ou cedendo muito à FIFA.

Eu digo isso hoje com convicção. Nós não deveríamos, como brasileiros, nem discutir a soberania do nosso País. O Brasil é um País soberano. Em nenhum momento a FIFA veio aqui questionar a nossa legislação ou querer alterar a nossa legislação. Pelo contrário, a FIFA cedeu muito mais do que nós próprios esperávamos na questão da responsabilidade civil.

A FIFA tentou incluir no projeto que catástrofes naturais e eventos relacionados a terrorismo fossem de integral responsabilidade do Governo Federal, e explicitado isso no texto da Lei Geral da Copa, Senadora Lídice. A senhora, que é uma defensora da democracia, que lutou aguerridamente para que o País caminhasse para o rumo que caminhou, sabe bem do que estou falando.

A nossa legislação não trata de atos de terrorismo. O Brasil não tem essa tradição. Portanto, o Governo Federal ponderou, e nós ponderamos também, garantindo à FIFA que, em casos extraordinários, a legislação brasileira vigente já atende aos grandes eventos. E nós deixamos, no texto, o texto original do Governo Federal, aquele texto que não explicita o que vai cobrir, mas em que o Governo garante que em casos atípicos nós possamos dar as respostas necessárias.

E tivemos algumas disputas, algumas discussões com relação à bebida na Copa do Mundo, que eu vou deixar para o Deputado Vicente contextualizar.

A Lei Geral da Copa foi, sem dúvida, a mais discutida no início do ano, na Câmara dos Deputados e no Brasil, porque a Copa mexe com todos, a Copa do Mundo ocupou a agenda dos investimentos do Governo Federal, ela ocupou a agenda legislativa e ocupa a agenda das pessoas, principalmente daquelas doze cidades sede.

Eu tenho dito por onde ando, Presidente Lídice, que a Copa do Mundo não é a panacéia para resolver todos os problemas do Brasil. Não será a Copa do Mundo que vai dotar o Brasil da infraestrutura necessária para a mobilidade urbana. Não será a Copa do Mundo que irá resolver os problemas da saúde pública, da educação. As pessoas cobram muito isso: "Não, mas estão construindo um estádio e nós não temos um hospital aqui!" Vamos citar Salvador, que é a cidade da Senadora Lídice, nós não temos os nossos hospitais em condições de atender a nossa população dignamente.

Não é a Copa do Mundo que vai resolver isso, Senadora Lídice, mas, sem dúvida, a Copa do Mundo

está acelerando os investimentos no nosso País. Ainda ontem a Presidente Dilma Roussef anunciou o PAC da mobilidade das cidades sedes.

Isso é muito importante. Brasília vai receber 4 bilhões de investimento. Serão 32 bilhões de investimentos até o início do mundial no Brasil, de forma que isso só vai acontecer nessa velocidade porque o Brasil é sede da Copa. Isso é fato.

Se o Brasil não fosse sede da Copa, esses investimentos aconteceriam, mas com outra velocidade sem dúvida alguma. Além disso, os investimentos que o Brasil está recebendo eles não vêm só para a Copa do Mundo. Por exemplo, os investimentos em aeroportos são necessários para o desenvolvimento do nosso País, para o crescimento do País, para garantir o direito do cidadão brasileiro se deslocar dentro do próprio País condignamente.

Esses investimentos estão sendo também muito acelerados pela vinda da Copa do Mundo, das Olimpíadas... Portanto, Senadora Lídice, além de Presidente da Comissão Especial da Lei Geral da Copa na Câmara, eu sou membro, fui Vice-Presidente no ano passado, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, sou membro da Comissão de Turismo e Desporto neste ano, sou inclusive o líder do PMDB naquela comissão e nós tivemos a oportunidade também de rodar o País, em parceria com o Senado, nos fóruns legislativos. Está aqui o consultor do Senado, nosso amigo Alexandre, que teve a oportunidade de fazer isso conosco e observar que o Brasil vem se preparando bem para a Copa do Mundo.

No próximo ano nós já vamos realizar a Copa das Confederações, e os estádios já vão ter que estar prontos na Copa das Federações, o que vai nos dar uma tranquilidade para a Copa do Mundo.

Eu queria parabenizar a senhora pela discussão. Não tenho dúvida, Vicente, de que o Senado, pela experiência dos Senadores que são, muitos deles, parlamentares experientes, outros ex-Governadores, ex-Presidentes da República, ex-Ministros de Estado, vai aperfeiçoar ainda mais esse projeto para que o Brasil possa garantir, por um lado, à FIFA que realize aqui no Brasil a maior Copa do Mundo de todos os tempos, e, por outro lado, garantir ao povo brasileiro que a nossa legislação seja respeitada, que o nosso povo apresente para o mundo a capacidade do nosso País de realizar grandes eventos.

Eu tinha dito, lá na Câmara, para concluir, Senadora, que o Congresso Nacional não tem a prática de digerir pratos feitos, nem a Câmara nem o Senado Federal. Da mesma forma que o projeto que chegou lá o Vicente melhorou, eu acredito que o Senado vai melhorar ainda mais para retornar à Câmara. Não é a tradição das Casas. As Casas têm que debater, discutir e iluminar os pontos obscuros dos projetos e assim chegar a um denominador comum no sentido de que o nosso País saia ganhando.

Portanto, essa foi a discussão feita e eu queria deixar para que o Vicente expusesse o seu relatório.

Quero agradecer o convite e me colocar à disposição Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Vou passar a palavra ao nosso Deputado e relator do PL nº 2.330, de 2011, o Deputado Vicente Cândido.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, o Senador, o meu conterrâneo Zeze Perrela. Quero dizer que saí de Minas com treze anos, mas como mineiro eu sou cruzeirense e, como paulista, eu sou corinthiano.

Então nós temos aqui muita identidade, como dirigente de futebol. Sou do Conselho do Corinthians e Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol e aprendi a gostar de futebol torcendo para o Cruzeiro, ainda em Minas Gerais. Eu o parabenizo pelo trabalho que tem feito historicamente à frente do Cruzeiro.

Agradeço a oportunidade de falar à Comissão. Vou procurar elencar aqui, Senadora, para que talvez dê mais foco, os pontos polêmicos que nós enfrentamos, depois desse preâmbulo do Deputado Renan Filho, com quem tive a honra de trabalhar nesse período, uma grande revelação no Congresso Nacional, tanto na política como no futebol. O Mano está até de olho no Renan para ver se supre a deficiência da seleção para 2014.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Já conheço a fama dele.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Ele está deixando o Romário com inveja.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Conheci a fama dele, embora Romário tenha garantido que ele está um pouco...

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Fora de forma.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – ...um pouco mais pesado do que deveria.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Eu elencaria, Senadora, acho que o Renan pode ajudar a corrigir, em termos de polêmica, a bebida nos estádios, os ingressos, as garantias da responsabilidade civil da União perante o projeto e a proteção das marcas. Diria que esses quatro temas foram os que mais nos ocuparam no diálogo, na conversa, na mídia. E elencaria aqui, de outro lado, as leis que foram recorrentes no

Brasil, sobre as quais nós tivemos que dialogar mais, responder mais dúvidas das entidades e também no debate com a mídia: a preservação do Código do Consumidor, o Estatuto do Torcedor, a Lei Pelé e a Lei de Proteção de Marcas, do Inpi, que cuida dessa área no Ministério do Fernando Pimentel.

Nós entramos no debate, como a senhora e o Senado Federal acompanharam, com um fantasma bem maior do que ele era, porque, quando se junta futebol, no Brasil, com a política, com bebida, com cerveja, é um prato cheio para as grandes manchetes. Então o debate inicial era para espantar as dúvidas de que a Fifa estaria ferindo a nossa soberania, que nós estaríamos aqui alterando, agredindo a legislação local, como o Código de Defesa do Consumidor, por exemplo.

O primeiro mês de debate foi muito focado nisto: o que realmente estaria sendo alterado ou não nessas legislações aqui e acho que a senhora e o Senado vão também ter que confrontar um pouco.

Quero neste preâmbulo dizer para a senhora que eu fui alertado pelo Ministro Orlando Silva, na ocasião, – eu virei Relator e o Deputado Renan Filho, Presidente – de que o último texto enviado ao Congresso Nacional a Fifa não tinha visto. A Fifa fez um acordo de texto com o Governo em abril de 2010, voltou à terra dela e depois alterações foram aqui feitas pelo Governo, e a Fifa não tinha acordado na redação final. Então isso foi motivo de um trabalho mais árduo, procurando reajustar os textos, e não só com a Fifa e o Governo, mas também com a sociedade e com o Congresso como um todo. E quando falamos da sociedade civil, estamos tratando da UNE, das entidades estudantis, das entidades de defesa do consumidor que vieram aqui prontamente e fizeram vários depoimentos, não só aqui na Câmara, mas nas audiências pelo Brasil afora.

Vou procurar comentar aqui essas quatro áreas para que a gente acomode um pouco o debate. Como há aqui três dirigentes, o Renan também é dirigente do Murici, lá da terra dele, vai à primeira divisão, volta, se mantém na primeira divisão no Estado dele – o Perrela disse que se salvou lá no domingo; meu Corinthians não conseguiu, mas o Cruzeiro conseguiu, foram três a zero aos dez minutos do segundo tempo, conseguiu fazer dois gols e então estamos aí numa situação mais ou menos parecida –, o Renan está um pouquinho melhor do que nós aqui.

Como é esse quadro? No Brasil, nós temos legislações variadas e uma interpretação dúbia do Estatuto do torcedor na parte que proíbe a bebida nos estádios, art. 13-A, o artigo mais conhecido e mais polêmico durante esse período todo. Lá no artigo se diz que é proibido portar bebidas e objetos que venham a gerar violência. Então, fala sobre portar bebida – o texto não fala que é alcoólica, é vago, então tem gente que interpreta que pode e tem gente que interpreta que não pode. O que seria portar? Dentro do estômago, com uma garrafa na bolsa, uma lata de cerveja na mão? Então, ele já foi escrito de forma meio prolixa nesse sentido.

Como é matéria concorrente, há legislações variadas. Em cinco Estados há leis aprovadas nas assembleias que proíbem, como é o caso de São Paulo. Em Minas Gerais, há um acordo com o Ministério Público, um TAC, que tem força de lei também entre as partes. Há três ou quatro Estados nessa situação de acordo com o Ministério Público, e os demais das doze sedes estão liberados e seguem o Estatuto do Torcedor quando querem.

Veio uma redação do Governo apenas suspendendo o art. 13-A que chegou ao Senado. Eu tentei ser mais explícito, liberando para que resolvessem essa controvérsia com os Estados para a Copa do Mundo. Não conseguimos na reta final e tiramos esse artigo que eu tinha acrescentado. Ficou apenas a suspensão do art. 13-A do Estatuto do Torcedor, que o Governo está querendo reformar não só em relação a essa matéria, mas também em relação a outras. Acho que, para o momento atual, ele está um pouco deficiente. É preciso, sim, reformulá-lo e revisá-lo.

Em relação aos ingressos, esse talvez não tenha sido o assunto mais polêmico, mas o de abrangência social mais ampla. Havia três artigos apenas no projeto inicial do Governo, e nós reescrevemos um capítulo sobre isso, fazendo uma redação em acordo com os estudantes e negociando com a Fifa. Pelo menos 300 mil ingressos de preços populares serão destinados aos estudantes, aos idosos e à população de baixa renda. Esse foi um acordo bastante razoável. A Fifa dizia o tempo inteiro que não tinha assinado compromisso com o Governo brasileiro lá nas zonas e garantias para garantir a meia entrada, mas estava atendendo ao Estatuto do Idoso, a pedido da Presidente Dilma, e a esse acordo nacional com os estudantes. Acho que isso ficou razoavelmente bem resolvido.

Em relação a essa matéria, há também algumas conquistas que o Presidente Renan estava ressaltando e que eu acho bastante razoáveis. Estão garantidos ingressos gratuitos para os indígenas – não só ingresso, mas traslado também –; estão garantidos ingressos gratuitos para os deficientes, num acordo com a Fifa, e também para os trabalhadores dos estádios, o que eu acho bastante exemplar, Senador Perrella. Nós podemos seguir aqui aquela música do Zé Geraldo que faz o seguinte alerta: "Tá vendo aquele colégio, moço? Eu também trabalhei lá". Acho que isso fica bastante emblemático para nós como um bom exemplo de...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Qual é o percentual que ficou definido?

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Para os trabalhadores? Isso nem está na lei. A Fifa vai mandar um compromisso para nós de que os trabalhadores vão assistir a, pelo menos, uma partida; pelo menos uma partida para os trabalhadores dos estádios, que devem somar por volta de 20 mil trabalhadores.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Qual é o percentual dos ingressos?

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Vou dar os números gerais do percentual. Estão previstos três milhões de ingressos. Historicamente, um terço é vendido no País sede. Então, está prevista a venda no Brasil de um milhão de ingressos. O resto são pacotes turísticos de hospitalidade para brasileiros e estrangeiros. Esse um milhão será vendido no Brasil pela Internet, e o mundo inteiro vai comprar. No dia em que abrir a venda, o mundo inteiro estará comprando, disputando. Desse um milhão, pelo menos 300 mil serão vendidos só para brasileiros, para essas categorias que garantimos no projeto.

Dos 300 mil, eu acatei uma emenda do DEM no último dia que prevê um percentual mínimo para os jogos da seleção brasileira. Qual era a preocupação? Destinar os ingressos populares apenas para os jogos menos importantes. Para os jogos mais importantes, que, para nós, são os jogos da seleção brasileira,...

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – 10%...

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – São 10% para...

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – ... da carga total. São 10% de ingressos na categoria tipo 4, que são os ingressos populares em todos os jogos.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas está definido isso no projeto, que eu não cheguei a conhecer?

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Ao projeto o Vicente incorporou inclusive uma sugestão da oposição, como falei aqui. Para essa categoria, são 300 mil ingressos de um milhão que será vendido no Brasil, ou seja, 30% disso, 300 mil ingressos, serão destinados à categoria tipo 4, que são ingressos a US$25,00, aproximadamente R$50,00. Nessa categoria serão contemplados os estudantes, os beneficiários do bolsa família e as outras categorias promocionais.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Obviamente, quem chegar na frente comprará esses ingressos, conforme o critério de venda.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Eles serão vendidos inclusive de forma diferente. Senador Vicente, só para...

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Não, Senador Perrella.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Senador Perrella.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Pode ser Senador Renan também.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – É, tem o Senador Renan, não é?

Eles serão vendidos de forma diferenciada porque os ingressos na Copa do Mundo, todos eles, são vendidos pela Internet. Só que tem de ser desenvolvida uma tecnologia para que as pessoas possam comprar esses ingressos e comprovar que são estudantes, que são idosos ou que são beneficiários do programa Bolsa-Família.

Portanto, a Fifa ainda vai, juntamente com o Governo Federal e com as cidades sedes, definir como isso será feito, se será vendido na periferia das cidades, porque o que a Fifa mais abomina – não é, Vicente? – é a fila. A Copa do Mundo aboliu fila, de forma geral. No evento Copa do Mundo não tem fila para entrar no estádio, para comprar ingresso, para comprar comida, para nada. Não tem fila. Isso é qualidade do evento, e, por isso, a Copa do Mundo é o maior evento de entretenimento do mundo.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT – SP) – Ok? Ou seja, cada jogo da seleção brasileira terá pelo menos quatro mil ingressos populares à disposição, pelo menos.

Então, de ingresso foi isso, foi uma negociação longa, envolvendo todos os interessados.

Das chamadas garantias da responsabilidade civil, que, no Projeto da Câmara, é o art. 22 e 23 e, no do Executivo, o 29 e o 30, ficou o texto do Executivo com o parecer da AGU, do Ministro da AGU, que já escreveu e está submetido à Casa Civil, onde, numa reunião com a Fifa, a interpretação da AGU contempla as preocupações da Fifa na cobertura de desastres ou eventuais danos à Fifa e seus dirigentes.

Em relação às marcas. Talvez seja onde nós escrevemos mais, e já veio do Governo assim, porque é uma das áreas com que a Fifa mais se preocupa, por causa dos seus patrocinadores, dos US$3,5 bilhões que se prevê de arrecadação. Da Copa do Mundo – o Senador sabe disso –, o ingresso representa sempre a menor parte nisso – no Campeonato Brasileiro também é assim –, e aí os patrocinadores da Fifa exigem garantias para seus produtos e suas marcas.

Então, nessa matéria tem um capítulo diferenciado da nossa lei, mas é muito próprio. Até tentei pegar a experiência desse capítulo da Lei e alterar a nossa Lei Pelé para que a gente também tivesse mais retaguarda nos nossos campeonatos brasileiro e regionais.

O Governo achou melhor não mexer na Lei Pelé agora e o Inpi também está fazendo uma modificação, a reestruturação da Lei de Proteção de Marcas no Brasil.

Não foi tão polêmico porque isso interessava a um público muito pequeno, que são as empresas brasileiras e a Fifa. Então, não teve grandes polêmicas nos debates.

Em relação às leis recorrentes. Código do Consumidor. Não tem incidência nenhuma, até porque nós aplicamos quase nada, muito pouco, nos nossos campeonatos, os regionais e o brasileiro, a incidência do Estatuto do Torcedor, porque é muito próprio, não tem aquela... Por exemplo, não dá para dar garantia, para quem compra na sexta-feira o ingresso para um jogo de domingo, da perenidade, garantia da troca em sete dias, como seria comprar uma calça *jeans* numa loja qualquer. Então, ele é muito específico. Está mais incidente no Estatuto do Torcedor do que no Código do Consumidor. Então, veio uma gritaria do Idec e do Proteste, que são as duas entidades nacionais que cuidam da defesa do consumidor, mas não tinha fundamento e eles mesmos acabaram se convencendo disso.

O Estatuto do Torcedor, como eu disse, precisa de atualização, uma reforma, de ser aprimorado para o momento que o Brasil vive. Estamos suspendendo na lei – já veio do Governo assim e eu acrescentei mais alguns artigos – o que não se aplica numa Copa do Mundo, o que não se aplica num grande evento.

Então, também não tem polêmica nenhuma, porque a nossa Constituição permite fazer uma lei específica, por tempo determinado, permite um monte de coisas. Essa lei tem base constitucional, não tem problema. Você não pode fazer lei pessoal, mas pode fazer uma lei por tempo determinado para um evento específico. Então, está dentro do nosso arcabouço jurídico e não tem problema. Estamos suspendendo a eficácia, a aplicação de alguns artigos do Estatuto do Torcedor por causa da especificidade.

Vamos pegar um exemplo aqui só para ilustrar. O Estatuto do Torcedor fala que tem que ter a cadeira marcada, a cadeira numerada. Você comprou o ingresso e vai lá na cadeira 20 da fileira H, tem que estar garantido. Para a Fifa não se aplica. A gente queria mudar isso, queria manter a tese do Estatuto do Torcedor. A Fifa falou: "nós fazemos por sorteio". Vai-se lá, compra um *voucher*. Se teve mais demanda que ingresso, vamos sortear. Quando sorteia, pode-se cair em qualquer lugar. Agora, imagine uma situação de colocar um americano e um iraniano um do lado do outro, um grupo de torcedores americanos e um grupo de torcedores iranianos. Temos de separar isso. Então, é uma outra lógica, uma outra situação. Assim, mantivemos a suspensão desse artigo do Estatuto do Torcedor, por exemplo, nesse caso. Por isso, é muito específico o evento e nós temos de ter esse entendimento.

Em relação à Lei Pelé, estão mantidas todas as garantias de televisão da Lei Pelé, os três minutos de imagem. Isso não teve nenhuma alteração. E está suspenso aquilo que não se aplica a entidades estrangeiras. Na Lei Pelé, está garantido aqui: aplica-se às pessoas jurídicas naturais, brasileiras, exceto às entidades internacionais, inclusive subsidiária da Fifa constituída aqui, no Brasil. No resto, aplica-se a Lei Pelé. Nesses casos, não se aplicaria.

E, quanto ao Inpi, eu já disse aqui também: seria outra lei que incidiu muito nesse caso.

Já terminando aqui, o que procuramos trabalhar aqui, até para sair um pouco do futebol, da bebida, da polêmica da Fifa, CBF, em que a mídia adora criar polêmica, foram as campanhas sociais. Não só as campanhas sociais, mas, entre elas, por exemplo, a incorporação do projeto do Presidente Lula de indenização dos heróis das Copas - alguns mineiros, alguns cruzeirenses estão contemplados nesse projeto. É um público de mais ou menos 52 pessoas das Copas de 58, 62 e 70. Conversamos com o Governo e não tinha nenhuma objeção à incorporação desse projeto aqui no projeto da Copa. Por que isso? Nós aprovamos já vários requerimentos, logo no primeiro dia da sessão, para homenagear vários ex-atletas - inclusive alguns Deputados, que é o caso do Romário – como o Zico, o Sócrates e outros. Então, achamos que a melhor homenagem seria homenagear aqueles que estão precisando e necessitando. Assim, houve um acordo lá na comissão de que seria justa a incorporação desse projeto, pois seria a grande homenagem que poderíamos fazer para os nossos heróis da Copa.

Incorporamos a campanha cujas militantes Silma - não errei o nome, não, não é? - e Cristina estão aqui: a campanha Por um mundo sem armas, que ajuda muito na campanha do Ministério da Justiça. Conversaram com o Ministro e incorporamos essa campanha, em que a Fifa doará por volta de uns 20 mil ingressos desses ingressos populares, bolas e camisetas autografadas, para dar um incentivo, um incremento nessa campanha. Haverá conversas, a partir da CBF, para ver se traz outros países, como a Colômbia, que é o segundo país em morte violenta do mundo, para que vire realmente a campanha Por um mundo sem armas, não só do Brasil.

Incorporamos a campanha Trabalho decente, a campanha de combate ao racismo, a campanha de divulgação dos pontos turísticos do Brasil no material da Copa da Fifa.

E uma emenda do Deputado Afonso Hamm, depois emendada pelo Deputado Romário – isso foi um

acordo, eu escrevi na forma de acordo, pois não tínhamos força de lei de determinar isso -, para que parte do lucro da Copa do Mundo que será distribuído para as seleções e aqui, no comitê local, seja para investimento em formação de atletas para o futebol brasileiro. Acho que é um ganho bastante importante nesse processo, talvez mais simbólico do que o ganho em si.

Por último, há a preocupação nossa – acho que esta Casa também deverá se preocupar e imagino que esteja aqui a preocupação dos esportistas, atletas e dirigentes – de qual legado vamos deixar ao passarmos pela Copa e pelas Olimpíadas aqui, no Brasil. Eu acho que as campanhas sociais são um indicador para isso, mas, em sintonia também com o Ministro dos Esportes, o Deputado Aldo Rebelo, devemos nos debruçar, daqui para frente, aproveitando este momento quente da conjuntura, em que esporte nunca foi tão debatido dentro do Brasil, em todos os cantos, para construir alguns legados: um forte programa de esporte educacional nas escolas do Brasil; um programa de fortalecimento econômico dos clubes, como a iniciativa, na Câmara dos Deputados, de imunidade tributária para os clubes e também para as entidades culturais, que hoje acabam sendo tributados como as empresas que dão lucros, que têm fins lucrativos; um fundo de previdência complementar para os atletas, para que eles não se sintam desamparados após sair da profissão, porque saem muito cedo, o Deputado Danrlei vai coordenar, na Comissão de Esporte e Turismo – fiquei sabendo ontem –, uma subcomissão para um estudo da Timemania, para revitalizar a Timemania. A Caixa tem duas novas propostas para revitalizar a Timemania.

Ou seja, acho que o aprendizado, essa experiência e a feitura dessa lei podem deixar esse caminho pavimentado para todos nós, como dirigentes, cidadãos e homens e mulheres públicos para nos debruçarmos sobre essas questões e depois fazer um balanço muito mais social, positivo, que não sejam só as obras e estádios os nossos legados.

Muito obrigado. Agradeço muito a oportunidade.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não, Senador Zeze Perrella com a palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Relator Vicente Cândido, queria parabenizá-lo pelo relatório. Como homem do esporte, tenho certeza de que o senhor fez um belíssimo relatório. E parabenizar também o Deputado Renan Filho.

Ficamos muito tranquilos quando vemos que o relatório na Câmara ficou nas mãos de pessoas que realmente conhecem o que estão fazendo.

Tive uma preocupação, talvez a maior de todas elas, quando se começou a debater principalmente a questão da bebida. Sempre fui contrário à bebida alcoólica em estádios. Durante os meus 17 anos como dirigente esportivo, como Presidente do Cruzeiro – mais do que 17, porque fiquei dois anos também como diretor, a minha briga, desde o primeiro momento, foi para acabar com bebida em estádios. Lutei muito e conseguimos, depois de muitos anos, acabar com isso. Temos dados lá que comprovam que a violência nos estádios, que as ocorrências policiais em estádios diminuíram cerca de 30% a 40% quando se acabou com a bebida nos estádios.

Na Copa do Mundo, especificamente em relação à cerveja, eu já dei declarações de que era a favor. Até poderia parecer um contrassenso. Eu era contra a bebida num evento esportivo normal e a favor na Copa do Mundo. Mas é um evento atípico, completamente diferente, com um tipo de público também um pouco diferente, sem querer obviamente discriminar o público de campeonato brasileiro. Mas sabemos que é um público um pouco diferenciado, de uma cultura diferente. Enfim, é bastante diferente. As ocorrências policiais em Copa do Mundo são diferentes das ocorrências policiais em eventos de campeonatos locais. Assim é na Inglaterra, assim foi na Copa da Alemanha. Então nós temos estudos também que comprovam que é diferente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, o tipo de público. A rivalidade é diferente. Aqui o corintiano mata o são paulino, que mata o palmeirense, que briga com o cruzeirense, com o atleticano. A rivalidade é diferente. A Copa do Mundo é uma festa diferente, onde a rivalidade... É muito mais uma festa do que uma rivalidade. Você não vê o torcedor brasileiro querendo matar o torcedor alemão. É diferente a competição. Copa do Mundo na verdade é uma festa. Então não vejo essa preocupação. E nós sabemos que os grandes patrocinadores desse evento são as cervejarias pelo mundo afora. O próprio Qatar, onde é proibido beber em qualquer lugar, a não ser dentro do hotel... Estive no Qatar há pouco tempo e vejo o Qatar que vai sediar uma Copa do Mundo já se permitindo vender cerveja. O Qatar está aberto para isso. Então não vejo motivo para se criar essa polêmica.

Vejo um movimento no Senado querendo proibir a bebida, ao contrário do que a Câmara já aprovou. Muitos Senadores estão comentando, já vieram me procurar para criarmos uma dificuldade nesse sentido. Eu acho uma besteira, porque é um evento tão curto. Não devemos trabalhar nesse sentido.

O relatório de vocês está muito legal e vou trabalhar para que isso não ocorra aqui no Senado. Nós temos que aprovar esse projeto mais rápido. Já se de-

morou muito. Agora com uma CPI, acho que a agenda até o final do ano vai ser essa CPI, infelizmente. E nós temos que aprovar esse projeto mais rápido.

O Senado não pode ser somente uma Casa revisora, mas pela dificuldade que nós já tivemos, o Código Florestal acabou atrasando muito, eu tenho absoluta convicção de que esse relatório, esse trabalho dos senhores foi muito bom. Nós temos que dar celeridade a esse projeto aqui na Casa e vamos trabalhar muito para que isso ocorra.

Vocês falaram do Estatuto do Torcedor. Acho que a nossa grande preocupação, daqueles que militam no esporte – eu militei por muitos anos -, é quanto à necessidade de que alguns pontos do Estatuto do Torcedor têm de ser trabalhados. Temos de mexer, sim, porque há algumas aberrações nesse Estatuto, principalmente no que tange à responsabilidade dos dirigentes.

Vocês sabem que o dirigente esportivo, hoje, é responsável pelo que acontece até um quilômetro do estádio. Se um torcedor mata outro fora do estádio, o dirigente pode ser responsabilizado civil e criminalmente, quando a responsabilidade pela segurança das pessoas tem de ser da Polícia.

Pelo Estatuto do Torcedor, hoje, essa responsabilidade é do dirigente esportivo. Quer dizer, existem alguns absurdos no Estatuto do Torcedor que temos de trabalhar para modificar.

Obviamente, não podemos trabalhar isso agora, mas como Parlamentares que entendemos, fomos ou já fomos dirigentes, e sabemos o que é passar por isso, faço um apelo àqueles que entendem desse assunto ou que já militamos nisso para que possamos, o mais rápido possível, trabalhar para mudar esse Estatuto do Torcedor.

No mais, parabéns a vocês, à nossa Senadora e Presidente Lídice da Mata, pelo esforço que vem fazendo para tocarmos esta Comissão. A senhora é lutadora.

Um abraço a todos. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Quero agradecer, pela presença, aos dois Deputados, o que já fiz no início, mas justamente para destacar uma questão.

São duas Casas, que vivem no mesmo espaço, em um espaço muito próximo, mas, às vezes, de costas uma para a outra.

O papel de revisor da lei feita, às vezes, é estimulado por alguns organismos da imprensa como quase que uma desqualificação do trabalho feito anteriormente.

Vejo isso e creio que o trabalho – acompanhei muito pelo noticiário, buscando informações – feito na Câmara passou por um processo de debate e de negociação muito intensos, assim como, creio, aconteceu com a revisão do Código Florestal nesta Casa. O esforço feito para acordar o Código Florestal em uma nova base, na minha opinião, deveria levar a Câmara a prová-lo de volta.

Da mesma forma, colo-me em relação à Lei Geral da Copa. Talvez por ser uma pessoa que atua na área do turismo, vi diversas manifestações, algumas até muito inflamadas, com muita preocupação, porque não estamos tratando de uma lei que vai permanecer no Brasil para sempre. Trata-se de uma lei para um determinado evento, para um episódio, em que determinadas regras e condições absolutamente especiais levam à possibilidade de ocorrência dessas regras.

Eu votei o Estatuto do Torcedor e também a favor da proibição de bebida alcoólica nos estádios. Mas isso é uma coisa; outra coisa é um evento internacional, onde não há a paixão. O futebol é paixão e também arte. O torcedor vem muito mais para ver, de perto, a beleza do futebol de cada país, mesmo na rivalidade, mesmo quando triste – espero que não fiquemos. Quando há uma derrota do Brasil, tem-se, acima de tudo, o reconhecimento do valor do atleta de outro país que conseguiu e é premiado pelo seu desempenho. Mas isso é diferente quando está envolvida a paixão local, regional, como a disputa do Bahia com o Vitória – para não ficarmos aqui tocando apenas nos times do sul e do sudeste. Na disputa do Bahia com o Vitória, todas as paixões estão colocadas ali, paixões que convivem permanentemente, durante anos, completamente diferente do que vamos ver. Mesmo quando da disputa de um grande campeonato europeu, as paixões que ele desenvolve não tem a ver com a disputa durante a Copa do Mundo, em que, na verdade, estamos colocando os grandes países e, ao lado desses grandes países, também grandes negócios e uma visão moderna desses negócios que nós precisamos tratar. Eu não creio que essa visão tivesse tanta força se nós tivéssemos uma compreensão maior e uma visão maior da importância do turismo, hoje, no mundo, do vetor da chamada indústria do turismo para o desenvolvimento dos países.

Eu vejo que o Brasil compreende pouco a questão do turismo. O Governo brasileiro compreende pouco, apesar doa avanços que já tivemos, como a criação do Ministério do Turismo, feito pelo Presidente Lula, avanços, agora, pela Presidente Dilma, quando reconhece uma antiga reivindicação do setor turístico, que é a desoneração da cadeia produtiva, para buscar impulsioná-lo. Conseguiu-se colocar dois setores da cadeia do turismo, especialmente hotelaria, no Brasil Maior, mas creio que falta ao Brasil, em geral, a po-

sição, o pensamento estratégico de crescimento do Brasil, uma visão sobre turismo.

Os grandes eventos desportivos são, hoje, essenciais para impulsionar o turismo em qualquer lugar do mundo. Acho que houve um posicionamento meio contraditório. Primeiro, o Brasil se mobilizou totalmente, de norte a sul, de leste a oeste, das pequenas às grandes cidades, em torno da ideia de que o Presidente Lula precisava trazer para o Brasil a Copa do Mundo. No momento seguinte, com todas as manifestações, começou-se a criar uma imagem virtual de que a Copa era um péssimo negócio para o Brasil, o que é uma coisa completamente incompreensível.

Mesmo quando se fala que as obras estão atrasadas, nós temos que ter atenção com o cronograma das obras, esta Subcomissão já fez aqui trabalhos, fez uma Audiência pública, com a presença do Tribunal de Contas da União e da CGU, mostrando que há todo um processo e um esforço das instituições de controle do Brasil em fazer desta Copa um grande momento de fiscalização e de controle da aplicação dos recursos públicos.

Eu não creio que vá haver outro momento, ou que já tenha havido outro momento, no Brasil, em que as obras foram tão fiscalizadas e acompanhadas, tanto pelo controle técnico do País, pelas instituições de controle, quanto pela população. Mas eu acho que, claro, a paixão se manifesta nessa hora.

Quero me colocar junto ao Senador Zeze Perrela nessa ideia. Creio que a Copa é um momento absolutamente especial. Eu não vejo nenhum rompimento da soberania nacional nisso que nós estamos colocando e que está sendo debatido em torno da Copa. O que vejo são contratos comerciais importantes para o Brasil.

Já tivemos aqui debates especializados, tanto na Câmara como no Senado, sobre a importância de grandes eventos impulsionadores. Eu me lembro de um desses estudiosos que disse, no debate, uma coisa, Deputado Renan e Deputado Vicente Cândido. O que a Copa dá é muito mais do que a concentração de esforços nos investimentos num só período. O que a Copa dá é um sentimento, um impulso de unidade nacional que, em poucos momentos da História, um país pode alcançar. Em alguns momentos, alcança isso em circunstâncias negativas, como os momentos da guerra, quando a unidade se dá em torno de uma luta de vida ou morte e se conquista a unidade na defesa e na paixão da sobrevivência.

Esse formato que a sociedade moderna encontrou de impulsionar desejos e de impulsionar ações, articular sentimentos e ações num só movimento é justamente superando as necessidades dos conflitos para que se alcance isso. A emulação, que muitas vezes em movimentos poderia ser traduzido como uma emulação revolucionária, conquista-se com a ideia de mudança de transformação, em que o povo se envolve e estimulado, emulado, apaixonado por aquilo faz transformações inimagináveis, o que a sociedade moderna busca com coisas dessa natureza é justamente criar um momento de emulação geral de uma nação em torno de uma ideia articulada, indicando o progresso, o desenvolvimento de diversas conquistas.

Eu creio que o Brasil, eu sou otimista, acreditando que o Brasil vai conseguir fazer com que esta Copa do Mundo seja realmente a maior Copa já realizada, até porque feita num País que tem uma paixão muito profunda pelo futebol, que tem grandes astros do futebol, ainda em vida. Tem o rei do futebol mundial, que é Pelé. E temos quadros extraordinários e figuras extraordinárias do nosso futebol a garantir todo esse processo estimulador da paixão nacional e da mobilização nacional.

Acho que os pontos que foram destacados aqui realmente são pontos que se repetem no Senado. Eu acho até que não deveriam se repetir, já que nós já superamos esse processo de debate.

Eu sou a favor de que a gente possa votar com urgência esse projeto de lei, porque acredito que os grandes debates já foram travados, e nós já superamos esse momento de debate. O que faremos aqui é uma certa repetição, com um acordo que já foi feito antes, uma concertação nacional em que já se encontrou um caminho de aprovação.

Então, eu quero também parabenizar o trabalho tanto do Presidente da Comissão quanto do Relator e creio que a nossa ideia hoje é justamente poder divulgar mais, por meio dos meios de comunicação do Senado, aquilo que foi produzido pela Câmara dos Deputados e promover um momento de análise dessas conquistas já realizadas, para que pudéssemos contribuir com uma urgência maior, uma tramitação mais rápida do projeto aqui no Senado Federal.

Como nós estamos hoje na discussão e na votação de matérias importantes, hoje o Senado vota duas medidas provisórias e a nossa Câmara volta a rever e espero com poucas mudanças o Código Florestal, eu creio que, se não houver mais ninguém que deseje se pronunciar, nós poderíamos encerrar os nossos trabalhos.

Concorda, Senador? Concordam?

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Eu queria somente, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Com as despedidas, claro.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Dizer que... só para me despedir que a Câmara dos Deputados,

Senador Zeze, vai apreciar agora à tarde o Código Florestal, com 98% de acordo com o texto que o Senado enviou para lá, inclusive com uma ampla melhoria, dividindo o texto entre disposições permanentes e transitórias. Foi muito importante essa divisão que o Senado fez. Na minha opinião, a mais importante de todas. E eu queria dizer somente que, se aqui no Senado, a Casa acatar 98% do relatório feito pelo Vicente Cândido e aprovado pela Comissão, a Comissão Especial da Lei Geral da Copa já se sentirá contemplada.

Eu queria mandar também um abraço para as meninas que defendem a bandeira social da Copa do Mundo. Seria muito importante, Senadora Lídice, se a senhora e se o nosso Senador Zeze Perrella pudessem empunhar essa bandeira para que o Brasil apresentasse para o mundo, na sua campanha social, a necessidade de desarmar a nossa população. O Estatuto do Desarmamento é forte, firme. Há campanhas de desarmamento pelo Brasil afora, mas o Brasil é o país onde infelizmente mais se mata por arma de fogo no mundo. E nós temos de mudar essa realidade.

Na minha opinião, Senadora Lídice, o principal problema do País é a violência. A saúde pública também é um problema grande, mas a violência, sobretudo no Nordeste... No Estado da senhora especialmente, em Alagoas, na Paraíba, Senador Zeze Perrella, uma geração está sendo dizimada pela associação da violência, da arma de fogo e da droga, principalmente o *crack*. Portanto, é muito importante que a gente apresente este simbolismo para o mundo: que o Brasil precisa se desarmar e que a população precisa se desarmar. E vamos aproveitar esse momento para fazer isso. Eu gostaria de me despedir solicitando esse apoio.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu gostaria. Pode me procurar no meu gabinete. Com a penetração que eu tenho com o pessoal do futebol, Deputado Renan, eu posso te ajudar. Nós poderíamos procurar os times de futebol e, de repente, criar uma camiseta para entrar nos grandes jogos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Já começar agora.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Começar a gora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não é igual criamos junto com o Senador Magno Malta uma campanha contra a pedofilia, nos grandes jogos? O Flamengo fez isso, o Cruzeiro, nos jogos de Cruzeiro e Atlético, eu posso ajudar. Com a amizade que nós temos com todos os presidentes de clubes, de repente, a gente cria umas camisetas a favor do desarmamento e tal, e podemos criar nos grandes jogos de futebol no Brasil. Estou pronto para ajudar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Na verdade, uma das grandes conquistas do relatório – e eu quero voltar a parabenizá-lo, a parabenizar o Deputado Vicente Cândido – foram essa campanhas chamadas campanhas educativas, todas elas de muita importância. Nós tivemos aqui também uma audiência pública no ano passado tratando da questão das questões sociais que são, digamos assim, que ficam em torno da Copa, entre elas o abuso sexual infanto-juvenil. E são questões que vamos precisar, o Brasil vai precisar estar preparado, as cidades vão precisar estar preparados, para fazer com que haja uma regressão desse tipo de crime no Brasil. Para tudo isso, vai ser importante essa emulação nacional voltada para esse momento.

Eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer e registrar a presença do Deputado José Silva, do PDT de Minas Gerais, aqui contribuindo e apoiando a presença do nosso Senador Zeze, forte Senador aqui da Casa, e do Vereador Luiz Dutra, também de Minas Gerais, o Estado de uma das cidades de Minas, eu não tenho aqui a cidade.

O SR. LUIZ DUTRA – Presidente da Câmara de Uberaba.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Presidente da Câmara de Uberaba.

Então, eu por tudo isso, que quero agradecer, dizer que acho que um papel, uma ação que nós devemos desenvolver a partir de agora é justamente – eu já até falei sobre isso aqui no Senado – pressionar para que essas campanhas iniciem logo, e campanhas importantes, como a campanha de promoção do Brasil dos seus pontos turísticos também no exterior, para que possamos obter da Copa aquilo que precisamos obter, além do legado em infraestrutura, além do legado social que a Copa já está nos dando, com um nível de emprego que a Copa e as obras da Copa estão gerando no Brasil. Se nós fizermos um levantamento, já foi dito aqui, mais de 20 mil operários trabalham nos estádios, construindo os estádios da Copa do Mundo para o Brasil. Além de todos esses legados, nós precisamos tirar também um legado importante do ponto de vista da economia brasileira, que é fazer com que nós possamos passar desse patamar desesperador quase para os que atuam no setor de não conseguirmos superar os cinco milhões de visitantes/ano do exterior em nosso País.

Este é o grande momento. A Copa precisa ser isto: ser um momento de concentração de esforço, de mostrar as belezas, de mostrar a potencialidade de produção do povo brasileiro, sua criatividade em todos os

aspectos, em todos os segmentos, setores, para que nós possamos sair disso com uma grande vitória do crescimento do Brasil no ponto de vista do reconhecimento internacional. E que o Brasil possa aparecer com uma nova marca para o mundo, que é a marca da modernidade, do crescimento e da prosperidade.

Obrigada.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a reunião, convocando outra na oportunidade devida, para dar continuidade aos trabalhos da Copa.

Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY, BLAIRO MAGGI, MARCO ANTÔNIO COSTA, ANA RITA e LÍDICE DA MATA. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Zezé Perrella, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senadores Benedito de Lira e Antonio Russo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, comunica que parlamentares das Comissões de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados estiveram reunidos com técnicos do Governo Federal, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, com representantes dos produtores de soja e de algodão, para tratar das providências necessárias levantadas em audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado, na semana passada, referente à portaria conjunta do Ibama e Ministério da Agricultura que proíbe a aplicação, por meio de pulverização aérea, de um grupo de inseticidas habitualmente usados nas lavouras de algodão. A norma proibia a pulverização de inseticidas com os seguintes ingredientes ativos: imidacloprido, fipronil, tiametoxan e clotianidina. Na ocasião, solicitamos a revisão da portaria conjunta do Ministério da Agricultura e do Ibama, no sentido de que as restrições sejam aplicadas somente após a divulgação dos resultados que comprovem o impacto desses produtos ao meio ambiente, em particular às abelhas. O governo federal, que já vinha discutindo a aplicação da portaria, prontamente, por meio da Ministra Gleisi Hoffmann, decidiu retirar as restrições para esta safra e até que haja resultados conclusivos dos estudos sobre o impacto desses produtos ao meio ambiente ou até que se tenham princípios ativos equivalentes em custo e eficácia. Agradecemos o pronto atendimento do Governo Federal em rever a portaria e, em particular, o empenho da Ministra Gleisi Hoffmann em articular entre os ministérios e órgãos ambientais uma saída para o impasse. Em nome da Comissão de Agricultura do Senado, também solicitamos ao Governo Federal que qualquer nova ação dos órgãos ambientais, ministérios e agências reguladoras que afete a produção, seja previamente discutida com o setor produtivo e com o Congresso Nacional. Após essa comunicação, o Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto. 3. Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, o Senador Waldemir Moka profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. A Presidência adia a discussão e a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 21ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 28ª, 33ª e 34ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 28/06, 05/07, 09 e 30/08, 18/10, 01 e 21/11, 04/12 e 06/12/2012, respectivamente. 5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Na discussão do Projeto, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado o PLS nº 396, de 2011, por unanimidade, com oito votos favoráveis. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo – Ementa:

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA. Observações: 1. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA. 2. Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 21/11/2012, lido o relatório pelo Senador Sérgio Souza, a Presidência concedeu vista do processo ao Senador Waldemir Moka (art. 132, § 1º, do RISF). Não houve manifestação do Senador Waldemir Moka acerca do pedido de vista. Projeto em fase de discussão. 3. O Projeto também constou da Pauta da 33ª e 34ª Reunião Extraordinária realizadas em 04/12 e 06/12/2012, respectivamente. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Na discussão do Projeto, o Senador Sérgio Souza fez uso da palavra para tecer comentário. Colocado em votação, o relatório do Senador Sérgio Souza foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA/CRA. ITEM 3: TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2007 – Não Terminativo – Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Autoria: Deputado Dr. Rosinha. TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2008 – Não Terminativo – Ementa: Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1– CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e da Emenda oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann. Observações: 1. A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e será posteriormente apreciada pela CCJ, CAS e CMA. 2. Em 27/05/2011, a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou a Emenda nº 2 ao PLC nº 55, de 2007. Após a leitura do relatório pelo Senador Cyro Miranda, na discussão do Projeto, o Senador Blairo Maggi fez uso da palavra para tecer comentário. Colocado em votação, o relatório do Senador Cyro Miranda foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCT/CRA (Substitutivo), com a Subemenda-CRA à Emenda nº 1-CCT/CRA (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e da Emenda nº 2 apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann ao PLC nº 55, de 2007. ITEM 4: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências. Autoria: Deputado Maurício Rands e outros. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 99, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CCJ. 2. A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senador Acir Gurgacz passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka, para que, como relator, possa proferir a leitura do relatório, discutir e votar o PLC nº 99, de 2012 (art. 89, § 1º, do RISF). Lido o Relatório pelo Senador Acir Gurgacz, não houve oradores inscritos para a discussão do projeto. Colocado em votação, o relatório do Senador Acir Gurgacz foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLC nº 99, de 2012, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ/CRA. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, de 2012 – Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, e dá outras providências. Autoria: Senador Antonio Russo. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 238, de 2012. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apre-

ciada pela CDR, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Após a leitura do relatório pelo Senador Rodrigo Rollemberg, não houve oradores inscritos para a discussão do Projeto. Colocado em votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado o PLS nº 238, de 2012, por unanimidade, com oito votos favoráveis. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, de 2011 – Não Terminativo – Ementa: Dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria ***ad hoc***: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 688, de 2011. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, e será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa o Senador Cyro Miranda relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Benedito de Lira, a quem passa a palavra para proferir a leitura do relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório pelo Senador Cyro Miranda, não houve oradores inscritos para a discussão do Projeto. Colocado em votação, o relatório do Senador Cyro Miranda foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 688, de 2011. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria ***ad hoc***: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do PLS 202, de 2012, com a Emenda nº 1 que apresenta. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa o Senador Blairo Maggi relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Benedito de Lira, a quem passa a palavra para proferir a leitura do relatório. Após a leitura do relatório pelo Senador Blairo Maggi, o Senador Casildo Maldaner fez uso da palavra para discutir o Projeto. Colocado em votação, o relatório do Senador Blairo Maggi foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 202, de 2012, com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 214, de 2012. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Cyro Miranda. ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se § 2º ao art. 34, ambos do Decreto– Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 310, de 2012, com a Emenda nº 1 que apresenta. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa o Senador Sérgio Souza relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Valdir Raupp, a quem passa a palavra para proferir a leitura do relatório. Após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, não houve oradores inscritos para a discussão do Projeto. Colocado em votação, o relatório do Senador Sérgio Souza foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 310, de 2012, com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 10: AVISO Nº 71, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Encaminha cópia do Acórdão n° 2.679/2012 – TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional realizada nas ações de vigilância e fiscalização no trânsito internacional de produtos agropecuários gerenciadas pela SDA/Mapa (TC 008.768/2012-9). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 71, de 2012. Observações: 1. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Na discussão do Aviso, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que

passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 71, de 2012. ITEM 11: AVISO Nº 72, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Encaminha cópia do Acórdão n° 2.689/2012-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente ao monitoramento das determinações e recomendações dirigidas a diversos órgãos e entidades do Governo Federal envolvidos com a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (TC 013.603/2012-4). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 72, de 2012. Observações: 1. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Na discussão do Aviso, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues foi aprovado. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 72, de 2012. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 598, de 2012, datado de 12 de dezembro do corrente ano, subscrito pelo Senador Pedro Taques, o qual encaminha sugestão da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural do Setor Público Agrícola do Brasil, que passo a ler:

Assunto: encaminhamento de sugestão da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Fazer)

Sr. Presidente, encaminho em anexo documento da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Fazer), que informa sobre os problemas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no Brasil.

A referida federação sugere que o assunto seja discutido no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, presidida por V. Exª.

Assim sendo, submeto o pleito ao crivo de V. Exª para exame do seu cabimento e oportunidade para o trato do assunto, agradecendo desde logo a atenção dispensada.

Atenciosamente, – Senador **Pedro Taques.**

Pedro Taques, Senador do Mato Grosso, para que a gente possa debater esse assunto que é da maior importância.

Srªs e Srs. Senadores, na tarde de ontem, parlamentares das Comissões de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados estivemos reunidos com técnicos do governo federal, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, juntamente com representantes dos produtores de soja e de algodão, para tratar das providências necessárias levantadas em audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado, na semana passada, que tratou da portaria conjunta do Ibama e Ministério da Agricultura que proíbe a aplicação, por meio de pulverizações aéreas, de um grupo de inseticidas habitualmente usados nas lavouras de algodão. A norma proibia a pulverização de inseticidas com os seguintes ingredientes ativos: imidacloprido, fipronil, tiametoxam e clotianidina.

Solicitamos a revisão da portaria conjunta do Ministério da Agricultura e do Ibama, no sentido de que as restrições sejam aplicadas somente após a divulgação dos resultados que comprovem o impacto desses produtos ao meio ambiente, em particular às abelhas.

O Governo Federal, que já vinha discutido a aplicação da portaria, prontamente, por meio da Ministra Gleisi Hoffmann, decidiu retirar as restrições para esta safra e até que haja resultados conclusivos dos estudos sobre o impacto desses produtos ao meio ambiente, ou até que se tenham princípios ativos equivalentes em custo e eficiência.

Agradecemos o pronto atendimento do governo federal em rever a portaria e, em particular, o empenho da Ministra Gleisi Hoffmann em articular entre os ministérios e órgãos ambientais uma saída para o impasse e que tratou da questão com equilíbrio, tendo o cuidado de considerar os impactos econômicos que a medida teria no setor algodoeiro e na economia dos Estados produtores.

Em nome da Comissão de Agricultura do Senado também solicitamos ao Governo Federal que qualquer nova ação dos órgãos ambientais, ministérios e agências reguladoras que afetem a produção seja previamente discutida com o setor produtivo e com o Congresso Nacional.

Isso é da maior importância no nosso entendimento. Nós precisamos debater ações como essa, que trazem um impacto forte na economia. Mas nós temos que discuti-la antes que seja assinada, antes que traga o efeito direto aos nossos produtores.

Ficou politicamente conversado e acertado com a Casa Civil que não teremos mais nenhuma surpresa com relação a isso, pois todas as medidas que terão que ser feitas terão que ser discutidas antes com o Congresso Nacional, por meio desta Comissão, e nós convocaremos e convidaremos os produtores para participarem do debate e das discussões.

Aproveito a oportunidade para informar a esta Comissão que dei entrada a uma proposta de emenda à Constituição, visando à modernização dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Entendemos a importância da legislação ambiental, mas é necessária uma revisão da legislação de licenciamento e licitações para que as obras de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do País não sejam paralisadas e afetadas por surpresas.

Apresentei a PEC nº 65, de 2012, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.

Após estudo prévio de impacto ambiental, a autorização dada para execução da obra não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões, isto é, o estudo prévio de impacto ambiental já indica os cuidados e as compensações necessárias para a execução das obras, e estas não podem ser novamente questionadas, muitas vezes por razões simplesmente protelatórias com relação as nossas obras brasileiras.

Ontem, estiveram conosco, na reunião com a Ministra Gleisi, o Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, Dr. Sérgio De Marco; Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso, Carlos Fávaro; Senador Blairo Maggi, Senador Cidinho Santos; Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara; e da Frente Parlamentar dos Agropecuários. Também o diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho, Sr. Eraí Maggi; e representantes da OCB.

Agradeço a todos a presença e entendemos, Senador Blairo, que foi um trabalho importante, feito pelo Governo, por meio da nossa colega Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann, que prontamente nos atendeu, e não apenas atendeu, mas tomou providências de imediato, e entendemos que ficou claro, ontem, a solução dessa questão tão importante para a agricultura brasileira.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem tem a palavra o Senador Blairo Maggi, e seja bem-vindo a sua casa, a nossa casa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V. Exª e os nossos Senadores da nossa Comissão de Agricultura, e dizer que é uma alegria estar de volta à Casa, depois de 121 dias de licença que tirei para assuntos pessoais, e que culminou e ficou conjunto com as eleições municipais. Aproveitei o período de licença para frequentar um pouco mais os Municípios de Mato Grosso também nas eleições municipais.

Mas já vencido esse tempo, estou de volta ao Senado Federal, e tive a oportunidade, no dia de ontem, de acompanhar V. Exª e um grupo de produtores também das Associações de Produtores de Soja e Algodão para falar a respeito da pulverização aérea, que era um assunto que vinha sendo discutido nos últimos dias, até mesmo aqui no Congresso, e também a preocupação que tinham os produtores rurais do Brasil inteiro, uma vez que o Ibama e o Mapa fizeram uma portaria conjunta, avisando de última hora que iam retirar alguns produtos de uso na agricultura, principalmente em soja e algodão. Isso é uma coisa que traria grandes prejuízos e nós dissemos, à época, que praticamente nós iríamos acabar com a cultura de algodão no Brasil.

O que, na realidade, aconteceu nesse processo todo é que faltou um pouco de bom senso por parte daqueles que são do Governo e envolvidos nessa situação, e no dia de ontem – V. Exª acompanhou a reunião –, nós vimos, novamente, à mesa a questão do bom senso, em que o Governo, por meio da Ministra Gleisi – a quem eu também quero agradecer pela presteza com que nos atendeu e compreendeu a situação –, chamou todos os órgãos de Governo responsáveis por essa questão e fez com que todos prestassem atenção no resultado daquela decisão que estava sendo tomada.

Os agricultores ou os usuários desses produtos não usam os produtos porque querem, porque gostam de usar, mas usam porque é necessário para a produção agrícola.

O País tem uma opção agrícola e nós vivemos num clima tropical, e se não usarmos determinados produtos, ou fizermos o combate às pragas, nós não vamos produzir, Senador Sérgio, como produzem a Europa e os Estados Unidos. Então, o uso desses herbicidas se faz necessário e, claro, nós gostaríamos de não usá-los. Mas o Governo, enfim, ontem chegou a uma conclusão, que era a nossa vontade, de que vamos estudar os produtos que devem ser retirados. Nós não queremos discutir com o Governo ou com a ciência, com quem quer que seja, ou até o fabricante,

se tivermos possibilidade de atacar o meio ambiente, as abelhas, qualquer outro tipo de inseto, ou até mesmo trazer prejuízos à saúde humana e à saúde animal. Essa é uma coisa clara, ninguém quer fazer esse enfrentamento.

Se há problema, não se deve usar. Mas a retirada desses produtos deve ser feita de forma gradual, de forma consensuada com o próprio mercado e os fabricantes. Se eu tiro o produto A, eu tenho que ter o produto B que o substitua na mesma qualidade e nas mesmas condições de preço e de fornecimento. Isso é uma coisa lógica. Não se pode interromper, de um dia para o outro, toda uma sequência de trabalho que vem sendo feito.

No dia de ontem, nós chegamos a essa conclusão, junto com o Governo – e felicito o Governo por ter entendido essa posição –, e serão feitos, a partir de agora, estudos ou avaliados os estudos que já estão sendo feitos. Depois disso, serão levantados no mercado nacional e internacional quais os produtos que existem para substituir esses que serão retirados, se temos a mesma competência dos produtos e, daí por diante, faremos uma retirada sem grandes problemas.

No dia de ontem mesmo, V. Exª viu, uma das empresas se antecipou a essa discussão e mandou uma carta ao Governo, onde ela sugere e não quer mais que o produto dela seja aplicado de avião. Não vamos discutir. Se o fabricante mesmo diz: "Eu não quero, eu não tenho confiança, eu acho que não está correto"... Então, fora, vai-se buscar um substituto para isso.

Quero cumprimentar V. Exª, o Presidente da Comissão. Na semana retrasada, estive aqui com os produtores. Fiz gestão com o nosso Presidente da Comissão e ele, o Senador Acir, tomou frente a esse assunto, articulou com o Governo, com a Câmara Federal – o Deputado Heinze era o representante, junto com os produtores –, e finalmente, no dia de ontem, nós chegamos a uma conclusão. A conclusão é: serão substituídos os produtos, mas com o tempo necessário e devido para que possamos colocar outro no lugar.

Então, a solução ficou de bom tamanho. Comemorei ontem, com V. Exª e os outros, a volta de bom senso do Governo. Se tivermos bom senso, nós não teremos problema. Aliás, Senador Acir, se quem fez a portaria tivesse tido bom senso, Senador Sérgio, não teria trazido mais problemas para o Governo: tempo da Casa Civil em reunir as pessoas, a Ministra envolvida, conversamos com a Presidente da República, Senadores indo ao gabinete, Deputados, agricultores viajando pelo interior do Brasil para cá. Todo um problema, eu diria, por nada, por falta de bom senso.

Então, cada vez que alguém tome ou queira tomar uma decisão, deve pensar nas consequências dessa decisão, onde ela vai atuar, o que vai acontecer e quem são os afetados, e, a partir disso, fazer uma estratégia para que nós possamos chegar à solução técnica, e contra a técnica nós não queremos discutir.

Então, parabéns, Presidente, pela condução do problema da aviação aérea no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

É claro que a preocupação nossa é com os agricultores também, mas a principal preocupação nossa, Senador Sérgio Souza, é com a economia brasileira. O Brasil não pode deixar de produzir algodão nem soja. Se nós chegarmos a um ponto de que temos que reduzir a produção de soja, de algodão e de milho no Brasil, a nossa economia vai entrar em colapso. Nós todos sabemos que a balança comercial brasileira existe hoje exatamente em função do agronegócio. Então, a preocupação nossa é com o todo e, principalmente, com o meio ambiente.

Todos nós da Comissão de Agricultura e os agricultores temos o mesmo sentimento, Senador Antônio Carlos Rodrigues, de que nós temos que produzir, mas com consciência ambiental, cuidando do meio ambiente. Ninguém quer produzir, afetando e prejudicando as pessoas com os materiais utilizados. Pelo contrário, nós temos que ter a preocupação de produzir um alimento cada vez mais limpo, como se diz na gíria, cada vez mais apropriado para o consumo.

Então, essa é a preocupação desta Comissão de Agricultura.

Senador Sérgio Souza, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na mesma linha, mas saindo de grãos para proteína animal, eu gostaria de manifestar aqui, nesta Comissão, a minha preocupação com os recentes comentários com relação à vaca louca no Brasil.

Ontem, conversei com o Ministro Mendes Ribeiro sobre esse assunto e ele está deveras preocupado. Porque, com toda certeza, é mais uma questão estritamente comercial para baratear a carne – o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina – do que uma questão realmente de controle de uma eventual doença.

Veja só: uma vaca no Paraná, em 2010, teve sintomas considerados como da vaca louca. Foram feitos todos os exames no Brasil e submetida também ao crivo da organização internacional de epidemiologia, que constatou que não havia.

O Brasil, que até o início deste ano tinha *status* de risco, passou a ter, de maio de 2012 para cá, *status* de insignificante. Isso entrou para um grupo seleto apenas de quinze países no mundo. E aí vem uma justificativa, que começa na Rússia. Nós sabemos que

ela tem um acordo comercial com países da zona do euro, e especificamente os Estados Unidos, por conta da entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC). E aí ela fez um acordo de cotas, tanto de carne bovina quanto de suínas, mas principalmente da suína, e embargou carnes suínas – com exceção do Mato Grosso, que ainda exporta para a Rússia – do Mato Grosso do Sul, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que são os Estados que mais produzem.

E agora, mesmo com a visita da Presidente Dilma, na semana passada, à Rússia vem essa notícia de que a Rússia opunha um embargo também à carne bovina, e isso se espalhou. Foi para o Egito, foi para o Irã. O Japão também suspendeu temporariamente. A China também fala em suspensão da compra da carne bovina.

Nós não vivemos o melhor momento da bovinicultura no Brasil, já tivemos momentos melhores do que esse, mas uma reclassificação por alguns países, dizendo que há, de fato, argumentos para impedir a importação da carne bovina brasileira, nós brasileiros não podemos aceitar. Se os organismos internacionais, se todos aqueles que são responsáveis pelo controle da epidemiologia no Brasil atestam que não há – houve um único caso, há dois anos, e nesse período já houve até mesmo a modificação do *status* de risco controlado para risco insignificante –, é muito claro, Sr. Presidente, que nós temos que adotar medidas diplomáticas Eu acho que o Brasil tem que começar a conversar, através da sua diplomacia, com esses países para entender um pouco mais. Não usar de desculpas como essa de que um fato ocorrido em 2010 e já devidamente esclarecido à Nação brasileira e à comunidade internacional pode ser motivo de justificativa para a suspensão.

Então, gostaria de deixar registrada a minha preocupação, nós que temos lutado há muito tempo e tivemos um anúncio recente de que a Rússia quebraria as restrições da importação da carne suína de todos os Estados brasileiros. E aí vem uma notícia que não só vai deixar de restringir a entrada de carne suína, mas também a carne bovina deixou de ser exportada para aquele país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem colocado, Senador Sérgio Souza, deixando pontualmente claro: o Brasil nunca teve essa doença da vaca louca. Em nosso País nunca houve. Então, é uma questão puramente comercial internacional. Realmente, é uma disputa muito grande pela exportação e pela venda do produto.

Vamos fazer uma inversão, indo para o item 2, porque o item 1 é terminativo e nós não temos ainda Senadores para votar.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, de 2008
– Não Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.
Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA.

A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CMA.

Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 21/11/2012, lido o relatório pelo Senador Sérgio Souza, a Presidência concedeu vista do processo ao Senador Waldemir Moka.

Não houve manifestação do Senador Waldemir Moka acerca do pedido de vista. O projeto está em fase de discussão.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, para discutir esse projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um projeto que tramita no Senado Federal há 4 anos. É originário da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, de 2008, que nós fizemos algumas adequações, inclusive sugeridas por vários Senadores, e na penúltima reunião ele foi lido e encontra-se, após a vista do Senador Moka, pronto para votar.

Peço aos Srs. Senadores o apoiamento para que possamos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 55, de 2007
– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa,

a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Dr. Rosinha

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 337, de 2008
– Não Terminativo –

Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1– CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e da Emenda oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e será posteriormente apreciada pela CCJ, CAS e CMA.

2. Em 27/05/2011, a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou a Emenda nº 2 ao PLC nº 55, de 2007.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 55, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos, que tramitam em conjunto.

O PLC nº 55, de 2007 (PL nº 2.938, de 2004, na Casa de origem), modifica dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a chamada Lei de Agrotóxicos, que trata de pesquisa, produção, importação, exportação, transporte, comercialização, destinação final de resíduos, registro e fiscalização de agrotóxicos.

No Senado Federal, o PLC foi distribuído inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em face da aprovação dos Requerimentos nº 160 e nº 230, ambos de 2011, de autoria, respectivamente, dos Senadores Waldemir Moka e Acir Gurgacz, deverá ser ouvida também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), previamente à análise do Projeto pelo Plenário.

O PLC nº 55, de 2007, foi aprovado na CCJ, com a inclusão de emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 19 da Lei nº 7.802, de 1989, passando a denominar o parágrafo único como §1º e acrescentando um §2º para determinar que todos os agrotóxicos, componentes e afins comercializados no País deverão estar acondicionados em embalagens com sistema de código de barras, visando a possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente.

Já a CMA aprovou parecer favorável ao Projeto, com emenda de redação apresentada pelo relator, Senador Jefferson Praia, que ajusta a ementa da proposição.

Portanto, o PLC nº 55, de 2007, encontra-se em fase adiantada de tramitação e, em síntese, aprimora a legislação para prever penalização para aqueles que não cumprirem as medidas necessárias à proteção ao meio ambiente e à saúde humana no uso de agrotóxicos.

No entanto, previamente à análise pelo Plenário, foi aprovado o Requerimento nº 611, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que solicitou tramitação em conjunto do PLC nº 55, de 2007, com o PLS nº 337, de 2008.

O PLS nº 337, de 2008, encontra-se em fase inicial de tramitação e não recebeu ainda parecer de nenhuma comissão técnica desta Casa. O §4º, a ser incluído na Lei nº 7.802, de 1989, define que a rastreabilidade deverá ser implantada por toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento, o transporte, a comercialização e o retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico em sistemas e bancos de dados integrados que permitam sua fiscalização pelo poder público.

O autor, na justificação do PLS, argumenta que *a* rastreabilidade dos alimentos tem se tornado uma exigência crescente dos mercados mais desenvolvidos, como a União Europeia e os Estados Unidos, com vários outros países seguindo a posição destes dois grandes compradores. E conclui que a aplicação do mesmo critério para os agrotóxicos trará maior confiabilidade e competitividade aos produtos brasileiros que venham a ser exportados a estes mercados.

Em 15 de junho de 2011, com a aprovação do mencionado Requerimento nº 611, de 2011, as duas proposições passaram a tramitar em conjunto, tendo sido redistribuídas às seguintes Comissões: CCT, CRA, CCJ, CAS e CMA.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado o relatório do Senador Expedito Júnior pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, com a Emenda nº 1 – CCJ.

Em 14 de dezembro de 2010, foi aprovado o relatório do Senador Jeferson Praia também pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, com a Emenda nº 2–CMA.

Em 27 de maio de 2011, a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou emenda ao PLC nº 55, de 2007, perante a CRA, propondo alteração do art. 19 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que trata, entre outros, de destinação de embalagens de agrotóxicos.

Análise.

No intuito de consolidar as discussões travadas no Senado Federal, a CCT ofereceu substitutivo (Emenda nº 1 – CCT) que considerou as emendas ao PLC nº 55, de 2007, anteriormente apresentadas, e as disposições do PLS nº 337, de 2008.

Em essência, o substitutivo da CCT propõe duas medidas principais: i) atualização dos valores das multas penais e administrativas decorrentes de infrações referentes à adoção das medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente; e ii) estabelecimento de mecanismos que permitam a rastreabilidade de agrotóxicos.

Nesse ponto cabe-nos fazer um breve resumo das questões que envolvem o primeiro item. Para tanto, referenciamos o relatório do Senador Ciro Nogueira, acatado como parecer da CCT. Na versão inicial encaminhada ao Senado Federal, as multas penais previstas no art. 16 da Lei nº 7.802, de 1989, passam a seguir a sistemática estabelecida nos arts. 49 a 52 do Código Penal. Além disso, ao alterar o art. 17 da Lei, estabelece que o valor da multa administrativa será de até dez mil reais, "aplicável em dobro em caso de reincidência, sucessivamente, quando se tratar de agricultor pessoa física", e de até cem mil reais, "quando se tratar de pessoa jurídica ou responsável técnico".

O Senador Expedito Júnior, Relator na CCJ, apresentou emenda destinada a acrescentar §2º ao art. 19 da Lei nº 7.802, de 1989, de modo a determinar que todos os agrotóxicos, componentes e afins comercializados no País deverão estar acondicionados em embalagens com sistema de código de barras, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente.

Assim, apenas nessa etapa da tramitação, o PLC nº 55, de 2007, passou a tratar diretamente da rastreabilidade de agrotóxicos.

A Senadora Ana Amélia, Relatora do PLC nº 55, de 2007, na CRA, manifestou-se pela exclusão dos §§2º e 3º, acrescentados ao art. 17.

Segundo a Senadora, o §2º deve ser excluído porque a expressão "alimentos contaminados" é desnecessária e redundante, que não se configurou emenda da CRA por não ter sido avaliada pelo Plenário da Comissão.

Com efeito, os incisos VIII e IX do art. 17 da Lei nº 7.802, de 1989, já preveem a destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido, bem como a destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

A supressão do §3º, ainda segundo a Senadora Ana Amélia, se justifica pelo fato de que a interdição definitiva de uma propriedade rural é uma medida drástica, que pode levar o produtor rural à ruína por eventuais interpretações equivocadas da Lei.

Antes, porém, da apreciação pela CRA da manifestação da Senadora Ana Amélia, a Senadora Gleisi Hoffmann ofereceu emenda destinada a detalhar mecanismos de rastreabilidade de agrotóxicos. Conforme essa emenda, toda embalagem de agrotóxico, componentes ou afins comercializados no País deverá conter código de barras individualizado. O número desse código de barras deverá constar da discriminação do produto na nota fiscal emitida nas operações de comercialização de agrotóxico, componente ou afim.

Assim, com respeito ao primeiro tópico, o parecer da CCT incorpora sugestões de vários Parlamentares e procura promover a transposição da sistemática do Código Penal para a determinação dos valores das multas penais aplicáveis no caso de infrações aos dispositivos da Lei de Agrotóxicos, com o que concordamos na íntegra.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo) com a subemenda que apresentamos a seguir, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, bem como de todas as outras emendas oferecidas às proposições.

Subemenda à Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo) – CRA

Inclua-se, na Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo), o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 4º O art. 19 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para §1º:

> 'Art. 19. .....
> .....
> §2º Toda embalagem de agrotóxico, componente ou afim comercializados no País deverá conter código de barras individualizado.
> §3º O número do código de barras de que trata o § 2º deverá constar da discriminação do produto na nota fiscal emitida nas operações de comercialização de agrotóxico, componente ou afim.
> §4º O disposto nos §§2º e 3º deste artigo entrará em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei.'

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro, pelo seu brilhante relatório, que concluiu pela aprovação do PLS nº 55/2007, na forma da Emenda nº 1, da CCT – Substitutivo, com a subemenda que apresenta e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e da Emenda nº 1, oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Em discussão a matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Cyro pelo relatório que apresentou sobre este projeto de lei.

Na agricultura mais tecnificada hoje, já nas fazendas que têm uma infraestrutura melhor, essa já é uma prática comum nessas propriedades, uma vez que toda questão de sustentabilidade de uma fazenda passa também pela recuperação, pela guarda e pela destinação dos resíduos, das embalagens dos agrotóxicos. Particularmente, nas propriedades que temos, nas fazendas em que nós atuamos, nós usamos esse sistema. Aliás, já é um sistema que está ficando para trás, já está vindo coisa mais nova, com *microchip* para você de fato saber onde a embalagem ficou depositada na fazenda.

O procedimento hoje, com respeito a esse projeto que está aqui, para ele funcionar realmente nós vamos precisar que os produtores tenham a relação de entrada dos produtos no código de barras na sua propriedade e depois, na saída, quando ele for entregar essa embalagem a um recuperador, ele tem que dar baixa no sistema. Então, a simples colocação do rótulo do código de barras não proporciona uma mudança significativa no processo, mas, com a segunda etapa, o sistema que deve haver dentro da propriedade, ou um leitor de *microchip*, talvez as empresas tenham que fazer que esses produtores obtenham esse equipamento, que é muito simples, barato, não tem nada de complicado, mas é metodologia de uso.

A partir do momento em que nós implantamos o sistema na fazenda, nós deixamos de ter embalagens perdidas no meio da fazenda, que é o que mais incomoda um produtor agrícola, ver uma embalagem num carreador, uma embalagem na mata ciliar ou alguma coisa parecida. Então, se ele saiu de manhã com quatro ou cinco baldes de veneno para levar para a lavoura, no final da tarde têm que estar de volta no estoque dele. Se não estiverem, o encarregado, quem está lá cuidando desse processo, tem que sair atrás, voltar e trazer para o depósito. Então, é uma ferramenta importante para controle. O Brasil já é líder nesse assunto, já é o país que mais recolhe embalagens no mundo inteiro. Para os senhores terem uma ideia, falo do meu Estado do Mato Grosso, que sozinho recolhe mais embalagens percentualmente do que a França inteira. A França, os países europeus reclamam do brasileiro, mas são uns relaxados, eles não cuidam da situação. Nós, no Brasil, recolhemos em torno de 97% das embalagens que vão para o campo.

Então, isso é mais uma ferramenta de controle que vamos ter: "Estamos fazendo o nosso trabalho bem feito, queremos produzir e queremos cuidar do meio ambiente." Cuidar do meio ambiente significa não deixar lixo tóxico esparramado pelas propriedades, ou, como muitos faziam no passado, jogados na propriedade vizinha.

Então, esse é um sistema de controle, quero cumprimentar aqui o Senador Cyro, autor do projeto, porque ele é uma ferramenta importante para a agricultura brasileira e para sustentabilidade. Nós vendemos produto fora do País hoje com certificados de origem já na soja, no algodão e no milho, dizendo que a semente veio do A, passou pelo B, foi à propriedade C, quem transportou foi o D, foi o navio tal e chega à propriedade e você consegue rastrear todo movimento.

Parabéns, Senador Cyro! Vou votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Blairo Maggi.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir o Parecer da CRA favorável ao PLS nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1, da CCT – Substitutivo, com a subemenda que apresenta e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008 e da Emenda nº 1, oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Como sou Relator do item 4, passo a Presidência ao Senador Waldemir Moka para continuar os trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, de 2012
– Não Terminativo -

Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Maurício Rands e outros

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 99, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CCJ.

2. A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Acir Gurgacz, para fazer leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Waldemir Moka.

Em exame, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 99, de 2012 – Projeto de Lei (PL) nº 18/2012, na origem –, de autoria dos Deputado Maurício Rands e Weliton Prado, que fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.

A proposta atribui à Administração Pública a responsabilidade de incentivar e fomentar a promoção da recuperação florestal e da implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas, orientando, para esse fim, a canalização dos recursos já existentes nos programas e políticas públicas ambientais já existentes e dos que venham a ser elaborados.

Além dessas fontes, a matéria prevê que os recursos necessários ao incentivo e ao fomento pleiteados podem advir de acordos bilaterais ou multilaterais, acordos decorrentes de ajustes, contratos de gestão e convênios celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal, doações e verbas do orçamento da União ou privadas.

Análise.

O Regimento Interno do Senado Federal respalda a competência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para opinar sobre direito agrário; planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária; agricultura familiar e segurança alimentar; silvicultura, aquicultura e pesca; uso e conservação do solo na agricultura, além da utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

A análise é favorável, Sr. Presidente. Entretanto, acatamos o texto original do projeto com as emendas de redação aprovadas na CCJ, por oportunas, e optamos por deixar à CMA a decisão de apresentar, sem prejuízo ao conteúdo, substitutivo no sentido de dirigir os comandos da proposta para a mencionada alteração do art. 58 do Novo Código Florestal, sopesando a recomendação da Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 7º, inciso IV, prescreve que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Voto.

Pelo exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2012, nos termos das emendas de redação aprovadas na CCJ.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Relator, Senador Acir Gurgacz, concluiu pela aprovação do PLC nº 99, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Em discussão o parecer do Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o Parecer da Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária, pela aprovação do PLC nº 99, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ/CRA.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CMA), em decisão terminativa.

Devolvo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua atenção para com a nossa Comissão.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 238, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Russo

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 238, de 2012.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR.

2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto.

3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, agradecendo ao Marcelo a possibilidade de ler este texto aqui porque esqueci meus óculos.

Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2012, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2012, de autoria do Senador Antonio Russo, que tem por objetivo estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

A proposição está organizada em quatro artigos. O art. 1º modifica a ementa da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, deixando para o texto da lei a especificação das regiões beneficiadas.

O art. 2º altera a redação do art. 1º da Lei supracitada, explicitando a perda de safra por excesso hídrico como motivo para acesso aos recursos do Benefício Garantia-Safra e incluindo os Municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) na área coberta pelo Benefício Garantia-Safra.

O art. 3º determina que o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação desta Lei.

Por fim, o art. 4º contém a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde recebeu parecer favorável pela aprovação, e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

O PLS nº 238, de 2012, atende o estabelecido no art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural.

A proposição está em acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 170, que estabelece os princípios da ordem econômica. A proposição não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Portanto, não existem óbices quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Com relação ao mérito, é importante lembrar que fenômenos climáticos extremos podem ocorrer em qualquer ponto do território nacional.

Assim como as secas severas ou os períodos de chuvas muito intensas afetam fortemente os pequenos agricultores da região Nordeste do Brasil, o mesmo ocorre com os pequenos agricultores da região Centro-Oeste.

Considerando que os pequenos agricultores de ambas as regiões sofrem com os reveses climáticos, mesmo que, em termos absolutos, o número de agricultores afetados no Nordeste seja maior, e que as populações mais carentes de ambas as regiões são igualmente merecedoras da atenção governamental por meio de políticas de assistência, parece razoável e justo estender a cobertura do Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Sudeco.

É importante ressaltar que os critérios que determinarão a elegibilidade de um pequeno agricultor para receber o benefício serão os mesmos nas duas regiões.

Em síntese, a proposição do ilustre Senador Antonio Russo é meritória e oportuna.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2012.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

É terminativa a nossa votação e nos falta um Senador para nós podermos votar. Vamos abrir a discussão, enquanto tentamos pescar mais um aí para podermos votar e aprovar esta matéria, que entendo ser da maior importância.

Para discutir, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tendo em vista que nós temos mais alguns itens na pauta de hoje que não são deliberativos, solicito a V. Exª que seja suspensa a votação do Item 5, relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. E, até o final ou quando chegar mais um Senador, voltaremos a proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Encerrada a discussão, está suspensa a votação para aguardarmos a chegada de mais um Senador para votar, aprovar ou rejeitar.

Passamos para o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 688, de 2011
– Não Terminativo -

Dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 688, de 2011.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR.

2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, e será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator *ad hoc,* Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Presidente desta Comissão Acir Gurgacz.

Srªs e Srs. Senadores, o PLS em tela, de nº 688, dispõe sobre perdão de dívidas oriundas do crédito rural, contratadas na área de atuação da Sudene e é composto de cinco artigos como descrito a seguir.

O art. 1º do PLS autoriza a concessão de perdão das dívidas de crédito rural, contratadas na área de atuação da Sudene até o dia 31 de dezembro de 2001, no valor original de até R$ 35 mil, com qualquer fonte de recursos, por agricultores familiares e de mini, pequeno e médio portes, suas cooperativas ou associações. O §1º do artigo determina que, no limite original de R$ 35 mil, não estão incluídos o valor de multa, mora, juros ou quaisquer outros encargos de inadimplência, como custas processuais e honorários advocatícios. O §2º, por sua vez, determina que ficam suspensas as execuções judiciárias relativas a operações que se enquadram no escopo do PLS e fica vedada à inscrição de seus tomadores em quaisquer sistemas de registro de inadimplência.

O art. 2º do PLS determina que o tomador de empréstimos enquadráveis no Projeto, com contratação entre 1º de janeiro de 2002 até a data de publicação da futura lei oriunda deste Projeto, poderá liquidar sua dívida mediante a contratação de nova operação com juros de 3% ao ano, com redução de 65% do valor da operação original e prazo para sua amortização de até dez anos. O parágrafo único do mesmo artigo determina que o Banco do Nordeste do Brasil S. A. credite, a favor do tomador, os valores recebidos após a publicação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, até a data de publicação da lei decorrente deste Projeto.

O art. 3º estabelece que o mutuário que contratou operação de crédito rural no valor original entre R$ 35 mil e R$ 100 mil tenha abatimento de 85% de sua dívida original e disponha de prazo de 2 anos, a contar da data da publicação da futura lei, para liquidar o valor remanescente de sua dívida, com as condições financeiras previstas no art. 2º.

O art. 4º estabelece que o mutuário com operações superiores a R$ 100 mil tenha prazo de 20 anos para repactuar sua dívida com os juros do art. 45, inciso III, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Por fim, o art. 5º estatuiu a cláusula de vigência.

O PLS nº 688, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na CDR, foi aprovado o parecer da Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Rita, pela aprovação do PLS nº 688, de 2011 e, até o presente momento, não foram oferecidas emendas à proposição.

Assim, no mérito, entendemos que o PLS nº 688, de 2011, do Senador Vital do Rego, se soma às medidas recentemente adotadas e que a remissão de dívidas de pequenos e médios produtores nordestinos seria muito profícua, no presente contexto, para amenizar os efeitos climáticos da Região.

III – Voto

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pelo seu trabalho.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

Vamos então ao item 1, que é terminativo e já foi lido e discutido.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 396, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.
Autoria: Senadora Ana Rita.
Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 31 de maio do corrente ano, o Relator, Senador Waldemir Moka, proferiu a leitura do relatório, o qual concluiu pela aprovação do PLS nº 396/2011. Naquela oportunidade, foi iniciada a discussão da matéria.

Portanto, continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Waldemir Moka? É conhecido, pois ele é o Relator.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Antonio Carlos Rodrigues?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E o meu voto é também com o Relator.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 238, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Russo.
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

A matéria está em votação. Já foi discutida.

Vou fazer a leitura.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? – com a rapidez que V. Exª pediu.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É Relator. (*(Risos.)*

V. Exª é o Relator. Voto conhecido, desculpe.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Voto conhecido.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, ambientalista e ruralista, Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Antonio Carlos Rodrigues?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Centro-Oeste e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu voto com o Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É para dar o número, então.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A autora do projeto com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu fico muito feliz por vocês terem aprovado, por esta Comissão ter aprovado o nosso projeto.

É um projeto que realmente assegura aos agricultores produtores familiares uma importante possibilidade de obter subvenções para poderem investir na preservação ambiental, para terem práticas ambientais que possam favorecer o meio ambiente.

Então, quero aqui agradecer aos colegas Senadores pela aprovação do nosso projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita, e agradeço demais aos nossos Senadores que estão aqui presentes, dando quórum, portanto, possibilitando nós votarmos os projetos terminativos. Já encerramos os projetos terminativos nesta reunião, e não temos nenhum projeto terminativo mais para ser votado.

Pela ordem, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quer dizer que os terminativos foram votados?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foram votados todos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E eu consulto V. Exª: o que teremos agora em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós teremos o Item 7, não terminativo, e o restante da pauta: os Itens 8, 9 e 10, todos não terminativos, e requerimento extrapauta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E assuntos gerais pode?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode, claro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, eu aguardo V. Exª e depois eu pediria a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu pediria a palavra para fazer um comentário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar V. Exª, Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão; o Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente; e os demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão pelo trabalho desenvolvido

V. Exª foi um grande democrata à frente desta Comissão, uma pessoa de diálogo, imprimiu um ritmo intenso a esta Comissão de debates, inclusive com muitas audiências públicas realizadas às sextas-feiras, com a participação da população, diretamente, por telefone ou via Internet, inovando no âmbito das Comissões.

Portanto, eu gostaria de cumprimentar V. Exª e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Marcelo, Secretário da Comissão, e todos os demais servidores desta Comissão, sempre muito atentos, muito competentes e muito prestativos.

Parabéns a V. Exª, ao Senador Moka e a todos os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, o Senador Cyro já tinha pedido. Desculpe, Senador Casildo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Acir Gurgacz, na mesma linha, eu quero parabenizá-lo e ao Senador Waldemir Moka pela condução dos trabalhos. É motivo de orgulho para todos nós esta Comissão ser presidida por V. Exª. Uma Comissão atuante e que prestou, neste ano de 2012, serviços relevantes.

Agradeço também e parabenizo, através do Marcelo, toda a equipe desta Comissão; e aos nossos pares também, pela paciência que tiveram conosco neste ano, e esperamos estar juntos também no próximo ano.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. V. Exª sempre participando junto conosco, e o sucesso desta Comissão é exatamente pela parceria e pelo trabalho dos membros desta Comissão, que estiveram junto conosco, debatendo e construindo sempre um acordo para os nossos projetos.

Agora, pela ordem, o Senador Casildo Maldaner e, na sequência, o Senador Sérgio Souza.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu ia aguardar até para os assuntos gerais, mas, quando vi o Senador Rollemberg, pensei: vou entrar na carona, então.

É justamente isto, Senador Acir Gurgacz: V. Exª deu exemplo de luta e de coesão nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu lembro que, às sextas-feiras, não só aqui, V. Exª tem deslocado a Comissão pelo Brasil afora, tem mexido com o País, tem ido *in loco*.

Nunca me esqueço de uma viagem inclusive para discutir o Código Florestal em Chapecó, no oeste catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Grande audiência.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Um grande encontro, com a participação de muita gente, não só do oeste catarinense, mas da parte do Rio Grande do Sul e do Paraná, que lá compareceram.

O ciclo de debates que V. Exª desencadeou aqui. A questão de muitos projetos. A questão dos agrotóxicos. A questão da rastreabilidade das embalagens dos agrotóxicos. A questão da rastreabilidade de animai. E por aí vai.

V. Exª deu uma dinâmica muito forte nesse tempo em que esteve na Presidência, mexeu com a Comissão, mexeu, sem dúvida alguma, com o Brasil. Eu sei porquê, por onde ando, eles perguntam: "Como é esse Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura?" E eu digo: "Ele vem lá do Norte, vem lá de Rondônia, que é um Estado de agronegócio, mas a senhora dele é catarinense, lá de Blumenau, de Gaspar. Então, une o nosso Extremo Sul com o Norte". Por isso é que V. Exª está com um conceito bom no Brasil inteiro.

Os nossos cumprimentos, Senador.

Aí também o nosso Vice-Presidente: o Moka, embora médico, é muito ligado às questões do agronegócio. O Moka tem essa tendência.

E o Marcelo e sua equipe da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

O nosso trabalho realmente foi importante em função exatamente da parceria e do apoio que tivemos dos membros desta Comissão.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Casildo, o Moka não só é um dos mais ruralistas do Senado Federal, como é um dos maiores produtores de terras do Brasil: fazendas em quase todos os Estados brasileiros. *(Risos.)* É possuidor de terras no Brasil. São fazendas no Brasil inteiro. Muito mais do que o nosso colega Senador Jayme Campos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu sabia que ele é muito... Ele é inclusive cantador. Vai haver hoje à noite uma pururuca, e ele toca harpa paraguaia. Eu sei que muitos paraguaios transferiram o título para Mato Grosso do Sul em função dele. Isso eu sei. *(Risos.)* Eu não sabia dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não sei se o Senador Moka não tem espaço no cemitério já. Talvez a única terra que ele tenha.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – As propriedades do Senador Blairo ficam distantes do tamanho das propriedades do Senador Moka.

Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, foi um prazer estar nesta Comissão nestes 2 anos. Esta foi a primeira Comissão que escolhi para integrar no Congresso Nacional. Eu sou de um Estado que é tido como um dos mais produtores do Brasil – o Estado do Paraná –, e não poderia aquele Estado ficar sem um representante aqui nesta Comissão.

Foi um privilégio trabalhar aqui junto com o Marcelo, com toda essa equipe, que sempre foi muito solícita. Nunca deixaram de atender aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras no momento em que pleitearam algo: inclusão de determinadas matérias extrapauta, as audiências públicas promovidas às vezes de uma semana para outra, e organizaram, convocaram, convidaram todos aqueles que vieram aqui nesta Comissão para nos auxiliar, para prestar um serviço a toda a Nação brasileira, levando informações às audiências públicas.

E agradeço aos meus pares. Neste ano, nesses dois anos, tivemos muito trabalho nesta Comissão porque aqui discutimos intensamente a questão do Código Florestal, e sob a sua gestão, sob o seu martelo.

Por isso, quero parabenizar V. Exª e também o meu colega e amigo Senador Moka, que, na sua ausência, conduziu, com maestria, os trabalhos desta Comissão.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. E o Paraná, com certeza, esteve muito bem representado por V. Exª, aqui nesta Comissão e no Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz; Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka; demais colegas Senadores, eu também não poderia deixar de me manifestar, desejando, primeiro, sucesso nas próximas empreitadas. Segundo, quero cumprimentar V. Exª pelo belo trabalho que o senhor realizou nesta Comissão, à medida que participamos não só da discussão do Código Florestal, mas, sobretudo, das audiências públicas que V. Exª, num gesto de coragem, realizava às vezes até nas sextas-feiras. São poucas as Comissões que se reúnem aqui na sexta-feira. E o Acir Gurgacz – eu escutava lá de Cuiabá –, por volta das 15 horas da sexta-feira, estava reunido aqui com várias autoridades de setores interessados na área de agricultura e reforma agrária.

De maneira que quero cumprimentar V. Exª pelo belo trabalho. Sem sombra de dúvida, sua marca indelevelmente vai ficar registrada nesta Comissão, pelo fato de que o trabalho foi operoso, competente, e, acima de tudo, os resultados foram altamente positivos.

Portanto, como membro desta Comissão, quero cumprimentar tanto V. Exª quanto o Senador Waldemir Moka pelo belo e extraordinário trabalho que fizeram à frente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ficam aqui os meus cumprimentos não só à Mesa, mas, sobretudo, aos colegas Senadores que participaram, de forma ativa e efetiva, das grandes discussões de interesse da sociedade brasileira.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme. O apoio de V. Exª foi fundamental para o sucesso desta Comissão, juntamente com o dos demais membros desta Comissão. Realmente, todos fizeram um trabalho excepcional ao longo desses dois anos, ao longo desse biênio, junto com o Senador Moka e junto conosco, trabalhando em prol da agricultura brasileira, sempre com a responsabilidade ambiental muito forte.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero, ao término desses dois anos ocupando a Vice-Presidência, dizer que nós assumimos aqui e, no Senado, acho que a Comissão de Agricultura é a mais jovem das Comissões.

Diferentemente da Câmara, a Comissão de Agricultura do Senado não tinha uma tradição muito grande. E eu quero dizer que, durante esses dois anos sob o comando, sob a batuta do Senador Acir Gurgacz, esta Comissão teve um dos melhores desempenhos entre as Comissões. Desempenho graças à determinação do Senador Gurgacz, graças à garra com que empreendeu os trabalhos, com audiências públicas, todas elas inclusive com a cobertura da TV Senado. Isso, na verdade, fez com que a nossa Comissão de Agricultura hoje estivesse num patamar no mínimo igual ao das outras Comissões do Senado.

Quero, ao encerrar esta fala, dizer que foi uma alegria – eu comentava com o Senador Acir Gurgacz – estar aqui com os membros da Comissão. Aqui há uma grande camaradagem. É um prazer, é uma alegria a convivência com V. Exªs. Realmente, eu me senti muito bem nesses dois anos aqui, atuando aqui, e dou uma explicação, se não o pessoal do Mato Grosso do Sul vai dizer: "Onde esse cara tem terra? Aqui no Mato Grosso do Sul, ele não tem..." Se não eles vão achar que eu tenho terras ali no país vizinho, ou alguma coisa desse tipo. Na verdade, eu sou um médico. Mais professor, na verdade, do que médico.

A minha carreira foi muito mais dando aula. Como professor, acabei dando aula na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul por pouco tempo, mas dei aula durante metade da minha vida como professor de Química.

Quando vim para cá, há dezesseis anos, eu atuava, em Mato Grosso do Sul, na saúde e na educação, nas duas por formação mesmo. Cheguei aqui com o propósito de defender a economia do meu Estado. Mato Grosso do Sul depende, fundamentalmente, da agricultura e da pecuária. Nós estamos começando agora a chamada agroindustrialização. E eu me envolvi, Senador Blairo. Fiz bons amigos. Lembro-me dos grandes amigos que deixei na Câmara: o saudoso Moacir Micheletto, o Ronaldo Caiado, o Abelardo Lupion, Sperafico, o Silas Brasileiro. Esse grupo é muito forte lá na Câmara. Há uma amizade, há uma lealdade no meio dos Parlamentares que tratam da agricultura. Nós colocamos a agricultura... Pode ver aqui que a grande defesa é do produtor rural, não é da indústria, não é de nenhum outro segmento que não seja o do produtor rural. É isso que eu tenho feito ao longo da minha passagem aqui, defendendo, na verdade, os empregos, a renda, melhor qualidade de vida para a população do meu Estado, que depende, insisto, fundamentalmente, do agronegócio, porque, quando a agricultura e a pecuária vão bem no meu Estado, o que mais ganha é o comércio. O comércio vende mais, contrata mais e aí faz girar a espiral da economia.

Então, quero dizer que a minha dedicação, meu querido amigo Sérgio, é no sentido de defender o desenvolvimento, o crescimento do meu Estado, claro que sem me descuidar, como médico que sou... E agora estamos travando uma luta para aprovar, finalmente, o chamado ato médico. Tenho atuado também na educação. Então, atuo na educação, na saúde e na agricultura.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador Acir Gurgacz pelo excelente trabalho, pela sua lealdade, pela forma de conduzir e quero endereçar um abraço à equipe fantástica da Comissão de Agricultura, através do Marcelo, e dizer agora, Acir, que eles têm pavor que eu assuma a Comissão de Agricultura, porque eu costumo ter o gênio meio forte e pode haver... Aliás, quando eu acabei de ler, eu estava me entusiasmando com a Presidência, mas o Marcelo falou que eu tinha que devolver a Presidência ao Acir Gurgacz.

Um grande abraço.

Brincadeira, Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, mas V. Exª foi o grande incentivador desta Comissão. V. Exª começou esse trabalho junto conosco e foi o principal incentivador e motivador para que a gente pudesse fazer este trabalho.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu fiquei um pouco frustrado de certo modo, porque o Blairo, que já estava deixando saudade para nós aqui, volta ao Senado, volta à Comissão, mas fico um pouco frustrado com as declarações do Moka, porque eu achei que aquilo que o Sérgio falava tinha fundamento. A amizade... porque a gente ser lindeiro do Moka fisicamente aqui no Senado, nós somos felizes, somos amigos, estamos juntos sempre. Agora, eu pensava em ser lindeiro para procurar onde ele tem um pedaço para que eu pudesse ter um cantinho de terra. Se fosse um tamanho só para mim, já me servia. Se fosse do tamanho que desse para uma vaca deitar com o rabo encolhido para eu ser lindeiro do Moka, já me serviria. Mas agora eu fiquei um pouco frustrado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – (*Falha na gravação*) ... durante esse período em que nós estamos atuando aqui na Comissão, de fato, o que o Senador Moka colocou tem toda razão de ser. É um grupo unido, um grupo que entende o que se passa no campo, entende as angústias do produtor rural e também entende a importância desse setor para a economia brasileira.

Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Acir Gurgacz, que, durante esse período, conduziu esta Comissão. Eu até perguntava a ele esta semana – viemos juntos de Cuiabá para cá – se ele iria ficar na Comissão. Ele disse que não sabia. Então, vamos discutir depois, para frente. Eu também não conheço bem como são os procedimentos internos. Mas, se ele se candidatar, tem meu voto para ficar, Presidente.

Então, quero cumprimentar o Presidente e toda sua equipe, através do Marcelo, que tem desempenhado um papel... Hoje, cheguei aqui e não tinha ninguém, viu, Senador Moka? Só estava o Acir aqui aguardando. Falei: "Cadê o povo que tira leite? Não volta mais cedo aqui, nesta Casa?" Logo depois, o pessoal começou a chegar e nós estamos todos aqui.

Cumprimento os dois – o Senador Moka também pelo trabalho. Eu brinco com o Moka sempre o seguinte: todo mundo acha que ele é um grande produtor rural, que tem muita terra pelo Brasil. Eu não sei se ele já comprou espaço no cemitério; se ele comprou, é essa a terra que ele tem. Ele não é possuidor de terra, mas é homem que possui uma capacidade enorme de compreender a importância desse setor e tem brigado, desde a Câmara Federal até aqui, por

um espaço e por uma atenção especial da sociedade e do Governo para a agricultura.

Infelizmente, esse setor, ao longo dos últimos anos, das últimas décadas, vem sendo marginalizado. Parece que o produtor rural é o vilão de toda essa história, quando, na realidade, ele é o herói de toda essa história. Um país se constrói na ocupação de seu território, um país se constrói pela produção de alimentos, com a paz interna trazida quando há alimento para todo mundo. Se quer ver confusão, quer ver revolta, quer ver revolução e guerra, tire a alimentação do povo. Que se tenha dificuldade de colocar alimento na mesa do brasileiro ou do povo de qualquer país, imediatamente, nós vamos ver a insatisfação social de um país. E o Brasil, felizmente, nunca teve isso, não passa fome, tem alimento suficiente. Alguns podem ter dificuldades para comprar alimentos, mas aí vêm os programas sociais, como o programa de renda mínima que tanto o Suplicy defende e tantos outros programas sociais que há. O Brasil tem capacidade hoje de produzir e de alimentar mais de 200 países mundo afora. Isso é uma coisa tão importante para o Brasil e para o mundo que é imensurável. No entanto, alguns setores da sociedade olham o produtor rural como um bandido, como o devastador, como aquele cara que não devia estar fazendo o que faz. Então, é um olhar errado sobre a agricultura e esta Comissão da Agricultura, presidida pelo Senador Acir, durante esse período de 2 anos, tem procurado demonstrar, através das reuniões, transmitidas pela TV Senado, que o País é uma coisa orgânica.

Na semana passada, Senador Acir, aproveitando o meu recesso, fiz uma viagem. Fui a Belém, a Manaus, porque temos navegação, naquela região, que transporta soja, milho, algodão, para sair pelos portos do Norte, através de Porto Velho, do Estado de Rondônia, e também, aproveitando a BR-163, saindo agora para Belém, para Macapá, para essa região. Lá, visitei alguns estaleiros e encontrei centenas e centenas de pessoas trabalhando, soldando, fazendo barcaças, fazendo empurradores, construindo silos, fazendo armazéns, construindo portos, tudo em cima da agricultura. Não fosse a agricultura, não teríamos o movimento que está acontecendo naquela região.

A atividade do agronegócio, da agricultura, classifiquem-na do jeito que quiserem, pequeno, grande, médio, agricultura familiar, o importante é o seguinte: todos são agricultores, todos produzem, todos têm o seu papel fundamental.

Parabéns, Presidente, pela condução desta Comissão, que tem procurado resgatar o papel da agricultura, do agricultor, de todos aqueles que trabalham na agricultura e na pecuária brasileira. Parabéns ao Presidente, ao Vice-Presidente e, mais uma vez, a toda equipe do Marcelo, que trabalha conosco aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Para mim, foi um prazer muito grande e uma experiência maior ainda poder participar desta Comissão e, junto com o Moka, administrar esta Comissão. Para nós de Rondônia, é a comissão mais importante que temos. É a que cuida da agricultura, da pecuária, da bacia leiteira, do nosso pescado, enfim, é a que cuida da economia do nosso Estado de Rondônia, como dos demais Estados também produtores. Para mim, foi uma experiência muito grande, foi um prazer enorme dividir os trabalhos nesta Comissão junto com o Moka, ele que tem uma experiência já maior que a nossa e nos deu muita informação. Ele nos ajudou muito nos trabalhos para que esta Comissão pudesse ter a importância que ela realmente tem na economia brasileira.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Senador Waldemir Moka, cumprimento o Presidente e o Vice-Presidente, pela condução dos trabalhos deste ano, o Marcelo e toda equipe.

Quero fazer aqui uma lembrança, Sr. Presidente, porque há um projeto tramitando ainda na Comissão que foi objeto de solicitação de audiência pública. Refiro-me ao projeto de lei que define as normas das sociedades de cooperativas, cujo Relator é o nosso Vice-Presidente, Waldemir Moka, e que se encontra ainda pendente.

Eu só gostaria aqui de lembrar que se trata de um projeto muito importante. Foi apreciado e votado já na Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do Senador Renato Casagrande, que justamente procurou conciliar normas e objetivos importantes do projeto originalmente apresentado pelo Senador Osmar Dias. O parecer do meu projeto considera aprovado o projeto de lei do Senador Osmar Dias que coloca em série alguns dos elementos principais do meu projeto.

Destaco que, dentre esses objetivos e normas que foram reconhecidos no meu projeto, está aquele que assegura a liberdade de associação para as entidades cooperativas junto à organização nacional, ou seja, aquelas cooperativas que, por livre e espontânea vontade, queiram se associar, por exemplo, à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) poderão fazê-lo. Se preferirem estar em outra, também poderão fazê-lo, respeitando, portanto, o princípio constitucional que assim consagra.

A Senadora Ana Amélia sugeriu que viesse o projeto para cá, e nós estamos aguardando ainda. Então,

gostaria de transmitir ao Presidente e ao Vice-Presidente que será muito importante que possa o Senador Waldemir Moka concluir a oitiva que ele próprio iniciou, inclusive para que possamos realizar a audiência aqui programada e concluir a matéria no primeiro semestre do ano que vem, já que há uma grande expectativa relacionada à atualização da lei sobre as cooperativas de produção tão importantes para o objetivo da economia solidária no Brasil.

Há outro requerimento pendente de votação em conjunto na CRA e na CAE relativo aos produtores de laranja. Trata-se apenas de programar a realização dessa audiência pública, que pode perfeitamente ser feita no primeiro semestre do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Moka para responder ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, na verdade, eu assumi um compromisso de ouvir e estou fazendo isso.

Na verdade, eu quero apresentar um relatório que possamos votar num consenso. Eu cheguei muito próximo a esse consenso, mas há uma resistência de uma das partes. Eu achei por bem... Se viéssemos para cá, eu teria que apresentar um substitutivo, mas eu queria muito aproveitar o projeto de V. Exª e o do Senador Osmar Dias em vez de fazer um substitutivo.

Estou aguardando, porque, na verdade, em relação às cooperativas solidárias, ainda falta alguma coisa. De resto, em relação às chamadas Cooperativas da Agricultura Familiar (CAF), já existe um entendimento grande.

Sei que, com um pouco mais de tempo, eu poderia ter apresentado e não teria dificuldade nenhuma, mas nós iríamos a voto, Senador Blairo, porque, ao excluir um segmento do entendimento, fatalmente nós iríamos... Eu estou tentando buscar esse entendimento.

Agora, de qualquer forma, quero me comprometer com V. Exª. Em não havendo entendimento, não vai existir outro jeito. Há horas em que nós precisamos votar mesmo. Então, eu digo a V. Exª que não vou mais demandar tempo e vou dizer para eles numa última rodada: se nós não tivermos acordo, eu vou levar a voto na Comissão.

E aproveito também para agradecer, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo, toda a participação de V. Exªs aqui nas atividades deste ano, que, aliás, foram muito, muito, muito boas para as cooperativas. Fizemos um balanço. Nós avançamos muito. E eu acho que a Frente Parlamentar do Cooperativismo está de parabéns por suas atividades.

Não sei dei as explicações necessárias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção e V. Exª. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Antonio.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Gostaria de votar os itens 10 e 11, porque eu tenho que me retirar para ir para a Comissão Mista, para a CPI, onde sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois, não.

Inversão de pauta.

Peço aos Senadores se concordam com a inversão de pauta. Mas inverteremos a pauta para atender o Senador Antonio Carlos Rodrigues. Vamos inverter a pauta.

ITEM 10
AVISO Nº 71, de 2012
– Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 2.679/2012 – TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional realizada nas ações de vigilância e fiscalização no trânsito internacional de produtos agropecuários gerenciadas pela SDA/Mapa (TC 008.768/2012-9).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 71, de 2012.

Com a palavra, o Relator, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Eu vou diretamente à análise.

A auditoria efetuada constatou que, em 2005, eram inadequadas a infraestrutura e a organização do quadro de pessoal das unidades de vigilância agropecuária internacional, que apresentavam oferta insuficiente de cursos de capacitação para os fiscais federais agropecuários, sem que fossem observados mecanismos institucionais voltados à boa integração dos órgãos de fiscalização de portos e aeroportos, bem como a aplicação das sanções pecuniárias previstas na legislação básica que regulamenta a defesa sanitária animal e vegetal no País.

Evidentemente, a despeito dos avanços observados, dos quais temos muita satisfação em reconhe-

cer, ainda se espera do Poder Executivo a inadiável regulamentação da legislação relativa à defesa animal e vegetal.

Voto.

Pelo exposto, trazemos à CRA o conhecimento do Aviso nº 71, de 2012, ao tempo em que recomendamos seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O Relator concluiu pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 71, de 2012.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item11:

ITEM 11
AVISO Nº 72, de 2012
– Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 2.689/2012-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente ao monitoramento das determinações e recomendações dirigidas a diversos órgãos e entidades do Governo Federal envolvidos com a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (TC 013.603/2012-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 72, de 2012.

Com a palavra o Relator, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Vou diretamente à análise.

Vale salientar, inicialmente, que o Pronaf apoia projetos individuais ou coletivos, voltados à geração de renda na agricultura familiar, praticando as mais baixas taxas de juros dos empréstimos rurais, bem como se tem observado baixíssimas taxas de inadimplência no Programa.

Foram encontradas, nos procedimentos de averiguação da auditoria que embasa o Aviso em exame, irregularidades que apontavam para enquadramento no Pronaf baseado apenas nas declarações do agricultor e para a existência de múltiplas Declarações de Aptidão ao Pronaf para o mesmo produtor rural, que por vezes apresentava renda familiar anual superior aos limites permitidos pelo Programa.

Adicionalmente, constatou-se baixa frequência de fiscalizações do Banco Central do Brasil, Bacen, sobre as operações do Pronaf e ausência de registro do fluxo das operações de crédito pelo sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor), além de desvio de finalidade na concessão de créditos a familiares com Declarações de Aptidão ao Pronaf irregulares.

Das recomendações originais, oriundas da referida auditoria, o monitoramento subsequente do TCU permitiu concluir que as ações propostas se encontram, atualmente, em estágio satisfatório de implementação, com ênfase para a melhoria da qualidade e do compartilhamento entre os órgãos da administração das informações sobre a execução do programa em foco, mitigando os riscos de fraude.

Voto.

Do exposto, ao tempo que apresentamos à CRA nossa análise sobre o Aviso nº 72, de 2012, para conhecimento, recomendamos seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Relator Antonio Carlos Rodrigues, pelo seu relatório, que concluiu pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 72, de 2012.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, então, retomar ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 202, de 2012
– Não Terminativo -

Dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do PLS 202, de 2012, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

O Relator é o Senador Benedito de Lira. Como ele não está presente, eu peço, como Relator *ad hoc*, que faça a leitura do relatório o Senador Blairo Maggi, para que a gente possa concluir esta votação.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, como Relator *ad hoc*.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório, então.

Vem a esta Comissão para análise o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 202, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem e dá outras providências.

O art. 1º da Proposição institui o Fundo Financeiro de Apoio aos Produtores Rurais Atingidos pela Estiagem, destinado ao pagamento de ajuda financeira não reembolsável aos pequenos produtores rurais privados de condições de subsistência, devido à perda total ou parcial da produção agropecuária familiar em todo o território nacional, que se encontrem em áreas atingidas por estiagem, quando atendidos critérios de elegibilidade (art. 2º).

Conforme o art. 3º os recursos do Fundo são constituídos de dotações orçamentárias consignadas pela União; retornos e resultados de suas aplicações; contribuições, doações, financiamentos, recursos de outras origens; e outros que lhe venham ser atribuídos.

O art. 4º dispõe que o Fundo será administrado por um Conselho Gestor, presidido pelo representante do Ministério da Integração Nacional, e com integrantes indicados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Casa Civil da Presidência da República.

O art. 5º estabelece prazo de noventa dias para o Poder Executivo regulamentar a Lei, admitida a contratação de auditoria externa, a expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e das estabelecidas na Lei, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem (art. 6º).

A vigência da Lei se dará cento e vinte dias após a sua publicação (art. 7º).

Ao justificar a proposição o autor destaca que as secas e estiagens recorrentes, principalmente na Região Nordeste, são causas da infelicidade e sofrimento de grandes contingentes populacionais que vivem nas áreas mais afetadas pelo fenômeno da estiagem.

O PLS será analisado também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 202, de 2012.

Então, conclui-se que devemos reconhecer o esforço do Governo para atender os atingidos pela seca, mas a criação de um fundo como o proposto pelo PLS complementará tais ações e trará maior segurança aos agricultores familiares com a certeza de que estão socorridos em caso de perdas por estiagem ou seca.

Entretanto, cumpre observar que o art. 2º do PLS impõe que a ajuda financeira do Fundo destina-se a atender os...

Destina-se a atender aos produtores rurais que atendem à cumulatividade, entre outros critérios, de ser agricultor familiar, com declaração de aptidão no Pronaf (DAP), e também de pessoa física ativa.

Para evitar confusão, o nome do fundo proposto, sugerimos a emenda para substituir o termo "produtores rurais por agricultores familiares", explicando melhor o universo dos produtores que poderão ser beneficiados pela medida do apoio.

Voto:

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Substitua-se, no Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2012, as expressões "produtores rurais" e "pequenos produtores rurais" por "agricultores familiares", onde couber.

Então, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela sua atenção nos ajudando a concluir nossos trabalhos.

O Relator *ad hoc* concluiu pela aprovação do PLS 202, de 2012, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Em discussão.

Para discutir, com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, não há dúvida de que a relatoria exarada pelo Senador Blairo Maggi, com a proposta originária do Senador – se não estou equivocado – Vital do Rêgo, tem sua procedência, ela vai ao encontro de uma aspiração que não é de hoje.

Eu acho que, quanto à questão da Defesa Civil, dos incidentes, das estiagens, das cheias, dos vendavais, dos produtos agrícolas, enfim, o seguro como um todo, nós somos muito incipientes no Brasil. Nós precisamos avançar mais. Eu venho lutando aqui para que, inclusive no Ministério de Integração Nacional, se altere o Funcap, que é um fundo de recuperação de seguros, porque é o Ministério do Interior que tem essa gerência.

Nós somos, em relação a tudo – enchente, seca –, imprevidentes. Eu tenho defendido a tese, inclusive, de que tem de haver um novo marco regulatório e que até dos seguros, no Brasil, se pusesse 1% disso para assegurar. Há outras questões: pode ser seguro de casa, disso ou daquilo; de todos os seguros, tira-se 1% para esse fundo.

Com certeza, com o tempo, nós iríamos motivar, fazer com que esse 1% dos seguros – hoje, no Brasil, se opera por ano na base de R$120 bilhões – geridos no Brasil, daria R$1,2 bilhão, fosse para esse fundo e estimulasse a descentralização, para que a Defesa Civil nos Estados e Municípios se sentisse estimulada, que 1% desses recursos fosse para as Defesas Civis estaduais e 1% fosse para as Defesas Civis do Município onde se procedeu ao seguro. Isso significa estimular, incentivar, que se faça seguro. Com mais seguros e com a aplicação desses recursos, principalmente na prevenção, haveria menos incidentes e as companhias de seguros iam ganhar com o tempo.

Essa é uma tese que venho defendendo aqui no Senado há mais tempo. Nós temos que avançar e temos que levar avante essa proposta que estamos analisando. Isso é alguma coisa que vem mitigar um pouco os problemas. O que vem acontecendo?

Houve essa seca no nordeste, veio uma medida provisória para cá depois de meio ano. O problema foi levado à Casa Civil, e a Casa Civil providenciou uma medida provisória, que veio para cá.

Aí a gente fica debatendo a medida provisória, mas depois de meio ano, depois, depois que já houve morte, faltou água, houve prejuízo, para tentar dar alguma coisa a quem teve prejuízo. Nós temos que ser mais eficientes. Nós temos que prevenir mais. Acho que é isso que falta no Brasil

Sem dúvida alguma, quero louvar a proposta, que vem, pelo menos, dar o início a alguma coisa no País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

O item 8 o Senador Cyro Miranda pediu para tirar de pauta; portanto, item 8 está fora de pauta.

Vamos ao item 9, que é o último item da pauta de hoje.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 310, de 2012
– Não Terminativo -

Dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se § 2º ao art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 310, de 2012, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

O Relator Valdir Raupp não se encontra, por isso eu peço ao Senador Sérgio Souza para ser o relator *ad hoc* em seu lugar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se o §2º ao art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública.

O Projeto é composto de cinco artigos, descritos a seguir:

O art. 1º promove alterações no *caput* e no §1º do art. 15-A do Decreto nº 3.365, de 1941, de modo a, respectivamente:

– reajustar os mencionados juros compensatórios, da proporção de até 6% ao ano sobre a diferença eventualmente apurada entre o preço ofertado em juízo pelo bem desapropriado e o valor afinal fixado em sentença para 12% ao ano sobre a diferença entre 80% do preço ofertado e o valor fixado na sentença;

– estabelecer que também deve ocorrer a incidência de juros compensatórios na hipótese de imóveis improdutivos.

Em consonância com a Súmula nº 408 do Superior Tribunal de Justiça, bem como com a decisão liminar prolatada pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.332/DF, o art. 2º estabelece, por meio de regra de transição, uma exceção temporal àquela porcentagem a ser fixada, no novo *caput* do art. 15-A, para os juros compensatórios (repita-se: 12% ao ano sobre a diferença entre 80% do preço ofertado e o valor fixado na sentença), determinando que, no período que vai de 11/6/1997

até 13/9/2001, a base de cálculo para a incidência desses juros deve corresponder ao valor ofertado em juízo pela Administração Pública menos o valor fixado na sentença, em observância a então vigente Medida Provisória nº 1.577, de 1997.

O art. 3º, Sr. Presidente, converte o parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 3.365, de 194, em §1º e acresce-lhe um §2º, para estatuir que, quando a área do imóvel expropriado contida no registro imobiliário for menor do que aquela apurada pela Administração, esta última é a que deve ser considerada para efeito de indenização, mantendo-se, porém, depositada em juízo a correspondente diferença, até que a expropriação promovida a retificação do registro ou que seja decidida a titularidade do domínio.

O art. 4º carreia a cláusula de vigência, estipulando que a lei porventura decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

No art. 5º figura uma cláusula revocatória, dirigida aos §§ 2º e 4º do art. 15-A, do referido decreto.

Da justificação do projeto vale destacar precisamente seu trecho inicial, que, de forma sucinta, sintetiza o objetivo geral da proposição, qual seja o de "alinhar (...) disposições legais pertinentes à desapropriação com os entendimentos consagrados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça".

O PLS nº 310, de 2012, foi distribuído inicialmente a esta Comissão, de onde deverá seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta decisão terminativa.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Nos termos do art. 104-B, incisos I, XIV e XXI, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre assuntos referentes ao direito agrário, à reforma agrária e correlatos. Ao salientar o fato de que, "embora a alteração proposta incida apenas sobre o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que trata exclusivamente das desapropriações por utilidade pública, o regramento pretendido (...) se estenderá às desapropriações por interesse social, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962", reforça-se, na justificação do PLS nº 310, de 2012, a competência regimental desta Comissão para a apreciação da matéria.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 310, de 2012, tendo em vista que *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito agrário e desapropriação, a teor do disposto no art. 22, incisos I e II, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

No mérito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecem-nos absolutamente pertinentes os fundamentos esposados na justificação do projeto, mediante os quais fica demonstrada a necessidade de atualizar a legislação sobre a matéria, em especial diante dos vícios de constitucionalidade e omissões que maculam a forma vigente do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, e para os quais apontam o STF e o STJ em seus aludidos julgados. Acerca dessa motivação do proponente, a propósito, cumpre perceber que, com a nova redação alvitrada para o *caput* e o § 1º do art. 15-A e com a derrogação de seus §§ 2º e 4º, o PLS nº 310, de 2012, além de alinhar-se com a decisão liminarmente proferida pelo STF na ADI nº 2.332/DF, antecipa-se à decisão final, ainda não prolatada pelo órgão jurisdicional máximo.

É digna de nota a técnica legislativa empregada na confecção da proposição sob exame, nos moldes exigidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, , que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. É importante fazer somente uma ressalva à redação do PLS nº 310, de 2012.

Para melhor entender o disposto na parte final do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, seria recomendável que se explicitasse de forma mais clara e concisa, na ementa do PLS, a finalidade última da lei porventura resultante da proposição. Aproveita-se o ensejo, com isso, para corrigir certos erros gramaticais constantes daquele trecho meramente informativo do projeto.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2012, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CR (de redação)

Dê-se à ementa do PLS nº 310, de 2012, a seguinte redação:

Dá nova redação aos arts. 15-A e 34 do Decreto– Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos

em decorrência da desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como sobre a parcela da indenização referente a áreas do imóvel expropriado eventualmente não registradas.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, pelo seu relatório, ajudando-nos como Relator *ad hoc* para concluirmos os nossos trabalhos.

E o Relator *ad hoc*, Senador Sergio Souza, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2012, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela aprovação do PLS nº 310, de 2012, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Compromissos do mandato no Rio Grande do Sul me impediram de chegar pontualmente. Novamente, fui chamada à atenção pelo nosso colega, vigilante, madrugador, Waldemir Moka.

Mas, brincadeira à parte, Presidente, eu não poderia deixar de registrar, aqui, o meu agradecimento especial a V. Exª, ao apoio da sua equipe, liderada pelo Marcelo. Neste ano fizemos audiências públicas muito relevantes na cidade de Esteio, na Expointer; também no início do ano, fizemos em Não-Me– Toque. Vamos repetir a dose no ano que vem, já marcada em Não-Me-Toque na Expodireto, em 9 de março, para discutir a logística para o setor da produção agropecuária.

Penso que este é um tema no qual temos de persistir, dadas as dificuldades e o preço que é para o produtor, para o agricultor, para o consumidor e para o próprio contribuinte brasileiro.

Então, eu queria renovar aqui os agradecimentos a V. Exª e cumprimentá-lo também pela iniciativa de ter aberto um espaço de debate às sextas-feiras, aquelas audiências púbicas por assim dizer; mas são fóruns de debates que têm permitido a democratização, com a participação de todos os interessados, agricultores e não agricultores, na área do meio ambiente, na área da produção, e tem sido cada vez mais consolidado o prestígio desse espaço.

Tive a honra também de estar com V. Exª lá em Ji-Paraná, numa das audiências, extremamente produtiva; e também a honra de ser convidada pelo Senador Waldemir Moka para estar em Chapadão do Sul, num evento também de grande relevância, discutindo o Código Florestal. Então, queria dizer a V. Exª que é gratificante, no final do exercício legislativo, concluir por esse resultado tão animador, e vamos juntos, de novo, em 2013, fazer um bom trabalho.

Felicidades e, mais uma vez, parabéns, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, dizendo que esta Comissão teve, em vários momentos, a participação de vários Senadores e Senadoras. Mas quero aqui, na condição até de Vice-Presidente, dizer o quanto foi fundamental a presença da Senadora Ana Amélia aqui nesta Comissão. Ela que tem um histórico, como profissional da área de comunicação, conhece profundamente o setor, debateu sua vida inteira esse setor, trouxe para esse debate um enriquecimento enorme, mercê da sua competência, da sua experiência e, acima de tudo, da sua dedicação. Eu brincava com a Senadora que eu achava que ela dormia aqui no corredor do Senado, que ela armava uma rede aqui, porque eu chegava aqui e ela já estava aqui de algum tempo. Então, quero cumprimentá-la.

Ao encerrar, não é o assunto, mas como está encerrando, eu quero dizer da minha surpresa ontem com a liminar concedida pelo Ministro Fux. Eu quero colocar isso aqui com clareza, porque eu examinei isso ali com a nossa Secretária-Geral, Claudia Lyra, que é experiente. Vários vetos foram votados dessa forma, regimentalmente. Colhemos todas as assinaturas necessárias, 50% mais um, seriam 42 Senadores, mais de 50 assinaram. Na Câmara, mais de 300 Deputados. O resultado da votação do requerimento de urgência: 61 Senadores e 348 Srs. Deputados. Então, Sr. Presidente, parece-me que o Supremo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Avançou o sinal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –... decidir ou questionar o mérito depois de votado o veto...? Interferir numa questão interna, regimental? É como se nós quiséssemos dizer quem vai ser julgado, a pauta lá. Ontem, fiquei comedido, mas, depois de ter conversado com um especialista, eu acho que algum equívoco está acontecendo, porque não é possível,

Senador, que a gente tenha que deixar de apreciar um veto... Eu estou questionando porque é uma questão *interna corporis* nossa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos que reagir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho isso.

Agora, decisão do Poder Judiciário o Senado vai cumprir, evidentemente, e o pior de tudo é a forma como foi colocada. Você não pode pegar um veto e trazer para a primeira... Pode, desde que a maioria da Câmara e do Senado assim se manifeste. Daí a existência do chamado requerimento de urgência.

Então, foi uma coisa que ficou, na minha avaliação, com todo o respeito ao Ministro Luiz Fux, ficou uma coisa... uma ingerência indevida. Eu acho que o Presidente Sarney vai questionar, vai pedir reconsideração. Eu acho que essa é uma liminar e evidentemente que, quando da análise do Pleno, tenho certeza, que essa liminar será derrubada.

Era o que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas concordar plenamente com o Senador Moka, porque é uma decisão política, respeitando os termos regimentais da Casa. Nessa condição, não há por que o Supremo interferir. Já há uma discussão que cria certa instabilidade institucional da posição do Supremo em relação à Câmara dos Deputados. Agora, mais uma? Então, temos que encontrar o ponto de equilíbrio, porque democracia forte e sólida só se dá no equilíbrio pleno dos poderes, a chamada equipotência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na hora em que um desses avança o sinal, nós aqui somos sufocados pelas medidas provisórias, o que já é uma situação complicada.

No caso da votação desse requerimento, eram 67 Senadores...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Sessenta e oito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sessenta e oito Senadores e houve 7 votos contrários, do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo – natural! –, e 61 votos favoráveis. É inquestionável! Esta é a Casa da República, é a representação dos Estados. Então, concordo plenamente com o Senador Moka e queria destacar a posição... Isso sobressai mais... Espero que a decisão do Ministro Luiz Fux não tenha sido determinada pelo bairrismo ou pela sua naturalidade, assim como teve atitude absolutamente magistral a Vice-Presidente da Câmara, Deputada Rose de Freitas, que, sendo do Espírito Santo, conduziu aquela sessão, Senador Moka – o senhor estava lá...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com imparcialidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...com absoluta imparcialidade. E deve ser reconhecida essa atitude dela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Há custos políticos para ela em seu Estado, mas ela agiu em respeito à Instituição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Republicana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso, exatamente, republicana. Então, ao destacar essa atuação da Deputada Rose de Freitas, queria lamentar a interferência e cumprimentar a atitude do Presidente Sarney de reagir a isso, tentando derrubar essa liminar por improcedente.

Muito obrigada. Parabéns, Senador Moka, por levantar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Concordo plenamente com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Moka e, principalmente, com o Presidente Sarney, que vai recorrer dessa decisão.

Talvez tenha chegado a hora de tratarmos desse assunto com uma lupa e com mais detalhes. Como vamos entender como uma pessoa pode interferir, paralisar um processo do Congresso Nacional sendo 61 Senadores e 348 Deputados a favor? Talvez esteja na hora de nós repensarmos e reavaliarmos qual é, de fato, o papel, de que maneira pode-se atuar. Talvez seja o momento, Senador Moka. Talvez isso tenha nos alertado para estudarmos com mais profundidade como o STF pode atuar, trabalhar e decidir as questões que nós também estamos decidindo e estamos trabalhando. Talvez seja o momento de nós revermos algumas regras, inclusive da nossa Constituição se tivermos que mexer. Eu entendo que, talvez, tenha chegado o momento de nós rediscutirmos essa questão. Talvez tenha sido um alerta a todos nós para que nós, guardiães da democracia brasileira, façamos algumas mudanças para deixar bem claro a atuação dos Poderes, sempre – é evidente – tendo o maior cuidado e o maior respeito pelo Judiciário brasileiro, mas quem faz as leis somos nós. Nós temos que repensar, Senadora Ana Amélia, Senador Moka, sobre essa questão. Talvez tenha chegado a hora de fazermos algumas medidas ou algum decreto para que possamos definir melhor a atuação de cada Poder. Então, é pertinente a questão levantada pelo Senador Moka, acompanhado pela Senadora

Ana Amélia. E, de repente, tenha sido importante ter acontecido isso para que possamos refletir melhor sobre a atuação de cada setor brasileiro.

Chegamos ao final da nossa audiência e também chegamos ao final do nosso biênio, caro Vice-Presidente da Comissão, Senador Waldemir Moka. Quero aqui, mais uma vez, agradecer V. Exª pelo companheirismo, pelo trabalho junto conosco e, principalmente, pelo incentivo no começo da legislatura, nos colocando que deveríamos fazer algo diferente nesta Comissão de Agricultura para mostrarmos e trabalharmos com a mesma importância que tem o agronegócio para a economia brasileira.

Agradeço imensamente a todos os membros, em especial à Senadora Ana Amélia, que sempre esteve conosco, às 8 horas e 25 minutos – não é, Senadora? – para começarmos às 8 horas e 30 minutos, sem atraso. Estivemos juntos em várias situações em outros Estados, no seu Estado do Rio Grande do Sul, no meu Estado de Rondônia, e também nas audiências públicas aqui em Brasília. Então, agradeço a todos pela colaboração, à nossa equipe da Comissão de Agricultura. Não vou falar o nome do Marcelo, porque já falaram demais. Então, em nome dele, cumprimento os demais integrantes da equipe, também o Zé Luiz, que nos acompanha, na nossa assessoria direta, os trabalhos conosco aqui, nesta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Sérgio Souza, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Cícero Lucena e Sérgio Petecão reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Marco Antônio Costa. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 293, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País." Não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 121, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 255, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "Define como crime a facilitação da exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, bem como a autorização para pagamento de crédito ou aposta relacionados ao referido jogo". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela e o relatório é favorável ao PLS 121/2008, com as Emendas oferecidas e pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da subemenda e pela rejeição da emenda n.º 2, de autoria do Senador Ciro Nogueira; e, ainda, pela rejeição do PLS 255/2009, que tramita em conjunto. O Senador Valdir Raupp apresenta Voto em Separado pela rejeição dos PLS 121/2008 e 255/2009. A Comissão rejeita o Relatório da Senadora Angela Portela e aprova o Voto em Separado do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir Parecer da CCT pela rejeição do PLS 121, de 2008 e do PLS 255, de 2009, que tramita em conjunto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 332, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI – Pedofilia – 2008 (CPI), que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que as emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da Internet." O Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, designa relator ad hoc o Senador Valdir Raupp e, após a leitura do relatório, concede vista ao Senador Cyro Miranda, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 679, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana

Rita, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural." O Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga designa relator ad hoc o Senador Cyro Miranda e, após a leitura do relatório, concede vista à Senadora Angela Portela, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 5: Requerimento n.º 37, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Sérgio Souza, que "Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada audiência pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para debater a Política Energética Brasileira para discutir os desafios e oportunidades para uso do petróleo e gás natural. Para tanto, sugiro convidar as seguintes autoridades: 1. Representante do Ministério de Minas e Energia; 2. Professor Ildo Luís Sauer – diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia – IEEUSP; 3. Dr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Titular do Instituto Luiz Alberto de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ; 4. Dr. Ricardo Pinto – especialista em gás natural – conjuntura e perspectivas no mercado nacional e internacional; 5. Dr. José Dílcio Rocha – pesquisador da Embrapa; 6. Consultor da Câmara dos Deputado." O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 419, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIODIFUSORA SIRIEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíra, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 420, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – ACODCAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 482, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 484, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUADALUPE – ACCG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Guadalupe, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 486, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE BREVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Breves, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 516, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PIRANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piranga, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 534, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiabu, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 427, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 447, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIDA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 455, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à CEARÁ RÁDIO CLUBE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 501, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLATINA DE ITUIUTABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 526, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO EDUCADORA MÚSICA E CULTURA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 490, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TRINDADENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 500, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIOCOM FM CHAPECÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 463, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE FÁTIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 470, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 506, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO 96 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 511, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 530, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO TIETÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 514, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL ORGANIZADA BARÃO DO MONTE ALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Monte Alto, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 532, de 2012**, de caráter ter-

minativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 292, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ITAPUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 474, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 477, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 508, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS CHAPADENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 494, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CANUDOS DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canudos do Vale, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 499, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS SOCIAIS "JOSÉ FERNANDES DA SILVA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 478, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 493, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVABOAVISTENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 513, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FIUZA & SILVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indiara, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 531, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO BRASIL 2000 para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 483, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí." O relator designado,

ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 485, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Valério, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 492, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CIDADE DE MOGI GUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 515, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao ESTADO DE GOIÁS para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 533, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 462, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 469, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 510, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIMADUARTINA AMIGOS DA COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 529, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 432, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 452, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SONORA NOVARRUSSENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 504, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 525, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BRAGANÇA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 410, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE PARAIBANA DE RADIODIFUSÃO, SONS E IMAGENS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 411, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO NORDESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 412, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 480, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 385, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OSVALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 461, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PADRE LUSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 467, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 472, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 509, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JECEABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeceaba, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 377, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 384, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12

(doze) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à DORNER & GRIGOLETTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nortelândia, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 443, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ENERGIA FM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COM AÇÕES PARTICIPANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucas, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 502, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 524, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO VIDEOMAKER DO BRASIL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 424, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JARACATY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 425, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA TROPICAL RONDONIENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 487, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUL CAPIXABA FM DE GUAÇUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 488, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPIXABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo n.º 489, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA ANTONIO CORREA DE LIMA – FUAFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irituia, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo n.º 517, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 880 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo n.º 535, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITÁRIA VIVA

MOSQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo n.º 468, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPÉIA – ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo n.º 491, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE FLORIANO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floriano Peixoto, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo n.º 496, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo n.º 512, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tefé, Estado do Amazonas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 38, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Eduardo Braga e Gim, que requerem "..., nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para compormos a comitiva brasileira, como representantes desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal que participará do GSMA Mobile World Congress 2013, promovido pela GSM Association, à realizar-se no período de 25 a 28 de Fevereiro 2013 em Barcelona, Espanha". O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Eu gostaria de, antes de iniciarmos a pauta da ordem do dia, apresentar aos Srs. e Srªs Senadores um balanço das ações da CCT, tendo em vista que esta é a nossa última reunião neste ano de 2012.

No segundo semestre de 2012, nós tivemos nove reuniões deliberativas e seis audiências públicas. Tivemos um total de quinze reuniões.

As audiências públicas tiveram como temas: qualidade do serviço de telefonia móvel; Lei Geral de Antenas; política nacional de biogás; Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais; e biomas brasileiros e patentes.

Além disso, nós tivemos, nas reuniões da Comissão, 362 projetos de decretos legislativos (PDS), dos quais 72 serão tratados no dia de hoje. Requerimentos, foram onze. Na reunião de hoje, teremos mais um. Projetos de lei do Senado, nós tivemos seis, e hoje, na reunião, nós teremos quatro projetos de lei. Projeto de lei da Câmara, nós tivemos dois, num total de 381 proposições.

Na consolidação das atividades do biênio 2011/2012, na gestão nossa e do Senador Gim Argello, com a participação de todos os Senadores aqui mencionados – a quem eu quero agradecer pela contribuição pertinente e competente ao longo desses 2 anos –, nós tivemos, nada mais, nada menos, do que 93 reuniões, sendo 48 deliberativas e 45 audiências públicas. Chegamos a um total de 1.123 proposições, das quais 973 projetos de decreto legislativo, 101 requerimentos, 11 requerimentos para destaque de votação em separado, 28 projetos de lei do Senado e 10 projetos de lei da Câmara.

As audiências públicas foram divididas de acordo com o gráfico: 15 nas Telecomunicações e Internet; 12 no Código Florestal; 9 no Tecnologia e Inovação; 3 em Comunicação; e 6 em outros assuntos.

O grupo de trabalho de concessões de rádio e TV realizou um trabalho muito importante para examinar as normas de apreciação dos atos de outorga e criou um novo conceito. Ao mesmo tempo os procedimentos para distribuição de PDS se transformaram também em um ato da Mesa Diretora da CCT, que estabelece procedimentos para distribuição de projetos de decreto legislativo em autorização de serviços de radiodifusão. Da mesma forma, procedimentos para avisos de alteração e controle, que disciplinam o tratamento a ser dado aos avisos ministeriais de comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora, som e imagens no âmbito da CCT.

Finalmente, aqui estão relacionadas e mencionadas todas as nossas audiências públicas.

Feito isso, eu gostaria de pedir ao Senador Sérgio Souza que assumisse aqui interinamente a Presidência, para que eu pudesse relatar o item 1 da pauta, que é o turno suplementar do substitutivo que oferecemos ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Srªs e Srs. Senadores:

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2012
– Terminativo -

Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.
Autoria do Projeto: Senador Vital do Rêgo
Relatoria do Projeto: Senador Eduardo Braga
Observações:

1) Em 13/12/2012, na 34ª Reunião Extraordinária, Conjunta com a 22ª da CDR, 54ª da CMA e 49ª da CAS, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 293, de 2012. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;
2) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Encerrado, devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. Senadores, é importante frisar que, ao aprovarmos, em turno suplementar, a Lei Geral de Antenas, nós estamos dando um passo muito importante não apenas para a melhoria do serviço da telefonia móvel e da banda larga móvel no País, mas também para a ampliação das condições de infraestrutura de rede em diversos setores da nossa economia, tendo em vista que essa lei ficou abrangente sobre os diversos pontos da infraestrutura de rede no País.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2008
– Não Terminativo -

Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.
Autoria: Senador Magno Malta

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2009
– Não Terminativo -

Define como crime a facilitação da exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, bem como a autorização para pagamento de crédito ou aposta relacionados ao referido jogo.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (substituído por *ad hoc*)
Relatoria *ad hoc*: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável ao PLS 121/2008, com as emendas oferecidas. Pela aprovação da Emenda n.º 1, na forma da subemenda oferecida e pela rejeição da emenda n.º 2, ambas de autoria do Senador Ciro Nogueira; e, ainda, pela rejeição do PLS 255/2009.
Observações:
1) Em 05/12/2012, foi concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.
2) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O relatório já foi lido pela Relatora *ad hoc* na 31ª Reunião, realizada em 5 de dezembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A Senadora Angela Portela não se encontra. Foi apresentado voto em separado de autoria do Senador Valdir Raupp, pela rejeição do Projeto de Lei nº 121/2008 e do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2009.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp para encaminhar o seu voto em separado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu quero encaminhar contrário, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, porque não nos parece razoável atribuir às administradoras de cartão de crédito e às instituições financeiras as responsabilidades previstas no projeto. Essas empresas celebram contratos com consumidores e fornecedores. Com os primeiros, para autorizá-los a adquirir produtos e serviços com cartão de crédito ou débito nos estabelecimentos por elas credenciados. Com os últimos, para credenciá-los a receber pagamentos dos consumidores com os cartões de sua emissão. Assume com os fornecedores a obrigação de pagar os valores referentes às compras feitas em seus estabelecimentos com os cartões, normalmente, mediante o desconto de um percentual do valor de compras. Com relação aos consumidores, concede-lhes normalmente um prazo para a quitação dos valores das compras, sem acréscimos, ou lhes concede um financiamento, no caso de parcelamento.

Trata-se de contratos relacionados com operações financeiras. Não é atribuição da administradora de cartão de crédito ou da instituição financeira perquirir sobre a natureza da operação realizada entre fornecedores e consumidores por elas credenciados, como quer o projeto. Somente um trabalho de investigação pode levar à identificação da ocorrência de operações ilícitas, atribuição estranha às atividades típicas das administradoras de cartão e instituições financeiras.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso querido Senador, Presidente do PMDB, companheiro nosso na Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos colocar, primeiramente, o relatório apresentado pela Senadora Angela Portela, rejeitado o...

Eu pediria para fechar a porta de fora, para ver se conseguimos...

Bem, vamos colocar, portanto, em votação o relatório apresentado pela Senadora Angela Portela; caso o relatório apresentado pela Senadora Angela Portela seja rejeitado, aí, sim, colocaremos o voto em separado do Senador Valdir Raupp.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Angela Portela.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Rejeitado o parecer da Senadora Angela Portela.

Vamos ao voto em separado.

Vencida a Relatora, designo o Senador Valdir Raupp Relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, que apresenta parecer para rejeição dos projetos, de acordo com o art. 132, §5º.

Coloco, portanto, em votação a dispensa da apresentação do parecer vencedor na próxima reunião da Comissão, uma vez que o Senador Valdir Raupp já o apresentou e foi acatado pela Comissão.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 3 da nossa pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 332, de 2010
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que as emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da Internet.
Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação com a Emenda que apresenta.

Eu pediria ao Senador Valdir Raupp que fizesse as funções de Relator *ad hoc*, em substituição à Senadora, para que nós pudéssemos apreciar o relatório do item 3, o PLS nº 332, de 2010.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, encontra-se na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 332, de 2010, que pretende obrigar as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens a veicularem mensagens contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes, bem como sobre o uso seguro da Internet.

A imposição da obrigação se faz mediante acréscimo de dispositivo, o art. 76-A, à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, do Senado Federal, o projeto prevê que as emissoras de rádio e televisão reservem 5 minutos da sua programação diária para as inserções das mensagens, a serem distribuídas uniformemente ao longo da programação. Estabelece, ainda, que o material a ser divulgado seja fornecido gratuitamente pelo órgão competente do Poder Executivo, nos termos da regulamentação.

A cláusula de vigência, estabelecida em seu art. 2º, determina a entrada em vigor da lei proposta após decorridos 90 dias da data de sua publicação.

Após exame desta Comissão, o PLS nº 332, de 2010, será encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 76-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010, a seguinte redação:

Art. 76-A. As emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão reservar 5 minutos semanais para a divulgação de mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da Internet.

§ 1º O material a ser divulgado será fornecido gratuitamente às emissoras pelo órgão competente do Poder Executivo, nos termos e condições fixados na regulamentação.

§ 2º As emissoras de radiodifusão terão direito à compensação fiscal pela ocupação de espaço publicitário para veiculação das mensagens objeto desta Lei, conforme mecanismo previsto no art. 99 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e em sua regulamentação.

§ 3º Excluem-se das determinações desta Lei as emissoras que comprovarem, junto ao órgão competente do Poder Executivo, já abordar a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes ou o uso seguro da internet em suas programações normais, ainda que em patamares distintos do previsto no caput.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Bom dia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a vênia do Senador *ad hoc* Valdir Raupp, gostaria de pedir vista. Não que seja contra esse projeto, mas existem outros projetos também muito parecidos e nós gostaríamos de examinar. Talvez até caibam, neste caso, audiências públicas. Então, peço vista para que possamos examinar com mais acuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É regimental o pedido de vista do nobre Senador Cyro Miranda. Portanto, concedida vista ao Senador Cyro Miranda do PLS nº 332.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 679, de 2011
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Peço ao Senador Cyro Miranda para ser Relator *ad hoc* em substituição ao Relator.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, para relatar o item 4 da pauta, PLS nº 679.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O projeto em tela, PLS nº 679, de 2011, dispõe sobre o uso de recurso do Fundo Nacional de Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico e do Fundo Nacional de Meio Ambiente para financiar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas ao desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos de origem natural.

Prevê também o financiamento pelo Poder Público da implantação de indústrias de produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, com linhas de crédito subsidiado, incentivando o uso de tais produtos por produtores rurais, por meio de linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas.

Da análise.

Com respeito ao mérito, entende-se que o Projeto é muito conveniente e oportuno.

A realização, no Brasil, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evidencia a necessidade de o País acelerar as mudanças tecnológicas na agropecuária.

Outros aperfeiçoamentos importantes foram introduzidos no Substitutivo da CMA, estabelecendo objetivos mais específicos e caracterizando melhor o agrotóxico e afins de baixa periculosidade. Entretanto, ponderamos que novas alterações possam – e devem – ser feitas, a fim de adequar ainda mais a redação da proposição e tornar futura lei mais eficaz, razão pela qual apresentamos novo Substitutivo ao PLS nº 679, de 2011.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 679, de 2011, nos termos do seguinte Substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 679 (SUBSTITUTIVO), DE 2011

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de apoio aos agrotóxicos e afins de baixa periculosidade

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, fica acrescida do seguinte artigo 21-A:

"Art. 21-A Fica criada a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade, com os seguintes objetivos:

I.– promover o uso de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade;

II – disponibilizar novas tecnologias ao produtor rural, a baixo custo e de fácil manuseio;

III – obter produtos agropecuários e florestais mais saudáveis;

IV – promover a capacitação do produtor rural no manuseio e aplicação de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade;

V – contribuir para a preservação do equilíbrio dos recursos naturais.

§ 1º São considerados agrotóxicos e afins de baixa periculosidade os produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 2º desta Lei e que possuam as seguintes características:

I – pouco ou não tóxico ao ser humano e ao meio ambiente, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão federal responsável;

II – eficiência agronômica no combate à ação danosa de seres vivos considerados nocivos à produção;

III – não favorecer a ocorrência de formas de resistência às pragas e microrganismos;

IV – custo reduzido para o produtor rural na aquisição e emprego do produto;

V – simplicidade de manejo.

§ 2º O Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797.

I – a busca de produtos agronomicamente eficientes e de baixa periculosidade ao ser humano e ao meio ambiente;

II – a oferta de produtos que possam suprir a necessidade de controle de pragas e doenças em culturas desprovidas de alternativas ou para cujo controle os métodos disponíveis não mais se mostrem eficazes;

III – a oferta de produtos com custo reduzido para aquisição e utilização e simplicidade de manejo e aplicação.

§ 3º O Poder Público estabelecerá programas específicos de incentivos ao estabelecimento de unidades industriais para a produção e distribuição de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, e de estímulo aos produtores rurais para a sua utilização, prestando o apoio creditício, assistência técnica e capacitação necessários.

§ 4º O Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros inferiores às concedidas para aquisição de agrotóxicos convencionais, nos termos do regulamento."

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o Substitutivo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA ((Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto de lei da Senadora Ana Rita, cujo Relator é o Senador Ivo Cassol, considerando que esse projeto foi amplamente discutido, debatido com as mulheres camponesas, com o Movimento de Mulheres, e o relatório do Senador Ivo Cassol precisa ser mais bem esclarecido, discutido, inclusive com a Relatora.

Por essa razão, gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A Senadora Angela Portela Pede vista. É regimental.

Vista concedida, portanto, à Senadora Angela Portela, ao PLS 679.

Passamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº, DE 2012
– Não terminativo –

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada audiência pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para debater a Política Energética Brasileira para discutir os desafios e oportunidades para uso do petróleo e gás natural. Para tanto, sugiro convidar as seguintes autoridades: 1. Representante do Ministério de Minas e Energia; 2. Professor Ildo Luís Sauer – diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia – IEEUSP; 3. Dr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Titular do Instituto Luiz Alberto de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ; 4. Dr. Ricardo Pinto – especialista em gás natural – conjuntura e perspectivas no mercado nacional e internacional; 5. Dr. José Dílcio Rocha – pesquisador da Embrapa; 6. Consultor da Câmara dos Deputados.
Autoria: Senador João Capiberibe.

Eu solicito ao Senador Sérgio Souza que, como Relator *ad hoc*, apresente o relatório do item 5 da pauta, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Peço a V. Exª que subscreva o requerimento para que ele possa ser encaminhado no dia de hoje. Esse requerimento trata da apresentação de uma audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, do Senado, com a presença do Ministro de Minas e Energia; do Prof. Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP; Dr. Luiz Pinguelli, Professor Titular do Instituto Luiz Alberto de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, bem como do Dr. Ricardo Pinto, especialista em gás natural; e ainda o Dr. José Dílcio Rocha, pesquisador da Embrapa.

Portanto, peço a V. Exª que possa ser um dos coautores, como nobre Senador, para que nós possamos deliberar sobre o requerimento.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O requerimento convocando as autoridades já nominadas por V. Exª visa discutir necessidade de criação de serviço sismológico, atualmente a cargo da Petrobras, empresa com 52% do capital privado; a perspectiva da produção do pré-sal e diminuição da capacidade da produção da bacia de Campos; a falta de incentivos para a criação de biousinas e aproveitamento das fontes de produção de biodiesel; criar base de dados sobre os nossos resíduos, com informações sobre quantidade e qualidade de vocação regional, com vistas à produção de biodiesel; desburocratizar o acesso aos recursos para pesquisa e desenvolvimento industriais. E ainda, avaliar o potencial do uso do gás natural pela nossa indústria; avaliar os meios para tornar nossas indústrias mais competitivas, em vez de importar o gás natural em forma de produtos já acabados, comparar o potencial do uso do gás natural brasileiro com o de outros países; e, por fim, também, discutir nossa política para o gás natural no tocante ao suprimento do transporte, distribuição, comercialização e competitividade, Sr. Presidente.

Esses são os motivos do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em votação o requerimento de autoria do Senador João Capiberibe e do Senador Sérgio Souza, conforme já relatado e lido.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Vamos, portanto, agora, iniciar os itens terminativos, o item 6 em diante da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria uma gentileza. Eu tenho, talvez, que me ausentar por alguns minutos, estarei aqui na votação. Eu pediria uma inversão, se podíamos votar os meus itens 27, 28, 29 e 30, porque eu não gostaria que tivesse Relator *ad hoc*. Eu sou muito presente nos meus relatórios.

Então, como eu tenho que me ausentar por alguns minutos, eu peço essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em atenção ao nosso Senador, passamos a palavra ao Senador Cyro Miranda, para relatar do item 27 ao item 30.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, os PDSs de nº 292, nº 474, nº 477 e nº 508, que se referem à Associação Comunitária de Comunicação de Itapuã, no Estado do Rio Grande do Sul; à Rádio Morena Stereo também, de Campinas, Estado de São Paulo; Rádio Cidade de Campinas, cidade de Campinas, Estado de São Paulo; e Associação Comunitária dos Amigos Chapadenses para exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais, estão todos em conformidade e constitucionalidade.

Portanto, sou pela aprovação desses PDSs, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Nós que agradecemos, nobre Senador Cyro Miranda.

Peço agora, Senadora Angela Portela, por favor, faça o relato do item 13 ao 17.

Senadora Angela Portela, do item 13, o PDS nº 427, PDS nº 447, do item 13 ao item 17.

Com a palavra a nobre Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – O item 13 trata do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 427, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 427, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 14 trata Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 447, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vida FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 447, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vida FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

O item 15 trata do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 455, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Ceará Rádio Clube S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 455, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada a Ceará Rádio Clube S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 16 trata do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 501, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Platina de Ituiutaba Lida. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 501, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada a Rádio Platina de Ituiutaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 17 trata do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 526, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda para explorar serviço de radio-

difusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 526, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada a Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senadora Angela Portela.

Agora vou pedir ao Senador Walter Pinheiro para ser Relator *ad hoc* dos seguintes projetos, do nº 6 ao nº 12, do nº 18 ao nº 26, do nº 31 e do nº 32.

Senador, por favor, peço que V. Exª faça o relato desses projetos.

Já aviso ao nobre Senador Flexa Ribeiro que, por favor, prepare-se para fazer o relato dos itens 33 ao 76.

Com a palavra o nobre Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, os projetos do item 6, PDS nº 419, de 2012, relatado pelo Senador Alfredo; o PDS nº 420, de 2012, no item 7; o PDS nº 482, de 2012; o PDS nº 484, de 2012, no item 9; o PDS nº 486, de 2012, item 10; o PDS nº 516, de 2012, no item 11; o PDS nº 534, de 2012, que é o item 12; o PDS nº 490, de 2012, item 18; o PDS nº 500, de 2012, item 19; o PDS nº 463, de 2012, item 20; o PDS nº 470, de 2012, item 21; o PDS nº 506, de 2012, item 22; o PDS nº 511, de 2012, item 23; o PDS nº 530, de 2012, item 24; o PDS nº 514, de 2012, item 25; o PDS nº 532, de 2012, item 26; o PDS nº 494, de 2012, item 31; e o PDS nº 499, de 2012, item 32.

Todos esses PDSs, Sr. Presidente, se referem, inclusive, a todo um processo que já foi enviado, inclusive, pelo Ministério, com as devidas informações. E, não havendo nenhum óbice à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, somos pela aprovação desses itens.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Agradecemos ao nobre Senador Walter Pinheiro.

Peço ao nobre Senador Flexa Ribeiro que faça o relato dos itens 33 ao 76, com exceção dos itens 60, 70 e 72. Esses três itens, peço que o nobre Senador Sérgio Souza relate logo após V. Exª.

Por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello, Srªs e Srs. Senadores, os PDS 478, de 2012; 493, de 2012; 513, de 2012; 531, de 2012; 483, de 2012; 485, de 2012; 492, de 2012; 515, de 2012; 533, de 2012; 462, de 2012; 469, de 2012; 510, de 2012; 529, de 2012; 532, de 2012; 452, de 2012; 504, de 2012; 525, de 2012; 410, de 2012; 411, de 2012; 412, de 2012; 480, de 2012; 385, de 2012; 461, de 2012; 467, de 2012; 472, de 2012; 509, de 2012; 377, de 2012; 435, de 2012; 433, de 2012; 451, de 2012; 502, de 2012; 524, de 2012; 424, de 2012; 425, de 2012; 487, de 2012; 488, de 2012; 517, de 2012; 468, de 2012; 491, de 2012; 496, de 2012; 512, de 2012; quanto a todos esses PDS referidos nesta leitura, o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos os atos de outorgas, de permissão e de renovação para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada nas cidades referentes aos PDS já mencionados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro.

Peço, neste momento, que o Senador Sérgio Souza relate os itens 60, 70, 72 e também o 77.

Por favor, nobre Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, o item 60 aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará.

O item 70 aprova o ato que outorga autorização à Fundação de Assistência à Família Antonio Correa de Lima (Fuafa) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irituia, Estado do Pará.

O item 72 aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Viva Mosqueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

E o item 77 aprova o ato que renova a concessão, outorgada à Rádio Emissora Vanguarda Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, o voto é pela aprovação dos presentes PDLs.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Sérgio Souza.

Vamos colocar em processo de votação. Votação pelo processo nominal. A pauta de hoje que inclui os itens terminativos...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Pois não. Pela ordem o nobre Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu sou relator dos itens nºs 73, 74, 75 e 76.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Já foram relatados, com sua anuência, pelo nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito bem. Flexa, muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – E V. Exª fez a parte dele. Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.)* – Eu sou tão ligeiro que você nem viu.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sérgio Souza. Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

Então, vamos colocar em votação pelo processo nominal do item nº 6. A Mesa orienta que tem que ser lidos os PDSs.

Do item 6 ao item 77, todos já foram lidos. Logo depois da votação, eu faço a leitura de todos os PDSs. Está bem assim?

Então, vamos colocar em votação do item da Ordem do Dia, da pauta, do 6 ao item 77.

Como vota a nobre Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os relatores, vota "sim".

Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*)

Está ausente.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos Relatores, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Vota "sim".

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – "Sim", com os Relatores.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, eu gostaria só de fazer uma ressalva, porque, como eu estou presente e os itens 66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72 o senhor já os tinha dados como lidos *ad hoc*, eu gostaria de só registrar que os pareceres também foram favoráveis. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Foram favoráveis, sim, senhor, seguindo a sua orientação como Relator titular.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Eu que agradeço, nobre Senador Sérgio Petecão.

O seu voto é com os Relatores?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Então, a matéria foi aprovado com 10 votos favoráveis.

Portanto, estão aprovados os itens:

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 419, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIODIFUSORA SIRIEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíra, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 420, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – ACODCAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 482, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 484, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUADALUPE – ACCG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Guadalupe, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 486, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE BREVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Breves, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 516, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PIRANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piranga, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 534, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiabu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 427, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 447, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIDA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 455, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à CEARÁ RÁDIO CLUBE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 501, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLATINA DE ITUIUTABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 526, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO EDUCADORA MÚSICA E CULTURA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 490, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TRINDADENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 500, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIOCOM FM CHAPECÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 463, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE FÁTIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 470, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 506, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO 96 FM LTDA. para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 511, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 530, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO TIETÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bonifácio, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 514, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL ORGANIZADA BARÃO DO MONTE ALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Monte Alto, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 532, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 292, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ITAPUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 474, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 477, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 508, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS CHAPADENSES para executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 494, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CANUDOS DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canudos do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eduardo Lopes
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 499, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS SOCIAIS "JOSÉ FERNANDES DA SILVA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eduardo Lopes
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 478, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 493, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVABOAVISTENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 513, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FIUZA & SILVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indiara, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 531, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO BRASIL 2000 para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 483, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 485, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Valério, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 492, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CIDADE DE MOGI GUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 515, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao ESTADO DE GOIÁS para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 533, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 462, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 469, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 510, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIMADUARTINA AMIGOS DA COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 529, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 432, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 452, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SONORA NOVARRUSSENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 504, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 525, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BRAGANÇA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 50
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 410, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE PARAIBANA DE RADIODIFUSÃO, SONS E IMAGENS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 411, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO NORDESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 412, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 480, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 54
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 385, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OSVALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 55
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 461, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PADRE LUSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 56
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 467, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 57
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 472, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 58
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 509, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JECEABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 59
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 377, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 60
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 384, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 61
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 435, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à DORNER & GRIGOLETTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nortelândia, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 62
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 443, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ENERGIA FM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em freqüência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 63
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 451, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COM AÇÕES PARTICIPANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucas, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 64
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 502, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 65
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 524, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO VIDEOMAKER DO BRASIL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 66
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 424, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JARACATY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 67
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 425, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA TROPICAL RONDONIENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 68
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 487, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUL CAPIXABA FM DE GUAÇUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 69
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 488, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPIXABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 70
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 489, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA ANTONIO CORREA DE LIMA – FUAFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irituia, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 71
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 517, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 880 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pedro Leopoldo,Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 72
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 535, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITÁRIA VIVA MOSQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 73
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 468, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPÉIA – ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 74
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 491, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE FLORIANO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floriano Peixoto, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 75
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 496, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 76
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 512, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 77
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

Todos eles foram aprovados em votação nominal.

Devolvo a Presidência ao nobre Presidente desta Comissão, que tanto fez este ano, valorizando a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República. Esta é uma Comissão, tenho certeza, que passou a ser uma das mais importantes do Senado pelo brilhantismo, pela competência e pela firmeza da condução do nosso Presidente Eduardo Braga.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo o nosso Vice-Presidente, Gim Argello, eu gostaria de fazer um comunicado.

Recebemos o Ofício nº 87, de 2012, da Anatel, que informa a esta Comissão que a Anatel está tomando todas as providências cabíveis em relação à denúncia em relação à empresa Rede Brasil, em desfavor da Sky, entregue ao Presidente da Agência, Dr. João Rezende, durante audiência pública realizada no último dia 12. Informa ainda que a Agência já havia notificado a empresa Sky, em 12 de novembro de 2012, a respeito da solicitação de dispensa de carregamento de canais obrigatórios apresentada à prestadora de serviços, por intermédio do Ofício nº 535, de que a solicitação de dispensa não a desobriga do cumprimento da legislação nem da regulamentação vigente, independente da decisão quanto ao pleito.

Essa era uma das comunicações.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiro quero apresentar a V. Exª minha satisfação e, ao mesmo tempo, parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos ao longo deste ano e em particular no dia de hoje pela relatoria do projeto de lei que batizamos aqui de Lei das Antenas.

Em um momento importante, no momento de reestruturação de toda essa malha de infraestrutura de telecomunicações, para atender à demanda de expansão e, ao mesmo tempo, de introdução de novas tecnologias, faz-se necessária a reestruturação de toda essa malha, o que é, Sr. Presidente, em minha opinião, o projeto de autoria do Senador Vital do Rêgo, muito bem relatado por V. Exª, é um caminho também, eu diria, decisivo para outro debate importante, o do compartilhamento de infraestrutura.

Esta Comissão já teve oportunidade de debater esse tema e tem tratado desse tema, aliás tema sobejamente tratado recentemente na conferência mundial da UIT. Portanto, não é um tema só afeito ao Brasil, mas o Brasil dá um passo significativo, para o qual V. Exª contribui com essa relatoria.

Então, parabenizo V. Exª e o Senador Vital do Rêgo pela iniciativa e esta Comissão pelos trabalhos desenvolvidos ao longo deste ano, com eficácia, com eficiência e, principalmente, em relação direta com o consumidor brasileiro e com preocupação com os temas da ciência e da tecnologia.

Abrimos os trabalhos desta Comissão em 2011, sob o comando de V. Exª, com uma boa apresentação de plano de trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia e, depois, com a do Ministério das Comunicações. E tivemos oportunidade de debater importantes temas nesta Comissão e influenciar no encaminhamento dos projetos.

Aproveito, Sr. Presidente, para fazer um requerimento a esta Comissão, tendo em vista que vamos ter um grande evento em 2013, sendo pouco provável que tenhamos oportunidade, na primeira semana de fevereiro – até porque, nas primeiras semanas de fevereiro, vamos efetivamente discutir a reorganização das Comissões e V. Exª deixará a Presidência desta Comissão, não por gosto dos membros desta Comissão, mas pela determinação regimental – de participar um evento mundial de tecnologia móvel, que acontece do dia 25 a 28 de fevereiro. Na realidade, encerra-se dia 29, mas no dia 28 acontece basicamente a última plenária.

Então, no sentido de possamos representar o Senado, dando continuidade a esse trabalho que foi iniciado aqui, para que possamos participar dessa conferência que reúne cerca de 60 mil pessoas – essa tem sido a marca da presença nesse congresso. Não

é uma feira – é bom frisar isso –, é um congresso, em que padrões, aplicativos e novos rumos nessa área de infraestrutura, na área de tecnologia móvel serão apresentados.

Então, apresentamos esse requerimento a esta Comissão, no qual incluo V. Exª e o Senador Gim Argello. Portanto, a ideia é que nós três possamos participar, representando o Senado da República nesse evento, que, volto a repetir, acontecerá na cidade de Barcelona, nos dias 25 a 28 de fevereiro.

É importante essa solicitação para que tenhamos a oportunidade de participar desse evento, haja vista a necessidade de aprovação, e até reafirmando já a V. Exª, do ponto de vista inclusive de custos, principalmente no que diz respeito a deslocamento, não há nenhum tipo de custo para o Senado da República.

Portanto, quero aqui apresentar esse requerimento, que submeto aos nossos pares.

Era essa, Sr. Presidente, a solicitação que faria neste momento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo as palavras de V. Exª, submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 38, de 2012

Requeremos, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para compormos a comitiva brasileira, como representantes desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal que participará do GSMA Mobile World Congress 2013, promovido pela GSM Association, à realizar-se no período de 25 a 28 de Fevereiro 2013 em Barcelona, Espanha.
Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros.)

Eu pediria apenas ao Senador Walter Pinheiro que depois pudesse encaminhar por escrito o requerimento.

Eu gostaria de agradecer ao nosso Vice-Presidente, Senador Gim Argello, bem como a todos os membros desta Comissão, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, pelo trabalho que exercemos conjuntamente no biênio 2011/2012, nesta Comissão. Creio que fizemos grandes avanços, como apresentamos ainda há pouco no balanço da presente Comissão; avançamos em resoluções, em atos, em audiências, em aprovação e debates de diversos projetos deliberativos nesta Casa e, sem nenhuma dúvida, foi um enriquecimento, pelo menos da minha parte, como pessoa, como profissional, como político, a convivência com os companheiros nesta Comissão.

Gostaria de agradecer muito à nossa Secretária-Geral, a Égli, e a todos os funcionários desta Comissão, que nos ajudaram neste biênio a realizar um grande trabalho.

Desejando a todos um feliz Natal, um próspero ano novo, que Deus possa abençoar grandiosamente todas as Srªs e os Srs. Senadores, bem como todo o povo brasileiro e todos os funcionários desta Casa e desta Comissão, agradeço a oportunidade e encerro a presente reunião, convocando nova reunião, já no próximo ano legislativo, de acordo com horário e data regimentais.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

(Iniciada às 09 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2013.

INSTALAÇÃO

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia seis de março de dois mil e treze, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador João Alberto Souza e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Zeze Perrella, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim e Alfredo Nascimento, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e José Agripino. Comparece à reunião o Senhor Senador Eduardo Braga, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2013/2014. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, propõe ao Plenário que a eleição da chapa única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, proclama eleitos e empossados os Senhores Senadores **Zeze Perrella e Alfredo Nascimento** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Assume a Presidência, o Senador

Zeze Perrella. Usam da palavra os Senhores Senadores Alfredo Nascimento, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Eduardo Braga, não membro da Comissão. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Zeze Perrella, encerra a reunião às dez horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco/PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, em 6 de março de 2013.

Submeto ao Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2013/2014.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Zeze Perrella e, para Vice-Presidente, Senador Alfredo Nascimento. Como há apenas uma chapa registrada, eu gostaria de propor à Comissão que, por aclamação, nós elegêssemos o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão. *(Palmas.)*

Então, por aclamação, eu declaro eleito Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia o Senador Zeze Perrella, PDT/MG; e Vice-Presidente o Senador Alfredo Nascimento, do PR da Amazônia.

Eu gostaria, agora, de convidar o Presidente Zeze Perrella a assumir a Presidência da Comissão; e o Vice-Presidente, Senador Alfredo Nascimento, a fazer parte da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer aos senhores pela confiança e dizer ao nobre Senador Alfredo Nascimento que quase que ele já assume definitivamente a minha vaga hoje, porque eu passei tão mal essa noite! Peguei uma Hérnia de disco, e ela irradia no braço. Eu tive que tomar um Frontal. Praticamente não dormi. Eu tive que dormir com uma coleira essa noite. Eu vim do médico agora. Tomei um Frontal e fiquei completamente zonzo. Cheguei até um pouquinho atrasado Vocês me desculpem, porque não estou, realmente, passando muito bem. Mas agradeço aos nobres colegas pela confiança.

Na verdade, eu vim aqui para aprender. Estou substituindo um Senador que realmente tem uma grande experiência, que é o nobre Senador Eduardo Braga. Vocês têm uma vasta experiência na área. Vou procurar, obviamente, aprender com os senhores, que têm muito mais experiência do que eu. Mas tenho certeza de que, juntos, vamos procurar realmente honrar esse cargo que vocês nos confiaram, juntamente com o nosso Vice, o nobre Senador Alfredo Nascimento, que também tem uma vasta experiência na área. Juntos, tenho certeza, com a colaboração de vocês, vamos fazer um trabalho à altura desta Comissão.

Quero, primeiramente, registrar que o meu reconhecimento se impõe pela importância estratégica desta Comissão.

O desenvolvimento científico e tecnológico, a comunicação instantânea e a crescente utilização da informática são condições fundamentais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social.

Da mesma forma, ressalto a responsabilidade e a honra de substituir nesta Presidência o Senador Eduardo Braga, nosso Líder do Governo e um especialista na área de ciência e tecnologia.

Teremos pela frente uma agenda de muito trabalho, mas também a oportunidade de contribuir para a adoção de políticas públicas que permitam aumentar nossa competitividade e construir um modelo de desenvolvimento sustentável.

Embora os trabalhos da CCT abranjam um leque de assuntos, proponho que nossa agenda de atividades priorize duas grandes vertentes: as políticas públicas e os empreendimentos na área de comunicação, com destaque para as propostas de massificação, do acesso à Internet em banda larga e o setor de ciência e tecnologia, com ênfase no Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O debate em relação à Internet deve atingir seu clímax ainda este ano. O projeto que cria o Marco Civil da Internet está tramitando na Câmara dos Deputados e deve chegar ao Senado em breve. Esse debate é importante, pois existe um descompasso entre a legislação vigente e a realidade do mercado.

Precisamos responder ao desfio da universalização dos serviços da banda larga. Precisamos também colaborar para a solução dos conflitos de interesse entre provedores de conteúdo e prestadores de serviço de telecomunicações, mas sem perdermos o foco no lado geralmente esquecido dessa discussão, que são os usuários.

Devemos também nos preocupar, certamente, com a questão do incremento da velocidade da rede, que, em nosso País, é muito inferior aos padrões dos países desenvolvidos. Esse aspecto é importante também para os grandes eventos que sediaremos em breve e fundamental para o desempenho da economia nacional. O fim do sinal analógico da TV aberta é outro assunto que estará em pauta.

Caros colegas, investimentos em tecnologia têm retorno garantido. No Brasil, o desafio consiste em transformar o conhecimento científico em avanços tecnológicos. A Comissão de Ciência e Tecnologia tem a oportunidade e o dever de se debruçar sobre o tema e oferecer contribuições. Debateremos aqui vários projetos relacionados com inovações e desenvolvimento tecnológico, com destaque para o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O PLS nº 619, de 2011, do Senador Eduardo Braga, apreciaremos em caráter terminativo. Quero lembrar ainda o PLS nº 547, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que busca aprimorar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O PLS nº 221, de 2011, do nobre colega Senador Rodrigo Rollemberg, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial.

Esses, meus caros colegas, são alguns dos temas com os quais nos ocuparemos sem que nos esqueçamos de outra missão fundamental, que é a apreciação das concessões de rádio e TV, que exige quórum qualificado. Conto com a participação de V. Exªs.

Queria propor também um novo horário para as nossas reuniões, que seria nas terças-feiras, às 9h. Se vocês estiverem de acordo para mudarmos esse horário, acho que terça-feira seria um horário bom para fazermos nossas reuniões. Se vocês estiverem de acordo, proponho essas mudanças.

No mais, agradeço a vocês a confiança e quero fazer um apelo a vocês, para que consigamos realmente esses quóruns.

Muito obrigado a vocês.

Se alguém quiser falar alguma coisa, fique à vontade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para complementar V. Exª pela eleição nesta importante Comissão do Senado da República, Comissão esta que tive a oportunidade de presidir nos últimos dois anos, onde tivemos uma grande parceria com o Ministro das Telecomunicações, bem como com o Ministro da Ciência e Tecnologia. Quero, portanto, cumprimentar V. Exª.

Ao mesmo tempo, cumprimento o Vice-Presidente eleito, Senador Alfredo Nascimento, do nosso Estado, e cumprimento todos os funcionários desta Comissão que sempre, com muita dedicação, sob a coordenação da nossa Secretária da Comissão, Drª Égli, foram extremamente participativos.

Creio que fizemos vários avanços, como V. Exª ainda há pouco mencionou. A participação tanto do Senador Walter Pinheiro como do Senador Edison Lobão Filho tem sido sempre construtiva nesse sentido. Vejo a presença do Senador João Alberto aqui na eleição de V. Exª.

Portanto, não tenho a menor dúvida de que, a exemplo do que aconteceu na gestão de Flexa Ribeiro e do que aconteceu ao longo de nossa gestão, V. Exª e o Senador Alfredo Nascimento, do meu Estado, inclusive, haverão de desenvolver aqui nesta Comissão importantes ações para o fortalecimento das comunicações, para o fortalecimento da infraestrutura de dados que é indispensável em uma economia moderna, bem como os avanços na ciência e tecnologia. Um país que pretende ser ponta competitiva em um mundo globalizado e em uma economia dinâmica como a do mundo moderno não pode prescindir de ciência e tecnologia. Não é à toa que o Brasil sem Fronteiras, uma iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, tem sido uma das grandes esperanças dos jovens brasileiros e também da sociedade brasileira como um todo.

Portanto, peço a palavra para cumprimentar V. Exª, desejar muito êxito e muito sucesso nesta Comissão, agradecer mais uma vez a parceira com todos os nossos Senadores e Senadoras nesta Comissão, agradecer mais uma vez os companheiros desta Comissão por todo trabalho conjunto que realizamos – a Consultoria da Casa que sempre esteve presente, todos que nos ajudaram – e desejar tanto a V. Exª quanto ao Senador Alfredo Nascimento muito sucesso e muitas conquistas para o nosso País e para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não, Senador.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Eu gostaria de agradecer aos meus Pares pela condução à Vice-Presidência desta Comissão. Junto-me a V. Exª na proposta apresentada e digo que a nossa maior dificuldade é substituir o Senador Eduardo Braga, pela sua competência, pelo seu preparo, pelo profundo conhecimento que tem da área de ciência e tecnologia. Nós já entramos em desvantagem, Zeze,

porque vamos ter de trabalhar em dobro para conseguirmos alcançar a capacidade do Senador Eduardo Braga. Então, quero agradecer aos meus Pares e dizer que me somo ao Zeze Perrella, para, juntos, executarmos o trabalho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB –MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não, Senador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Antes de mais nada, gostaria de parabenizar V. Exª e nosso querido Senador Alfredo Nascimento por mais esse desafio que agora se avizinha na vida de V. Exªs.

Não posso deixar de parabenizar o Senador Eduardo Braga pela gestão espetacular que fez nesta Comissão durante dois anos.

Tenho a confiança e a certeza de que, com a energia de V. Exª e a experiência impressionante do Senador Alfredo Nascimento, V. Exªs conseguirão fazer desta uma importante Comissão na defesa e no debate dos grandes temas na área de ciência e tecnologia.

É importante registrar que não se deve cair na tentação, nesta Comissão, em se aprofundar demais na avaliação de concessões de rádio e televisão. Esta Comissão tem a responsabilidade de discutir temas fundamentais para nossa sociedade, como a pesquisa científica, área em que o Brasil é hoje extremamente deficitário. É preciso que esta Comissão dê sua contribuição para que o Brasil possa ingressar nos países de Primeiro Mundo e ter o mesmo nível de investimento em pesquisa que têm os países de Primeiro Mundo. Aqui também será debatida não só a questão de rádio e televisão, mas de comunicação. A telefonia hoje, no Brasil, é um sistema altamente deficitário e ineficiente, e a população toda sofre com isso. Nós perdemos até competitividade com essa falta de eficiência na transmissão de dados e de voz. Cabe a V. Exª trazer a esta Comissão os responsáveis por esse serviço hoje, que é deficitário no nosso País, para que se promovam as soluções, para que a gente consiga atingir um nível de excelência, tal qual há hoje nos Estados Unidos e na Europa.

Então, eu não podia deixar de registrar a confiança no trabalho de V. Exª para levar adiante o trabalho do Senador Eduardo Braga, e que a gente possa contribuir um pouco mais para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Zeze Perrella e Senador Alfredo, eu acredito que esse é um posto que... Tanto o Senador Eduardo Braga, quanto o Senador Gim e o Senador Lobão, que teve a oportunidade de, durante esse período, estar conosco, portanto, são testemunhos da importância desta Comissão.

A Comissão viveu um período agora recente, sob a condução do Senador Eduardo Braga, de grandes contribuições. Os setores de ciência e tecnologia... Nós, que até tivemos a oportunidade aqui de ver o Ministério ser repaginado, do ponto de vista inclusive dos seus desafios, suas tarefas, a ousadia, sob a condução ali, no início, do Ministro Aloísio Mercadante, que hoje está na Educação. Ao mesmo tempo, a Comissão que, bem conduzida, abriu principalmente os debates dos temas mais polêmicos e mais incidentes.

A gente vive, Senador Lobão, uma contradição inusitada na área, principalmente, de telefonia móvel. O País, hoje, tem mais que o dobro do acesso à internet pela telefonia móvel do que o que seria o chamado acesso utilizando as estruturas de redes e não a estrutura de rede móvel, ou 3G, como todo mundo conhece.

Nós vivemos outra grande contradição nisso. É que apesar desse grande volume, nós ainda temos uma baixa cobertura. Apesar desse grande volume de processamento de informações, o sinal ainda deixa muito a desejar. Ou seja, a qualidade do serviço apresentado é uma qualidade ainda questionada em diversos lugares.

E ainda há outras contradições. O País hoje tem mais de 260 milhões de usuários nessa área. Portanto, mais, Senador Alberto, usuários de celular do que habitantes, e a gente não consegue manter um nível de serviços dentro do que é o padrão, inclusive, Senador Eduardo, que cabe a essas empresas. Todas elas são operadoras mundiais. Mesmo a Oi, hoje, tem uma parceria mundial. Nós estamos falando de empresas que têm a sua estrutura de, como eles costumam chamar, +D num patamar extremamente avançado.

Nós saímos agora de um congresso mundial em Barcelona, onde ninguém discute mais equipamento, ninguém discute mais nada dessa estrutura física ou de *hardware*. A questão é exatamente como você utiliza esse desenvolvimento dos aplicativos, como isso chega à vida das pessoas e, cada vez mais, numa velocidade estonteante e com uma proeza, Senador Alfredo. É que nós agora não precisamos mais esperar que as coisas aconteçam lá fora para podermos ter acesso. Então, isto está sendo possível: você disponibilizar, no mesmo tempo, em todos os cantos, inclusive na nossa Amazônia. Mas, em compensação, ainda que disponibilizado, isso não consegue chegar, por essas contradições.

Ou seja, você tem uma necessidade de reformular todo esse cenário de cobertura: o debate sobre a questão do espectro de frequência no Brasil, que começou atravessado, começou errado; a instalação das

antenas. Aliás, esta Comissão, inclusive, já aprovou um projeto que trata dessa questão de antenas, para você atender a esse novo cenário. Então, nós estamos diante de um desafio, para esse próximo período, que é, inclusive, de uma vez por todas, colocar comunicações como insumo básico para o desenvolvimento econômico, Senador Perrella.

Eu me lembro que, num passado bem recente, você não fazia, Senador Alfredo, nenhum tipo de projeto de planejamento sem levar em consideração energia. Não era a questão central. Precisamos entender que comunicações é isso também. Assim como estrada, como energia, como portos, centro de logística, telecomunicações é um ponto central na estrutura de desenvolvimento econômico.

Estamos falando de um setor hoje, no País, que movimenta mais de R$160 bilhões. É mais do que o nosso Orçamento, Senador Alberto, para 2012, o que foi 2012, se considerarmos, por exemplo, que, dentro desse Orçamento, nós tínhamos R$78 bilhões de Petrobras, mais um restante das outras estatais, o que completava ali algo em torno de R$105 bilhões. Estamos falando de algo muito maior. No entanto, não entra na ordem do dia. É tratado às vezes, ainda, como um bibelô, algo que o desenvolvimento, o acesso...

Acho importante que a Comissão entre nesse debate.

Por exemplo, a questão do nosso desenvolvimento econômico, isso é vital. Isso faz parte hoje da estrutura de trabalho. Isso faz parte do desenvolvimento local em cada canto no País. Para chegar ao interior do Maranhão, é para chegar na Internet da carroça, ou para chegar levando as condições – transmissão de imagem, resolver o problema do acesso a determinados médicos especialistas, orientar os agricultores, passar informações de defesa civil, criar um ambiente, inclusive, de serviços públicos, tele-educação, telemedicina.

Então, você tem todo um cenário que o mundo inteiro experimenta, e a gente vai vendo experiências, Senador Alberto, aqui, ali e acolá. Agora, dia 15 de março, por exemplo, nós vamos para o interior da Bahia, à cidade de Cabrália ver mais uma experiência utilizando tecnologia com os pescadores. Mas isso não pode ser um negócio pontual. Não pode ser uma experiência para se colocar como uma grande coisa: estamos fazendo o Brasil pescando em rede, usando tecnologia. Isso tem de estar na vida das pessoas. Acho isso importante.

Zezé Perrella assume a Comissão no momento desse desafio, no desafio inclusive de a gente ajudar no crescimento da economia, interferir no PIB, usar isso como uma peça fundamental para o País se desenvolver, tanto no aspecto dessas ferramentas – e principalmente – quanto no aspecto da ciência e tecnologia. Precisamos avançar muito para que este País continue prospectando, para que este País continue produzindo ciência, tecnologia, conhecimento, e que a gente consiga fazer um "negocinho" muito prático. A ciência está aqui, Senador Zezé Perrela, só que alguns pegam isso, aplicam e o transformam em ciência aplicada, em tecnologia. Precisamos, cada vez mais, intensificar a nossa participação. Não vamos inventar a roda, mas não dá também para ficarmos agora achando que vamos ficar andando de carroça, nem tampouco andando para trás. Está na hora de a gente entrar exatamente nesta estrada, nesta estrada do conhecimento, nesta estrada da informação e, principalmente, na estrada do desenvolvimento.

Estamos firmes. Vou estar junto com V. Exª aqui. Se V. Exª quiser mudar para terça-feira, às 9h, farei todo esforço para estar aqui na terça-feira. Eu até tinha sugerido que fosse na quinta, porque a gente teria a manhã inteira, mas, se mudar, tranquilamente... Às 10h30/11h, tenho a Comissão de Assuntos Econômicos, mas, do ponto de vista da minha atuação principal, quero dizer a V. Exª que não só vai contar comigo, como isso aqui é a principal atuação inclusive da minha vida profissional e também do mandato que tenho a honra de representar.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Walter Pinheiro, eu diria a V. Exª que sua participação aqui é imprescindível. Não é só fundamental; é imprenscindível, até pelo conhecimento de V. Exª.

Sobre terça-feira, eu conversei informalmente com vários Senadores, e a maioria acha que terça-feira seria uma data mais interessante, mas vamos conversar também pessoalmente. Eu diria que a sua participação é fundamental, pelo seu conhecimento. Tive a audácia de aceitar esse desafio. Vou aprender, obviamente, com os senhores, porque todos os membros que aqui estão já participam há mais tempo. O conhecimento técnico e a experiência de V. Exªs são muito maiores do que os meus, obviamente. Vim aqui muito mais para aprender. Então, a decisão da maioria eu vou acompanhar. Fica aqui a terça-feira apenas como uma sugestão.

Conversei bastante tempo com o Senador Lobão, e ele também achava a data de terça-feira interessante, mas obviamente vamos conversar mais e fica aí apenas como sugestão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu acho que essa iniciativa de conversar com os membros desta Comissão é extremamente importante, mas cabe aqui ressaltar que, na terça-feira, Senador Walter Pinheiro, esta Comissão terá a oportu-

nidade de estar presente na TV Senado. Então, todos os debates e discussões feitos aqui terão oportunidade de estarem presentes também nesse importante veículo, sendo levados a todos os lares brasileiros. Se permanecermos nesta data de hoje, irá confrontar com a CI, e a CI tem a prevalência sobre esse horário. Então, eu acho que é acertado. É claro que deve, inclusive, levar em consideração a possibilidade de quinta, conversando com os outros Senadores, mas, de minha parte, na terça-feira, estarei sempre aqui presente às reuniões da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu gostaria também, Senador Lobão, Senador Walter e todos os senhores que participam, que me dessem uma sugestão de pauta. Eu tenho por hábito, em todas as minhas atividades, de levar a coisa ouvindo muito. Sou muito mais de ouvir do que de falar. Que me dessem, obviamente, até porque os senhores têm muito mais experiência do que eu, sugestão de pauta. Estarei sempre aberto a ouvi-los.

Estamos iniciando os nossos trabalhos de agora, e gostaria que me dessem uma sugestão de pauta, e estarei pronto a seguir o que sugerirem.

Então, estamos sugerindo aí a terça-feira às 9h.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 396 páginas

(OS: 10983/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL